

TERMO DE APENSAMENTO

Processo Secundário 499315 - 2021

Aos 09 dias do mês de NOVEMBRO do ano de 2021, às 06:46:19, por ordem do Exmo. Sr. Relator, Conselheiro SÉRGIO RICARDO, apensou-se este processo de nº 499315 - 2021 ao processo principal de nº 101117 - 2020, tendo como interessado principal o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH, que trata do(a) CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL. Com este fim e para constar, eu, MARIA JOSE DE PAULA CORREA, lavrei o presente termo, que vai por mim assinado.

MARIA JOSE DE PAULA CORREA
(Servidor responsável)



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

GABINETE DO CONSELHEIRO SÉRGIO RICARDO DE ALMEIDA

Telefone(s): 65 3613-7676

e-mail: gab.sergio@tce.mt.gov.br

PROCESSO N° : 49.931-5/2021
ASSUNTO : CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL – PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
PRINCIPAL : PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH
RELATOR : CONSELHEIRO SÉRGIO RICARDO DE ALMEIDA

DESPACHO 28/2021

Trata-se de Contas Anuais de Governo Municipal – Previdência, da Prefeitura Municipal de Tapurah - MT.

Encaminhe-se à Gerência de Controle de Processos Diligenciados para apensar no processo nº 10.111-7/2021 – Contas Anuais de Governo Municipal.

Após, o envio dos autos ao Ministério Públicos de Contas para emissão de parecer.

Cuiabá-MT, em 08 de novembro de 2021.

*(assinatura digital)*¹

Dariosil Luiz Mrozkowski

Chefe de Gabinete de Conselheiro

¹ Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa nº 9/2012 do TCE/MT.





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA-GERAL DO TRIBUNAL PLENO

Telefones: (65) 3613-7602 / 7603 / 7604

e-mail: secretaria@tce.mt.gov.br

CERTIDÃO

A contar do acolhimento pela Presidência do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Parecer n. 267/2020 – Consultoria Jurídica Geral – “EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL. COMPETÊNCIA INTERNA. PERPETUATIO IURSDICTIONIS. COMPETÊNCIA. VINCULAÇÃO À RELATORIA, NÃO À PESSOA FÍSICA DO CONSELHEIRO. O ART. 107, § 1º DO RITCE DEVERÁ SER LIDO À LUZ DO ART. 97 DA LEI ORGÂNICA DO TCE”, assim como, da reintegração do Excelentíssimo Conselheiro Sérgio Ricardo de Almeida ao exercício de suas funções constitucionais nesta Corte de Contas, a partir de 25 de outubro de 2021, publicada no DOC nº 25/10/2021 na mesma data, e a revogação da Portaria nº 015 de 18/02/2020, a Secretaria-geral do Tribunal Pleno/TCE/MT:

CERTIFICA que os processos sob a Relatoria do Excelentíssimo Auditor Substituto de Conselheiro, em substituição, Luiz Carlos Pereira, serão imediatamente redistribuídos e encaminhados ao Gabinete do Excelentíssimo Conselheiro Sérgio Ricardo de Almeida.

CERTIFICA, ademais, que para a garantia da regularidade instrumental dos processos, a Secretaria de Tecnologia da Informação – STI/TCE/MT, promoverá a retirada dos Relatórios e Votos eventualmente inseridos pelo Auditor Substituto de Conselheiro em Substituição Luiz Carlos Pereira, em processos ainda não julgados, encaminhando-os, ato contínuo, ao Gabinete do Excelentíssimo Conselheiro Sérgio Ricardo de Almeida, para análise e providências.

(assinatura digital)¹

ÂNGELA PATRÍCIA SOUSA MARQUES
Secretária-geral do Tribunal Pleno

1 Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa nº 9/2012 do TCE/MT.



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

Gerência de Controle de Processos

Diligenciados

Telefone: (65) 3613-7582

GERENCIA DE CONTROLE DE PROCESSOS DILIGENCIADOS
CUMPRIMENTO PRAZO CONFORME DESPACHO

DATA DE NOTIFICAÇÃO: 13/10/2021

PRAZO: 05 dias

VENCIMENTO: 20/10/2021

Até a presente data não deu entrada neste setor o documento que comprove o cumprimento da decisão.

Cuiabá, 21/10/2021

Em razão do acima exposto, encaminha-se ao Gabinete do Conselheiro Interino Luiz Carlos.

Jacqueline Greve

Líder da G.C.P. Diligenciados



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

GERÊNCIA DE REGISTRO E PUBLICAÇÃO

Telefone(s): 65 3613-7678

e-mail: doc_tce@tce.mt.gov.br

PROCESSO N.º: 49.931-5/2021
ASSUNTO: CONTAS ANUAIS DE GOVERNO (PREVIDÊNCIA MUNICIPAL)
PRINCIPAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH
RESPONSÁVEL: IRALDO EBERTZ – Prefeito
RELATOR: CONSELHEIRO INTERINO LUIZ CARLOS PEREIRA

CERTIDÃO

Certifico que o Edital de Notificação nº 468/LCP/2021 foi divulgado no Diário Oficial de Contas – DOC do dia 8-10-2021, sendo considerada como data da publicação o dia 13-10-2021, edição nº 2301.

Certifico, ainda, à remessa dos autos à Gerência de Controle de Processos Diligenciados para aguardar o prazo.

Após, ao Gabinete do Auditor Substituto de Conselheiro em Substituição Luiz Carlos Pereira.

(assinatura digital)
ENEIDA DE AMORIM
Gerente de Registro e Publicação





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

GABINETE DO CONSELHEIRO INTERINO

Luiz Carlos Pereira
Telefone: (65) 3613-7546 / 3613-7577
e-mail: gab.luizcarlos@tce.mt.gov.br

PROCESSO N.º:	49.931-5/2021
ASSUNTO:	CONTAS ANUAIS DE GOVERNO (PREVIDÊNCIA MUNICIPAL)
PRINCIPAL:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH
RESPONSÁVEL:	IRALDO EBERTZ – Prefeito
RELATOR:	CONSELHEIRO INTERINO LUIZ CARLOS PEREIRA

DECISÃO

Sobrevém aos autos o Relatório Técnico de Defesa, elaborado pela Secretaria de Controle Externo de Previdência, opinando pela manutenção dos achados de auditoria classificados como **LB99 (3.1)**, **LB99 (4.1)**, **CB02**, **LB99 (6.1)**, **LB99 (7.1)** e **LB99 (8.1)**, sob a responsabilidade do Sr. Iraldo Ebertz, ex-Prefeito, na prestação das Contas de Governo da Prefeitura Municipal de Tapurah, exercício de 2020 (Doc. Digital n.º 227263/2021).

É o Relatório.

Decido.

Nos termos do artigo 141, § 2º, do Regimento Interno do TCE/MT¹, tratando-se de processos de prestação e tomada de contas, caso o Relatório Técnico de Defesa considere que as irregularidades apontadas não foram sanadas em sua integralidade, deverá ser facultado ao interessado, a apresentação de alegações finais sobre a matéria constante dos autos, mediante publicação de edital no Diário Oficial Eletrônico deste Tribunal.

Assim, em observância ao referido dispositivo regimental, encaminhem-se os autos à Gerência de Registro e Publicação a fim de que seja realizada a notificação do Responsável para, caso queira, apresente alegações finais no prazo de **05 (cinco) dias**.

¹ Art. 141. [...] § 2º. Efetuada a análise da defesa e permanecendo irregularidades não sanadas, o relator concederá ao interessado ou seu procurador, nos processos de prestação e tomada de contas, prazo improrrogável de 5 (cinco) dias para a apresentação das alegações finais sobre matéria constante dos autos, mediante publicação no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas, vedada a juntada de documentos.





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

GABINETE DO CONSELHEIRO INTERINO

Luiz Carlos Pereira
Telefone: (65) 3613-7546 / 3613-7577
e-mail: gab.luizcarlos@tce.mt.gov.br

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Notifico o Sr. Iraldo Ebertz, ex-Prefeito do Município de Tapurah, para, querendo, no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da data desta publicação, apresente **Alegações Finais** nos autos das Contas Anuais de Governo Municipal (RPPS) n.º 49.931-5/2021, com a advertência de que fica expressamente vedada a juntada de quaisquer documentos, nos termos do § 2º, do artigo 141, da Resolução n.º 14/2007 – RITCE/MT.

Informo que o relatório de análise de defesa encontra-se disponível no Núcleo de Expediente deste Tribunal, ficando, desde já, permitido ao interessado, seu procurador ou terceiro mediante autorização por escrito, obter cópia ou gravar conteúdo em meio por ele fornecido, às suas expensas.

Esclareço também que poderá obter Vista Virtual do aludido processo mediante a formulação de requerimento específico no Portal de Serviços do TCE/MT (<https://servicos.tce.mt.gov.br/>).

Publique-se.

Após, envie os autos à Gerência de Controle de Processos Diligenciados para aguardar o prazo.

Posteriormente, retornem-se os autos a este Gabinete.

Gabinete do Relator, Cuiabá-MT, em 07 de outubro de 2021.

LUIZ CARLOS PEREIRA²

Auditor Substituto de Conselheiro em Substituição

² Documento assinado por assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal n.º 11.419/2006





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

PROCESSO Nº	499315/2021
PRINCIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH-MT
ASSUNTO	CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL
RELATOR(A)	AUDITOR SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO EM SUBSTITUIÇÃO LUIZ CARLOS AZEVEDO COSTA PEREIRA

Excelentíssimo Conselheiro,

Em cumprimento ao disposto no artigo 141, do Regimento Interno do TCE e considerando que o relatório técnico foi elaborado em sintonia com as disposições legais, manifesto, nesta oportunidade, para confirmar seu inteiro teor.

Secretaria de Controle Externo de Previdência, Cuiabá, 07/10/2021.

KARISIA GODA CARDOSO PASTOR ANDRADE

Secretário de Controle Externo de Previdência





Relatório Técnico de Defesa

CONTAS DE GOVERNO DA PREVIDÊNCIA MUNICIPAL EXERCÍCIO 2020

TAPURAH-MT

Secretaria de Controle Externo de Previdência
Cuiabá-MT, outubro de 2021





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. ANÁLISE TÉCNICA DA DEFESA.....	4
2.1 Quanto às contribuições previdenciárias patronais	6
2.1.1. Síntese da Defesa:.....	7
2.1.2. Análise da Defesa:	8
2.1.3. Conclusão/Proposta de encaminhamento	9
2.2 Quanto às contribuições previdenciárias dos segurados.....	10
2.2.1. Síntese da Defesa:.....	10
2.2.2. Análise da Defesa:	11
2.2.3. Conclusão/Proposta de encaminhamento:	13
2.3 Quanto ao índice de cobertura das reservas matemáticas	14
2.3.1. Síntese da Defesa:.....	14
2.3.2. Análise da Defesa:	15
2.3.3. Conclusão/Proposta de encaminhamento:	16
2.4 Quanto à compatibilidade do plano de custeio com a avaliação atuarial	16
2.4.1. Síntese da Defesa:.....	16
2.4.2. Análise da Defesa:	18
2.4.3. Conclusão/Proposta de encaminhamento:	20
2.5 Quanto ao registro das provisões matemáticas previdenciárias	20
2.5.1. Síntese da Defesa:.....	20
2.5.2. Análise da Defesa:	21
2.5.3. Conclusão/Proposta de encaminhamento:	22
2.6 Quanto à amortização do déficit.....	22
2.6.1. Síntese da Defesa:.....	23
2.6.2. Análise da Defesa:	25





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

2.6.3. Conclusão/Proposta de encaminhamento:	26
2.7 Quanto à alíquotas suplementares	27
2.7.1. Síntese da Defesa:	27
2.7.2. Análise da Defesa:	29
2.7.3. Conclusão/Proposta de encaminhamento:	30
2.8 Quanto à ausência de demonstração da viabilidade orçamentária e financeira	31
2.8.1. Síntese da Defesa:	31
2.8.2. Análise da Defesa:	32
2.8.3. Conclusão/Proposta de encaminhamento:	33
3. CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO	33





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE DEFESA SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

PROCESSO Nº	:	499315/2021
PRINCIPAL	:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH-MT
CNPJ	:	24.772.253/0001-41
ASSUNTO	:	CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL
GESTOR	:	IRALDO EBERTZ
RELATOR	:	CONSELHEIRO INTERINO LUIZ CARLOS AZEVEDO COSTA PEREIRA
EQUIPE TÉCNICA	:	SILVIO SILVA JUNIOR – AUDITOR PÚBLICO EXTERNO ANDRESA GORGONHA DE NOVAIS MANTOVANI – SUPERVISORA DE CONTROLE EXTERNO DE RPPS

1. INTRODUÇÃO

Trata-se de análise da manifestação (Doc. nº 175360/2021) do ex-Prefeito Municipal de Tapurah-MT, Sr. Iraldo Ebertz, acerca dos apontamentos apresentados no Relatório Técnico Preliminar (Doc. nº 158586/2021), assegurando assim, o contraditório e a ampla defesa previstos no inciso art. 5º, inciso LV da Constituição Federal e nos itens “c” e “d” do art. 137 do Regimento Interno desta Corte de Contas.

2. ANÁLISE TÉCNICA DA DEFESA

Conforme consta no Relatório Técnico Preliminar (Doc. nº 158586/2021), a equipe técnica relatou 08 (oito) irregularidades, sendo os seguintes:

Responsável	Irregularidade	Descrição dos fatos constatados	Tópico	Reincidência
Prefeito Municipal de Tapurah-MT: Iraldo Ebertz	05. Gestão Fiscal/Financeira_Gravíssima_05. Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária do empregador à instituição de previdência (arts. 40 e 195, I, da Constituição Federal).	Conforme informações extraídas do Sistema APLIC, por meio de Declaração de Veracidade e módulo: informações mensais>RPPS> Consulta de contribuições, foi constatada a ausência de recolhimento da contribuição patronal da Prefeitura Municipal, no período de abr e dez de 2020, no valor de R\$ 227.279,59	3.1.2.1	Não





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

Prefeito Municipal de Tapurah-MT: Iraldo Ebertz	DA 07. Gestão Fiscal/Financeira_Gravíssima_07. Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária descontadas dos segurados à instituição devida (arts. 40, 149, § 1º e 195, II, da Constituição Federal; art. 168- A do Decreto-Lei nº 2.848/1940).	Conforme informações expressas em declaração de veracidade, enviada por meio do Sistema APLIC, foi constatado ausência de repasse de contribuições dos segurados da Prefeitura Municipal, correspondente à competências de abr e dez/20, no valor de R\$ 348.280,57.	3.1.2.1	Não
Prefeito Municipal de Tapurah-MT: Iraldo Ebertz	LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.	Desequilíbrio na cobertura das reservas matemáticas, pela falta de um adequado planejamento previdenciário que promova a captação de ativos/recursos suficientes para a melhoria gradativa do alcance do equilíbrio atuarial.	3.2.4.2.	Não
Prefeito Municipal de Tapurah-MT: Iraldo Ebertz	LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.	Ausência de lei específica do ente federativo para implementação do plano de equacionamento do déficit atuarial.	3.2.5.1.1	Não
Prefeito Municipal de Tapurah-MT: Iraldo Ebertz	CB 02. Contabilidade_Grave_02. Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando na inconsistência dos demonstrativos contábeis (art. 83 a 106, da Lei nº 4.320/1964 ou Lei nº 6.404/1976).	Inconsistência no Balanço Patrimonial, pelo registro das provisões matemáticas previdenciárias calculadas com data focal em 31/12/2019, quando deveria utilizar como base a data-focal de 31/12/2020.	3.2.5.1.2.	Não
Prefeito Municipal de Tapurah-MT: Iraldo Ebertz	LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.	O Plano de Amortizado do Déficit Atuarial, homologado pelo Decreto nº 286/2019, não atenderá aos critérios normativos de efetividade descritos no art. 54 da Portaria MF 464/2018, regulamentado pelo art. 9º da Instrução Normativa 07 e pela Portaria ME nº 14816/2020, relativamente à amortização a ser realizada no(s) exercício(s) de 2022, 2023 e 2024, sendo necessária a sua modificação, para fins de amortização do déficit atuarial, de acordo com a proporção estabelecida pelos normativos.	3.2.5.2.1.	Não
Prefeito Municipal de Tapurah-MT: Iraldo Ebertz	LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.	Impossibilidade de certificação de que as alíquotas suplementares propostas pelo Plano de Amortização garantem os recursos econômicos suficientes para amortizar o déficit atuarial, durante todo o plano de custeio, bem como, no tocante ao limite de gastos com pessoal do Poder Executivo imposto pela Lei Complementar nº 101/2020.	3.2.5.2.2.	Não
Prefeito Municipal de Tapurah-MT: Iraldo Ebertz	LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.	Ausência de elaboração do Demonstrativo de Viabilidade Orçamentária, Financeira e Fiscal para o ente federativo, inclusive dos impactos nos limites de gastos impostos pela Lei Complementar nº 101/2000, referente ao Plano de Amortização do Déficit Atuarial aprovado pela Lei nº 125/2018.	3.2.5.2.4.	Não

Fonte: Fl. 48/50 do Doc. nº 158586/2021





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

Segue abaixo análise de defesa:

2.1 Quanto às contribuições previdenciárias patronais

Conforme consta no relatório preliminar, a equipe técnica constatou, com base em informações do Sistema Aplic, um saldo devedor no valor de **R\$ 227.279,59 (duzentos e vinte e sete mil, duzentos e setenta e nove reais e cinquenta e nove centavos)**, conforme memória de cálculo apresentada a seguir:

Competência	DECLARAÇÃO DE VERACIDADE				SITEMA APLIC		
	Patronal devido (R\$)	Patronal Pago (R\$)	Data	Diferença Não Paga (R\$)	Valor devido	Valor Pago	Saldo devedor
Janeiro	R\$ 214.240,36	R\$ 214.240,36	13/02/2020	R\$ -	R\$ 224.557,52	R\$ 224.557,52	R\$ -
(suplementar)	R\$ 41.993,77	R\$ 41.993,77	13/02/2020	R\$ -	R\$ 45.402,12	R\$ 45.402,12	R\$ -
Fevereiro	R\$ 230.229,70	R\$ 230.229,70	22/03/2020	R\$ -	R\$ 230.229,70	R\$ 230.229,70	R\$ -
(suplementar)	R\$ 46.549,17	R\$ 46.549,17	22/03/2020	R\$ -	R\$ 46.549,17	R\$ 46.549,17	R\$ -
Março	R\$ 231.679,44	R\$ 231.679,44	22/04/2020	R\$ -	R\$ 231.679,44	R\$ 231.679,44	R\$ -
(suplementar)	R\$ 46.842,29	R\$ 46.842,29	22/04/2020	R\$ -	R\$ 46.842,29	R\$ 46.842,29	R\$ -
Abril	R\$ 230.241,57	R\$ 230.241,57	16/06/2020	R\$ -	R\$ 230.241,57	R\$ 230.229,70	R\$ 11,87
(suplementar)	R\$ 46.551,22	R\$ 46.551,22	16/06/2020	R\$ -	R\$ 46.551,37	R\$ 46.551,37	R\$ -
Maio	R\$ 231.220,66	R\$ 231.220,66	16/07/2020	R\$ -	R\$ 231.113,96	R\$ 231.113,96	R\$ -
(suplementar)	R\$ 46.749,53	R\$ 46.749,53	16/07/2020	R\$ -	R\$ 46.842,16	R\$ 46.842,16	R\$ -
Junho	R\$ 229.845,61	R\$ 229.845,61	16/07/2020	R\$ -	R\$ 229.831,54	R\$ 229.831,54	R\$ -
(suplementar)	R\$ 46.471,51	R\$ 46.471,51	16/07/2020	R\$ -	R\$ 46.471,51	R\$ 46.471,51	R\$ -
Julho	R\$ 229.848,01	R\$ 229.848,01	18/08/2020	R\$ -	R\$ 229.834,13	R\$ 229.834,13	R\$ -
(suplementar)	R\$ 46.472,00	R\$ 46.472,00	18/08/2020	R\$ -	R\$ 46.471,81	R\$ 46.471,81	R\$ -
Agosto	R\$ 230.854,33	R\$ 230.854,33	15/09/2020	R\$ -	R\$ 230.854,33	R\$ 230.854,33	R\$ -
(suplementar)	R\$ 46.675,46	R\$ 46.675,46	15/09/2020	R\$ -	R\$ 4.661,92	R\$ 4.661,92	R\$ -
Setembro	R\$ 230.395,79	R\$ 230.395,79	19/10/2020	R\$ -	R\$ 230.381,72	R\$ 230.381,72	R\$ -
(suplementar)	R\$ 46.582,75	R\$ 46.582,75	19/10/2020	R\$ -	R\$ 46.582,75	R\$ 46.582,75	R\$ -
Outubro	R\$ 227.955,77	R\$ 227.955,77	09/11/2020	R\$ -	R\$ 227.448,37	R\$ 227.448,37	R\$ -
(suplementar)	R\$ 46.089,42	R\$ 46.089,42	09/11/2020	R\$ -	R\$ 46.582,75	R\$ 46.582,75	R\$ -
Novembro	R\$ 227.976,78	R\$ 227.976,78	08/12/2020	R\$ -	R\$ 499.395,12	R\$ 499.395,12	R\$ -
(suplementar)	R\$ 46.093,66	R\$ 46.093,66	08/12/2020	R\$ -	R\$ 46.089,42	R\$ 46.089,42	R\$ -
Dezembro	R\$ 227.281,79	R\$ 227.281,79	31/12/2020	R\$ -	R\$ 227.253,65	R\$ -	R\$ 227.253,65
(suplementar)	R\$ 45.953,51	R\$ 45.953,51	31/12/2020	R\$ -	R\$ 14,07	R\$ -	R\$ 14,07
TOTAL	R\$ 3.294.794,10	R\$ 3.294.794,10		R\$ -	R\$ 3.491.882,39	R\$ 3.264.602,80	R\$ 227.279,59

Fonte: Fl. 09 do Doc. nº 158586/2021

Ante o exposto, a irregularidade foi classificada como:

Classificação de Irregularidades de acordo com a Resolução Normativa nº 17/2010	
DA 05	DA 05. Gestão Fiscal/Financeira_Gravíssima_05. Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária do empregador à instituição de previdência (arts. 40 e 195, I, da Constituição Federal).
Descrição dos fatos constatados	Conforme informações extraídas do Sistema APLIC, por meio de Declaração de Veracidade e módulo: informações mensais>RPPS> Consulta de contribuições, foi constatada a ausência de recolhimento da contribuição patronal da Prefeitura Municipal, no período de abr e dez de 2020, no valor de R\$ 227.279,59





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

2.1.1. Síntese da Defesa:

Quanto à presente irregularidade, a defesa apresentou os seguintes documentos:

- ✓ declaração de veracidade, competência abril/2020 (fl. 8 do Doc. nº 175360/2021);
- ✓ comprovante de transferência (Competência abril/2020);

20/05/2020 <https://aapj.bb.com.br>

Emissão de comprovantes

15/05/2020 - BANCO DO BRASIL - 14:51:26
400904009 SEGUNDA VIA 0005

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: PMT INSS PREVIDENCIA
AGENCIA: 4009-6 CONTA: 9.386-6

DATA DA TRANSFERENCIA 15/05/2020
NR. DOCUMENTO 554.009.000.023.000
VALOR TOTAL 451.282,63

***** TRANSFERIDO PARA:
CLIENTE: T. PREVI RESERVA BENEF
AGENCIA: 4009-6 CONTA: 23.000-6
NR. DOCUMENTO 554.009.000.009.386

NR. AUTENTICACAO 7.A4D.D6D.C0D.EEA.515

Transação efetuada com sucesso por: JB527838 IRALDO EBERTZ.

Fonte: fl. 9 do Doc. nº 175360/2021

- ✓ resumo da folha de pagamento – 04/2020 (fls. 10/13 do Doc. nº 175360/2021);
- ✓ declaração de veracidade, competência dezembro/2020 (fl. 15 do Doc. nº 175360/2021);
- ✓ comprovante de transferência (Competência dez/2020);

20/01/2021 <https://aapj.tce.mt.gov.br>

30/12/2020 - BANCO DO BRASIL - 15:19:20
400904009 SEGUNDA VIA 0002

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: PMT INSS PREVIDENCIA
AGENCIA: 4009-6 CONTA: 9.386-6

DATA DA TRANSFERENCIA 30/12/2020
NR. DOCUMENTO 554.009.000.023.000
VALOR TOTAL 250.000,00

***** TRANSFERIDO PARA:
CLIENTE: T. PREVI RESERVA BENEF
AGENCIA: 4009-6 CONTA: 23.000-6
NR. DOCUMENTO 554.009.000.009.386

NR. AUTENTICACAO 0.34A.590.B8F.7E2.55A

31/12/2020 - BANCO DO BRASIL - 12:47:13
400904009 SEGUNDA VIA 0002

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: PMT INSS PREVIDENCIA
AGENCIA: 4009-6 CONTA: 9.386-6

DATA DA TRANSFERENCIA 31/12/2020
NR. DOCUMENTO 554.009.000.023.000
VALOR TOTAL 197.109,36

***** TRANSFERIDO PARA:
CLIENTE: T. PREVI RESERVA BENEF
AGENCIA: 4009-6 CONTA: 23.000-6
NR. DOCUMENTO 554.009.000.009.386

NR. AUTENTICACAO 2.BCC.3F1.0A7.8AF.B66

Transação efetuada com sucesso por: JE711815 CARLOS A CAPELETTI.

Fonte: fls. 16/17 do Doc. nº 175360/2021

- ✓ resumo da folha de pagamento – 12/2020 (fls. 18/22 do Doc. nº 175360/2021);





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

2.1.2. Análise da Defesa:

Restou comprovado pela defesa do Sr. Iraldo Ebertz, ex-Prefeito Municipal de Tapurah-MT, que as contribuições patronais relativas às competências 04/2020 e 12/2020 foram efetivamente recolhidas, conforme valores informados na Declaração de Veracidade:

➤ Competência Abril/2020

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE TAPURAH-PREVI

RPPS: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em atendimento às exigências de envio de documentos/informações ao Sistema APLIC, atesto a veracidade das informações encaminhadas nas tabelas RPPS_CONTRIB_PREVID_DEVIDO e RPPS_CONTRIB_PREVID_PAGO, as quais demonstram as seguinte situação de contribuição previdenciárias de órgãos vinculados ao RPPS no exercício de Abril de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS							
Comp.	Segurado Patronal Déficit Atuarial	Valor Devido Ref. abril/2020	Valor Pago Ref. março/2020	Data dos Pagamentos	Multas e Juros Devidos	Multas e Juros Pagos	Saldo Devedor R\$
Março	Segurado	R\$ 174.489,69	R\$ 139.258,38	22/04/2020	-	-	-
	Patronal	R\$ 230.241,57	R\$ 231.679,44	22/04/2020	-	-	-
	Déficit Atuarial	R\$ 46.551,57	R\$ 46.842,29	22/04/2020	-	-	-
Total		R\$ 451.282,83	R\$ 417.780,11				-



Emissão de comprovantes

15/05/2020 - BANCO DO BRASIL - 14:51:26
400904009 SEGUNDA VIA 0005

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: PMT INSS PREVIDENCIA

AGENCIA: 4009-6 CONTA: 9.386-6

DATA DA TRANSFERENCIA 15/05/2020

NR. DOCUMENTO 554.009.000.023.000

VALOR TOTAL 451.282,63

***** TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: T. PREVI RESERVA BENEF

AGENCIA: 4009-6 CONTA: 23.000-6

NR. DOCUMENTO 554.009.000.009.386

NR. AUTENTICACAO 7.A4D.D6D.C0D.EEA.515

Transação efetuada com sucesso por: JB527838 IRALDO EBERTZ.

Fonte: Fls. 9/9 do Doc. nº 175360/2021





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

➤ Competência Dezembro/2020

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE
TAPURAH-PREVI

RPPS: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em atendimento às exigências de envio de documentos/informações ao Sistema APLIC, atesto a veracidade das informações encaminhadas nas tabelas RPPS_CONTRIB_PREVID_DEVIDO e RPPS_CONTRIB_PREVID_PAGO, as quais demonstram as seguinte situação de contribuição previdenciárias de órgãos vinculados ao RPPS no exercício de Dezembro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS

Comp.	Segurado Patronal Déficit Atuarial	Valor devido Ref. Novembro/2020	Data dos Pagamentos	Valor Devido Ref. Dezembro/2020	Data dos Pagamentos	Multas e Juros Pagos	Saldo Devedor R\$
Dezembro	Segurado	R\$ 174.406,51	08/12/2020	R\$ 173.874,06	31/12/2020	-	-
	Patronal	R\$ 227.976,78	08/12/2020	R\$ 227.281,79	31/12/2020	-	-
	Déficit Atuarial	R\$ 46.093,66	08/12/2020	R\$ 45.953,51	31/12/2020	-	-
	Total	R\$ 448.476,95		R\$ 447.109,36			-

20/01/2021

<https://aapj.t>

30/12/2020 - BANCO DO BRASIL - 15:19:20
400904009 SEGUNDA VIA 0002
COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: PMT INSS PREVIDENCIA
AGENCIA: 4009-6 CONTA: 9.386-6
=====

DATA DA TRANSFERENCIA 30/12/2020
NR. DOCUMENTO 554.009.000.023.000
VALOR TOTAL 250.000,00

***** TRANSFERIDO PARA:
CLIENTE: T. PREVI RESERVA BENEF
AGENCIA: 4009-6 CONTA: 23.000-6
NR. DOCUMENTO 554.009.000.009.386
=====

NR. AUTENTICACAO 0.34A.590.B8F.7E2.55A

31/12/2020 - BANCO DO BRASIL - 12:47:13
400904009 SEGUNDA VIA 0002
COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: PMT INSS PREVIDENCIA
AGENCIA: 4009-6 CONTA: 9.386-6
=====

DATA DA TRANSFERENCIA 31/12/2020
NR. DOCUMENTO 554.009.000.023.000
VALOR TOTAL 197.109,36

***** TRANSFERIDO PARA:
CLIENTE: T. PREVI RESERVA BENEF
AGENCIA: 4009-6 CONTA: 23.000-6
NR. DOCUMENTO 554.009.000.009.386
=====

NR. AUTENTICACAO 2.BCC.3F1.0A7.8AF.B66

Transação efetuada com sucesso por: JE711815 CARLOS A CAPELETTI.

Fonte: Fls. 15/17 do Doc. nº 175360/2021

2.1.3. Conclusão/Proposta de encaminhamento

Ante o exposto, conclui-se pelo afastamento da presente irregularidade, relacionada à inadimplência de contribuições previdenciárias patronais.





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

2.2 Quanto às contribuições previdenciárias dos segurados

Conforme consta no relatório preliminar (Doc. nº 158586/2021), a equipe técnica constatou, com base em informações do Sistema Aplic, um saldo devedor no valor de **R\$ 348.280,57 (trezentos e quarenta e oito mil, duzentos e oitenta reais e cinquenta e sete centavos)**, conforme memória de cálculo apresentada a seguir:

Competência	DECLARAÇÃO DE VERACIDADE				SITEMA APLIC		
	Segurado devido (R\$)	Segurado Pago (R\$)	Data	Saldo Devedor (R\$)	Valor devido	Valor Pago	Saldo devedor
Janeiro	R\$ 130.487,01	R\$ 130.487,01	13/02/2020	R\$ -	R\$ 135.705,90	R\$ 135.705,90	R\$ -
Fevereiro	R\$ 138.387,28	R\$ 138.387,28	22/03/2020	R\$ -	R\$ 139.844,74	R\$ 139.844,74	R\$ -
Março	R\$ 139.258,38	R\$ 139.258,38	22/04/2020	R\$ -	R\$ 141.447,98	R\$ 141.447,98	R\$ -
Abril	R\$ 174.489,69	R\$ 174.489,69	16/06/2020	R\$ -	R\$ 177.611,11	R\$ 138.387,28	R\$ 39.223,83
Maio	R\$ 176.686,66	R\$ 176.686,66	16/07/2020	R\$ -	R\$ 141.516,07	R\$ 141.516,07	R\$ -
Junho	R\$ 175.836,20	R\$ 175.836,20	16/07/2020	R\$ -	R\$ 140.665,61	R\$ 140.665,61	R\$ -
Julho	R\$ 175.838,07	R\$ 175.838,07	18/08/2020	R\$ -	R\$ 140.667,48	R\$ 140.667,48	R\$ -
Agosto	R\$ 176.607,86	R\$ 176.607,86	15/09/2020	R\$ -	R\$ 141.437,27	R\$ 141.437,27	R\$ -
Setembro	R\$ 176.257,09	R\$ 176.257,09	19/10/2020	R\$ -	R\$ 140.154,68	R\$ 140.154,68	R\$ -
Outubro	R\$ 174.390,43	R\$ 174.390,43	09/11/2020	R\$ -	R\$ 139.219,84	R\$ 139.219,84	R\$ -
Novembro	R\$ 174.406,51	R\$ 174.406,51	08/12/2020	R\$ -	R\$ 311.961,14	R\$ 311.961,14	R\$ -
Dezembro	R\$ 173.874,06	R\$ 173.874,06	31/12/2020	R\$ -	R\$ 309.056,74	R\$ -	R\$ 309.056,74
TOTAL	R\$ 1.986.519,24	R\$ 1.986.519,24		R\$ -	R\$ 2.059.288,56	R\$ 1.711.007,99	R\$ 348.280,57

Fonte: Fl. 13 do Doc. nº 158586/2021

Ante o exposto, a irregularidade foi classificada como:

Classificação de Irregularidades de acordo com a Resolução Normativa nº 17/2010	
DA 07	DA 07. Gestão Fiscal/Financeira_Gravíssima_07. Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária descontadas dos segurados à instituição devida (arts. 40, 149, § 1º e 195, II, da Constituição Federal; art. 168- A do Decreto-Lei nº 2.848/1940).
Descrição dos fatos constatados	Conforme informações expressas em declaração de veracidade, enviada por meio do Sistema APLIC, foi constatado ausência de repasse de contribuições dos segurados da Prefeitura Municipal, correspondente à competências de abr e dez/20, no valor de R\$ 348.280,57 .

2.2.1. Síntese da Defesa:

Quanto à presente irregularidade, a defesa apresentou os seguintes documentos:

- ✓ declaração de veracidade, competência abril/2020 (fl. 8 do Doc. nº 175360/2021);





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

- ✓ comprovante de transferência (Competência abril/2020);

20/05/2020 <https://aapj.bb.com.br>

Emissão de comprovantes

15/05/2020 - BANCO DO BRASIL - 14:51:26
400904009 SEGUNDA VIA 0005

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: PMT INSS PREVIDENCIA
AGENCIA: 4009-6 CONTA: 9.386-6

DATA DA TRANSFERENCIA 15/05/2020
NR. DOCUMENTO 554.009.000.023.000
VALOR TOTAL 451.282,63

***** TRANSFERIDO PARA:
CLIENTE: T. PREVI RESERVA BENEF
AGENCIA: 4009-6 CONTA: 23.000-6
NR. DOCUMENTO 554.009.000.009.386
NR. AUTENTICACAO 7.A4D.D6D.C0D.EEA.515

Transação efetuada com sucesso por: JB527838 IRALDO EBERTZ

Fonte: fl. 9 do Doc. nº 175360/2021

- ✓ resumo da folha de pagamento – 04/2020 (fls. 10/13 do Doc. nº 175360/2021);
- ✓ declaração de veracidade, competência dezembro/2020 (fl. 15 do Doc. nº 175360/2021);
- ✓ comprovante de transferência (Competência dez/2020);

20/01/2021 <https://aapj.tce.mt.gov.br>

30/12/2020 - BANCO DO BRASIL - 15:19:20
400904009 SEGUNDA VIA 0002

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: PMT INSS PREVIDENCIA
AGENCIA: 4009-6 CONTA: 9.386-6

DATA DA TRANSFERENCIA 30/12/2020
NR. DOCUMENTO 554.009.000.023.000
VALOR TOTAL 250.000,00

***** TRANSFERIDO PARA:
CLIENTE: T. PREVI RESERVA BENEF
AGENCIA: 4009-6 CONTA: 23.000-6
NR. DOCUMENTO 554.009.000.009.386
NR. AUTENTICACAO 0.34A.590.B8F.7E2.55A

31/12/2020 - BANCO DO BRASIL - 12:47:13
400904009 SEGUNDA VIA 0002

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: PMT INSS PREVIDENCIA
AGENCIA: 4009-6 CONTA: 9.386-6

DATA DA TRANSFERENCIA 31/12/2020
NR. DOCUMENTO 554.009.000.023.000
VALOR TOTAL 197.109,36

***** TRANSFERIDO PARA:
CLIENTE: T. PREVI RESERVA BENEF
AGENCIA: 4009-6 CONTA: 23.000-6
NR. DOCUMENTO 554.009.000.009.386
NR. AUTENTICACAO 2.BCC.3F1.0A7.8AF.B66

Transação efetuada com sucesso por: JE711815 CARLOS A CAPELETTI

Fonte: fls. 16/17 do Doc. nº 175360/2021

- ✓ resumo da folha de pagamento – 12/2020 (fls. 18/22 do Doc. nº 175360/2021);

2.2.2. Análise da Defesa:

Restou comprovado pela defesa do Sr. Iraldo Ebertz, ex-Prefeito Municipal de Tapurah-MT, que as contribuições dos segurados relativas às competências 04/2020 e





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

12/2020 foram efetivamente recolhidas, conforme valores informados na Declaração de Veracidade.

➤ Competência Abril/2020

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE
TAPURAH-PREVI

RPPS: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em atendimento às exigências de envio de documentos/informações ao Sistema APLIC, atesto a veracidade das informações encaminhadas nas tabelas RPPS_CONTRIB_PREVID_DEVIDO e RPPS_CONTRIB_PREVID_PAGO, as quais demonstram as seguinte situação de contribuição previdenciárias de órgãos vinculados ao RPPS no exercício de Abril de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS							
Comp.	Segurado Patronal Déficit Atuarial	Valor Devido Ref. abril/2020	Valor Pago Ref. março/2020	Data dos Pagamentos	Multas e Juros Devidos	Multas e Juros Pagos	Saldo Devedor R\$
Março	Segurado	R\$ 174.489,69	R\$ 139.258,38	22/04/2020	-	-	-
	Patronal	R\$ 230.241,57	R\$ 231.679,44	22/04/2020	-	-	-
	Déficit Atuarial	R\$ 46.551,57	R\$ 46.842,29	22/04/2020	-	-	-
Total		R\$ 451.282,83	R\$ 417.780,11				-



Emissão de comprovantes

15/05/2020 - BANCO DO BRASIL - 14:51:26
400904009 SEGUNDA VIA 0005

**COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE**

CLIENTE: PMT INSS PREVIDENCIA
AGENCIA: 4009-6 CONTA: 9.386-6

=====

DATA DA TRANSFERENCIA 15/05/2020
NR. DOCUMENTO 554.009.000.023.000
VALOR TOTAL 451.282,63

******* TRANSFERIDO PARA:**
CLIENTE: T. PREVI RESERVA BENEF
AGENCIA: 4009-6 CONTA: 23.000-6
NR. DOCUMENTO 554.009.000.009.386

=====

NR. AUTENTICACAO 7.A4D.D6D.C0D.EEA.515

Transação efetuada com sucesso por: JB527838 IRALDO EBERTZ.

Fonte: Fls. 9/9 do Doc. nº 175360/2021





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

➤ Competência Dezembro/2020

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE
TAPURAH-PREVI

RPPS: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em atendimento às exigências de envio de documentos/informações ao Sistema APLIC, atesto a veracidade das informações encaminhadas nas tabelas RPPS_CONTRIB_PREVID_DEVIDO e RPPS_CONTRIB_PREVID_PAGO, as quais demonstram a seguinte situação de contribuição previdenciárias de órgãos vinculados ao RPPS no exercício de Dezembro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS

Comp.	Segurado Patronal Déficit Atuarial	Valor devido Ref. Novembro/2020	Data dos Pagamentos	Valor Devido Ref. Dezembro/2020	Data dos Pagamentos	Multas e Juros Pagos	Saldo Devedor R\$
Dezembro	Segurado	R\$ 174.406,51	08/12/2020	R\$ 173.874,06	31/12/2020	-	-
	Patronal	R\$ 227.976,78	08/12/2020	R\$ 227.281,79	31/12/2020	-	-
	Déficit Atuarial	R\$ 46.093,66	08/12/2020	R\$ 45.953,51	31/12/2020	-	-
Total		R\$ 448.476,95		R\$ 447.109,36			-

20/01/2021

<https://aapj.t>

30/12/2020 - BANCO DO BRASIL - 15:19:20
400904009 SEGUNDA VIA 0002
COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: PMT INSS PREVIDENCIA
AGENCIA: 4009-6 CONTA: 9.386-6

DATA DA TRANSFERENCIA 30/12/2020
NR. DOCUMENTO 554.009.000.023.000
VALOR TOTAL 250.000,00
***** TRANSFERIDO PARA:
CLIENTE: T. PREVI RESERVA BENEF
AGENCIA: 4009-6 CONTA: 23.000-6
NR. DOCUMENTO 554.009.000.009.386

NR. AUTENTICACAO 0.34A.590.B8F.7E2.55A

31/12/2020 - BANCO DO BRASIL - 12:47:13
400904009 SEGUNDA VIA 0002
COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: PMT INSS PREVIDENCIA
AGENCIA: 4009-6 CONTA: 9.386-6

DATA DA TRANSFERENCIA 31/12/2020
NR. DOCUMENTO 554.009.000.023.000
VALOR TOTAL 197.109,36
***** TRANSFERIDO PARA:
CLIENTE: T. PREVI RESERVA BENEF
AGENCIA: 4009-6 CONTA: 23.000-6
NR. DOCUMENTO 554.009.000.009.386

NR. AUTENTICACAO 2.BCC.3F1.0A7.0AF.B66

Transação efetuada com sucesso por: JE711815 CARLOS A CAPELETTI.

Fonte: Fls. 15/17 do Doc. nº 175360/2021

2.2.3. Conclusão/Proposta de encaminhamento:

Ante o exposto, conclui-se pelo afastamento da presente irregularidade, relacionada à inadimplência de contribuições previdenciárias dos segurados.





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

2.3 Quanto ao índice de cobertura das reservas matemáticas

Conforme consta no relatório preliminar (Doc. nº 158586/2021), a equipe técnica constatou que houve um decréscimo do índice de cobertura das reservas matemáticas na ordem de 0,04, ou seja, redução de aproximadamente 8,89% em relação ao exercício anterior, o referido índice passou de 0,45 em 2019 para 0,41 em 2020.

Ante o exposto, a irregularidade foi classificada como:

Classificação de Irregularidades de acordo com a Resolução Normativa nº 17/2010	
LB 99	Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.
Resumo do Achado	Desequilíbrio na cobertura das reservas matemáticas, pela falta de um adequado planejamento previdenciário que promova a captação de ativos/recursos suficientes para a melhoria gradativa do alcance do equilíbrio atuarial.

2.3.1. Síntese da Defesa:

Quanto à presente irregularidade, a defesa expõe a informação de que o MT-PREV, RPPS do Estado de Mato Grosso apresenta índice igual a ZERO:

6- Pesquisando as informações contidas no **Radar Previdência**, elaborado pelo Egrégio Tribunal de Contas-MT, ao analisarmos o índice de Cobertura das Reservas Matemáticas do **MT-PREV, RPPS do Estado de Mato Grosso**, seu Índice de Cobertura das Reservas Matemáticas é igual a ZERO, ou seja, o RPPS não possui reserva financeira ou não possui caixa suficiente para custear, pelo menos, uma Folha Mensal de Aposentadoria e Pensão por Morte do plano.

Fonte: Fls. 30/31 do Doc. nº 175360/2021

A defesa argumenta de que o índice de cobertura de reservas matemáticas do RPPS ser igual a 0,41 não se caracteriza uma irregularidade, sendo apenas uma demonstração numérica simples de EQUILÍBRIO ATUARIAL do RPPS:

10- Portanto, o índice de cobertura das Reservas Matemáticas do RPPS, no caso do TAPURAH-PREVI ser igual a 0,41 não se trata de uma irregularidade. Se trata apenas de uma demonstração numérica simples do EQUILÍBRIO ATUARIAL do RPPS, que, neste caso, possui 41% dos recursos necessários para o pagamento de suas obrigações previdenciárias a longo prazo, bem acima dos seus pares em Mato Grosso, cujo índice é de 20%.

11- Reforçamos ainda que não existe na legislação limites mínimos, prudencial ou máximo (como ocorre com os limites da Lei 101/2000 – LRF) dos valores do índice de Cobertura das Reservas Matemáticas, que caracterizam uma irregularidade. O índice apenas, resume de maneira simples, o nível de liquidez e a situação atuarial do RPPS, para análise e tomada de decisões da condução de sua gestão.

Fonte: Fls. 32/33 do Doc. nº 175360/2021





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

2.3.2. Análise da Defesa:

O defendente, Sr. Iraldo Ebertz, ex-Prefeito Municipal de Tapurah-MT, argumenta, de forma comparativa, que o MT Prev não tem caixa para, sequer, custear uma folha de pagamento de benefícios. Ele também argumenta não existir, na legislação, limites mínimos, prudencial ou máximo para os valores do índice de Cobertura das Reservas Matemáticas, não sendo possível, no seu entender, a caracterização de uma irregularidade.

Pois bem, quanto ao comparativo apresentado com o MT Prev, cabe expor que não é medida suficiente para afastar a presente irregularidade. Ademais, o fato de um RPPS encontrar-se em melhor condição do que outro não significa que o primeiro esteja 100% regular. Por fim, cabe expor que esta Secex Previdência também realiza fiscalização junto ao MT Prev.

Já quanto à alegação de que não existe um valor específico para se caracterizar uma irregularidade relacionada ao índice de cobertura das reservas matemáticas, fato é que ocorreu uma piora do referido índice. Conforme exposto no relatório técnico preliminar, o índice de cobertura das reservas matemáticas do exercício de 2019 era de 0,45 enquanto em 2020 passou para 0,41, ou seja, houve um decréscimo na ordem de 0,04, redução de aproximadamente 8,89% em relação ao exercício anterior.

Considerando, meramente, a equação que apura o índice de cobertura, pode-se inferir que os objetivos primordiais da política previdenciária estão restritos à constituição de ativos previdenciários e/ou redução de provisões matemáticas previdenciárias. Assim, o decréscimo do índice significa que houve descapitalização do regime previdenciário de um exercício para outro, representado por uma piora na relação entre os ativos previdenciário e as reservas matemáticas previdenciárias (passivo atuarial).

Dessa forma, a imputação da presente irregularidade se deu não pelo fato de o índice de cobertura das reservas matemáticas ser de 0,41, mas sim pela constatação da piora do referido índice do exercício de 2019 (0,45) para o exercício de 2020 (0,41).

Portanto, a piora do índice representa uma política previdenciária ineficaz, considerando a descapitalização previdenciária caracterizada pela piora do índice de





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

cobertura resultante da relação entre ativos previdenciários e provisões matemáticas previdenciárias.

2.3.3. Conclusão/Proposta de encaminhamento:

Ante o exposto, ratifica-se a presente irregularidade relacionada ao decréscimo do índice de cobertura das reservas matemáticas, na ordem de aproximadamente 8,89% em relação ao exercício anterior, o referido índice passou de 0,45 em 2019 para 0,41 em 2020.

Ademais, recomenda-se promover a política previdenciária necessária para a melhoria da relação entre os ativos do plano previdenciário e os passivos (reservas matemáticas), propiciando a preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS nos termos do caput do art. 40 da Constituição Federal; art. 1º da Lei Federal 9.717/1998; §1º do art. 1º e art. 69 da LRF; e Portaria nº 464/2018.

2.4 Quanto à compatibilidade do plano de custeio com a avaliação atuarial

Conforme consta no relatório preliminar (Doc. nº 158586/2021), a equipe técnica constatou que o atual plano de amortização não foi efetivamente aprovado em lei, considerando que as alíquotas de contribuição do ente foram revistas por meio de Decreto expedido pelo Poder Executivo.

Ante o exposto, a irregularidade foi classificada como:

Classificação de Irregularidades de acordo com a Resolução Normativa nº 17/2010	
LB 99	Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.
Resumo do Achado	Ausência de lei específica do ente federativo para implementação do plano de equacionamento do déficit atuarial.

2.4.1. Síntese da Defesa:

A defesa alega improcedência do apontamento, considera que o Decreto configura como norma específica para implementação do plano de equacionamento do déficit atuarial:





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

Com relação ao apontamento supracitado, informamos a improcedência do apontamento, uma vez que há o Decreto 286 de 13 de novembro de 2019 que configura como norma específica para implementação do plano de equacionamento do déficit atuarial.

Vale destacar que a aplicabilidade do Decreto Municipal 286/2019 é fundamentada no **art. 3º da Lei Complementar nº 108 de 08 de agosto de 2017**, que autoriza a atualização da majoração do plano de custeio por meio de decreto expedido pelo poder executivo, o qual é mencionado expressamente nas considerações do Decreto Municipal.

Art. 3º - Caso a reavaliação atuarial anual indique a necessidade de majoração do plano de custeio, as alíquotas de contribuição do ente poderão ser revistas por meio de Decreto expedido pelo Poder Executivo.

FONTE: Lei Complementar nº 108/2017

Procede do entendimento que os regulamentos não podem aportar à ordem jurídica direito ou obrigação que já não estejam, na lei, previamente caracterizados e de modo suficiente, isto é, nela delineados, ao menos pela indicação dos critérios e balizamentos indispensáveis para o reconhecimento de suas composturas básicas, neste caso o Decreto 286 de 13 de novembro de 2019 é precedente de autorização legislativa quando existe previsão no art.3º da Lei 108/2017.

E ainda sobre a matéria se faz necessário apresentar a definição do plano de custeio conforme expõe a Portaria MF 464/2018.

Portaria MF 464/2018 – ANEXO DOS CONCEITOS. 44 -Plano de custeio: conjunto de alíquotas normais e suplementares e de aportes, discriminados por benefício, para financiamento do plano de benefícios e dos custos com a administração desse plano, necessários para se garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios.

Logo, o plano de custeio abrange as contribuições previdenciárias do custo normal e suplementar, o que não condiz com o apontamento de **Ausência de lei específica do ente federativo para implementação do plano de equacionamento do déficit atuarial**, além de que a Lei 108/2017 foi elaborado de acordo com o modelo de legislação de RPPS, disponibilizada pela Secretária de Previdência Social, na época Ministério da Previdência Social, o qual pode ser comprovado pelo link:
<https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-no-servico-publico/legislacao-dos-rpps/modelo-de-legislao-de-rpps>

Assim pela materialidade apresentada, anexamos o modelo de Lei sugerido pela Secretaria de Previdência, Decreto 286/2019 e a Lei 108/2017, comprovando que a **implementação do plano de equacionamento do déficit atuarial está revestida do princípio da legalidade**, pelo qual instamos pela desconsideração desta irregularidade.

Fonte: Fls. 56/57 do Doc. nº 175360/2021





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

2.4.2. Análise da Defesa:

A presente irregularidade foi apontada tomando-se como critério a Portaria nº 464/2018. Conforme exposto no relatório técnico preliminar (Doc. nº 158586/2021), a referida portaria estabelece a necessidade de adoção de medidas para equacionamento na hipótese de a avaliação atuarial apurar déficit atuarial. Ademais, o § 6º dispõe que o plano de equacionamento do déficit somente será considerado implementado a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo, conforme exposto abaixo:

DO EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

Art. 53. No caso de a avaliação atuarial de encerramento do exercício apurar déficit atuarial, deverão ser adotadas medidas para o seu equacionamento.

...

§ 6º O plano de equacionamento do déficit somente será considerado implementado a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo, observados o prazo e condições previstos no art. 49.

Entretanto, assiste razão à defesa quanto ao fato de que Secretaria de Previdência (Ministério da Economia) disponibiliza em seu endereço eletrônico um modelo de Projeto de Lei de alteração de alíquotas no qual consta o art. 4º nos seguintes termos:

...

Art. 4º Caso a reavaliação atuarial anual indique a necessidade de majoração do plano de custeio, as alíquotas de contribuição do ente poderão ser revistas por meio de Decreto expedido pelo Poder Executivo.⁴

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(LOCAL), (DIA) de (MÊS) de (ANO).

(NOME DO PREFEITO)

Prefeito Municipal

Fonte: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-no-servico-publico/legislacao-dos-rpps/modelo-de-legislao-de-rpps>

Ocorre que, mostra-se equivocada a realização de revisão, por meio de Decreto expedido pelo poder Executivo, das alíquotas de contribuição quando a reavaliação atuarial anual indicar a necessidade de majoração do plano de custeio.

Perceba que, conforme já exposto, o §6º da Portaria nº 464/2018 dispõe que o plano de equacionamento do déficit **somente será considerado implementado a partir do seu estabelecimento em lei** do ente federativo, conforme exposto abaixo:





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

DO EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

Art. 53. No caso de a avaliação atuarial de encerramento do exercício apurar déficit atuarial, deverão ser adotadas medidas para o seu equacionamento.

...

§ 6º O plano de equacionamento do déficit somente será considerado implementado a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo, observados o prazo e condições previstos no art. 49.

A mesma portaria estabelece, em seu art. 55, §3º, que a revisão do plano de amortização implica a implementação, em lei, de novo plano em substituição ao anterior, conforme exposto abaixo:

Art. 55. O plano de amortização deverá observar os critérios definidos em instrução normativa da Secretaria de Previdência, que disporá sobre:

...

III - os percentuais mínimos de déficit que, em caso de sua elevação por ocasião das avaliações atuariais com data focal em 31 de dezembro de cada exercício, exigirão a revisão das contribuições previstas no plano de amortização já implementado em lei.

...

§ 3º A revisão do plano de amortização, a que se refere o inciso III, implica a implementação, em lei, de novo plano em substituição ao anterior, contemplando a alteração das alíquotas e valores dos aportes para todo o período, observando-se, ainda, que:

...

Dessa forma, não se pode permitir que a competência do legislativo de avaliar e aprovar uma eventual alteração do plano de custeio, que já foi aprovado pela mesma casa legislativa, seja afastada por meio da permissibilidade de que tal alteração seja realizada por meio de Decreto expedido pelo poder Executivo.

Ademais, se considerarmos como possível a revisão das alíquotas de contribuição por meio de Decreto expedido pelo poder Executivo quando a reavaliação atuarial anual indicar a necessidade de majoração do plano de custeio, poderemos chegar à seguinte situação, o plano de amortização ser aprovado por meio de lei apenas em uma primeira oportunidade e, a partir daí, ocorrer sucessivas e indefinidas alterações realizadas por meio de Decreto expedido pelo poder Executivo, o que certamente transfiguraria por completo o plano de custeio inicialmente aprovado por lei.

Portanto, em que pese o defendente tenha adotado o modelo de Projeto de Lei de alteração de alíquotas disponibilizado pela Secretaria de Previdência (Ministério da Economia), fato é que tal conduta não se mostra juridicamente correta. Ademais, verifica-se que o modelo disponibilizado pela Secretaria de Previdência (Ministério da Economia) faz



 <p>Tribunal de Contas Mato Grosso TRIBUNAL DO CIDADÃO</p>	<p>SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601 e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br</p>
--	--

referências às Portarias MPS nº 402/2008 e 403/2008, sendo que esta última fora revogada pela Portaria nº 464/2018.

Dessa forma, a presente irregularidade deve ser mantida.

2.4.3. Conclusão/Proposta de encaminhamento:

Ante o exposto, conclui-se pela manutenção da presente irregularidade relacionada à ausência de lei específica do ente federativo para implementação do plano de equacionamento do déficit atuarial.

Ademais, recomenda-se que os próximos planos de equacionamento do déficit sejam implementados a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo, conforme previsão estabelecida no art. 53, §6º da Portaria nº 464/2018.

2.5 Quanto ao registro das provisões matemáticas previdenciárias

Conforme consta no relatório preliminar (Doc. nº 158586/2021), a equipe técnica concluiu pela inconsistência no Balanço Patrimonial relacionadas ao registro contábil das provisões matemáticas previdenciárias.

Ante o exposto, a irregularidade foi classificada como:

Classificação de Irregularidades de acordo com a Resolução Normativa nº 17/2010	
CB 02	Contabilidade_Grave_02. Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando na inconsistência dos demonstrativos contábeis (art. 83 a 106, da Lei nº 4.320/1964 ou Lei nº 6.404/1976).
Resumo do Achado	Inconsistência no Balanço Patrimonial, pelo registro das provisões matemáticas previdenciárias calculadas com data focal em 31/12/2019, quando deveria utilizar como base a data-focal de 31/12/2020.

2.5.1. Síntese da Defesa:

A defesa alega que houve algum problema no sistema, considerando que as informações foram lançadas. Ademais, informa que solicitará reabertura do Aplic para fazer as correções:





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

Quanto ao Registro da Provisões Matemática não geradas nas contas contábeis da XML lançamento conta contábil, acreditamos que foi devido a algum problema no sistema em sua geração, pois essas informações foram lançadas no sistema, como consta no demonstrativo abaixo:

...

...

Informamos a esta Corte que já estaremos solicitando a reabertura do Aplic para fazer as correções conforme dados do DRRA Exercício 2020. (em anexo Relatório e DRAA).

A informações obtidas no Quadro 12 – Provisões Matemáticas registradas foram extraídas do DRRA exercício 2021, lançado no CADEPREV em 28/05/2021. (em anexo Relatório e DRAA).

Fonte: Fls. 66/67 do Doc. nº 175360/2021

2.5.2. Análise da Defesa:

A presente irregularidade foi apontada tomando-se como critério a Portaria nº 464/2018. Conforme exposto no relatório técnico preliminar (Doc. nº 158586/2021), a referida portaria estabelece a avaliação atuarial com data focal em 31 de dezembro de cada exercício deve apurar as provisões matemáticas nos demonstrativos contábeis a serem levantados nessa data, consoante preconizam os incisos VI e VII do §1º do art. 3º, transcritos abaixo:

Art. 3º Deverão ser realizadas avaliações atuariais anuais com data focal em 31 de dezembro de cada exercício, coincidente com o ano civil, que se refiram ao cálculo dos custos e compromissos com o plano de benefícios do RPPS, cujas obrigações iniciar-se-ão no primeiro dia do exercício seguinte.

§ 1º A avaliação atuarial com data focal em 31 de dezembro de cada exercício deverá:

(...)

VI - fornecer as projeções atuariais e a avaliação da situação financeira e atuarial do RPPS, de que trata a Lei Complementar nº 101, de 2000;

VII - apurar as provisões matemáticas previdenciárias a serem registradas nas demonstrações contábeis levantadas nessa data, observadas as normas de contabilidade aplicáveis ao Setor Público;

Assim, a Avaliação Atuarial de 2021 deve calcular o passivo atuarial com a data focal em 31/12/2020 e esse valor deve ser registrado nos demonstrativos contábeis dessa mesma data.

Após análise da manifestação de defesa, constata-se o reconhecimento de que





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

não houve o registro do passivo atuarial com data focal de 31/12/2020, o argumento apresentado é de que possa ter havido algum problema no sistema. A defesa informa que solicitará a reabertura do Aplic para fazer as correções.

2.5.3. Conclusão/Proposta de encaminhamento:

Ante o exposto, ratifica-se a presente irregularidade relacionada à inconsistência no Balanço Patrimonial, pelo registro das provisões matemáticas previdenciárias calculadas com data focal em 31/12/2019, quando deveria utilizar como base a data focal de 31/12/2020.

Ademais, recomenda-se promover o registro nas demonstrações contábeis referentes às provisões matemáticas, apuradas pela avaliação atuarial, com data focal de 31 de dezembro, de cada exercício, nos termos dos incisos VI e VII do §1º do Art. 3º da Portaria nº 464/2018.

2.6 Quanto à amortização do déficit

Conforme consta no relatório preliminar (Doc. nº 158586/2021), a equipe técnica constatou que o plano de amortização então vigente não atende aos seguintes critérios de amortização:

2022	2023	2024
Amortização de, no mínimo, 1/3 do valor necessário para reduzir o principal do déficit.	Amortização de, no mínimo, 2/3 do valor necessário para reduzir o principal do déficit.	Obrigação de iniciar a redução do principal do déficit atuarial.

Ante o exposto, a irregularidade foi classificada como:

Classificação de Irregularidades de acordo com a Resolução Normativa nº 17/2010	
LB 99	Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.
Resumo do Achado	O Plano de Amortizado do Déficit Atuarial, homologado pelo Decreto nº 286/2019, não atenderá aos critérios normativos de efetividade descritos no art. 54 da Portaria MF 464/2018, regulamentado pelo art. 9º da Instrução Normativa 07 e pela Portaria ME nº 14816/2020, relativamente à amortização a ser realizada no(s) exercício(s) de 2022, 2023 e 2024, sendo necessária a sua modificação, para fins de amortização do déficit atuarial, de acordo com a proporção estabelecida pelos normativos.





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

2.6.1. Síntese da Defesa:

A defesa reconhece que o Plano de Amortização aprovado pelo Decreto 286/2019 não atende a Portaria MF 464/2018, entretanto expõe que os parâmetros previstos na referida portaria eram facultativas para a Reavaliação Atuarial do exercício de 2019:

28- De fato, a afirmativa desse Egrégio Tribunal de Contas quanto a efetividade do Plano de Amortização vigente, aprovado pelo Decreto 286/2019, procede, a luz da Portaria MF 464/2018 e sua Instrução Normativa SPREV nº 07/2018.

...

30- Apesar de ter sido publicado em 2019, o artigo 79, informa que os parâmetros previstos na Portaria MF 464/2018 são facultativas para a Reavaliação Atuarial do exercício de 2019, ano-base 31/12/2018 e obrigatórias, a partir da Reavaliação Atuarial do exercício de 2020, ano-base 31/12/2019.

Art. 79, Portaria MF 464/2018 - A aplicação dos parâmetros previstos nesta Portaria é facultativa para a avaliação atuarial relativa ao exercício de 2019, posicionada em 31 de dezembro de 2018, e obrigatória para as avaliações atuariais seguintes

31-Para reforçar a facultatividade da aplicação da Portaria MF 464/2018, sobre as Reavaliações Atuariais do exercício de 2019, data base 31/12/2018, a própria SPREV – Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, responsável pela elaboração da referida Portaria, emitiu a Nota SEI nº 2/2019/COAT/CGACI/SRPPS/SPREV/SEPRT-ME⁴ a respeito de sua facultatividade no exercício de 2019.

32- Nesse caso, o Plano de Amortização proposto na Reavaliação Atuarial do exercício 2019, seguiu integralmente as normas e legislações atuariais facultadas ao Ente Federativo, permanecendo as normas atuariais previstas pela Portaria MPS 403/2008.

Fonte: Fls. 44/45 do Doc. nº 175360/2021

Em seguida expõe que a Reavaliação Atuarial nº 1.458/2020, data focal 31/12/2019, atende aos parâmetros mínimos previstos na Portaria MF 464/2018, Instrução Normativa SPREV nº 07/2018:





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

33- Já a Reavaliação Atuarial nº 1.458/2020, data focal 31/12/2019, o Plano de Amortização proposto foi adequado aos parâmetros mínimos estabelecidas pela legislação (conforme muito bem orientado e explicitado a importância de sua adequação, no Relatório Técnico Preliminar) pela Portaria MF 464/2018, sua Instrução Normativa SPREV nº 07/2018, e a gradação de pagamento dos juros, permitidos pelo artigo 6º, III, a, da Portaria SPREV 14.816 de 19 de junho de 2020.

Art.6º - (...)

III- ficam postergados para o exercício de 2022;

a- a exigência de elevação gradual das alíquotas suplementares, de que trata o parágrafo único do art. 9º da Instrução Normativa nº 07, de 2018.

34- Abaixo, segue uma demonstração da efetividade do Plano de Amortização da Reavaliação Atuarial nº 1.494/2020, data focal 31/12/2019 e a superação dos parâmetros mínimos de gradação, previstos na Portaria MF 464/2018, Instrução Normativa SPREV nº 07/2018.

APLICABILIDADE DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO - REAVALIAÇÃO ATUARIAL EXERCÍCIO 2020

ANO	Parâmetro (Portaria MF 464/2018)	A Prestação do CS sobre quantos % do Juros? *	SALDO DEVEDOR (INÍCIO - período)	AMORTIZAÇÃO	JUROS SOBRE O DÉFICIT ATUARIAL	PRESTAÇÃO GERADA SOBRE O Custo Suplementar	Custo Suplementar	SALDO DEVEDOR (FIM - período)
2020	Não exige valor mínimo	31,9%	(31.901.404,70)	(1.276.968,99)	1.875.802,60	598.833,61	3,70%	(33.178.373,69)
2021	33%	36,1%	(33.178.373,69)	(1.246.810,11)	1.950.888,37	704.078,26	4,30%	(34.425.183,80)
2022	67%	68,0%	(34.425.183,80)	(647.744,26)	2.024.200,81	1.376.456,55	8,32%	(35.072.928,05)
2023	100%	101,0%	(35.072.928,05)	20.622,88	2.062.288,17	2.082.911,05	12,46%	(35.052.305,17)
2024	100%	102,5%	(35.052.305,17)	52.194,64	2.061.075,54	2.113.270,18	12,51%	(35.000.110,53)
2025	100%	104,2%	(35.000.110,53)	86.065,31	2.058.006,50	2.144.071,81	12,55%	(34.914.045,22)
----	----	----	----	---	----	----	----	----

* A Prestação gerada do Custo Suplementar praticado deve ser superior aos limites da I.N. SPREV 0047/2018 - Portaria MF 464/2018.

Efetividade do Plano de Amortização da Reavaliação Atuarial nº 1.458, exercício 2020, data focal 31/12/2019.

Fonte: Fls. 45/46 do Doc. nº 175360/2021

A defesa conclui expondo que o plano proposto supera os limites mínimos de gradação de pagamento de juros permitidos pela Portaria SPREV 14.816 de 19 de junho de 2020:

35- Portanto, registramos que não existe irregularidade quanto ao Plano de Amortização aprovado pelo Decreto 017/2019, apresentado na Reavaliação Atuarial/2019, data base 31/12/2018, elaborada sobre os parâmetros e exigências contidas na Portaria MPS 403/2008.

36- Inclusive, conforme muito bem orientado pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, através do Relatório Preliminar sobre as Contas Anuais de Governo Previdência Municipal, do município de TAPURAH-MT, Processo 499315/2021, o Plano de Amortização vigente precisa ser adequado aos parâmetros da Portaria MF 464/2018, conforme apresentado na Reavaliação Atuarial do exercício de 2020, data focal 31/12/2019.

Além de adequado aos parâmetros mencionadas pela Legislação, o plano proposto, ainda supera os limites mínimos de gradação de pagamento dos juros, permitidos pela Portaria SPREV 14.816 de 19 de junho de 2020, demonstrando ação do Ente Federativo em contribuir para o Equilíbrio Financeiro e Atuarial.

Fonte: Fls. 46/47 do Doc. nº 175360/2021





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

2.6.2. Análise da Defesa:

Assiste razão a defesa quanto ao fato de o art. 79 da Portaria MF 464/2018 estabelecer facultatividade da aplicabilidade em relação à avaliação atuarial do exercício de 2019.

CAPÍTULO XXII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

...

Art. 79. A aplicação dos parâmetros previstos nesta Portaria é facultativa para a avaliação atuarial relativa ao exercício de 2019, posicionada em 31 de dezembro de 2018, e obrigatória para as avaliações atuariais seguintes.

Entretanto, estes autos referem-se às Contas de Governo do Município de Tapurah-MT, **Exercício de 2020**, sendo assim a aplicação dos parâmetros previstos na Portaria MF 464/2019 é obrigatória.

A defesa argumenta que o Plano de Amortização proposto na Reavaliação Atuarial nº 1.458/2020, data focal 31/12/2019, atende aos parâmetros mínimos estabelecidos pela legislação.

Ocorre que o §6º da Portaria nº 464/2018 dispõe que o plano de equacionamento do déficit **somente será considerado implementado a partir do seu estabelecimento em lei** do ente federativo, conforme exposto abaixo:

DO EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

Art. 53. No caso de a avaliação atuarial de encerramento do exercício apurar déficit atuarial, deverão ser adotadas medidas para o seu equacionamento.

...

§ 6º O plano de equacionamento do déficit somente será considerado implementado a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo, observados o prazo e condições previstos no art. 49.

A mesma portaria estabelece, em seu art. 55, §3º, que a revisão do plano de amortização implica a implementação, em lei, de novo plano em substituição ao anterior, conforme exposto abaixo:

Art. 55. O plano de amortização deverá observar os critérios definidos em instrução normativa da Secretaria de Previdência, que disporá sobre:

...

III - os percentuais mínimos de déficit que, em caso de sua elevação por ocasião das avaliações atuariais com data focal em 31 de dezembro de cada exercício, exigirão a revisão das contribuições previstas no plano de amortização já implementado em lei.





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

...
§ 3º A revisão do plano de amortização, a que se refere o inciso III, implica a implementação, em lei, de novo plano em substituição ao anterior, contemplando a alteração das alíquotas e valores dos aportes para todo o período, observando-se, ainda, que:
...

Assim, considerando que o Plano de Amortização proposto na Reavaliação Atuarial nº 1.458/2020, data focal 31/12/2019, não foi efetivamente aprovado em Lei, esta equipe técnica avaliou o Plano de Amortização aprovado por meio do Decreto nº 286/2019 como sendo o plano vigente no exercício de 2020, e nesse contexto concluiu-se que o plano não atende aos parâmetros da Portaria 464/2018. Ademais, a defesa reconhece que tal conclusão é verdadeira, conforme exposto abaixo:

28- De fato, a afirmativa desse Egrégio Tribunal de Contas quanto a efetividade do Plano de Amortização vigente, aprovado pelo Decreto 286/2019, procede, a luz da Portaria MF 464/2018 e sua Instrução Normativa SPREV nº 07/2018.

Fonte: Fl. 44 do Doc. nº 175360/2021

Ante o exposto, a presente irregularidade deve ser mantida.

2.6.3. Conclusão/Proposta de encaminhamento:

A equipe técnica considerou para avaliação do Plano de Amortização vigente em 2020, aquele aprovado por meio do Decreto nº 286/2019, ocasião em que se constatou que o referido plano não atendia aos critérios normativos de efetividade do Plano de Amortização do Déficit Atuarial descritos no art. 54 da Portaria MF 464/2018, regulamentado pelo art. 9º da Instrução Normativa 07 e pela Portaria ME nº 14816/2020, relativamente à amortização a ser realizada nos exercícios 2022, 2023 e 2024.

Em que pese a defesa tenha alegado que Plano de Amortização proposto na Reavaliação Atuarial nº 1.458/2020, data focal 31/12/2019, atenda aos parâmetros mínimos estabelecidos na Portaria MF 464/2018, fato é que esta equipe técnica não constatou a efetiva aprovação em lei do referido plano de amortização, conforme estabelece o §6º da Portaria nº 464/2018.

Ante o exposto, a presente irregularidade deve ser mantida.





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

2.7 Quanto à alíquotas suplementares

Conforme consta no relatório preliminar (Doc. nº 158586/2021), a equipe técnica constatou que a alíquota suplementar corresponde a 3,70%, mas prevê, ao final do plano, uma alíquota de 24,44% em 2047.

Ante o exposto, a irregularidade foi classificada como:

Classificação de Irregularidades de acordo com a Resolução Normativa nº 17/2010	
LB 99	Previdência Grave 99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.
Resumo do Achado	O Plano de Amortização do Déficit Atuarial, homologado de forma irregular pelo Decreto nº 286/2019, apresenta alíquotas finais suplementares ineficazes, proporcionando o desequilíbrio na arrecadação de receitas previdenciárias a curto e/ou médio prazo, bem como o desequilíbrio do Plano de Previdência ao longo do tempo.

2.7.1. Síntese da Defesa:

A defesa argumenta subjetividade na interpretação quanto à factibilidade do Plano de Amortização:

38- Com relação a interpretação de factibilidade do Plano de Amortização, se torna subjetiva essa definição, já que a obrigação legal é que o Plano de Amortização demonstre que as alíquotas de custo suplementar/aporte financeiro, conduzam ao Equilíbrio Financeiro e Atuarial do Plano (amortização do saldo devedor), dentro do prazo permitido pela legislação.

Fonte: Fl. 49 do Doc. nº 175360/2021

Argumenta que, se elevar demasiadamente as alíquotas iniciais o Plano pode ser considerado ineficaz:

39- Elevando demasiadamente as alíquotas iniciais de custo suplementar/aporte financeiro, visando a amortização do Déficit Atuarial no curto prazo (antes do prazo permitido), o Plano pode ser considerado ineficaz, caso o orçamento público não comporte a elevação dos custos do Plano de amortização no seu início e, conseqüentemente, ocorra a existência de inadimplência quanto ao seu pagamento.

Fonte: Fl. 49 do Doc. nº 175360/2021





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

A defesa argumenta que não há nenhuma menção na Portaria MPS 403/2008 sobre o sistema financeiro utilizado, a realização do pagamento pelo Ente e sobre a evolução das prestações e o saldo devedor ao longo do tempo:

40- Quanto à questão do Plano de Amortização da Reavaliação Atuarial/2019, implementado pelo Decreto 286/2019 atingir o percentual de 24,44% a partir de 2031, caracterizando-se infactíveis, informamos que não há nenhuma menção na Portaria MPS 403/2008, que ditou as regras de elaboração da Reavaliação Atuarial do exercício de 2019, sobre o sistema financeiro utilizado, a realização do pagamento pelo Ente (através de valores fixos ou progressivos) e sobre a evolução das Prestações (ou alíquotas) e o Saldo Devedor ao longo do tempo.

41- O artigo 2º, IV, da Portaria MPS 403/2008, descreve que o plano de custeio da Reavaliação Atuarial deverá detalhar o custo normal e o custo suplementar necessários para o atingimento do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.

Art. 2º, IV - PORTARIA MPS 403/2008 - Plano de Custeio: definição das fontes de recursos necessárias para o financiamento dos benefícios oferecidos pelo Plano de Benefícios e taxa de administração, representadas pelas alíquotas de contribuições previdenciárias a serem pagas pelo ente federativo, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas ao respectivo RPPS e aportes necessários ao atingimento do equilíbrio financeiro e atuarial, com detalhamento do custo normal e suplementar;

42- Elaborar o Plano de Amortização definindo seu financiamento através de alíquota ou aporte financeiro de forma fixa ou escalonada, não fere a Portaria MPS 403/2008, já que ela não determina a forma de financiamento;

43- Elaborar o Plano de Amortização, através de Rendas (Anuidades), através do Sistema de Amortização Constante ou através do Sistema Price, não fere a Portaria MPS 403/2008, já que ela não determina o Sistema Financeiro a ser utilizado;

44- Elaborar o Plano de Amortização, tendo sistema de financiamento de forma fixa e constante ou progressiva, parecida como a forma de pagamento de um cartão de crédito, onde a dívida (no caso o Déficit Atuarial) não amortiza os juros no início, postergando esse pagamento, também não fere a Portaria MPS 403/2008, já que ela não determina a forma de amortização dos juros.

Fonte: Fls. 49/50 do Doc. nº 175360/2021





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

Assim, a defesa expõe que o Plano de Amortização proposto na Reavaliação Atuarial do exercício de 2019 atendeu as exigências da Portaria MPS 403/2008:

46- Portanto, o Plano de Amortização proposto na Reavaliação Atuarial do exercício de 2019, data base 31/12/2018, atendeu as exigências da Portaria MPS 403/2008, devido ao final do plano termos evidenciado o financiamento integral do Déficit Atuarial ao final do prazo remanescente, conforme exigido pelo artigo 18, § 1º da Portaria MPS 403/2008.

Fonte: Fl. 52 do Doc. nº 175360/2021

Por fim, a defesa informa que houve redução significativa das alíquotas quando comparado os Planos de Amortização de 2019 ,2020 e 2021:

51- A alteração do regramento atuarial dos RPPS pode ser observada, comparando os Planos de Amortização da Reavaliação Atuarial dos anos de 2019, 2020 e 2021. Vemos uma redução significativa das alíquotas suplementares dos planos, enquanto o Plano de Amortização/2019 apresenta alíquotas finais de 24,44% em 2047, o Plano de Amortização/2020 apresenta alíquotas finais de 13,99% em 2054 e o Plano de Amortização/2021 apresenta alíquotas finais de 7,09% em 2055. Vale ressaltar que a Portaria MF 464/2018, permitiu que os Planos de Amortização possam ser amortizados novamente em 35 anos e conforme a publicação da Portaria SEPRT ME nº 14.816/2020 permitiu que em caráter excepcional, não será considerado o exercício de 2020, para contagem dos prazos remanescentes dos planos de amortização de Déficit Atuarial.

Fonte: Fl. 52 do Doc. nº 175360/2021

2.7.2. Análise da Defesa:

A presente irregularidade foi apontada considerando que, o último plano de amortização homologado, por meio do Decreto nº 286/2019, identificado pela equipe técnica da Secex Previdência, estabeleceu uma alíquota suplementar final de 24,44%, percentual este que prejudica a sustentabilidade de longo prazo do regime próprio de previdência social.

Em que pese a defesa alegar subjetividade quanto à factibilidade do Plano de





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

Amortização, fato é que uma alíquota de 24,44% como sendo de custo suplementar, ou seja, além do custo normal, pode sim ser considerada como infactível, trazendo como consequência o desequilíbrio do Plano de Previdência a longo prazo.

A defesa ainda argumenta que a elevação demasiada das alíquotas iniciais pode ser considerada infactível, e neste ponto assiste razão à defesa, entretanto, faz-se necessário a promover o equilíbrio entre as alíquotas de custo suplementar no curto, médio e longo prazo, evitando, dessa forma, alíquotas iniciais excessivamente inferiores quando comparadas às alíquotas finais.

Ademais, a maior evidência quanto à possibilidade de melhor equilibrar as alíquotas a curto, médio e longo prazo, é a redução significativa das alíquotas suplementares que, conforme o próprio defendente informou, enquanto o Plano de Amortização/2019 apresentou alíquotas finais de 24,44% em 2047, o Plano de Amortização/2020 apresentou alíquotas finais de 13,99% em 2054 e o Plano de Amortização /2021 apresentou alíquotas finais de 7,09% em 2055.

Ante o exposto, a presente irregularidade deve ser ratificada.

2.7.3. Conclusão/Proposta de encaminhamento:

Conclui-se pela ratificação da presente irregularidade relacionada ao Plano de Amortização do Déficit Atuarial, homologado pelo Decreto nº 286/2019, com previsão de alíquotas finais suplementares infactíveis.

Recomenda-se que sejam previstas alíquotas que visem o equilíbrio no curto, médio e longo prazo, buscando, assim, a sustentabilidade do regime próprio de previdência social.





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

2.8 Quanto à ausência de demonstração da viabilidade orçamentária e financeira

Conforme consta no relatório preliminar (Doc. nº 158586/2021), a equipe técnica não constatou o envio do Demonstrativo de Viabilidade Orçamentária, Financeira e Fiscal.

Ante o exposto, a irregularidade foi classificada como:

Classificação de Irregularidades de acordo com a Resolução Normativa nº 17/2010	
LB 99	Previdência a classificar_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010
Resumo do Achado	Ausência de demonstração da viabilidade orçamentária e financeira para o ente federativo, inclusive dos impactos nos limites de gastos impostos pela Lei Complementar nº 101/2000, referente ao Plano de Amortização do Déficit Atuarial homologado irregularmente por meio do Decreto nº 3.338/2020 (Ausência de Lei).

2.8.1. Síntese da Defesa:

Preliminarmente a defesa ressalta que a utilização do formato exigido pela Portaria MF 464/2018 e Instrução Normativa nº 10/2018 foi prorrogado pela Portaria ME 18.084/2020:

Com relação ao apontamento supracitado, informamos que compreendemos o ensejo do Tribunal de Contas em dar ênfase a elaboração do Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio, afim de apurar as condições do Ente Federativo em honrar com as obrigações previdenciárias. No entanto, como o próprio processo 499315/2021 informa, a utilização do formato exigido pela Portaria MF 464/2019 e Instrução Normativa nº 10/2018, foi prorrogado pela Portaria ME 18.084/2020.

Fonte: Fl. 138 do Doc. nº 175360/2021

A defesa informa que o Perfil Atuarial do TAPURAH-PREVI é II, sendo assim a obrigatoriedade do envio do Demonstrativo se dará no exercício de 2022:

Quanto a obrigatoriedade da elaboração do Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio, a Instrução Normativa 10/2018 informa através do artigo 2º § 2º que o prazo de envio e sua periodicidade dependerá do Porte e Perfil Atuarial do RPPS.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10 - § 2º A periodicidade e os prazos de envio do Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio à Secretaria de Previdência serão diferenciados por porte e risco atuarial do RPPS de que tratam o § 2º do art. 2º e o art. 77 da Portaria MF nº 464, de 2018.





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

O artigo 6º, I § 1º da Instrução Normativa 10/2018 enfatiza que o Demonstrativo **deverá ser enviado no prazo de envio do DRAA e sua periodicidade de atualização dependerá do Perfil Atuarial definido no ISP.** De acordo com a publicação do ISP/2020, o Perfil Atuarial do TAPURAH-PREVI é II, sendo sua elaboração e envio obrigatório no exercício de 2022.

Fonte: Fl. 138 do Doc. nº 175360/2021

Também informa que o RPPS vem elaborando Estudos de Viabilidade Econômica, Financeira e Orçamentária, que analisa a capacidade do Ente.

Antes da implantação da Portaria MF 464/2018, o RPPS vem elaborando Estudos de Viabilidade Econômica, Financeira e Orçamentária, que analisa a capacidade do Ente Federativo honrar com suas obrigações previdenciárias. Este Estudo inclusive, separa o Ente Federativo entre Poderes, para verificação dos Limites de Despesa Total com Pessoal, imposto pela Lei 101/2000. Este Estudo segue anexo a essa defesa.

Fonte: Fls. 138/139 do Doc. nº 175360/2021

Por fim, requer que a irregularidade em questão seja sanada, conforme segue:

Desta forma, diante de todo exposto requer seja declarada sanado o apontamento elaborado pela equipe técnica do TCE/MT, devido não existir irregularidade quanto a elaboração do Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio, pois será elaborado conforme formato exigido e enviado no prazo determinado pela Portaria MF 464/2018 e Instrução Normativa nº 10/2018.

Fonte: Fl. 139 do Doc. nº 175360/2021

2.8.2. Análise da Defesa:

A presente irregularidade foi apontada considerando a ausência de elaboração do Demonstrativo de Viabilidade Orçamentária, Financeira e Fiscal, inclusive quanto aos impactos de gastos impostos pela Lei Complementar nº 101/2000.

Em que pese a defesa informar que o Perfil Atuarial do TAPURAH-PREVI é II, o que tornaria obrigatório o envio do demonstrativo apenas no exercício de 2022, fato é que, conforme já exposto no relatório técnico preliminar, a obrigatoriedade de demonstração da viabilidade do plano de custeio é condição necessária visando comprovar que o Ente terá





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

condições de honrar com o custo normal e o custo suplementar, respeitando ainda os limites legais incidentes sobre a folha de pagamento.

A Portaria ME 18.084/2020 prorrogou a aplicabilidade do formato exigido pela Portaria MF 464/2018 e a Instrução Normativa MF 10/2018, ou seja, apesar de o ente estar desobrigado, provisoriamente, de adotar os moldes propostos pelo art. 64 da Portaria nº 464/2018, é importante ressaltar que a obrigatoriedade de demonstração da viabilidade do plano de custeio ainda persiste.

Ante o exposto, a presente irregularidade deve ser ratificada.

2.8.3. Conclusão/Proposta de encaminhamento:

Ante o exposto, ratifica-se a presente irregularidade relacionada a ausência de elaboração do Demonstrativo de Viabilidade Orçamentária, Financeira e Fiscal, inclusive quanto aos impactos de gastos impostos pela Lei Complementar nº 101/2000.

Ademais, recomenda-se que o Demonstrativo de Viabilidade Orçamentária, Financeira e Fiscal seja elaborado, inclusive quanto aos impactos de gastos impostos pela Lei Complementar nº 101/2000, e enviado via sistema APLIC no próximo exercício.

3. CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Conclui-se, portanto, pela manutenção das seguintes irregularidades apontadas no relatório técnico preliminar (Doc. nº 158586/2021):

Responsável	Irregularidade	Descrição dos fatos constatados	Reincidência	Análise de defesa
Prefeito Municipal de Tapurah-MT: Iraldo Ebertz	DA 05. Gestão Fiscal/Financeira_Gravíssima_05. Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária do empregador à instituição de previdência (arts. 40 e 195, I, da Constituição Federal).	Conforme informações extraídas do Sistema APLIC, por meio de Declaração de Veracidade e módulo: informações mensais>RPPS> Consulta de contribuições, foi constatada a ausência de recolhimento da contribuição patronal da Prefeitura Municipal, no período de abr e dez de 2020, no valor de R\$ 227.279,59	Não	Irregularidade sanada
Prefeito Municipal de Tapurah-MT:	DA 07. Gestão Fiscal/Financeira_Gravíssima_07. Não-recolhimento	Conforme informações expressas em declaração de veracidade, enviada por meio do	Não	Irregularidade sanada





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

Responsável	Irregularidade	Descrição dos fatos constatados	Reincidência	Análise de defesa
Iraldo Ebertz	das cotas de contribuição previdenciária descontadas dos segurados à instituição devida (arts. 40, 149, § 1º e 195, II, da Constituição Federal; art. 168- A do Decreto-Lei nº 2.848/1940).	Sistema APLIC, foi constatado ausência de repasse de contribuições dos segurados da Prefeitura Municipal, correspondente à competências de abr e dez/20, no valor de R\$ 348.280,57.		
Prefeito Municipal de Tapurah-MT: Iraldo Ebertz	LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.	Desequilíbrio na cobertura das reservas matemáticas, pela falta de um adequado planejamento previdenciário que promova a captação de ativos/recursos suficientes para a melhoria gradativa do alcance do equilíbrio atuarial.	Não	Irregularidade mantida
Prefeito Municipal de Tapurah-MT: Iraldo Ebertz	LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.	Ausência de lei específica do ente federativo para implementação do plano de equacionamento do déficit atuarial.	Não	Irregularidade mantida
Prefeito Municipal de Tapurah-MT: Iraldo Ebertz	CB 02. Contabilidade_Grave_02. Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando na inconsistência dos demonstrativos contábeis (art. 83 a 106, da Lei nº 4.320/1964 ou Lei nº 6.404/1976).	Inconsistência no Balanço Patrimonial, pelo registro das provisões matemáticas previdenciárias calculadas com data focal em 31/12/2019, quando deveria utilizar como base a data-focal de 31/12/2020.	Não	Irregularidade mantida
Prefeito Municipal de Tapurah-MT: Iraldo Ebertz	LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.	O Plano de Amortizado do Déficit Atuarial, homologado pelo Decreto nº 286/2019, não atenderá aos critérios normativos de efetividade descritos no art. 54 da Portaria MF 464/2018, regulamentado pelo art. 9º da Instrução Normativa 07 e pela Portaria ME nº 14816/2020, relativamente à amortização a ser realizada no(s) exercício(s) de 2022, 2023 e 2024, sendo necessária a sua modificação, para fins de amortização do déficit atuarial, de acordo com a proporção estabelecida pelos normativos.	Não	Irregularidade mantida
Prefeito Municipal de Tapurah-MT: Iraldo Ebertz	LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.	O Plano de Amortização do Déficit Atuarial, homologado de forma irregular pelo Decreto nº 286/2019, apresenta alíquotas finais suplementares infatíveis, proporcionando o desequilíbrio na arrecadação de receitas previdenciárias a curto e/ou médio prazo, bem como o desequilíbrio do Plano de Previdência ao longo do tempo.	Não	Irregularidade mantida





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

Responsável	Irregularidade	Descrição dos fatos constatados	Reincidência	Análise de defesa
Prefeito Municipal de Tapurah-MT: Iraldo Ebertz	LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.	Ausência de elaboração do Demonstrativo de Viabilidade Orçamentária, Financeira e Fiscal para o ente federativo, inclusive dos impactos nos limites de gastos impostos pela Lei Complementar nº 101/2000, referente ao Plano de Amortização do Déficit Atuarial aprovado pela Lei nº 125/2018.	Não	Irregularidade mantida

Por fim, propõe-se as seguintes recomendações:

- i. Considerando os atrasos nos recolhimentos das contribuições previdenciárias competência abr/2020 e mai/2020, sugere-se que seja determinada abertura de processo de Tomada de Contas Ordinária a fim de que haja a análise quanto ao dano ao erário e ao responsável pelo atraso;
- ii. Recomenda-se promover a política previdenciária necessária para a melhoria da relação entre os ativos do plano previdenciário e os passivos (reservas matemáticas), propiciando a preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS nos termos do caput do art. 40 da Constituição Federal; art. 1º da Lei Federal 9.717/1998; §1º do art. 1º e art. 69 da LRF; e Portaria nº 464/2018. (tópico 2.3);
- iii. Recomenda-se que os próximos planos de equacionamento do déficit sejam implementados a partir do seu estabelecimento em lei, conforme previsão estabelecida no art. 53, §6º da Portaria nº 464/2018 (tópico 2.4);
- iv. Recomenda-se promover o registro nas demonstrações contábeis referentes às provisões matemáticas, apuradas pela avaliação atuarial, com data focal de 31 de dezembro, de cada exercício, nos termos dos incisos VI e VII do §1º do Art. 3º da Portaria nº 464/2018 (tópico 2.5);
- v. Recomenda-se que sejam previstas alíquotas suplementares que visem o equilíbrio no curto, médio e longo prazo, buscando, assim, a sustentabilidade do regime próprio de previdência social (tópico 2.7);





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

- vi. Recomenda-se elaborar o Demonstrativo de Viabilidade Orçamentária, Financeira e Fiscal, inclusive quanto aos impactos de gastos impostos pela Lei Complementar nº 101/2000 e enviar, via sistema APLIC, no próximo exercício (tópico 2.8);

É o relatório de análise da defesa.

Secretaria de Controle Externo de Previdência, Cuiabá-MT, 07/10/2021.

(Assinatura Digital)

Silvio Silva Junior

Auditor Público Externo

(Assinatura Digital)

Andresa Gorgonha de Novais Mantovani

Supervisora de Controle Externo de RPPS



TERMO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS

Aos 06 dias do mês de AGOSTO do ano de 2021, às 08:27:26, por ordem do Exmo. Sr. Relator, Conselheiro LUIZ CARLOS PEREIRA, procedi a juntada aos autos deste processo - nº 499315 - 2021, de fl(s) 446 a(s) 587, tendo como interessado principal o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH, que trata do(a) DOCUMENTACAO, do(s) documento(s) protocolizado(s) sob o numero 578150 - 2021, o(s) qual(is) passa(m) a constituir os presentes autos. Com este fim e para constar, eu, MARIA JOSE DE PAULA CORREA, lavrei o presente termo, que vai por mim assinado.

MARIA JOSE DE PAULA CORREA
(Servidor responsável)



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

GABINETE DO AUDITOR SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO EM SUBSTITUIÇÃO
LUIZ CARLOS PEREIRA
Telefone: (65) : 65 3613-2983 / 7167
e-mail: gab.luizcarlos@tce.mt.gov.br

PROCESSO N.º:	57.815-0/2021
ASSUNTO:	DOCUMENTAÇÃO
PRINCIPAL:	PREFEITURA MUNICIPAL TAPURAH
RESPONSÁVEL:	IRALDO EBERTZ – Prefeito Municipal
RELATOR:	AUDITOR SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO EM SUBSTITUIÇÃO LUIZ CARLOS PEREIRA

DESPACHO

Trata-se de Documentação apresentada pelo Sr. Iraldo Ebertz, Prefeito Municipal de Tapurah, consistente em manifestação de defesa nos autos das Contas Anuais de Governo Municipal (RPPS) n.º 49.931-5/2021.

Encaminhe-se a presente Documentação à Gerência de Controle de Processos Diligenciados para que promova a sua juntada ao aludido processo.

Após a juntada, remetam-se os autos à Secex de Previdência.

Gabinete do Relator, Cuiabá–MT, em 05 de agosto de 2021.

LUIZ CARLOS PEREIRA¹

Auditor Substituto de Conselheiro em Substituição
(Portaria 015/2020, DOC TCE/MT de 19/02/2020)

¹ Documento assinado por assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal n.º 11.419/2006





TAPURAH

PREFEITURA

OFÍCIO N° 107/2021/GP/PMT

Tapurah-MT, 03 de agosto de 2021.

Ao Excelentíssimo

Sr. Luiz Carlos Pereira

Conselheiro Interino do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Cuiabá-MT

Assunto: Envio de defesa sobre as contas anuais de Governo – Processo nº 49.931-5/2021.

Unidade Gestora: 1114362 – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT.

A par de respeitosamente cumprimentá-lo, sirvo-me do presente para encaminhar a defesa do Sr. Iraldo Ebertz, sobre as contas anuais de Governo (Previdência Municipal), relativas ao exercício financeiro de 2020, referente ao Processo nº 49.931-5/2021, conforme solicitado pelo ex gestor por meio do Ofício nº 01/2021 (em anexo).

Ao ensejo, renovamos os mais valiosos cumprimentos.

Cordialmente.

ODAIR CESAR NUNES
Prefeito Municipal em Exercício





Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

CNPJ 04.963.339/0001-44

SUMÁRIO

Ofício de Encaminhamento	03
Apresentação da Diretora da UG	04
Do Relatório Técnico	05 a 06
Da Defesa	
Item 01	07 a 13
Item 02	14 a 22
Item 03	23 a 54
Item 04	55 a 65
Item 05	66 a 136
Item 06	23 a 54
Item 07	23 a 54
Item 08	137 a 139

OFÍCIO N° 01/2021

Tapurah-MT, 03 de agosto de 2021.

Excelentíssimo Senhor
Odair Cesar Nunes
Prefeito Municipal de Tapurah-MT

Assunto: Envio de defesa sobre as contas anuais de Governo (Previdência Municipal), relativas ao exercício de 2020, processo nº 49.931-5/2021.

Senhor Prefeito,

A par de respeitosamente cumprimentá-lo, sirvo-me do presente para solicitar a Vossa Excelência, que se digne a enviar, via protocolo virtual, a defesa sobre a análise das contas anuais de Governo (Previdência Municipal), relativas ao exercício de 2020, sob minha responsabilidade, referente ao Processo nº 49.931-5/2021 do TCE-MT.

Sem mais para o momento, elevo votos de estima e apreço.

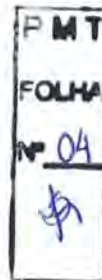

IRALDO EBERTZ



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

CNPJ 04.963.339/0001-44



Processo n.º N.º 49.931-5/2021 - TCE

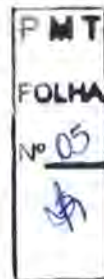
SOLANGE APARECIDA ALVES DE SOUZA, brasileira, casada, Diretora Executiva do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah, portadora da Cédula de Identidade n.º 0.803.777-9/SSP/MT e inscrita no CPF sob o n.º 571.296-901-78, residente e domiciliada na Rua dos Cedros nº 707, Bairro Cristo Rei, neste Município, vem, com o devido acatamento e respeito, perante a augusta presença de Vossa Excelência apresentar a Defesa sobre os pontos constantes no processo citado.



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

CNPJ 04.963.339/0001-44



Do Relatório:

1. DA 05. Gestão Fiscal/Financeira_Gravíssima_05. Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária do empregador à instituição de previdência (arts. 40 e 195, I, da Constituição Federal).

1.1 Conforme informações extraídas do Sistema APLIC, por meio de Declaração de Veracidade e módulo: informações mensais>RPPS> Consulta de contribuições, foi constatada a ausência de recolhimento da contribuição patronal da Prefeitura Municipal, no período de abr e dez de 2020, no valor de R\$ 227.279,59.

2. DA 07. Gestão Fiscal/Financeira_Gravíssima_07. Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária descontadas dos segurados à instituição devida (arts. 40, 149, § 1º e 195, II, da Constituição Federal; art. 168- A do Decreto-Lei nº 2.848/1940).

2.1 Conforme informações expressas em declaração de veracidade, enviada por meio do Sistema APLIC, foi constatado ausência de repasse de contribuições dos segurados da Prefeitura Municipal, correspondente à competência de abr. e dez/20, no valor de R\$ 348.280,57.

3. LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.

3.1 Desequilíbrio na cobertura das reservas matemáticas, pela falta de um adequado planejamento previdenciário que promova a captação de ativos/recursos suficientes para a melhoria gradativa do alcance do equilíbrio atuarial.

4. LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.

4.1 Ausência de lei específica do ente federativo para implementação do plano de equacionamento do déficit atuarial.

5. CB 02. Contabilidade_Grave_02. Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando na inconsistência dos demonstrativos contábeis (art. 83 a 106, da Lei nº 4.320/1964 ou Lei nº 6.404/1976).

5.1 Inconsistência no Balanço Patrimonial, pelo registro das provisões matemáticas previdenciárias calculadas com data focal em 31/12/2019, quando deveria utilizar como base a data-focal de 31/12/2020.

6. LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.

6.1 O Plano de Amortizado do Déficit Atuarial, homologado pelo Decreto nº 286/2019, não atenderá aos critérios normativos de efetividade descritos no art. 54 da Portaria MF 464/2018, regulamentado pelo art. 9º da Instrução Normativa 07 e pela Portaria ME nº 14816/2020, relativamente à amortização a ser realizada no(s) exercício(s) de 2022, 2023 e 2024, sendo necessária a ser modificação, para fins de amortização do déficit atuarial, de acordo com a proporção estabelecida pelos normativos.

7. LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.

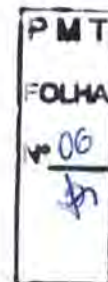
7.1 Impossibilidade de certificação de que as alíquotas suplementares propostas pelo Plano de Amortização garantem os recursos econômicos



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

CNPJ 04.963.339/0001-44



suficientes para amortizar o déficit atuarial, durante todo o plano de custeio, bem como, no tocante ao limite de gastos com pessoal do Poder Executivo imposto pela Lei Complementar nº 101/2020.

8. LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.

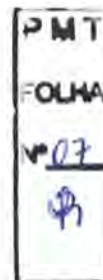
8.1 Ausência de elaboração do Demonstrativo de Viabilidade Orçamentária, Financeira e Fiscal para o ente federativo, inclusive dos impactos nos limites de gastos impostos pela Lei Complementar nº 101/2000, referente ao Plano de Amortização do Déficit Atuarial aprovado pela Lei nº 125/2018.



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

CNPJ 04.963.339/0001-44



Da Defesa:

ITEM 01:

1. DA 05. Gestão Fiscal/Financeira_Gravíssima_05. Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária do empregador à instituição de previdência (arts. 40 e 195, I, da Constituição Federal).

1.1 Conforme informações extraídas do Sistema APLIC, por meio de Declaração de Veracidade e módulo: informações mensais>RPPS> Consulta de contribuições, foi constatada a ausência de recolhimento da contribuição patronal da Prefeitura Municipal, no período de abr e dez de 2020, no valor de R\$ 227.279,59.



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

E-mail: tapurahprevi@hotmail.com; previdencia@tapurah.mt.gov.br

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE TAPURAH-PREVI

RPPS: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em atendimento às exigências de envio de documentos/informações ao Sistema APLIC, atesto a veracidade das informações encaminhadas nas tabelas RPPS_CONTRIB_PREVID_DEVIDO e RPPS_CONTRIB_PREVID_PAGO, as quais demonstram a seguinte situação de contribuição previdenciárias de órgãos vinculados ao RPPS no exercício de Abril de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS						
Comp.	Segurado Patronal Déficit Atuarial	Valor Devido Ref. abril/2020	Valor Pago Ref. março/2020	Data dos Pagamentos	Multas e Juros Devidos	Multas e Juros Pagos
Março	Segurado	R\$ 174.489,69	R\$ 139.258,38	22/04/2020	-	-
	Patronal	R\$ 230.241,57	R\$ 231.679,44	22/04/2020	-	-
	Déficit Atuarial	R\$ 46.551,57	R\$ 46.842,29	22/04/2020	-	-
	Total	R\$ 451.282,83	R\$ 417.780,11			

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPURAH – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS						
Comp.	Segurado Patronal Déficit Atuarial	Valor Devido Ref. abril/2020	Valor Pago Ref. abril/2020	Data dos Pagamentos	Multas e Juros Devidos	Multas e Juros Pagos
Abril	Segurado	R\$ 4.175,00	R\$ 4.175,00	28/04/2020	-	-
	Patronal	R\$ 5.457,35	R\$ 5.457,35	28/04/2020	-	-
	Déficit Atuarial	R\$ 1.103,39	R\$ 1.103,39	28/04/2020	-	-
	Total	R\$ 10.735,74	R\$ 10.735,74			

Solange Aparecida Alves de Souza

CPF 571.296.901-78

Diretora Executiva

Tapurah-Previ

Matrícula 2300



20/05/2020

<https://aapj.bb.com.br/apf-apj-web/index.html?v=2.16.6>

G3382009141780931
20/05/2020 09:18:50



Emissão de comprovantes

15/05/2020 - BANCO DO BRASIL - 14:51:26
400904009 SEGUNDA VIA 0005
COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: PMT INSS PREVIDENCIA
AGENCIA: 4009-6 CONTA: 9.386-6
=====

DATA DA TRANSFERENCIA	15/05/2020
NR. DOCUMENTO	554.009.000.023.000
VALOR TOTAL	451.282,63

***** TRANSFERIDO PARA:
CLIENTE: T. PREVI RESERVA BENEF
AGENCIA: 4009-6 CONTA: 23.000-6
NR. DOCUMENTO 554.009.000.009.386
=====

NR.AUTENTICACAO 7.A4D.D6D.C0D.EEA.515



Transação efetuada com sucesso por: JB527838 IRALDO EBERTZ.



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH MT

TAPURAH - MT, AVENIDA RIO DE JANEIRO, Nº 125, CENTRO

Data: Terça-feira, 5 de Maio de 2020

PM
FOLHA
Nº 10

RESUMO DA FOLHA DE PAGAMENTO - 04/2020

CÓD TCE	EMPENHO	EVENTOS	BASE PRÓPRIA	BASE GERAL	VALOR	LCT.	
99	SIM	1	SALARIO MENSAL	950.816,30	0,00	950.816,30	367
99	SIM	2	VENCIMENTO MENSAL	33.002,85	0,00	61.212,33	11
20	SIM	12	INSALUBRIDADE 20%	0,00	0,00	14.372,20	71
20	SIM	13	INSALUBRIDADE 40%	0,00	0,00	4.180,00	10
22	SIM	15	ADICIONAL NOTURNO VALOR	0,00	0,00	301,70	1
21	SIM	16	ATS	75.918,83	0,00	75.918,83	339
99	SIM	17	SALDO DE SALARIO	1.034,09	0,00	1.034,09	1
25	SIM	21	PERICULOSIDADE	0,00	0,00	5.141,55	9
19	SIM	22	HORA EXTRA 50%	0,00	0,00	24.807,51	60
19	SIM	24	HORAS EXTRAS 100%	0,00	0,00	9.695,25	18
24	SIM	26	13º PROPORCIONAL	890,05	0,00	890,05	2
99	SIM	74	SUBSIDIO	5.061,52	0,00	10.268,68	1
23	SIM	75	FERIAS NORMAIS	52.640,97	0,00	65.907,93	30
23	SIM	77	1/3 DE FÉRIAS	0,00	0,00	21.969,21	30
23	SIM	80	FERIAS MÊS SEGUINTE	0,00	0,00	22.181,01	17
23	SIM	81	1/3 FERIAS MÊS SEGUINTE	0,00	0,00	7.393,60	17
23		83	FERIAS PAGA MÊS ANTERIOR	54.966,43	0,00	63.596,71	68
23	SIM	96	FÉRIAS PROPORCIONAIS RESCISÃO	0,00	0,00	2.023,84	2
23	SIM	99	1/3 FERIAS PROPORCIONAIS RESCISÃO	0,00	0,00	674,62	2
99	SIM	109	DIFERENCA SALARIO NAO RECEBIDO	0,00	0,00	3.175,72	11
22	SIM	255	ADICIONAL NOTURNO HORA NAO RECEBIDO	0,00	0,00	477,40	1
99	SIM	265	DESLOCAMENTO ACS	0,00	0,00	944,01	8
99	SIM	266	DESLOCAMENTO INFERIOR 250 KM	0,00	0,00	938,00	7
99	SIM	269	DESLOCAMENTO TECNICO ENFERMAGEM	0,00	0,00	1.153,08	3
99	SIM	279	ESTORNO DE FALTA EM DIAS	91,14	0,00	91,14	1
48	SIM	297	FUNCAO GRATIFICADA PROPORCIONAL	0,00	0,00	1.926,28	7
99	SIM	299	GRATIFICACAO COORD UNIDADE ESCOLAR	0,00	0,00	8.198,40	9
99	SIM	303	GRATIFICACAO COORDENADOR MUNICIPAL	0,00	0,00	3.249,46	3
99	SIM	308	GRATIFICACAO DIRECAO ESCOLAR	0,00	0,00	4.279,31	4
99	SIM	312	GRATIFICACAO SECRETARIO ESCOLAR	0,00	0,00	878,21	2
30	SIM	316	AULAS EXCEDENTES	0,00	0,00	1.082,37	1
29	SIM	331	PLANTAO ENFER. E FARMAC. 06 HS SEG A SEX	0,00	0,00	794,40	2
29	SIM	332	PLANTAO ENFER. E FARMAC. 12 HS SEG A SEX	0,00	0,00	1.986,00	3
29	SIM	339	PLANTAO TEC.ENF.RAD.LAB. 06 HS SEG A SEXTA	0,00	0,00	3.669,12	11
29	SIM	340	PLANTAO TEC.ENF.RAD.LAB. 12 HS SEGUNDA A SEXTA	0,00	0,00	1.397,76	6
99	SIM	369	VERBA LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	5.371,70	17
99	SIM	413	GRATIFICACAO INCENTIVO ACS	0,00	0,00	2.542,08	23
29	SIM	440	PLANTAO ENF/FAR 12 HS SAB DOM FER	0,00	0,00	2.124,48	3
99	SIM	465	GRAT. INCENTIVO ACS NÃO RECEBIDO	0,00	0,00	206,49	1
60	SIM	483	LICENÇA PRÊMIO	32.511,66	0,00	32.511,66	13
23		505	1/3 FERIAS PAGA MÊS ANTERIOR	0,00	0,00	21.198,66	68
19	SIM	510	HORA EXTRA 50% NÃO RECEBIDO	0,00	0,00	595,79	2
99	SIM	515	GRATIFICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	0,00	0,00	8.105,91	9
99	SIM	516	GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO A PRODUT. E COORDENAÇÃO	0,00	0,00	4.211,88	4
29	SIM	519	PLANTAO ENFER. E FARMAC. 06HS SÁB. E DOM.	0,00	0,00	796,68	2

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH MT**

TAPURAH - MT, AVENIDA RIO DE JANEIRO, Nº 125, CENTRO

Data: Terça-feira, 5 de Maio de 2020

**RESUMO DA FOLHA DE PAGAMENTO - 04/2020**

29	SIM	525	PLANTAO TEC.ENF.RAD.LAB. 06 HS SAB E DOM	0,00	0,00	3.587,94	14
29	SIM	526	PLANTAO TEC/ENF/RAD/LAB. 12 HS SAB E DOM	0,00	0,00	2.083,32	6
22	SIM	552	ADICIONAL NOTURNO HORA	0,00	0,00	7.432,04	30
29	SIM	554	PLANTAO MOTORISTA VEICULOS LEVES 6HS SEG A SEX	0,00	0,00	507,78	5
29	SIM	556	PLANTAO MOTORISTA VEICULOS LEVES 6HS SAB/DOM/FER	0,00	0,00	192,84	2
29	SIM	558	PLANTAO MOTORISTA VEICULOS LEVES 12HS SEG A SEX	0,00	0,00	1.740,96	5
29	SIM	560	PLANTAO MOTORISTA VEICULOS LEVES 12HS SAB/DOM/FER	0,00	0,00	385,68	2
29	SIM	564	PLANTAO AGENTE SERV. GERAIS 6HS SAB/DOM/FER	0,00	0,00	490,32	2
29	SIM	566	PLANTAO AGENTE SERV. GERAIS 12HS SEG A SEX	0,00	0,00	122,40	1
29	SIM	574	PLANTAO OPERADOR MAQ PES II 6HS SAB/DOM/FER	0,00	0,00	1.802,70	2
29	SIM	578	PLANTAO OPERADOR MAQ PES III 6HS SAB/DOM/FER	0,00	0,00	4.536,24	5
29	SIM	582	PLANTAO MOT VEIC PESADOS 6HS SAB/DOM/FER	0,00	0,00	2.470,00	7
29	SIM	588	PLANTAO MECANICO 12HS SAB/DOM/FER	0,00	0,00	380,73	1
29	SIM	595	PLANTAO AGENTE SER. PUBLICOS 6HS SAB/DOM/FER	0,00	0,00	1.023,32	3
29	SIM	599	PLANTAO VIGIA 6HS SEG A SEX	0,00	0,00	1.112,82	2
29	SIM	601	PLANTAO VIGIA 6HS SAB/DOM/FER	0,00	0,00	1.151,98	2
29	SIM	603	PLANTAO VIGIA 12HS SEG A SEX	0,00	0,00	122,40	1
30	SIM	607	GRI - GRATIFICAÇÃO DE REGIME INTEGRAL	0,00	0,00	3.532,51	2
99	SIM	640	COMPLEMENTO DE SALARIO	128,32	0,00	128,32	1
53	SIM	644	INCENTIVO PELAS ATIVIDADES DESEMPENHADAS	0,00	0,00	5.460,00	7
48	SIM	649	COORDENAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	1.866,44	1
48	SIM	655	GESTOR DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	0,00	0,00	764,66	1
48	SIM	658	PRESIDENTE DE COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE	0,00	0,00	500,00	1
48	SIM	659	PRESIDENTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00	0,00	500,00	1
48	SIM	660	PRESIDENTE DE COMISSÃO PERMANENTE DE H.S.O.S.C (CHA	0,00	0,00	500,00	1
48	SIM	661	PRESIDENTE DE COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	0,00	0,00	500,00	1
48	SIM	662	MEMBRO DE COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DES	0,00	0,00	600,00	2
48	SIM	663	MEMBRO DE COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00	0,00	600,00	2
48	SIM	664	MEMBRO DE COMISSÃO PERMANENTE DE H.S.O.S.C (CHAMAM	0,00	0,00	600,00	2
48	SIM	665	MEMBRO DE COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	0,00	0,00	600,00	2
48	SIM	666	PREGOEIRO	0,00	0,00	500,00	1
48	SIM	669	GRI - GRATIFICAÇÃO DE REGIME INTEGRAL PROPORCIONAL	0,00	0,00	782,06	2
02	SIM	675	LICENÇA MATERNIDADE	1.719,84	0,00	1.719,84	1
04	SIM	676	LICENÇA SAÚDE	51.764,12	0,00	51.764,12	19
01	SIM	677	SALÁRIO FAMÍLIA	0,00	0,00	486,20	8
TOTAL:				1.260.546,12	0,00	1.554.839,02	

CÓD TCE	EMPENHO	DESCONTOS	BASE PRÓPRIA	BASE GERAL	VALOR	LCT.
08	44	PENSAO ALIMENTICIA	0,00	0,00	1.786,95	5
10	55	PREVIDENCIA 13º PROPORCIONAL	0,00	0,00	124,60	2
10	56	PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	0,00	0,00	160.949,45	400
06	58	IRRF	0,00	0,00	67.045,95	267
10	91	PREVIDENCIA SOBRE FERIAS	0,00	0,00	7.369,59	30
06	92	IRRF SOBRE FERIAS	0,00	0,00	3.844,56	15
09	398	SINDTAP	0,00	0,00	2.916,09	99

**ESTADO DE MATO GROSSO**

Data: Terça-feira, 5 de Maio de 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH MT

TAPURAH - MT, AVENIDA RIO DE JANEIRO, Nº 125, CENTRO

**RESUMO DA FOLHA DE PAGAMENTO - 04/2020**

98 SIM	417	FALTA EM HORA/ATRASSO/SAÍDA ANTECIPADA	475,41	0,00	475,41	4
98 SIM	418	FALTA EM DIA	954,44	0,00	954,44	5
98	430	CONSIGNADO BANCO DO BRASIL	0,00	0,00	56.475,73	112
98	431	CONSIGNADO BANCO DO BRASIL	0,00	0,00	9.850,13	33
98	432	CONSIGNADO BANCO DO BRASIL	0,00	0,00	934,43	7
98	433	CONSIGNADO CAIXA ECONOMICA	0,00	0,00	43.110,70	110
98	434	CONSIGNADO CAIXA ECONOMICA	0,00	0,00	11.551,14	40
98	435	CONSIGNADO CAIXA ECONOMICA	0,00	0,00	843,92	5
98	436	CONSIGNADO CAIXA ECONOMICA	0,00	0,00	222,66	2
10	504	PREVIDÊNCIA FERIAS MES ANTERIOR	0,00	0,00	6.046,05	68
98	512	MENSALIDADE UNIMED	0,00	0,00	26.608,55	61
98	513	SERVIÇOS UNIMED	0,00	0,00	5.850,68	28
09	553	SINDACS/MT	0,00	0,00	140,31	10
98	612	DESCONTO AUTORIZADO	0,00	0,00	269,69	2
98	616	CONSIGNADO BRADESCO	0,00	0,00	2.939,96	14
98	617	CONSIGNADO BRADESCO	0,00	0,00	1.093,89	6
98	618	CONSIGNADO BRADESCO	0,00	0,00	705,74	1
98	619	CONSIGNADO BRADESCO	0,00	0,00	608,85	1
98	629	CONSIGNADO BANCO DO BRASIL	0,00	0,00	3.496,67	7
98 SIM	637	VALOR PAGO INDEVIDO	0,00	0,00	445,00	2
98	671	CONSIGNADO CAIXA ECONOMICA	0,00	0,00	351,32	1
98	674	CONSIGNADO BANCO DO BRASIL	0,00	0,00	32,02	1
98	678	DOAÇÃO CAMPANHA COVID-19	0,00	0,00	12.882,37	111
98	679	CONSIGNADO BANCO DO BRASIL	0,00	0,00	480,77	1
08	680	PENSÃO ALIMENTÍCIA - SALÁRIO LIQUIDO	0,00	0,00	839,08	1
10	9006	PREVIDENCIA MÊS SEGUINTE	0,00	0,00	2.281,48	17
98	9008	LIQUIDO DE FERIAS MÊS ANTERIOR	0,00	0,00	78.749,32	68
TOTAL:			1.429,85	0,00	512.277,50	

CÓD TCE EMPENHO NEUTROS

BASE PRÓPRIA

BASE GERAL

VALOR

LCT.

TOTAL:

0,00

0,00

0,00

TOTAL SERVIDORES:	405
PROVENTOS:	1.554.839,02
DESCONTOS:	512.277,50
LÍQUIDO:	1.042.561,52
VALOR EMPENHO:	1.468.168,80



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH MT

TAPURAH - MT, AVENIDA RIO DE JANEIRO, Nº 125, CENTRO

Data: Terça-feira, 5 de Maio de 2020



RESUMO DA FOLHA DE PAGAMENTO - 04/2020

RESUMO DA PREVIDÊNCIA REGIME PRÓPRIO				
		PARÂMETRO	BASE	VALOR
PREVIDÊNCIA PRÓPRIA - VALOR EMPRESA	-	22,00 %	1.258.150,64	276.793,14
TAXA ADM %	-	0,00 %	1.258.150,64	0,00
APORTE	-	0,00 %	1.258.150,64	0,00
DIFERENÇA APURADA	-	0,00 %	1.258.150,64	0,00
TOTAL PATRONAL	-			276.793,14
DEDUÇÕES				
SALÁRIO FAMÍLIA	-			0,00
SALÁRIO MATERNIDADE	-			0,00
OUTRAS DEDUÇÕES	-			0,00
TOTAL	-			0,00
PREVIDÊNCIA RETIDO SERVIDOR	-			174.489,69
PREVIDÊNCIA A RECOLHER(TOTAL PATRONAL - DEDUÇÕES + SERVIDOR)	-			451.282,83

RESUMO DA FOLHA DE PAGAMENTO - 04/2020



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

CNPJ 04.963.339/0001-44



ITEM 02:

2. DA 07. Gestão Fiscal/Financeira_Gravíssima_07. Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária descontadas dos segurados à instituição devida (arts. 40, 149, § 1º e 195, II, da Constituição Federal; art. 168- A do Decreto-Lei nº 2.848/1940).

2.1 Conforme informações expressas em declaração de veracidade, enviada por meio do Sistema APLIC, foi constatado ausência de repasse de contribuições dos segurados da Prefeitura Municipal, correspondente à competência de abr. e dez/20, no valor de R\$ 348.280,57.



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

E-mail: tapurahprevi@hotmail.com; previdencia@tapurah.mt.gov.br

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE TAPURAH-PREVI

RPPS: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em atendimento às exigências de envio de documentos/informações ao Sistema APLIC, atesto a veracidade das informações encaminhadas nas tabelas RPPS_CONTRIB_PREVID_DEVIDO e RPPS_CONTRIB_PREVID_PAGO, as quais demonstram a seguinte situação de contribuição previdenciárias de órgãos vinculados ao RPPS no exercício de Dezembro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS						
Comp.	Segurado Patronal Déficit Atuarial	Valor devido Ref. Novembro/2020	Data dos Pagamentos	Valor Devido Ref. Dezembro/2020	Data dos Pagamentos	Multas e Juros Pagos
Dezembro	Segurado	R\$ 174.406,51	08/12/2020	R\$ 173.874,06	31/12/2020	-
	Patronal	R\$ 227.976,78	08/12/2020	R\$ 227.281,79	31/12/2020	-
	Déficit Atuarial	R\$ 46.093,66	08/12/2020	R\$ 45.953,51	31/12/2020	-
	Total	R\$ 448.476,95		R\$ 447.109,36		-

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPURAH – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS						
Comp.	Segurado Patronal Déficit Atuarial	Valor Devido Ref. Dezembro/2020	Valor Pago Ref. Dezembro/2020	Data dos Pagamentos	Multas e Juros Devidos	Multas e Juros Pagos
Dezembro	Segurado		R\$ 4.135,93	23/12/2020	-	-
	Patronal		R\$ 5.406,29	23/12/2020	-	-
	Déficit Atuarial		R\$ 1.093,07	23/12/2020	-	-
	Total		R\$ 10.635,29		-	-

Solange Aparecida Alves de Souza

CPF 571.296.901-78

Diretora Executiva

Tapurah-Previ

Matricula 2300



20/01/2021

<https://aapj.bb.com.br/apf-apj-web/index.html?v=2.19.1>

30/12/2020 - BANCO DO BRASIL - 15:19:20
400904009 SEGUNDA VIA 0002
COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

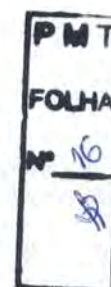
CLIENTE: PMT INSS PREVIDENCIA
AGENCIA: 4009-6 CONTA: 9.386-6
=====

DATA DA TRANSFERENCIA	30/12/2020
NR. DOCUMENTO	554.009.000.023.000
VALOR TOTAL	250.000,00

***** TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: T. PREVI RESERVA BENEF
AGENCIA: 4009-6 CONTA: 23.000-6
NR. DOCUMENTO 554.009.000.009.386
=====

NR.AUTENTICACAO 0.34A.590.B8F.7E2.55A



31/12/2020 - BANCO DO BRASIL - 12:47:13
400904009 SEGUNDA VIA 0002
COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: PMT INSS PREVIDENCIA
AGENCIA: 4009-6 CONTA: 9.386-6
=====

DATA DA TRANSFERENCIA	31/12/2020
NR. DOCUMENTO	554.009.000.023.000
VALOR TOTAL	197.109,36

***** TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: T. PREVI RESERVA BENEF	
AGENCIA: 4009-6	CONTA: 23.000-6
NR. DOCUMENTO	554.009.000.009.386

=====

NR. AUTENTICACAO	2.BCC.3F1.0A7.8AF.B66
------------------	-----------------------



Transação efetuada com sucesso por: JE711815 CARLOS A CAPELETTI.



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH MT

TAPURAH - MT, AVENIDA RIO DE JANEIRO, Nº 125, CENTRO

Segunda-feira, 28 de Dezembro de 2020



RESUMO DA FOLHA DE PAGAMENTO - 12/2020

VÍNCULO: 30 - SERVIDOR REGIDO PELO REGIME JURÍDICO ÚNICO (FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL) E MILITAR, VINCULADO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.

CÓD TCE	EMPENHO	EVENTOS	BASE PRÓPRIA	BASE GERAL	VALOR	LCT.
99	SIM	1 SALARIO MENSAL	901.563,87	0,00	901.563,87	338
99	SIM	2 VENCIMENTO MENSAL	19.271,09	0,00	37.039,21	7
20	SIM	12 INSALUBRIDADE 20%	0,00	0,00	13.703,32	73
20	SIM	13 INSALUBRIDADE 40%	0,00	0,00	3.817,72	10
21	SIM	16 ATS	72.316,21	0,00	72.316,21	325
99	SIM	17 SALDO DE SALARIO	979,10	0,00	979,10	2
25	SIM	21 PERICULOSIDADE	0,00	0,00	4.052,25	8
19	SIM	22 HORA EXTRA 50%	0,00	0,00	22.311,95	51
19	SIM	24 HORAS EXTRAS 100%	0,00	0,00	15.349,34	19
24	SIM	26 13º PROPORCIONAL	3.001,10	0,00	3.001,10	2
99	SIM	74 SUBSIDIO	6.030,44	0,00	13.691,57	2
23	SIM	75 FERIAS NORMAIS	143.151,83	0,00	170.662,57	173
99	SIM	76 ABONO PECUNIARIO	0,00	0,00	12.990,21	6
23	SIM	77 1/3 DE FÉRIAS	0,00	0,00	56.886,92	173
99	SIM	78 1/3 ABONO PECUNIARIO	0,00	0,00	4.330,05	6
23	SIM	80 FERIAS MÊS SEGUINTE	0,00	0,00	457.155,25	148
23	SIM	81 1/3 FERIAS MÊS SEGUINTE	0,00	0,00	152.384,57	148
23		83 FERIAS PAGA MÊS ANTERIOR	11.590,28	0,00	13.482,44	13
23	SIM	96 FÉRIAS PROPORCIONAIS RESCISÃO	0,00	0,00	1.733,10	2
23	SIM	97 FÉRIAS VENCIDAS RESCISÃO	0,00	0,00	3.135,61	2
23	SIM	99 1/3 FERIAS PROPORCIONAIS RESCISÃO	0,00	0,00	577,70	2
23	SIM	100 1/3 FÉRIAS VENCIDAS RESCISÃO	0,00	0,00	1.045,19	2
99	SIM	109 DIFERENCA SALARIO NAO RECEBIDO	391,62	0,00	391,62	1
99	SIM	260 ATS NAO RECEBIDO	1.285,69	0,00	1.285,69	2
99	SIM	265 DESLOCAMENTO ACS	0,00	0,00	800,00	5
99	SIM	266 DESLOCAMENTO INFERIOR 250 KM	0,00	0,00	938,00	6
99	SIM	267 DESLOCAMENTO NÃO RECEBIDO	0,00	0,00	200,00	1
99	SIM	269 DESLOCAMENTO TECNICO ENFERMAGEM	0,00	0,00	538,10	2
99	SIM	278 ESTORNO DA FALTA (VALOR)	0,00	0,00	189,11	3
99	SIM	279 ESTORNO DE FALTA EM DIAS	103,33	0,00	103,33	1
48	SIM	297 FUNCAO GRATIFICADA PROPORCIONAL	0,00	0,00	458,79	1
99	SIM	299 GRATIFICACAO COORD UNIDADE ESCOLAR	0,00	0,00	8.100,35	9
99	SIM	303 GRATIFICACAO COORDENADOR MUNICIPAL	0,00	0,00	7.063,34	3
99	SIM	312 GRATIFICACAO SECRETARIO ESCOLAR	0,00	0,00	1.189,58	2
30	SIM	316 AULAS EXCEDENTES	0,00	0,00	15.984,73	18
29	SIM	331 PLANTAO ENFER. E FARMAC. 06 HS SEG A SEX	0,00	0,00	794,40	3
29	SIM	332 PLANTAO ENFER. E FARMAC. 12 HS SEG A SEX	0,00	0,00	4.766,40	5
29	SIM	339 PLANTAO TEC.ENF.RAD.LAB. 06 HS SEG A SEXTA	0,00	0,00	4.018,56	11
29	SIM	340 PLANTAO TEC.ENF.RAD.LAB. 12 HS SEGUNDA A SEXTA	0,00	0,00	1.921,92	6
99	SIM	369 VERBA LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	4.069,62	17
99	SIM	413 GRATIFICACAO INCENTIVO ACS	0,00	0,00	2.773,83	15
29	SIM	440 PLANTAO ENF/FAR 12 HS SAB DOM FER	0,00	0,00	2.655,60	3
60	SIM	483 LICENÇA PRÊMIO	8.534,72	0,00	8.534,72	4

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH MT**

TAPURAH - MT, AVENIDA RIO DE JANEIRO, Nº 125, CENTRO

Segunda-feira, 28 de Dezembro de 2020

**RESUMO DA FOLHA DE PAGAMENTO - 12/2020**

23	505	1/3 FERIAS PAGA MÊS ANTERIOR	0,00	0,00	4.494,11	13
19 SIM	510	HORA EXTRA 50% NÃO RECEBIDO	0,00	0,00	6.137,78	5
99 SIM	515	GRATIFICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	0,00	0,00	7.705,80	9
99 SIM	516	GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO A PRODUT. E COORDENAÇÃO	0,00	0,00	4.071,18	4
29 SIM	518	PLANTAO ENFER. E FARMC. 06HS SÁB. E DOM.	0,00	0,00	531,12	2
29 SIM	525	PLANTAO TEC.ENF.RAD.LAB. 06 HS SAB E DOM	0,00	0,00	3.587,94	12
29 SIM	526	PLANTAO TEC/ENF/RAD/LAB. 12 HS SAB E DOM	0,00	0,00	1.388,88	5
29 SIM	529	PLANTAO TEC/ENF/RAD/LAB/ 06 HS SAB E DOM NAO RECEBI	0,00	0,00	115,74	1
22 SIM	552	ADICIONAL NOTURNO HORA	0,00	0,00	7.070,06	39
29 SIM	554	PLANTAO MOTORISTA VEICULOS LEVES 6HS SEG A SEX	0,00	0,00	1.088,10	7
29 SIM	556	PLANTAO MOTORISTA VEICULOS LEVES 6HS SAB/DOM/FER	0,00	0,00	482,10	4
29 SIM	558	PLANTAO MOTORISTA VEICULOS LEVES 12HS SEG A SEX	0,00	0,00	4.600,37	12
29 SIM	559	PLANTAO MOT. VEIC. LEVES 12HS SEG A SEX NÃO RECEBIDO	0,00	0,00	303,12	1
29 SIM	560	PLANTAO MOTORISTA VEICULOS LEVES 12HS SAB/DOM/FER	0,00	0,00	1.349,88	3
29 SIM	561	PLANTAO MOT. VEIC. LEVES 12HS SAB/DOM/FER NÃO RECEB	0,00	0,00	385,68	2
29 SIM	562	PLANTAO AGENTE SERV. GERAIS 6HS SEG A SEX	0,00	0,00	795,60	2
29 SIM	564	PLANTAO AGENTE SERV. GERAIS 6HS SAB/DOM/FER	0,00	0,00	81,72	1
29 SIM	572	PLANTAO ENCANADOR 12HS SAB/DOM/FER	0,00	0,00	545,91	1
29 SIM	576	PLANTAO OPERADOR MAQ PES II 12HS SAB/DOM/FER	0,00	0,00	1.337,52	2
29 SIM	580	PLANTAO OPERADOR MAQ PES III 12HS SAB/DOM/FER	0,00	0,00	4.870,11	4
29 SIM	584	PLANTAO MOT VEIC PESADOS 12HS SAB/DOM/FER	0,00	0,00	1.009,46	4
29 SIM	597	PLANTAO AGENTE SER. PUBLICOS 12HS SAB/DOM/FER	0,00	0,00	4.791,36	7
29 SIM	601	PLANTAO VIGIA 6HS SAB/DOM/FER	0,00	0,00	163,44	1
29 SIM	606	PLANTAO VIGIA 12HS SAB/DOM/FER NÃO RECEBIDO	0,00	0,00	163,44	1
30 SIM	607	GRI - GRATIFICAÇÃO DE REGIME INTEGRAL	0,00	0,00	3.532,51	2
56 SIM	620	ABONO PERMANÊNCIA	0,00	0,00	2.255,00	3
99 SIM	631	INCREMENTO MOTORISTA DE ONIBUS	0,00	0,00	299,48	1
48 SIM	632	INCREMENTO PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PROPORCIONA	0,00	0,00	291,69	2
99 SIM	633	INCREMENTO PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	0,00	0,00	2.464,45	10
99	634	INCREMENTO MOTORISTA DE ONIBUS NÃO RECEBIDO	0,00	0,00	848,27	1
53 SIM	644	INCENTIVO PELAS ATIVIDADES DESEMPENHADAS	0,00	0,00	5.460,00	7
48 SIM	645	COORDENAÇÃO DA JUNTA DE SERVIÇO MILITAR, CARTÓRIO	0,00	0,00	371,21	1
48 SIM	649	COORDENAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	1.244,29	1
48 SIM	650	GESTOR DE CONTRATOS VEICULOS LEVES 6HS SAB/DOM/FER	0,00	0,00	930,74	1
48 SIM	652	GESTOR DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	1.054,12	1
48 SIM	654	GESTOR DE DÍVIDA ATIVA E EXECUÇÃO FISCAL	0,00	0,00	1.099,59	1
48 SIM	657	GESTOR DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	0,00	0,00	837,32	1
48 SIM	658	PRESIDENTE DE COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE	0,00	0,00	500,00	1
48 SIM	659	PRESIDENTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00	0,00	500,00	1
48 SIM	660	PRESIDENTE DE COMISSÃO PERMANENTE DE H.S.O.S.C (CHA	0,00	0,00	500,00	1
48 SIM	661	PRESIDENTE DE COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	0,00	0,00	500,00	1
48 SIM	662	MEMBRO DE COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DES	0,00	0,00	600,00	2
48 SIM	663	MEMBRO DE COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00	0,00	600,00	2
48 SIM	664	MEMBRO DE COMISSÃO PERMANENTE DE H.S.O.S.C (CHAMAM	0,00	0,00	600,00	2
48 SIM	665	MEMBRO DE COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	0,00	0,00	600,00	2
48 SIM	666	PREGOEIRO	0,00	0,00	500,00	1

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH MT**

TAPURAH - MT, AVENIDA RIO DE JANEIRO, Nº 125, CENTRO

Segunda-feira, 28 de Dezembro de 2020

PMT
FOLHA
Nº 20
\$

RESUMO DA FOLHA DE PAGAMENTO - 12/2020

48 SIM	668	ALIMENTADOR DO SISTEMA DE CONTROLE DO TRIBUNAL DE	0,00	0,00	333,33	1
02 SIM	675	LICENÇA MATERNIDADE	7.964,20	0,00	7.964,20	3
04 SIM	676	LICENÇA SAÚDE	58.701,78	0,00	58.701,78	22
01 SIM	677	SALÁRIO FAMÍLIA	0,00	0,00	777,92	10
99 SIM	686	GRATIFICAÇÃO DE DIRETOR DE ESCOLA DO CAMPO	0,00	0,00	1.420,69	1
99 SIM	687	GRATIFICAÇÃO DIRETOR DE ESCOLA – ENSINO INFANTIL A F	0,00	0,00	7.678,23	3
99 SIM	688	GRATIFICAÇÃO DIRETOR DE ESCOLA – ENSINO FUNDAMENTA	0,00	0,00	3.247,31	1
99 SIM	691	HORA MENSAL - REPOSIÇÃO	6.623,62	0,00	6.623,62	14
48 SIM	692	CORREGEDOR MUNICIPAL	0,00	0,00	3.000,00	1
99 SIM	9010	LICENÇA ESTUDO	4.250,50	0,00	4.250,50	1
TOTAL:			1.245.759,38	0,00	2.205.643,61	

CÓD TCE	EMPENHO	DESCONTOS	BASE PRÓPRIA	BASE GERAL	VALOR	LCT.
08	44	PENSAO ALIMENTICIA	0,00	0,00	1.525,70	4
10	56	PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	0,00	0,00	152.211,13	374
06	58	IRRF	0,00	0,00	73.528,33	243
10	91	PREVIDENCIA SOBRE FERIAS	0,00	0,00	20.040,34	173
06	92	IRRF SOBRE FERIAS	0,00	0,00	31.752,62	126
14	375	DIARIA S/ PREST. DE CONTA	0,00	0,00	2.102,35	5
09	398	SINDTAP	0,00	0,00	3.207,87	102
98 SIM	417	FALTA EM HORA/ATRASO/SAÍDA ANTECIPADA	417,17	0,00	417,17	5
98 SIM	418	FALTA EM DIA	1.292,19	0,00	1.292,19	3
98	430	CONSIGNADO BANCO DO BRASIL	0,00	0,00	68.039,36	128
98	431	CONSIGNADO BANCO DO BRASIL	0,00	0,00	10.677,98	37
98	432	CONSIGNADO BANCO DO BRASIL	0,00	0,00	1.263,15	6
98	433	CONSIGNADO CAIXA ECONOMICA	0,00	0,00	43.277,16	106
98	434	CONSIGNADO CAIXA ECONOMICA	0,00	0,00	10.821,81	36
98	435	CONSIGNADO CAIXA ECONOMICA	0,00	0,00	1.234,87	6
98	436	CONSIGNADO CAIXA ECONOMICA	0,00	0,00	222,66	2
10	504	PREVIDÊNCIA FERIAS MES ANTERIOR	0,00	0,00	1.622,59	13
98	511	INCLUSÃO UNIMED	0,00	0,00	10,00	1
98	512	MENSALIDADE UNIMED	0,00	0,00	28.289,09	63
09	553	SINDACS/MT	0,00	0,00	101,41	8
98	616	CONSIGNADO BRADESCO	0,00	0,00	2.037,52	10
98	617	CONSIGNADO BRADESCO	0,00	0,00	712,43	4
98	618	CONSIGNADO BRADESCO	0,00	0,00	418,86	1
98	619	CONSIGNADO BRADESCO	0,00	0,00	893,40	2
98	626	CONSIGNADO SICREDI	0,00	0,00	1.198,79	3
98	629	CONSIGNADO BANCO DO BRASIL	0,00	0,00	3.079,42	5
98 SIM	637	VALOR PAGO INDEVIDO	0,00	0,00	1.439,78	2
98	671	CONSIGNADO CAIXA ECONOMICA	0,00	0,00	351,31	1
98	674	CONSIGNADO BANCO DO BRASIL	0,00	0,00	32,02	1
98	679	CONSIGNADO BANCO DO BRASIL	0,00	0,00	480,77	1
08	680	PENSAO ALIMENTICIA - SALÁRIO LIQUIDO	0,00	0,00	717,73	1
98	682	SUSPENSÃO CONVERTIDO EM MULTA 50%	954,47	0,00	954,47	1



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH MT

TAPURAH - MT, AVENIDA RIO DE JANEIRO, Nº 125, CENTRO

Segunda-feira, 28 de Dezembro de 2020



RESUMO DA FOLHA DE PAGAMENTO - 12/2020

98	SIM	5090	ADIANTAMENTO DE 13 SALARIO	0,00	0,00	3.211,25	2
10		9006	PREVIDENCIA MÊS SEGUINTE	0,00	0,00	57.590,71	148
98		9008	LIQUIDO DE FERIAS MÊS ANTERIOR	0,00	0,00	16.353,96	13
TOTAL:				2.663,83	0,00	541.110,20	

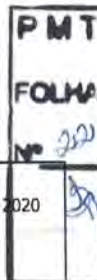
CÓD TCE	EMPENHO	NEUTROS	BASE PRÓPRIA	BASE GERAL	VALOR	LCT.
TOTAL:			0,00	0,00	0,00	

TOTAL SERVIDORES:	550
PROVENTOS:	2.205.643,61
DESCONTOS:	541.110,20
LÍQUIDO:	1.664.533,41
VALOR EMPENHO:	2.180.458,40

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH MT**

TAPURAH - MT, AVENIDA RIO DE JANEIRO, Nº 125, CENTRO

Segunda-feira, 28 de Dezembro de 2020

**RESUMO DA FOLHA DE PAGAMENTO - 12/2020**

VÍNCULO: 30 - SERVIDOR REGIDO PELO REGIME JURÍDICO ÚNICO (FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL) E MILITAR, VINCULADO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.

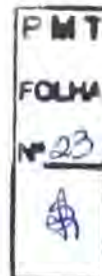
RESUMO DA PREVIDÊNCIA REGIME PRÓPRIO				
		PARÂMETRO	BASE	VALOR
PREVIDÊNCIA PRÓPRIA - VALOR EMPRESA	-	22,00 %	1.241.976,99	273.235,30
TAXA ADM %	-	0,00 %	1.241.976,99	0,00
APORTE	-	0,00 %	1.241.976,99	0,00
DIFERENÇA APURADA	-	0,00 %	1.241.976,99	0,00
TOTAL PATRONAL	-			273.235,30
DEDUÇÕES				
SALÁRIO FAMÍLIA	-			0,00
SALÁRIO MATERNIDADE	-			0,00
OUTRAS DEDUÇÕES	-			0,00
TOTAL	-			0,00
PREVIDÊNCIA RETIDO SERVIDOR	-			173.874,06
PREVIDÊNCIA A RECOLHER(TOTAL PATRONAL - DEDUÇÕES + SERVIDOR)	-			447.109,36



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

CNPJ 04.963.339/0001-44



Itens 3, 6 e 7:

3. LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.

3.1 Desequilíbrio na cobertura das reservas matemáticas, pela falta de um adequado planejamento previdenciário que promova a captação de ativos/recursos suficientes para a melhoria gradativa do alcance do equilíbrio atuarial.

6. LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.

6.1 O Plano de Amortizado do Déficit Atuarial, homologado pelo Decreto nº 286/2019, não atenderá aos critérios normativos de efetividade descritos no art. 54 da Portaria MF 464/2018, regulamentado pelo art. 9º da Instrução Normativa 07 e pela Portaria ME nº 14816/2020, relativamente à amortização a ser realizada no(s) exercício(s) de 2022, 2023 e 2024, sendo necessária a sua modificação, para fins de amortização do déficit atuarial, de acordo com a proporção estabelecida pelos normativos.

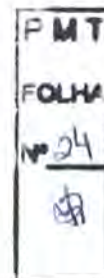
7. LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.

7.1 Impossibilidade de certificação de que as alíquotas suplementares propostas pelo Plano de Amortização garantem os recursos econômicos suficientes para amortizar o déficit atuarial, durante todo o plano de custeio, bem como, no tocante ao limite de gastos com pessoal do Poder Executivo imposto pela Lei Complementar nº 101/2020.



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



PARECER ATUARIAL Nº. 011/2021

Cuiabá - MT, 23 de julho de 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH/MT
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE
TAPURAH/MT – TAPURAH-PREVI

Prezado Prefeito Municipal, Sr. Iraldo Ebertz;

Apreciando o **Relatório Técnico Preliminar sobre as Contas Anuais de Governo, Previdência Municipal, exercício 2020, do Município de TAPURAH-MT, Processo nº 499315/2021**, elaborado pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, por meio de sua Secretaria de Controle Externo de Previdência - SECEX, viemos mui respeitosamente apresentar nosso parecer, referente ao item **3.2 GESTÃO ATUARIAL**, descritos no item **6. CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO** referente aos tópicos:

- **3.2.4.2 ÍNDICE DE COBERTURA DAS RESERVAS MATEMÁTICAS;**
- **3.2.5.2.1 AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT; e**
- **3.2.5.2.2 ALÍQUOTAS SUPLEMENTARES;**

Segue o parecer.


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



1 – RELATÓRIO PRELIMINAR SOBRE AS CONTAS DA PREVIDÊNCIA

O Relatório Preliminar sobre as Contas Anuais de Governo, Previdência Municipal, do exercício 2020 (Processo 499315/2021), descreve possíveis irregularidades e inconsistências relacionadas a três itens que envolvem a Reavaliação Atuarial, dos exercícios de 2019 e 2020, descritas nas páginas 48 a 49 do referido Relatório.

Quadro 15 - Resumo das Irregularidades				
Responsável	Irregularidade	Descrição dos fatos constatados	Tópico	Reincidência
Prefeito Municipal de Tapurah-MT: Iraldo Ebertz	LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.	Desequilíbrio na cobertura das reservas matemáticas, pela falta de um adequado planejamento previdenciário que promova a captação de ativos/recursos suficientes para a melhoria gradativa do alcance do equilíbrio atuarial.	3.2.4.2.	Não
Prefeito Municipal de Tapurah-MT: Iraldo Ebertz	LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.	Ausência de lei específica do ente federalivo para implementação do plano de equacionamento do déficit atuarial.	3.2.5.1.1	Não
Prefeito Municipal de Tapurah-MT: Iraldo Ebertz	CB 02. Contabilidade_Grave_02. Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando na inconsistência dos demonstrativos contábeis (art. 83 a 106, da Lei nº 4.320/1964 ou Lei nº 6.404/1976).	Inconsistência no Balanço Patrimonial, pelo registro das provisões matemáticas previdenciárias calculadas com data focal em 31/12/2019, quando deveria utilizar como base a data focal de 31/12/2020.	3.2.5.1.2.	Não
Prefeito Municipal de Tapurah-MT: Iraldo Ebertz	LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.	O Plano de Amortizado do Déficit Atuarial, homologado pelo Decreto nº 286/2010, não atenderá aos critérios normativos de efetividade descritos no art. 54 da Portaria MF 404/2018, regulamentado pelo art. 9º da Instrução Normativa 07 e pela Portaria ME nº 14816/2020, relativamente à amortização a ser realizada no(s) exercício(s) de 2022, 2023 e 2024, sendo necessária a sua modificação, para fins de amortização do déficit atuarial, de acordo com a proporção estabelecida pelos normativos.	3.2.5.2.1.	Não
Prefeito Municipal de Tapurah-MT: Iraldo Ebertz	LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.	Impossibilidade de certificação de que as alíquotas suplementares propostas pelo Plano de Amortização garantem os recursos econômicos suficientes para amortizar o déficit atuarial, durante todo o plano de custeio, bem como, no tocante ao limite de gastos com pessoal do Poder Executivo imposto pela Lei Complementar nº	3.2.5.2.2.	Não

FONTE: SECEX – TCE/MT, Relatório Técnico Preliminar - Contas de Governo da Previdência Municipal de TAPURAH/MT, exercício 2020, pág. 48

Igor França Garcia | Atuário MIBA/RJ 1.659 | Certificação Especialista de Investimento ANBIMA-CEA
Consultor de Investimentos Credenciado pela CVM

(65) 99242.8876 | www.atuarialconsultoria.com.br | (SKYPE) igor frança Garcia | (65) 3621.8267

Av. José Monteiro de Figueiredo, nº 212 - Edifício Goiabeiras Executive Center, Sala 401

Bairro: Duque de Caxias - Cuiabá - MT - CEP: 78.043-300



ATUARIAL

CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

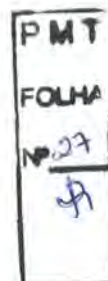

Responsável	Irregularidade	Descrição dos fatos constatados	Tópico	Reincidência
Prefeito Municipal de Tapurah-MT: Iraldo Ebertz	LB 99. Previdência Grave 99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.	101/2020. Ausência de elaboração do Demonstrativo de Viabilidade Orçamentária, Financeira e Fiscal para o ente federativo, inclusive dos impactos nos limites de gastos impostos pela Lei Complementar nº 101/2000, referente ao Plano de Amortização do Déficit Atuarial aprovado pela Lei nº 125/2018.	3.2.5.2.4.	Não

FONTE: SECEX – TCE/MT, Relatório Técnico Preliminar - Contas de Governo da Previdência Municipal de TAPURAH/MT, exercício 2020, pág. 49



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



2 – ANÁLISE DOS FATOS CONSTATADOS

2.1. – DESEQUILÍBRIO NA COBERTURA DAS RESERVAS MATEMÁTICAS, PELA FALTA DE UM ADEQUADO PLANEJAMENTO PREVIDENCIÁRIO

Classificação de Irregularidades de acordo com a Resolução Normativa nº 17/2010	
LB 99	Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.
Resumo do Achado	Desequilíbrio na cobertura das reservas matemáticas, pela falta de um adequado planejamento previdenciário que promova a captação de ativos/recursos suficientes para a melhoria gradativa do alcance do equilíbrio atuarial.

FONTE: SECEX – TCE/MT, Relatório Técnico Preliminar - Contas de Governo da Previdência Municipal de TAPURAH/MT, exercício 2020, pág. 22.

1- Para fundamentar a possível irregularidade apontada, destacaremos o que foi apresentado pelo Relatório Técnico Preliminar, entre as páginas 21 a 25.

2.1.1 – ÍNDICE DE COBERTURA DAS RESERVAS MATEMÁTICAS É INFERIOR A 1,00, POIS ATINGIU, APENAS, 041

O índice de cobertura das reservas matemáticas é mensurado com a informação do valor dos ativos garantidores e dividido pelo valor atual dos benefícios concedidos e a conceder, líquido das contribuições futuras desses benefícios e das compensações previdenciárias a receber. Do mesmo modo, quanto mais o índice se aproximar de 1,00, melhor se apresenta a capacidade de o RPPS em capitalizar recursos suficientes para garantir a totalidade de

21

assinado digitalmente. Para verificar sua autenticidade acesse o site: <http://www.tce.mt.gov.br/assinatura> e utilize o código 7501F5.



SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA
Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601
e-mail: seceex-previdencia@tce.mt.gov.br

seus compromissos futuros (cobertura dos benefícios concedidos e a conceder).

FONTE: SECEX – TCE/MT, Relatório Técnico Preliminar - Contas de Governo da Previdência Municipal de TAPURAH/MT, exercício 2020, pág. 21



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

PMT
FOLHA
Nº 28
4

Na análise do índice de cobertura das reservas matemáticas do exercício de 2019 (0,45) e 2020 (0,41), verifica-se que houve um decréscimo na ordem de 0,04, ou seja, redução de aproximadamente 8,89% em relação ao exercício anterior.

FONTE: SECEX – TCE/MT, Relatório Técnico Preliminar - Contas de Governo da Previdência Municipal de TAPURAH/MT, exercício 2020, pág. 22

Considerando, meramente, a equação que apura o índice de cobertura, pode-se inferir que os objetivos primordiais da política previdenciária estão restritos à constituição de ativos previdenciários e/ou redução de provisões matemáticas previdenciárias.

FONTE: SECEX – TCE/MT, Relatório Técnico Preliminar - Contas de Governo da Previdência Municipal de TAPURAH/MT, exercício 2020, pág. 20

2.1.1.1. – PARECER DO ATUÁRIO SOBRE OS FATOS

2- EQUILÍBRIO FINANCEIRO – Índice de Receita Arrecadada x Despesa Liquidada: O Relatório Técnico Preliminar, pág. 17 e 18, mostra o desempenho do TAPURAH-PREVI, no exercício de 2021 e nos três últimos exercícios. Conforme o próprio Relatório, as Receitas Arrecadadas superaram as Despesas Liquidadas, inclusive em comparação ao desempenho da média dos demais RPPS.

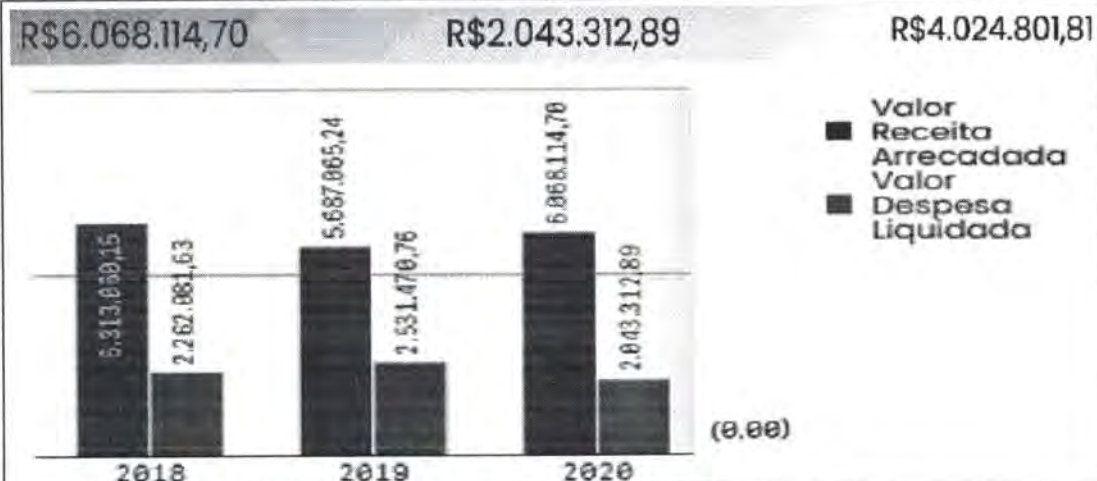


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

PMT
FOLHA
29
A

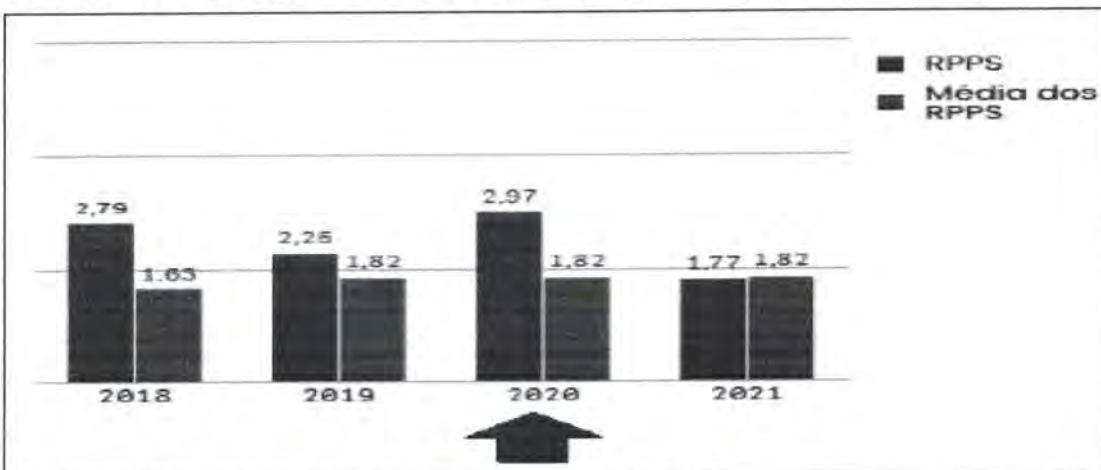
Gráfico 1 - Receitas Arrecadadas x Despesas Liquidadas



Fonte: <https://radarprevidencia.tce.mt.gov.br/extensions/radarprevidencia/receitadesp.html>

FONTE: SECEX – TCE/MT, Relatório Técnico Preliminar - Contas de Governo da Previdência Municipal de TAPURAH/MT, exercício 2020, pág. 17.

Gráfico 2 - Receitas Arrecadadas x Despesas Liquidadas (Anual)



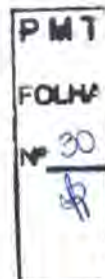
Fonte: <https://radarprevidencia.tce.mt.gov.br/extensions/radarprevidencia/receitadesp.html>

FONTE: SECEX – TCE/MT, Relatório Técnico Preliminar - Contas de Governo da Previdência Municipal de TAPURAH/MT, exercício 2020, pág. 18.



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



3-Índice de Cobertura das Reservas Matemáticas: Ao analisar o índice de cobertura das Reservas Matemáticas, o Relatório técnico Preliminar, pág. 22, enfatiza que houve um decréscimo do índice de cobertura do **TAPURAH-PREVI**:

"Na análise do índice de cobertura das reservas matemáticas do exercício de 2019 (0,45) e 2020 (0,41), verifica-se que houve um decréscimo na ordem de 0,04, ou seja, redução de aproximadamente 8,89% em relação ao exercício anterior.

"Esse indicativo demonstra que há um processo de descapitalização do regime previdenciário, em decorrência de um decréscimo na relação entre os ativos previdenciários e as reservas matemáticas previdenciárias (passivo atuarial)."

4- Vale um esclarecimento quanto a representação desse índice.

"Quando o RPPS atinge o valor 1, isso significa que suas Receitas Futuras, mais o valor que ele possui de Ativos Garantidores, irão cobrir as Obrigações Previdenciárias, demonstrando perfeito Equilíbrio Financeiro e Atuarial do Plano." (Próprio autor)

5- Nesse caso, o RPPS que possui **Superávit Atuarial**, irá apresentar o índice superior a 1,0. Vale ressaltar que nenhum RPPS do Estado de MT possui esse índice igual a 1, pois todos apresentam Déficit Atuarial.

6- Pesquisando as informações contidas no **Radar Previdência**, elaborado pelo Egrégio Tribunal de Contas-MT, ao analisarmos o índice de Cobertura das Reservas Matemáticas do **MT-PREV, RPPS do Estado de Mato Grosso**, seu **Índice de Cobertura das Reservas Matemáticas é igual a ZERO**, ou seja, o RPPS não possui reserva financeira ou não possui

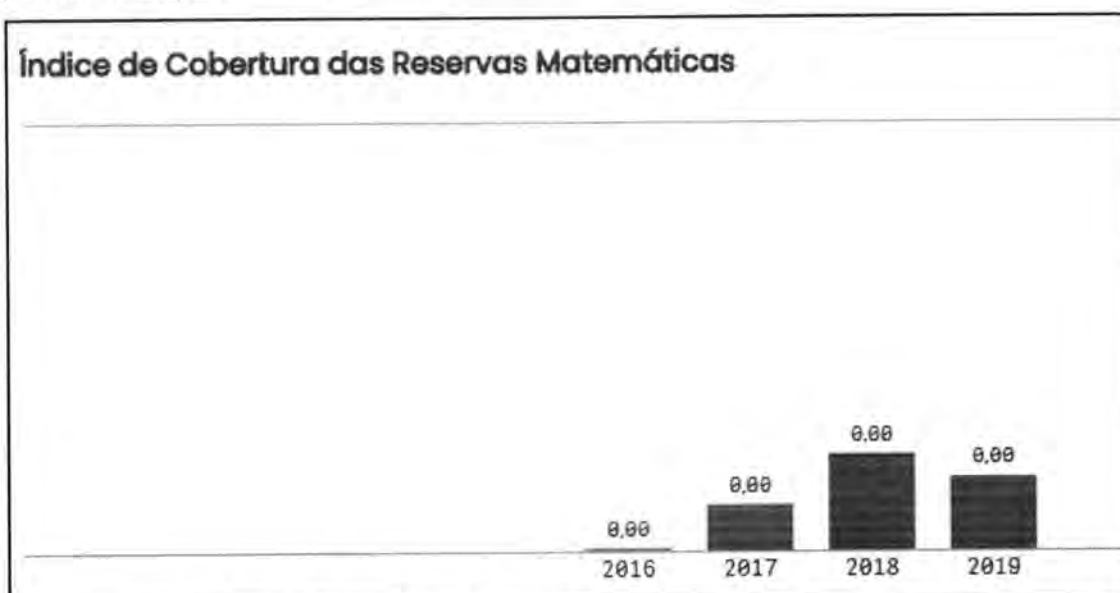


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



caixa suficiente para custear, pelo menos, uma Folha Mensal de Aposentadoria e Pensão por Morte do plano.



FONTE: Radar Previdência, TCE/MT – Índice de Cobertura das Reservas Matemáticas, MT-PREV.
<https://radarprevidencia.tce.mt.gov.br/extensions/radarprevidencia/planoprev.html>

7- Enquanto o TAPURAH-PREVI possui 41% dos ativos garantidores para custear suas obrigações previdenciárias, o MT-PREV, RPPS do Estado de MT, possui 0% dos ativos garantidores para a mesma finalidade. Conforme explicitado anteriormente, os Ativos do Plano do MT-PREV não garantem o custeamento mensal das obrigações previdenciárias.

8- O Radar Previdência também exibe o Índice de Cobertura das Reservas Matemáticas de todos os RPPS de Mato Grosso que é de 0,20, ou seja, em média, os RPPS possuem 20% dos recursos necessários para o pagamento de suas obrigações previdenciárias a longo prazo.



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



FONTE: Radar Previdência, TCE/MT-ICRM de Todos os Municípios de MT.
<https://radarprevidencia.tce.mt.gov.br/extensions/radarprevidencia/planoprev.html>

9-Comparando o índice de cobertura das Reservas Matemáticas do **TAPURAH-PREVI de 0,41**, com o índice de cobertura das Reservas Matemáticas de todos os municípios de Mato Grosso de 0,20, podemos observar que o **TAPURAH-PREVI** possui maior capacidade financeira de cumprir com suas obrigações previdenciárias do que a média geral dos RPPS do Estado de Mato Grosso.

10- Portanto, o índice de cobertura das Reservas Matemáticas do RPPS, no caso do TAPURAH-PREVI ser igual a 0,41 não se trata de uma irregularidade. Se trata apenas de uma demonstração numérica simples do EQUILÍBRIO ATUARIAL do RPPS, que, neste caso, possui 41% dos recursos necessários para o pagamento de suas obrigações previdenciárias a longo prazo, bem acima dos seus pares em Mato Grosso, cujo índice é de 20%.

11- Reforçamos ainda que não existe na legislação limites mínimos, prudencial ou máximo (como ocorre com os limites da Lei 101/2000 – LRF) dos valores do índice de Cobertura das Reservas Matemáticas, que caracterizam uma irregularidade. O índice apenas, resume de



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



maneira simples, o nível de liquidez e a situação atuarial do RPPS, para análise e tomada de decisões da condução de sua gestão.

2.1.2 – CONDUÇÃO DA POLÍTICA PREVIDENCIÁRIA

Para fins de entendimento das diversas circunstâncias relacionadas à condução da política previdenciária que geram reflexos no resultado atuarial do RPPS, destaca-se a seguir trecho do artigo denominado "O Efeito Negativo dos Planos de Equacionamento do Déficit Atuarial Inferiores ao Montante de Juros Anuais" da auditora pública externa do TCE-RS, Sra. Aline Michele Buss Pereira, bacharel em Ciências Atuariais, publicado no livro "Previdência e Reforma em Debate – Estudos multidisciplinares sob a perspectiva do regime Próprio".

4. Análise do Crescimento dos Déficits Atuariais dos DRAAs de 2015 a 2018
Considerando que os planos de amortização são instituídos pelos entes federativos visando ao equacionamento dos déficits atuariais, por que os déficits atuariais não diminuem se o RPPS possui plano de amortização vigente?
Existem diversos motivos que fazem o déficit atuarial aumentar ao longo dos anos, entre eles, pode-se exemplificar:

- instituição de alíquota de contribuição inferior ao indicado no cálculo atuarial;
- meta atuarial incompatível com a expectativa de rentabilidade dos investimentos de médio e longo prazo;
- estimativa de compensação previdenciária com o INSS, calculada na avaliação atuarial, acima dos valores recebidos pelo RPPS;
- crescimento salarial real dos servidores do ente federativo acima da premissa considerada na avaliação atuarial;
- crescimento da folha de benefícios previdenciários acima do estimado na avaliação atuarial, oriundos de incorporações para fins de aposentadoria e da criação ou majoração de gratificações sem proporcionalidade com o tempo de contribuição para fins de cálculo dos proventos;
- aumento da expectativa de vida do grupo de beneficiários acima do estimado pela tábua de mortalidade;
- cadastro previdenciário inconsistente, incompleto ou desatualizado;
- alteração de metodologia do cálculo atuarial; e
- plano de equacionamento do déficit atuarial, por alíquotas de contribuições suplementares ou aportes periódicos, com pagamentos inferiores ao montante de juros.

FONTE: SECEX – TCE/MT, Relatório Técnico Preliminar - Contas de Governo da Previdência Municipal de TAPURAH/MT, exercício 2020, pág.23



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



Portanto, a condução da política previdenciária, por meio de um adequado planejamento, requer o acompanhamento de diversos aspectos que devem ser ponderados com o objetivo de se alcançar o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS: estrutura física, material e de pessoal do Regime Próprio; política de pessoal do ente federativo; adequação das alíquotas previdenciárias; regularidade de repasses financeiros; escolha de premissas e hipóteses atuariais; efetividade do plano de amortização; etc.

FONTE: SECEX – TCE/MT, Relatório Técnico Preliminar - Contas de Governo da Previdência Municipal de TAPURAH/MT, exercício 2020, pág. 24

Conduta

Deixar de planejar e não promover a política previdenciária necessária para a melhoria da relação entre os ativos do plano previdenciário e os passivos (reservas matemáticas), contrariando a preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, embasados no caput

24

Assinado digitalmente. Para verificar sua autenticidade acesse o site: <http://www.tce.mt.gov.br/assinatura> e utilize o código 7801FB.



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA
Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601
e-mail: sececx-previdencia@tce.mt.gov.br

do art. 40 da Constituição Federal; art. 1º da Lei Federal 9.717/1998; §1º do art. 1º e art. 69 da LRF; e Portaria nº 464/2018.

FONTE: SECEX – TCE/MT, Relatório Técnico Preliminar - Contas de Governo da Previdência Municipal de TAPURAH/MT, exercício 2020, pág. 24 e 25

2.1.2.1. – PARECER DO ATUÁRIO SOBRE OS FATOS

12- O Egrégio Tribunal de Contas foi muito feliz na elaboração do Relatório Técnico Preliminar, página 23, ao mencionar que a “única fonte de renda” do TAPURAH-PREVI é baseada na

Igor França Garcia | Atuário MIBA/RJ 1.659 | Certificação Especialista de Investimento ANBIMA-CEA
Consultor de Investimentos Credenciado pela CVM

(65) 99242.8876 | www.atuarialconsultoria.com.br | (SKYPE) igor frança Garcia | (65) 3621.8267

Av. José Monteiro de Figueiredo, nº 212 - Edifício Goiabeiras Executive Center, Sala 401

Bairro: Duque de Caxias - Cuiabá – MT - CEP: 78.043-300



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



Contribuição Previdenciária de seus Segurados e mais a Contribuição Previdenciária e a Amortização do Déficit Atuarial pelo Ente Federativo.

Considerando, meramente, a equação que apura o índice de cobertura, pode-se inferir que os objetivos primordiais da política previdenciária estão restritos à constituição de ativos previdenciários e/ou redução de provisões matemáticas previdenciárias.

FONTE: SECEX – TCE/MT, Relatório Técnico Preliminar - Contas de Governo da Previdência Municipal de TAPURAH/MT, exercício 2020, pág. 23

13- A condução de políticas previdenciárias no país, sempre esteve ligada a regras constitucionais¹, obrigatórias a todos os Regimes de Previdência Social.

14- A legislação apenas dava autonomia ao Ente Federativo, em instituir ou não Regime Previdenciário Próprio. Instituído, este Regime era submetido a regras e legislações previdenciárias constitucionais.

15- Uma das raras exceções de autonomia para exercer políticas previdenciárias locais, foi a **Lei Federal 13.135 de 17 de junho de 2015**, que instituiu a **Pensão por Morte TEMPORÁRIA** aos Servidores Públicos da União, facultando a adoção dessa regra a cada Ente Federativo, orientada a fazê-lo, mediante aprovação por meio de Lei local, conforme a Nota Técnica da SPSS - Secretaria de Políticas de Previdência Social - Nº 11/2015/CGNAL/DRPSP/SPSS ².

¹ CF/88

E.C. no 20, de 15 dezembro de 1998

E.C. no 41, de 19 de dezembro de 2003

E.C. no 47, de 05 de julho de 2005

E.C. no 70, de 29 de março de 2012

E.C. no 88, de 07 de maio de 2015

E.C. no 103, de 13 de novembro de 2019

E.C. nº 104, de 04 de dezembro de 2019

E.C. nº 105, de 12 de dezembro de 2019

² <http://sa.previdencia.gov.br/site/2016/07/NOTA-TECNICA-11-2015.pdf>



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



16- Com a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019, a partir de agora, será possível ao Ente subnacional definir política previdenciária local, já que boa parte da legislação previdenciária deixou de ser constitucional, sendo federalizadas, permitindo que cada Ente legisle sobre o seu respectivo RPPS, visando adequar o orçamento público a realidade financeira do RPPS, podendo alterar desde o formato do Plano de Custeio, estipulando contribuição extraordinária aos Segurados, no intuito auxiliar na amortização do Déficit Atuarial, ampliar a base de contribuição dos aposentados e pensionistas e, até mesmo, promover mudanças no Plano de Benefícios, alterando as regras de concessão aposentadoria e pensão, diferentes das regras Constitucionais aplicadas aos Servidores da União.

17- Afim de demonstrar pontos específicos que geram pressão sobre o Déficit Atuarial, o Relatório Técnico Preliminar, página 23, exemplificou os motivos que levam ao crescente Déficit Atuarial dos RPPS de todo país, tomando como base o artigo “O Efeito Negativo dos Planos de Equacionamento do Déficit Atuarial inferiores ao Montante de juros”, de autoria da sra. Aline Michele Buss Pereira, auditora pública externa do TCE-RS.

18- Dentre esses motivos, muitos passarão a ser objetivo de análise mensal dos responsáveis pelo RPPS, que auxiliarão na construção das **Premissas e Hipóteses** na elaboração das Reavaliações Atuariais.

19- As **Premissas e Hipóteses Atuariais** têm relação direta com o custo do plano de benefícios e com seu equilíbrio, tendo em vista que uma premissa atuarial equivocada, que não guarda relação com a realidade dos Segurados do plano, fará com que as obrigações sejam incorretamente avaliadas, definindo alíquotas de contribuição inadequadas e, conseqüentemente, pressão sobre o Déficit Atuarial.

20- Por conta disso, conforme o artigo 8º da Instrução Normativa SPREV nº 09/2018, a partir da Reavaliação Atuarial de 2021, data focal 31/12/2020, os RPPS deverão elaborar e enviar a SPREV, o **Relatório de Análise de Hipóteses**, atestando que as **Premissas e Hipóteses**

Igor França Garcia | Atuário MIBA/RJ 1.659 | Certificação Especialista de Investimento ANBIMA-CEA
Consultor de Investimentos Credenciado pela CVM

(65) 99242.8876 | www.atuarialconsultoria.com.br | (SKYPE) igor frança Garcia | (65) 3621.8267

Av. José Monteiro de Figueiredo, nº 212 - Edifício Goiabeiras Executive Center, Sala 401

Bairro: Duque de Caxias - Cuiabá – MT - CEP: 78.043-300



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



Atuariais definidas na Reavaliação Atuarial são condizentes (aderência) com a realidade do município, conforme exigência do artigo 6º, § 1º da Instrução Normativa SPREV nº 09/2018.

Art. 6º § 1 - Para cada uma das hipóteses atuariais e premissas, deverá ser apresentado o fundamento de sua escolha e o critério utilizado na avaliação atuarial, além das informações disponíveis relativas à análise do seu comportamento e aderência, contemplando-se:

21- O Relatório de Análise de Hipóteses deverá ser apresentado aos Conselhos Deliberativo e Fiscal e disponibilizado aos Segurados (Beneficiários) do RPPS e aos órgãos de controle interno e externo, conforme exigência do artigo 18, § 3º da Portaria MF nº 464/2018.

Art. 18, § 3º - A unidade gestora do RPPS deverá cientificar os conselhos deliberativo e fiscal do conteúdo do Relatório de Análise das Hipóteses e disponibilizá-lo aos beneficiários do regime e aos órgãos de controle interno e externo.

22- Ainda sobre os motivos que levam pressão sobre o Déficit Atuarial, alertarmos que algumas medidas legais foram implantadas com a Reforma da Previdência (Emenda constitucional nº 103/2019) e a publicação da Portaria MF 464/2018, minimizando o impacto sobre o Déficit Atuarial dos RPPS como:

22.1- INCORPORAÇÕES: os RPPS não sofrerão mais com o risco de subdimensionamento dos Benefícios futuros, com relação as incorporações sobre a remuneração do cargo efetivo, já que a EC 103/2019 vedou este tipo de incorporação.

"Art. 39.

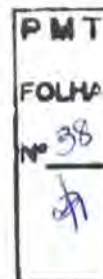
§ 9º - É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.

22.2- COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA: o Artigo 36 da Portaria MF 464/2018, que entrou em vigor no exercício de 2020, estabeleceu parâmetros para a estimativa do



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



valor referente aos Benefícios Concedidos, com base na relação percentual verificada entre o valor compensado (pró-rata), apurado no Sistema COMPREV e o valor do pagamento dos Benefícios do RPPS, de forma individual ou agregada. Assim, as Reavaliações Atuariais só poderão estimar o valor da compensação previdenciária dos Benefícios Concedidos, baseado no valor recebido individualmente de cada um, tornando mais aderente a realidade, e não apenas limitando sua estimativa em 10%, conforme previa a Portaria MPS 403/2008 e prevê a Portaria MF 464/2018.

23- Se tomarmos como base os itens descritos no Relatório Técnico Preliminar, página 23, os motivos que fazem o déficit atuarial aumentar, para mensurarmos o nível de gestão ou política previdenciária de um RPPS, iremos destacar alguns itens contidos na Reavaliação Atuarial elaborada em 2021, data focal 31/12/2020:

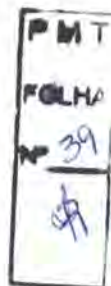
23.1- PRATICAR ALÍQUOTA INFERIOR AO INDICADO NO CÁLCULO ATUARIAL: Fato nunca ocorrido, pelo menos nos últimos 5 anos.

23.2- TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO SALÁRIO DOS SERVIDORES DO ENTE FEDERATIVO CONSIDERADA NA AVALIAÇÃO ATUARIAL, ACIMA DO CRESCIMENTO REAL EFETIVO NO MUNICÍPIO: Conforme a Reavaliação Atuarial nº 1.605/2021, data focal 31/12/2020, página 22, nos últimos 3 anos, os servidores ativos tiveram uma perda real de -0,41% de suas remunerações, enquanto a premissa adotada na Reavaliação Atuarial é um ganho real de no mínimo 1,00% a cada ano. Dessa forma, a Reavaliação Atuarial está superestimando o crescimento salarial acima da realidade do município, projetando valores de Benefícios Futuros acima da realidade, mas, tornando o resultado atuarial mais conservador, gerando “ganhos” que podem acelerar a redução do Déficit Atuarial, devido a projeção de Benefícios acima do observado.



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



23.3- TAXA DE CRESCIMENTO REAL DOS PROVENTOS CONSIDERADA NA AVALIAÇÃO

ATUARIAL, ACIMA DO CRESCIMENTO REAL EFETIVO NO RPPS: Conforme a Reavaliação Atuarial nº 1.605/2021, data focal 31/12/2020, página 24, nos últimos 3 anos, os beneficiários tiveram **perda real de -0,04%** do valor de seus benefícios, enquanto **a premissa adotada na Reavaliação Atuarial é um ganho real de no mínimo 0,30% a cada ano.** Dessa forma, a Reavaliação Atuarial está superestimando o reajuste dos Proventos, acima da realidade que vem ocorrendo no RPPS, projetando reajustes acima da realidade, mas, tornando o resultado atuarial mais conservador, gerando “ganhos” que podem acelerar a redução do Déficit Atuarial, devido a projeção de reajuste de Proventos acima do observado.

23.4- FATOR DE DETERMINAÇÃO CONSIDERADA NA AVALIAÇÃO ATUARIAL:

Conforme a Reavaliação Atuarial nº 1.605/2021, data focal 31/12/2020, página 28, a inflação pode ser utilizada como hipótese para ter uma redução das Provisões Matemáticas, buscando apresentar o valor real das Aposentadorias. Dessa forma, a Reavaliação Atuarial não utilizou dessa premissa permitida pela Portaria MF 464/2018.

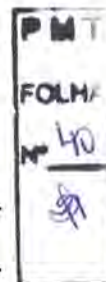
23.5- AUMENTO DA EXPECTATIVA DE VIDA ACIMA DO ESTIMADO PELA TÁBUA DE MORTALIDADE:

Esse risco é extremamente pulverizado, tendo em vista que as Reavaliações Atuariais de nossa responsabilidade, priorizam Tábuas de Mortalidade mais recentes, que refletem a realidade atual da população. Conforme a Reavaliação Atuarial nº 1.605/2021, data focal 31/12/2020, página 21, o **TAPURAH-PREVI** Adotou as Tábuas de Mortalidade mais atuais do IBGE (2019) e ainda segregou as Tábuas por gênero, como exigem o artigo 21, I, a da Portaria MF 464/2018.



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



23.6- CADASTRO PREVIDENCIÁRIO INCONSISTENTE, INCOMPLETO E

DESTATUALIZADO: Esse risco também foi extremamente pulverizado, com a realização do censo previdenciário nos anos de 2017 e 2019, por parte da Gestão do TAPURAH-PREVI, fazendo com que o resultado atuarial esteja mais aderente a realidade de seus Segurados, com uma base cadastral de qualidade e confiável.

23.7- ALTERAÇÃO DA METODOLOGIA DE CÁLCULO: Pelo menos nos últimos 5 anos, a metodologia do Cálculo Atuarial do TAPURAH-PREVI, estabeleceu os mesmos Regimes Financeiros sobre os mesmos tipos de benefícios, descrito nas páginas 17 a 19 da referida Reavaliação Atuarial/2021.

23.8- PLANO DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL, COM PAGAMENTOS INFERIORES AO MONTANTE DE JUROS: Esse é o principal fator que gera pressão sobre o Déficit Atuarial, delimitada e pacificada com a implantação da Portaria MF 464/2018. Esse item fez parte de outro apontamento do Relatório Técnico Preliminar e será melhor explicado ao longo deste parecer.

24- Portanto, se tomarmos como base para mensurar a Gestão (ou Política) Previdenciária do Ente/RPPS, os itens descritos no próprio Relatório Técnico preliminar, COMO MOTIVOS QUE FAZEM O DÉFICIT ATUARIAL AUMENTAR, e, após a explanação dos fatos, podemos observar que o RPPS possui uma excelente gestão de política previdenciária, com o cumprimento e a aderência de premissas e hipóteses, que fazem com que os fatos relatados, não sejam os motivos que fazem (ou fizeram) aumentar o Déficit Atuarial.

25- Ressaltamos mais uma vez, como discorrido em nosso parecer, que a partir de agora, os Entes Subnacionais terão a oportunidade de implantar políticas previdenciárias locais, que visem um melhor Equilíbrio entre o Orçamento Público e o seu respectivo Regime Próprio, após a publicação da Emenda Constitucional nº 103/2019, que federalizou boa parte da legislação previdenciária, contribuindo ainda mais para o Equilíbrio Financeiro e Atuarial do

Igor França Garcia | Atuário MIBA/RJ 1.659 | Certificação Especialista de Investimento ANBIMA-CEA
Consultor de Investimentos Credenciado pela CVM

(65) 99242.8876 | www.atuarialconsultoria.com.br | (SKYPE) igor frança Garcia | (65) 3621.8267

Av. José Monteiro de Figueiredo, nº 212 - Edifício Goiabeiras Executive Center, Sala 401

Bairro: Duque de Caxias - Cuiabá - MT - CEP: 78.043-300



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

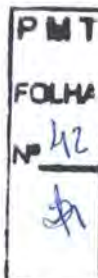


RPPS. Anteriormente, os Entes subnacionais estavam limitados a apenas executar a gestão de seus respectivos RPPS e cumprir a legislação previdenciária, boa parte com regras constitucionais, a partir de 13/11/2019 (EC 103), os RPPS poderão alterar o formato do Plano de Custeio e, até mesmo, promover mudanças no Plano de Benefícios, alterando as regras de concessão aposentadoria e pensão, diferentes das regras Constitucionais aplicadas aos Servidores da União.

26- Em decorrência da Emenda Constitucional 103/2019, o RPPS aprovou a majoração das alíquotas de contribuição dos Segurados para 14,00% através da Lei Complementar nº 151 de 30 de março de 2020. Essa majoração das alíquotas fez com que o RPPS tivesse um pouco mais de fôlego, fazendo com que o Déficit Atuarial do RPPS tivesse uma redução significativa de um ano para outro, conforme vemos na página 63 da Reavaliação Atuarial/2021, data focal 31/12/2020.


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

**11.4. COMPORTAMENTO ENTRE AS RECEITAS E DESPESAS DO RPPS (Provisões de Equilíbrio)**

Exercício	2018	2019	2020	2021
Data Focal	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020
ATIVOS DO PLANO	21.115.513,98	25.381.795,75	31.037.080,14	36.758.316,79
Ativos Líquidos	21.115.513,98	25.381.795,75	31.037.080,14	36.758.316,79
Créditos a Receber	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA MATEMÁTICA	(57.155.216,42)	(59.420.688,42)	(66.812.999,28)	(65.975.262,64)
(+) Benefícios Concedido	(10.737.690,76)	(12.367.943,74)	(16.003.465,94)	(20.834.422,44)
(+) Benefícios a Conceder	(46.417.525,66)	(47.052.744,68)	(50.809.533,34)	(45.140.840,20)
DÉFICIT/SUPERÁVIT ATUARIAL	(36.039.702,44)	(34.038.892,67)	(35.775.919,14)	(29.216.945,85)
(+) Compensação a Receber	2.509.270,49	2.575.630,46	3.939.182,49	11.431.576,01
(-) Compensação a Pagar	-	(42.857,30)	(64.668,05)	-
DÉFICIT/SUPERÁVIT ATUARIAL (Com Comprev.)	(33.530.431,95)	(31.506.119,51)	(31.901.404,70)	(17.785.369,84)

Movimentação

Ativos do Plano	Movimentação	QTDE	%
Nos últimos 4 anos	Aumento	15.642.802,81	74,1%
Com relação ano anterior	Aumento	5.721.236,65	18,4%

Reserva Matemática	Movimentação	QTDE	%
Nos últimos 4 anos	Redução	-8.820.046,22	15,4%
Com relação ano anterior	Aumento	837.736,64	-1,3%

63

FONTE: Reavaliação Atuarial/2021, data base 31/12/2020, pag. 63


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



2.2. – AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT

Classificação de Irregularidades de acordo com a Resolução Normativa nº 17/2010	
LB 99	Previdência Grave 99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.
Resumo do Achado	O Plano de Amortizado do Déficit Atuarial, homologado pelo Decreto nº 286/2019, não atenderá aos critérios normativos de efetividade descritos no art. 54 da Portaria MF 464/2018, regulamentado pelo art. 9º da Instrução Normativa 07 e pela Portaria ME nº 14816/2020, relativamente à amortização a ser realizada no(s) exercício(s) de 2022, 2023 e 2024, sendo necessária a sua modificação, para fins de amortização do déficit atuarial, de acordo com a proporção estabelecida pelos normativos.

FONTE: SECEX – TCE/MT, Relatório Técnico Preliminar - Contas de Governo da Previdência Municipal de TAPURAH/MT, exercício 2020, pág. 27

27-Para fundamentar a possível irregularidade apontada, destacaremos o que foi apresentado pelo Relatório Técnico Preliminar, entre as páginas 36 a 38.

2.2.1 – ADEQUAÇÃO DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT

ATUARIAL - GRADAÇÃO 2022, 2023 E 2024

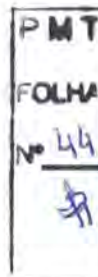
Portanto, o critério de análise estabelecido no presente relatório técnico é a verificação se o atual plano de amortização do déficit atuarial atenderá à condição estabelecida nas normativas ou se haverá a necessidade de adequação do plano, para fins de cumprimento		
37		
assinado digitalmente. Para verificar sua autenticidade acesse o site: http://www.tce.mt.gov.br/assinatura e utilize o código 760175L.		
<div> <div> <p>Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO</p> </div> <div> <p>SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601 e-mail: seceex-previdencia@tce.mt.gov.br</p> </div> </div>		
das obrigações ilustradas a seguir:		
Quadro 13 - Gradação da amortização do déficit		
2022	2023	2024
Amortização de, no mínimo, 1/3 do valor necessário para reduzir o principal do déficit.	Amortização de, no mínimo, 2/3 do valor necessário para reduzir o principal do déficit.	Obrigação de iniciar a redução do principal do déficit atuarial.

FONTE: SECEX – TCE/MT, Relatório Técnico Preliminar - Contas de Governo da Previdência Municipal de TAPURAH/MT, exercício 2020, pág. 37 e 38



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



Causas

Ausência de adequação da Lei que estabeleceu o Plano de Amortização do Déficit Atuarial, a fim de proporcionar efetividade na amortização do déficit atuarial.

FONTE: SECEX – TCE/MT, Relatório Técnico Preliminar - Contas de Governo da Previdência Municipal de TAPURAH/MT, exercício 2020, pág. 39

2.2.1.1. – PARECER DO ATUÁRIO SOBRE OS FATOS

28- De fato, a afirmativa desse Egrégio Tribunal de Contas quanto a efetividade do Plano de Amortização vigente, aprovado pelo Decreto 286/2019, procede, a luz da Portaria MF 464/2018 e sua Instrução Normativa SPREV nº 07/2018.

29- Dentre os critérios estabelecidos pela Portaria MF 464/2018, o artigo 54º, II, determina que o montante de contribuição no exercício, na forma de alíquotas ou aportes, seja superior ao montante anual de juros do saldo do Déficit Atuarial do exercício³.

Art.54º - (...)

II- que o montante de contribuição no exercício, na forma de alíquotas ou aportes, seja superior ao montante anual de juros do saldo do deficit atuarial do exercício;

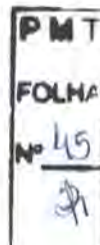
30- Apesar de ter sido publicado em 2019, o **artigo 79**, informa que os parâmetros previstos na Portaria MF 464/2018 são facultativas para a Reavaliação Atuarial do exercício de 2019,

³ - No caso, que seja superior aos limites mínimos definidos na I.N. SPREV nº 07/2018 e não igual.



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



ano-base 31/12/2018 e obrigatórias, a partir da Reavaliação Atuarial do exercício de 2020, ano-base 31/12/2019.

Art. 79, Portaria MF 464/2018 - A aplicação dos parâmetros previstos nesta Portaria é facultativa para a avaliação atuarial relativa ao exercício de 2019, posicionada em 31 de dezembro de 2018, e obrigatória para as avaliações atuariais seguintes

31-Para reforçar a facultatividade da aplicação da Portaria MF 464/2018, sobre as Reavaliações Atuariais do exercício de 2019, data base 31/12/2018, a própria SPREV – Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, responsável pela elaboração da referida Portaria, emitiu a Nota SEI nº 2/2019/COAAT/CGACI/SRPPS/SPREV/SEPRT-ME⁴ a respeito de sua facultatividade no exercício de 2019.

32- Nesse caso, o Plano de Amortização proposto na Reavaliação Atuarial do exercício 2019, seguiu integralmente as normas e legislações atuariais facultadas ao Ente Federativo, permanecendo as normas atuariais previstas pela Portaria MPS 403/2008.

33- Já a Reavaliação Atuarial nº 1.458/2020, data focal 31/12/2019, o Plano de Amortização proposto foi adequado aos parâmetros mínimos estabelecidas pela legislação (conforme muito bem orientado e explicitado a importância de sua adequação, no Relatório Técnico Preliminar) pela Portaria MF 464/2018, sua Instrução Normativa SPREV nº 07/2018, e a gradação de pagamento dos juros, permitidos pelo artigo 6º, III, a, da Portaria SPREV 14.816 de 19 de junho de 2020.

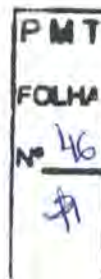
Art.6º - (...)

III- ficam postergados para o exercício de 2022;

a- a exigência de elevação gradual das alíquotas suplementares, de que trata o

⁴ http://sa.previdencia.gov.br/site/2019/04/Nota-Sei-02_2019.pdf


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br


parágrafo único do art. 9º da Instrução Normativa nº 07, de 2018.

34- Abaixo, segue uma demonstração da efetividade do Plano de Amortização da **Reavaliação Atuarial nº 1.494/2020, data focal 31/12/2019** e a superação dos parâmetros mínimos de gradação, previstos na **Portaria MF 464/2018, Instrução Normativa SPREV nº 07/2018**.

APLICABILIDADE DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO - REAVALIAÇÃO ATUARIAL EXERCÍCIO 2020

ANO	Parâmetro (Portaria MF 464/2018)	A Prestação do CS sobre quantos % do Juros? *	SALDO DEVEDOR (INÍCIO - período)	AMORTIZAÇÃO	JUROS SOBRE O DÉFICIT ATUARIAL	PRESTAÇÃO GERADA SOBRE O Custo Suplementar	Custo Suplementar	SALDO DEVEDOR (FIM - período)
2020	Não exige valor mínimo	31,9%	(31.901.404,70)	(1.276.968,99)	1.875.802,60	598.833,61	3,70%	(33.178.373,69)
2021	33%	36,1%	(33.178.373,69)	(1.246.810,11)	1.950.888,37	704.078,26	4,30%	(34.425.183,80)
2022	67%	68,0%	(34.425.183,80)	(647.744,26)	2.024.200,81	1.376.456,55	8,32%	(35.072.928,05)
2023	100%	101,0%	(35.072.928,05)	20.622,88	2.062.288,17	2.082.911,05	12,46%	(35.052.305,17)
2024	100%	102,5%	(35.052.305,17)	52.194,64	2.061.075,54	2.113.270,18	12,51%	(35.000.110,53)
2025	100%	104,2%	(35.000.110,53)	86.065,31	2.058.006,50	2.144.071,81	12,55%	(34.914.045,22)
****	****	****	****	***	****	****	****	****

* A Prestação gerada do Custo Suplementar praticado deve ser superior aos limites da L.N. SPREV 0047/2018 - Portaria MF 464/2018.

Efetividade do Plano de Amortização da Reavaliação Atuarial nº 1.458, exercício 2020, data focal 31/12/2019.

35- Portanto, registramos que não existe irregularidade quanto ao Plano de Amortização aprovado pelo Decreto 017/2019, apresentado na Reavaliação Atuarial/2019, data base 31/12/2018, elaborada sobre os parâmetros e exigências contidas na Portaria MPS 403/2008.

36- Inclusive, conforme muito bem orientado pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, através do Relatório Preliminar sobre as Contas Anuais de Governo Previdência Municipal, do município de TAPURAH-MT, Processo 499315/2021, o Plano de Amortização vigente precisa ser adequado aos parâmetros da Portaria MF 464/2018, conforme apresentado na **Reavaliação Atuarial do exercício de 2020, data focal 31/12/2019**. Além de adequado aos parâmetros mencionadas pela Legislação, o plano proposto, ainda



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



supera os limites mínimos de gradação de pagamento dos juros, permitidos pela Portaria SPREV 14.816 de 19 de junho de 2020, demonstrando ação do Ente Federativo em contribuir para o Equilíbrio Financeiro e Atuarial.

2.3. – O PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL APROVADO PELO DECRETO Nº 286/2019, APRESENTA ALÍQUOTAS FINAIS SUPLEMENTARES INFACÍVEIS

3.2.5.2.2 Alíquotas suplementares

Classificação de Irregularidades de acordo com a Resolução Normativa nº 17/2010	
LB 99	Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.
Resumo do Achado	O Plano de Amortização do Déficit Atuarial, homologado de forma irregular pelo Decreto nº 286/2019, apresenta alíquotas finais suplementares infactíveis, proporcionando o desequilíbrio na arrecadação de receitas previdenciárias a curto e/ou médio prazo, bem como o desequilíbrio do Plano de Previdência ao longo do tempo.

FONTE: SECEX – TCE/MT, Relatório Técnico Preliminar - Contas de Governo da Previdência Municipal de TAPURAH/MT, exercício 2020, pág. 40.

37- Para fundamentar a possível irregularidade apontada, destacaremos o que foi apresentado pelo Relatório Técnico Preliminar.



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

PMT
FOLHA
Nº 48
J

**2.3.1 – ALÍQUOTAS PREVISTAS INICIANDO EM 3,70%
ALCANÇANDO 24,44% (2031 Á 2047), CARACTERIZANDO-SE
COMO ALÍQUOTAS INFECTÍVEIS.**

Verifica-se que a atual alíquota suplementar corresponde a 3,70%, alcançando uma alíquota de 24,44% em 2047, conforme exposto a seguir:

FONTE: SECEX – TCE/MT, Relatório Técnico Preliminar - Contas de Governo da Previdência Municipal de TAPURAH/MT, exercício 2020, pág. 23

Critério de auditoria

Decreto nº 286/2019; art. 2º da Portaria MPS 464/2018; §1º do art. 1º e art. 69 da LRF.

Evidências

DRAA, Avaliação Atuarial, Decreto nº 286/2019; e Ausência de Demonstrativo de Viabilidade Orçamentária, Financeira e Fiscal.

Causas

Ausência do estabelecimento de alíquotas suplementares que proporcionem uma maior captação de recursos previdenciários a curto e médio prazo, estabelecendo uma razoabilidade na distribuição das alíquotas.

Efeitos:

Postergação da redução (amortização) do déficit atuarial, gerando o desequilíbrio do Plano de Previdência.

FONTE: SECEX – TCE/MT, Relatório Técnico Preliminar - Contas de Governo da Previdência Municipal de TAPURAH/MT, exercício 2020, pág. 42



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



2.3.1.1. – PARECER DO ATUÁRIO SOBRE OS FATOS

2.3.1.1.1. – PLANO DE AMORTIZAÇÃO/2019

38- Com relação a interpretação de factibilidade do Plano de Amortização, se torna subjetiva essa definição, já que a obrigação legal é que o Plano de Amortização demonstre que as alíquotas de custo suplementar/aporte financeiro, conduzam ao Equilíbrio Financeiro e Atuarial do Plano (amortização do saldo devedor), dentro do prazo permitido pela legislação.

39- Elevando demasiadamente as alíquotas iniciais de custo suplementar/aporte financeiro, visando a amortização do Déficit Atuarial no curto prazo (antes do prazo permitido), o Plano pode ser considerado infactível, caso o orçamento público não comporte a elevação dos custos do Plano de amortização no seu início e, conseqüentemente, ocorra a existência de inadimplência quanto ao seu pagamento.

40- Quanto à questão do Plano de Amortização da Reavaliação Atuarial/2019, implementado pelo **Decreto 286/2019** atingir **o percentual de 24,44% a partir de 2031, caracterizando-se infactíveis**, informamos que não há nenhuma menção na Portaria MPS 403/2008, que ditou as regras de elaboração da Reavaliação Atuarial do exercício de 2019, sobre o sistema financeiro utilizado, a realização do pagamento pelo Ente (através de valores fixos ou progressivos) e sobre a evolução das Prestações (ou alíquotas) e o Saldo Devedor ao longo do tempo.



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



41- O artigo 2º, IV, da Portaria MPS 403/2008, descreve que o plano de custeio da Reavaliação Atuarial deverá detalhar o custo normal e o custo suplementar necessários para o atingimento do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.

Art. 2º, IV - PORTARIA MPS 403/2008 - Plano de Custeio: definição das fontes de recursos necessárias para o financiamento dos benefícios oferecidos pelo Plano de Benefícios e taxa de administração, representadas pelas alíquotas de contribuições previdenciárias a serem pagas pelo ente federativo, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas ao respectivo RPPS e aportes necessários ao atingimento do equilíbrio financeiro e atuarial, com detalhamento do custo normal e suplementar;

42- Elaborar o Plano de Amortização definindo seu financiamento através de alíquota ou aporte financeiro de forma fixa ou escalonada, não fere a Portaria MPS 403/2008, já que ela não determina a forma de financiamento;

43- Elaborar o Plano de Amortização, através de Rendas (Anuidades), através do Sistema de Amortização Constante ou através do Sistema Price, não fere a Portaria MPS 403/2008, já que ela não determina o Sistema Financeiro a ser utilizado;

44- Elaborar o Plano de Amortização, tendo sistema de financiamento de forma fixa e constante ou progressiva, parecida como a forma de pagamento de um cartão de crédito, onde a dívida (no caso o Déficit Atuarial) não amortiza os juros no início, postergando esse pagamento, também não fere a Portaria MPS 403/2008, já que ela não determina a forma de amortização dos juros.


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br


45- O Plano de amortização implementando pela Decreto 286/2019, atendeu todos os critérios exigidos para sua elaboração, conforme a Portaria MPS 403/2008 e o objetivo claro de se manter o Equilíbrio Financeiro e Atuarial, financiando o Déficit Atuarial ao final do prazo, conforme demonstrado abaixo:

5.3.2. CUSTO SUPLEMENTAR

O art. 18, §1º da Portaria MPS 403/08, informa que o Déficit Atuarial de R\$ (31.506.119,51), deverá ser financiado num prazo não superior a 35 anos. Assim, adotamos um plano de amortização, com alíquotas crescentes de financiamento, conforme a tabela abaixo:

Tabela de Financiamento do Déficit Atuarial

PERÍODO	ANO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	C.S. *	FOLHA SALARIAL
0		31.506.119,51					
1	2019	32.955.967,78	(1.449.848,26)	1.865.432,14	415.583,87	3,30%	12.593.450,74
2	2020	34.434.224,60	(1.478.256,82)	1.949.107,05	470.850,23	3,70%	12.725.681,97
3	2021	35.914.151,10	(1.479.926,51)	2.032.876,48	552.949,97	4,30%	12.859.301,63
4	2022	37.338.979,03	(1.424.827,93)	2.113.527,11	688.699,19	5,30%	12.994.324,30
5	2023	38.702.445,31	(1.363.466,27)	2.190.704,45	827.238,18	6,30%	13.130.764,71
6	2024	39.997.864,84	(1.295.419,53)	2.264.030,09	988.610,55	7,30%	13.268.637,74
7	2025	41.075.980,18	(1.078.115,35)	2.325.055,48	1.246.940,13	9,30%	13.407.958,43
8	2026	41.917.670,68	(841.690,49)	2.372.698,34	1.531.007,85	11,30%	13.548.741,99
9	2027	42.502.573,21	(584.902,53)	2.405.806,03	1.820.903,50	13,30%	13.691.003,79
10	2028	42.662.357,88	(159.784,68)	2.414.850,45	2.255.065,77	16,30%	13.834.759,33
11	2029	42.362.065,98	300.291,90	2.397.852,79	2.698.144,69	19,30%	13.980.024,30
12	2030	41.564.493,52	797.572,47	2.352.707,18	3.150.279,65	22,30%	14.126.814,55
13	2031	40.360.186,68	1.204.306,84	2.284.538,87	3.488.845,71	24,44%	14.275.146,11
14	2032	39.044.790,58	1.315.396,10	2.210.082,49	3.525.478,59	24,44%	14.425.035,14
15	2033	37.611.232,13	1.433.558,45	2.128.937,67	3.562.496,11	24,44%	14.576.498,01
16	2034	36.052.009,60	1.559.222,53	2.040.679,79	3.599.902,32	24,44%	14.729.551,24
17	2035	34.359.166,80	1.692.842,80	1.944.858,50	3.637.701,30	24,44%	14.884.211,53
18	2036	32.524.265,81	1.834.900,98	1.840.996,18	3.675.897,16	24,44%	15.040.495,75
19	2037	30.538.358,04	1.985.907,78	1.728.586,30	3.714.494,08	24,44%	15.198.420,95
20	2038	28.391.953,47	2.146.404,56	1.607.091,71	3.753.496,27	24,44%	15.358.004,37
21	2039	26.074.988,22	2.316.965,25	1.475.942,73	3.792.907,98	24,44%	15.519.263,42
22	2040	23.576.789,99	2.498.198,23	1.334.535,28	3.832.733,51	24,44%	15.682.215,68
23	2041	20.886.041,55	2.690.748,45	1.182.228,77	3.872.977,22	24,44%	15.846.878,95
24	2042	17.990.741,95	2.895.299,59	1.018.343,88	3.913.643,48	24,44%	16.013.271,18
25	2043	14.878.165,53	3.112.576,42	842.160,31	3.954.736,73	24,44%	16.181.410,53
26	2044	11.534.818,31	3.343.347,22	652.914,24	3.996.261,47	24,44%	16.351.315,34
27	2045	7.946.391,86	3.588.426,45	449.795,77	4.038.222,21	24,44%	16.523.004,15
28	2046	4.097.714,41	3.848.677,45	231.946,10	4.080.623,53	24,44%	16.696.495,69
29	2047	(27.301,02)	4.125.015,43	(1.545,34)	4.123.470,09	24,44%	16.871.808,90
30	2048	-	-	-	-	-	-
31	2049	-	-	-	-	-	-
32	2050	-	-	-	-	-	-
33	2051	-	-	-	-	-	-
34	2052	-	-	-	-	-	-
35	2053	-	-	-	-	-	-

* Custo Suplementar

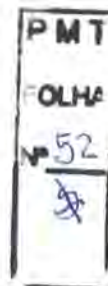
61

FONTE: Reavaliação Atuarial/2019, data base 31/12/2018, pág. 61



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



46- Portanto, o Plano de Amortização proposto na Reavaliação Atuarial do exercício de 2019, data base 31/12/2018, atendeu as exigências da Portaria MPS 403/2008, devido ao final do plano termos evidenciado o financiamento integral do Déficit Atuarial ao final do prazo remanescente, conforme exigido pelo artigo 18, § 1º da Portaria MPS 403/2008.

2.3.1.1.1. – PLANO DE AMORTIZAÇÃO/2020 e 2021

47- Conforme explicado neste parecer, os Planos de Amortização do Déficit Atuarial não possuem critérios mínimos de valores ou alíquotas mínimas de amortização, conforme a Portaria MPS 403/2008. Para definirmos parâmetros mínimos de amortização, a Portaria MF 464/2018 passou a definir critérios para a elaboração dos Planos de amortização do Déficit Atuarial dos RPPS, definindo:

1. Cenários onde possa ser aplicado a LDA – Limite de Déficit Atuarial, diminuindo o Saldo Devedor do Déficit Atuarial que deverá ser amortizado (artigo 2º, I e II da Instrução Normativa SPREV nº 007/2018);
2. Alíquotas de Custo Suplementar e Aportes mínimos de pagamento do Plano de Amortização (artigo 48º, III e artigo 54, II da Portaria MF 464/2018); e
3. Elevação gradual de um terço do necessário, para o cumprimento das alíquotas de Custo Suplementar e Aportes mínimos (artigo 9º, parágrafo único da I.N. SPREV nº 007/2018).

48- Esses critérios mínimos e prazos para a implementação da Portaria MF 464/2018, sobre o Plano de Amortização das Reavaliações Atuariais do exercício de 2020, visam tornar as

Igor França Garcia | Atuário MIBA/RJ 1.659 | Certificação Especialista de Investimento ANBIMA-CEA
Consultor de Investimentos Credenciado pela CVM

(65) 99242.8876 | www.atuarialconsultoria.com.br | (SKYPE) igor frança Garcia | (65) 3621.8267

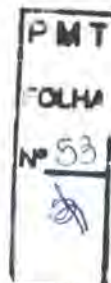
Av. José Monteiro de Figueiredo, nº 212 - Edifício Goiabeiras Executive Center, Sala 401

Bairro: Duque de Caxias - Cuiabá - MT - CEP: 78.043-300



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



alíquotas de Custo Suplementar (ou aportes financeiros) dentro de uma realidade que atenda tanto o RPPS, quanto o Ente Público, financiador do Plano de Amortização.

49- Com o advento da Portaria MF 464/2018, os Planos de amortização do Déficit Atuarial, a partir do exercício de 2021, passarão a ser obrigados a amortizar o principal do Déficit Atuarial, a partir do ano de 2023. Outra exigência será a obrigação da revisão do Plano de Amortização, sempre que houver elevação do Déficit Atuarial, conforme o artigo 7, I, da Instrução Normativa SPREV nº 07/2018.

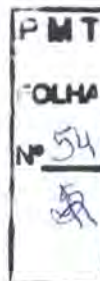
50- Concomitante a essas alterações, a Portaria MF 464/2018 trouxe a exigência de Gestão Atuarial para os RPPS, afim de contribuir para o Equilíbrio Financeiro e Atuarial e definiu critérios mínimos que não eram exigidos para definição de premissas, hipóteses e alíquotas/aportes mínimos sobre o Plano de Custeio.

51- A alteração do regramento atuarial dos RPPS pode ser observada, comparando os Planos de Amortização da Reavaliação Atuarial dos anos de 2019, 2020 e 2021. Vemos uma redução significativa das alíquotas suplementares dos planos, enquanto o Plano de Amortização/2019 apresenta alíquotas finais de 24,44% em 2047, o Plano de Amortização/2020 apresenta alíquotas finais de 13,99% em 2054 e o Plano de Amortização/2021 apresenta alíquotas finais de 7,09% em 2055. Vale ressaltar que a Portaria MF 464/2018, permitiu que os Planos de Amortização possam ser amortizados novamente em 35 anos e conforme a publicação da Portaria SEPRT ME nº 14.816/2020 permitiu que em caráter excepcional, não será considerado o exercício de 2020, para contagem dos prazos remanescentes dos planos de amortização de Déficit Atuarial.



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



Agradecemos a oportunidade de expor os apontamentos levantados pelo
Egrégio Tribunal de Contas do Estado de MT;

Este parecer poderá servir como justificativa aos apontamentos;

Requeremos que não seja declarado revelia;

Aceite as justificativas descritas neste parecer;

Nestes termos pedimos deferimento.

Igor França Garcia

Atuário MIBA/RJ 1.659

Certificação de Especialista em Investimento - CEA

Consultor de Investimentos credenciado pela CVM



Igor França Garcia | Atuário MIBA/RJ 1.659 | Certificação Especialista de Investimento ANBIMA-CEA
Consultor de Investimentos Credenciado pela CVM

(65) 99242.8876 | www.atuarialconsultoria.com.br | (SKYPE) igor frança Garcia | (65) 3621.8267

Av. José Monteiro de Figueiredo, nº 212 - Edifício Goiabeiras Executive Center, Sala 401

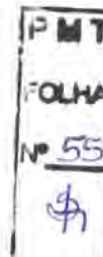
Bairro: Duque de Caxias - Cuiabá – MT - CEP: 78.043-300



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

CNPJ 04.963.339/0001-44



ITEM 04:

4. LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.

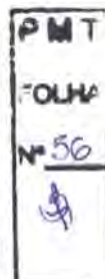
4.1 Ausência de lei específica do ente federativo para implementação do plano de equacionamento do déficit atuarial.



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

CNPJ 04.963.339/0001-44



4. LB 99. Previdência_grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCEMT nº 17/2010

4.1 Descrição dos fatos constatados. Ausência de lei específica do ente federativo para implementação do plano de equacionamento do déficit atuarial.

Com relação ao apontamento supracitado, informamos a improcedência do apontamento, uma vez que há o Decreto 286 de 13 de novembro de 2019 que configura como norma específica para implementação do plano de equacionamento do déficit atuarial.

Vale destacar que a aplicabilidade do Decreto Municipal 286/2019 é fundamentada no **art. 3º da Lei Complementar nº 108 de 08 de agosto de 2017**, que autoriza a atualização da majoração do plano de custeio por meio de decreto expedido pelo poder executivo, o qual é mencionado expressamente nas considerações do Decreto Municipal.

Art. 3º - Caso a reavaliação atuarial anual indique a necessidade de majoração do plano de custeio, as alíquotas de contribuição do ente poderão ser revistas por meio de Decreto expedido pelo Poder Executivo.

FONTE: Lei Complementar nº 108/2017

Procede do entendimento que os regulamentos não podem aportar à ordem jurídica direito ou obrigação que já não estejam, na lei, previamente caracterizados e de modo suficiente, isto é, nela delineados, ao menos pela indicação dos critérios e balizamentos indispensáveis para o reconhecimento de suas composturas básicas, neste caso o Decreto 286 de 13 de novembro de 2019 é precedente de autorização legislativa quando existe previsão no art.3º da Lei 108/2017.

E ainda sobre a matéria se faz necessário apresentar a definição do plano de custeio conforme expõe a Portaria MF 464/2018.

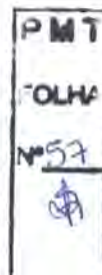
Portaria MF 464/2018 – ANEXO DOS CONCEITOS. 44 -Plano de custeio: conjunto de alíquotas normais e suplementares e de aportes, discriminados por benefício, para financiamento do plano de benefícios e dos custos com a administração desse plano, necessários para se garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios.



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

CNPJ 04.963.339/0001-44



Logo, o plano de custeio abrange as contribuições previdenciárias do custo normal e suplementar, o que não condiz com o apontamento de **Ausência de lei específica do ente federativo para implementação do plano de equacionamento do déficit atuarial**, além de que a Lei 108/2017 foi elaborado de acordo com o modelo de legislação de RPPS, disponibilizada pela Secretária de Previdência Social, na época Ministério da Previdência Social, o qual pode ser comprovado pelo link:

<https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-no-servico-publico/legislacao-dos-rpps/modelo-de-legislao-de-rpps>

Assim pela materialidade apresentada, anexamos o modelo de Lei sugerido pela Secretaria de Previdência, Decreto 286/2019 e a Lei 108/2017, comprovando que a **implementação do plano de equacionamento do déficit atuarial está revestida do princípio da legalidade**, pelo qual instamos pela desconsideração desta irregularidade.


Solange Aparecida Alves de Souza

CPF 571.296.901-78

Diretora Executiva

Tapurah-Previ

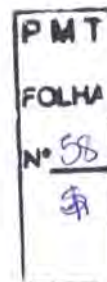
Matricula 2300



MUNICÍPIO DE TAPURAH

ESTADO DE MATO GROSSO

AVENIDA RIO DE JANEIRO, Nº 125 – CENTRO – CEP - 78.573-000 – TAPURAH – MT.
TELEFONE: (66) 3547- 3600 – CNPJ 24.772.253/0001-41.



LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR 108/2017

De 08 de agosto de 2017

Dispõe sobre a Homologação da Reavaliação Atuarial/2017, altera as alíquotas de contribuição previdenciária devidas pelo Município ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS e altera o Caput do Artigo 18, da Lei Complementar n.º 041/2012 de 12/09/2012, que dispõe sobre os benefícios de Auxílio Doença, o § 3º do Artigo 83 que dispõe do Cargo de Diretor Executivo do Tapurah-Previ e inclui o §5º ao artigo 83, da Lei Complementar Municipal n.º 055/2013 e dá outras providências

O Senhor **IRALDO EBERTZ**, prefeito municipal de Tapurah, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal aprovou, sanciona e promulga a seguinte *Lei*:

Art. 1º- Altera os incisos, I, III e IV, do artigo 49 da Lei Complementar nº 41/2012, de 12/09/2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 49 – (...)

I - A contribuição previdenciária de responsabilidade do Segurado relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários, necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS será de 11,00%, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.

(...)

III – A contribuição previdenciária de responsabilidade do ente relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários e ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS será de 16,94%, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.

IV - Fica instituído plano de amortização destinado ao equacionamento do déficit atuarial, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição, conforme alíquotas de contribuição suplementar devidas pelo ente definidas na tabela a seguir.



MUNICÍPIO DE TAPURAH

ESTADO DE MATO GROSSO

AVENIDA RIO DE JANEIRO, Nº 125 – CENTRO – CEP - 78.573-000 – TAPURAH – MT.
TELEFONE: (66) 3547- 3600 – CNPJ 24.772.253/0001-41.

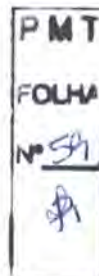


TABELA DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

PERÍODO	ANO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	Custo Suplementar
0		38.960.789,75				
1	2017	41.014.893,07	(2.054.103,32)	2.321.597,72	267.494,41	2,30%
2	2018	43.114.699,44	(2.099.806,38)	2.440.454,69	340.648,31	2,90%
3	2019	45.236.276,96	(2.121.577,52)	2.560.543,98	438.966,46	3,70%
4	2020	47.340.779,00	(2.104.502,03)	2.679.666,74	575.164,70	4,80%
5	2021	49.424.340,14	(2.083.561,15)	2.797.604,16	714.043,01	5,90%
6	2022	51.366.209,00	(1.941.868,86)	2.907.521,26	965.652,41	7,90%
7	2023	53.152.625,60	(1.786.416,60)	3.008.639,18	1.222.222,58	9,90%
8	2024	54.768.925,88	(1.616.300,28)	3.100.127,88	1.483.827,60	11,90%
9	2025	56.199.486,39	(1.430.560,51)	3.181.103,00	1.750.542,49	13,90%
10	2026	57.292.836,11	(1.093.349,73)	3.242.990,72	2.149.641,00	16,90%
11	2027	58.020.467,08	(727.630,97)	3.284.177,38	2.556.546,41	19,90%
12	2028	58.352.037,63	(331.570,55)	3.302.945,53	2.971.374,97	22,90%
13	2029	58.255.260,77	96.776,86	3.297.467,59	3.394.244,45	25,90%
14	2030	57.555.481,61	699.779,16	3.257.857,45	3.957.636,61	29,90%
15	2031	56.204.935,89	1.350.545,72	3.181.411,47	4.531.957,19	33,90%
16	2032	54.356.058,02	1.848.877,87	3.076.758,00	4.925.635,87	36,48%
17	2033	52.344.035,73	2.012.022,29	2.962.869,95	4.974.892,23	36,48%
18	2034	50.158.558,25	2.185.477,48	2.839.163,67	5.024.641,16	36,48%
19	2035	47.788.690,92	2.369.867,33	2.705.020,24	5.074.887,57	36,48%
20	2036	45.222.837,75	2.565.853,17	2.559.783,27	5.125.636,44	36,48%
21	2037	42.448.701,64	2.774.136,11	2.402.756,70	5.176.892,81	36,48%
22	2038	39.453.242,30	2.995.459,34	2.233.202,39	5.228.661,74	36,48%
23	2039	36.222.631,58	3.230.610,72	2.050.337,64	5.280.948,35	36,48%
24	2040	32.742.206,17	3.480.425,41	1.853.332,42	5.333.757,84	36,48%
25	2041	28.996.417,40	3.745.788,77	1.641.306,65	5.387.095,41	36,48%
26	2042	24.968.778,09	4.027.639,31	1.413.327,06	5.440.966,37	36,48%
27	2043	20.641.806,18	4.326.971,91	1.168.404,12	5.495.376,03	36,48%
28	2044	15.996.964,97	4.644.841,21	905.488,58	5.550.329,79	36,48%
29	2045	11.014.599,80	4.982.365,18	623.467,91	5.605.833,09	36,48%
30	2046	5.673.870,88	5.340.728,92	321.162,50	5.661.891,42	36,48%
31	2047	(47.317,83)	5.721.188,70	(2.678,37)	5.718.510,34	36,48%
32	2048	-	-	-	-	-
33	2049	-	-	-	-	-
34	2050	-	-	-	-	-
35	2051	-	-	-	-	-

Art. 2º - As contribuições correspondentes às alíquotas do custo normal e suplementar, relativas ao exercício de 2017, serão exigidas após nos termos do artigo 195, §6º da Constituição Federal.

Art. 3º - Caso a reavaliação atuarial anual indique a necessidade de majoração do plano de custeio, as alíquotas de contribuição do ente poderão ser revistas por meio de Decreto expedido pelo Poder Executivo.

Art. 4º - Altera a redação do Artigo 18, o § 3º do artigo 83 e inclui o § 5º ao artigo 83 da lei Complementar n.º 041/2012, que passam a ter a seguinte redação:

Art. 18 - O auxílio doença será devido ao segurado que ficar incapacitado para o exercício da função em gozo de licença para tratamento de



MUNICÍPIO DE TAPURAH

ESTADO DE MATO GROSSO

AVENIDA RIO DE JANEIRO, Nº 125 – CENTRO – CEP - 78.573-000 – TAPURAH – MT.
TELEFONE: (66) 3547- 3600 – CNPJ 24.772.253/0001-41.



saúde, por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, e corresponderá a totalidade dos vencimentos.

(...)

Art. 83 -O Cargo de Diretor Executivo, nos termos desta Lei, será exercido por servidor efetivo, de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal.

§ 1º (...)

§ 2º (...)

§ 3º O salário do Diretor Executivo será de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), que será pago com recursos próprios do Fundo Municipal Tapurah-Previ, observando os limites Constitucionais para gastos com as despesas administrativas de no máximo 2%.

§ 4º (...)

§ 5º- A nomeação do Diretor Executivo pelo Prefeito Municipal dependerá de aprovação pelo conselho curador.

Art. 5º-Inclui os artigos 99-A e 99-B na lei Complementar nº 041/2012, que passam a ter a seguinte redação:

Art. 99-A - O segurado em gozo de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e o pensionista inválido estão obrigados, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico a cargo da Previdência, processo de reabilitação profissional por ela prescrito e custeado, e tratamento dispensado gratuitamente, exceto o cirúrgico e a transfusão de sangue, que são facultativos.

§ 1º - A cada 2 (dois) anos o aposentado por invalidez e o pensionista inválido devem passar novamente por perícia médica.

§ 2º - O aposentado por invalidez e o pensionista inválido que não tenham retornado à atividade estarão isentos do exame de que trata o caput e o § 1º deste artigo:

I - após completarem cinquenta e cinco anos ou mais de idade e quando decorridos quinze anos da data da concessão da aposentadoria por invalidez ou do auxílio-doença que a precedeu; ou

II - após completarem sessenta anos de idade.

§ 3º- A isenção de que trata o § 1º não se aplica quando o exame tem as seguintes finalidades:

I - verificar a recuperação da capacidade de trabalho, mediante solicitação do aposentado ou pensionista que se julgar apto;

II - subsidiar autoridade judiciária na concessão de curatela, conforme dispõe o art. 110 da lei 8.213/91.

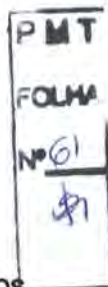
21/11/2021



MUNICÍPIO DE TAPURAH

ESTADO DE MATO GROSSO

AVENIDA RIO DE JANEIRO, Nº 125 – CENTRO – CEP - 78.573-000 – TAPURAH – MT.
TELEFONE: (66) 3547- 3600 – CNPJ 24.772.253/0001-41.



§ 4º - A perícia de que trata este artigo terá acesso aos prontuários médicos do periciado no Sistema Único de Saúde (SUS), desde que haja a prévia anuência do periciado e seja garantido o sigilo sobre os dados dele.

§ 5º - É assegurado o atendimento domiciliar e hospitalar pela perícia médica e social ao segurado com dificuldades de locomoção, quando seu deslocamento, em razão de sua limitação funcional e de condições de acessibilidade imponha-lhe ônus desproporcional e indevido, nos termos do regulamento.

Art. 99-B - Anualmente deverá ser feito a atualização cadastral dos servidores públicos, titulares de cargo efetivo ativos, aposentados, pensionistas e dependentes do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município de Tapurah e a comprovação de vida de aposentados e Pensionistas.

§1º - A convocação para atualização cadastral dos segurados e beneficiários do RPPS de Tapurah será regulamentada por Decreto do Poder Executivo.

§2º - A comprovação de vida dos aposentados e pensionistas será regulamentada por meio de instrução normativa a ser editada pelo Diretor Executivo do Tapurah-Previ após aprovação pelo conselho curador.

§3º - O não comparecimento para atualização cadastral ou comprovação de vida implicará em suspensão do benefício.

§4º - Decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da suspensão do benefício de pensão, sem manifestação por parte do pensionista ou seu representante, será cessado o pagamento da quota individual da pensão, revertendo a respectiva quota em favor dos pensionistas remanescentes, ou encerrado o benefício.

Art. 6 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar Municipal nº 99/2016.

Gabinete do prefeito municipal de Tapurah – estado de Mato Grosso, ao oitavo dia do mês de agosto de 2017.


IRALDO EBERTZ
Prefeito de Tapurah



Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso

Ano 6, Nº 1175

Divulgação sexta-feira, 11 de agosto de 2017

- Página 102
Publicação segunda-feira, 14 de agosto de 2017
 PMT
FOLHA
Nº 62
B

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DE CARGO EFETIVO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Sr. IRALDO EBERTZ, Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Art. 1º. EXONERAR, a servidora pública municipal Sra. Venâncio Teresinha Runko, portadora do RG nº 15.32.337-4 e CPF nº 000.643.361-82, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Tapurah, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o decreto nº 06/2016, de 26 de setembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no último dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

Registre-se.
Publique-se.
Ciente-se.
CUMPRAM-SE.
IRALDO EBERTZ
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 004/2017 INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE TAPURAH E CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL VINÍCIUS DE MORAES – TAPURAH-MT.

Objeto: O presente Termo tem por finalidade firmar termo de parceria por interesse público com entidade da sociedade civil para a execução de atividades na comunidade escolar municipal para o desenvolvimento do ensino fundamental e infantil no exercício de 2017.

Dotação Orçamentária:
05.002.12.361.0213.2019.33.70.41.00.00 (130).....R\$
43.628,00

Vigência: 30/08/2018
Data de Assinatura: 03/08/2017

Maria Lucia Bodin Martelli
Prefeita Municipal em exercício

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 005/2017 INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE TAPURAH E CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL DE 1º GRAU DOM AQUINO.

Objeto: O presente Termo tem por finalidade firmar termo de parceria por interesse público com entidade da sociedade civil para a execução de atividades na comunidade escolar municipal para o desenvolvimento do ensino fundamental e infantil no exercício de 2017.

Dotação Orçamentária:
05.002.12.361.0213.2019.33.70.41.00.00 (130).....R\$
8.594,00

Vigência: 30/08/2018
Data de Assinatura: 03/08/2017

Maria Lucia Bodin Martelli
Prefeita Municipal em exercício

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 006/2017 INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE TAPURAH E CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL CRIANÇA FELIZ – TAPURAH-MT.

Objeto: O presente Termo tem por finalidade firmar termo de parceria por interesse público com entidade da sociedade civil para a execução de atividades na comunidade escolar municipal para o desenvolvimento do ensino fundamental e infantil no exercício de 2017.

Dotação Orçamentária:
05.002.12.361.0213.2019.33.70.41.00.00 (130).....R\$
27.300,00

Vigência: 30/08/2018
Data de Assinatura: 03/08/2017

Maria Lucia Bodin Martelli
Prefeita Municipal em exercício

LEGISLAÇÃO

LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR 108/2017
De 08 de agosto de 2017

Dispõe sobre a Homologação da Reavaliação Atuarial/2017, altera as alíquotas de contribuição previdenciária devidas pelo Município ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS e altera o Caput do Artigo 18, da Lei Complementar nº 041/2012 de 12/09/2012, que dispõe sobre os benefícios de Auxílio Doença, o § 3º do Artigo 83 que dispõe do Cargo de Diretor Executivo do Tapurah-Previ e inclui o §5º ao artigo 83, da Lei Complementar Municipal nº 055/2013 e dá outras providências

O Senhor IRALDO EBERTZ, prefeito municipal de Tapurah, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal aprovou, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º- Altera os incisos, I, III e IV, do artigo 49 da Lei Complementar nº 41/2012, de 12/09/2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 49 – (...) I – A contribuição previdenciária de responsabilidade do Segurado relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários, necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS será de 11,00%, incidente sobre a totalidade da remuneração dos servidores ativos.

(...)
II – A contribuição previdenciária de responsabilidade do ente relativo ao custo normal dos benefícios previdenciários e ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS será de 16,94%, incidente sobre a totalidade da remuneração dos servidores ativos.

IV – Fica instituído plano de amortização destinado ao equacionamento do déficit atuarial, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição, conforme alíquotas de contribuição suplementar devidas pelo ente definidas na tabela a seguir.

TABELA DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

PERÍOD O	ANO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇ O	JURSD	PRESTAÇ O	Custo Suplementar
0		38.966.789,7 5				
1	2017	41.014.683,0 7	(2.054.103,32)	2.321.987,7 2	267.494,41	2,30%
2	2018	43.114.599,4 4	(2.069.806,38)	2.440.454,8 9	340.648,31	2,00%
3	2019	45.238.276,8 6	(2.121.677,52)	2.560.543,9 8	433.966,46	3,70%
4	2020	47.340.779,0 0	(2.104.502,03)	2.679.666,7 4	575.164,70	4,80%
5	2021	49.424.340,1 4	(2.083.561,18)	2.797.804,1 5	714.043,01	5,90%
6	2022	51.586.208,0 0	(1.941.868,86)	2.907.521,2 8	866.682,41	7,90%
7	2023	53.152.526,8 0	(1.786.416,80)	3.008.839,1 8	1.222.222,58	9,90%
8	2024	54.788.926,8 9	(1.616.300,28)	3.100.127,8 6	1.483.627,60	11,90%
9	2025	56.190.466,3 9	(1.430.580,51)	3.181.103,0 0	1.760.542,49	13,90%
10	2026	57.292.636,1 1	(1.093.348,78)	3.242.990,7 2	2.149.641,00	16,90%
11	2027	58.020.497,0 8	(727.630,97)	3.264.177,3 8	2.568.546,41	18,90%
12	2028	58.362.037,6 3	(331.570,55)	3.302.945,5 3	3.071.374,87	22,90%
13	2029	58.255.260,7 7	96.776,86	3.297.467,5 5	3.384.244,45	25,90%
14	2030	57.585.481,6 1	699.776,16	3.257.657,4 5	3.957.638,81	29,90%
15	2031	56.204.936,8 9	1.350.545,72	3.161.411,4 7	4.631.867,19	33,90%
16	2032	54.358.068,0 2	1.849.677,87	3.076.758,0	4.825.635,87	36,48%
17	2033	52.344.035,7 3	2.012.022,29	2.992.899,9 5	4.974.992,23	36,48%
18	2034	50.158.558,2 5	2.185.477,48	2.838.193,8 7	5.024.641,16	36,48%
19	2035	47.768.690,9 2	2.399.667,33	2.705.029,2	5.074.687,57	36,48%
20	2036	45.222.837,7 5	2.565.853,17	2.559.783,2 7	5.125.434,44	36,48%
21	2037	42.448.701,8 4	2.774.136,11	2.402.756,7 9	5.176.582,21	36,48%
22	2038	39.453.242,3	2.995.466,34	2.233.202,3	5.228.661,74	36,48%



Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso

Ano 6 Nº 1175

Divulgação sexta-feira, 11 de agosto de 2017

- Página 103

Publicação segunda-feira, 14 de agosto de 2017



PMT
FOLHA
Nº 03
A

	0	0		
23	2039	36.222.631,58	3.230.610,72	2.050.337,64
				5.280.948,36
				36,48%
24	2040	32.742.206,17	3.480.425,41	1.853.332,42
				5.333.757,84
				36,48%
25	2041	28.998.417,40	3.745.788,77	1.641.306,65
				5.387.095,41
				36,48%
26	2042	24.668.778,09	4.027.639,31	1.413.327,06
				5.440.966,37
				36,48%
27	2043	20.641.806,18	4.326.971,91	1.168.404,12
				5.495.376,03
				36,48%
28	2044	15.998.964,97	4.844.841,21	905.458,58
				5.590.329,79
				36,48%
29	2045	11.014.599,80	4.982.505,18	623.467,91
				5.605.933,09
				36,48%
30	2046	5.873.670,88	5.340.728,92	321.182,50
				5.661.891,42
				36,48%
31	2047	(47.317,63)	5.721.186,70	(2.678,37)
				5.718.510,34
				36,48%
32	2048	-	-	-
33	2049	-	-	-
34	2050	-	-	-
35	2051	-	-	-

Art. 2º - As contribuições correspondentes às alíquotas do custo normal e suplementar, relativas ao exercício de 2017, serão exigidas após os termos do artigo 195, §6º da Constituição Federal.

Art. 3º - Caso a reavaliação atuarial anual indique a necessidade de majoração do plano de custeio, as alíquotas de contribuição do ente poderão ser revistas por meio do Decreto expedido pelo Poder Executivo.

Art. 4º - Altera a redação do Artigo 16, o § 3º do artigo 83 e inclui o § 5º ao artigo 83 da Lei Complementar nº 041/2012, que passam a ter a seguinte redação:

Art. 16 - O auxílio doença será devido ao segurado que ficar incapacitado para o exercício da função em gozo de licença para tratamento de saúde, por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, e corresponderá a totalidade dos vencimentos.

Art. 83 - O Cargo de Diretor Executivo, nos termos desta Lei, será exercido por servidor público, de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal.

§ 1º - (...)

§ 2º - O salário do Diretor Executivo será de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), que será pago por recursos próprios do Fundo Municipal Tapurah-Prev, observando os limites Constitucionais para gastos com as despesas administrativas de no máximo 2%.

§ 4º - (...)

§ 5º - A nomeação do Diretor Executivo pelo Prefeito Municipal dependerá de aprovação pelo conselho curador.

Art. 8º - Inclui os artigos 99-A e 99-B na Lei Complementar nº 041/2012, que passam a ter a seguinte redação:

Art. 99-A - O segurado em gozo de auxílio-doença; aposentadoria por invalidez e o pensionista inválido estão obrigados, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico a cargo da Previdência, processo de reabilitação profissional por ele iniciado e custeado, e tratamento dispensado gratuitamente, exceto o cirúrgico e a transfusão de sangue, que são facultativos.

§ 1º - A cada 2 (dois) anos o aposentado por invalidez e o pensionista inválido devem passar novamente por perícia médica.

§ 2º - O aposentado por invalidez e o pensionista inválido que não tenham retornado à atividade estarão isentos do exame de que trata o caput e o § 1º deste artigo:

I - após completarem cinquenta e cinco anos ou mais de idade e quando decorridos quinze anos da data de concessão da aposentadoria por invalidez ou do auxílio-doença que o precedeu; ou

II - após completarem sessenta anos de idade.

§ 3º - A leição de que trata o § 1º não se aplica quando o exame tem as seguintes finalidades:

I - verificar a recuperação da capacidade de trabalho, mediante solicitação do aposentado ou pensionista que se julgar apto;

II - subsidiar autoridade judiciária na concessão de curatela, conforme dispõe o art. 110 da Lei 8.213/91.

§ 4º - A perícia de que trata este artigo terá acesso aos prontuários médicos do periculado no Sistema Único de Saúde (SUS), desde que haja a prévia anuência do periculado e seja garantido o sigilo sobre os dados dele.

§ 5º - É assegurado o atendimento domiciliar e hospitalar pela perícia médica e social ao segurado com dificuldades de locomoção, quando seu deslocamento, em razão de sua limitação funcional e de condições de acessibilidade imponha ônus desproporcional e indevido, nos termos do regulamento.

Art. 99-B - Anualmente deverá ser feita a atualização cadastral dos servidores públicos titulares de cargo efetivo ativos, aposentados, pensionistas e dependentes do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS do Município de Tapurah e a comprovação de vida de aposentados e Pensionistas.

§ 1º - A convocação para atualização cadastral dos segurados e beneficiários do RPPS de Tapurah será regulamentada por Decreto do Poder Executivo.

§ 2º - A comprovação de vida dos aposentados e pensionistas será regulamentada por meio de instrução normativa a ser editada pelo Diretor Executivo do Tapurah-Prev, após aprovação pelo conselho curador.

§ 3º - O não comparecimento para atualização cadastral ou comprovação de vida implicará em suspensão do benefício.

§ 4º - Decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da suspensão do benefício de pensão, sem manifestação por parte do pensionista ou seu representante, será cessado o pagamento da quota individual da pensão, revertendo a respectiva quota em favor dos pensionistas remanescentes, ou encerrado o benefício.

Art. 6 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar Municipal nº 98/2016.

Gabinete do prefeito municipal de Tapurah - estado de Mato Grosso, ao oitavo dia do mês de agosto de 2017.

IRALDO EBERTZ
Prefeito de Tapurah

LEI MUNICIPAL N. 1.184/2017
De 08 de agosto de 2017.

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - CMDM E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Sr. IRALDO EBERTZ, prefeito municipal de Tapurah, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e, demais ordenamentos pertinentes ao assunto, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal aprovou, sanciona e promulga a seguinte lei.

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM, órgão consultivo e deliberativo, que tem por finalidade garantir à mulher o pleno exercício de sua cidadania, por meio de propostas, acompanhamento, fiscalização, promoção, aprovação e avaliação de políticas para as mulheres, em todas as esferas da Administração Pública Municipal, destinadas a garantir a igualdade de oportunidades e de direitos entre homens e mulheres, promovendo a integração e a participação da mulher no processo social, econômico e cultural.

Art. 2º - Respeitadas as competências exclusivas do Legislativo e do Executivo municipal, compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher:

I - prestar assessoria direta ao Executivo nas questões e matérias referentes aos Direitos da Mulher e promoção da igualdade entre os gêneros;

II - estimular o estudo e o debate das condições de vida das mulheres do Município, visando eliminar todas as formas de discriminação e violência contra a mulher;

III - propor ao Executivo municipal a celebração de convênios com organismos municipais, estaduais, nacionais e internacionais, públicos ou privados, para a execução de programas relacionados às políticas públicas para as mulheres e aos direitos da mulher;

IV - propor projetos que incentivem a participação da mulher nos setores econômico, social e cultural, criando instrumentos que permitam a organização e a mobilização feminina, garantindo à mulher o pleno exercício de sua cidadania;

V - zelar pelo respeito, proteção e ampliação dos direitos da mulher como cidadã e trabalhadora;

VI - promover canais de diálogo com a sociedade civil;

VII - fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação em vigor, relacionada aos direitos da mulher;

VIII - sugerir a adoção de medidas normativas para modificar ou derogar leis, regulamentos, usos e práticas que constituam discriminação contra as mulheres;

IX - incentivar a apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, proteção e garantia dos direitos das mulheres;

X - elaborar o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e participar da elaboração do Plano Municipal de Políticas Públicas de Direito das Mulheres em consonância com as conclusões das Conferências Municipal, Estadual e Nacional e com os Planos e Programas contemplados no Orçamento Público;

XI - organizar as Conferências Municipais de Políticas Públicas para as mulheres;

XII - analisar e encaminhar aos órgãos competentes as denúncias e reclamações de qualquer pessoa ou entidade por desrespeito aos direitos assegurados às mulheres.

Art. 3º - O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM será composto por 10 (dez) representantes, que serão denominados conselheiras, nomeadas pelo prefeito, sendo constituídas por 05 (cinco) representantes do poder público e 05 (cinco) representantes da sociedade civil organizada e será composto da seguinte forma:

GOVERNAMENTAIS:

1. Secretária Municipal de Ação Social
2. Secretária Municipal de Educação
3. Secretária Municipal de Saúde
4. Poder Legislativo (Câmara Municipal)
5. Polícia Militar

NÃO GOVERNAMENTAIS:

1. Ordem dos Advogados do Brasil - OAB
2. Associações
3. Entidade sindical rural do Município;
4. Igreja;
5. Representantes de bairro.

Parágrafo único: O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher poderá convidar para participar de suas sessões, com direito a voz, sem direito a voto, representantes de entidades ou órgãos públicos ou privados cuja participação seja considerada importante diante da pauta de sessão e pessoas-que, por seus conhecimentos e experiências profissionais possam contribuir para a discussão das matérias em exame.

Art. 4º - O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher tem a seguinte estrutura:



MUNICÍPIO DE TAPURAH

ESTADO DE MATO GROSSO

AVENIDA RIO DE JANEIRO, 125 – CENTRO – 78.573-000 – CNPJ 24.772.253/0001-41
TELEFONE 66.3547-3600



DECRETO Nº 286/2019,
DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

“Dispõe sobre a Homologação da Reavaliação Atuarial/2019 e altera as alíquotas de contribuição previdenciária patronal devida pelo Município de Tapurah ao Regime Próprio de Previdência Social Tapurah-Previ.”

A senhora **MARIA LUCIA BEDIN MARTELLI** Prefeita Municipal em Exercício de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial pelo art. 3º da Lei Complementar nº 125, de 30 de agosto de 2018:

DECRETA

Art. 1º. Homologar a reavaliação atuarial/2019 e alterar as alíquotas de contribuição previdenciária patronal devida pelo Município de Tapurah ao Regime Próprio de Previdência Social Tapurah-Previ, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 125, de 30 de agosto de 2018.

Art. 2º. A contribuição previdenciária de responsabilidade do ente relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários e ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS, prevista no inciso III do art. 49 da Lei Complementar nº 41/2012, será de 18,30%, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.

Art. 3º. Fica alterado o plano de amortização, previsto no inciso IV do art. 49 da Lei Complementar nº 41/2012, destinado ao equacionamento do déficit atuarial, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição, conforme alíquotas de contribuição suplementar devidas pelo ente definidas na tabela a seguir:

Tabela de Financiamento do Déficit Atuarial

PERÍODO		SALDO DEVEDOR				C.S. *	
0		31.506.119,51					
1	2019	32.955.967,78	(1.449.848,26)	1.865.432,14	415.583,87	3,30%	12.593.450,74
2	2020	34.434.224,60	(1.478.256,82)	1.949.107,05	470.850,23	3,70%	12.725.681,97
3	2021	35.914.151,10	(1.479.926,51)	2.032.876,48	552.949,97	4,30%	12.859.301,63
4	2022	37.338.979,03	(1.424.827,93)	2.113.527,11	688.699,19	5,30%	12.994.324,30
5	2023	38.702.445,31	(1.363.466,27)	2.190.704,45	827.238,18	6,30%	13.130.764,71
6	2024	39.997.864,84	(1.295.419,53)	2.264.030,09	968.610,55	7,30%	13.268.637,74
7	2025	41.075.980,18	(1.078.115,35)	2.325.055,48	1.246.940,13	9,30%	13.407.958,43
8	2026	41.917.670,68	(841.690,49)	2.372.698,34	1.531.007,85	11,30%	13.548.741,99



MUNICÍPIO DE TAPURAH

ESTADO DE MATO GROSSO

AVENIDA RIO DE JANEIRO, 125 – CENTRO – 78.573-000 – CNPJ 24.772.253/0001-41
TELEFONE 66.3547-3600



9	2027	42.502.573,21	(584.902,53)	2.405.806,03	1.820.903,50	13,30%	13.691.003,79
10	2028	42.662.357,88	(159.784,68)	2.414.850,45	2.255.065,77	16,30%	13.834.759,33
11	2029	42.362.065,98	300.291,90	2.397.852,79	2.698.144,69	19,30%	13.980.024,30
12	2030	41.564.493,52	797.572,47	2.352.707,18	3.150.279,65	22,30%	14.126.814,55
13	2031	40.360.186,68	1.204.306,84	2.284.538,87	3.488.845,71	24,44%	14.275.146,11
14	2032	39.044.790,58	1.315.396,10	2.210.082,49	3.525.478,59	24,44%	14.425.035,14
15	2033	37.611.232,13	1.433.558,45	2.128.937,67	3.562.496,11	24,44%	14.576.498,01
16	2034	36.052.009,60	1.559.222,53	2.040.679,79	3.599.902,32	24,44%	14.729.551,24
17	2035	34.359.166,80	1.692.842,80	1.944.858,50	3.637.701,30	24,44%	14.884.211,53
18	2036	32.524.265,81	1.834.900,98	1.840.996,18	3.675.897,16	24,44%	15.040.495,75
19	2037	30.538.358,04	1.985.907,78	1.728.586,30	3.714.494,08	24,44%	15.198.420,95
20	2038	28.391.953,47	2.146.404,56	1.607.091,71	3.753.496,27	24,44%	15.358.004,37
21	2039	26.074.988,22	2.316.965,25	1.475.942,73	3.792.907,98	24,44%	15.519.263,42
22	2040	23.576.789,99	2.498.198,23	1.334.535,28	3.832.733,51	24,44%	15.682.215,68
23	2041	20.886.041,55	2.690.748,45	1.182.228,77	3.872.977,22	24,44%	15.846.878,95
24	2042	17.990.741,95	2.895.299,59	1.018.343,88	3.913.643,48	24,44%	16.013.271,18
25	2043	14.878.165,53	3.112.576,42	842.160,31	3.954.736,73	24,44%	16.181.410,53
26	2044	11.534.818,31	3.343.347,22	652.914,24	3.996.261,47	24,44%	16.351.315,34
27	2045	7.946.391,86	3.588.426,45	449.795,77	4.038.222,21	24,44%	16.523.004,15
28	2046	4.097.714,41	3.848.677,45	231.946,10	4.080.623,55	24,44%	16.696.495,69
29	2047	(27.301,02)	4.125.015,43	(1.545,34)	4.123.470,09	24,44%	16.871.808,90
30	2048	-	-	-	-	-	-

* Custo Suplementar

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor dia 01 de dezembro de 2019.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal em Exercício de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se.

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE:

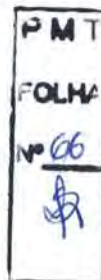
MARIA LUCIA BEDIN MARTELLI
Prefeita Municipal em Exercício



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

CNPJ 04.963.339/0001-44



ITEM 05:

5. CB 02. Contabilidade_Grave_02. Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando na inconsistência dos demonstrativos contábeis (art. 83 a 106, da Lei nº 4.320/1964 ou Lei nº 6.404/1976).

5.1 Inconsistência no Balanço Patrimonial, pelo registro das provisões matemáticas previdenciárias calculadas com data focal em 31/12/2019, quando deveria utilizar como base a data-focal de 31/12/2020.

Quanto ao Registro da Provisões Matemática não geradas nas contas contábeis da XML lançamento conta contábil, acreditamos que foi devido a algum problema no sistema em sua geração, pois essas informações foram lançadas no sistema, como consta no demonstrativo abaixo:

CONTÁGIL
Controle e gerenciamento completo do planejamento contábil, orçamentário e patrimonial.

Table 1: Provisões Matemáticas Previdenciárias - PCASP

Cód.	Título	Saldo Anterior	Inscrição	Reversão	Saldo Atual
1	PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	12.086.157,48	0,00	-12.086.157,48	0,00
101	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO FINANCEIRO	12.086.157,48	0,00	-12.086.157,48	0,00
102	(1) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
103	(1) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
104	(1) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
105	(1) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
106	(1) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
107	(1) OUTRAS DEDUÇÕES (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
2	PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	44.801.757,78	0,00	-44.801.757,78	0,00
201	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO FINANCEIRO	44.801.757,78	0,00	-44.801.757,78	0,00
202	(1) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
203	(1) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
204	(1) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
205	(1) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
206	(1) OUTRAS DEDUÇÕES (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
3	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	-40.989.484,24	-346.187,78	2.274.455,29	-43.259.967,21
301	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO	-40.989.484,24	0,00	2.274.455,29	-43.259.967,21
302	(1) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
303	(1) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS (P)	0,00	63.321,52	0,00	63.321,52
304	(1) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS (P)	0,00	0,00	0,00	0,00

Table 2: Provisões Matemáticas Previdenciárias - PCASP

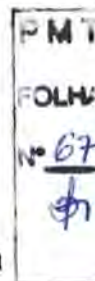
Cód.	Título	Saldo Anterior	Inscrição	Reversão	Saldo Atual
303	(1) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS (P)	0,00	63.321,52	0,00	63.321,52
304	(1) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
305	(1) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS (P)	0,00	281.786,26	0,00	-281.786,26
306	(1) APORTE FINANCEIRO PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL - PLANO DE AMORTIZACAO	0,00	0,00	0,00	0,00
307	(1) OUTRAS DEDUÇÕES (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
4	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	48.435.074,48	11.254.831,15	0,00	59.689.905,63
401	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIÁRIO	48.435.074,48	05.420.456,90	0,00	113.053.531,48
402	(1) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS (P)	0,00	31.697.862,90	0,00	-31.697.862,90
403	(1) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS (P)	0,00	19.051.197,14	0,00	-19.051.197,14
404	(1) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS (P)	0,00	3.416.565,79	0,00	-3.416.565,79
405	(1) APORTE FINANCEIRO PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL - PLANO DE AMORTIZACAO	0,00	0,00	0,00	0,00
406	(1) OUTRAS DEDUÇÕES (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
5	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PLANO DE AMORTIZACAO	-38.960.789,75	0,00	7.454.670,24	-31.506.119,51
501	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZACAO (P)	-38.960.789,75	0,00	7.454.670,24	-31.506.119,51
502	PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00
503	PROVISÃO ATUARIAL PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
504	PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO PREVIDENCIÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00
505	PROVISÃO ATUARIAL PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
506	PROVISÃO ATUARIAL PARA BENEFÍCIOS A REGULARIZAR (P)	0,00	0,00	0,00	0,00



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

CNPJ 04.963.339/0001-44



Informamos a esta Corte que já estaremos solicitando a reabertura do Aplic para fazer as correções conforme dados do DRRA Exercício 2020. (em anexo Relatório e DRAA).

A informações obtidas no Quadro 12 – Provisões Matemáticas registradas foram extraídas do DRRA exercício 2021, lançado no CADEPREV em 28/05/2021. (em anexo Relatório e DRAA).


SOLANGE APARECIDA ALVES DE SOUZA

CPF 571.296.901-78

Diretora Executiva – Tapurah-Previ

Matrícula 2300

Portaria 019/2021/GP/PMT

ITEM 08:

Av. Rio de Janeiro, nº 125 – Centro – Tapurah-MT – CEP: 78.573-000 – Tel. (066) 3547-3600/9.9934-8410

E-mail: tapurahprevi@hotmail.com;

previdencia@tapurah.mt.gov.br

Página 1 de 1



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSP
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

ENTE			
Nome: Tapurah			
UF: MT			
DADOS DO ATUÁRIO RESPONSÁVEL TÉCNICO			
Nome: IGOR FRANÇA GARCIA			
MTE: 47.368 - 116/MG			
DADOS DOS ORGÃO/ENTIDADES			
CNPJ	Nome	Poder	Competência da Base Cadastral
24.772.253/0001-41	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH	Executivo	12/2019
33.005.083/0001-60	CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH	Legislativo	12/2019
04.963.339/0001-44	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT	Executivo	12/2019

PMT
FOLHA
Nº 69
A

02/08/2021 11:12:07



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

COMPOSIÇÃO DE MASSA

Civil

Segregação de Massa

☒ Não Possui

☐ Instituída neste Exercício ou Mantida

☐ Revisada neste Exercício

☐ Extinta neste Exercício

Benefícios Mantido pelo

Possui Aposentadorias ou Pensões por Morte de Responsabilidade Financeira do Tesouro, que não se caracterizam como Segregação da Massa?

☐ Sim

☒ Não

Militar

Segregação de Massa

☐ Não Possui

☐ Instituída neste Exercício ou Mantida

☐ Revisada neste Exercício

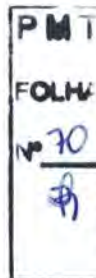
☐ Extinta neste Exercício

Benefícios Mantido pelo

Possui Aposentadorias ou Pensões por Morte de Responsabilidade Financeira do Tesouro, que não se caracterizam como Segregação da Massa?

☐ Sim

☐ Não



02/08/2021 11:12:07



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSP
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

IDENTIFICAÇÃO DO DRAA

Exercício do DRAA: 2020
Tipo do DRAA: Avaliação Atuarial Anual
Avaliação Atuarial Inicial: ☐ Sim ☒ Não
Data da Avaliação: 31/12/2019
Nº da Nota Técnica Atuarial Vigente - Plano Previdenciário: 2020.001231.1
Data de Elaboração da Avaliação: 03/06/2020
Nº da Nota Técnica Atuarial Vigente - Plano Financeiro:

Descrição:

Retificação: ☐ Sim ☒ Não
Motivado por Iniciativa Própria: ☐ Sim ☐ Não

Justificativa:

Motivado por Notificação: ☐ Sim ☐ Não

Números da Notificação:





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Plano Civil
Previdenciário

Civil >> Previdenciário >> Base Normativa

Plano de Custeio Vigente

Contribuição Normal

Ente Federativo

Dispositivo da Norma: ART. 49

Número da Norma: 125
Data da Norma: 30/08/2018

Tipo da Norma: Lei Complementar

Aliquota (%): 16,30

Base de Cálculo da Contribuição do Ente Federativo

Base de Cálculo
Total das Remunerações de Contribuição dos Servidores Ativos

Dispositivo da Norma

Data da Norma

Número da Norma

Tipo da Norma

Lei Complementar

125

30/08/2018

Artigo 49

Segurados Ativos

Dispositivo da Norma: ART. 49

Número da Norma: 41
Data da Norma: 09/08/2017

Tipo da Norma: Lei Complementar

Aliquota (%): 11,00

Aposentados

Dispositivo da Norma: Artigo 49, Inciso III

Número da Norma: 41
Data da Norma: 12/09/2012

Tipo da Norma: Lei Complementar

Aliquota (%): 11,00

PMT
FOLHA
N.º 12
02/08/2021 11:12:07



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSP
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Pensionistas

Norma	Número da Norma: 41	Data da Norma: 12/09/2012	Dispositivo da Norma: Artigo 49, Inciso III
Aliquota (%): 11,00			

Administração do Plano

Custeada com Recursos do RPPS

Aliquota (%): 2,00 Aporte (R\$):

Fundamento Legal

Tipo da Norma: Resolução

Número da Norma: 41

Data da Norma: 12/09/2012

Dispositivo da Norma: ARTIGO 49, § 3º

Base de Calculo da Taxa de Administração

Base de Cálculo	Tipo da Norma	Número da Norma	Data da Norma	Dispositivo da Norma
Total das Remunerações dos Segurados Ativos, Aposentados e Pensionistas do Exercício Anterior	Lei Complementar	55	12/09/2012	Art. 49, § 3º

Plano de Amortização do Déficit Atuarial

Possui Plano de Amortização para Equacionamento do Déficit Atuarial Implementado em Lei: Sim

Mês/Ano de Início do Plano: 04/2012

Fundamento Legal

Tipo da Norma: Lei Complementar

Número da Norma: 125

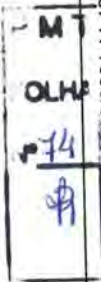
Data da Norma: 30/08/2018

Dispositivo da Norma: Art. 49



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

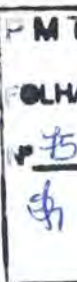




MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Plano de Amortização			Aliquota (%)	Aporte Anual (R\$)
Ano				
2019			3.30	
2020			3.70	
2021			4.30	
2022			5.30	
2023			6.30	
2024			7.30	
2025			9.30	
2026			11.30	
2027			13.30	
2028			16.30	
2029			19.30	
2030			22.30	
2031			24.44	
2032			24.44	
2033			24.44	
2034			24.44	
2035			24.44	
2036			24.44	
2037			24.44	
2038			24.44	
2039			24.44	
2040			24.44	
2041			24.44	
2042			24.44	
2043			24.44	
2044			24.44	





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Plano de Amortização		Aporte Anual (R\$)	
Ano	Aliquota (%)		
2045	24,44		
2046	24,44		
2047	24,44		
Base de Cálculo		Dispositivo da Norma	
Base de Cálculo	Tipo da Norma	Número da Norma	Data da Norma
Total das Remunerações de Contribuição dos Servidores Ativos	Lei Complementar	55	09/10/2013
			ART 3

Segregação de Massa

Fundamento Legal

Tipo da Norma:

Número da Norma:

Data da Norma:

Dispositivo da Norma:

Critérios para Composição do Plano Previdenciário

Data de ingresso no seguro (data do corte):

Idade do Segurado:

Condição do Segurado:

Outros:

Atuário Responsável pelo Projeto de Segregação

Nome:

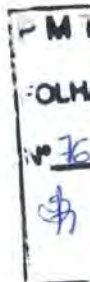
Número do Registro Profissional:

Aprovação prévia do MPS

Tipo do Documento:

Número do Documento:

Data do Documento:

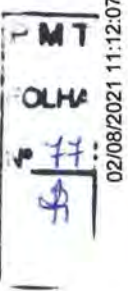




MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSP
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Plano de Benefícios					
Benefícios	Tipo da Norma	Número da Norma	Dispositivo da Norma	Data da Norma	
Aposentadoria Por Invalidez Permanente	Lei Complementar	41	ARTIGOS 12 A 17	12/09/2012	
Aposentadorias Programadas (Por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória)	Lei Complementar	41	ARTIGOS 12 A 17	12/09/2012	
Aposentadoria Especial - Professor - Educação Infantil e Ensino Fund. e Médio	Lei Complementar	41	ARTIGOS 12 A 17	12/09/2012	
Pensão Por Morte de Servidor em Atividade	Lei Complementar	41	ARTIGOS 31 A 36	12/09/2012	
Pensão Por Morte de Aposentado Voluntário ou Compulsório	Lei Complementar	41	ARTIGOS 31 A 36	12/09/2012	
Pensão Por Morte de Aposentado por Invalidez	Lei Complementar	41	ARTIGOS 31 A 36	12/09/2012	





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

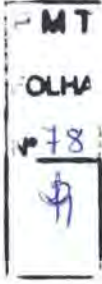
DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Civil >> Previdenciário >> Base Cadastral

Estatísticas da População Coberta

Órgão/Entidade	População Coberta	Quantidade (A)			Média da B. Cálculo ou Média do Vr. do Benefício (B)		Idade Média		IMP		IMA		Valor da Folha Mensal (AxB)	
		Fem.	Masc.	Total	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.
														Total
CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH	Servidores - DEMAIS SERVIDORES - Sem critério diferenciado para aposentadoria	2	4	6		R\$ 5.128,71	41,00	44,25	53,00	65,50	32,50	33,00	R\$ 4.762,56	R\$ 20.514,84
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT	Aposentados - DEMAIS SERVIDORES - Compulsória	0	1	1		R\$ 998,00		74,00				74,00	R\$ 0,00	R\$ 998,00
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT	Aposentados - DEMAIS SERVIDORES - Por Idade	8	1	9		R\$ 1.576,82	66,00	68,00			66,00	68,00	R\$ 12.614,56	R\$ 13.612,56
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT	Aposentados - DEMAIS SERVIDORES - Por Invalidez	8	6	14		R\$ 1.539,89	61,63	67,50			61,63	67,50	R\$ 12.317,52	R\$ 19.213,62
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT	Aposentados - DEMAIS SERVIDORES - Por Tempo de Contribuição	3	1	4		R\$ 4.023,48	61,67	63,00			61,67	63,00	R\$ 12.070,47	R\$ 2.992,51
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT	Aposentados - PROFESSORES DA EDUC. INFANTIL E DO ENSINO FUND. E MEDIO - Por Tempo de Contribuição	8	0	8		R\$ 4.628,65	57,25				57,25		R\$ 37.029,20	R\$ 37.029,20
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT	Pensionistas - DEMAIS SERVIDORES	3	4	7		R\$ 1.223,06	50,00	32,25					R\$ 3.669,18	R\$ 8.898,48
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH	Servidores - DEMAIS SERVIDORES - Sem critério diferenciado para aposentadoria	200	137	337		R\$ 2.528,96	39,47	40,06	55,50	61,04	31,65	33,15	R\$ 505.792,00	R\$ 890.127,69
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH	Servidores - PROFESSORES DA EDUC. INFANTIL E DO ENSINO FUND. E MEDIO - Critério para aposentadoria como professor	80	10	90		R\$ 3.653,68	41,70	39,90	54,30	57,70	34,09	32,60	R\$ 292.294,40	R\$ 329.550,90

Avaliação Crítica





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

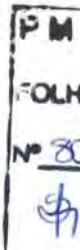
Atualização da Base Cadastral			
Segurados Ativos : <input checked="" type="checkbox"/>	Data do Último Recenseamento Previdenciário : 14/01/2019	Percentual de Cobertura do Último Recenseamento Previdenciário : 100,00	
Aposentados : <input checked="" type="checkbox"/>	Data do Último Recenseamento Previdenciário : 12/09/2017	Percentual de Cobertura do Último Recenseamento Previdenciário : 100,00	
Pensionistas : <input checked="" type="checkbox"/>	Data do Último Recenseamento Previdenciário : 12/09/2017	Percentual de Cobertura do Último Recenseamento Previdenciário : 100,00	
Amplitude da Base Cadastral			
Percentual de Cobertura da População : 100,00		Percentual de Cobertura em Relação aos Órgãos e Entidades : 100,00	
Grupo	Descrição	Consistência da Base Cadastral	Compleitude da Base Cadastral
Ativo	Identificação do Segurado Ativo	76%-100%	76%-100%
Ativo	Sexo	76%-100%	76%-100%
Ativo	Estado Civil	76%-100%	76%-100%
Ativo	Data de Nascimento	76%-100%	76%-100%
Ativo	Data de Ingresso no ENTE	76%-100%	76%-100%
Ativo	Identificação do Cargo Atual	76%-100%	76%-100%
Ativo	Base de Cálculo (Remuneração de Contribuição)	76%-100%	76%-100%
Ativo	Tempo de Contribuição para o RGPS	76%-100%	76%-100%
Ativo	Tempo de Contribuição para Outros RPPS	76%-100%	76%-100%
Ativo	Data de Nascimento do Cônjuge	76%-100%	76%-100%
Ativo	Número de Dependentes	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Identificação do Aposentado	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Sexo	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Estado Civil	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Data de Nascimento	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Data de Nascimento do Cônjuge	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Data de Nascimento do Dependente Mais Novo	76%-100%	76%-100%





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA						
Grupo		Descrição		Consistência da Base Cadastral		Compleitude da Base Cadastral
	Aposentado	Valor do Benefício			76%-100%	76%-100%
	Aposentado	Condição do Aposentado (válido ou inválido)			76%-100%	76%-100%
	Aposentado	Tempo de Contribuição para o RPPS			76%-100%	76%-100%
	Aposentado	Tempo de Contribuição para outros Regimes			76%-100%	76%-100%
	Aposentado	Valor Mensal da Compensação Previdenciária			76%-100%	76%-100%
	Aposentado	Número de Dependentes			76%-100%	76%-100%
	Pensão	Identificação do Pensão			76%-100%	76%-100%
	Pensão	Número de Pensionistas			76%-100%	76%-100%
	Pensão	Sexo do Pensionista Principal			76%-100%	76%-100%
	Pensão	Data de Nascimento			76%-100%	76%-100%
	Pensão	Valor do Benefício			76%-100%	76%-100%
	Pensão	Condição do Pensionista (válido ou inválido)			76%-100%	76%-100%
	Pensão	Duração do Benefício (vitalício ou temporário)			76%-100%	76%-100%
Tratamento da Base Cadastral						
Grupo	Descrição	Inconsistências Encontradas	Adoção da Premissa	Quantidade de Registros	Descrição de Premissa Utilizada	
Ativo	Identificação do Segurado Ativo	Nenhuma				
Ativo	Sexo	Nenhuma				
Ativo	Estado Civil	Nenhuma				
Ativo	Data de Nascimento	Nenhuma				
Ativo	Data de Ingresso no ENTE	Nenhuma				
Ativo	Identificação do Cargo Atual	Nenhuma				
Ativo	Base de Cálculo (Remuneração de Contribuição)	Nenhuma				
Ativo	Tempo de Contribuição para o RGPS	Não Foi informado para essa Reavaliação Atuarial, o TEMPO ANTERIOR DE CONTRIBUIÇÃO AO RPPS de 15% dos Servidores Ativos	X	65	Os Servidores ativos que não possuem Tempo Anterior de Contribuição ao RPPS, consideramos uma idade mínima de ingresso no mercado de trabalho aos 25 anos.	
Ativo	Tempo de Contribuição para Outros RPPS	Não Foi informado para essa Reavaliação Atuarial, o TEMPO ANTERIOR DE CONTRIBUIÇÃO AO RPPS de 15% dos Servidores Ativos	X	65	Os Servidores ativos que não possuem Tempo Anterior de Contribuição ao RPPS, consideramos uma idade mínima de ingresso no mercado de trabalho aos 25 anos.	





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Grupo	Descrição	Inconsistências Encontradas	Adoção de Premissa	Quantidade de Registros	Descrição de Premissa Utilizada
Ativo	Data de Nascimento do Cônjuge	Nenhuma			
Ativo	Número de Dependentes	Nenhuma			
Aposentado	Identificação do Aposentado	Nenhuma			
Aposentado	Sexo	Nenhuma			
Aposentado	Estado Civil	Nenhuma			
Aposentado	Data de Nascimento	Nenhuma			
Aposentado	Data de Nascimento do Cônjuge	Nenhuma			
Aposentado	Data de Nascimento do Dependente Mais Novo	Nenhuma			
Aposentado	Valor do Benefício	Nenhuma			
Aposentado	Condição do Aposentado (válido ou inválido)	Nenhuma			
Aposentado	Tempo de Contribuição para o RPPS	Nenhuma			
Aposentado	Tempo de Contribuição para outros Regimes	Nenhuma			
Aposentado	Valor Mensal da Compensação Previdenciária	Nenhuma			
Aposentado	Número de Dependentes	Nenhuma			
Pensão	Identificação do Pensão	Nenhuma			
Pensão	Número de Pensionistas	Nenhuma			
Pensão	Sexo do Pensionista Principal	Nenhuma			
Pensão	Data de Nascimento	Nenhuma			
Pensão	Valor do Benefício	Nenhuma			
Pensão	Condição do Pensionista (válido ou inválido)	Nenhuma			
Pensão	Duração do Benefício (vitalício ou temporário)	Nenhuma			

PMT
FOLHA
Nº 81
02/08/2021 11:12:07



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Civil >> Previdenciário >> Base Técnica

Regimes e Métodos de Financiamento		Regime Financeiro e Método de Financiamento	Descrição do Método de Financiamento
Benefícios do Plano			
Aposentadoria Por Invalidez Permanente		REGIME FINANCEIRO DE REPARTIÇÃO DE CAPITALS DE COBERTURA	
Aposentadorias Programadas (Por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória)		REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO - CRÉDITO UNITÁRIO PROJETADO	
Aposentadoria Especial - Professor - Educação Infantil e Ensino Fund. e Médio		REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO - CRÉDITO UNITÁRIO PROJETADO	
Pensão Por Morte de Servidor em Atividade		REGIME FINANCEIRO DE REPARTIÇÃO DE CAPITALS DE COBERTURA	
Pensão Por Morte de Aposentado Voluntário ou Compulsório		REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO - CRÉDITO UNITÁRIO PROJETADO	
Pensão Por Morte de Aposentado por Invalidez		REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO - CRÉDITO UNITÁRIO PROJETADO	
Hipóteses Atuariais			
Hipóteses Demográficas, Econômicas e Financeiras			
Projeção da Taxa de Juros Real para o Exercício		UNITÁRIA	Hipóteses
Projeção de Crescimento Real do Salário		PERCENTUAL	5.88
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano		PERCENTUAL	1.08
Critério para Projeção do Valor dos Proventos Calculados pela Média		PERCENTUAL	1.00
Projeção da Taxa de Inflação de Longo Prazo		TEXTUAL	Média Ponderada da taxa de reajuste e os Benefícios, separados por classe de Atividade
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios		PERCENTUAL	0.00
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Salários		PERCENTUAL	100.00
Projeção da Taxa de Rotatividade		PERCENTUAL	100.00
Critérios da Projeção de Novos Entrantes		TEXTUAL	1
Projeção de Novos Entrantes para o Exercício - Quantidade de saídas por morte		TEXTUAL	Não utilizamos a hipótese de novos entrantes
Projeção de Novos Entrantes para o Exercício - Quantidade de saídas por aposentadoria		QUANTIDADE	2
Projeção de Novos Entrantes para o Exercício - Quantidade de saídas por desligamento		QUANTIDADE	24
Projeção de Novos Entrantes para o Exercício - Quantidade de saídas por desligamento		QUANTIDADE	4
Projeção de Novos Entrantes - Quantidade de entradas		QUANTIDADE	0
Composição Familiar - Servidores em atividade		TEXTUAL	Conforme a realidade da Massa de Servidores



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSP
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA			
Hipóteses Demográficas, Econômicas e Financeiras			
	Unidade	Hipóteses	
Probabilidade de Casados, se adotada premissa	TEXTO	NÃO	
Diferença da idade entre titular masculino e cônjuge feminino, se adotada premissa	TEXTO		5
Diferença da idade entre titular feminino e cônjuge masculino, se adotada premissa	TEXTO		5
Composição Familiar - Aposentados	TEXTO	Conforme a realidade da Massa de Servidores	
Probabilidade de Casados, se adotada premissa	TEXTO	NÃO	
Diferença da idade entre titular masculino e cônjuge feminino, se adotada premissa	TEXTO		5
Diferença da idade entre titular feminino e cônjuge masculino, se adotada premissa	TEXTO		5
Hipótese Adotada para Entrada em Aposentadoria	TEXTO		25
Outras Hipóteses Adotadas	TEXTO		
Hipóteses Biométricas			
Tipo Tábua	Tábua da População Masculina		Tábua da População Feminina
Tábua de Mortalidade de Válido - Fase Laborativa	Outras		Outras
Tábua de Mortalidade de Válido - Fase Pós Laborativa	Outras		Outras
Tábua de Mortalidade de Inválido	Outras		Outras
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas		Álvaro Vindas
Tábua de Morbidez	Samuel Dumas		Samuel Dumas
Outras Tábuas utilizadas			
Descrição da Hipótese de Novos Entrantes:			
Justificativa da Adoção de Hipóteses			
Hipóteses Demográficas, Econômicas e Financeiras			





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSP
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

	Unidade	Valor previsto no DRAA de 2017	Valor ocorrido em 2017	Valor previsto no DRAA de 2018	Valor ocorrido em 2018	Valor previsto no DRAA de 2019	Valor ocorrido em 2019	Perspectiva de Longo prazo	Justificativa Técnica para Eventuais Discrepâncias em Relação a Hipótese Adotada
Projeção da Taxa de Juros Real para o Exercício	PERCENTUAL	0.00	0.00	6.00	6.19	6.00	7.97		
Projeção de Crescimento Real do Salário	PERCENTUAL	0.00	0.00	1.00	0.00	1.05	1.41		
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	PERCENTUAL	0.00	0.00	0.95	1.83	1.00	0.16		
Critério para Projeção do Valor dos Proventos Calculados pela Média	TEXTO	0	00	Utilizamos uma média ponderada, separando por classes de reajustes	Utilizamos uma média ponderada, separando por classes de reajustes	Utilizamos uma média ponderada, separando por classes de reajustes	Utilizamos uma média ponderada, separando por classes de reajustes		Utilizamos uma média ponderada, separando por classes de reajustes
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios	PERCENTUAL	0.00	0.00	100.00	100.00	100.00	100.00		Não consideramos para não gerarmos distorções
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Salários	PERCENTUAL	0.00	0.00	100.00	100.00	100.00	100.00		Não consideramos para não gerarmos distorções
Projeção da Taxa de Rotatividade	TEXTO	0	0	3	4	4	7.39		
Critérios da Projeção de Novos Entrantes	TEXTO	0	0	0	0	0	0		Não utilizamos Novos Entrantes nos Cálculos anteriores
Projeção de Novos Entrantes para o Exercício - Quantidade de saídas por morte	QUANTIDADE	0	0	1	0	1	1		Não utilizamos Novos Entrantes nos Cálculos anteriores
Projeção de Novos Entrantes para o Exercício - Quantidade de saídas por aposentadoria	QUANTIDADE	0	0	19	3	18	0		Não utilizamos Novos Entrantes nos Cálculos anteriores
Projeção de Novos Entrantes para o Exercício - Quantidade de saídas por desligamento	QUANTIDADE	0	0	3	15	4	32		Não utilizamos Novos Entrantes nos Cálculos anteriores
Projeção de Novos Entrantes - Quantidade de entradas	QUANTIDADE	0	0	0	0	0	0		Não utilizamos Novos Entrantes nos Cálculos anteriores

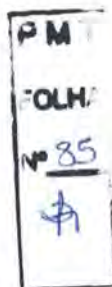
PM
FOLHA
Nº 84
\$



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Hipóteses Biométricas		População	Número de eventos previstos pela tabela utilizada no DRAA de 2017	Número de eventos ocorridos em 2017	Número de eventos previstos pela tabela utilizada no DRAA de 2018	Número de eventos ocorridos em 2018	Número de eventos previstos pela tabela utilizada no DRAA de 2019	Número de eventos ocorridos em 2019	Justificativa Técnica para Eventuais Discrepâncias em Relação a Hipótese Adotada
Tábua de Mortalidade de Válido - Fase Laborativa		Masculino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	
Tábua de Mortalidade de Válido - Fase Laborativa		Feminino	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	
Tábua de Mortalidade de Válido - Fase Pós Laborativa		Masculino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Tábua de Mortalidade de Válido - Fase Pós Laborativa		Feminino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Tábua de Mortalidade de Inválido		Masculino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Tábua de Mortalidade de Inválido		Feminino	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	
Tábua de Entrada em Invalidez		Masculino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Tábua de Entrada em Invalidez		Feminino	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	
Tábua de Morbidez		Masculino	0,00	0,00	0,00	9,00	0,00	5,00	
Tábua de Morbidez		Feminino	0,00	0,00	0,00	22,00	0,00	22,00	
Outras Tábuas utilizadas		Masculino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Tábuas utilizadas		Feminino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSP
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA		
Civil >> Previdenciário >> Resultados		
Valores dos Compromissos	Geração Atual	Gerações Futuras
Valor Atual dos Salários Futuros	R\$ 152.623.602,50	R\$ 0,00
ATIVOS GARANTIDORES DOS COMPROMISSOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS	R\$ 31.037.080,14	
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	R\$ 29.720.355,55	
Aplicações em Segmento de Renda Variável - RPPS	R\$ 1.293.183,19	
Aplicações em Segmento Imobiliário - RPPS	R\$ 0,00	
Aplicações em Enquadramento - RPPS	R\$ 0,00	
Títulos e Valores não Sujeitos ao Enquadramento - RPPS	R\$ 0,00	
Demaís Bens, direitos e ativos	R\$ 23.561,40	
PROVISÃO MATEMÁTICA DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$ 15.416.181,19	
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS - ENCARGOS DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$ 16.039.168,43	
Benefícios Concedidos - Encargos - Aposentadorias Programadas	R\$ 4.779.561,08	
Benefícios Concedidos - Encargos - Aposentadorias Especiais de Professores	R\$ 6.884.844,13	
Benefícios Concedidos - Encargos - Outras Aposentadorias Especiais	R\$ 0,00	
Benefícios Concedidos - Encargos - Aposentadorias por Invalidez	R\$ 3.183.649,79	
Benefícios Concedidos - Encargos - Pensões Por Morte	R\$ 1.191.113,43	
Benefícios Concedidos - Encargos - Compensação Previdenciária a Pagar	R\$ 0,00	
VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS E COMPENSAÇÕES A RECEBER - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$ 622.987,24	
Benefícios Concedidos - Contribuições Futuras dos Aposentados	R\$ 35.702,49	
Benefícios Concedidos - Contribuições Futuras dos Pensionistas	R\$ 0,00	
Benefícios Concedidos - Compensação Previdenciária a Receber	R\$ 587.284,75	R\$ 0,00
PROVISÃO MATEMÁTICA DOS BENEFÍCIOS A CONCEDER :	R\$ 59.819.241,72	R\$ 0,00
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS - ENCARGOS DE BENEFÍCIOS A CONCEDER:	R\$ 114.062.582,79	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Aposentadorias Programadas	R\$ 66.070.184,18	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Aposentadorias Especiais de Professores	R\$ 37.267.388,00	R\$ 0,00

PM
FOLH
Nº 86
\$

02/08/2021 11:12:07



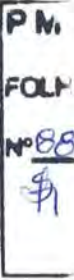
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA		
Descrição	Geração Atual	Gerações Futuras
Benefícios a Conceder - Encargos - Outras Aposentadorias Especiais	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Aposentadorias por Invalidez	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Pensões Por Morte de Servidores em Atividade	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Pensões Por Morte de Aposentados	R\$ 10.660.342,56	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Outros Benefícios e Auxílios	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Compensação Previdenciária a Pagar	R\$ 64.668,05	R\$ 0,00
VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS E COMPENSAÇÕES A RECEBER - BENEFÍCIOS A CONCEDER:	R\$ 54.243.341,07	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras do Ente	R\$ 31.697.862,90	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras dos Segurados Ativos	R\$ 19.051.197,14	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras dos Aposentados	R\$ 138.723,19	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras dos Pensionistas	R\$ 3.660,10	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Compensação Previdenciária a Receber	R\$ 3.351.897,74	R\$ 0,00
PROVISÃO MATEMÁTICA PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS ASSEGURADA POR LEI:	R\$ 31.506.119,51	R\$ 0,00
Valor Atual do Plano de Amortização do Déficit Atuarial estabelecido em lei	R\$ 31.506.119,51	R\$ 0,00
Valor Atual dos Parcelamentos de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00	
RESULTADO ATUARIAL	-R\$ 12.692.223,26	
Déficit Atuarial		
Equilíbrio Atuarial		
Superávit Atuarial		
DESTINAÇÃO DO RESULTADO		
Provisão de Contingências (até 25% dos Compromissos)	R\$ 0,00	
Provisão para revisão do plano de custeio (acima 25% dos Compromissos)	R\$ 0,00	
FUNDOS CONSTITUÍDOS		
Fundo Garantidor de Pensão de Servidor Estruturada em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	R\$ 0,00	
Fundo Garantidor de Aposentadoria por Invalidez de Servidor Estruturada em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	R\$ 0,00	
Fundo Garantidor de Benefícios Estruturados em Regime de Repartição Simples	R\$ 0,00	
Fundo de Oscilação de Riscos dos Benefícios Estruturados em Regime de Capitalização	R\$ 0,00	



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA			
Descrição	Geração Atual	Gerações Futuras	
Fundo de Oscilação de Riscos dos Benefícios Estruturados em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	R\$ 0,00		
Fundo de Oscilação de Riscos dos Benefícios Estruturados em Regime de Repartição Simples	R\$ 0,00		
Fundo Administrativo	R\$ 0,00		
RECEITAS E DESPESAS ESTIMADAS PARA O EXERCÍCIO			
Total de Receitas Estimadas para o Exercício	R\$ 5.280.624,61		
Total de Despesas Estimadas para o Exercício	R\$ 2.878.177,90		
RESULTADO FINANCEIRO ESTIMADO PARA O EXERCÍCIO			
Déficit Financeiro			
Equilíbrio Financeiro			
Superávit Financeiro	R\$ 2.402.446,71		
Custo Normal			
Base de Contribuição			
	Valor Mensal - Estatísticas da População Coberta		Valor Anual
Total das Remunerações de Contribuição dos Servidores Ativos	R\$ 1.244.955,99		R\$ 16.184.692,16
Total:	R\$ 1.244.955,99		R\$ 16.184.692,16
Valor Atual dos Salários Futuros - VASF: R\$ 152.623.802,50			
Custo Normal dos Benefícios - Regime de Capitalização			
Benefícios	Custo Anual Previsto (R\$)		% sobre Base de Contribuição
Aposentadorias Programadas (Por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória)	R\$ 2.080.838,11		12,86
Aposentadoria Especial - Professor - Educação Infantil e Ensino Fund. e Médio	R\$ 1.360.546,85		8,41
Pensão Por Morte de Aposentado Voluntário ou Compulsório	R\$ 360.502,35		2,23
Pensão Por Morte de Aposentado por Invalidez	R\$ 49.545,08		0,31





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSP
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA							
Benefícios		Custo Anual Previsto (R\$)		% sobre Base de Contribuição			
Total:		R\$ 3.851.432,39		23,81			
Custo Normal dos Benefícios - Regime de Cobertura							
Benefícios		Custo Anual Previsto (R\$)		% sobre Base de Contribuição			
Aposentadoria Por Invalidez Permanente		R\$ 131.911,91		0,82			
Pensão Por Morte de Servidor em Atividade		R\$ 432.992,70		2,68			
Total:		R\$ 564.904,61		3,49			
Custo Normal dos Benefícios - Regime de Repartição Simples							
Benefícios		Valor Pago em 2017	Valor Pago em 2018	Valor Pago em 2019	Valor Mínimo para 2020	Valor Previsto para 2020	% sobre Base de Contribuição
Total:		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00
Custo Normal Total							
		Custo Anual Previsto (R\$)			% sobre Base de Contribuição		
Benefícios em Regime de Capitalização		R\$ 3.851.432,39			23,81		
Benefícios em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura		R\$ 564.904,61			3,49		
Benefícios em Regime de Repartição Simples		R\$ 0,00			0,00		
Total		R\$ 4.416.337,00			27,30		

Observações:

PM
FOLH
Nº 89
\$



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA			
Custo Suplementar			
Forma de Amortização e Apuração do Déficit Atuarial e Amortizar			
Forma Amortização:	Por Aliquota		
Forma de Pagamento:	Antecipados		
		Contas Recuperadas da Demonstração do Resultado Atuarial	Geração Atual (R\$)
ATIVOS GARANTIDORES DOS COMPROMISSOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS			R\$ 31.037.080,14
PROVISÃO MATEMÁTICA DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS			R\$ 15.416.181,19
PROVISÃO MATEMÁTICA DOS BENEFÍCIOS A CONCEDER :			R\$ 59.819.241,72
Valor Atual dos Parcelamentos de Débitos Previdenciários			R\$ 0,00

R\$ 12.296.938,08

Valor Atual do Bens, Direitos e Demais Ativos a serem incorporados no Exercício Atual:

-R\$ 31.901.404,69

Déficit Atuarial a Amortizar:

PM
FOLH.
Nº 90
\$



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSP
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA				
Tipo de LDA:		Constante definida no art 8º:	Valor calculada na avaliação atuarial:	Valor limite do déficit atuarial:
Observações:				
Prazo de Amortização				
Prazo Remanescente Calculado (anos):		28	Prazo Informado (anos):	35
Justificativa:		O plano de Amortização com alíquotas crescentes foi repactuado conforme permite o artigo 81 da Portaria MF 464/2018, Portaria ME 14.816/2020, e nas novas condições estabelecidas, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência (Instrução Normativa SPREV nº 007/2018).		
Base Cálculo Contribuição Suplementar				
		Composição da Base de Cálculo		Valor Anual Inicial (R\$)
Servidores		Total das Remunerações de Contribuição dos Servidores Ativos		R\$ 1.244.976,32
Aposentados		Total das Parcelas dos Proventos de Aposentadoria que Superem o Limite Máximo do RGPS		R\$ 339,81
Pensionistas		Total das Parcelas das Pensões Por Morte que Superem o Limite Máximo do RGPS		R\$ 0,00
Outros		Total das Remunerações dos Segurados Ativos, Aposentados e Pensionistas do Exercício Anterior		R\$ 1.736.212,69

PM
FOLH.
Nº 91
9

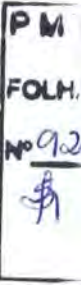


MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSP
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Descrição dos critérios adotados para evolução da folha de pagamento:
A taxa real de crescimento da remuneração ao longo dos anos será de 1,06%.

Plano de Amortização										
n	Ano	Taxa de Juros (%)	Aportes (R\$)	Alíquotas (%)	Base Cálculo (R\$)	Saldo Inicial (R\$)	(-) Pagamentos (R\$)	Saldo Final (R\$)	Composição do Pagamento	
									(-) Juros (R\$)	(-) Amortização (R\$)
1	2020	5,88		3,70	R\$ 16.184.692,16	R\$ 31.901.404,69	-R\$ 598.833,61	R\$ 33.143.162,26	-R\$ 1.840.591,18	R\$ 1.241.757,57
2	2021	5,88		4,30	R\$ 16.359.486,84	R\$ 33.143.162,26	-R\$ 703.457,93	R\$ 34.347.158,94	-R\$ 1.907.454,61	R\$ 1.203.996,68
3	2022	5,88		8,32	R\$ 16.536.169,29	R\$ 34.347.158,94	-R\$ 1.375.809,28	R\$ 34.910.065,02	-R\$ 1.938.715,36	R\$ 562.906,08
4	2023	5,88		12,46	R\$ 16.714.759,92	R\$ 34.910.065,02	-R\$ 2.082.659,09	R\$ 34.757.657,40	-R\$ 1.930.251,47	-R\$ 152.407,62
5	2024	5,88		12,51	R\$ 16.895.279,33	R\$ 34.757.657,40	-R\$ 2.113.599,44	R\$ 34.563.528,57	-R\$ 1.919.470,61	-R\$ 194.128,83
6	2025	5,88		12,55	R\$ 17.077.748,35	R\$ 34.563.528,57	-R\$ 2.143.257,42	R\$ 34.326.583,09	-R\$ 1.906.311,94	-R\$ 236.945,48
7	2026	5,88		12,60	R\$ 17.262.188,03	R\$ 34.326.583,09	-R\$ 2.175.035,69	R\$ 34.042.058,39	-R\$ 1.890.510,99	-R\$ 284.524,70
8	2027	5,88		12,65	R\$ 17.448.619,66	R\$ 34.042.058,39	-R\$ 2.207.250,39	R\$ 33.706.694,71	-R\$ 1.871.886,71	-R\$ 335.363,68
9	2028	5,88		12,70	R\$ 17.637.064,75	R\$ 33.706.694,71	-R\$ 2.239.907,22	R\$ 33.317.034,59	-R\$ 1.850.247,10	-R\$ 389.660,12
10	2029	5,88		12,74	R\$ 17.827.545,05	R\$ 33.317.034,59	-R\$ 2.271.229,24	R\$ 32.871.298,70	-R\$ 1.825.493,35	-R\$ 445.735,89
11	2030	5,88		12,79	R\$ 18.020.082,54	R\$ 32.871.298,70	-R\$ 2.304.768,56	R\$ 32.363.842,11	-R\$ 1.797.311,97	-R\$ 507.456,59
12	2031	5,88		12,84	R\$ 18.214.699,43	R\$ 32.363.842,11	-R\$ 2.338.767,41	R\$ 31.790.549,09	-R\$ 1.765.474,39	-R\$ 573.293,02
13	2032	5,88		12,89	R\$ 18.411.418,18	R\$ 31.790.549,09	-R\$ 2.373.231,80	R\$ 31.147.055,55	-R\$ 1.729.738,26	-R\$ 643.493,54
14	2033	5,88		12,93	R\$ 18.610.261,50	R\$ 31.147.055,55	-R\$ 2.406.306,81	R\$ 30.430.704,77	-R\$ 1.689.856,03	-R\$ 716.350,78





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA											
n	Ano	Taxa de Juros (%)	Aportes (R\$)	Aliquotas (%)	Base Cálculo (R\$)	Saldo Inicial (R\$)	(-) Pagamentos (R\$)	Saldo Final (R\$)	Composição do Pagamento		
									(-) Juros (R\$)	(-) Amortização (R\$)	
15	2034	5,88		12,98	R\$ 19.811.252,32	R\$ 30.430.704,77	-R\$ 2.441.700,55	R\$ 29.634.757,67	-R\$ 1.645.753,45	-R\$ 795.947,10	
16	2035	5,88		13,03	R\$ 19.014.413,85	R\$ 29.634.757,67	-R\$ 2.477.578,12	R\$ 28.754.021,71	-R\$ 1.596.842,16	-R\$ 880.735,96	
17	2036	5,88		13,08	R\$ 19.219.769,52	R\$ 28.754.021,71	-R\$ 2.513.945,85	R\$ 27.782.992,32	-R\$ 1.542.916,46	-R\$ 971.029,39	
18	2037	5,88		13,13	R\$ 19.427.343,03	R\$ 27.782.992,32	-R\$ 2.550.810,14	R\$ 26.715.834,49	-R\$ 1.483.652,31	-R\$ 1.067.157,83	
19	2038	5,88		13,18	R\$ 19.637.158,33	R\$ 26.715.834,49	-R\$ 2.588.177,47	R\$ 25.546.363,25	-R\$ 1.418.706,23	-R\$ 1.169.471,24	
20	2039	5,88		13,23	R\$ 19.849.239,64	R\$ 25.546.363,25	-R\$ 2.626.054,40	R\$ 24.268.023,01	-R\$ 1.347.714,16	-R\$ 1.278.340,24	
21	2040	5,88		13,28	R\$ 20.063.611,43	R\$ 24.268.023,01	-R\$ 2.664.447,60	R\$ 22.873.865,64	-R\$ 1.270.290,23	-R\$ 1.394.157,37	
22	2041	5,88		13,33	R\$ 20.280.298,43	R\$ 22.873.865,64	-R\$ 2.703.363,78	R\$ 21.356.527,37	-R\$ 1.186.025,51	-R\$ 1.517.339,27	
23	2042	5,88		13,38	R\$ 20.499.325,66	R\$ 21.356.527,37	-R\$ 2.742.809,77	R\$ 19.708.204,19	-R\$ 1.094.486,59	-R\$ 1.648.323,18	
24	2043	5,88		13,43	R\$ 20.720.718,37	R\$ 19.708.204,19	-R\$ 2.782.792,48	R\$ 17.920.625,92	-R\$ 995.214,21	-R\$ 1.787.578,27	
25	2044	5,88		13,48	R\$ 20.944.502,13	R\$ 17.920.625,92	-R\$ 2.823.318,89	R\$ 15.985.028,88	-R\$ 887.721,65	-R\$ 1.935.597,24	
26	2045	5,88		13,53	R\$ 21.170.702,76	R\$ 15.985.028,88	-R\$ 2.864.396,08	R\$ 13.892.125,80	-R\$ 771.493,20	-R\$ 2.092.902,88	
27	2046	5,88		13,58	R\$ 21.399.346,35	R\$ 13.892.125,80	-R\$ 2.906.031,23	R\$ 11.632.076,93	-R\$ 645.982,36	-R\$ 2.260.048,87	
28	2047	5,88		13,63	R\$ 21.630.459,29	R\$ 11.632.076,93	-R\$ 2.948.231,60	R\$ 9.194.455,44	-R\$ 510.610,11	-R\$ 2.437.621,49	
29	2048	5,88		13,68	R\$ 21.864.066,25	R\$ 9.194.455,44	-R\$ 2.991.004,54	R\$ 6.588.213,81	-R\$ 364.782,91	-R\$ 2.628.241,63	
30	2049	5,88		13,73	R\$ 22.100.200,18	R\$ 6.588.213,81	-R\$ 3.034.357,48	R\$ 3.741.647,08	-R\$ 207.790,75	-R\$ 2.826.566,73	
31	2050	5,88		13,78	R\$ 22.338.892,35	R\$ 3.741.647,08	-R\$ 3.078.297,99	R\$ 702.354,02	-R\$ 39.004,93	-R\$ 3.039.293,06	
32	2051	5,88		13,83	R\$ 22.580.142,27	R\$ 702.354,02	-R\$ 3.122.833,68	-R\$ 2.582.803,86	R\$ 142.324,20	-R\$ 3.265.157,88	
33	2052	5,88		13,88	R\$ 22.824.007,81	-R\$ 2.582.803,86	-R\$ 3.167.972,28	-R\$ 6.067.745,78	R\$ 336.969,64	-R\$ 3.504.941,92	
34	2053	5,88		13,94	R\$ 23.070.507,10	-R\$ 6.067.745,78	-R\$ 3.216.028,69	-R\$ 9.828.680,41	R\$ 545.885,94	-R\$ 3.761.914,63	



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSP
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

n	Ano	Taxa de Juros (%)	Aportes (R\$)	Alíquotas (%)	Base Cálculo (R\$)	Saldo Inicial (R\$)	(-) Pagamentos (R\$)	Saldo Final (R\$)	Composição do Pagamento		
									(-) Juros (R\$)	(-) Amortização (R\$)	
35	2054	5,88		13,99	R\$ 23.319.668,57	-R\$ 9.829.660,41	-R\$ 3.262.421,63	-R\$ 13.861.896,46	R\$ 769.814,42		-R\$ 4.032.236,05

Observação Sistema:

Observações:

O valor informado no campo "Valor Atual dos Bens, Direitos e Demais Ativos a serem incorporados no Exercício Atual" se refere a diferença entre o Déficit Atuarial Vigente e o Déficit Atuarial de Equilíbrio, para fins de amortização integral do Plano.

Custo com a Administração do Plano





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Limite da Norma Geral
Valor Total das Remunerações dos Segurados Ativos em 2019: R\$ 21.236.072,12
Valor Total dos Proventos de Aposentadorias em 2019: R\$ 1.224.129,58
Valor Total das Pensões por Morte em 2019: R\$ 110.593,30
Total: R\$ 22.570.795,00
Limite de Gastos com despesas Administrativas para 2020 (R\$): R\$ 451.415,30

Limite Estabelecido pelo Ente em Lei

Aliquota	2,00	Aporte	R\$ 0,00
Taxa de Administração definida pelo Ente em Lei (%):		Valor do aporte anual para custeio das despesas administrativas estabelecido pelo Ente mediante Lei:	
Base de Cálculo Anual da Taxa de Administração (R\$):	R\$ 16.184.692,16		
Limite de Gastos com despesas administrativas para 2020 (R\$):	R\$ 323.693,84		

Custo Previsto para 2020

Aliquota	R\$ 323.693,84
Valor Previsto das despesas administrativas para 2020:	R\$ 16.184.692,16
Base de Cálculo Anual da Taxa de Administração para 2019(R\$):	2,00
Taxa de Administração para 2020(%):	





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Plano de Custeio a Constar em Lei					
Contribuição Normal e Taxa de Administração					
	Valor Anual da Base de Cálculo (R\$)	Situação Atual		Situação Definida na Avaliação Atuarial	
		Alíquota (%)	Contribuição Esperada Atual	Alíquota Definida na Avaliação Atuarial (%)	Contribuição Esperada Definida
Ente Federativo	R\$ 16.184.692,16	16,30	R\$ 2.638.104,82	16,30	R\$ 2.638.104,82
Taxa de Administração	R\$ 16.184.692,16	2,00	R\$ 323.693,84	2,00	R\$ 323.693,84
Aporte Anual para Custeio das Despesas Administrativas			R\$ 0,00		
Ente Federativo - Total	R\$ 32.369.384,32	18,30	R\$ 2.961.798,66	18,30	R\$ 2.961.798,66
Segurados Ativos	R\$ 16.184.692,16	11,00	R\$ 1.780.316,14	11,00	R\$ 1.780.316,14
Aposentados	R\$ 339,61	11,00	R\$ 37,36	11,00	R\$ 37,36
Pensionistas	R\$ 0,00	11,00	R\$ 0,00	11,00	R\$ 0,00
Total					

Observação:

Novo Plano de Amortização a Constar em Lei

Sim
Plano de Equacionamento do Déficit Atuarial previsto em Lei será revisado:
Justificativa: O plano de Amortização com alíquotas crescentes foi repactuado conforme permite o artigo 81 da Portaria MF 464/2018, Portaria ME 14.816/2020, e nas novas condições estabelecidas, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência (Instrução Normativa SPREV nº 007/2018).

Comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias Projetadas e Executadas



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Descrição	Geração Atual			Diferença
	Projetado para 2019	Executado em 2019		
Base de Cálculo da Contribuição Normal	R\$ 12.593.450,74	R\$ 19.326.354,97		-R\$ 6.732.904,23
Benefícios Concedidos - Contribuições dos Aposentados	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Benefícios Concedidos - Contribuições dos Pensionistas	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Benefícios Concedidos - Compensação Previdenciária a Receber	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Contribuições do Ente	R\$ 2.304.601,49	R\$ 9.231.687,59		-R\$ 927.086,10
Benefícios a Conceder - Contribuições dos Segurados Ativos	R\$ 1.385.279,58	R\$ 1.662.772,70		-R\$ 277.493,12
Benefícios a Conceder - Contribuições dos Aposentados	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Contribuições dos Pensionistas	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Compensação Previdenciária a Receber	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Plano de Amortização do Déficit Atuarial estabelecido em lei	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Parcelamentos de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Outras Receitas	R\$ 3.689.881,07	R\$ 4.894.460,29		-R\$ 1.204.579,22
TOTAL DAS RECEITAS COM CONTRIBUIÇÕES E COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Benefícios Concedidos - Encargos - Aposentadorias Programadas	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Benefícios Concedidos - Encargos - Aposentadorias Especiais de Professores	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Benefícios Concedidos - Encargos - Outras Aposentadorias Especiais	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Benefícios Concedidos - Encargos - Aposentadorias por Invalidez	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Benefícios Concedidos - Encargos - Pensões Por Morte	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Benefícios Concedidos - Encargos - Compensação Previdenciária a Pagar	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

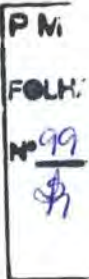
Descrição	Geração Atual			Diferença
	Projetado para 2019	Executado em 2019		
Benefícios a Conceder - Encargos - Aposentadorias Programadas	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Aposentadorias Especiais de Professores	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Outras Aposentadorias Especiais	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Aposentadorias por Invalidez	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Pensões Por Morte de Servidores em Atividade	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Pensões Por Morte de Aposentados	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Outros Benefícios e Auxílios	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Compensação Previdenciária a Pagar	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Outras Despesas	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM BENEFÍCIOS DO PLANO	R\$ 3.689.881,07	R\$ 4.894.460,29		-R\$ 1.204.579,22
INSUFICIÊNCIA OU EXCEDENTE FINANCEIRO				
RENTABILIDADE ESPERADA	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Rentabilidade dos Ativos que compõem os Recursos Garantidores				
Comparativo de Informações das Últimas Avaliações Atuariais	2020	2019	2018	
BASE NORMATIVA				
PLANO DE CUSTEIO VIGENTE				
Contribuição Normal - Ente Federativo	227830,67	177277,04		164323,11
BASE CADASTRAL				
ESTATÍSTICAS DA POPULAÇÃO COBERTA				



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Comparativo de Informações das Últimas Avaliações Atuariais				
	2020	2019	2018	
Quantidade de Segurados Ativos	433.00	350.00	346.00	
Quantidade de Aposentados	36.00	32.00	29.00	
Quantidade de Pensionistas	7.00	6.00	6.00	
Média da Base de Cálculo dos Segurados Ativos	2875.23	2767.79	2629.69	
Média do Valor do Benefício dos Aposentados	2728.72	2489.66	2342.96	
Média do Valor do Benefício dos Pensionistas	1271.21	1178.41	1156.93	
Idade Média dos Segurados Ativos	40.13	41.24	40.66	
Idade Média dos Aposentados	63.17	62.28	61.97	
Idade Média dos Pensionistas	39.86	44.00	43.00	
Idade Média Projetada Para Aposentadoria	57.16	59.57	58.54	
BASE TÉCNICA				
REGIMES E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO				
Método de Financiamento Adotado	CAP - PUC	CAP - PUC	CAP - PUC	
RESULTADOS				
VALORES DOS COMPROMISSOS				
Ativos Garantidores dos Compromissos do Plano de Benefícios	31037080.14	25381785.75	21115513.98	
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Benefícios Concedidos	16039168.43	12431265.26	10802655.40	
Valor Atual das Contribuições Futuras - Benefícios Concedidos	35702.49	63321.52	64964.64	
Reserva Matemática dos Benefícios Concedidos	16003485.94	12367943.74	10737680.76	
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Benefícios a Conceder	113997914.74	77045404.81	74972737.88	

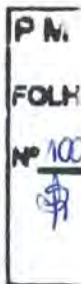




MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSP
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Comparativo de Informações das Últimas Avaliações Atuariais				
	Descrição	2020	2019	2018
	Valor Atual das Contribuições Futuras - Benefícios a Conceder	50891443.33	29692660.12	28555212.22
	Reserva Matemática dos Benefícios a Conceder	63106471.41	47052744.69	46417525.66
	Valor Atual da Compensação Financeira a Receber	3939182.49	2575630.46	2795847.30
	Valor Atual da Compensação Financeira a Pagar	64688.05	42857.30	0.00
	Resultado Atuarial	44198342.77	31506119.52	33243855.14
	CUSTO NORMAL			
	CUSTO ANUAL PREVISTO (% SOBRE BASE DE CONTRIBUIÇÃO)			
	Benefícios em Regime de Capitalização (%)	23.80	18.91	20.08
	Benefícios em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura (%)	3.50	3.40	3.20
	Benefícios em Regime de Repartição Simples (%)	0.00	4.98	3.78
	ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL DEFINIDAS			
	Ente Federativo - Contribuição Normal	18.30	18.30	18.06
	Taxa de Administração	2.00	2.00	2.00
	Parecer Atuarial	Parecer		
	Temas	Conforme as últimas Avaliações Atuariais, o Instituto Previdenciário veem apresentando uma elevação no número de Servidores Ativos. Nesse caso, acreditamos que não teremos novos concursos nos próximos 3 anos.		
	Perspectivas de alteração futura no perfil e na composição da massa de segurados	Consideramos o conteúdo da Base de Dados fornecida pelo Instituto Previdenciário excelente para a realização do Cálculo Atuarial, conforme exigência do art. 38 da Portaria MF 464/2018. Foi informado os dados completos e consistentes dos regimes financeiros adotados, seguem a risco o mínimo aplicável pela Portaria MF 464/2018, descritos na guia "Regimes e métodos de financiamento" do DRAA. Como os Institutos Previdenciários estão conseguindo aumentar a quantidade de		
	Adequação da base de dados utilizada e respectivos impactos em relação aos resultados apurados	A Tábua Biométrica utilizada foi segregada por sexo, sendo a IBGE 2018 - Masculino e IBGE 2018 - Feminino. Como não possuímos tábuas de mortalidade separadas por região, não existe a possibilidade de um teste de aderência. No intuito de ser		
	Análise dos regimes financeiros e métodos atuariais adotados e perspectivas futuras de comportamento dos custos e dos compromissos do Plano de Benefícios	A Tábua Biométrica utilizada foi segregada por sexo, sendo a IBGE 2018 - Masculino e IBGE 2018 - Feminino. Como não possuímos tábuas de mortalidade separadas por região, não existe a possibilidade de um teste de aderência. No intuito de ser		
	Adequação das hipóteses utilizadas às características da massa de segurados e de seus dependentes e análises de sensibilidade para os resultados	A compensação previdenciária a receber foi calculado sobre as informações do TEMPO ANTERIOR DE CONTRIBUIÇÃO, de 0% da massa de Servidores Ativos. Os demais Servidores que não foram informados o TEMPO ANTERIOR DE CONTRIBUIÇÃO, utilizamos		
	Metodologia utilizada para a determinação do valor da compensação previdenciária a receber e impactos nos resultados			





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPDS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA	
Temas	Parecer
Composição e características dos ativos garantidores do plano de benefícios	Os Ativos garantidores foram registrados na Tabela - Resultados - Valores dos Compromissos deste DRAA. Ressaltamos que, referente ao Montante de R\$ 31.037.080,14, 100% são de ativos líquidos. Nesse caso, o Instituto Previdenciário não possui risco
Variação dos Compromissos do Plano (VABF e VACF)	Com relação as Reservas Matemáticas de Benefícios a Conceder, tivemos uma elevação de 76,0%. Essa elevação decorre da alteração do número de Servidores Ativos, da média salarial e da idade média dos Servidores Ativos. Com relação as Reservas
Resultado da avaliação atuarial e situação financeira e atuarial do RPPS	Os Resultados da Avaliação indicam um Desequilíbrio Atuarial (Déficit de Equilíbrio) no valor de R\$ (31.901.404,70). Entretanto, analisando a composição demográfica do Instituto Previdenciário e os Ativos Garantidores e as Provisões Matemáticas do plano,
Plano de custeio a ser implementado e medidas para manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial	A manutenção do plano será uma alíquota de Custo Mensal de 33,00%, equivalente a 29,30% de Custo Normal, já incluída a taxa de administração e 03,70% de Custo Suplementar Equacionado sobre a folha Salarial dos Servidores Ativos conforme descrito no
Parecer sobre a análise comparativa dos resultados das três últimas avaliações atuariais	Analisando as últimas Avaliações Atuarias, nota-se um aumento das alíquotas de manutenção do plano, devido aumento das Provisões Matemáticas e consequentemente do Déficit. Analisando os Ativos Garantidores do Plano e as Provisões Matemáticas
Identificação dos principais riscos do plano de benefícios	Os principais riscos que podem alterar o cenário do Equilíbrio Financeiro e Atuarial do plano para o ano seguinte são: A quantidade pequena de informação do TEMPO ANTERIOR DE CONTRIBUIÇÃO ANTERIOR, o que nos obriga a padronizar uma

P.M.
 FOLHA
 Nº 101
 \$

CERTIFICADO DO DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Ente Federativo/UF	CNPJ	Unidade Gestora	CNPJ	Exercício	2021
Prefeitura Municipal de Tapurah /MT	24.772.263/0001-41	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH MT	04.963.339/0001-44	Data de Envio	28/05/2021
Nº da NTA - Plano Previdenciário	2021.000472.1	Retificação	Não	Data de Elaboração	31/12/2020
Nº da NTA - Plano Financeiro		Avaliação Atuarial Inicial	Não	Data de Elaboração da Avaliação	15/04/2021

Descrição	Quantidade			Valor da Folha Mensal
	Masculino	Feminino	Total	
Estadísticas da População Coberta				
Servidores	150	263	413	R\$ 1.305.833,53
Servidores Iminentes	0	0	0	R\$ 0,00
Aposentados	12	30	42	R\$ 131.368,10
Pensionistas	4	3	7	R\$ 8.902,27
Militares	0	0	0	R\$ 0,00
Outros	0	0	0	R\$ 0,00
Valores dos Compromissos de Geração Atual	Plano Previdenciário - Civil			Plano Financeiro - Civil
ATIVOS GARANTIDORES DOS COMPROMISSOS DO PLANO DE PROVISÃO MATEMÁTICA DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$ 36.758.318,79			-
PROVISÃO MATEMÁTICA DOS BENEFÍCIOS A CONCEDER :	R\$ 20.375.507,61			-
RESULTADO ATUARIAL	R\$ 34.168.179,01			-
RESULTADO FINANCEIRO ESTIMADO PARA O EXERCÍCIO	R\$ 14.116.034,87			-
	R\$ 3.068.819,14			% Sobre a Base de Contribuição
Benefícios Avaliados em Regime de Capitalização	R\$ 4.504.010,16			26,53
Benefícios Avaliados em Repartição de Capitais de Cobertura	R\$ 510.509,21			3,01
Benefícios Avaliados em Regime de Repartição de Simples	R\$ 0,00			0,00
Total	R\$ 5.014.519,37			29,54

Certifico que as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras adequadas às características da massa de segurados e de seus dependentes para o correto dimensionamento dos compromissos futuros do RPPS foram definidas conjuntamente com os representantes legais do ente e da unidade gestora do RPPS, e que as informações constantes das Bases Cadastral, Técnica e em Resultados do DRAA correspondem àquelas do Relatório da Avaliação Atuarial com o objetivo de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia do pagamento dos benefícios previstos para o RPPS.

Atuário Responsável Técnico	Ass:
IGOR FRANÇA GARCIA	

Representante Legal do Ente	Ass:
CARLOS ALBERTO CAPELETTI	CARLOS ALBERTO

Representante Legal da Unidade Gestora	Ass:
SOLANGE APARECIDA ALVES DE SOUZA	SOLANGE APARECIDA ALVES

Certifico que o Relatório da Avaliação Atuarial a que se refere o presente DRAA foi apresentado ao Colegiado Deliberativo do RPPS, para ciência e apreciação de seus registros mantidos pelo ente federativo, e que os planos de custeio e de equacionamento do déficit informados no DRAA correspondem aos que foram definidos para serem implementados em lei do ente federativo.	Ass:
Martele Cristina Benin	



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

ENTE				
Nome:	Tapurah			
UF: MT				
MTE: 47.368 - 116/MG				
DADOS DO ATUÁRIO RESPONSÁVEL TÉCNICO				
Nome:	IGOR FRANÇA GARCIA			
DADOS DOS ORGÃOS/ENTIDADES				
CNPJ	Nome	Poder	Tipo	Competência da Base Cadastral
24.772.253/0001-41	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH	Executivo	Administração Direta	11/2020
33.005.083/0001-50	CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH	Legislativo	Administração Direta	11/2020
04.963.339/0001-44	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT	Executivo	Administração Indireta (Autarquias e Fundações)	11/2020

PM
FOLH
Nº 103
02/08/2021 11:12:41



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

COMPOSIÇÃO DE MASSA

Civil

Segregação de Massa

☒ Não Possui

☐ Instituída neste Exercício ou Mantida

☐ Revisada neste Exercício

☐ Extinta neste Exercício

Benefícios Mantido pelo

Possui Aposentadorias ou Pensões por Morte de Responsabilidade Financeira do Tesouro, que não se caracterizam como Segregação da Massa?

☐ Sim

☒ Não

Militar

Segregação de Massa

☐ Não Possui

☐ Instituída neste Exercício ou Mantida

☐ Revisada neste Exercício

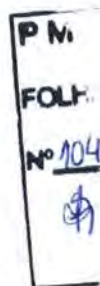
☐ Extinta neste Exercício

Benefícios Mantido pelo

Possui Aposentadorias ou Pensões por Morte de Responsabilidade Financeira do Tesouro, que não se caracterizam como Segregação da Massa?

☐ Sim

☐ Não





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

IDENTIFICAÇÃO DO DRAA

Exercício do DRAA: 2021
Tipo do DRAA: Avaliação Atuarial Anual
Avaliação Atuarial Inicial: ☐ Sim ☒ Não
Data da Avaliação: 31/12/2020
Data de Elaboração da Avaliação: 15/04/2021
Nº da Nota Técnica Atuarial Vigente - Plano Previdenciário: 2021.000472.1

Nº da Nota Técnica Atuarial Vigente - Plano Financeiro:

Descrição:

Retificação: ☐ Sim ☒ Não
Motivado por Iniciativa Própria: ☐ Sim ☐ Não

Justificativa:

Motivado por Notificação: ☐ Sim ☐ Não

Números da Notificação:

PM
FOLH.
Nº 105
\$

02/08/2021 11:12:41



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Plano Civil
Previdenciário

Civil >> Previdenciário >> Base Normativa

Plano de Custeio Vigente

Contribuição Normal

Ente Federativo

Norma	Número da Norma: 125	Data da Norma: 30/08/2018	Dispositivo da Norma: ART. 49
Alíquota (%): 16,30	Tipo da Norma: Lei Complementar		

Base de Cálculo da Contribuição do Ente Federativo

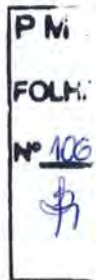
Base de Cálculo			
Tipo da Norma		Número da Norma	Data da Norma
Lei Complementar		151	30/03/2020
Total das Remunerações de Contribuição dos Servidores Ativos			Artigo 49

Segurados Ativos

Norma	Número da Norma: 151	Data da Norma: 30/03/2020	Dispositivo da Norma: ART. 49
Alíquota (%): 14,00	Tipo da Norma: Lei Complementar		

Aposentados

Norma	Número da Norma: 151	Data da Norma: 30/03/2020	Dispositivo da Norma: ART. 49
Alíquota (%): 14,00	Tipo da Norma: Lei Complementar		





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Pensionistas

Norma Aliquota (%): 14,00 Tipo da Norma: Lei Complementar Número da Norma: 151 Data da Norma: 30/03/2020 Dispositivo da Norma: ART 49

Administração do Plano

Custeada com Recursos do RPPS

Aliquota (%): 2,00 Aporte (R\$):

Fundamento Legal

Tipo da Norma: Resolução

Número da Norma: 41

Data da Norma: 12/09/2012

Dispositivo da Norma:

ARTIGO 49

Base de Cálculo da Taxa de Administração

Base de Cálculo

Total das Remunerações dos Segurados Ativos, Aposentados e Pensionistas do Exercício Anterior

Tipo da Norma

Lei Complementar

Número da Norma

41

Data da Norma

12/09/2012

Dispositivo da Norma

Art. 49, § 3º

Plano de Amortização do Déficit Atuarial

Possui Plano de Amortização para Equacionamento do Déficit Atuarial Implementado em Lei:

Sim

Mês/Ano de Início do Plano:

04/2012

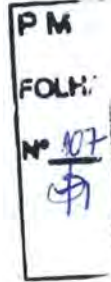
Fundamento Legal

Tipo da Norma: Lei Complementar

Número da Norma: 41

Data da Norma: 30/08/2018

Dispositivo da Norma: Art. 49





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

PM
FOLHA
Nº 108
17

02/08/2021 11:12:41



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Plano de Amortização			Aliquota (%)	Aporte Anual (R\$)
Ano				
2020			3.70	
2021			4.30	
2022			8.32	
2023			12.46	
2024			12.51	
2025			12.55	
2026			12.60	
2027			12.65	
2028			12.70	
2029			12.74	
2030			12.79	
2031			12.84	
2032			12.89	
2033			12.93	
2034			12.98	
2035			13.03	
2036			13.08	
2037			13.13	
2038			13.18	
2039			13.23	
2040			13.28	
2041			13.33	
2042			13.38	
2043			13.43	
2044			13.48	
2045			13.53	



02/08/2021 11:12:41



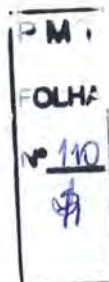
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Plano de Amortização		Aporte Anual (R\$)	
Ano	Aliquota (%)		
2046	13.58		
2047	13.63		
2048	13.68		
2049	13.73		
2050	13.78		
2051	13.83		
2052	13.88		
2053	13.94		
2054	13.99		

Base de Cálculo		Dispositivo da Norma	
Base de Cálculo	Tipo da Norma	Data da Norma	
Total das Remunerações de Contribuição dos Servidores Ativos	Lei Complementar	09/10/2013	ART 3

Segregação de Massa





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Fundamento Legal

Tipo da Norma:

Número da Norma:

Data da Norma:

Dispositivo da Norma:

Critérios para Composição do Plano Previdenciário

Data de ingresso do segurado (data do corte):

Idade do Segurado:

Condição do Segurado:

Outros:

Atuário Responsável pelo Projeto de Segregação

Nome:

Número do Registro Profissional:

Aprovação prévia do MPS

Tipo do Documento:

Número do Documento:

Data do Documento:

Plano de Benefícios

Benefícios	Tipo da Norma	Número da Norma	Dispositivo da Norma	Data da Norma
Aposentadoria Por Invalidez Permanente	Lei Complementar	41	ARTIGOS 12 A 17	12/09/2012
Aposentadorias Programadas (Por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória)	Lei Complementar	41	ARTIGOS 12 A 17	12/09/2012
Aposentadoria Especial - Professor - Educação Infantil e Ensino Fund. e Médio	Lei Complementar	41	ARTIGOS 12 A 17	12/09/2012
Pensão Por Morte de Servidor em Atividade	Lei Complementar	41	ARTIGOS 31 A 36	12/09/2012
Pensão Por Morte de Aposentado Voluntário ou Compulsório	Lei Complementar	41	ARTIGOS 31 A 36	12/09/2012
Pensão Por Morte de Aposentado por Invalidez	Lei Complementar	41	ARTIGOS 31 A 36	12/09/2012



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

PM
OLH
2/20
Φ

02/08/2021 11:12:41



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSP
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

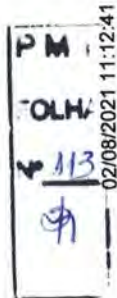
DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Civil >> Previdenciário >> Base Cadastral

Estatísticas da População Coberta

Estatísticas da População Coberta															
Órgão/Entidade	População Coberta	Quantidade (A)			Média da B. Cálculo ou Média do V. do Benefício (B)		Idade Média		IMP		IMA		Valor da Folha Mensal (AxB)		
		Fem.	Masc.	Total	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Total	
CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH	Servidores - DEMAIS SERVIDORES - Sem critério diferenciado para aposentadoria	2	4	6		R\$ 2.487,98	42,00	45,25	55,00	67,50	32,50	33,00	R\$ 4.975,92	R\$ 21.493,88	R\$ 26.469,80
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT	Aposentados - DEMAIS SERVIDORES - Compulsória	0	1	1		R\$ 0,00		75,00				75,00	R\$ 0,00	R\$ 1.045,00	R\$ 1.045,00
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT	Aposentados - DEMAIS SERVIDORES - Por Idade	7	3	10		R\$ 1.325,82	68,57	70,00			68,57	70,00	R\$ 9.280,74	R\$ 3.135,00	R\$ 12.415,74
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT	Aposentados - DEMAIS SERVIDORES - Por Invalidez	7	7	14		R\$ 1.689,51	62,86	63,86			62,86	63,86	R\$ 11.826,57	R\$ 24.300,92	R\$ 36.127,49
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT	Aposentados - DEMAIS SERVIDORES - Por Tempo de Contribuição	6	1	7		R\$ 4.441,05	61,67	54,00			61,67	54,00	R\$ 26.646,30	R\$ 3.126,57	R\$ 29.772,87
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT	Aposentados - PROFESSORES DA EDUC. INFANTIL E DO ENSINO FUND. E MEDIO - Por Tempo de Contribuição	10	0	10		R\$ 5.200,70	57,30				57,30		R\$ 52.007,00	R\$ 0,00	R\$ 52.007,00
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT	Pensionistas - DEMAIS SERVIDORES	3	4	7		R\$ 1.278,61	51,00	33,25					R\$ 3.835,83	R\$ 5.066,44	R\$ 8.902,27
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH	Servidores - DEMAIS SERVIDORES - Sem critério diferenciado para aposentadoria	186	135	321		R\$ 2.736,97	40,84	41,44	57,46	63,16	31,82	33,50	R\$ 509.076,42	R\$ 419.526,00	R\$ 928.602,42
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH	Servidores - PROFESSORES DA EDUC. INFANTIL E DO ENSINO FUND. E MEDIO - Critério para aposentadoria como professor	75	11	86		R\$ 4.046,66	41,88	42,64	56,01	61,09	33,77	34,00	R\$ 303.499,50	R\$ 47.261,83	R\$ 350.761,33
Avaliação Crítica															

Avaliação Crítica





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Atualização da Base Cadastral

Segurados Ativos : ☒ Data do Último Recenseamento Previdenciário : 14/01/2019 Percentual de Cobertura do Último Recenseamento Previdenciário : 100,00

Aposentados : ☒ Data do Último Recenseamento Previdenciário : 12/09/2017 Percentual de Cobertura do Último Recenseamento Previdenciário : 100,00

Pensionistas : ☒ Data do Último Recenseamento Previdenciário : 12/09/2017 Percentual de Cobertura do Último Recenseamento Previdenciário : 100,00

Amplitude da Base Cadastral

Percentual de Cobertura em Relação aos Órgãos e Entidades : 100,00

Percentual de Cobertura da População : 100,00

Grupo	Descrição		Consistência da Base Cadastral	Completeness da Base Cadastral
Ativo	Identificação do Segurado Ativo		76%-100%	76%-100%
Ativo	Sexo		76%-100%	76%-100%
Ativo	Estado Civil		76%-100%	76%-100%
Ativo	Data de Nascimento		76%-100%	76%-100%
Ativo	Data de Ingresso no ENTE		76%-100%	76%-100%
Ativo	Identificação do Cargo Atual		76%-100%	76%-100%
Ativo	Base de Cálculo (Remuneração de Contribuição)		76%-100%	76%-100%
Ativo	Tempo de Contribuição para o RGPS		76%-100%	76%-100%
Ativo	Tempo de Contribuição para Outros RPPS		76%-100%	76%-100%
Ativo	Data de Nascimento do Cônjuge		76%-100%	76%-100%
Ativo	Número de Dependentes		76%-100%	76%-100%
Aposentado	Identificação do Aposentado		76%-100%	76%-100%
Aposentado	Sexo		76%-100%	76%-100%
Aposentado	Estado Civil		76%-100%	76%-100%
Aposentado	Data de Nascimento		76%-100%	76%-100%
Aposentado	Data de Nascimento do Cônjuge		76%-100%	76%-100%
Aposentado	Data de Nascimento do Dependente Mais Novo		76%-100%	76%-100%



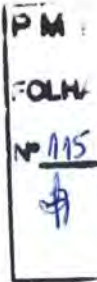
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Grupo	Descrição	Consistência da Base Cadastral	Compleitude da Base Cadastral
Aposentado	Valor do Benefício	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Condição do Aposentado (válido ou inválido)	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Tempo de Contribuição para o RPPS	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Tempo de Contribuição para outros Regimes	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Valor Mensal da Compensação Previdenciária	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Número de Dependentes	76%-100%	76%-100%
Pensão	Identificação do Pensão	76%-100%	76%-100%
Pensão	Número de Pensionistas	76%-100%	76%-100%
Pensão	Sexo do Pensionista Principal	76%-100%	76%-100%
Pensão	Data de Nascimento	76%-100%	76%-100%
Pensão	Valor do Benefício	76%-100%	76%-100%
Pensão	Condição do Pensionista (válido ou inválido)	76%-100%	76%-100%
Pensão	Duração do Benefício (vitalício ou temporário)	76%-100%	76%-100%

Tratamento da Base Cadastral

Grupo	Descrição	Inconsistências Encontradas	Adoção da Premissa	Quantidade de Registros	Descrição de Premissa Utilizada
Ativo	Identificação do Segurado Ativo	Nenhuma			
Ativo	Sexo	Nenhuma			
Ativo	Estado Civil	Nenhuma			
Ativo	Data de Nascimento	Nenhuma			
Ativo	Data de Ingresso no ENTE	Nenhuma			
Ativo	Identificação do Cargo Atual	Nenhuma			
Ativo	Base de Cálculo (Remuneração de Contribuição)	Nenhuma			
Ativo	Tempo de Contribuição para o RGPS	Não Foi informado para essa Reavaliação Atuarial, o TEMPO ANTERIOR DE CONTRIBUIÇÃO AO RPPS de 16% dos Servidores Ativos	X	65	Os Servidores ativos que não possuem Tempo Anterior de Contribuição ao RPPS, consideramos uma idade mínima de ingresso no mercado de trabalho aos 25 anos.
Ativo	Tempo de Contribuição para Outros RPPS	Não Foi informado para essa Reavaliação Atuarial, o TEMPO ANTERIOR DE CONTRIBUIÇÃO AO RPPS de 16% dos Servidores Ativos	X	65	Os Servidores ativos que não possuem Tempo Anterior de Contribuição ao RPPS, consideramos uma idade mínima de ingresso no mercado de trabalho aos 25 anos.





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA					
Grupo	Descrição	Inconsistências Encontradas	Adoção de Premissa	Quantidade de Registros	Descrição de Premissa Utilizada
Ativo	Data de Nascimento do Cônjuge	Nenhuma			
Ativo	Número de Dependentes	Nenhuma			
Aposentado	Identificação do Aposentado	Nenhuma			
Aposentado	Sexo	Nenhuma			
Aposentado	Estado Civil	Nenhuma			
Aposentado	Data de Nascimento	Nenhuma			
Aposentado	Data de Nascimento do Cônjuge	Nenhuma			
Aposentado	Data de Nascimento do Dependente Mais Novo	Nenhuma			
Aposentado	Valor do Benefício	Nenhuma			
Aposentado	Condição do Aposentado (válido ou inválido)	Nenhuma			
Aposentado	Tempo de Contribuição para o RPPS	Nenhuma			
Aposentado	Tempo de Contribuição para outros Regimes	Nenhuma			
Aposentado	Valor Mensal da Compensação Previdenciária	Nenhuma			
Aposentado	Número de Dependentes	Nenhuma			
Pensão	Identificação do Pensão	Nenhuma			
Pensão	Número de Pensionistas	Nenhuma			
Pensão	Sexo do Pensionista Principal	Nenhuma			
Pensão	Data de Nascimento	Nenhuma			
Pensão	Valor do Benefício	Nenhuma			
Pensão	Condição do Pensionista (válido ou inválido)	Nenhuma			
Pensão	Duração do Benefício (vitalício ou temporário)	Nenhuma			

P M T
FOLHA
v. 116
47



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Civil >> Previdenciário >> Base Técnica

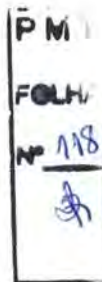
Regimes e Métodos de Financiamento		Regime Financeiro e Método de Financiamento	Descrição do Método de Financiamento
Benefícios do Plano			
Aposentadoria Por Invalidez Permanente		REGIME FINANCEIRO DE REPARTIÇÃO DE CAPITALS DE COBERTURA	
Aposentadorias Programadas (Por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória)		REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO - CRÉDITO UNITÁRIO PROJETADO	
Aposentadoria Especial - Professor - Educação Infantil e Ensino Fund. e Médio		REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO - CRÉDITO UNITÁRIO PROJETADO	
Pensão Por Morte de Servidor em Atividade		REGIME FINANCEIRO DE REPARTIÇÃO DE CAPITALS DE COBERTURA	
Pensão Por Morte de Aposentado Voluntário ou Compulsório		REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO - CRÉDITO UNITÁRIO PROJETADO	
Pensão Por Morte de Aposentado por Invalidez		REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO - CRÉDITO UNITÁRIO PROJETADO	
Hipóteses Atuais			
Hipóteses Demográficas, Econômicas e Financeiras			Hipóteses
Projeção da Taxa de Juros Real para o Exercício		UNITÁRIA	5,44
Projeção de Crescimento Real do Salário		PERCENTUAL	1,00
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano		PERCENTUAL	0,30
Critério para Projeção do Valor dos Proventos Calculados pela Média		TEXTO	Média Ponderada da taxa de reajuste e os Benefícios, separados por classe de Atividade
Projeção da Taxa de Inflação de Longo Prazo		PERCENTUAL	0,00
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios		PERCENTUAL	100,00
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Salários		PERCENTUAL	100,00
Projeção da Taxa de Rotatividade		TEXTO	0,32
Critérios da Projeção de Novos Entrantes		TEXTO	Não utilizamos a hipótese de novos entrantes
Projeção de Novos Entrantes para o Exercício - Quantidade de saídas por morte		QUANTIDADE	2
Projeção de Novos Entrantes para o Exercício - Quantidade de saídas por aposentadoria		QUANTIDADE	17
Projeção de Novos Entrantes para o Exercício - Quantidade de saídas por desligamento		QUANTIDADE	1
Projeção de Novos Entrantes para o Exercício - Quantidade de saídas por desligamento		QUANTIDADE	0
Projeção de Novos Entrantes - Quantidade de entradas		QUANTIDADE	
Composição Familiar - Servidores em atividade		TEXTO	Conforme a realidade da Massa de Servidores

P M
FOLHA
117
B



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA			
Hipóteses Demográficas, Econômicas e Financeiras			
	Unidade	Hipóteses	
Probabilidade de Casados, se adotada premissa	TEXTO	NÃO	
Diferença da idade entre titular masculino e cônjuge feminino, se adotada premissa	TEXTO		5
Diferença da idade entre titular feminino e cônjuge masculino, se adotada premissa	TEXTO		5
Composição Familiar - Aposentados	TEXTO	Conforme a realidade da Massa de Servidores	
Probabilidade de Casados, se adotada premissa	TEXTO	NÃO	
Diferença da idade entre titular masculino e cônjuge feminino, se adotada premissa	TEXTO		5
Diferença da idade entre titular feminino e cônjuge masculino, se adotada premissa	TEXTO		5
Hipótese Adotada para Entrada em Aposentadoria	TEXTO		25
Outras Hipóteses Adotadas	TEXTO		
Hipóteses Biométricas			
Tipo Tábua	Tábua da População Masculina		Tábua da População Feminina
Tábua de Mortalidade de Válido - Fase Laborativa	Outras		Outras
Tábua de Mortalidade de Válido - Fase Pós Laborativa	Outras		Outras
Tábua de Mortalidade de Inválido	Outras		Outras
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas		Álvaro Vindas
Tábua de Morbidez	Samuel Dumas		Samuel Dumas
Outras Tábuas utilizadas			
Descrição da Hipótese de Novos Entrantes:			
Justificativa da Adoção de Hipóteses			
Hipóteses Demográficas, Econômicas e Financeiras			

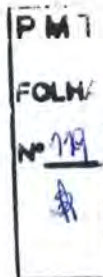




MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSP
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

	Unidade	Valor previsto no DRAA de 2018	Valor ocorrido em 2018	Valor previsto no DRAA de 2019	Valor ocorrido em 2019	Valor previsto no DRAA de 2020	Valor ocorrido em 2020	Perspectiva de Longo prazo	Justificativa Técnica para Eventuais Discrepâncias em Relação à Hipótese Adotada
Projeção da Taxa de Juros Real para o Exercício	PERCENTUAL	6,00	6,19	6,00	7,97	5,88	0,84		
Projeção de Crescimento Real do Salário	PERCENTUAL	1,00	0,00	1,05	1,41	1,08	1,21		
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	PERCENTUAL	0,95	1,83	1,00	0,16	1,00	0,95		
Critério para Projeção do Valor dos Proventos Calculados pela Média	TEXTO	Utilizamos uma média ponderada, separando por classes de reajustes	Utilizamos uma média ponderada, separando por classes de reajustes	Utilizamos uma média ponderada, separando por classes de reajustes	Utilizamos uma média ponderada, separando por classes de reajustes	Utilizamos uma média ponderada, separando por classes de reajustes	Utilizamos uma média ponderada, separando por classes de reajustes		Utilizamos uma média ponderada, separando por classes de reajustes
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios	PERCENTUAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00		Não consideramos para não gerarmos distorções
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Salários	PERCENTUAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00		Não consideramos para não gerarmos distorções
Projeção da Taxa de Rotatividade	TEXTO	3	4	4	7,39	4,33	7,99		
Critérios da Projeção de Novos Entrantes	TEXTO	0	0	0	0	0	0		Não utilizamos Novos Entrantes nos Cálculos anteriores
Projeção de Novos Entrantes para o Exercício - Quantidade de saídas por morte	QUANTIDADE	1	0	1	1	2	1		Não utilizamos Novos Entrantes nos Cálculos anteriores
Projeção de Novos Entrantes para o Exercício - Quantidade de saídas por aposentadoria	QUANTIDADE	19	3	18	0	24	0		Não utilizamos Novos Entrantes nos Cálculos anteriores
Projeção de Novos Entrantes para o Exercício - Quantidade de saídas por desligamento	QUANTIDADE	3	15	4	32	4	33		Não utilizamos Novos Entrantes nos Cálculos anteriores
Projeção de Novos Entrantes - Quantidade de entradas	QUANTIDADE	0	0	0	0	0	0		Não utilizamos Novos Entrantes nos Cálculos anteriores





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA								
Hipóteses Biométricas								
	População	Número de eventos previstos pela tábua utilizada no DRAA de 2018	Número de eventos ocorridos em 2018	Número de eventos previstos pela tábua utilizada no DRAA de 2019	Número de eventos ocorridos em 2019	Número de eventos previstos pela tábua utilizada no DRAA de 2020	Número de eventos ocorridos em 2020	Justificativa Técnica para Eventuais Discrepâncias em Relação a Hipótese Adotada
Tábua de Mortalidade de Válido - Fase Laborativa	Masculino	0.00	0.00	0.00	1.00	1.00	1.00	
Tábua de Mortalidade de Válido - Fase Laborativa	Feminino	1.00	0.00	0.00	0.00	1.00	0.00	
Tábua de Mortalidade de Válido - Fase Pós Laborativa	Masculino	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
Tábua de Mortalidade de Válido - Fase Pós Laborativa	Feminino	0.00	0.00	0.00	0.00	1.00	0.00	
Tábua de Mortalidade de Inválido	Masculino	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
Tábua de Mortalidade de Inválido	Feminino	1.00	0.00	0.00	1.00	1.00	0.00	
Tábua de Entrada em Invalidez	Masculino	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	1.00	
Tábua de Entrada em Invalidez	Feminino	0.00	1.00	0.00	0.00	1.00	0.00	
Tábua de Morbidez	Masculino	0.00	9.00	0.00	5.00	0.00	0.00	
Tábua de Morbidez	Feminino	0.00	22.00	0.00	22.00	0.00	0.00	
Outras Tábuas utilizadas	Masculino	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
Outras Tábuas utilizadas	Feminino	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	

PM
FOLH
Nº 120
02/08/2021 11:12:41



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Civil >> Previdenciário >> Resultados

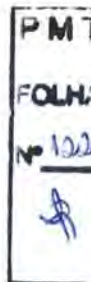
Valores dos Compromissos	Descrição	Geração Atual	Gerações Futuras
Valor Atual dos Salários Futuros		R\$ 180.744.937,56	R\$ 0,00
ATIVOS GARANTIDORES DOS COMPROMISSOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS		R\$ 36.758.316,79	
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS		R\$ 34.321.160,30	
Aplicações em Segmento de Renda Variável - RPPS		R\$ 2.415.877,63	
Aplicações em Segmento Imobiliário - RPPS		R\$ 0,00	
Aplicações em Enquadramento - RPPS		R\$ 0,00	
Títulos e Valores não Sujeitos ao Enquadramento - RPPS		R\$ 0,00	
Demaís Bens, direitos e ativos		R\$ 21.278,86	
PROVISÃO MATEMÁTICA DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS		R\$ 20.375.507,61	
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS - ENCARGOS DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS		R\$ 20.903.865,06	
Benefícios Concedidos - Encargos - Aposentadorias Programadas		R\$ 6.797.758,55	
Benefícios Concedidos - Encargos - Aposentadorias Especiais de Professores		R\$ 9.399.248,02	
Benefícios Concedidos - Encargos - Outras Aposentadorias Especiais		R\$ 0,00	
Benefícios Concedidos - Encargos - Aposentadorias por Invalidez		R\$ 3.601.025,10	
Benefícios Concedidos - Encargos - Pensões Por Morte		R\$ 1.105.633,39	
Benefícios Concedidos - Encargos - Compensação Previdenciária a Pagar		R\$ 0,00	
VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS E COMPENSAÇÕES A RECEBER - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS		R\$ 528.157,45	
Benefícios Concedidos - Contribuições Futuras dos Aposentados		R\$ 69.242,62	
Benefícios Concedidos - Contribuições Futuras dos Pensionistas		R\$ 0,00	
Benefícios Concedidos - Compensação Previdenciária a Receber		R\$ 458.914,83	R\$ 0,00
PROVISÃO MATEMÁTICA DOS BENEFÍCIOS A CONCEDER :		R\$ 34.168.179,01	R\$ 0,00
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS - ENCARGOS DE BENEFÍCIOS A CONCEDER:		R\$ 124.164.101,92	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Aposentadorias Programadas		R\$ 71.823.036,69	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Aposentadorias Especiais de Professores		R\$ 38.326.230,48	R\$ 0,00



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Descrição	Geração Atual	Gerações Futuras
Benefícios a Conceder - Encargos - Outras Aposentadorias Especiais	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Aposentadorias por Invalidez	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Pensões Por Morte de Servidores em Atividade	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Pensões Por Morte de Aposentados	R\$ 14.014.834,75	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Outros Benefícios e Auxílios	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Compensação Previdenciária a Pagar	R\$ 0,00	R\$ 0,00
VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS E COMPENSAÇÕES A RECEBER - BENEFÍCIOS A CONCEDER:	R\$ 89.995.922,91	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras do Ente	R\$ 42.403.361,95	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras dos Segurados Ativos	R\$ 36.413.295,95	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras dos Aposentados	R\$ 194.847,15	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras dos Pensionistas	R\$ 11.756,68	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Compensação Previdenciária a Receber	R\$ 10.972.661,18	R\$ 0,00
PROVISÃO MATEMÁTICA PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS ASSEGURADA POR LEI:	R\$ 31.901.404,70	R\$ 0,00
Valor Atual do Plano de Amortização do Déficit Atuarial estabelecido em lei	R\$ 31.901.404,70	R\$ 0,00
Valor Atual dos Parcelamentos de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00	
RESULTADO ATUARIAL		
Déficit Atuarial		
Equilíbrio Atuarial		
Superávit Atuarial	R\$ 14.116.034,87	
DESTINAÇÃO DO RESULTADO		
Provisão de Contingências (até 25% dos Compromissos)	R\$ 0,00	
Provisão para revisão do plano de custeio (acima 25% dos Compromissos)	R\$ 0,00	
FUNDOS CONSTITUÍDOS		
Fundo Garantidor de Pensão de Servidor Estruturada em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	R\$ 0,00	
Fundo Garantidor de Aposentadoria por Invalidez de Servidor Estruturada em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	R\$ 0,00	
Fundo Garantidor de Benefícios Estruturados em Regime de Repartição Simples	R\$ 0,00	
Fundo de Oscilação de Riscos dos Benefícios Estruturados em Regime de Capitalização	R\$ 0,00	

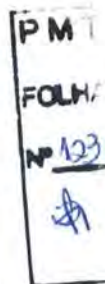




MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Descrição	Geração Atual	Gerações Futuras
Fundo de Oscilação de Riscos dos Benefícios Estruturados em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	R\$ 0,00	
Fundo de Oscilação de Riscos dos Benefícios Estruturados em Regime de Repartição Simples	R\$ 0,00	
Fundo Administrativo	R\$ 0,00	
RECEITAS E DESPESAS ESTIMADAS PARA O EXERCÍCIO	R\$ 6.221.127,04	
Total de Receitas Estimadas para o Exercício	R\$ 3.154.207,90	
Total de Despesas Estimadas para o Exercício		
RESULTADO FINANCEIRO ESTIMADO PARA O EXERCÍCIO		
Déficit Financeiro		
Equilíbrio Financeiro		
Superávit Financeiro	R\$ 3.066.919,14	
Custo Normal		
Base de Contribuição	Valor Mensal - Estatísticas da População Coberta	Valor Anual
Total das Remunerações de Contribuição dos Servidores Ativos	R\$ 1.305.833,55	R\$ 16.975.834,72
Total:	R\$ 1.305.833,55	R\$ 16.975.834,72
Valor Atual dos Salários Futuros - VASF: R\$ 180.744.937,56		
Custo Normal dos Benefícios - Regime de Capitalização		
Benefícios	Custo Anual Previsto (R\$)	% sobre Base de Contribuição
Aposentadorias Programadas (Por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória)	R\$ 2.651.793,95	15,62
Aposentadoria Especial - Professor - Educação Infantil e Ensino Fund. e Médio	R\$ 1.400.062,43	8,25
Pensão Por Morte de Aposentado Voluntário ou Compulsório	R\$ 392.858,44	2,31
Pensão Por Morte de Aposentado por Invalidez	R\$ 59.295,34	0,35





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA							
Benefícios				Custo Anual Previsto (R\$)		% sobre Base de Contribuição	
Total:				R\$ 4.504.010,16		26,53	
Custo Normal dos Benefícios - Regime de Cobertura							
Benefícios				Custo Anual Previsto (R\$)		% sobre Base de Contribuição	
Aposentadoria Por Invalidez Permanente				R\$ 139.421,49		0,82	
Pensão Por Morte de Servidor em Atividade				R\$ 371.087,72		2,19	
Total:				R\$ 510.509,21		3,01	
Custo Normal dos Benefícios - Regime de Repartição Simples							
Benefícios		Valor Pago em 2018	Valor Pago em 2019	Valor Pago em 2020	Valor Mínimo para 2021	Valor Previsto para 2021	% sobre Base de Contribuição
Total:		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00
Custo Normal Total							
				Custo Anual Previsto (R\$)		% sobre Base de Contribuição	
Benefícios em Regime de Capitalização				R\$ 4.504.010,16		26,53	
Benefícios em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura				R\$ 510.509,21		3,01	
Benefícios em Regime de Repartição Simples				R\$ 0,00		0,00	
Total				R\$ 5.014.519,37		29,54	

Observações:





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA			
Custo Suplementar			
Forma de Amortização e Apuração do Déficit Atuarial e Amortizar			
Forma Amortização:	Por Aliquota		
Forma de Pagamento:	Postecipados		
		Contas Recuperadas da Demonstração do Resultado Atuarial	Geração Atual (R\$)
ATIVOS GARANTIDORES DOS COMPROMISSOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS			R\$ 38.758.316,79
PROVISÃO MATEMÁTICA DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS			R\$ 20.375.507,61
PROVISÃO MATEMÁTICA DOS BENEFÍCIOS A CONCEDER :			R\$ 34.168.179,01
Valor Atual dos Parcelamentos de Débitos Previdenciários			R\$ 0,00

Valor Atual do Bens, Direitos e Demais Ativos a serem incorporados no Exercício Atual: R\$ 0,00
Déficit Atuarial a Amortizar: -R\$ 17.785.369,83

PM
FOLH.
Nº 125
02/08/2021 11:12:41



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Tipo de LDA:		Constante definida no art 8º:	Valor calculado na avaliação atuarial:	Valor limite do déficit atuarial:
Observações:				
Prazo de Amortização				
Prazo Remanescente Calculado (anos):		27	Prazo Informado (anos):	35
Justificativa:		O plano de Amortização com alíquotas crescentes foi repactuado conforme permite o artigo 81 da Portaria MF 464/2018, Portaria ME 14.816/2020, e nas novas condições estabelecidas, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência (Instrução Normativa SPREV nº 007/2018).		
Base Cálculo Contribuição Suplementar				
		Composição da Base de Cálculo		Valor Anual Inicial (R\$)
Servidores		Total das Remunerações de Contribuição dos Servidores Ativos		R\$ 1.305.833,44
Aposentados		Total das Parcelas dos Proventos de Aposentadoria que Superem o Limite Máximo do RGPS		R\$ 563,68
Pensionistas		Total das Parcelas das Pensões Por Morte que Superem o Limite Máximo do RGPS		R\$ 0,00
Outros		Total das Remunerações dos Segurados Ativos, Aposentados e Pensionistas do Exercício Anterior		R\$ 1.803.811,78

PM
FOLH
Nº 126
02/08/2021 11:12:41

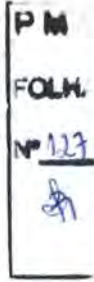


MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSP
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Descrição dos critérios adotados para evolução da folha de pagamento:
 A taxa real de crescimento da remuneração ao longo dos anos será de 1,00%.

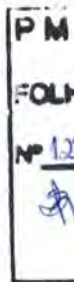
Plano de Amortização										
n	Ano	Taxa de Juros (%)	Aportes (R\$)	Aliquotas (%)	Base Cálculo (R\$)	Saldo Inicial (R\$)	(-) Pagamentos (R\$)	Saldo Final (R\$)	Composição do Pagamento	
									(-) Juros (R\$)	(-) Amortização (R\$)
1	2021	5,44		4,30	R\$ 16.975.834,72	R\$ 17.785.369,83	-R\$ 729.960,89	R\$ 18.022.933,06	-R\$ 967.524,12	R\$ 237.563,23
2	2022	5,44		4,30	R\$ 17.145.593,07	R\$ 18.022.933,06	-R\$ 737.260,50	R\$ 18.266.120,12	-R\$ 980.447,56	R\$ 243.187,06
3	2023	5,44		4,30	R\$ 17.317.049,00	R\$ 18.266.120,12	-R\$ 744.633,11	R\$ 18.515.163,94	-R\$ 993.676,93	R\$ 249.043,82
4	2024	5,44		5,82	R\$ 17.490.219,49	R\$ 18.515.163,94	-R\$ 1.017.930,77	R\$ 18.504.458,09	-R\$ 1.007.224,92	-R\$ 10.705,85
5	2025	5,44		5,85	R\$ 17.665.121,68	R\$ 18.504.458,09	-R\$ 1.033.409,62	R\$ 18.477.690,99	-R\$ 1.006.642,52	-R\$ 26.767,10
6	2026	5,44		5,89	R\$ 17.841.772,90	R\$ 18.477.690,99	-R\$ 1.050.880,42	R\$ 18.431.996,96	-R\$ 1.005.186,39	-R\$ 45.694,03
7	2027	5,44		5,93	R\$ 18.020.190,63	R\$ 18.431.996,96	-R\$ 1.068.597,30	R\$ 18.366.100,29	-R\$ 1.002.700,63	-R\$ 65.896,67
8	2028	5,44		5,97	R\$ 18.200.392,53	R\$ 18.366.100,29	-R\$ 1.086.563,43	R\$ 18.278.652,72	-R\$ 999.115,86	-R\$ 87.447,57
9	2029	5,44		6,00	R\$ 18.382.396,46	R\$ 18.278.652,72	-R\$ 1.102.943,79	R\$ 18.170.067,64	-R\$ 994.358,71	-R\$ 108.585,08
10	2030	5,44		6,04	R\$ 18.566.220,42	R\$ 18.170.067,64	-R\$ 1.121.399,71	R\$ 18.037.119,61	-R\$ 988.451,68	-R\$ 132.948,03
11	2031	5,44		6,08	R\$ 18.751.882,63	R\$ 18.037.119,61	-R\$ 1.140.114,46	R\$ 17.878.224,46	-R\$ 981.219,31	-R\$ 158.895,15
12	2032	5,44		6,12	R\$ 18.939.401,46	R\$ 17.878.224,46	-R\$ 1.159.091,37	R\$ 17.691.708,50	-R\$ 972.575,41	-R\$ 186.515,96
13	2033	5,44		6,16	R\$ 19.128.795,47	R\$ 17.691.708,50	-R\$ 1.178.333,80	R\$ 17.475.803,64	-R\$ 962.428,94	-R\$ 215.904,86
14	2034	5,44		6,20	R\$ 19.320.083,42	R\$ 17.475.803,64	-R\$ 1.197.845,17	R\$ 17.228.642,19	-R\$ 950.683,72	-R\$ 247.161,45





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA										
n	Ano	Taxa de Juros (%)	Aportes (R\$)	Aliquotas (%)	Base Cálculo (R\$)	Saldo Inicial (R\$)	(-) Pagamentos (R\$)	Saldo Final (R\$)	Composição do Pagamento	
									(-) Juros (R\$)	(-) Amortização (R\$)
15	2035	5,44		6,24	R\$ 19.513.284,26	R\$ 17.228.642,19	-R\$ 1.217.628,94	R\$ 16.948.251,39	-R\$ 937.238,14	-R\$ 280.390,80
16	2036	5,44		6,28	R\$ 19.708.417,10	R\$ 16.948.251,39	-R\$ 1.237.686,59	R\$ 16.632.547,68	-R\$ 921.984,88	-R\$ 315.703,71
17	2037	5,44		6,32	R\$ 19.905.501,27	R\$ 16.632.547,68	-R\$ 1.258.027,68	R\$ 16.279.330,59	-R\$ 904.810,59	-R\$ 353.217,09
18	2038	5,44		6,36	R\$ 20.104.556,29	R\$ 16.279.330,59	-R\$ 1.278.649,78	R\$ 15.886.276,39	-R\$ 885.595,58	-R\$ 393.054,20
19	2039	5,44		6,40	R\$ 20.305.601,85	R\$ 15.886.276,39	-R\$ 1.299.559,52	R\$ 15.450.931,31	-R\$ 864.213,44	-R\$ 435.345,08
20	2040	5,44		6,44	R\$ 20.508.657,87	R\$ 15.450.931,31	-R\$ 1.320.757,57	R\$ 14.970.704,40	-R\$ 840.530,66	-R\$ 480.226,91
21	2041	5,44		6,48	R\$ 20.713.744,45	R\$ 14.970.704,40	-R\$ 1.342.250,64	R\$ 14.442.860,08	-R\$ 814.406,32	-R\$ 527.844,32
22	2042	5,44		6,52	R\$ 20.920.881,89	R\$ 14.442.860,08	-R\$ 1.364.041,50	R\$ 13.864.510,17	-R\$ 785.691,59	-R\$ 578.349,91
23	2043	5,44		6,57	R\$ 21.130.090,71	R\$ 13.864.510,17	-R\$ 1.388.246,96	R\$ 13.230.492,56	-R\$ 754.229,35	-R\$ 634.017,61
24	2044	5,44		6,61	R\$ 21.341.391,82	R\$ 13.230.492,56	-R\$ 1.410.665,99	R\$ 12.539.565,37	-R\$ 719.738,80	-R\$ 690.927,19
25	2045	5,44		6,65	R\$ 21.554.805,53	R\$ 12.539.565,37	-R\$ 1.433.394,57	R\$ 11.788.323,16	-R\$ 682.152,36	-R\$ 751.242,21
26	2046	5,44		6,69	R\$ 21.770.353,59	R\$ 11.788.323,16	-R\$ 1.456.436,66	R\$ 10.973.171,28	-R\$ 641.284,78	-R\$ 815.151,88
27	2047	5,44		6,74	R\$ 21.988.057,12	R\$ 10.973.171,28	-R\$ 1.481.995,05	R\$ 10.088.116,75	-R\$ 596.940,52	-R\$ 885.054,53
28	2048	5,44		6,78	R\$ 22.207.937,69	R\$ 10.088.116,75	-R\$ 1.505.696,18	R\$ 9.131.212,12	-R\$ 548.783,55	-R\$ 956.904,63
29	2049	5,44		6,82	R\$ 22.430.017,07	R\$ 9.131.212,12	-R\$ 1.528.727,16	R\$ 8.098.222,90	-R\$ 496.737,94	-R\$ 1.032.989,22
30	2050	5,44		6,87	R\$ 22.654.317,24	R\$ 8.098.222,90	-R\$ 1.556.351,59	R\$ 6.982.414,64	-R\$ 440.543,33	-R\$ 1.115.808,26
31	2051	5,44		6,91	R\$ 22.880.860,41	R\$ 6.982.414,64	-R\$ 1.581.067,45	R\$ 5.781.190,55	-R\$ 379.843,36	-R\$ 1.201.224,09
32	2052	5,44		6,95	R\$ 23.109.669,02	R\$ 5.781.190,55	-R\$ 1.606.122,00	R\$ 4.489.565,32	-R\$ 314.496,77	-R\$ 1.291.625,23
33	2053	5,44		7,00	R\$ 23.340.765,71	R\$ 4.489.565,32	-R\$ 1.633.853,60	R\$ 3.089.944,07	-R\$ 244.232,35	-R\$ 1.389.621,25
34	2054	5,44		7,04	R\$ 23.574.173,37	R\$ 3.089.944,07	-R\$ 1.659.621,81	R\$ 1.608.959,22	-R\$ 168.636,86	-R\$ 1.490.984,85





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA										
n	Ano	Taxa de Juros (%)	Aportes (R\$)	Aliquotas (%)	Base Cálculo (R\$)	Saldo Inicial (R\$)	(-) Pagamentos (R\$)	Saldo Final (R\$)	Composição do Pagamento	
									(-) Juros (R\$)	(-) Amortização (R\$)
35	2055	5,44		7,09	R\$ 23.809.915,10	R\$ 1.608.959,22	-R\$ 1.688.122,98	R\$ 8.363,62	-R\$ 87.527,38	-R\$ 1.600.595,60
Observação Sistema:										
Observações:										
Custo com a Administração do Plano										



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Limite da Norma Geral		
Valor Total das Remunerações dos Segurados Ativos em 2020:	R\$ 21.780.362,15	
Valor Total dos Proventos de Aposentadorias em 2020:	R\$ 1.548.507,59	
Valor Total das Pensões por Morte em 2020:	R\$ 120.683,38	
Total:	R\$ 23.449.553,10	
Limite de Gastos com despesas Administrativas para 2021 (R\$):	R\$ 468.991,06	
Limite Estabelecido pelo Ente em Lei		
Alíquota		Aporte
Taxa de Administração definida pelo Ente em Lei (%):	2,00	Valor do aporte anual para custeio das despesas administrativas estabelecido pelo Ente mediante Lei:
Base de Cálculo Anual da Taxa de Administração (R\$):	R\$ 16.975.834,72	R\$ 0,00
Limite de Gastos com despesas administrativas para 2021 (R\$):	R\$ 339.516,69	
Custo Previsto para 2021		
Alíquota		
Valor Previsto das despesas administrativas para 2021:	R\$ 339.516,69	
Base de Cálculo Anual da Taxa de Administração para 2020(R\$):	R\$ 16.975.834,72	
Taxa de Administração para 2021(%):	2,00	

PMT
FOLW
Nº 130
JH



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSP
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Plano de Custeio a Constar em Lei		Situação Atual				Situação Definida na Avaliação Atuarial	
Contribuição Normal e Taxa de Administração		Aliquota (%)		Contribuição Esperada Atual		Aliquota Definida na Avaliação Atuarial (%)	Contribuição Esperada Definida
Valor Anual da Base de Cálculo (R\$)							
Ente Federativo	R\$ 16.975.834,72	16,30		R\$ 2.767.061,06		16,30	R\$ 2.767.061,06
Taxa de Administração	R\$ 16.975.834,72	2,00		R\$ 339.516,69		2,00	R\$ 339.516,69
Aporte Anual para Custeio das Despesas Administrativas				R\$ 0,00			
Ente Federativo - Total	R\$ 33.951.669,44	18,30		R\$ 3.106.577,75		18,30	R\$ 3.106.577,75
Segurados Ativos	R\$ 16.975.834,72	14,00		R\$ 2.376.616,86		14,00	R\$ 2.376.616,86
Aposentados	R\$ 563,68	14,00		R\$ 78,92		14,00	R\$ 78,92
Pensionistas	R\$ 0,00	14,00		R\$ 0,00		14,00	R\$ 0,00
Total							

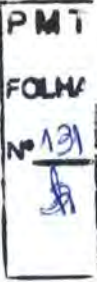
Observação:

Novo Plano de Amortização a Constar em Lei

Sim

Plano de Equacionamento do Déficit Atuarial previsto em Lei será revisado:
Justificativa: O plano de Amortização com aliquotas crescentes foi repactuado conforme permite o artigo 81 da Portaria MF 464/2018, Portaria ME 14.818/2020, e nas novas condições estabelecidas, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência (Instrução Normativa SPREV nº 007/2018).

Comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias Projetadas e Executadas





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSP
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Descrição	Geração Atual		
	Projetado para 2020	Executado em 2020	Diferença
Base de Cálculo da Contribuição Normal	R\$ 16.518.973,41	R\$ 16.745.241,14	-R\$ 226.267,73
Benefícios Concedidos - Contribuições dos Aposentados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios Concedidos - Contribuições dos Pensionistas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios Concedidos - Compensação Previdenciária a Receber	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Contribuições do Ente	R\$ 3.645.927,74	R\$ 3.684.028,47	-R\$ 38.098,73
Benefícios a Conceder - Contribuições dos Segurados Ativos	R\$ 2.199.893,03	R\$ 2.226.685,42	-R\$ 26.802,39
Benefícios a Conceder - Contribuições dos Aposentados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Contribuições dos Pensionistas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Compensação Previdenciária a Receber	R\$ 45.713,48	R\$ 46.270,41	-R\$ 556,93
Plano de Amortização do Déficit Atuarial estabelecido em lei	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Parcelamentos de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outras Receitas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL DAS RECEITAS COM CONTRIBUIÇÕES E COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	R\$ 5.891.524,25	R\$ 5.956.982,30	-R\$ 65.458,05
Benefícios Concedidos - Encargos - Aposentadorias Programadas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios Concedidos - Encargos - Aposentadorias Especiais de Professores	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios Concedidos - Encargos - Outras Aposentadorias Especiais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios Concedidos - Encargos - Aposentadorias por Invalidez	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios Concedidos - Encargos - Pensões Por Morte	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios Concedidos - Encargos - Compensação Previdenciária a Pagar	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Descrição	Geração Atual		
	Projetado para 2020	Executado em 2020	Diferença
Benefícios a Conceder - Encargos - Aposentadorias Programadas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Aposentadorias Especiais de Professores	R\$ 29.169,18	R\$ 29.489,18	-R\$ 320,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Outras Aposentadorias Especiais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Aposentadorias por Invalidez	R\$ 15.240,55	R\$ 15.418,51	-R\$ 177,96
Benefícios a Conceder - Encargos - Pensões Por Morte de Servidores em Atividade	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Pensões Por Morte de Aposentados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Outros Benefícios e Auxílios	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Compensação Previdenciária a Pagar	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outras Despesas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM BENEFÍCIOS DO PLANO	R\$ 44.409,73	R\$ 44.907,69	-R\$ 497,96
INSUFICIÊNCIA OU EXCEDENTE FINANCEIRO	R\$ 5.847.114,52	R\$ 5.912.074,61	-R\$ 64.960,09
RENTABILIDADE ESPERADA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Rentabilidade dos Ativos que compõem os Recursos Garantidores	R\$ 1.824.980,31	R\$ 2.910.753,81	-R\$ 1.085.773,50
Comparativo de Informações das Últimas Avaliações Atuariais			
Descrição	2021	2020	2019
BASE NORMATIVA			
PLANO DE CUSTEIO VIGENTE			
Contribuição Normal - Ente Federativo	238967,52	227630,67	177277,04
BASE CADASTRAL			
ESTATÍSTICAS DA POPULAÇÃO COBERTA			





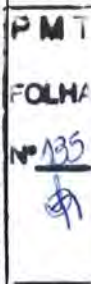
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA				
Comparativo de Informações das Últimas Avaliações Atuariais				
Descrição	2021	2020	2019	
Quantidade de Segurados Ativos	413.00	433.00		350.00
Quantidade de Aposentados	42.00	36.00		32.00
Quantidade de Pensionistas	7.00	7.00		6.00
Média da Base de Cálculo dos Segurados Ativos	3161.82	2875.23		2767.79
Média do Valor do Benefício dos Aposentados	3127.81	2728.72		2486.66
Média do Valor do Benefícios dos Pensionistas	1271.75	1271.21		1178.41
Idade Média dos Segurados Ativos	41.32	40.13		41.24
Idade Média dos Aposentados	63.07	63.17		62.28
Idade Média dos Pensionistas	40.86	39.86		44.00
Idade Média Projetada Para Aposentadoria	59.24	57.16		59.57
BASE TÉCNICA				
REGIMES E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO				
Método de Financiamento Adotado	CAP - PUC	CAP - PUC		CAP - PUC
RESULTADOS				
VALORES DOS COMPROMISSOS				
Ativos Garantidores dos Compromissos do Plano de Benefícios	36758316.79	31037080.14		25381795.75
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Benefícios Concedidos	20903665.06	16039168.43		12431265.26
Valor Atual das Contribuições Futuras - Benefícios Concedidos	69262.62	35702.49		63321.52
Reserva Matemática dos Benefícios Concedidos	20972907.88	16003465.94		12367043.74
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Benefícios a Conceder	124164101.92	113987914.74		77045404.81



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA				
Comparativo de Informações das Últimas Avaliações Atuariais				
Descrição	2021	2020	2019	
Valor Atual das Contribuições Futuras - Benefícios a Conceder	78610054.07	50891443.33	29892660.12	
Reserva Matemática dos Benefícios a Conceder	45554047.85	63106471.41	47052744.69	
Valor Atual da Compensação Financeira a Receber	11431576.01	3939182.49	2575630.46	
Valor Atual da Compensação Financeira a Pagar	0.00	64668.05	42857.30	
Resultado Atuarial	114716848.33	44198342.77	31508119.52	
CUSTO NORMAL				
CUSTO ANUAL PREVISTO (% SOBRE BASE DE CONTRIBUIÇÃO)				
Benefícios em Regime de Capitalização (%)	26.53	23.80	18.91	
Benefícios em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura (%)	3.01	3.50	3.40	
Benefícios em Regime de Repartição Simples (%)	0.00	0.00	4.98	
ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL DEFINIDAS				
Ente Federativo - Contribuição Normal	18.30	18.30	18.30	
Taxa de Administração	2.76	2.00	2.00	
Parecer Atuarial				
Temas	Parecer			
Perspectivas de alteração futura no perfil e na composição da massa de segurados	Conforme as últimas Avaliações Atuariais, o Instituto Previdenciário vem apresentando uma elevação no número de Servidores Ativos. Nesse caso, acreditamos que não teremos novos concursos nos próximos 3 anos.			
Adequação da base de dados utilizada e respectivos impactos em relação aos resultados apurados	Consideramos o conteúdo da Base de Dados fornecida pelo Instituto Previdenciário excelente para a realização do Cálculo Atuarial, conforme exigência do art. 38 da Portaria MF 464/2018. Foi informado os dados completos e consistentes dos			
Análise dos regimes financeiros e métodos atuariais adotados e perspectivas futuras de comportamento dos custos e dos compromissos do Plano de Benefícios	Os regimes financeiros adotados, seguem a risco o mínimo aplicável pela Portaria MF 464/2018, descritos na guia "Regimes e			
Adequação das hipóteses utilizadas às características da massa de segurados e de seus dependentes e análises de sensibilidade para os resultados	A Tábua Biométrica utilizada foi segregada por sexo, sendo a IBGE 2019 - Masculino e IBGE 2019 - Feminino. Como não possuímos tábuas de mortalidade separadas por região, não existe a possibilidade de um teste de aderência. No intuito de ser			
Metodologia utilizada para a determinação do valor da compensação previdenciária a receber e impactos nos resultados	A compensação previdenciária a receber foi calculado sobre as informações do TEMPO ANTERIOR DE CONTRIBUIÇÃO, de 0% da massa de Servidores Ativos. Os demais Servidores que não foram informando o TEMPO ANTERIOR DE CONTRIBUIÇÃO, utilizamos			





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA	
Temas	Parecer
Composição e características dos ativos garantidores do plano de benefícios	Os Ativos garantidores foram registrados na Tabela - Resultados - Valores dos Compromissos deste DRAA. Ressaltamos que, referente ao Montante de R\$ 36.758.316,79, 100% são de ativos líquidos. Nesse caso, o Instituto Previdenciário não possui risco
Variação dos Compromissos do Plano (VABF e VACF)	Com relação as Reservas Matemáticas de Benefícios a Conceder, tivemos uma elevação de 88,4%. Essa elevação decorre da alteração do número de Servidores Ativos, da média salarial e da idade média dos Servidores Ativos. Com relação as Reservas
Resultado da avaliação atuarial e situação financeira e atuarial do RPPS	Os Resultados da Avaliação indicam um Desequilíbrio Atuarial (Déficit de Equilíbrio) no valor de R\$ (17.785.369,84). Entretanto,
Plano de custeio a ser implementado e medidas para manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial	A manutenção do plano será uma alíquota de Custo Mensal de 36,60%, equivalente a 32,30% de Custo Normal, já incluída a taxa de administração e 04,30% de Custo Suplementar Equacionado sobre a folha Salarial dos Servidores Ativos conforme descrito no
Parecer sobre a análise comparativa dos resultados das três últimas avaliações atuariais	Analisando as últimas Avaliações Atuariais, nota-se um aumento das alíquotas de manutenção do plano, devido aumento das
Identificação dos principais riscos do plano de benefícios	Os principais riscos que podem alterar o cenário do Equilíbrio Financeiro e Atuarial do plano para o ano seguinte são: A quantidade pequena de informação do TEMPO ANTERIOR DE CONTRIBUIÇÃO ANTERIOR, o que nos obriga a padronizar uma

PMT

FOLHA

Nº 136

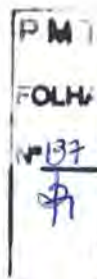
02/08/2021 11:12:41



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

CNPJ 04.963.339/0001-44



ITEM 08:

8. LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.

8.1 Ausência de elaboração do Demonstrativo de Viabilidade Orçamentária, Financeira e Fiscal para o ente federativo, inclusive dos impactos nos limites de gastos impostos pela Lei Complementar nº 101/2000, referente ao Plano de Amortização do Déficit Atuarial aprovado pela Lei nº 125/2018.



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

CNPJ 04.963.339/0001-44

PM
FOLH
nº 138
A

8. LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.

8.1 Descrição dos fatos constatados. Ausência de elaboração do Demonstrativo de Viabilidade Orçamentária, Financeira e Fiscal para o ente federativo, inclusive dos impactos nos limites de gastos impostos pela Lei Complementar nº 101/2000, referente ao Plano de Amortização do Déficit Atuarial aprovado pela Lei nº 125/2018.

Com relação ao apontamento supracitado, informamos que compreendemos o ensejo do Tribunal de Contas em dar ênfase a elaboração do Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio, afim de apurar as condições do Ente Federativo em honrar com as obrigações previdenciárias. No entanto, como o próprio processo 499315/2021 informa, a utilização do formato exigido pela Portaria MF 464/2019 e Instrução Normativa nº 10/2018, foi prorrogado pela Portaria ME 18.084/2020.

Quanto a obrigatoriedade da elaboração do Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio, a Instrução Normativa 10/2018 informa através do artigo 2º § 2º que o prazo de envio e sua periodicidade dependerá do Porte e Perfil Atuarial do RPPS.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10 - § 2º A periodicidade e os prazos de envio do Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio à Secretaria de Previdência serão diferenciados por porte e risco atuarial do RPPS de que tratam o § 2º do art. 2º e o art. 77 da Portaria MF nº 464, de 2018.

O artigo 6º, I § 1º da Instrução Normativa 10/2018 enfatiza que o Demonstrativo **deverá ser enviado no prazo de envio do DRAA e sua periodicidade de atualização dependerá do Perfil Atuarial definido no ISP**. De acordo com a publicação do ISP/2020, o Perfil Atuarial do TAPURAH-PREVI é II, sendo sua elaboração e envio obrigatório no exercício de 2022.

Antes da implantação da Portaria MF 464/2018, o RPPS vem elaborando Estudos de Viabilidade Econômica, Financeira e Orçamentária, que analisa a capacidade do Ente Federativo honrar com suas obrigações previdenciárias. Este Estudo inclusive, separa o Ente Federativo entre Poderes, para verificação dos Limites de Despesa Total com Pessoal, imposto pela Lei 101/2000. Este Estudo segue anexo a essa defesa.



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

CNPJ 04.963.339/0001-44

Desta forma, diante de todo exposto requer seja declarada sanado o apontamento elaborado pela equipe técnica do TCE/MT, devido não existir irregularidade quanto a elaboração do Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio, pois será elaborado conforme formato exigido e enviado no prazo determinado pela Portaria MF 464/2018 e Instrução Normativa nº 10/2018.


Solange Aparecida Alves de Souza
CPF 571.296.901-78
Diretora Executiva
Tapurah-Previ
Matricula 2300



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso
Coordenadoria de Expediente - Gerência de Protocolo
Fones: (65) 3613 7574 / 3613 7572 / 3613 7573



Nº. Protocolo 578150 D

Ano 2021

CUIABÁ-MT, 04/08/2021

Procedência: 00110154118 MARCOS WOICICHOSKI

Principal 1126523 PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

Assunto: DOCUMENTACAO

Palavra Chave: DOCUMENTACAO

Secundário: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH
IRALDO EBERTZ

Descrição: ENCAMINHA DEFESA REFERENTE AO PROCESOS NR. 499315/2021

SENHOR ORDENADOR,

OS DOCUMENTOS FORAM APRESENTADOS DE ACORDO COM AS REGRAS ESTABELECIDAS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2015 E NO MANUAL DE ORIENTAÇÃO DA REMESSA DE DOCUMENTOS AO TCE/MT ABAIXO INDICADAS, ESTANDO APTOS A SEREM PROTOCOLADOS.

REQUISITOS OBRIGATÓRIOS:

- FOLHAS NUMERADAS
- FOLHAS RUBRICADAS
- ENCAMINHADO INDICE, COM INDICACAO DA PAGINA EM QUE SE ENCONTRA CADA DOCUMENTO.
- OFICIO DE ENCAMINHAMENTO CONTENDO INDICACAO PRECISA DO ASSUNTO OU PROCESSO A QUE SE REFEREM OS DOCUMENTOS.
- OFICIO DE ENCAMINHAMENTO CONTENDO INDICACAO DO CPF, RG E ENDEREÇO DO ORDENADOR DA DESPESA.

Relator AUDITOR SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO EM SUBSTITUIÇÃO LUIZ CARLOS AZEVEDO C

Procurador

TERMO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS

Aos 06 dias do mês de AGOSTO do ano de 2021, às 08:27:05, por ordem do Exmo. Sr. Relator, Conselheiro LUIZ CARLOS PEREIRA, procedi a juntada aos autos deste processo - nº 499315 - 2021, de fl(s) 304 a(s) 445, tendo como interessado principal o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH, que trata do(a) DOCUMENTACAO, do(s) documento(s) protocolizado(s) sob o numero 576611 - 2021, o(s) qual(is) passa(m) a constituir os presentes autos. Com este fim e para constar, eu, MARIA JOSE DE PAULA CORREA, lavrei o presente termo, que vai por mim assinado.

MARIA JOSE DE PAULA CORREA
(Servidor responsável)



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

GABINETE DO AUDITOR SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO EM SUBSTITUIÇÃO
LUIZ CARLOS PEREIRA
Telefone: (65) : 65 3613-2983 / 7167
e-mail: gab.luizcarlos@tce.mt.gov.br

PROCESSO N.º:	57.661-1/2021
ASSUNTO:	DOCUMENTAÇÃO
PRINCIPAL:	PREFEITURA MUNICIPAL TAPURAH
RESPONSÁVEL:	SOLANGE APARECIDA ALVES DE SOUZA – Diretora Executiva
RELATOR:	AUDITOR SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO EM SUBSTITUIÇÃO LUIZ CARLOS PEREIRA

DESPACHO

Trata-se de Documentação apresentada pelo Sr. Solange Aparecida Alves de Souza, Diretora Executiva do RPPS de Tapurah, consistente em manifestação de defesa nos autos das Contas Anuais de Governo Municipal (RPPS) n.º 49.931-5/2021.

Encaminhe-se a presente Documentação à Gerência de Controle de Processos Diligenciados para que promova a sua juntada ao aludido processo.

Após a juntada, remetam-se os autos à Secex de Previdência.

Gabinete do Relator, Cuiabá–MT, em 04 de agosto de 2021.

LUIZ CARLOS PEREIRA¹

Auditor Substituto de Conselheiro em Substituição
(Portaria 015/2020, DOC TCE/MT de 19/02/2020)

¹ Documento assinado por assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal n.º 11.419/2006





Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

CNPJ 04.963.339/0001-44

PROCESSO 49.931-5/2021

TRIBUNAL DE CONTAS DE MATO GROSSO

ASSUNTO: Contas Anuais de Governo (PREVIDÊNCIA MUNICIPAL)

PRINCIPAL: Prefeitura Municipal de Tapurah

RELATOR: Conselheiro Interino Luiz Carlos Pereira

RESPONSÁVEL: Iraldo Ebertz - Prefeito

TAPURAH – MATO GROSSO

UG: 1114362



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

CNPJ 04.963.339/0001-44

SUMÁRIO

Ofício de Encaminhamento	03
Apresentação da Diretora da UG	04
Do Relatório Técnico	05 a 06
Da Defesa	
Item 01	07 a 13
Item 02	14 a 22
Item 03	23 a 54
Item 04	55 a 65
Item 05	66 a 136
Item 06	23 a 54
Item 07	23 a 54
Item 08	137 a 139



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

CNPJ 04.963.339/0001-44

Ofício T.P N° 041/2020

Tapurah-MT, 30 de julho 2.021.

Código de Cadastro/TCE: 1114362

Processo: 49.931-5/2021

Assunto: Contas Anuais de Governo (Previdência Municipal)

Principal: Prefeitura Municipal de Tapurah

Gestor: Iraldo Ebertz - Prefeito


Relator: Conselheiro Interino Luiz Carlos Pereira

Senhor Conselheiro Interino,

Eu, Solange Aparecida Alves de Souza, CPF. 571.296.901-78, Diretora Executiva do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT – CNPJ 04.963.339/0001-44, venho perante a Vossa Excelência encaminhar a Defesa referente ao Processo de nº 49.931-5/2021, Ofício 489/2021/GCI/LCP, de 14 de julho de 2021, recebido pelo Malote Digital na data de 15/07/2021.

Sendo o que tínhamos para o momento, colocamo-nos a disposição para esclarecer quaisquer dúvidas que se façam necessárias.

Respeitosamente.


SOLANGE APARECIDA ALVES DE SOUZA
CPF 571.296.901-78
Diretora Executiva – Tapurah-Previ
Matrícula 2300
Portaria 019/2021/GP/PMT

Exmº. Srº.:

Luiz Carlos Pereira

Conselheiro Interino

Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

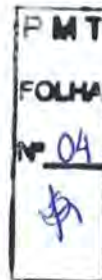
Cuiabá-MT



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

CNPJ 04.963.339/0001-44



Processo n.º N.º 49.931-5/2021 - TCE

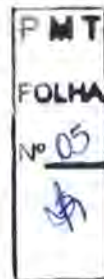
SOLANGE APARECIDA ALVES DE SOUZA, brasileira, casada, Diretora Executiva do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah, portadora da Cédula de Identidade n.º 0.803.777-9/SSP/MT e inscrita no CPF sob o n.º 571.296-901-78, residente e domiciliada na Rua dos Cedros nº 707, Bairro Cristo Rei, neste Município, vem, com o devido acatamento e respeito, perante a augusta presença de Vossa Excelência apresentar a Defesa sobre os pontos constantes no processo citado.



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

CNPJ 04.963.339/0001-44



Do Relatório:

1. DA 05. Gestão Fiscal/Financeira_Gravíssima_05. Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária do empregador à instituição de previdência (arts. 40 e 195, I, da Constituição Federal).

1.1 Conforme informações extraídas do Sistema APLIC, por meio de Declaração de Veracidade e módulo: informações mensais>RPPS> Consulta de contribuições, foi constatada a ausência de recolhimento da contribuição patronal da Prefeitura Municipal, no período de abr e dez de 2020, no valor de R\$ 227.279,59.

2. DA 07. Gestão Fiscal/Financeira_Gravíssima_07. Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária descontadas dos segurados à instituição devida (arts. 40, 149, § 1º e 195, II, da Constituição Federal; art. 168- A do Decreto-Lei nº 2.848/1940).

2.1 Conforme informações expressas em declaração de veracidade, enviada por meio do Sistema APLIC, foi constatado ausência de repasse de contribuições dos segurados da Prefeitura Municipal, correspondente à competência de abr. e dez/20, no valor de R\$ 348.280,57.

3. LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.

3.1 Desequilíbrio na cobertura das reservas matemáticas, pela falta de um adequado planejamento previdenciário que promova a captação de ativos/recursos suficientes para a melhoria gradativa do alcance do equilíbrio atuarial.

4. LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.

4.1 Ausência de lei específica do ente federativo para implementação do plano de equacionamento do déficit atuarial.

5. CB 02. Contabilidade_Grave_02. Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando na inconsistência dos demonstrativos contábeis (art. 83 a 106, da Lei nº 4.320/1964 ou Lei nº 6.404/1976).

5.1 Inconsistência no Balanço Patrimonial, pelo registro das provisões matemáticas previdenciárias calculadas com data focal em 31/12/2019, quando deveria utilizar como base a data-focal de 31/12/2020.

6. LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.

6.1 O Plano de Amortizado do Déficit Atuarial, homologado pelo Decreto nº 286/2019, não atenderá aos critérios normativos de efetividade descritos no art. 54 da Portaria MF 464/2018, regulamentado pelo art. 9º da Instrução Normativa 07 e pela Portaria ME nº 14816/2020, relativamente à amortização a ser realizada no(s) exercício(s) de 2022, 2023 e 2024, sendo necessária a ser modificação, para fins de amortização do déficit atuarial, de acordo com a proporção estabelecida pelos normativos.

7. LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.

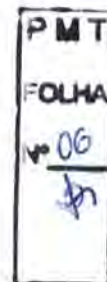
7.1 Impossibilidade de certificação de que as alíquotas suplementares propostas pelo Plano de Amortização garantem os recursos econômicos



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

CNPJ 04.963.339/0001-44



suficientes para amortizar o déficit atuarial, durante todo o plano de custeio, bem como, no tocante ao limite de gastos com pessoal do Poder Executivo imposto pela Lei Complementar nº 101/2020.

8. LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.

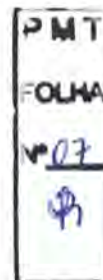
8.1 Ausência de elaboração do Demonstrativo de Viabilidade Orçamentária, Financeira e Fiscal para o ente federativo, inclusive dos impactos nos limites de gastos impostos pela Lei Complementar nº 101/2000, referente ao Plano de Amortização do Déficit Atuarial aprovado pela Lei nº 125/2018.



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

CNPJ 04.963.339/0001-44



Da Defesa:

ITEM 01:

1. DA 05. Gestão Fiscal/Financeira_Gravíssima_05. Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária do empregador à instituição de previdência (arts. 40 e 195, I, da Constituição Federal).

1.1 Conforme informações extraídas do Sistema APLIC, por meio de Declaração de Veracidade e módulo: informações mensais>RPPS> Consulta de contribuições, foi constatada a ausência de recolhimento da contribuição patronal da Prefeitura Municipal, no período de abr e dez de 2020, no valor de R\$ 227.279,59.



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

E-mail: tapurahprevi@hotmail.com; previdencia@tapurah.mt.gov.br

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE TAPURAH-PREVI

RPPS: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em atendimento às exigências de envio de documentos/informações ao Sistema APLIC, atesto a veracidade das informações encaminhadas nas tabelas RPPS_CONTRIB_PREVID_DEVIDO e RPPS_CONTRIB_PREVID_PAGO, as quais demonstram a seguinte situação de contribuição previdenciárias de órgãos vinculados ao RPPS no exercício de Abril de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS						
Comp.	Segurado Patronal Déficit Atuarial	Valor Devido Ref. abril/2020	Valor Pago Ref. março/2020	Data dos Pagamentos	Multas e Juros Devidos	Multas e Juros Pagos
Março	Segurado	R\$ 174.489,69	R\$ 139.258,38	22/04/2020	-	-
	Patronal	R\$ 230.241,57	R\$ 231.679,44	22/04/2020	-	-
	Déficit Atuarial	R\$ 46.551,57	R\$ 46.842,29	22/04/2020	-	-
	Total	R\$ 451.282,83	R\$ 417.780,11			
						Saldo Devedor R\$

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPURAH – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS						
Comp.	Segurado Patronal Déficit Atuarial	Valor Devido Ref. abril/2020	Valor Pago Ref. abril/2020	Data dos Pagamentos	Multas e Juros Devidos	Multas e Juros Pagos
Abril	Segurado	R\$ 4.175,00	R\$ 4.175,00	28/04/2020	-	-
	Patronal	R\$ 5.457,35	R\$ 5.457,35	28/04/2020	-	-
	Déficit Atuarial	R\$ 1.103,39	R\$ 1.103,39	28/04/2020	-	-
	Total	R\$ 10.735,74	R\$ 10.735,74		-	-
						Saldo Devedor R\$

Solange Aparecida Alves de Souza

CPF 571.296.901-78

Diretora Executiva

Tapurah-Previ

Matrícula 2300



20/05/2020

<https://aapj.bb.com.br/apf-apj-web/index.html?v=2.16.6>



Emissão de comprovantes

G3382009141780931
20/05/2020 09:18:50

15/05/2020 - BANCO DO BRASIL - 14:51:26
400904009 SEGUNDA VIA 0005

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: PMT INSS PREVIDENCIA
AGENCIA: 4009-6 CONTA: 9.386-6

=====

DATA DA TRANSFERENCIA	15/05/2020
NR. DOCUMENTO	554.009.000.023.000
VALOR TOTAL	451.282,63

***** TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: T. PREVI RESERVA BENEF
AGENCIA: 4009-6 CONTA: 23.000-6

NR. DOCUMENTO 554.009.000.009.386

=====

NR.AUTENTICACAO	7.A4D.D6D.C0D.EEA.515
-----------------	-----------------------



Transação efetuada com sucesso por: JB527838 IRALDO EBERTZ.



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH MT

TAPURAH - MT, AVENIDA RIO DE JANEIRO, Nº 125, CENTRO

Data: Terça-feira, 5 de Maio de 2020

PM
FOLHA
Nº 10

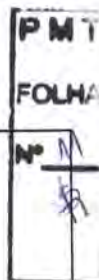
RESUMO DA FOLHA DE PAGAMENTO - 04/2020

CÓD TCE	EMPENHO	EVENTOS	BASE PRÓPRIA	BASE GERAL	VALOR	LCT.	
99	SIM	1	SALARIO MENSAL	950.816,30	0,00	950.816,30	367
99	SIM	2	VENCIMENTO MENSAL	33.002,85	0,00	61.212,33	11
20	SIM	12	INSALUBRIDADE 20%	0,00	0,00	14.372,20	71
20	SIM	13	INSALUBRIDADE 40%	0,00	0,00	4.180,00	10
22	SIM	15	ADICIONAL NOTURNO VALOR	0,00	0,00	301,70	1
21	SIM	16	ATS	75.918,83	0,00	75.918,83	339
99	SIM	17	SALDO DE SALARIO	1.034,09	0,00	1.034,09	1
25	SIM	21	PERICULOSIDADE	0,00	0,00	5.141,55	9
19	SIM	22	HORA EXTRA 50%	0,00	0,00	24.807,51	60
19	SIM	24	HORAS EXTRAS 100%	0,00	0,00	9.695,25	18
24	SIM	26	13º PROPORCIONAL	890,05	0,00	890,05	2
99	SIM	74	SUBSIDIO	5.061,52	0,00	10.268,68	1
23	SIM	75	FERIAS NORMAIS	52.640,97	0,00	65.907,93	30
23	SIM	77	1/3 DE FÉRIAS	0,00	0,00	21.969,21	30
23	SIM	80	FERIAS MÊS SEGUINTE	0,00	0,00	22.181,01	17
23	SIM	81	1/3 FERIAS MÊS SEGUINTE	0,00	0,00	7.393,60	17
23		83	FERIAS PAGA MÊS ANTERIOR	54.966,43	0,00	63.596,71	68
23	SIM	96	FÉRIAS PROPORCIONAIS RESCISÃO	0,00	0,00	2.023,84	2
23	SIM	99	1/3 FERIAS PROPORCIONAIS RESCISÃO	0,00	0,00	674,62	2
99	SIM	109	DIFERENCA SALARIO NAO RECEBIDO	0,00	0,00	3.175,72	11
22	SIM	255	ADICIONAL NOTURNO HORA NAO RECEBIDO	0,00	0,00	477,40	1
99	SIM	265	DESLOCAMENTO ACS	0,00	0,00	944,01	8
99	SIM	266	DESLOCAMENTO INFERIOR 250 KM	0,00	0,00	938,00	7
99	SIM	269	DESLOCAMENTO TECNICO ENFERMAGEM	0,00	0,00	1.153,08	3
99	SIM	279	ESTORNO DE FALTA EM DIAS	91,14	0,00	91,14	1
48	SIM	297	FUNCAO GRATIFICADA PROPORCIONAL	0,00	0,00	1.926,28	7
99	SIM	299	GRATIFICACAO COORD UNIDADE ESCOLAR	0,00	0,00	8.198,40	9
99	SIM	303	GRATIFICACAO COORDENADOR MUNICIPAL	0,00	0,00	3.249,46	3
99	SIM	308	GRATIFICACAO DIRECAO ESCOLAR	0,00	0,00	4.279,31	4
99	SIM	312	GRATIFICACAO SECRETARIO ESCOLAR	0,00	0,00	878,21	2
30	SIM	316	AULAS EXCEDENTES	0,00	0,00	1.082,37	1
29	SIM	331	PLANTAO ENFER. E FARMAC. 06 HS SEG A SEX	0,00	0,00	794,40	2
29	SIM	332	PLANTAO ENFER. E FARMAC. 12 HS SEG A SEX	0,00	0,00	1.986,00	3
29	SIM	339	PLANTAO TEC.ENF.RAD.LAB. 06 HS SEG A SEXTA	0,00	0,00	3.669,12	11
29	SIM	340	PLANTAO TEC.ENF.RAD.LAB. 12 HS SEGUNDA A SEXTA	0,00	0,00	1.397,76	6
99	SIM	369	VERBA LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	5.371,70	17
99	SIM	413	GRATIFICACAO INCENTIVO ACS	0,00	0,00	2.542,08	23
29	SIM	440	PLANTAO ENF/FAR 12 HS SAB DOM FER	0,00	0,00	2.124,48	3
99	SIM	465	GRAT. INCENTIVO ACS NÃO RECEBIDO	0,00	0,00	206,49	1
60	SIM	483	LICENÇA PRÊMIO	32.511,66	0,00	32.511,66	13
23		505	1/3 FERIAS PAGA MÊS ANTERIOR	0,00	0,00	21.198,66	68
19	SIM	510	HORA EXTRA 50% NÃO RECEBIDO	0,00	0,00	595,79	2
99	SIM	515	GRATIFICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	0,00	0,00	8.105,91	9
99	SIM	516	GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO A PRODUT. E COORDENAÇÃO	0,00	0,00	4.211,88	4
29	SIM	519	PLANTAO ENFER. E FARMAC. 06HS SÁB. E DOM.	0,00	0,00	796,68	2

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH MT**

TAPURAH - MT, AVENIDA RIO DE JANEIRO, Nº 125, CENTRO

Data: Terça-feira, 5 de Maio de 2020

**RESUMO DA FOLHA DE PAGAMENTO - 04/2020**

29	SIM	525	PLANTAO TEC.ENF.RAD.LAB. 06 HS SAB E DOM	0,00	0,00	3.587,94	14
29	SIM	526	PLANTAO TEC/ENF/RAD/LAB. 12 HS SAB E DOM	0,00	0,00	2.083,32	6
22	SIM	552	ADICIONAL NOTURNO HORA	0,00	0,00	7.432,04	30
29	SIM	554	PLANTAO MOTORISTA VEICULOS LEVES 6HS SEG A SEX	0,00	0,00	507,78	5
29	SIM	556	PLANTAO MOTORISTA VEICULOS LEVES 6HS SAB/DOM/FER	0,00	0,00	192,84	2
29	SIM	558	PLANTAO MOTORISTA VEICULOS LEVES 12HS SEG A SEX	0,00	0,00	1.740,96	5
29	SIM	560	PLANTAO MOTORISTA VEICULOS LEVES 12HS SAB/DOM/FER	0,00	0,00	385,68	2
29	SIM	564	PLANTAO AGENTE SERV. GERAIS 6HS SAB/DOM/FER	0,00	0,00	490,32	2
29	SIM	566	PLANTAO AGENTE SERV. GERAIS 12HS SEG A SEX	0,00	0,00	122,40	1
29	SIM	574	PLANTAO OPERADOR MAQ PES II 6HS SAB/DOM/FER	0,00	0,00	1.802,70	2
29	SIM	578	PLANTAO OPERADOR MAQ PES III 6HS SAB/DOM/FER	0,00	0,00	4.536,24	5
29	SIM	582	PLANTAO MOT VEIC PESADOS 6HS SAB/DOM/FER	0,00	0,00	2.470,00	7
29	SIM	588	PLANTAO MECANICO 12HS SAB/DOM/FER	0,00	0,00	380,73	1
29	SIM	595	PLANTAO AGENTE SER. PUBLICOS 6HS SAB/DOM/FER	0,00	0,00	1.023,32	3
29	SIM	599	PLANTAO VIGIA 6HS SEG A SEX	0,00	0,00	1.112,82	2
29	SIM	601	PLANTAO VIGIA 6HS SAB/DOM/FER	0,00	0,00	1.151,98	2
29	SIM	603	PLANTAO VIGIA 12HS SEG A SEX	0,00	0,00	122,40	1
30	SIM	607	GRI - GRATIFICAÇÃO DE REGIME INTEGRAL	0,00	0,00	3.532,51	2
99	SIM	640	COMPLEMENTO DE SALARIO	128,32	0,00	128,32	1
53	SIM	644	INCENTIVO PELAS ATIVIDADES DESEMPENHADAS	0,00	0,00	5.460,00	7
48	SIM	649	COORDENAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	1.866,44	1
48	SIM	655	GESTOR DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	0,00	0,00	764,66	1
48	SIM	658	PRESIDENTE DE COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE	0,00	0,00	500,00	1
48	SIM	659	PRESIDENTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00	0,00	500,00	1
48	SIM	660	PRESIDENTE DE COMISSÃO PERMANENTE DE H.S.O.S.C (CHA	0,00	0,00	500,00	1
48	SIM	661	PRESIDENTE DE COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	0,00	0,00	500,00	1
48	SIM	662	MEMBRO DE COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DES	0,00	0,00	600,00	2
48	SIM	663	MEMBRO DE COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00	0,00	600,00	2
48	SIM	664	MEMBRO DE COMISSÃO PERMANENTE DE H.S.O.S.C (CHAMAM	0,00	0,00	600,00	2
48	SIM	665	MEMBRO DE COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	0,00	0,00	600,00	2
48	SIM	666	PREGOEIRO	0,00	0,00	500,00	1
48	SIM	669	GRI - GRATIFICAÇÃO DE REGIME INTEGRAL PROPORCIONAL	0,00	0,00	782,06	2
02	SIM	675	LICENÇA MATERNIDADE	1.719,84	0,00	1.719,84	1
04	SIM	676	LICENÇA SAÚDE	51.764,12	0,00	51.764,12	19
01	SIM	677	SALÁRIO FAMÍLIA	0,00	0,00	486,20	8
TOTAL:				1.260.546,12	0,00	1.554.839,02	

CÓD TCE	EMPENHO	DESCONTOS	BASE PRÓPRIA	BASE GERAL	VALOR	LCT.
08	44	PENSAO ALIMENTICIA	0,00	0,00	1.786,95	5
10	55	PREVIDENCIA 13º PROPORCIONAL	0,00	0,00	124,60	2
10	56	PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	0,00	0,00	160.949,45	400
06	58	IRRF	0,00	0,00	67.045,95	267
10	91	PREVIDENCIA SOBRE FERIAS	0,00	0,00	7.369,59	30
06	92	IRRF SOBRE FERIAS	0,00	0,00	3.844,56	15
09	398	SINDTAP	0,00	0,00	2.916,09	99

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH MT**

TAPURAH - MT, AVENIDA RIO DE JANEIRO, Nº 125, CENTRO

Data: Terça-feira, 5 de Maio de 2020

**RESUMO DA FOLHA DE PAGAMENTO - 04/2020**

98	SIM	417	FALTA EM HORA/ATRASO/SAÍDA ANTECIPADA	475,41	0,00	475,41	4
98	SIM	418	FALTA EM DIA	954,44	0,00	954,44	5
98		430	CONSIGNADO BANCO DO BRASIL	0,00	0,00	56.475,73	112
98		431	CONSIGNADO BANCO DO BRASIL	0,00	0,00	9.850,13	33
98		432	CONSIGNADO BANCO DO BRASIL	0,00	0,00	934,43	7
98		433	CONSIGNADO CAIXA ECONOMICA	0,00	0,00	43.110,70	110
98		434	CONSIGNADO CAIXA ECONOMICA	0,00	0,00	11.551,14	40
98		435	CONSIGNADO CAIXA ECONOMICA	0,00	0,00	843,92	5
98		436	CONSIGNADO CAIXA ECONOMICA	0,00	0,00	222,66	2
10		504	PREVIDÊNCIA FERIAS MES ANTERIOR	0,00	0,00	6.046,05	68
98		512	MENSALIDADE UNIMED	0,00	0,00	26.608,55	61
98		513	SERVIÇOS UNIMED	0,00	0,00	5.850,68	28
09		553	SINDACS/MT	0,00	0,00	140,31	10
98		612	DESCONTO AUTORIZADO	0,00	0,00	269,69	2
98		616	CONSIGNADO BRADESCO	0,00	0,00	2.939,96	14
98		617	CONSIGNADO BRADESCO	0,00	0,00	1.093,89	6
98		618	CONSIGNADO BRADESCO	0,00	0,00	705,74	1
98		619	CONSIGNADO BRADESCO	0,00	0,00	608,85	1
98		629	CONSIGNADO BANCO DO BRASIL	0,00	0,00	3.496,67	7
98	SIM	637	VALOR PAGO INDEVIDO	0,00	0,00	445,00	2
98		671	CONSIGNADO CAIXA ECONOMICA	0,00	0,00	351,32	1
98		674	CONSIGNADO BANCO DO BRASIL	0,00	0,00	32,02	1
98		678	DOAÇÃO CAMPANHA COVID-19	0,00	0,00	12.882,37	111
98		679	CONSIGNADO BANCO DO BRASIL	0,00	0,00	480,77	1
08		680	PENSÃO ALIMENTÍCIA - SALÁRIO LIQUIDO	0,00	0,00	839,08	1
10		9006	PREVIDENCIA MÊS SEGUINTE	0,00	0,00	2.281,48	17
98		9008	LIQUIDO DE FERIAS MÊS ANTERIOR	0,00	0,00	78.749,32	68
TOTAL:				1.429,85	0,00	512.277,50	

CÓD TCE EMPENHO NEUTROS

BASE PRÓPRIA

BASE GERAL

VALOR

LCT.

TOTAL:

0,00

0,00

0,00

TOTAL SERVIDORES:	405
PROVENTOS:	1.554.839,02
DESCONTOS:	512.277,50
LÍQUIDO:	1.042.561,52
VALOR EMPENHO:	1.468.168,80



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH MT

TAPURAH - MT, AVENIDA RIO DE JANEIRO, Nº 125, CENTRO

Data: Terça-feira, 5 de Maio de 2020



RESUMO DA FOLHA DE PAGAMENTO - 04/2020

RESUMO DA PREVIDÊNCIA REGIME PRÓPRIO				
		PARÂMETRO	BASE	VALOR
PREVIDÊNCIA PRÓPRIA - VALOR EMPRESA	-	22,00 %	1.258.150,64	276.793,14
TAXA ADM %	-	0,00 %	1.258.150,64	0,00
APORTE	-	0,00 %	1.258.150,64	0,00
DIFERENÇA APURADA	-	0,00 %	1.258.150,64	0,00
TOTAL PATRONAL	-			276.793,14
DEDUÇÕES				
SALÁRIO FAMÍLIA	-			0,00
SALÁRIO MATERNIDADE	-			0,00
OUTRAS DEDUÇÕES	-			0,00
TOTAL	-			0,00
PREVIDÊNCIA RETIDO SERVIDOR	-			174.489,69
PREVIDÊNCIA A RECOLHER(TOTAL PATRONAL - DEDUÇÕES + SERVIDOR)	-			451.282,83

RESUMO DA FOLHA DE PAGAMENTO - 04/2020



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

CNPJ 04.963.339/0001-44



ITEM 02:

2. DA 07. Gestão Fiscal/Financeira_Gravíssima_07. Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária descontadas dos segurados à instituição devida (arts. 40, 149, § 1º e 195, II, da Constituição Federal; art. 168- A do Decreto-Lei nº 2.848/1940).

2.1 Conforme informações expressas em declaração de veracidade, enviada por meio do Sistema APLIC, foi constatado ausência de repasse de contribuições dos segurados da Prefeitura Municipal, correspondente à competência de abr. e dez/20, no valor de R\$ 348.280,57.



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

E-mail: tapurahprevi@hotmail.com; previdencia@tapurah.mt.gov.br

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE TAPURAH-PREVI

RPPS: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em atendimento às exigências de envio de documentos/informações ao Sistema APLIC, atesto a veracidade das informações encaminhadas nas tabelas RPPS_CONTRIB_PREVID_DEVIDO e RPPS_CONTRIB_PREVID_PAGO, as quais demonstram a seguinte situação de contribuição previdenciárias de órgãos vinculados ao RPPS no exercício de Dezembro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS						
Comp.	Segurado Patronal Déficit Atuarial	Valor devido Ref. Novembro/2020	Data dos Pagamentos	Valor Devido Ref. Dezembro/2020	Data dos Pagamentos	Multas e Juros Pagos
Dezembro	Segurado	R\$ 174.406,51	08/12/2020	R\$ 173.874,06	31/12/2020	-
	Patronal	R\$ 227.976,78	08/12/2020	R\$ 227.281,79	31/12/2020	-
	Déficit Atuarial	R\$ 46.093,66	08/12/2020	R\$ 45.953,51	31/12/2020	-
	Total	R\$ 448.476,95		R\$ 447.109,36		-

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPURAH – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS						
Comp.	Segurado Patronal Déficit Atuarial	Valor Devido Ref. Dezembro/2020	Valor Pago Ref. Dezembro/2020	Data dos Pagamentos	Multas e Juros Devidos	Multas e Juros Pagos
Dezembro	Segurado		R\$ 4.135,93	23/12/2020	-	-
	Patronal		R\$ 5.406,29	23/12/2020	-	-
	Déficit Atuarial		R\$ 1.093,07	23/12/2020	-	-
	Total		R\$ 10.635,29		-	-

Solange Aparecida Alves de Souza

CPF 571.296.901-78

Diretora Executiva

Tapurah-Previ

Matricula 2300



20/01/2021

<https://aapj.bb.com.br/apf-apj-web/index.html?v=2.19.1>

30/12/2020 - BANCO DO BRASIL - 15:19:20
400904009 SEGUNDA VIA 0002

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: PMT INSS PREVIDENCIA
AGENCIA: 4009-6 CONTA: 9.386-6

=====

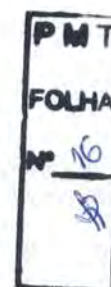
DATA DA TRANSFERENCIA	30/12/2020
NR. DOCUMENTO	554.009.000.023.000
VALOR TOTAL	250.000,00

***** TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: T. PREVI RESERVA BENEF
AGENCIA: 4009-6 CONTA: 23.000-6
NR. DOCUMENTO 554.009.000.009.386

=====

NR.AUTENTICACAO	0.34A.590.B8F.7E2.55A
-----------------	-----------------------



31/12/2020 - BANCO DO BRASIL - 12:47:13
400904009 SEGUNDA VIA 0002
COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: PMT INSS PREVIDENCIA
AGENCIA: 4009-6 CONTA: 9.386-6
=====

DATA DA TRANSFERENCIA	31/12/2020
NR. DOCUMENTO	554.009.000.023.000
VALOR TOTAL	197.109,36

***** TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: T. PREVI RESERVA BENEF	
AGENCIA: 4009-6	CONTA: 23.000-6
NR. DOCUMENTO	554.009.000.009.386

=====

NR. AUTENTICACAO	2.BCC.3F1.0A7.8AF.B66
------------------	-----------------------



Transação efetuada com sucesso por: JE711815 CARLOS A CAPELETTI.

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH MT**

TAPURAH - MT, AVENIDA RIO DE JANEIRO, Nº 125, CENTRO

Segunda-feira, 28 de Dezembro de 2020

**RESUMO DA FOLHA DE PAGAMENTO - 12/2020**

VÍNCULO: 30 - SERVIDOR REGIDO PELO REGIME JURÍDICO ÚNICO (FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL) E MILITAR, VINCULADO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.

CÓD TCE	EMPENHO	EVENTOS	BASE PRÓPRIA	BASE GERAL	VALOR	LCT.	
99	SIM	1	SALARIO MENSAL	901.563,87	0,00	901.563,87	338
99	SIM	2	VENCIMENTO MENSAL	19.271,09	0,00	37.039,21	7
20	SIM	12	INSALUBRIDADE 20%	0,00	0,00	13.703,32	73
20	SIM	13	INSALUBRIDADE 40%	0,00	0,00	3.817,72	10
21	SIM	16	ATS	72.316,21	0,00	72.316,21	325
99	SIM	17	SALDO DE SALARIO	979,10	0,00	979,10	2
25	SIM	21	PERICULOSIDADE	0,00	0,00	4.052,25	8
19	SIM	22	HORA EXTRA 50%	0,00	0,00	22.311,95	51
19	SIM	24	HORAS EXTRAS 100%	0,00	0,00	15.349,34	19
24	SIM	26	13º PROPORCIONAL	3.001,10	0,00	3.001,10	2
99	SIM	74	SUBSIDIO	6.030,44	0,00	13.691,57	2
23	SIM	75	FERIAS NORMAIS	143.151,83	0,00	170.662,57	173
99	SIM	76	ABONO PECUNIARIO	0,00	0,00	12.990,21	6
23	SIM	77	1/3 DE FÉRIAS (RECEBIMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO - 12/2018)	0,00	0,00	56.886,92	173
99	SIM	78	1/3 ABONO PECUNIARIO	0,00	0,00	4.330,05	6
23	SIM	80	FERIAS MÊS SEGUINTE	0,00	0,00	457.155,25	148
23	SIM	81	1/3 FERIAS MÊS SEGUINTE	0,00	0,00	152.384,57	148
23		83	FERIAS PAGA MÊS ANTERIOR	11.590,28	0,00	13.482,44	13
23	SIM	96	FÉRIAS PROPORCIONAIS RESCISÃO	0,00	0,00	1.733,10	2
23	SIM	97	FÉRIAS VENCIDAS RESCISÃO	0,00	0,00	3.135,61	2
23	SIM	99	1/3 FERIAS PROPORCIONAIS RESCISÃO	0,00	0,00	577,70	2
23	SIM	100	1/3 FÉRIAS VENCIDAS RESCISÃO	0,00	0,00	1.045,19	2
99	SIM	109	DIFERENCA SALARIO NAO RECEBIDO	391,62	0,00	391,62	1
99	SIM	260	ATS NAO RECEBIDO	1.285,69	0,00	1.285,69	2
99	SIM	265	DESLOCAMENTO ACS	0,00	0,00	800,00	5
99	SIM	266	DESLOCAMENTO INFERIOR 250 KM	0,00	0,00	938,00	6
99	SIM	267	DESLOCAMENTO NÃO RECEBIDO	0,00	0,00	200,00	1
99	SIM	269	DESLOCAMENTO TECNICO ENFERMAGEM	0,00	0,00	538,10	2
99	SIM	278	ESTORNO DA FALTA (VALOR)	0,00	0,00	189,11	3
99	SIM	279	ESTORNO DE FALTA EM DIAS	103,33	0,00	103,33	1
48	SIM	297	FUNCAO GRATIFICADA PROPORCIONAL	0,00	0,00	458,79	1
99	SIM	299	GRATIFICACAO COORD UNIDADE ESCOLAR	0,00	0,00	8.100,35	9
99	SIM	303	GRATIFICACAO COORDENADOR MUNICIPAL	0,00	0,00	7.063,34	3
99	SIM	312	GRATIFICACAO SECRETARIO ESCOLAR	0,00	0,00	1.189,58	2
30	SIM	316	AULAS EXCEDENTES	0,00	0,00	15.984,73	18
29	SIM	331	PLANTAO ENFER. E FARMAC. 06 HS SEG A SEX	0,00	0,00	794,40	3
29	SIM	332	PLANTAO ENFER. E FARMAC. 12 HS SEG A SEX	0,00	0,00	4.766,40	5
29	SIM	339	PLANTAO TEC.ENF.RAD.LAB. 06 HS SEG A SEXTA	0,00	0,00	4.018,56	11
29	SIM	340	PLANTAO TEC.ENF.RAD.LAB. 12 HS SEGUNDA A SEXTA	0,00	0,00	1.921,92	6
99	SIM	369	VERBA LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	4.069,62	17
99	SIM	413	GRATIFICACAO INCENTIVO ACS	0,00	0,00	2.773,83	15
29	SIM	440	PLANTAO ENF/FAR 12 HS SAB DOM FER	0,00	0,00	2.655,60	3
60	SIM	483	LICENCA PRÊMIO	8.534,72	0,00	8.534,72	4

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH MT**

TAPURAH - MT, AVENIDA RIO DE JANEIRO, Nº 125, CENTRO

Segunda-feira, 28 de Dezembro de 2020

**RESUMO DA FOLHA DE PAGAMENTO - 12/2020**

23	505	1/3 FERIAS PAGA MÊS ANTERIOR	0,00	0,00	4.494,11	13
19 SIM	510	HORA EXTRA 50% NÃO RECEBIDO	0,00	0,00	6.137,78	5
99 SIM	515	GRATIFICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	0,00	0,00	7.705,80	9
99 SIM	516	GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO A PRODUT. E COORDENAÇÃO	0,00	0,00	4.071,18	4
29 SIM	518	PLANTAO ENFER. E FARMC. 06HS SÁB. E DOM.	0,00	0,00	531,12	2
29 SIM	525	PLANTAO TEC.ENF.RAD.LAB. 06 HS SAB E DOM	0,00	0,00	3.587,94	12
29 SIM	526	PLANTAO TEC/ENF/RAD/LAB. 12 HS SAB E DOM	0,00	0,00	1.388,88	5
29 SIM	529	PLANTAO TEC/ENF/RAD/LAB/ 06 HS SAB E DOM NAO RECEBI	0,00	0,00	115,74	1
22 SIM	552	ADICIONAL NOTURNO HORA	0,00	0,00	7.070,06	39
29 SIM	554	PLANTAO MOTORISTA VEICULOS LEVES 6HS SEG A SEX	0,00	0,00	1.088,10	7
29 SIM	556	PLANTAO MOTORISTA VEICULOS LEVES 6HS SAB/DOM/FER	0,00	0,00	482,10	4
29 SIM	558	PLANTAO MOTORISTA VEICULOS LEVES 12HS SEG A SEX	0,00	0,00	4.600,37	12
29 SIM	559	PLANTAO MOT. VEIC. LEVES 12HS SEG A SEX NÃO RECEBIDO	0,00	0,00	303,12	1
29 SIM	560	PLANTAO MOTORISTA VEICULOS LEVES 12HS SAB/DOM/FER	0,00	0,00	1.349,88	3
29 SIM	561	PLANTAO MOT. VEIC. LEVES 12HS SAB/DOM/FER NÃO RECEB	0,00	0,00	385,68	2
29 SIM	562	PLANTAO AGENTE SERV. GERAIS 6HS SEG A SEX	0,00	0,00	795,60	2
29 SIM	564	PLANTAO AGENTE SERV. GERAIS 6HS SAB/DOM/FER	0,00	0,00	81,72	1
29 SIM	572	PLANTAO ENCANADOR 12HS SAB/DOM/FER	0,00	0,00	545,91	1
29 SIM	576	PLANTAO OPERADOR MAQ PES II 12HS SAB/DOM/FER	0,00	0,00	1.337,52	2
29 SIM	580	PLANTAO OPERADOR MAQ PES III 12HS SAB/DOM/FER	0,00	0,00	4.870,11	4
29 SIM	584	PLANTAO MOT VEIC PESADOS 12HS SAB/DOM/FER	0,00	0,00	1.009,46	4
29 SIM	597	PLANTAO AGENTE SER. PUBLICOS 12HS SAB/DOM/FER	0,00	0,00	4.791,36	7
29 SIM	601	PLANTAO VIGIA 6HS SAB/DOM/FER	0,00	0,00	163,44	1
29 SIM	606	PLANTAO VIGIA 12HS SAB/DOM/FER NÃO RECEBIDO	0,00	0,00	163,44	1
30 SIM	607	GRI - GRATIFICAÇÃO DE REGIME INTEGRAL	0,00	0,00	3.532,51	2
56 SIM	620	ABONO PERMANÊNCIA	0,00	0,00	2.255,00	3
99 SIM	631	INCREMENTO MOTORISTA DE ONIBUS	0,00	0,00	299,48	1
48 SIM	632	INCREMENTO PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PROPORCIONA	0,00	0,00	291,69	2
99 SIM	633	INCREMENTO PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	0,00	0,00	2.464,45	10
99	634	INCREMENTO MOTORISTA DE ONIBUS NÃO RECEBIDO	0,00	0,00	848,27	1
53 SIM	644	INCENTIVO PELAS ATIVIDADES DESEMPENHADAS	0,00	0,00	5.460,00	7
48 SIM	645	COORDENAÇÃO DA JUNTA DE SERVIÇO MILITAR, CARTÓRIO	0,00	0,00	371,21	1
48 SIM	649	COORDENAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	1.244,29	1
48 SIM	650	GESTOR DE CONTRATOS VEICULOS LEVES 6HS SAB/DOM/FER	0,00	0,00	930,74	1
48 SIM	652	GESTOR DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	1.054,12	1
48 SIM	654	GESTOR DE DÍVIDA ATIVA E EXECUÇÃO FISCAL	0,00	0,00	1.099,59	1
48 SIM	657	GESTOR DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	0,00	0,00	837,32	1
48 SIM	658	PRESIDENTE DE COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE	0,00	0,00	500,00	1
48 SIM	659	PRESIDENTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00	0,00	500,00	1
48 SIM	660	PRESIDENTE DE COMISSÃO PERMANENTE DE H.S.O.S.C (CHA	0,00	0,00	500,00	1
48 SIM	661	PRESIDENTE DE COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	0,00	0,00	500,00	1
48 SIM	662	MEMBRO DE COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DES	0,00	0,00	600,00	2
48 SIM	663	MEMBRO DE COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00	0,00	600,00	2
48 SIM	664	MEMBRO DE COMISSÃO PERMANENTE DE H.S.O.S.C (CHAMAM	0,00	0,00	600,00	2
48 SIM	665	MEMBRO DE COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	0,00	0,00	600,00	2
48 SIM	666	PREGOEIRO	0,00	0,00	500,00	1

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH MT**

TAPURAH - MT, AVENIDA RIO DE JANEIRO, Nº 125, CENTRO

Segunda-feira, 28 de Dezembro de 2020

PMT
FOLHA
Nº 20
\$

RESUMO DA FOLHA DE PAGAMENTO - 12/2020

48 SIM	668	ALIMENTADOR DO SISTEMA DE CONTROLE DO TRIBUNAL DE	0,00	0,00	333,33	1
02 SIM	675	LICENÇA MATERNIDADE	7.964,20	0,00	7.964,20	3
04 SIM	676	LICENÇA SAÚDE	58.701,78	0,00	58.701,78	22
01 SIM	677	SALÁRIO FAMÍLIA	0,00	0,00	777,92	10
99 SIM	686	GRATIFICAÇÃO DE DIRETOR DE ESCOLA DO CAMPO	0,00	0,00	1.420,69	1
99 SIM	687	GRATIFICAÇÃO DIRETOR DE ESCOLA - ENSINO INFANTIL A F	0,00	0,00	7.678,23	3
99 SIM	688	GRATIFICAÇÃO DIRETOR DE ESCOLA - ENSINO FUNDAMENTA	0,00	0,00	3.247,31	1
99 SIM	691	HORA MENSAL - REPOSIÇÃO	6.623,62	0,00	6.623,62	14
48 SIM	692	CORREGEDOR MUNICIPAL	0,00	0,00	3.000,00	1
99 SIM	9010	LICENÇA ESTUDO	4.250,50	0,00	4.250,50	1
TOTAL:			1.245.759,38	0,00	2.205.643,61	

CÓD TCE	EMPENHO	DESCONTOS	BASE PRÓPRIA	BASE GERAL	VALOR	LCT.
08	44	PENSAO ALIMENTICIA	0,00	0,00	1.525,70	4
10	56	PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	0,00	0,00	152.211,13	374
06	58	IRRF	0,00	0,00	73.528,33	243
10	91	PREVIDENCIA SOBRE FERIAS	0,00	0,00	20.040,34	173
06	92	IRRF SOBRE FERIAS	0,00	0,00	31.752,62	126
14	375	DIARIA S/ PREST. DE CONTA	0,00	0,00	2.102,35	5
09	398	SINDTAP	0,00	0,00	3.207,87	102
98 SIM	417	FALTA EM HORA/ATRASO/SAÍDA ANTECIPADA	417,17	0,00	417,17	5
98 SIM	418	FALTA EM DIA	1.292,19	0,00	1.292,19	3
98	430	CONSIGNADO BANCO DO BRASIL	0,00	0,00	68.039,36	128
98	431	CONSIGNADO BANCO DO BRASIL	0,00	0,00	10.677,98	37
98	432	CONSIGNADO BANCO DO BRASIL	0,00	0,00	1.263,15	6
98	433	CONSIGNADO CAIXA ECONOMICA	0,00	0,00	43.277,16	106
98	434	CONSIGNADO CAIXA ECONOMICA	0,00	0,00	10.821,81	36
98	435	CONSIGNADO CAIXA ECONOMICA	0,00	0,00	1.234,87	6
98	436	CONSIGNADO CAIXA ECONOMICA	0,00	0,00	222,66	2
10	504	PREVIDÊNCIA FERIAS MES ANTERIOR	0,00	0,00	1.622,59	13
98	511	INCLUSÃO UNIMED	0,00	0,00	10,00	1
98	512	MENSALIDADE UNIMED	0,00	0,00	28.289,09	63
09	553	SINDACS/MT	0,00	0,00	101,41	8
98	616	CONSIGNADO BRADESCO	0,00	0,00	2.037,52	10
98	617	CONSIGNADO BRADESCO	0,00	0,00	712,43	4
98	618	CONSIGNADO BRADESCO	0,00	0,00	418,86	1
98	619	CONSIGNADO BRADESCO	0,00	0,00	893,40	2
98	626	CONSIGNADO SICREDI	0,00	0,00	1.198,79	3
98	629	CONSIGNADO BANCO DO BRASIL	0,00	0,00	3.079,42	5
98 SIM	637	VALOR PAGO INDEVIDO	0,00	0,00	1.439,78	2
98	671	CONSIGNADO CAIXA ECONOMICA	0,00	0,00	351,31	1
98	674	CONSIGNADO BANCO DO BRASIL	0,00	0,00	32,02	1
98	679	CONSIGNADO BANCO DO BRASIL	0,00	0,00	480,77	1
08	680	PENSAO ALIMENTICIA - SALÁRIO LIQUIDO	0,00	0,00	717,73	1
98	682	SUSPENSÃO CONVERTIDO EM MULTA 50%	954,47	0,00	954,47	1



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH MT

TAPURAH - MT, AVENIDA RIO DE JANEIRO, Nº 125, CENTRO

Segunda-feira, 28 de Dezembro de 2020



RESUMO DA FOLHA DE PAGAMENTO - 12/2020

98	SIM	5090	ADIANTAMENTO DE 13 SALARIO	0,00	0,00	3.211,25	2
10		9006	PREVIDENCIA MÊS SEGUINTE	0,00	0,00	57.590,71	148
98		9008	LIQUIDO DE FERIAS MÊS ANTERIOR	0,00	0,00	16.353,96	13
TOTAL:				2.663,83	0,00	541.110,20	

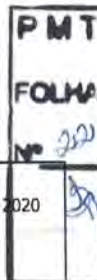
CÓD TCE	EMPENHO	NEUTROS	BASE PRÓPRIA	BASE GERAL	VALOR	LCT.
TOTAL:			0,00	0,00	0,00	

TOTAL SERVIDORES:	550
PROVENTOS:	2.205.643,61
DESCONTOS:	541.110,20
LÍQUIDO:	1.664.533,41
VALOR EMPENHO:	2.180.458,40

**ESTADO DE MATO GROSSO****PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH MT**

TAPURAH - MT, AVENIDA RIO DE JANEIRO, Nº 125, CENTRO

Segunda-feira, 28 de Dezembro de 2020

**RESUMO DA FOLHA DE PAGAMENTO - 12/2020**

VÍNCULO: 30 - SERVIDOR REGIDO PELO REGIME JURÍDICO ÚNICO (FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL) E MILITAR, VINCULADO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.

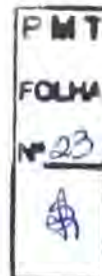
RESUMO DA PREVIDÊNCIA REGIME PRÓPRIO				
		PARÂMETRO	BASE	VALOR
PREVIDÊNCIA PRÓPRIA - VALOR EMPRESA	-	22,00 %	1.241.976,99	273.235,30
TAXA ADM %	-	0,00 %	1.241.976,99	0,00
APORTE	-	0,00 %	1.241.976,99	0,00
DIFERENÇA APURADA	-	0,00 %	1.241.976,99	0,00
TOTAL PATRONAL	-			273.235,30
DEDUÇÕES				
SALÁRIO FAMÍLIA	-			0,00
SALÁRIO MATERNIDADE	-			0,00
OUTRAS DEDUÇÕES	-			0,00
TOTAL	-			0,00
PREVIDÊNCIA RETIDO SERVIDOR	-			173.874,06
PREVIDÊNCIA A RECOLHER(TOTAL PATRONAL - DEDUÇÕES + SERVIDOR)	-			447.109,36



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

CNPJ 04.963.339/0001-44



Itens 3, 6 e 7:

3. LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.

3.1 Desequilíbrio na cobertura das reservas matemáticas, pela falta de um adequado planejamento previdenciário que promova a captação de ativos/recursos suficientes para a melhoria gradativa do alcance do equilíbrio atuarial.

6. LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.

6.1 O Plano de Amortizado do Déficit Atuarial, homologado pelo Decreto nº 286/2019, não atenderá aos critérios normativos de efetividade descritos no art. 54 da Portaria MF 464/2018, regulamentado pelo art. 9º da Instrução Normativa 07 e pela Portaria ME nº 14816/2020, relativamente à amortização a ser realizada no(s) exercício(s) de 2022, 2023 e 2024, sendo necessária a sua modificação, para fins de amortização do déficit atuarial, de acordo com a proporção estabelecida pelos normativos.

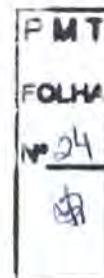
7. LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.

7.1 Impossibilidade de certificação de que as alíquotas suplementares propostas pelo Plano de Amortização garantem os recursos econômicos suficientes para amortizar o déficit atuarial, durante todo o plano de custeio, bem como, no tocante ao limite de gastos com pessoal do Poder Executivo imposto pela Lei Complementar nº 101/2020.



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



PARECER ATUARIAL Nº. 011/2021

Cuiabá - MT, 23 de julho de 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH/MT
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE
TAPURAH/MT – TAPURAH-PREVI

Prezado Prefeito Municipal, Sr. Iraldo Ebertz;

Apreciando o **Relatório Técnico Preliminar sobre as Contas Anuais de Governo, Previdência Municipal, exercício 2020, do Município de TAPURAH-MT, Processo nº 499315/2021**, elaborado pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, por meio de sua Secretaria de Controle Externo de Previdência - SECEX, viemos mui respeitosamente apresentar nosso parecer, referente ao item **3.2 GESTÃO ATUARIAL**, descritos no item **6. CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO** referente aos tópicos:

- **3.2.4.2 ÍNDICE DE COBERTURA DAS RESERVAS MATEMÁTICAS;**
- **3.2.5.2.1 AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT; e**
- **3.2.5.2.2 ALÍQUOTAS SUPLEMENTARES;**

Segue o parecer.



ATUARIAL

CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br


1 – RELATÓRIO PRELIMINAR SOBRE AS CONTAS DA PREVIDÊNCIA

O Relatório Preliminar sobre as Contas Anuais de Governo, Previdência Municipal, do exercício 2020 (Processo 499315/2021), descreve possíveis irregularidades e inconsistências relacionadas a três itens que envolvem a Reavaliação Atuarial, dos exercícios de 2019 e 2020, descritas nas páginas 48 a 49 do referido Relatório.

Quadro 15 - Resumo das Irregularidades				
Responsável	Irregularidade	Descrição dos fatos constatados	Tópico	Reincidência
Prefeito Municipal de Tapurah-MT: Iraldo Ebertz	LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.	Desequilíbrio na cobertura das reservas matemáticas, pela falta de um adequado planejamento previdenciário que promova a captação de ativos/recursos suficientes para a melhoria gradativa do alcance do equilíbrio atuarial.	3.2.4.2.	Não
Prefeito Municipal de Tapurah-MT: Iraldo Ebertz	LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.	Ausência de lei específica do ente federalivo para implementação do plano de equacionamento do déficit atuarial.	3.2.5.1.1	Não
Prefeito Municipal de Tapurah-MT: Iraldo Ebertz	CB 02. Contabilidade_Grave_02. Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando na inconsistência dos demonstrativos contábeis (art. 83 a 106, da Lei nº 4.320/1964 ou Lei nº 6.404/1976).	Inconsistência no Balanço Patrimonial, pelo registro das provisões matemáticas previdenciárias calculadas com data focal em 31/12/2019, quando deveria utilizar como base a data focal de 31/12/2020.	3.2.5.1.2.	Não
Prefeito Municipal de Tapurah-MT: Iraldo Ebertz	LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.	O Plano de Amortizado do Déficit Atuarial, homologado pelo Decreto nº 286/2010, não atenderá aos critérios normativos de efetividade descritos no art. 54 da Portaria MF 404/2018, regulamentado pelo art. 9º da Instrução Normativa 07 e pela Portaria ME nº 14816/2020, relativamente à amortização a ser realizada no(s) exercício(s) de 2022, 2023 e 2024, sendo necessária a sua modificação, para fins de amortização do déficit atuarial, de acordo com a proporção estabelecida pelos normativos.	3.2.5.2.1.	Não
Prefeito Municipal de Tapurah-MT: Iraldo Ebertz	LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.	Impossibilidade de certificação de que as alíquotas suplementares propostas pelo Plano de Amortização garantem os recursos econômicos suficientes para amortizar o déficit atuarial, durante todo o plano de custeio, bem como, no tocante ao limite de gastos com pessoal do Poder Executivo imposto pela Lei Complementar nº	3.2.5.2.2.	Não

FONTE: SECEX – TCE/MT, Relatório Técnico Preliminar - Contas de Governo da Previdência Municipal de TAPURAH/MT, exercício 2020, pág. 48

Igor França Garcia | Atuário MIBA/RJ 1.659 | Certificação Especialista de Investimento ANBIMA-CEA
Consultor de Investimentos Credenciado pela CVM

(65) 99242.8876 | www.atuarialconsultoria.com.br | (SKYPE) igor frança Garcia | (65) 3621.8267

Av. José Monteiro de Figueiredo, nº 212 - Edifício Goiabeiras Executive Center, Sala 401

Bairro: Duque de Caxias - Cuiabá – MT - CEP: 78.043-300



ATUARIAL

CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

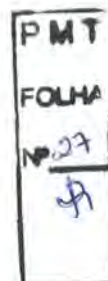

Responsável	Irregularidade	Descrição dos fatos constatados	Tópico	Reincidência
Prefeito Municipal de Tapurah-MT: Iraldo Ebertz	LB 99. Previdência Grave 99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.	101/2020. Ausência de elaboração do Demonstrativo de Viabilidade Orçamentária, Financeira e Fiscal para o ente federativo, inclusive dos impactos nos limites de gastos impostos pela Lei Complementar nº 101/2000, referente ao Plano de Amortização do Déficit Atuarial aprovado pela Lei nº 125/2018.	3.2.5.2.4.	Não

FONTE: SECEX – TCE/MT, Relatório Técnico Preliminar - Contas de Governo da Previdência Municipal de TAPURAH/MT, exercício 2020, pág. 49



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



2 – ANÁLISE DOS FATOS CONSTATADOS

2.1. – DESEQUILÍBRIO NA COBERTURA DAS RESERVAS MATEMÁTICAS, PELA FALTA DE UM ADEQUADO PLANEJAMENTO PREVIDENCIÁRIO

Classificação de Irregularidades de acordo com a Resolução Normativa nº 17/2010	
LB 99	Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.
Resumo do Achado	Desequilíbrio na cobertura das reservas matemáticas, pela falta de um adequado planejamento previdenciário que promova a captação de ativos/recursos suficientes para a melhoria gradativa do alcance do equilíbrio atuarial.

FONTE: SECEX – TCE/MT, Relatório Técnico Preliminar - Contas de Governo da Previdência Municipal de TAPURAH/MT, exercício 2020, pág. 22.

1- Para fundamentar a possível irregularidade apontada, destacaremos o que foi apresentado pelo Relatório Técnico Preliminar, entre as páginas 21 a 25.

2.1.1 – ÍNDICE DE COBERTURA DAS RESERVAS MATEMÁTICAS É INFERIOR A 1,00, POIS ATINGIU, APENAS, 041

O índice de cobertura das reservas matemáticas é mensurado com a informação do valor dos ativos garantidores e dividido pelo valor atual dos benefícios concedidos e a conceder, líquido das contribuições futuras desses benefícios e das compensações previdenciárias a receber. Do mesmo modo, quanto mais o índice se aproximar de 1,00, melhor se apresenta a capacidade de o RPPS em capitalizar recursos suficientes para garantir a totalidade de

21

assinado digitalmente. Para verificar sua autenticidade acesse o site: <http://www.tce.mt.gov.br/assinatura> e utilize o código 7501F5.



Tribunal de Contas
do Estado de Mato Grosso

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA
Telefones: (65) 3613-7125 / 7623 / 2943 / 7601
e-mail: sececx-previdencia@tce.mt.gov.br

seus compromissos futuros (cobertura dos benefícios concedidos e a conceder).

FONTE: SECEX – TCE/MT, Relatório Técnico Preliminar - Contas de Governo da Previdência Municipal de TAPURAH/MT, exercício 2020, pág. 21



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

PMT
FOLHA
Nº 28
4

Na análise do índice de cobertura das reservas matemáticas do exercício de 2019 (0,45) e 2020 (0,41), verifica-se que houve um decréscimo na ordem de 0,04, ou seja, redução de aproximadamente 8,89% em relação ao exercício anterior.

FONTE: SECEX – TCE/MT, Relatório Técnico Preliminar - Contas de Governo da Previdência Municipal de TAPURAH/MT, exercício 2020, pág. 22

Considerando, meramente, a equação que apura o índice de cobertura, pode-se inferir que os objetivos primordiais da política previdenciária estão restritos à constituição de ativos previdenciários e/ou redução de provisões matemáticas previdenciárias.

FONTE: SECEX – TCE/MT, Relatório Técnico Preliminar - Contas de Governo da Previdência Municipal de TAPURAH/MT, exercício 2020, pág. 20

2.1.1.1. – PARECER DO ATUÁRIO SOBRE OS FATOS

2- EQUILÍBRIO FINANCEIRO – Índice de Receita Arrecadada x Despesa Liquidada: O Relatório Técnico Preliminar, pág. 17 e 18, mostra o desempenho do TAPURAH-PREVI, no exercício de 2021 e nos três últimos exercícios. Conforme o próprio Relatório, as Receitas Arrecadadas superaram as Despesas Liquidadas, inclusive em comparação ao desempenho da média dos demais RPPS.

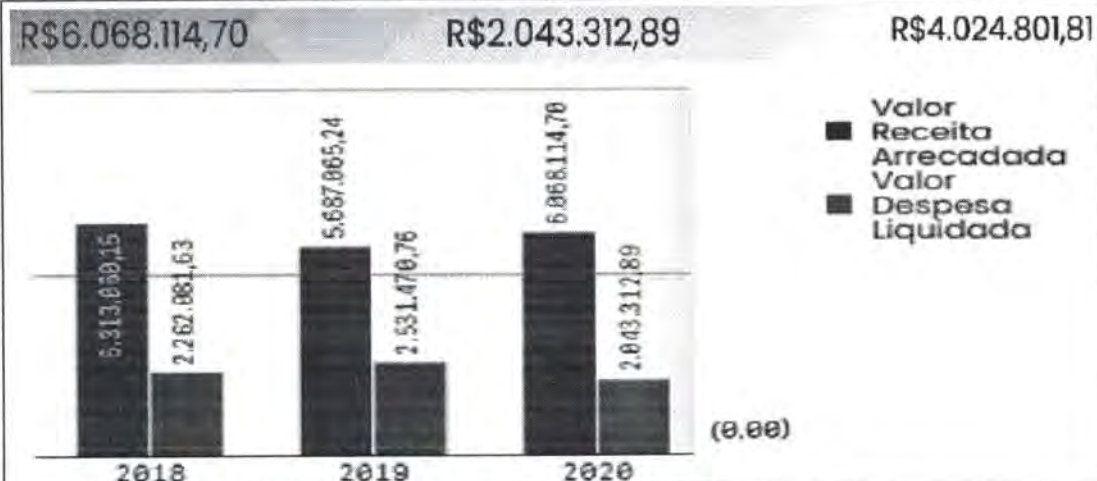


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

PMT
FOLHA
29
A

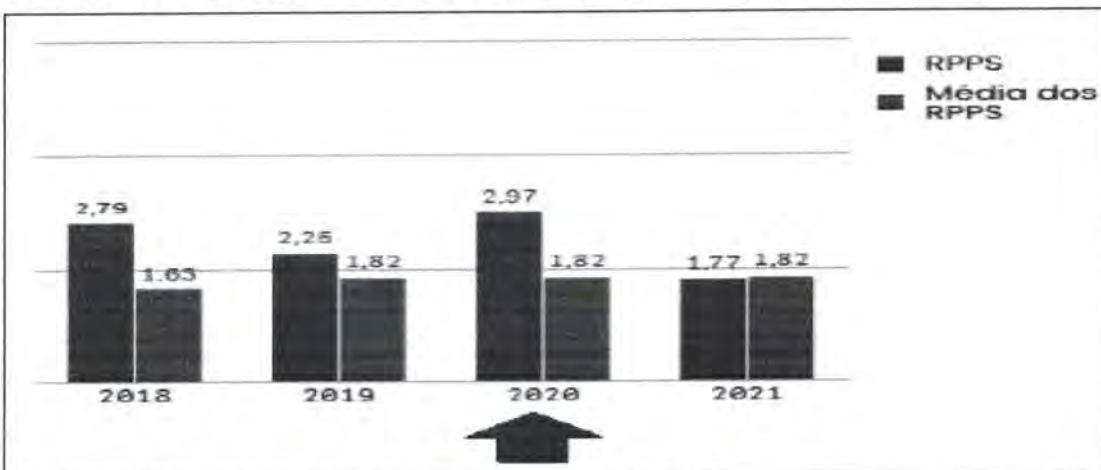
Gráfico 1 - Receitas Arrecadadas x Despesas Liquidadas



Fonte: <https://radarprevidencia.tce.mt.gov.br/extensions/radarprevidencia/receitadesp.html>

FONTE: SECEX – TCE/MT, Relatório Técnico Preliminar - Contas de Governo da Previdência Municipal de TAPURAH/MT, exercício 2020, pág. 17.

Gráfico 2 - Receitas Arrecadadas x Despesas Liquidadas (Anual)



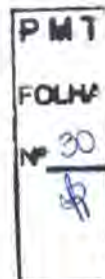
Fonte: <https://radarprevidencia.tce.mt.gov.br/extensions/radarprevidencia/receitadesp.html>

FONTE: SECEX – TCE/MT, Relatório Técnico Preliminar - Contas de Governo da Previdência Municipal de TAPURAH/MT, exercício 2020, pág. 18.



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



3-Índice de Cobertura das Reservas Matemáticas: Ao analisar o índice de cobertura das Reservas Matemáticas, o Relatório técnico Preliminar, pág. 22, enfatiza que houve um decréscimo do índice de cobertura do **TAPURAH-PREVI**:

"Na análise do índice de cobertura das reservas matemáticas do exercício de 2019 (0,45) e 2020 (0,41), verifica-se que houve um decréscimo na ordem de 0,04, ou seja, redução de aproximadamente 8,89% em relação ao exercício anterior.

"Esse indicativo demonstra que há um processo de descapitalização do regime previdenciário, em decorrência de um decréscimo na relação entre os ativos previdenciários e as reservas matemáticas previdenciárias (passivo atuarial)."

4- Vale um esclarecimento quanto a representação desse índice.

"Quando o RPPS atinge o valor 1, isso significa que suas Receitas Futuras, mais o valor que ele possui de Ativos Garantidores, irão cobrir as Obrigações Previdenciárias, demonstrando perfeito Equilíbrio Financeiro e Atuarial do Plano." (Próprio autor)

5- Nesse caso, o RPPS que possui **Superávit Atuarial**, irá apresentar o índice superior a 1,0. Vale ressaltar que nenhum RPPS do Estado de MT possui esse índice igual a 1, pois todos apresentam Déficit Atuarial.

6- Pesquisando as informações contidas no **Radar Previdência**, elaborado pelo Egrégio Tribunal de Contas-MT, ao analisarmos o índice de Cobertura das Reservas Matemáticas do **MT-PREV, RPPS do Estado de Mato Grosso**, seu **Índice de Cobertura das Reservas Matemáticas é igual a ZERO**, ou seja, o RPPS não possui reserva financeira ou não possui

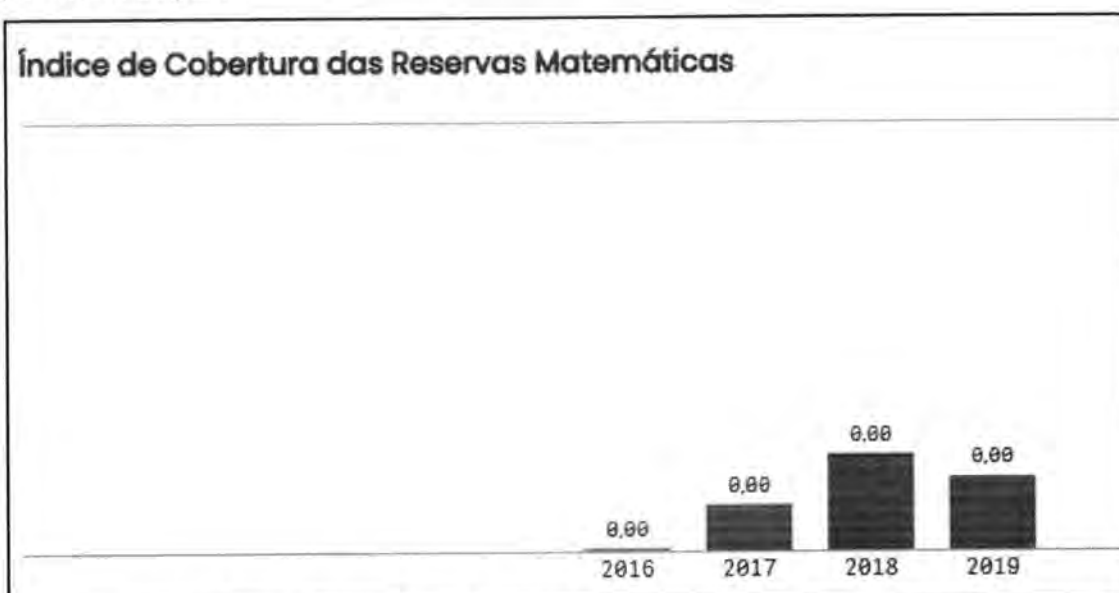


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



caixa suficiente para custear, pelo menos, uma Folha Mensal de Aposentadoria e Pensão por Morte do plano.



FONTE: Radar Previdência, TCE/MT – Índice de Cobertura das Reservas Matemáticas, MT-PREV.
<https://radarprevidencia.tce.mt.gov.br/extensions/radarprevidencia/planoprev.html>

7- Enquanto o TAPURAH-PREVI possui 41% dos ativos garantidores para custear suas obrigações previdenciárias, o MT-PREV, RPPS do Estado de MT, possui 0% dos ativos garantidores para a mesma finalidade. Conforme explicitado anteriormente, os Ativos do Plano do MT-PREV não garantem o custeamento mensal das obrigações previdenciárias.

8- O Radar Previdência também exibe o Índice de Cobertura das Reservas Matemáticas de todos os RPPS de Mato Grosso que é de 0,20, ou seja, em média, os RPPS possuem 20% dos recursos necessários para o pagamento de suas obrigações previdenciárias a longo prazo.



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



FONTE: Radar Previdência, TCE/MT-ICRM de Todos os Municípios de MT.
<https://radarprevidencia.tce.mt.gov.br/extensions/radarprevidencia/planoprev.html>

9-Comparando o índice de cobertura das Reservas Matemáticas do **TAPURAH-PREVI de 0,41**, com o índice de cobertura das Reservas Matemáticas de todos os municípios de Mato Grosso de 0,20, podemos observar que o **TAPURAH-PREVI** possui maior capacidade financeira de cumprir com suas obrigações previdenciárias do que a média geral dos RPPS do Estado de Mato Grosso.

10- Portanto, o índice de cobertura das Reservas Matemáticas do RPPS, no caso do TAPURAH-PREVI ser igual a 0,41 não se trata de uma irregularidade. Se trata apenas de uma demonstração numérica simples do EQUILÍBRIO ATUARIAL do RPPS, que, neste caso, possui 41% dos recursos necessários para o pagamento de suas obrigações previdenciárias a longo prazo, bem acima dos seus pares em Mato Grosso, cujo índice é de 20%.

11- Reforçamos ainda que não existe na legislação limites mínimos, prudencial ou máximo (como ocorre com os limites da Lei 101/2000 – LRF) dos valores do índice de Cobertura das Reservas Matemáticas, que caracterizam uma irregularidade. O índice apenas, resume de



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



maneira simples, o nível de liquidez e a situação atuarial do RPPS, para análise e tomada de decisões da condução de sua gestão.

2.1.2 – CONDUÇÃO DA POLÍTICA PREVIDENCIÁRIA

Para fins de entendimento das diversas circunstâncias relacionadas à condução da política previdenciária que geram reflexos no resultado atuarial do RPPS, destaca-se a seguir trecho do artigo denominado "O Efeito Negativo dos Planos de Equacionamento do Déficit Atuarial Inferiores ao Montante de Juros Anuais" da auditora pública externa do TCE-RS, Sra. Aline Michele Buss Pereira, bacharel em Ciências Atuariais, publicado no livro "Previdência e Reforma em Debate – Estudos multidisciplinares sob a perspectiva do regime Próprio".

4. Análise do Crescimento dos Déficits Atuariais dos DRAAs de 2015 a 2018
Considerando que os planos de amortização são instituídos pelos entes federativos visando ao equacionamento dos déficits atuariais, por que os déficits atuariais não diminuem se o RPPS possui plano de amortização vigente?

Existem diversos motivos que fazem o déficit atuarial aumentar ao longo dos anos, entre eles, pode-se exemplificar:

- instituição de alíquota de contribuição inferior ao indicado no cálculo atuarial;
- meta atuarial incompatível com a expectativa de rentabilidade dos investimentos de médio e longo prazo;
- estimativa de compensação previdenciária com o INSS, calculada na avaliação atuarial, acima dos valores recebidos pelo RPPS;
- crescimento salarial real dos servidores do ente federativo acima da premissa considerada na avaliação atuarial;
- crescimento da folha de benefícios previdenciários acima do estimado na avaliação atuarial, oriundos de incorporações para fins de aposentadoria e da criação ou majoração de gratificações sem proporcionalidade com o tempo de contribuição para fins de cálculo dos proventos;
- aumento da expectativa de vida do grupo de beneficiários acima do estimado pela tábua de mortalidade;
- cadastro previdenciário inconsistente, incompleto ou desatualizado;
- alteração de metodologia do cálculo atuarial; e
- plano de equacionamento do déficit atuarial, por alíquotas de contribuições suplementares ou aportes periódicos, com pagamentos inferiores ao montante de juros.

FONTE: SECEX – TCE/MT, Relatório Técnico Preliminar - Contas de Governo da Previdência Municipal de TAPURAH/MT, exercício 2020, pág.23



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



Portanto, a condução da política previdenciária, por meio de um adequado planejamento, requer o acompanhamento de diversos aspectos que devem ser ponderados com o objetivo de se alcançar o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS: estrutura física, material e de pessoal do Regime Próprio; política de pessoal do ente federativo; adequação das alíquotas previdenciárias; regularidade de repasses financeiros; escolha de premissas e hipóteses atuariais; efetividade do plano de amortização; etc.

FONTE: SECEX – TCE/MT, Relatório Técnico Preliminar - Contas de Governo da Previdência Municipal de TAPURAH/MT, exercício 2020, pág. 24

Conduta

Deixar de planejar e não promover a política previdenciária necessária para a melhoria da relação entre os ativos do plano previdenciário e os passivos (reservas matemáticas), contrariando a preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, embasados no caput

24

Assinado digitalmente. Para verificar sua autenticidade acesse o site: <http://www.tce.mt.gov.br/assinatura> e utilize o código 7801FB.



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA
Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601
e-mail: sececx-previdencia@tce.mt.gov.br

do art. 40 da Constituição Federal; art. 1º da Lei Federal 9.717/1998; §1º do art. 1º e art. 69 da LRF; e Portaria nº 464/2018.

FONTE: SECEX – TCE/MT, Relatório Técnico Preliminar - Contas de Governo da Previdência Municipal de TAPURAH/MT, exercício 2020, pág. 24 e 25

2.1.2.1. – PARECER DO ATUÁRIO SOBRE OS FATOS

12- O Egrégio Tribunal de Contas foi muito feliz na elaboração do Relatório Técnico Preliminar, página 23, ao mencionar que a “única fonte de renda” do TAPURAH-PREVI é baseada na

Igor França Garcia | Atuário MIBA/RJ 1.659 | Certificação Especialista de Investimento ANBIMA-CEA
Consultor de Investimentos Credenciado pela CVM

(65) 99242.8876 | www.atuarialconsultoria.com.br | (SKYPE) igor frança Garcia | (65) 3621.8267

Av. José Monteiro de Figueiredo, nº 212 - Edifício Goiabeiras Executive Center, Sala 401

Bairro: Duque de Caxias - Cuiabá – MT - CEP: 78.043-300



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



Contribuição Previdenciária de seus Segurados e mais a Contribuição Previdenciária e a Amortização do Déficit Atuarial pelo Ente Federativo.

Considerando, meramente, a equação que apura o índice de cobertura, pode-se inferir que os objetivos primordiais da política previdenciária estão restritos à constituição de ativos previdenciários e/ou redução de provisões matemáticas previdenciárias.

FONTE: SECEX – TCE/MT, Relatório Técnico Preliminar - Contas de Governo da Previdência Municipal de TAPURAH/MT, exercício 2020, pág. 23

13- A condução de políticas previdenciárias no país, sempre esteve ligada a regras constitucionais¹, obrigatórias a todos os Regimes de Previdência Social.

14- A legislação apenas dava autonomia ao Ente Federativo, em instituir ou não Regime Previdenciário Próprio. Instituído, este Regime era submetido a regras e legislações previdenciárias constitucionais.

15- Uma das raras exceções de autonomia para exercer políticas previdenciárias locais, foi a **Lei Federal 13.135 de 17 de junho de 2015**, que instituiu a Pensão por Morte TEMPORÁRIA aos Servidores Públicos da União, facultando a adoção dessa regra a cada Ente Federativo, orientada a fazê-lo, mediante aprovação por meio de Lei local, conforme a Nota Técnica da SPSS - Secretaria de Políticas de Previdência Social - Nº 11/2015/CGNAL/DRPSP/SPSS ².

¹ CF/88

E.C. no 20, de 15 dezembro de 1998

E.C. no 41, de 19 de dezembro de 2003

E.C. no 47, de 05 de julho de 2005

E.C. no 70, de 29 de março de 2012

E.C. no 88, de 07 de maio de 2015

E.C. no 103, de 13 de novembro de 2019

E.C. nº 104, de 04 de dezembro de 2019

E.C. nº 105, de 12 de dezembro de 2019

² <http://sa.previdencia.gov.br/site/2016/07/NOTA-TECNICA-11-2015.pdf>



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



16- Com a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019, a partir de agora, será possível ao Ente subnacional definir política previdenciária local, já que boa parte da legislação previdenciária deixou de ser constitucional, sendo federalizadas, permitindo que cada Ente legisle sobre o seu respectivo RPPS, visando adequar o orçamento público a realidade financeira do RPPS, podendo alterar desde o formato do Plano de Custeio, estipulando contribuição extraordinária aos Segurados, no intuito auxiliar na amortização do Déficit Atuarial, ampliar a base de contribuição dos aposentados e pensionistas e, até mesmo, promover mudanças no Plano de Benefícios, alterando as regras de concessão aposentadoria e pensão, diferentes das regras Constitucionais aplicadas aos Servidores da União.

17- Afim de demonstrar pontos específicos que geram pressão sobre o Déficit Atuarial, o Relatório Técnico Preliminar, página 23, exemplificou os motivos que levam ao crescente Déficit Atuarial dos RPPS de todo país, tomando como base o artigo “O Efeito Negativo dos Planos de Equacionamento do Déficit Atuarial inferiores ao Montante de juros”, de autoria da sra. Aline Michele Buss Pereira, auditora pública externa do TCE-RS.

18- Dentre esses motivos, muitos passarão a ser objetivo de análise mensal dos responsáveis pelo RPPS, que auxiliarão na construção das **Premissas e Hipóteses** na elaboração das Reavaliações Atuariais.

19- As **Premissas e Hipóteses Atuariais** têm relação direta com o custo do plano de benefícios e com seu equilíbrio, tendo em vista que uma premissa atuarial equivocada, que não guarda relação com a realidade dos Segurados do plano, fará com que as obrigações sejam incorretamente avaliadas, definindo alíquotas de contribuição inadequadas e, conseqüentemente, pressão sobre o Déficit Atuarial.

20- Por conta disso, conforme o artigo 8º da Instrução Normativa SPREV nº 09/2018, a partir da Reavaliação Atuarial de 2021, data focal 31/12/2020, os RPPS deverão elaborar e enviar a SPREV, o **Relatório de Análise de Hipóteses**, atestando que as **Premissas e Hipóteses**

Igor França Garcia | Atuário MIBA/RJ 1.659 | Certificação Especialista de Investimento ANBIMA-CEA
Consultor de Investimentos Credenciado pela CVM

(65) 99242.8876 | www.atuarialconsultoria.com.br | (SKYPE) igor frança Garcia | (65) 3621.8267

Av. José Monteiro de Figueiredo, nº 212 - Edifício Goiabeiras Executive Center, Sala 401

Bairro: Duque de Caxias - Cuiabá - MT - CEP: 78.043-300



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



Atuariais definidas na Reavaliação Atuarial são condizentes (aderência) com a realidade do município, conforme exigência do artigo 6º, § 1º da Instrução Normativa SPREV nº 09/2018.

Art. 6º § 1 - Para cada uma das hipóteses atuariais e premissas, deverá ser apresentado o fundamento de sua escolha e o critério utilizado na avaliação atuarial, além das informações disponíveis relativas à análise do seu comportamento e aderência, contemplando-se:

21- O Relatório de Análise de Hipóteses deverá ser apresentado aos Conselhos Deliberativo e Fiscal e disponibilizado aos Segurados (Beneficiários) do RPPS e aos órgãos de controle interno e externo, conforme exigência do artigo 18, § 3º da Portaria MF nº 464/2018.

Art. 18, § 3º - A unidade gestora do RPPS deverá cientificar os conselhos deliberativo e fiscal do conteúdo do Relatório de Análise das Hipóteses e disponibilizá-lo aos beneficiários do regime e aos órgãos de controle interno e externo.

22- Ainda sobre os motivos que levam pressão sobre o Déficit Atuarial, alertarmos que algumas medidas legais foram implantadas com a Reforma da Previdência (Emenda constitucional nº 103/2019) e a publicação da Portaria MF 464/2018, minimizando o impacto sobre o Déficit Atuarial dos RPPS como:

22.1- INCORPORAÇÕES: os RPPS não sofrerão mais com o risco de subdimensionamento dos Benefícios futuros, com relação as incorporações sobre a remuneração do cargo efetivo, já que a EC 103/2019 vedou este tipo de incorporação.

"Art. 39.

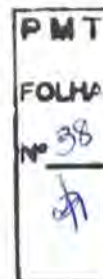
§ 9º - É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.

22.2- COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA: o Artigo 36 da Portaria MF 464/2018, que entrou em vigor no exercício de 2020, estabeleceu parâmetros para a estimativa do



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



valor referente aos Benefícios Concedidos, com base na relação percentual verificada entre o valor compensado (pró-rata), apurado no Sistema COMPREV e o valor do pagamento dos Benefícios do RPPS, de forma individual ou agregada. Assim, as Reavaliações Atuariais só poderão estimar o valor da compensação previdenciária dos Benefícios Concedidos, baseado no valor recebido individualmente de cada um, tornando mais aderente a realidade, e não apenas limitando sua estimativa em 10%, conforme previa a Portaria MPS 403/2008 e prevê a Portaria MF 464/2018.

23- Se tomarmos como base os itens descritos no Relatório Técnico Preliminar, página 23, os motivos que fazem o déficit atuarial aumentar, para mensurarmos o nível de gestão ou política previdenciária de um RPPS, iremos destacar alguns itens contidos na Reavaliação Atuarial elaborada em 2021, data focal 31/12/2020:

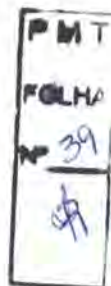
23.1- PRATICAR ALÍQUOTA INFERIOR AO INDICADO NO CÁLCULO ATUARIAL: Fato nunca ocorrido, pelo menos nos últimos 5 anos.

23.2- TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO SALÁRIO DOS SERVIDORES DO ENTE FEDERATIVO CONSIDERADA NA AVALIAÇÃO ATUARIAL, ACIMA DO CRESCIMENTO REAL EFETIVO NO MUNICÍPIO: Conforme a Reavaliação Atuarial nº 1.605/2021, data focal 31/12/2020, página 22, nos últimos 3 anos, os servidores ativos tiveram uma perda real de -0,41% de suas remunerações, enquanto a premissa adotada na Reavaliação Atuarial é um ganho real de no mínimo 1,00% a cada ano. Dessa forma, a Reavaliação Atuarial está superestimando o crescimento salarial acima da realidade do município, projetando valores de Benefícios Futuros acima da realidade, mas, tornando o resultado atuarial mais conservador, gerando “ganhos” que podem acelerar a redução do Déficit Atuarial, devido a projeção de Benefícios acima do observado.



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



23.3- TAXA DE CRESCIMENTO REAL DOS PROVENTOS CONSIDERADA NA AVALIAÇÃO

ATUARIAL, ACIMA DO CRESCIMENTO REAL EFETIVO NO RPPS: Conforme a Reavaliação Atuarial nº 1.605/2021, data focal 31/12/2020, página 24, nos últimos 3 anos, os beneficiários tiveram **perda real de -0,04%** do valor de seus benefícios, enquanto **a premissa adotada na Reavaliação Atuarial é um ganho real de no mínimo 0,30% a cada ano.** Dessa forma, a Reavaliação Atuarial está superestimando o reajuste dos Proventos, acima da realidade que vem ocorrendo no RPPS, projetando reajustes acima da realidade, mas, tornando o resultado atuarial mais conservador, gerando “ganhos” que podem acelerar a redução do Déficit Atuarial, devido a projeção de reajuste de Proventos acima do observado.

23.4- FATOR DE DETERMINAÇÃO CONSIDERADA NA AVALIAÇÃO ATUARIAL:

Conforme a Reavaliação Atuarial nº 1.605/2021, data focal 31/12/2020, página 28, a inflação pode ser utilizada como hipótese para ter uma redução das Provisões Matemáticas, buscando apresentar o valor real das Aposentadorias. Dessa forma, a Reavaliação Atuarial não utilizou dessa premissa permitida pela Portaria MF 464/2018.

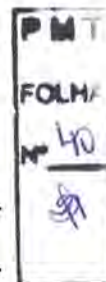
23.5- AUMENTO DA EXPECTATIVA DE VIDA ACIMA DO ESTIMADO PELA TÁBUA DE MORTALIDADE:

Esse risco é extremamente pulverizado, tendo em vista que as Reavaliações Atuariais de nossa responsabilidade, priorizam Tábuas de Mortalidade mais recentes, que refletem a realidade atual da população. Conforme a Reavaliação Atuarial nº 1.605/2021, data focal 31/12/2020, página 21, o **TAPURAH-PREVI** Adotou as Tábuas de Mortalidade mais atuais do IBGE (2019) e ainda segregou as Tábuas por gênero, como exigem o artigo 21, I, a da Portaria MF 464/2018.



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



23.6- CADASTRO PREVIDENCIÁRIO INCONSISTENTE, INCOMPLETO E

DESTATUALIZADO: Esse risco também foi extremamente pulverizado, com a realização do censo previdenciário nos anos de 2017 e 2019, por parte da Gestão do TAPURAH-PREVI, fazendo com que o resultado atuarial esteja mais aderente a realidade de seus Segurados, com uma base cadastral de qualidade e confiável.

23.7- ALTERAÇÃO DA METODOLOGIA DE CÁLCULO: Pelo menos nos últimos 5 anos, a metodologia do Cálculo Atuarial do TAPURAH-PREVI, estabeleceu os mesmos Regimes Financeiros sobre os mesmos tipos de benefícios, descrito nas páginas 17 a 19 da referida Reavaliação Atuarial/2021.

23.8- PLANO DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL, COM PAGAMENTOS INFERIORES AO MONTANTE DE JUROS: Esse é o principal fator que gera pressão sobre o Déficit Atuarial, delimitada e pacificada com a implantação da Portaria MF 464/2018. Esse item fez parte de outro apontamento do Relatório Técnico Preliminar e será melhor explicado ao longo deste parecer.

24- Portanto, se tomarmos como base para mensurar a Gestão (ou Política) Previdenciária do Ente/RPPS, os itens descritos no próprio Relatório Técnico preliminar, COMO MOTIVOS QUE FAZEM O DÉFICIT ATUARIAL AUMENTAR, e, após a explanação dos fatos, podemos observar que o RPPS possui uma excelente gestão de política previdenciária, com o cumprimento e a aderência de premissas e hipóteses, que fazem com que os fatos relatados, não sejam os motivos que fazem (ou fizeram) aumentar o Déficit Atuarial.

25- Ressaltamos mais uma vez, como discorrido em nosso parecer, que a partir de agora, os Entes Subnacionais terão a oportunidade de implantar políticas previdenciárias locais, que visem um melhor Equilíbrio entre o Orçamento Público e o seu respectivo Regime Próprio, após a publicação da Emenda Constitucional nº 103/2019, que federalizou boa parte da legislação previdenciária, contribuindo ainda mais para o Equilíbrio Financeiro e Atuarial do

Igor França Garcia | Atuário MIBA/RJ 1.659 | Certificação Especialista de Investimento ANBIMA-CEA
Consultor de Investimentos Credenciado pela CVM

(65) 99242.8876 | www.atuarialconsultoria.com.br | (SKYPE) igor frança Garcia | (65) 3621.8267

Av. José Monteiro de Figueiredo, nº 212 - Edifício Goiabeiras Executive Center, Sala 401

Bairro: Duque de Caxias - Cuiabá - MT - CEP: 78.043-300



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



RPPS. Anteriormente, os Entes subnacionais estavam limitados a apenas executar a gestão de seus respectivos RPPS e cumprir a legislação previdenciária, boa parte com regras constitucionais, a partir de 13/11/2019 (EC 103), os RPPS poderão alterar o formato do Plano de Custeio e, até mesmo, promover mudanças no Plano de Benefícios, alterando as regras de concessão aposentadoria e pensão, diferentes das regras Constitucionais aplicadas aos Servidores da União.

26- Em decorrência da Emenda Constitucional 103/2019, o RPPS aprovou a majoração das alíquotas de contribuição dos Segurados para 14,00% através da Lei Complementar nº 151 de 30 de março de 2020. Essa majoração das alíquotas fez com que o RPPS tivesse um pouco mais de fôlego, fazendo com que o Déficit Atuarial do RPPS tivesse uma redução significativa de um ano para outro, conforme vemos na página 63 da Reavaliação Atuarial/2021, data focal 31/12/2020.


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

PMT
FOLHA
Nº 42
A

11.4. COMPORTAMENTO ENTRE AS RECEITAS E DESPESAS DO RPPS (Provisões de Equilíbrio)

Exercício	2018	2019	2020	2021
Data Focal	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020
ATIVOS DO PLANO	21.115.513,98	25.381.795,75	31.037.080,14	36.758.316,79
Ativos Líquidos	21.115.513,98	25.381.795,75	31.037.080,14	36.758.316,79
Créditos a Receber	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA MATEMÁTICA	(57.155.216,42)	(59.420.688,42)	(66.812.999,28)	(65.975.262,64)
(+) Benefícios Concedido	(10.737.690,76)	(12.367.943,74)	(16.003.465,94)	(20.834.422,44)
(+) Benefícios a Conceder	(46.417.525,66)	(47.052.744,68)	(50.809.533,34)	(45.140.840,20)
DÉFICIT/SUPERÁVIT ATUARIAL	(36.039.702,44)	(34.038.892,67)	(35.775.919,14)	(29.216.945,85)
(+) Compensação a Receber	2.509.270,49	2.575.630,46	3.939.182,49	11.431.576,01
(-) Compensação a Pagar	-	(42.857,30)	(64.668,05)	-
DÉFICIT/SUPERÁVIT ATUARIAL (Com Comprev.)	(33.530.431,95)	(31.506.119,51)	(31.901.404,70)	(17.785.369,84)

Movimentação

Ativos do Plano	Movimentação	QTDE	%
Nos últimos 4 anos	Aumento	15.642.802,81	74,1%
Com relação ano anterior	Aumento	5.721.236,65	18,4%

Reserva Matemática	Movimentação	QTDE	%
Nos últimos 4 anos	Redução	-8.820.046,22	15,4%
Com relação ano anterior	Aumento	837.736,64	-1,3%

63

FONTE: Reavaliação Atuarial/2021, data base 31/12/2020, pag. 63



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



2.2. – AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT

Classificação de Irregularidades de acordo com a Resolução Normativa nº 17/2010	
LB 99	Previdência Grave 99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.
Resumo do Achado	O Plano de Amortizado do Déficit Atuarial, homologado pelo Decreto nº 286/2019, não atenderá aos critérios normativos de efetividade descritos no art. 54 da Portaria MF 464/2018, regulamentado pelo art. 9º da Instrução Normativa 07 e pela Portaria ME nº 14816/2020, relativamente à amortização a ser realizada no(s) exercício(s) de 2022, 2023 e 2024, sendo necessária a sua modificação, para fins de amortização do déficit atuarial, de acordo com a proporção estabelecida pelos normativos.

FONTE: SECEX – TCE/MT, Relatório Técnico Preliminar - Contas de Governo da Previdência Municipal de TAPURAH/MT, exercício 2020, pág. 27

27-Para fundamentar a possível irregularidade apontada, destacaremos o que foi apresentado pelo Relatório Técnico Preliminar, entre as páginas 36 a 38.

2.2.1 – ADEQUAÇÃO DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT

ATUARIAL - GRADAÇÃO 2022, 2023 E 2024

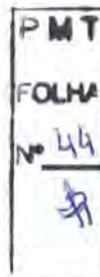
Portanto, o critério de análise estabelecido no presente relatório técnico é a verificação se o atual plano de amortização do déficit atuarial atenderá à condição estabelecida nas normativas ou se haverá a necessidade de adequação do plano, para fins de cumprimento		
37		
assinado digitalmente. Para verificar sua autenticidade acesse o site: http://www.tce.mt.gov.br/assinatura e utilize o código 760175.		
<div> <div> <p>Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO</p> </div> <div> <p>SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601 e-mail: seceex-previdencia@tce.mt.gov.br</p> </div> </div>		
das obrigações ilustradas a seguir:		
Quadro 13 - Gradação da amortização do déficit		
2022	2023	2024
Amortização de, no mínimo, 1/3 do valor necessário para reduzir o principal do déficit.	Amortização de, no mínimo, 2/3 do valor necessário para reduzir o principal do déficit.	Obrigação de iniciar a redução do principal do déficit atuarial.

FONTE: SECEX – TCE/MT, Relatório Técnico Preliminar - Contas de Governo da Previdência Municipal de TAPURAH/MT, exercício 2020, pág. 37 e 38



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



Causas

Ausência de adequação da Lei que estabeleceu o Plano de Amortização do Déficit Atuarial, a fim de proporcionar efetividade na amortização do déficit atuarial.

FONTE: SECEX – TCE/MT, Relatório Técnico Preliminar - Contas de Governo da Previdência Municipal de TAPURAH/MT, exercício 2020, pág. 39

2.2.1.1. – PARECER DO ATUÁRIO SOBRE OS FATOS

28- De fato, a afirmativa desse Egrégio Tribunal de Contas quanto a efetividade do Plano de Amortização vigente, aprovado pelo **Decreto 286/2019**, procede, a luz da Portaria MF 464/2018 e sua Instrução Normativa SPREV nº 07/2018.

29- Dentre os critérios estabelecidos pela Portaria MF 464/2018, o artigo 54º, II, determina que o montante de contribuição no exercício, na forma de alíquotas ou aportes, **seja superior** ao montante anual de juros do saldo do Déficit Atuarial do exercício³.

Art.54º - (...)

II- que o montante de contribuição no exercício, na forma de alíquotas ou aportes, seja superior ao montante anual de juros do saldo do deficit atuarial do exercício;

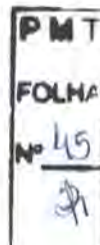
30- Apesar de ter sido publicado em 2019, o **artigo 79**, informa que os parâmetros previstos na Portaria MF 464/2018 **são facultativas para a Reavaliação Atuarial do exercício de 2019,**

³ - No caso, que seja superior aos limites mínimos definidos na I.N. SPREV nº 07/2018 e não igual.



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



ano-base 31/12/2018 e obrigatórias, a partir da Reavaliação Atuarial do exercício de 2020, ano-base 31/12/2019.

Art. 79, Portaria MF 464/2018 - A aplicação dos parâmetros previstos nesta Portaria é facultativa para a avaliação atuarial relativa ao exercício de 2019, posicionada em 31 de dezembro de 2018, e obrigatória para as avaliações atuariais seguintes

31-Para reforçar a facultatividade da aplicação da Portaria MF 464/2018, sobre as Reavaliações Atuariais do exercício de 2019, data base 31/12/2018, a própria SPREV – Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, responsável pela elaboração da referida Portaria, emitiu a Nota SEI nº 2/2019/COAAT/CGACI/SRPPS/SPREV/SEPRT-ME⁴ a respeito de sua facultatividade no exercício de 2019.

32- Nesse caso, o Plano de Amortização proposto na Reavaliação Atuarial do exercício 2019, seguiu integralmente as normas e legislações atuariais facultadas ao Ente Federativo, permanecendo as normas atuariais previstas pela Portaria MPS 403/2008.

33- Já a Reavaliação Atuarial nº 1.458/2020, data focal 31/12/2019, o Plano de Amortização proposto foi adequado aos parâmetros mínimos estabelecidas pela legislação (conforme muito bem orientado e explicitado a importância de sua adequação, no Relatório Técnico Preliminar) pela Portaria MF 464/2018, sua Instrução Normativa SPREV nº 07/2018, e a gradação de pagamento dos juros, permitidos pelo artigo 6º, III, a, da Portaria SPREV 14.816 de 19 de junho de 2020.

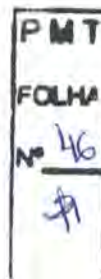
Art.6º - (...)

III- ficam postergados para o exercício de 2022;

a- a exigência de elevação gradual das alíquotas suplementares, de que trata o

⁴ http://sa.previdencia.gov.br/site/2019/04/Nota-Sei-02_2019.pdf


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br


parágrafo único do art. 9º da Instrução Normativa nº 07, de 2018.

34- Abaixo, segue uma demonstração da efetividade do Plano de Amortização da **Reavaliação Atuarial nº 1.494/2020, data focal 31/12/2019** e a superação dos parâmetros mínimos de gradação, previstos na **Portaria MF 464/2018, Instrução Normativa SPREV nº 07/2018**.

APLICABILIDADE DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO - REAVALIAÇÃO ATUARIAL EXERCÍCIO 2020

ANO	Parâmetro (Portaria MF 464/2018)	A Prestação do CS sobre quantos % do Juros? *	SALDO DEVEDOR (INÍCIO - período)	AMORTIZAÇÃO	JUROS SOBRE O DÉFICIT ATUARIAL	PRESTAÇÃO GERADA SOBRE O Custo Suplementar	Custo Suplementar	SALDO DEVEDOR (FIM - período)
2020	Não exige valor mínimo	31,9%	(31.901.404,70)	(1.276.968,99)	1.875.802,60	598.833,61	3,70%	(33.178.373,69)
2021	33%	36,1%	(33.178.373,69)	(1.246.810,11)	1.950.888,37	704.078,26	4,30%	(34.425.183,80)
2022	67%	68,0%	(34.425.183,80)	(647.744,26)	2.024.200,81	1.376.456,55	8,32%	(35.072.928,05)
2023	100%	101,0%	(35.072.928,05)	20.622,88	2.062.288,17	2.082.911,05	12,46%	(35.052.305,17)
2024	100%	102,5%	(35.052.305,17)	52.194,64	2.061.075,54	2.113.270,18	12,51%	(35.000.110,53)
2025	100%	104,2%	(35.000.110,53)	86.065,31	2.058.006,50	2.144.071,81	12,55%	(34.914.045,22)
****	****	****	****	***	****	****	****	****

* A Prestação gerada do Custo Suplementar praticado deve ser superior aos limites da L.N. SPREV 0047/2018 - Portaria MF 464/2018.

Efetividade do Plano de Amortização da Reavaliação Atuarial nº 1.458, exercício 2020, data focal 31/12/2019.

35- Portanto, registramos que não existe irregularidade quanto ao Plano de Amortização aprovado pelo Decreto 017/2019, apresentado na Reavaliação Atuarial/2019, data base 31/12/2018, elaborada sobre os parâmetros e exigências contidas na Portaria MPS 403/2008.

36- Inclusive, conforme muito bem orientado pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, através do Relatório Preliminar sobre as Contas Anuais de Governo Previdência Municipal, do município de TAPURAH-MT, Processo 499315/2021, o Plano de Amortização vigente precisa ser adequado aos parâmetros da Portaria MF 464/2018, conforme apresentado na **Reavaliação Atuarial do exercício de 2020, data focal 31/12/2019**. Além de adequado aos parâmetros mencionadas pela Legislação, o plano proposto, ainda



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



supera os limites mínimos de gradação de pagamento dos juros, permitidos pela Portaria SPREV 14.816 de 19 de junho de 2020, demonstrando ação do Ente Federativo em contribuir para o Equilíbrio Financeiro e Atuarial.

2.3. – O PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL APROVADO PELO DECRETO Nº 286/2019, APRESENTA ALÍQUOTAS FINAIS SUPLEMENTARES INFECTÍVEIS

3.2.5.2.2 Alíquotas suplementares

Classificação de Irregularidades de acordo com a Resolução Normativa nº 17/2010	
LB 99	Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.
Resumo do Achado	O Plano de Amortização do Déficit Atuarial, homologado de forma irregular pelo Decreto nº 286/2019, apresenta alíquotas finais suplementares infectíveis, proporcionando o desequilíbrio na arrecadação de receitas previdenciárias a curto e/ou médio prazo, bem como o desequilíbrio do Plano de Previdência ao longo do tempo.

FONTE: SECEX – TCE/MT, Relatório Técnico Preliminar - Contas de Governo da Previdência Municipal de TAPURAH/MT, exercício 2020, pág. 40.

37- Para fundamentar a possível irregularidade apontada, destacaremos o que foi apresentado pelo Relatório Técnico Preliminar.



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

PMT
FOLHA
Nº 48
J

**2.3.1 – ALÍQUOTAS PREVISTAS INICIANDO EM 3,70%
ALCANÇANDO 24,44% (2031 Á 2047), CARACTERIZANDO-SE
COMO ALÍQUOTAS INFACTÍVEIS.**

Verifica-se que a atual alíquota suplementar corresponde a 3,70%, alcançando uma alíquota de 24,44% em 2047, conforme exposto a seguir:

FONTE: SECEX – TCE/MT, Relatório Técnico Preliminar - Contas de Governo da Previdência Municipal de TAPURAH/MT, exercício 2020, pág. 23

Critério de auditoria

Decreto nº 286/2019; art. 2º da Portaria MPS 464/2018; §1º do art. 1º e art. 69 da LRF.

Evidências

DRAA, Avaliação Atuarial, Decreto nº 286/2019; e Ausência de Demonstrativo de Viabilidade Orçamentária, Financeira e Fiscal.

Causas

Ausência do estabelecimento de alíquotas suplementares que proporcionem uma maior captação de recursos previdenciários a curto e médio prazo, estabelecendo uma razoabilidade na distribuição das alíquotas.

Efeitos:

Postergação da redução (amortização) do déficit atuarial, gerando o desequilíbrio do Plano de Previdência.

FONTE: SECEX – TCE/MT, Relatório Técnico Preliminar - Contas de Governo da Previdência Municipal de TAPURAH/MT, exercício 2020, pág. 42



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



2.3.1.1. – PARECER DO ATUÁRIO SOBRE OS FATOS

2.3.1.1.1. – PLANO DE AMORTIZAÇÃO/2019

38- Com relação a interpretação de factibilidade do Plano de Amortização, se torna subjetiva essa definição, já que a obrigação legal é que o Plano de Amortização demonstre que as alíquotas de custo suplementar/aporte financeiro, conduzam ao Equilíbrio Financeiro e Atuarial do Plano (amortização do saldo devedor), dentro do prazo permitido pela legislação.

39- Elevando demasiadamente as alíquotas iniciais de custo suplementar/aporte financeiro, visando a amortização do Déficit Atuarial no curto prazo (antes do prazo permitido), o Plano pode ser considerado infactível, caso o orçamento público não comporte a elevação dos custos do Plano de amortização no seu início e, conseqüentemente, ocorra a existência de inadimplência quanto ao seu pagamento.

40- Quanto à questão do Plano de Amortização da Reavaliação Atuarial/2019, implementado pelo **Decreto 286/2019** atingir **o percentual de 24,44% a partir de 2031, caracterizando-se infactíveis**, informamos que não há nenhuma menção na Portaria MPS 403/2008, que ditou as regras de elaboração da Reavaliação Atuarial do exercício de 2019, sobre o sistema financeiro utilizado, a realização do pagamento pelo Ente (através de valores fixos ou progressivos) e sobre a evolução das Prestações (ou alíquotas) e o Saldo Devedor ao longo do tempo.



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



41- O artigo 2º, IV, da Portaria MPS 403/2008, descreve que o plano de custeio da Reavaliação Atuarial deverá detalhar o custo normal e o custo suplementar necessários para o atingimento do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.

Art. 2º, IV - PORTARIA MPS 403/2008 - Plano de Custeio: definição das fontes de recursos necessárias para o financiamento dos benefícios oferecidos pelo Plano de Benefícios e taxa de administração, representadas pelas alíquotas de contribuições previdenciárias a serem pagas pelo ente federativo, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas ao respectivo RPPS e aportes necessários ao atingimento do equilíbrio financeiro e atuarial, com detalhamento do custo normal e suplementar;

42- Elaborar o Plano de Amortização definindo seu financiamento através de alíquota ou aporte financeiro de forma fixa ou escalonada, não fere a Portaria MPS 403/2008, já que ela não determina a forma de financiamento;

43- Elaborar o Plano de Amortização, através de Rendas (Anuidades), através do Sistema de Amortização Constante ou através do Sistema Price, não fere a Portaria MPS 403/2008, já que ela não determina o Sistema Financeiro a ser utilizado;

44- Elaborar o Plano de Amortização, tendo sistema de financiamento de forma fixa e constante ou progressiva, parecida como a forma de pagamento de um cartão de crédito, onde a dívida (no caso o Déficit Atuarial) não amortiza os juros no início, postergando esse pagamento, também não fere a Portaria MPS 403/2008, já que ela não determina a forma de amortização dos juros.


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br


45- O Plano de amortização implementando pela Decreto 286/2019, atendeu todos os critérios exigidos para sua elaboração, conforme a Portaria MPS 403/2008 e o objetivo claro de se manter o Equilíbrio Financeiro e Atuarial, financiando o Déficit Atuarial ao final do prazo, conforme demonstrado abaixo:

5.3.2. CUSTO SUPLEMENTAR

O art. 18, §1º da Portaria MPS 403/08, informa que o Déficit Atuarial de R\$ (31.506.119,51), deverá ser financiado num prazo não superior a 35 anos. Assim, adotamos um plano de amortização, com alíquotas crescentes de financiamento, conforme a tabela abaixo:

Tabela de Financiamento do Déficit Atuarial

PERÍODO	ANO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	C.S. *	FOLHA SALARIAL
0		31.506.119,51					
1	2019	32.955.967,78	(1.449.848,26)	1.865.432,14	415.583,87	3,30%	12.593.450,74
2	2020	34.434.224,60	(1.478.256,82)	1.949.107,05	470.850,23	3,70%	12.725.681,97
3	2021	35.914.151,10	(1.479.926,51)	2.032.876,48	552.949,97	4,30%	12.859.301,63
4	2022	37.338.979,03	(1.424.827,93)	2.113.527,11	688.699,19	5,30%	12.994.324,30
5	2023	38.702.445,31	(1.363.466,27)	2.190.704,45	827.238,18	6,30%	13.130.764,71
6	2024	39.997.864,84	(1.295.419,53)	2.264.030,09	988.610,55	7,30%	13.268.637,74
7	2025	41.075.980,18	(1.078.115,35)	2.325.055,48	1.246.940,13	9,30%	13.407.958,43
8	2026	41.917.670,68	(841.690,49)	2.372.698,34	1.531.007,85	11,30%	13.548.741,99
9	2027	42.502.573,21	(584.902,53)	2.405.806,03	1.820.903,50	13,30%	13.691.003,79
10	2028	42.662.357,88	(159.784,68)	2.414.850,45	2.255.065,77	16,30%	13.834.759,33
11	2029	42.362.065,98	300.291,90	2.397.852,79	2.698.144,69	19,30%	13.980.024,30
12	2030	41.564.493,52	797.572,47	2.352.707,18	3.150.279,65	22,30%	14.126.814,55
13	2031	40.360.186,68	1.204.306,84	2.284.538,87	3.488.845,71	24,44%	14.275.146,11
14	2032	39.044.790,58	1.315.396,10	2.210.082,49	3.525.478,59	24,44%	14.425.035,14
15	2033	37.611.232,13	1.433.558,45	2.128.937,67	3.562.496,11	24,44%	14.576.498,01
16	2034	36.052.009,60	1.559.222,53	2.040.679,79	3.599.902,32	24,44%	14.729.551,24
17	2035	34.359.166,80	1.692.842,80	1.944.858,50	3.637.701,30	24,44%	14.884.211,53
18	2036	32.524.265,81	1.834.900,98	1.840.996,18	3.675.897,16	24,44%	15.040.495,75
19	2037	30.538.358,04	1.985.907,78	1.728.586,30	3.714.494,08	24,44%	15.198.420,95
20	2038	28.391.953,47	2.146.404,56	1.607.091,71	3.753.496,27	24,44%	15.358.004,37
21	2039	26.074.988,22	2.316.965,25	1.475.942,73	3.792.907,98	24,44%	15.519.263,42
22	2040	23.576.789,99	2.498.198,23	1.334.535,28	3.832.733,51	24,44%	15.682.215,68
23	2041	20.886.041,55	2.690.748,45	1.182.228,77	3.872.977,22	24,44%	15.846.878,95
24	2042	17.990.741,95	2.895.299,59	1.018.343,88	3.913.643,48	24,44%	16.013.271,18
25	2043	14.878.165,53	3.112.576,42	842.160,31	3.954.736,73	24,44%	16.181.410,53
26	2044	11.534.818,31	3.343.347,22	652.914,24	3.996.261,47	24,44%	16.351.315,34
27	2045	7.946.391,86	3.588.426,45	449.795,77	4.038.222,21	24,44%	16.523.004,15
28	2046	4.097.714,41	3.848.677,45	231.946,10	4.080.623,53	24,44%	16.696.495,69
29	2047	(27.301,02)	4.125.015,43	(1.545,34)	4.123.470,09	24,44%	16.871.808,90
30	2048	-	-	-	-	-	-
31	2049	-	-	-	-	-	-
32	2050	-	-	-	-	-	-
33	2051	-	-	-	-	-	-
34	2052	-	-	-	-	-	-
35	2053	-	-	-	-	-	-

* Custo Suplementar

61

FONTE: Reavaliação Atuarial/2019, data base 31/12/2018, pág. 61

Igor França Garcia | Atuário MIBA/RJ 1.659 | Certificação Especialista de Investimento ANBIMA-CEA
Consultor de Investimentos Credenciado pela CVM

(65) 99242.8876 | www.atuarialconsultoria.com.br | (SKYPE) igor frança Garcia | (65) 3621.8267

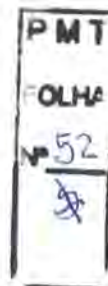
Av. José Monteiro de Figueiredo, nº 212 - Edifício Goiabeiras Executive Center, Sala 401

Bairro: Duque de Caxias - Cuiabá - MT - CEP: 78.043-300



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



46- Portanto, o Plano de Amortização proposto na Reavaliação Atuarial do exercício de 2019, data base 31/12/2018, atendeu as exigências da Portaria MPS 403/2008, devido ao final do plano termos evidenciado o financiamento integral do Déficit Atuarial ao final do prazo remanescente, conforme exigido pelo artigo 18, § 1º da Portaria MPS 403/2008.

2.3.1.1.1. – PLANO DE AMORTIZAÇÃO/2020 e 2021

47- Conforme explicado neste parecer, os Planos de Amortização do Déficit Atuarial não possuem critérios mínimos de valores ou alíquotas mínimas de amortização, conforme a Portaria MPS 403/2008. Para definirmos parâmetros mínimos de amortização, a Portaria MF 464/2018 passou a definir critérios para a elaboração dos Planos de amortização do Déficit Atuarial dos RPPS, definindo:

1. Cenários onde possa ser aplicado a LDA – Limite de Déficit Atuarial, diminuindo o Saldo Devedor do Déficit Atuarial que deverá ser amortizado (artigo 2º, I e II da Instrução Normativa SPREV nº 007/2018);
2. Alíquotas de Custo Suplementar e Aportes mínimos de pagamento do Plano de Amortização (artigo 48º, III e artigo 54, II da Portaria MF 464/2018); e
3. Elevação gradual de um terço do necessário, para o cumprimento das alíquotas de Custo Suplementar e Aportes mínimos (artigo 9º, parágrafo único da I.N. SPREV nº 007/2018).

48- Esses critérios mínimos e prazos para a implementação da Portaria MF 464/2018, sobre o Plano de Amortização das Reavaliações Atuariais do exercício de 2020, visam tornar as

Igor França Garcia | Atuário MIBA/RJ 1.659 | Certificação Especialista de Investimento ANBIMA-CEA
Consultor de Investimentos Credenciado pela CVM

(65) 99242.8876 | www.atuarialconsultoria.com.br | (SKYPE) igor frança Garcia | (65) 3621.8267

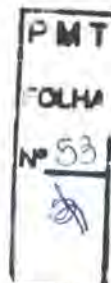
Av. José Monteiro de Figueiredo, nº 212 - Edifício Goiabeiras Executive Center, Sala 401

Bairro: Duque de Caxias - Cuiabá - MT - CEP: 78.043-300



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



alíquotas de Custo Suplementar (ou aportes financeiros) dentro de uma realidade que atenda tanto o RPPS, quanto o Ente Público, financiador do Plano de Amortização.

49- Com o advento da Portaria MF 464/2018, os Planos de amortização do Déficit Atuarial, a partir do exercício de 2021, passarão a ser obrigados a amortizar o principal do Déficit Atuarial, a partir do ano de 2023. Outra exigência será a obrigação da revisão do Plano de Amortização, sempre que houver elevação do Déficit Atuarial, conforme o artigo 7, I, da Instrução Normativa SPREV nº 07/2018.

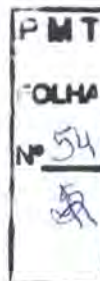
50- Concomitante a essas alterações, a Portaria MF 464/2018 trouxe a exigência de Gestão Atuarial para os RPPS, afim de contribuir para o Equilíbrio Financeiro e Atuarial e definiu critérios mínimos que não eram exigidos para definição de premissas, hipóteses e alíquotas/aportes mínimos sobre o Plano de Custeio.

51- A alteração do regramento atuarial dos RPPS pode ser observada, comparando os Planos de Amortização da Reavaliação Atuarial dos anos de 2019, 2020 e 2021. Vemos uma redução significativa das alíquotas suplementares dos planos, enquanto o Plano de Amortização/2019 apresenta alíquotas finais de 24,44% em 2047, o Plano de Amortização/2020 apresenta alíquotas finais de 13,99% em 2054 e o Plano de Amortização/2021 apresenta alíquotas finais de 7,09% em 2055. Vale ressaltar que a Portaria MF 464/2018, permitiu que os Planos de Amortização possam ser amortizados novamente em 35 anos e conforme a publicação da Portaria SEPRT ME nº 14.816/2020 permitiu que em caráter excepcional, não será considerado o exercício de 2020, para contagem dos prazos remanescentes dos planos de amortização de Déficit Atuarial.



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br



Agradecemos a oportunidade de expor os apontamentos levantados pelo
Egrégio Tribunal de Contas do Estado de MT;

Este parecer poderá servir como justificativa aos apontamentos;

Requeremos que não seja declarado revelia;

Aceite as justificativas descritas neste parecer;

Nestes termos pedimos deferimento.

Igor França Garcia

Atuário MIBA/RJ 1.659

Certificação de Especialista em Investimento - CEA

Consultor de Investimentos credenciado pela CVM



Igor França Garcia | Atuário MIBA/RJ 1.659 | Certificação Especialista de Investimento ANBIMA-CEA
Consultor de Investimentos Credenciado pela CVM

(65) 99242.8876 | www.atuarialconsultoria.com.br | (SKYPE) igor frança Garcia | (65) 3621.8267

Av. José Monteiro de Figueiredo, nº 212 - Edifício Goiabeiras Executive Center, Sala 401

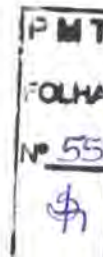
Bairro: Duque de Caxias - Cuiabá – MT - CEP: 78.043-300



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

CNPJ 04.963.339/0001-44



ITEM 04:

4. LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.

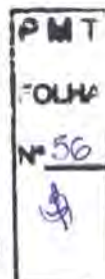
4.1 Ausência de lei específica do ente federativo para implementação do plano de equacionamento do déficit atuarial.



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

CNPJ 04.963.339/0001-44



4. LB 99. Previdência_grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCEMT nº 17/2010

4.1 Descrição dos fatos constatados. Ausência de lei específica do ente federativo para implementação do plano de equacionamento do déficit atuarial.

Com relação ao apontamento supracitado, informamos a improcedência do apontamento, uma vez que há o Decreto 286 de 13 de novembro de 2019 que configura como norma específica para implementação do plano de equacionamento do déficit atuarial.

Vale destacar que a aplicabilidade do Decreto Municipal 286/2019 é fundamentada no **art. 3º da Lei Complementar nº 108 de 08 de agosto de 2017**, que autoriza a atualização da majoração do plano de custeio por meio de decreto expedido pelo poder executivo, o qual é mencionado expressamente nas considerações do Decreto Municipal.

Art. 3º - Caso a reavaliação atuarial anual indique a necessidade de majoração do plano de custeio, as alíquotas de contribuição do ente poderão ser revistas por meio de Decreto expedido pelo Poder Executivo.

FONTE: Lei Complementar nº 108/2017

Procede do entendimento que os regulamentos não podem aportar à ordem jurídica direito ou obrigação que já não estejam, na lei, previamente caracterizados e de modo suficiente, isto é, nela delineados, ao menos pela indicação dos critérios e balizamentos indispensáveis para o reconhecimento de suas composturas básicas, neste caso o Decreto 286 de 13 de novembro de 2019 é precedente de autorização legislativa quando existe previsão no art.3º da Lei 108/2017.

E ainda sobre a matéria se faz necessário apresentar a definição do plano de custeio conforme expõe a Portaria MF 464/2018.

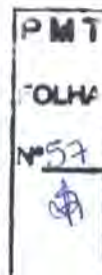
Portaria MF 464/2018 – ANEXO DOS CONCEITOS. 44 -Plano de custeio: conjunto de alíquotas normais e suplementares e de aportes, discriminados por benefício, para financiamento do plano de benefícios e dos custos com a administração desse plano, necessários para se garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios.



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

CNPJ 04.963.339/0001-44



Logo, o plano de custeio abrange as contribuições previdenciárias do custo normal e suplementar, o que não condiz com o apontamento de **Ausência de lei específica do ente federativo para implementação do plano de equacionamento do déficit atuarial**, além de que a Lei 108/2017 foi elaborado de acordo com o modelo de legislação de RPPS, disponibilizada pela Secretária de Previdência Social, na época Ministério da Previdência Social, o qual pode ser comprovado pelo link:

<https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-no-servico-publico/legislacao-dos-rpps/modelo-de-legislao-de-rpps>

Assim pela materialidade apresentada, anexamos o modelo de Lei sugerido pela Secretaria de Previdência, Decreto 286/2019 e a Lei 108/2017, comprovando que a **implementação do plano de equacionamento do déficit atuarial está revestida do princípio da legalidade**, pelo qual instamos pela desconsideração desta irregularidade.


Solange Aparecida Alves de Souza

CPF 571.296.901-78

Diretora Executiva

Tapurah-Previ

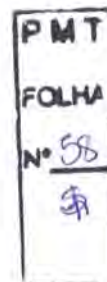
Matricula 2300



MUNICÍPIO DE TAPURAH

ESTADO DE MATO GROSSO

AVENIDA RIO DE JANEIRO, Nº 125 – CENTRO – CEP - 78.573-000 – TAPURAH – MT.
TELEFONE: (66) 3547- 3600 – CNPJ 24.772.253/0001-41.



LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR 108/2017

De 08 de agosto de 2017

Dispõe sobre a Homologação da Reavaliação Atuarial/2017, altera as alíquotas de contribuição previdenciária devidas pelo Município ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS e altera o Caput do Artigo 18, da Lei Complementar n.º 041/2012 de 12/09/2012, que dispõe sobre os benefícios de Auxílio Doença, o § 3º do Artigo 83 que dispõe do Cargo de Diretor Executivo do Tapurah-Previ e inclui o §5º ao artigo 83, da Lei Complementar Municipal n.º 055/2013 e dá outras providências

O Senhor **IRALDO EBERTZ**, prefeito municipal de Tapurah, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal aprovou, sanciona e promulga a seguinte *Lei*:

Art. 1º- Altera os incisos, I, III e IV, do artigo 49 da Lei Complementar nº 41/2012, de 12/09/2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 49 – (...)

I - A contribuição previdenciária de responsabilidade do Segurado relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários, necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS será de 11,00%, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.

(...)

III – A contribuição previdenciária de responsabilidade do ente relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários e ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS será de 16,94%, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.

IV - Fica instituído plano de amortização destinado ao equacionamento do déficit atuarial, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição, conforme alíquotas de contribuição suplementar devidas pelo ente definidas na tabela a seguir.



MUNICÍPIO DE TAPURAH

ESTADO DE MATO GROSSO

AVENIDA RIO DE JANEIRO, Nº 125 – CENTRO – CEP - 78.573-000 – TAPURAH – MT.
TELEFONE: (66) 3547- 3600 – CNPJ 24.772.253/0001-41.

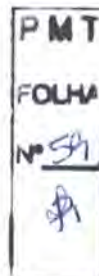


TABELA DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

PERÍODO	ANO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	Custo Suplementar
0		38.960.789,75				
1	2017	41.014.893,07	(2.054.103,32)	2.321.597,72	267.494,41	2,30%
2	2018	43.114.699,44	(2.099.806,38)	2.440.454,69	340.648,31	2,90%
3	2019	45.236.276,96	(2.121.577,52)	2.560.543,98	438.966,46	3,70%
4	2020	47.340.779,00	(2.104.502,03)	2.679.666,74	575.164,70	4,80%
5	2021	49.424.340,14	(2.083.561,15)	2.797.604,16	714.043,01	5,90%
6	2022	51.366.209,00	(1.941.868,86)	2.907.521,26	965.652,41	7,90%
7	2023	53.152.625,60	(1.786.416,60)	3.008.639,18	1.222.222,58	9,90%
8	2024	54.768.925,88	(1.616.300,28)	3.100.127,88	1.483.827,60	11,90%
9	2025	56.199.486,39	(1.430.560,51)	3.181.103,00	1.750.542,49	13,90%
10	2026	57.292.836,11	(1.093.349,73)	3.242.990,72	2.149.641,00	16,90%
11	2027	58.020.467,08	(727.630,97)	3.284.177,38	2.556.546,41	19,90%
12	2028	58.352.037,63	(331.570,55)	3.302.945,53	2.971.374,97	22,90%
13	2029	58.255.260,77	96.776,86	3.297.467,59	3.394.244,45	25,90%
14	2030	57.555.481,61	699.779,16	3.257.857,45	3.957.636,61	29,90%
15	2031	56.204.935,89	1.350.545,72	3.181.411,47	4.531.957,19	33,90%
16	2032	54.356.058,02	1.848.877,87	3.076.758,00	4.925.635,87	36,48%
17	2033	52.344.035,73	2.012.022,29	2.962.869,95	4.974.892,23	36,48%
18	2034	50.158.558,25	2.185.477,48	2.839.163,67	5.024.641,16	36,48%
19	2035	47.788.690,92	2.369.867,33	2.705.020,24	5.074.887,57	36,48%
20	2036	45.222.837,75	2.565.853,17	2.559.783,27	5.125.636,44	36,48%
21	2037	42.448.701,64	2.774.136,11	2.402.756,70	5.176.892,81	36,48%
22	2038	39.453.242,30	2.995.459,34	2.233.202,39	5.228.661,74	36,48%
23	2039	36.222.631,58	3.230.610,72	2.050.337,64	5.280.948,35	36,48%
24	2040	32.742.206,17	3.480.425,41	1.853.332,42	5.333.757,84	36,48%
25	2041	28.996.417,40	3.745.788,77	1.641.306,65	5.387.095,41	36,48%
26	2042	24.968.778,09	4.027.639,31	1.413.327,06	5.440.966,37	36,48%
27	2043	20.641.806,18	4.326.971,91	1.168.404,12	5.495.376,03	36,48%
28	2044	15.996.964,97	4.644.841,21	905.488,58	5.550.329,79	36,48%
29	2045	11.014.599,80	4.982.365,18	623.467,91	5.605.833,09	36,48%
30	2046	5.673.870,88	5.340.728,92	321.162,50	5.661.891,42	36,48%
31	2047	(47.317,83)	5.721.188,70	(2.678,37)	5.718.510,34	36,48%
32	2048	-	-	-	-	-
33	2049	-	-	-	-	-
34	2050	-	-	-	-	-
35	2051	-	-	-	-	-

Art. 2º - As contribuições correspondentes às alíquotas do custo normal e suplementar, relativas ao exercício de 2017, serão exigidas após nos termos do artigo 195, §6º da Constituição Federal.

Art. 3º - Caso a reavaliação atuarial anual indique a necessidade de majoração do plano de custeio, as alíquotas de contribuição do ente poderão ser revistas por meio de Decreto expedido pelo Poder Executivo.

Art. 4º - Altera a redação do Artigo 18, o § 3º do artigo 83 e inclui o § 5º ao artigo 83 da lei Complementar n.º 041/2012, que passam a ter a seguinte redação:

Art. 18 - O auxílio doença será devido ao segurado que ficar incapacitado para o exercício da função em gozo de licença para tratamento de



MUNICÍPIO DE TAPURAH ESTADO DE MATO GROSSO

AVENIDA RIO DE JANEIRO, Nº 125 – CENTRO – CEP - 78.573-000 – TAPURAH – MT.
TELEFONE: (66) 3547- 3600 – CNPJ 24.772.253/0001-41.



saúde, por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, e corresponderá a totalidade dos vencimentos.

(...)

Art. 83 -O Cargo de Diretor Executivo, nos termos desta Lei, será exercido por servidor efetivo, de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal.

§ 1º (...)

§ 2º (...)

§ 3º O salário do Diretor Executivo será de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), que será pago com recursos próprios do Fundo Municipal Tapurah-Previ, observando os limites Constitucionais para gastos com as despesas administrativas de no máximo 2%.

§ 4º (...)

§5º- A nomeação do Diretor Executivo pelo Prefeito Municipal dependerá de aprovação pelo conselho curador.

Art. 5º-Inclui os artigos 99-A e 99-B na lei Complementar nº 041/2012, que passam a ter a seguinte redação:

Art. 99-A - O segurado em gozo de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e o pensionista inválido estão obrigados, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico a cargo da Previdência, processo de reabilitação profissional por ela prescrito e custeado, e tratamento dispensado gratuitamente, exceto o cirúrgico e a transfusão de sangue, que são facultativos.

§ 1º - A cada 2 (dois) anos o aposentado por invalidez e o pensionista inválido devem passar novamente por perícia médica.

§2º - O aposentado por invalidez e o pensionista inválido que não tenham retornado à atividade estarão isentos do exame de que trata o caput e o §1º deste artigo:

I - após completarem cinquenta e cinco anos ou mais de idade e quando decorridos quinze anos da data da concessão da aposentadoria por invalidez ou do auxílio-doença que a precedeu; ou

II - após completarem sessenta anos de idade.

§ 3º- A isenção de que trata o § 1º não se aplica quando o exame tem as seguintes finalidades:

I - verificar a recuperação da capacidade de trabalho, mediante solicitação do aposentado ou pensionista que se julgar apto;

II - subsidiar autoridade judiciária na concessão de curatela, conforme dispõe o art. 110 da lei 8.213/91.

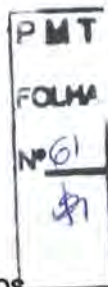
21/11/2021



MUNICÍPIO DE TAPURAH

ESTADO DE MATO GROSSO

AVENIDA RIO DE JANEIRO, Nº 125 – CENTRO – CEP - 78.573-000 – TAPURAH – MT.
TELEFONE: (66) 3547- 3600 – CNPJ 24.772.253/0001-41.



§ 4º - A perícia de que trata este artigo terá acesso aos prontuários médicos do periciado no Sistema Único de Saúde (SUS), desde que haja a prévia anuência do periciado e seja garantido o sigilo sobre os dados dele.

§ 5º - É assegurado o atendimento domiciliar e hospitalar pela perícia médica e social ao segurado com dificuldades de locomoção, quando seu deslocamento, em razão de sua limitação funcional e de condições de acessibilidade imponha-lhe ônus desproporcional e indevido, nos termos do regulamento.

Art. 99-B - Anualmente deverá ser feito a atualização cadastral dos servidores públicos, titulares de cargo efetivo ativos, aposentados, pensionistas e dependentes do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município de Tapurah e a comprovação de vida de aposentados e Pensionistas.

§1º - A convocação para atualização cadastral dos segurados e beneficiários do RPPS de Tapurah será regulamentada por Decreto do Poder Executivo.

§2º - A comprovação de vida dos aposentados e pensionistas será regulamentada por meio de instrução normativa a ser editada pelo Diretor Executivo do Tapurah-Previ após aprovação pelo conselho curador.

§3º - O não comparecimento para atualização cadastral ou comprovação de vida implicará em suspensão do benefício.

§4º - Decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da suspensão do benefício de pensão, sem manifestação por parte do pensionista ou seu representante, será cessado o pagamento da quota individual da pensão, revertendo a respectiva quota em favor dos pensionistas remanescentes, ou encerrado o benefício.

Art. 6 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar Municipal nº 99/2016.

Gabinete do prefeito municipal de Tapurah – estado de Mato Grosso, ao oitavo dia do mês de agosto de 2017.


IRALDO EBERTZ
Prefeito de Tapurah



Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso

Ano 6, Nº 1175

Divulgação sexta-feira, 11 de agosto de 2017

- Página 102
Publicação segunda-feira, 14 de agosto de 2017
 PMT
FOLHA
Nº 62
B

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DE CARGO EFETIVO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Sr. IRALDO EBERTZ, Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Art. 1º. EXONERAR, a servidora pública municipal Sra. Venâncio Teresinha Runko, portadora do RG nº 15.32.337-4 e CPF nº 000.643.361-82, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Tapurah, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o decreto nº 06/2016, de 26 de setembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no último dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

Registre-se.
Publique-se.
Ciente-se.
CUMPRE-SE:
IRALDO EBERTZ
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 004/2017 INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE TAPURAH E CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL VINÍCIUS DE MORAES – TAPURAH-MT.

Objeto: O presente Termo tem por finalidade firmar termo de parceria por interesse público com entidade da sociedade civil para a execução de atividades na comunidade escolar municipal para o desenvolvimento do ensino fundamental e infantil no exercício de 2017.

Dotação Orçamentária:
05.002.12.361.0213.2019.33.70.41.00.00 (130).....R\$
43.628,00

Vigência: 30/08/2016
Data de Assinatura: 03/08/2017

Maria Lucia Bodin Martelli
Prefeita Municipal em exercício

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 005/2017 INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE TAPURAH E CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL DE 1º GRAU DOM AQUINO.

Objeto: O presente Termo tem por finalidade firmar termo de parceria por interesse público com entidade da sociedade civil para a execução de atividades na comunidade escolar municipal para o desenvolvimento do ensino fundamental e infantil no exercício de 2017.

Dotação Orçamentária:
05.002.12.361.0213.2019.33.70.41.00.00 (130).....R\$
8.594,00

Vigência: 30/08/2018
Data de Assinatura: 03/08/2017

Maria Lucia Bodin Martelli
Prefeita Municipal em exercício

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 006/2017 INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE TAPURAH E CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL CRIANÇA FELIZ – TAPURAH-MT.

Objeto: O presente Termo tem por finalidade firmar termo de parceria por interesse público com entidade da sociedade civil para a execução de atividades na comunidade escolar municipal para o desenvolvimento do ensino fundamental e infantil no exercício de 2017.

Dotação Orçamentária:
05.002.12.361.0213.2019.33.70.41.00.00 (130).....R\$
27.300,00

Vigência: 30/08/2018
Data de Assinatura: 03/08/2017

Maria Lucia Bodin Martelli
Prefeita Municipal em exercício

LEGISLAÇÃO

LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR 108/2017
De 08 de agosto de 2017

Dispõe sobre a Homologação da Reavaliação Atuarial/2017, altera as alíquotas de contribuição previdenciária devidas pelo Município ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS e altera o Caput do Artigo 18, da Lei Complementar nº 041/2012 de 12/09/2012, que dispõe sobre os benefícios de Auxílio Doença, o § 3º do Artigo 83 que dispõe do Cargo de Diretor Executivo do Tapurah-Previ e inclui o §5º ao artigo 83, da Lei Complementar Municipal nº 055/2013 e dá outras providências

O Senhor IRALDO EBERTZ, prefeito municipal de Tapurah, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal aprovou, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Altera os incisos, I, III e IV, do artigo 49 da Lei Complementar nº 41/2012, de 12/09/2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 49 – (...) I – A contribuição previdenciária de responsabilidade do Segurado relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários, necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS será de 11,00%, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.

(...)
III – A contribuição previdenciária de responsabilidade do ente relativo ao custo normal dos benefícios previdenciários e ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS será de 16,94%, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.

IV – Fica instituído plano de amortização destinado ao equacionamento do déficit atuarial, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição, conforme alíquotas de contribuição suplementar devidas pelo ente definidas na tabela a seguir.

TABELA DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

PERÍOD O	ANO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃ O	JURIS	PRESTAÇÃ O	Custo Suplementar
0		38.966.789,75				
1	2017	41.014.683,07	(2.054.103,32)	2.321.987,72	267.494,41	2,30%
2	2018	43.114.599,45	(2.069.806,38)	2.440.454,89	340.648,31	2,00%
3	2019	45.238.276,86	(2.121.577,52)	2.560.543,38	433.966,46	3,70%
4	2020	47.340.779,00	(2.104.502,03)	2.679.666,74	575.164,70	4,80%
5	2021	49.424.340,14	(2.083.561,15)	2.797.804,15	714.043,01	5,90%
6	2022	51.586.209,00	(1.941.868,86)	2.907.521,25	866.682,41	7,90%
7	2023	53.152.525,80	(1.786.416,80)	3.008.839,18	1.222.222,58	9,90%
8	2024	54.788.925,89	(1.616.300,28)	3.100.127,85	1.483.627,60	11,90%
9	2025	56.190.466,39	(1.430.560,51)	3.181.103,00	1.760.542,49	13,90%
10	2026	57.292.636,11	(1.093.348,73)	3.242.990,72	2.149.641,00	16,90%
11	2027	58.020.497,08	(727.630,97)	3.264.177,38	2.568.546,41	18,90%
12	2028	58.362.037,63	(331.570,55)	3.302.945,53	2.971.374,67	22,90%
13	2029	58.255.260,77	96.776,86	3.297.467,55	3.384.244,45	25,90%
14	2030	57.585.481,61	699.776,16	3.257.657,45	3.957.638,81	29,90%
15	2031	56.204.936,89	1.350.545,72	3.161.411,47	4.631.867,19	33,90%
16	2032	54.358.068,02	1.849.677,87	3.076.758,00	4.825.635,87	36,48%
17	2033	52.344.035,73	2.012.022,29	2.992.899,95	4.974.992,23	36,48%
18	2034	50.158.558,25	2.185.477,46	2.838.193,87	5.024.641,16	36,48%
19	2035	47.768.690,92	2.389.667,33	2.705.029,20	5.074.687,57	36,48%
20	2036	45.222.837,75	2.555.853,17	2.559.783,27	5.125.434,44	36,48%
21	2037	42.448.701,84	2.774.136,11	2.402.756,79	5.176.582,21	36,48%
22	2038	39.453.242,3	2.995.466,34	2.233.202,3	5.228.661,74	36,48%



Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso

Ano 6 Nº 1175

Divulgação sexta-feira, 11 de agosto de 2017

- Página 103

Publicação segunda-feira, 14 de agosto de 2017



PMT
FOLHA
Nº 03
A

		0	0		
23	2039	36.222.631,58	3.230.610,72	2.050.337,64	5.280.946,35 36,48%
24	2040	32.742.206,17	3.480.425,41	1.853.332,42	5.333.757,84 36,48%
25	2041	28.998.417,40	3.745.788,77	1.641.306,65	5.387.095,41 36,48%
26	2042	24.668.778,09	4.027.639,31	1.413.327,06	5.440.966,37 36,48%
27	2043	20.641.806,18	4.326.971,91	1.168.404,12	5.495.374,03 36,48%
28	2044	15.998.964,97	4.844.841,21	905.458,58	5.590.329,79 36,48%
29	2045	11.014.599,80	4.982.505,18	623.467,91	5.605.833,09 36,48%
30	2046	5.873.670,88	5.340.728,92	321.182,50	5.661.891,42 36,48%
31	2047	(47.317,63)	5.721.186,70	(2.678,37)	5.718.510,34 36,48%
32	2048	-	-	-	-
33	2049	-	-	-	-
34	2050	-	-	-	-
35	2051	-	-	-	-

Art. 2º - As contribuições correspondentes às alíquotas do custo normal e suplementar, relativas ao exercício de 2017, serão exigidas após nos termos do artigo 195, §6º da Constituição Federal.

Art. 3º - Caso a reavaliação atuarial anual indique a necessidade de majoração do plano de custeio, as alíquotas de contribuição do ente poderão ser revistas por meio do Decreto expedido pelo Poder Executivo.

Art. 4º - Altera a redação do Artigo 16, o § 3º do artigo 83 e inclui o § 5º ao artigo 83 da Lei Complementar nº 041/2012, que passam a ter a seguinte redação:

Art. 16 - O auxílio doença será devido ao segurado que ficar incapacitado para o exercício da função em gozo de licença para tratamento de saúde, por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, e corresponderá a totalidade dos vencimentos.

Art. 83 - O Cargo de Diretor Executivo, nos termos desta Lei, será exercido por servidor público, de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal.

§ 1º - (...) § 2º - (...) § 3º - O salário do Diretor Executivo será de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), que será pago por recursos próprios do Fundo Municipal Tapurah-Prev, observando os limites Constitucionais para gastos com as despesas administrativas de no máximo 2%.

§ 4º - (...) § 5º - A nomeação do Diretor Executivo pelo Prefeito Municipal dependerá de aprovação pelo conselho curador.

Art. 89 - Inclui os artigos 89-A e 89-B na Lei Complementar nº 041/2012, que passam a ter a seguinte redação:

Art. 89-A - O segurado em gozo de auxílio-doença; aposentadoria por invalidez e o pensionista inválido estão obrigados, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico a cargo da Previdência, processo de reabilitação profissional por ele iniciado e custeado, e tratamento dispensado gratuitamente, exceto o cirúrgico e a transfusão de sangue, que são facultativos.

§ 1º - A cada 2 (dois) anos o aposentado por invalidez e o pensionista inválido devem passar novamente por perícia médica.

§ 2º - O aposentado por invalidez e o pensionista inválido que não tenham retornado à atividade estarão isentos do exame de que trata o caput e o § 1º deste artigo:

I - após completarem cinquenta e cinco anos ou mais de idade e quando decorridos quinze anos da data de concessão da aposentadoria por invalidez ou do auxílio-doença que o precedeu; ou

II - após completarem sessenta anos de idade.

§ 3º - A leição de que trata o § 1º não se aplica quando o exame tem as seguintes finalidades:

I - verificar a recuperação da capacidade de trabalho, mediante solicitação do aposentado ou pensionista que se julgar apto;

II - subsidiar autoridade judiciária na concessão de curatela, conforme dispõe o art. 110 da Lei 8.213/91.

§ 4º - A perícia de que trata este artigo terá acesso aos prontuários médicos do periculado no Sistema Único de Saúde (SUS), desde que haja a prévia anuência do periculado e seja garantido o sigilo sobre os dados dele.

§ 5º - É assegurado o atendimento domiciliar e hospitalar pela perícia médica e social ao segurado com dificuldades de locomoção, quando seu deslocamento, em razão de sua limitação funcional e de condições de acessibilidade imponha ônus desproporcional e indevido, nos termos do regulamento.

Art. 90 - Anualmente deverá ser feita a atualização cadastral dos servidores públicos titulares de cargo efetivo ativos, aposentados, pensionistas e dependentes do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS do Município de Tapurah e a comprovação de vida de aposentados e Pensionistas.

§ 1º - A convocação para atualização cadastral dos segurados e beneficiários do RPPS de Tapurah será regulamentada por Decreto do Poder Executivo.

§ 2º - A comprovação de vida dos aposentados e pensionistas será regulamentada por meio de instrução normativa a ser editada pelo Diretor Executivo do Tapurah-Prev, após aprovação pelo conselho curador.

§ 3º - O não comparecimento para atualização cadastral ou comprovação de vida implicará em suspensão do benefício.

§ 4º - Decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da suspensão do benefício de pensão, sem manifestação por parte do pensionista ou seu representante, será cessado o pagamento da quota individual da pensão, revertendo a respectiva quota em favor dos pensionistas remanescentes, ou encerrado o benefício.

Art. 6 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar Municipal nº 98/2016.

Gabinete do prefeito municipal de Tapurah - estado de Mato Grosso, ao oitavo dia do mês de agosto de 2017.

IRALDO EBERTZ
Prefeito de Tapurah

LEI MUNICIPAL N. 1.184/2017
De 08 de agosto de 2017.

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - CMDM E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Sr. IRALDO EBERTZ, prefeito municipal de Tapurah, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e, demais ordenamentos pertinentes ao assunto, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal aprovou, sanciona e promulga a seguinte lei.

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM, órgão consultivo e deliberativo, que tem por finalidade garantir à mulher o pleno exercício de sua cidadania, por meio de propostas, acompanhamento, fiscalização, promoção, aprovação e avaliação de políticas para as mulheres, em todas as esferas da Administração Pública Municipal, destinadas a garantir a igualdade de oportunidades e de direitos entre homens e mulheres, promovendo a integração e a participação da mulher no processo social, econômico e cultural.

Art. 2º - Respeitadas as competências exclusivas do Legislativo e do Executivo municipal, compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher:

I - prestar assessoria direta ao Executivo nas questões e matérias referentes aos Direitos da Mulher e promoção da igualdade entre os gêneros;
II - estimular o estudo e o debate das condições de vida das mulheres do Município, visando eliminar todas as formas de discriminação e violência contra a mulher;
III - propor ao Executivo municipal a celebração de convênios com organismos municipais, estaduais, nacionais e internacionais, públicos ou privados, para a execução de programas relacionados às políticas públicas para as mulheres e aos direitos da mulher;

IV - propor projetos que incentivem a participação da mulher nos setores econômico, social e cultural, criando instrumentos que permitam a organização e a mobilização feminina, garantindo à mulher o pleno exercício de sua cidadania;

V - zelar pelo respeito, proteção e ampliação dos direitos da mulher como cidadã e trabalhadora;

VI - promover canais de diálogo com a sociedade civil;
VII - fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação em vigor, relacionada aos direitos da mulher;

VIII - sugerir a adoção de medidas normativas para modificar ou derogar leis, regulamentos, usos e práticas que constituam discriminação contra as mulheres;

IX - incentivar a apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, proteção e garantia dos direitos das mulheres;

X - elaborar o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e participar da elaboração do Plano Municipal de Políticas Públicas de Direito das Mulheres em consonância com as conclusões das Conferências Municipal, Estadual e Nacional e com os Planos e Programas contemplados no Orçamento Público;

XI - organizar as Conferências Municipais de Políticas Públicas para as mulheres;

XII - analisar e encaminhar aos órgãos competentes as denúncias e reclamações de qualquer pessoa ou entidade por desrespeito aos direitos assegurados às mulheres.

Art. 3º - O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM será composto por 10 (dez) representantes, que serão denominados conselheiras, nomeadas pelo prefeito, sendo constituídas por 05 (cinco) representantes do poder público e 05 (cinco) representantes da sociedade civil organizada e será composto da seguinte forma:

GOVERNAMENTAIS:

1. Secretária Municipal de Ação Social
2. Secretária Municipal de Educação
3. Secretária Municipal de Saúde
4. Poder Legislativo (Câmara Municipal)
5. Polícia Militar

NÃO GOVERNAMENTAIS:

1. Ordem dos Advogados do Brasil - OAB
2. Associações
3. Entidade sindical rural do Município;
4. Igreja;
5. Representantes de bairro.

Parágrafo único: O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher poderá convidar para participar de suas sessões, com direito a voz, sem direito a voto, representantes de entidades ou órgãos públicos ou privados cuja participação seja considerada importante diante da pauta de sessão e pessoas que, por seus conhecimentos e experiências profissionais possam contribuir para a discussão das matérias em exame.

Art. 4º - O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher tem a seguinte estrutura:



MUNICÍPIO DE TAPURAH

ESTADO DE MATO GROSSO

AVENIDA RIO DE JANEIRO, 125 – CENTRO – 78.573-000 – CNPJ 24.772.253/0001-41
TELEFONE 66.3547-3600



DECRETO Nº 286/2019,
DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

“Dispõe sobre a Homologação da Reavaliação Atuarial/2019 e altera as alíquotas de contribuição previdenciária patronal devida pelo Município de Tapurah ao Regime Próprio de Previdência Social Tapurah-Previ.”

A senhora **MARIA LUCIA BEDIN MARTELLI** Prefeita Municipal em Exercício de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial pelo art. 3º da Lei Complementar nº 125, de 30 de agosto de 2018:

DECRETA

Art. 1º. Homologar a reavaliação atuarial/2019 e alterar as alíquotas de contribuição previdenciária patronal devida pelo Município de Tapurah ao Regime Próprio de Previdência Social Tapurah-Previ, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 125, de 30 de agosto de 2018.

Art. 2º. A contribuição previdenciária de responsabilidade do ente relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários e ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS, prevista no inciso III do art. 49 da Lei Complementar nº 41/2012, será de 18,30%, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.

Art. 3º. Fica alterado o plano de amortização, previsto no inciso IV do art. 49 da Lei Complementar nº 41/2012, destinado ao equacionamento do déficit atuarial, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição, conforme alíquotas de contribuição suplementar devidas pelo ente definidas na tabela a seguir:

Tabela de Financiamento do Déficit Atuarial

PERÍODO		SALDO DEVEDOR				C.S. *	
0		31.506.119,51					
1	2019	32.955.967,78	(1.449.848,26)	1.865.432,14	415.583,87	3,30%	12.593.450,74
2	2020	34.434.224,60	(1.478.256,82)	1.949.107,05	470.850,23	3,70%	12.725.681,97
3	2021	35.914.151,10	(1.479.926,51)	2.032.876,48	552.949,97	4,30%	12.859.301,63
4	2022	37.338.979,03	(1.424.827,93)	2.113.527,11	688.699,19	5,30%	12.994.324,30
5	2023	38.702.445,31	(1.363.466,27)	2.190.704,45	827.238,18	6,30%	13.130.764,71
6	2024	39.997.864,84	(1.295.419,53)	2.264.030,09	968.610,55	7,30%	13.268.637,74
7	2025	41.075.980,18	(1.078.115,35)	2.325.055,48	1.246.940,13	9,30%	13.407.958,43
8	2026	41.917.670,68	(841.690,49)	2.372.698,34	1.531.007,85	11,30%	13.548.741,99



MUNICÍPIO DE TAPURAH

ESTADO DE MATO GROSSO

AVENIDA RIO DE JANEIRO, 125 – CENTRO – 78.573-000 – CNPJ 24.772.253/0001-41
TELEFONE 66.3547-3600



9	2027	42.502.573,21	(584.902,53)	2.405.806,03	1.820.903,50	13,30%	13.691.003,79
10	2028	42.662.357,88	(159.784,68)	2.414.850,45	2.255.065,77	16,30%	13.834.759,33
11	2029	42.362.065,98	300.291,90	2.397.852,79	2.698.144,69	19,30%	13.980.024,30
12	2030	41.564.493,52	797.572,47	2.352.707,18	3.150.279,65	22,30%	14.126.814,55
13	2031	40.360.186,68	1.204.306,84	2.284.538,87	3.488.845,71	24,44%	14.275.146,11
14	2032	39.044.790,58	1.315.396,10	2.210.082,49	3.525.478,59	24,44%	14.425.035,14
15	2033	37.611.232,13	1.433.558,45	2.128.937,67	3.562.496,11	24,44%	14.576.498,01
16	2034	36.052.009,60	1.559.222,53	2.040.679,79	3.599.902,32	24,44%	14.729.551,24
17	2035	34.359.166,80	1.692.842,80	1.944.858,50	3.637.701,30	24,44%	14.884.211,53
18	2036	32.524.265,81	1.834.900,98	1.840.996,18	3.675.897,16	24,44%	15.040.495,75
19	2037	30.538.358,04	1.985.907,78	1.728.586,30	3.714.494,08	24,44%	15.198.420,95
20	2038	28.391.953,47	2.146.404,56	1.607.091,71	3.753.496,27	24,44%	15.358.004,37
21	2039	26.074.988,22	2.316.965,25	1.475.942,73	3.792.907,98	24,44%	15.519.263,42
22	2040	23.576.789,99	2.498.198,23	1.334.535,28	3.832.733,51	24,44%	15.682.215,68
23	2041	20.886.041,55	2.690.748,45	1.182.228,77	3.872.977,22	24,44%	15.846.878,95
24	2042	17.990.741,95	2.895.299,59	1.018.343,88	3.913.643,48	24,44%	16.013.271,18
25	2043	14.878.165,53	3.112.576,42	842.160,31	3.954.736,73	24,44%	16.181.410,53
26	2044	11.534.818,31	3.343.347,22	652.914,24	3.996.261,47	24,44%	16.351.315,34
27	2045	7.946.391,86	3.588.426,45	449.795,77	4.038.222,21	24,44%	16.523.004,15
28	2046	4.097.714,41	3.848.677,45	231.946,10	4.080.623,55	24,44%	16.696.495,69
29	2047	(27.301,02)	4.125.015,43	(1.545,34)	4.123.470,09	24,44%	16.871.808,90
30	2048	-	-	-	-	-	-

* Custo Suplementar

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor dia 01 de dezembro de 2019.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal em Exercício de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se.

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE:

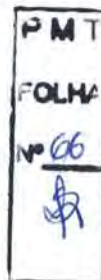
MARIA LUCIA BEDIN MARTELLI
Prefeita Municipal em Exercício



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

CNPJ 04.963.339/0001-44



ITEM 05:

5. CB 02. Contabilidade_Grave_02. Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando na inconsistência dos demonstrativos contábeis (art. 83 a 106, da Lei nº 4.320/1964 ou Lei nº 6.404/1976).

5.1 Inconsistência no Balanço Patrimonial, pelo registro das provisões matemáticas previdenciárias calculadas com data focal em 31/12/2019, quando deveria utilizar como base a data-focal de 31/12/2020.

Quanto ao Registro da Provisões Matemática não geradas nas contas contábeis da XML lançamento conta contábil, acreditamos que foi devido a algum problema no sistema em sua geração, pois essas informações foram lançadas no sistema, como consta no demonstrativo abaixo:

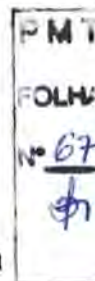
Cód.	Título	Saldo Anterior	Inscrição	Reversão	Saldo Atual
1	PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	12.086.157,48	0,00	-12.086.157,48	0,00
101	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO FINANCEIRO	12.086.157,48	0,00	-12.086.157,48	0,00
102	(1) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
103	(1) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
104	(1) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
105	(1) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
106	(1) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
107	(1) OUTRAS DEDUÇÕES (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
2	PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	44.801.757,78	0,00	-44.801.757,78	0,00
201	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO FINANCEIRO	44.801.757,78	0,00	-44.801.757,78	0,00
202	(1) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
203	(1) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
204	(1) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
205	(1) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
206	(1) OUTRAS DEDUÇÕES (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
3	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	-40.989.484,24	-346.187,78	2.274.455,29	-43.259.967,21
301	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO	-40.989.484,24	0,00	2.274.455,29	-43.259.967,21
302	(1) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
303	(1) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS (P)	0,00	63.321,52	0,00	63.321,52
304	(1) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
4	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	48.435.074,48	11.254.831,15	0,00	59.689.905,63
401	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIÁRIO	48.435.074,48	05.420.456,90	0,00	53.855.531,38
402	(1) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS (P)	0,00	31.697.862,90	0,00	31.697.862,90
403	(1) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS (P)	0,00	19.051.197,14	0,00	19.051.197,14
404	(1) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS (P)	0,00	3.416.565,79	0,00	3.416.565,79
405	(1) APORTE PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL - PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
406	(1) OUTRAS DEDUÇÕES (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
407	(1) APORTE PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL - PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
408	(1) OUTRAS DEDUÇÕES (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
5	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	-38.960.799,75	0,00	7.454.670,24	-31.506.129,51
501	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	-38.960.799,75	0,00	7.454.670,24	-31.506.129,51
502	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
503	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
504	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
505	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
506	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
507	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
508	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
509	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
510	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
511	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
512	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
513	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
514	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
515	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
516	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
517	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
518	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
519	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
520	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
521	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
522	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
523	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
524	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
525	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
526	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
527	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
528	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
529	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
530	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
531	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
532	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
533	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
534	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
535	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
536	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
537	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
538	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
539	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
540	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
541	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
542	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
543	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
544	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
545	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
546	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
547	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
548	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
549	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
550	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
551	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
552	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
553	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
554	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
555	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
556	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
557	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
558	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
559	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
560	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
561	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
562	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
563	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
564	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
565	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
566	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
567	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
568	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
569	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
570	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
571	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
572	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
573	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
574	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
575	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
576	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
577	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
578	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
579	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
580	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
581	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
582	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
583	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
584	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
585	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
586	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
587	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
588	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
589	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
590	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
591	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
592	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
593	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
594	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
595	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
596	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
597	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
598	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
599	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00
600	(1) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	0,00	0,00	0,00	0,00



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

CNPJ 04.963.339/0001-44



Informamos a esta Corte que já estaremos solicitando a reabertura do Aplic para fazer as correções conforme dados do DRRA Exercício 2020. (em anexo Relatório e DRAA).

A informações obtidas no Quadro 12 – Provisões Matemáticas registradas foram extraídas do DRRA exercício 2021, lançado no CADEPREV em 28/05/2021. (em anexo Relatório e DRAA).


SOLANGE APARECIDA ALVES DE SOUZA

CPF 571.296.901-78

Diretora Executiva – Tapurah-Previ

Matrícula 2300

Portaria 019/2021/GP/PMT

ITEM 08:

Av. Rio de Janeiro, nº 125 – Centro – Tapurah-MT – CEP: 78.573-000 – Tel. (066) 3547-3600/9.9934-8410

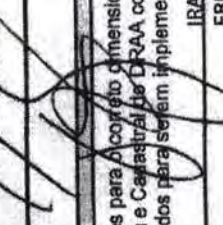
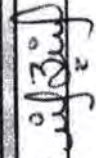
E-mail: tapurahprevi@hotmail.com;

previdencia@tapurah.mt.gov.br

CERTIFICADO DO DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Ente Federativo/UF Prefeitura Municipal de Tapurah /MT	CNPJ 24.772.253/0001-41	Unidade Gestora FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH MT	CNPJ 04.963.339/0001-44	Exercício 2020	Data de Envio 17/08/2020
Nº da NTA - Plano Previdenciário	2020.001231.1	Retificação	Não	Data de Elaboração	31/12/2019
Nº da NTA - Plano Financeiro		Avaliação Atuarial Inicial	Não	Data de Elaboração da Avaliação	03/06/2020

QUADRO RESUMO DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS NO DRAA					
Descrição	Quantidade			Valor da Folha Mensal	
	Masculino	Feminino	Total	Total	
Estadísticas da População Coberta					
Servidores	151	282	433		R\$ 1.244.955,99
Servidores Iminentes	0	0	0		R\$ 0,00
Aposentados	9	27	36		R\$ 98.233,88
Pensionistas	4	3	7		R\$ 8.868,46
Militares	0	0	0		R\$ 0,00
Outros	0	0	0		R\$ 0,00
Valores dos Compromissos Geração Atual	Plano Previdenciário - Civil			Plano Financeiro - Civil	
ATIVOS GARANTIDORES DOS COMPROMISSOS DO PLANO DE PROVISÃO MATEMÁTICA DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$ 31.037.080,14				
PROVISÃO MATEMÁTICA DOS BENEFÍCIOS A CONCEDER :	R\$ 15.416.181,19				
RESULTADO ATUARIAL	R\$ 59.818.241,72				
RESULTADO FINANCEIRO ESTIMADO PARA O EXERCÍCIO	-R\$ 12.692.223,26				
	R\$ 2.402.446,71				
Plano Previdenciário Civil Custo Normal	Custo Anual Prévio			% Sobre a Base de Contribuição	
Benefícios Avaliados em Regime de Capitalização	R\$ 3.851.432,39			23,81	
Benefícios Avaliados em Repartição de Capitais de Cobertura	R\$ 564.904,61			3,49	
Benefícios Avaliados em Regime de Repartição de Simples	R\$ 0,00			0,00	
Total	R\$ 4.416.337,00			27,30	

Atuário Responsável Técnico	IGOR FRANÇA GARCIA	Ass.:	
Representante Legal do Ente	IRALDO EBERTZ	Ass.:	IRALDO EBERTZ 34581235987
Representante Legal da Unidade Gestora	SOLANGE APARECIDA ALVES DE SOUZA	Ass.:	SOLANGE APARECIDA ALVES DE SOUZA 57129690178
Representante do Colegiado Deliberativo do RPPS	Mariele Cristina Benin	Ass.:	

PMT
FOLHA
Nº 68
A



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSP
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

ENTE			
Nome: Tapurah			
UF: MT			
DADOS DO ATUÁRIO RESPONSÁVEL TÉCNICO			
Nome: IGOR FRANÇA GARCIA			
MTE: 47.368 - 116/MG			
DADOS DOS ORGÃO/ENTIDADES			
CNPJ	Nome	Poder	Competência da Base Cadastral
24.772.253/0001-41	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH	Executivo	12/2019
33.005.083/0001-60	CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH	Legislativo	12/2019
04.963.339/0001-44	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT	Executivo	12/2019

PMT
FOLHA
Nº 69
A

02/08/2021 11:12:07



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

COMPOSIÇÃO DE MASSA

Civil

Segregação de Massa

☒ Não Possui

☐ Instituída neste Exercício ou Mantida

☐ Revisada neste Exercício

☐ Extinta neste Exercício

Benefícios Mantido pelo

Possui Aposentadorias ou Pensões por Morte de Responsabilidade Financeira do Tesouro, que não se caracterizam como Segregação da Massa?

☐ Sim

☒ Não

Militar

Segregação de Massa

☐ Não Possui

☐ Instituída neste Exercício ou Mantida

☐ Revisada neste Exercício

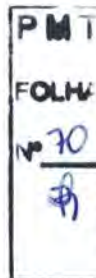
☐ Extinta neste Exercício

Benefícios Mantido pelo

Possui Aposentadorias ou Pensões por Morte de Responsabilidade Financeira do Tesouro, que não se caracterizam como Segregação da Massa?

☐ Sim

☐ Não



02/08/2021 11:12:07



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSP
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

IDENTIFICAÇÃO DO DRAA

Exercício do DRAA: 2020
Tipo do DRAA: Avaliação Atuarial Anual
Data da Avaliação: 31/12/2019
Data de Elaboração da Avaliação: 03/06/2020
Avaliação Atuarial Inicial: ☐ Sim ☒ Não
Nº da Nota Técnica Atuarial Vigente - Plano Previdenciário: 2020.001231.1
Nº da Nota Técnica Atuarial Vigente - Plano Financeiro:

Descrição:

Retificação: ☐ Sim ☒ Não
Motivado por Iniciativa Própria: ☐ Sim ☐ Não

Justificativa:

Motivado por Notificação: ☐ Sim ☐ Não

Números da Notificação:





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Plano Civil
Previdenciário

Civil >> Previdenciário >> Base Normativa

Plano de Custeio Vigente

Contribuição Normal

Ente Federativo

Norma Aliquota (%): 16,30 Tipo da Norma: Lei Complementar Número da Norma: 125 Data da Norma: 30/08/2018 Dispositivo da Norma: ART. 49

Base de Cálculo da Contribuição do Ente Federativo

Base de Cálculo

Total das Remunerações de Contribuição dos Servidores Ativos

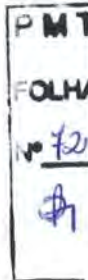
Base de Cálculo	Tipo da Norma	Número da Norma	Data da Norma	Dispositivo da Norma
Lei Complementar	Lei Complementar	125	30/08/2018	Artigo 49

Segurados Ativos

Norma Aliquota (%): 11,00 Tipo da Norma: Lei Complementar Número da Norma: 41 Data da Norma: 09/08/2017 Dispositivo da Norma: ART. 49

Aposentados

Norma Aliquota (%): 11,00 Tipo da Norma: Lei Complementar Número da Norma: 41 Data da Norma: 12/09/2012 Dispositivo da Norma: Artigo 49, Inciso III





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Pensionistas

Norma	Número da Norma: 41	Data da Norma: 12/09/2012	Dispositivo da Norma: Artigo 49, Inciso III
Aliquota (%): 11,00	Tipo da Norma: Lei Complementar		

Administração do Plano

Custeada com Recursos do RPPS

Aliquota (%): 2,00 Aporte (R\$):

Fundamento Legal

Tipo da Norma: Resolução	Número da Norma: 41	Data da Norma: 12/09/2012	Dispositivo da Norma: ARTIGO 49, § 3º
--------------------------	---------------------	---------------------------	---------------------------------------

Base de Cálculo da Taxa de Administração

Base de Cálculo	Tipo da Norma	Número da Norma	Data da Norma	Dispositivo da Norma
Total das Remunerações dos Segurados Ativos, Aposentados e Pensionistas do Exercício Anterior	Lei Complementar	55	12/09/2012	Art. 49, § 3º

Plano de Amortização do Déficit Atuarial

Possui Plano de Amortização para Equacionamento do Déficit Atuarial Implementado em Lei: Sim

Mês/Ano de Início do Plano: 04/2012

Fundamento Legal

Número da Norma: 125

Dispositivo da Norma: Art. 49

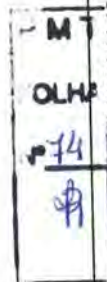
Data da Norma: 30/08/2018

02/08/2021 11:12:07



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA



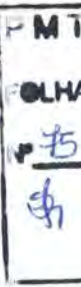
02/08/2021 11:12:07



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSP
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Plano de Amortização			Aliquota (%)	Aporte Anual (R\$)
Ano				
2019			3.30	
2020			3.70	
2021			4.30	
2022			5.30	
2023			6.30	
2024			7.30	
2025			9.30	
2026			11.30	
2027			13.30	
2028			16.30	
2029			19.30	
2030			22.30	
2031			24.44	
2032			24.44	
2033			24.44	
2034			24.44	
2035			24.44	
2036			24.44	
2037			24.44	
2038			24.44	
2039			24.44	
2040			24.44	
2041			24.44	
2042			24.44	
2043			24.44	
2044			24.44	





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Plano de Amortização		Aporte Anual (R\$)	
Ano	Aliquota (%)		
2045	24,44		
2046	24,44		
2047	24,44		
Base de Cálculo		Dispositivo da Norma	
Base de Cálculo	Tipo da Norma	Número da Norma	Data da Norma
Total das Remunerações de Contribuição dos Servidores Ativos	Lei Complementar	55	09/10/2013
			ART 3

Segregação de Massa

Fundamento Legal

Tipo da Norma:

Número da Norma:

Data da Norma:

Dispositivo da Norma:

Critérios para Composição do Plano Previdenciário

Data de ingresso no seguro (data do corte):

Idade do Segurado:

Condição do Segurado:

Outros:

Atuário Responsável pelo Projeto de Segregação

Nome:

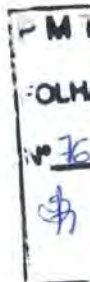
Número do Registro Profissional:

Aprovação prévia do MPS

Tipo do Documento:

Número do Documento:

Data do Documento:

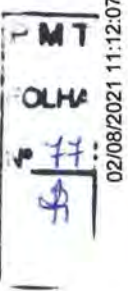




MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSP
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Plano de Benefícios					
Benefícios	Tipo da Norma	Número da Norma	Dispositivo da Norma	Data da Norma	
Aposentadoria Por Invalidez Permanente	Lei Complementar	41	ARTIGOS 12 A 17	12/09/2012	
Aposentadorias Programadas (Por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória)	Lei Complementar	41	ARTIGOS 12 A 17	12/09/2012	
Aposentadoria Especial - Professor - Educação Infantil e Ensino Fund. e Médio	Lei Complementar	41	ARTIGOS 12 A 17	12/09/2012	
Pensão Por Morte de Servidor em Atividade	Lei Complementar	41	ARTIGOS 31 A 36	12/09/2012	
Pensão Por Morte de Aposentado Voluntário ou Compulsório	Lei Complementar	41	ARTIGOS 31 A 36	12/09/2012	
Pensão Por Morte de Aposentado por Invalidez	Lei Complementar	41	ARTIGOS 31 A 36	12/09/2012	





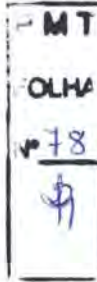
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Civil >> Previdenciário >> Base Cadastral

Estatísticas da População Coberta

Órgão/Entidade	População Coberta	Quantidade (A)			Média da B. Cálculo ou Média do Vr. do Benefício (B)		Idade Média		IMP		IMA		Valor da Folha Mensal (AxB)	
		Fem.	Masc.	Total	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.
														Total
CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH	Servidores - DEMAIS SERVIDORES - Sem critério diferenciado para aposentadoria	2	4	6		R\$ 5.128,71	41,00	44,25	53,00	65,50	32,50	33,00	R\$ 4.762,56	R\$ 20.514,84
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT	Aposentados - DEMAIS SERVIDORES - Compulsória	0	1	1		R\$ 998,00		74,00				74,00	R\$ 0,00	R\$ 998,00
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT	Aposentados - DEMAIS SERVIDORES - Por Idade	8	1	9		R\$ 1.576,82	66,00	68,00			66,00	68,00	R\$ 12.614,56	R\$ 13.612,56
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT	Aposentados - DEMAIS SERVIDORES - Por Invalidez	8	6	14		R\$ 1.539,89	61,63	67,50			61,63	67,50	R\$ 12.317,52	R\$ 19.213,62
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT	Aposentados - DEMAIS SERVIDORES - Por Tempo de Contribuição	3	1	4		R\$ 4.023,48	61,67	63,00			61,67	63,00	R\$ 12.070,47	R\$ 2.992,51
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT	Aposentados - PROFESSORES DA EDUC. INFANTIL E DO ENSINO FUND. E MEDIO - Por Tempo de Contribuição	8	0	8		R\$ 4.628,65	57,25				57,25		R\$ 37.029,20	R\$ 37.029,20
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT	Pensionistas - DEMAIS SERVIDORES	3	4	7		R\$ 1.223,06	50,00	32,25					R\$ 3.669,18	R\$ 8.898,48
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH	Servidores - DEMAIS SERVIDORES - Sem critério diferenciado para aposentadoria	200	137	337		R\$ 2.528,96	39,47	40,06	55,50	61,04	31,65	33,15	R\$ 505.792,00	R\$ 890.127,69
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH	Servidores - PROFESSORES DA EDUC. INFANTIL E DO ENSINO FUND. E MEDIO - Critério para aposentadoria como professor	80	10	90		R\$ 3.653,68	41,70	39,90	54,30	57,70	34,09	32,60	R\$ 292.294,40	R\$ 329.550,90
Avaliação Crítica														





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

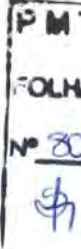
Atualização da Base Cadastral			
Segurados Ativos : <input checked="" type="checkbox"/>	Data do Último Recenseamento Previdenciário : 14/01/2019	Percentual de Cobertura do Último Recenseamento Previdenciário : 100,00	
Aposentados : <input checked="" type="checkbox"/>	Data do Último Recenseamento Previdenciário : 12/09/2017	Percentual de Cobertura do Último Recenseamento Previdenciário : 100,00	
Pensionistas : <input checked="" type="checkbox"/>	Data do Último Recenseamento Previdenciário : 12/09/2017	Percentual de Cobertura do Último Recenseamento Previdenciário : 100,00	
Amplitude da Base Cadastral			
Percentual de Cobertura da População : 100,00		Percentual de Cobertura em Relação aos Órgãos e Entidades : 100,00	
Grupo	Descrição	Consistência da Base Cadastral	Compleitude da Base Cadastral
Ativo	Identificação do Segurado Ativo	76%-100%	76%-100%
Ativo	Sexo	76%-100%	76%-100%
Ativo	Estado Civil	76%-100%	76%-100%
Ativo	Data de Nascimento	76%-100%	76%-100%
Ativo	Data de Ingresso no ENTE	76%-100%	76%-100%
Ativo	Identificação do Cargo Atual	76%-100%	76%-100%
Ativo	Base de Cálculo (Remuneração de Contribuição)	76%-100%	76%-100%
Ativo	Tempo de Contribuição para o RGPS	76%-100%	76%-100%
Ativo	Tempo de Contribuição para Outros RPPS	76%-100%	76%-100%
Ativo	Data de Nascimento do Cônjuge	76%-100%	76%-100%
Ativo	Número de Dependentes	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Identificação do Aposentado	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Sexo	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Estado Civil	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Data de Nascimento	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Data de Nascimento do Cônjuge	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Data de Nascimento do Dependente Mais Novo	76%-100%	76%-100%



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Grupo		Descrição		Consistência da Base Cadastral		Compleitude da Base Cadastral	
Aposentado	Valor do Benefício				76%-100%		76%-100%
Aposentado	Condição do Aposentado (válido ou inválido)				76%-100%		76%-100%
Aposentado	Tempo de Contribuição para o RPPS				76%-100%		76%-100%
Aposentado	Tempo de Contribuição para outros Regimes				76%-100%		76%-100%
Aposentado	Valor Mensal da Compensação Previdenciária				76%-100%		76%-100%
Aposentado	Número de Dependentes				76%-100%		76%-100%
Pensão	Identificação do Pensão				76%-100%		76%-100%
Pensão	Número de Pensionistas				76%-100%		76%-100%
Pensão	Sexo do Pensionista Principal				76%-100%		76%-100%
Pensão	Data de Nascimento				76%-100%		76%-100%
Pensão	Valor do Benefício				76%-100%		76%-100%
Pensão	Condição do Pensionista (válido ou inválido)				76%-100%		76%-100%
Pensão	Duração do Benefício (vitalício ou temporário)				76%-100%		76%-100%
Tratamento da Base Cadastral							
Grupo	Descrição		Inconsistências Encontradas		Adoção de Premissa	Quantidade de Registros	Descrição de Premissa Utilizada
Ativo	Identificação do Segurado Ativo		Nenhuma				
Ativo	Sexo		Nenhuma				
Ativo	Estado Civil		Nenhuma				
Ativo	Data de Nascimento		Nenhuma				
Ativo	Data de Ingresso no ENTE		Nenhuma				
Ativo	Identificação do Cargo Atual		Nenhuma				
Ativo	Base de Cálculo (Remuneração de Contribuição)		Nenhuma				
Ativo	Tempo de Contribuição para o RGPS		NÃO Foi informado para essa Reavaliação Atuarial, o TEMPO ANTERIOR DE CONTRIBUIÇÃO AO RPPS de 15% dos Servidores Ativos		X	65	Os Servidores ativos que não possuem Tempo Anterior de Contribuição ao RPPS, consideramos uma idade mínima de ingresso no mercado de trabalho aos 25 anos.
Ativo	Tempo de Contribuição para Outros RPPS		NÃO Foi informado para essa Reavaliação Atuarial, o TEMPO ANTERIOR DE CONTRIBUIÇÃO AO RPPS de 15% dos Servidores Ativos		X	65	Os Servidores ativos que não possuem Tempo Anterior de Contribuição ao RPPS, consideramos uma idade mínima de ingresso no mercado de trabalho aos 25 anos.





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Grupo	Descrição	Inconsistências Encontradas	Adoção de Premissa	Quantidade de Registros	Descrição de Premissa Utilizada
Ativo	Data de Nascimento do Cônjuge	Nenhuma			
Ativo	Número de Dependentes	Nenhuma			
Aposentado	Identificação do Aposentado	Nenhuma			
Aposentado	Sexo	Nenhuma			
Aposentado	Estado Civil	Nenhuma			
Aposentado	Data de Nascimento	Nenhuma			
Aposentado	Data de Nascimento do Cônjuge	Nenhuma			
Aposentado	Data de Nascimento do Dependente Mais Novo	Nenhuma			
Aposentado	Valor do Benefício	Nenhuma			
Aposentado	Condição do Aposentado (válido ou inválido)	Nenhuma			
Aposentado	Tempo de Contribuição para o RPPS	Nenhuma			
Aposentado	Tempo de Contribuição para outros Regimes	Nenhuma			
Aposentado	Valor Mensal da Compensação Previdenciária	Nenhuma			
Aposentado	Número de Dependentes	Nenhuma			
Pensão	Identificação do Pensão	Nenhuma			
Pensão	Número de Pensionistas	Nenhuma			
Pensão	Sexo do Pensionista Principal	Nenhuma			
Pensão	Data de Nascimento	Nenhuma			
Pensão	Valor do Benefício	Nenhuma			
Pensão	Condição do Pensionista (válido ou inválido)	Nenhuma			
Pensão	Duração do Benefício (vitalício ou temporário)	Nenhuma			

PMT
FOLHA
Nº 81
02/08/2021 11:12:07



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSP
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Civil >> Previdenciário >> Base Técnica			
Regimes e Métodos de Financiamento		Regime Financeiro e Método de Financiamento	Descrição do Método de Financiamento
Benefícios do Plano			
Aposentadoria Por Invalidez Permanente		REGIME FINANCEIRO DE REPARTIÇÃO DE CAPITALIS DE COBERTURA	
Aposentadorias Programadas (Por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória)		REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO - CRÉDITO UNITÁRIO PROJETADO	
Aposentadoria Especial - Professor - Educação Infantil e Ensino Fund. e Médio		REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO - CRÉDITO UNITÁRIO PROJETADO	
Pensão Por Morte de Servidor em Atividade		REGIME FINANCEIRO DE REPARTIÇÃO DE CAPITALIS DE COBERTURA	
Pensão Por Morte de Aposentado Voluntário ou Compulsório		REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO - CRÉDITO UNITÁRIO PROJETADO	
Pensão Por Morte de Aposentado por Invalidez		REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO - CRÉDITO UNITÁRIO PROJETADO	
Hipóteses Atuariais			
Hipóteses Demográficas, Econômicas e Financeiras		Unidade	Hipóteses
Projeção da Taxa de Juros Real para o Exercício		PERCENTUAL	5.88
Projeção de Crescimento Real do Salário		PERCENTUAL	1.08
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano		PERCENTUAL	1.00
Critério para Projeção do Valor dos Proventos Calculados pela Média		TEXTO	Média Ponderada da taxa de reajuste e os Benefícios, separados por classe de Atividade
Projeção da Taxa de Inflação de Longo Prazo		PERCENTUAL	0.00
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios		PERCENTUAL	100.00
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Salários		PERCENTUAL	100.00
Projeção da Taxa de Rotatividade		TEXTO	1
Critérios da Projeção de Novos Entrantes		TEXTO	Não utilizamos a hipótese de novos entrantes
Projeção de Novos Entrantes para o Exercício - Quantidade de saídas por morte		QUANTIDADE	2
Projeção de Novos Entrantes para o Exercício - Quantidade de saídas por aposentadoria		QUANTIDADE	24
Projeção de Novos Entrantes para o Exercício - Quantidade de saídas por desligamento		QUANTIDADE	4
Projeção de Novos Entrantes - Quantidade de entradas		QUANTIDADE	0
Composição Familiar - Servidores em atividade		TEXTO	Conforme a realidade da Massa de Servidores



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA			
Hipóteses Demográficas, Econômicas e Financeiras			
	Unidade	Hipóteses	
Probabilidade de Casados, se adotada premissa	TEXTO	NÃO	
Diferença da idade entre titular masculino e cônjuge feminino, se adotada premissa	TEXTO		5
Diferença da idade entre titular feminino e cônjuge masculino, se adotada premissa	TEXTO		5
Composição Familiar - Aposentados	TEXTO	Conforme a realidade da Massa de Servidores	
Probabilidade de Casados, se adotada premissa	TEXTO	NÃO	
Diferença da idade entre titular masculino e cônjuge feminino, se adotada premissa	TEXTO		5
Diferença da idade entre titular feminino e cônjuge masculino, se adotada premissa	TEXTO		5
Hipótese Adotada para Entrada em Aposentadoria	TEXTO		25
Outras Hipóteses Adotadas	TEXTO		
Hipóteses Biométricas			
Tipo Tábua	Tábua da População Masculina		Tábua da População Feminina
Tábua de Mortalidade de Válido - Fase Laborativa	Outras		Outras
Tábua de Mortalidade de Válido - Fase Pós Laborativa	Outras		Outras
Tábua de Mortalidade de Inválido	Outras		Outras
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas		Álvaro Vindas
Tábua de Morbidez	Samuel Dumas		Samuel Dumas
Outras Tábuas utilizadas			
Descrição da Hipótese de Novos Entrantes:			
Justificativa da Adoção de Hipóteses			
Hipóteses Demográficas, Econômicas e Financeiras			





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSP
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

	Unidade	Valor previsto no DRAA de 2017	Valor ocorrido em 2017	Valor previsto no DRAA de 2018	Valor ocorrido em 2018	Valor previsto no DRAA de 2019	Valor ocorrido em 2019	Perspectiva de Longo prazo	Justificativa Técnica para Eventuais Discrepâncias em Relação a Hipótese Adotada
Projeção da Taxa de Juros Real para o Exercício	PERCENTUAL	0.00	0.00	6.00	6.19	6.00	7.97		
Projeção de Crescimento Real do Salário	PERCENTUAL	0.00	0.00	1.00	0.00	1.05	1.41		
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	PERCENTUAL	0.00	0.00	0.95	1.83	1.00	0.16		
Critério para Projeção do Valor dos Proventos Calculados pela Média	TEXTO	0	00	Utilizamos uma média ponderada, separando por classes de reajustes	Utilizamos uma média ponderada, separando por classes de reajustes	Utilizamos uma média ponderada, separando por classes de reajustes	Utilizamos uma média ponderada, separando por classes de reajustes		Utilizamos uma média ponderada, separando por classes de reajustes
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios	PERCENTUAL	0.00	0.00	100.00	100.00	100.00	100.00		Não consideramos para não gerarmos distorções
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Salários	PERCENTUAL	0.00	0.00	100.00	100.00	100.00	100.00		Não consideramos para não gerarmos distorções
Projeção da Taxa de Rotatividade	TEXTO	0	0	3	4	4	7.39		
Critérios da Projeção de Novos Entrantes	TEXTO	0	0	0	0	0	0		Não utilizamos Novos Entrantes nos Cálculos anteriores
Projeção de Novos Entrantes para o Exercício - Quantidade de saídas por morte	QUANTIDADE	0	0	1	0	1	1		Não utilizamos Novos Entrantes nos Cálculos anteriores
Projeção de Novos Entrantes para o Exercício - Quantidade de saídas por aposentadoria	QUANTIDADE	0	0	19	3	18	0		Não utilizamos Novos Entrantes nos Cálculos anteriores
Projeção de Novos Entrantes para o Exercício - Quantidade de saídas por desligamento	QUANTIDADE	0	0	3	15	4	32		Não utilizamos Novos Entrantes nos Cálculos anteriores
Projeção de Novos Entrantes - Quantidade de entradas	QUANTIDADE	0	0	0	0	0	0		Não utilizamos Novos Entrantes nos Cálculos anteriores

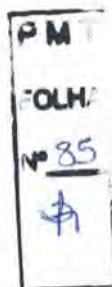
PM
FOLHA
Nº 84
\$



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Hipóteses Biométricas		População	Número de eventos previstos pela tabela utilizada no DRAA de 2017	Número de eventos ocorridos em 2017	Número de eventos previstos pela tabela utilizada no DRAA de 2018	Número de eventos ocorridos em 2018	Número de eventos previstos pela tabela utilizada no DRAA de 2019	Número de eventos ocorridos em 2019	Justificativa Técnica para Eventuais Discrepâncias em Relação a Hipótese Adotada
Tábua de Mortalidade de Válido - Fase Laborativa		Masculino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	
Tábua de Mortalidade de Válido - Fase Laborativa		Feminino	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	
Tábua de Mortalidade de Válido - Fase Pós Laborativa		Masculino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Tábua de Mortalidade de Válido - Fase Pós Laborativa		Feminino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Tábua de Mortalidade de Inválido		Masculino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Tábua de Mortalidade de Inválido		Feminino	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	
Tábua de Entrada em Invalidez		Masculino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Tábua de Entrada em Invalidez		Feminino	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	
Tábua de Morbidez		Masculino	0,00	0,00	0,00	9,00	0,00	5,00	
Tábua de Morbidez		Feminino	0,00	0,00	0,00	22,00	0,00	22,00	
Outras Tábuas utilizadas		Masculino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Tábuas utilizadas		Feminino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSP
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA		
Civil >> Previdenciário >> Resultados		
Valores dos Compromissos		
Descrição	Geração Atual	Gerações Futuras
Valor Atual dos Salários Futuros	R\$ 152.623.602,50	R\$ 0,00
ATIVOS GARANTIDORES DOS COMPROMISSOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS		
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	R\$ 31.037.080,14	
Aplicações em Segmento de Renda Variável - RPPS	R\$ 29.720.355,55	
Aplicações em Segmento Imobiliário - RPPS	R\$ 1.293.183,19	
Aplicações em Enquadramento - RPPS	R\$ 0,00	
Títulos e Valores não Sujeitos ao Enquadramento - RPPS	R\$ 0,00	
Demaís Bens, direitos e ativos	R\$ 23.561,40	
PROVISÃO MATEMÁTICA DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$ 15.416.181,19	
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS - ENCARGOS DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$ 16.039.168,43	
Benefícios Concedidos - Encargos - Aposentadorias Programadas	R\$ 4.779.561,08	
Benefícios Concedidos - Encargos - Aposentadorias Especiais de Professores	R\$ 6.884.844,13	
Benefícios Concedidos - Encargos - Outras Aposentadorias Especiais	R\$ 0,00	
Benefícios Concedidos - Encargos - Aposentadorias por Invalidez	R\$ 3.183.649,79	
Benefícios Concedidos - Encargos - Pensões Por Morte	R\$ 1.191.113,43	
Benefícios Concedidos - Encargos - Compensação Previdenciária a Pagar	R\$ 0,00	
VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS E COMPENSAÇÕES A RECEBER - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$ 622.987,24	
Benefícios Concedidos - Contribuições Futuras dos Aposentados	R\$ 35.702,49	
Benefícios Concedidos - Contribuições Futuras dos Pensionistas	R\$ 0,00	
Benefícios Concedidos - Compensação Previdenciária a Receber	R\$ 587.284,75	
PROVISÃO MATEMÁTICA DOS BENEFÍCIOS A CONCEDER :	R\$ 59.819.241,72	R\$ 0,00
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS - ENCARGOS DE BENEFÍCIOS A CONCEDER:	R\$ 114.062.582,79	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Aposentadorias Programadas	R\$ 66.070.184,18	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Aposentadorias Especiais de Professores	R\$ 37.267.388,00	R\$ 0,00

PM
FOLHA
Nº 86
\$

02/08/2021 11:12:07



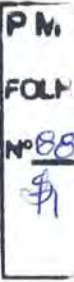
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA		
Descrição	Geração Atual	Gerações Futuras
Benefícios a Conceder - Encargos - Outras Aposentadorias Especiais	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Aposentadorias por Invalidez	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Pensões Por Morte de Servidores em Atividade	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Pensões Por Morte de Aposentados	R\$ 10.660.342,56	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Outros Benefícios e Auxílios	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Compensação Previdenciária a Pagar	R\$ 64.668,05	R\$ 0,00
VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS E COMPENSAÇÕES A RECEBER - BENEFÍCIOS A CONCEDER:	R\$ 54.243.341,07	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras do Ente	R\$ 31.697.862,90	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras dos Segurados Ativos	R\$ 19.051.197,14	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras dos Aposentados	R\$ 138.723,19	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras dos Pensionistas	R\$ 3.660,10	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Compensação Previdenciária a Receber	R\$ 3.351.897,74	R\$ 0,00
PROVISÃO MATEMÁTICA PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS ASSEGURADA POR LEI:	R\$ 31.506.119,51	R\$ 0,00
Valor Atual do Plano de Amortização do Déficit Atuarial estabelecido em lei	R\$ 31.506.119,51	R\$ 0,00
Valor Atual dos Parcelamentos de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00	
RESULTADO ATUARIAL	-R\$ 12.692.223,26	
Déficit Atuarial		
Equilíbrio Atuarial		
Superávit Atuarial		
DESTINAÇÃO DO RESULTADO		
Provisão de Contingências (até 25% dos Compromissos)	R\$ 0,00	
Provisão para revisão do plano de custeio (acima 25% dos Compromissos)	R\$ 0,00	
FUNDOS CONSTITUÍDOS		
Fundo Garantidor de Pensão de Servidor Estruturada em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	R\$ 0,00	
Fundo Garantidor de Aposentadoria por Invalidez de Servidor Estruturada em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	R\$ 0,00	
Fundo Garantidor de Benefícios Estruturados em Regime de Repartição Simples	R\$ 0,00	
Fundo de Oscilação de Riscos dos Benefícios Estruturados em Regime de Capitalização	R\$ 0,00	



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA			
Descrição	Geração Atual	Gerações Futuras	
Fundo de Oscilação de Riscos dos Benefícios Estruturados em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	R\$ 0,00		
Fundo de Oscilação de Riscos dos Benefícios Estruturados em Regime de Repartição Simples	R\$ 0,00		
Fundo Administrativo	R\$ 0,00		
RECEITAS E DESPESAS ESTIMADAS PARA O EXERCÍCIO			
Total de Receitas Estimadas para o Exercício	R\$ 5.280.624,61		
Total de Despesas Estimadas para o Exercício	R\$ 2.878.177,90		
RESULTADO FINANCEIRO ESTIMADO PARA O EXERCÍCIO			
Déficit Financeiro			
Equilíbrio Financeiro			
Superávit Financeiro	R\$ 2.402.446,71		
Custo Normal			
Base de Contribuição			
	Valor Mensal - Estatísticas da População Coberta		Valor Anual
Total das Remunerações de Contribuição dos Servidores Ativos	R\$ 1.244.955,99		R\$ 16.184.692,16
Total:	R\$ 1.244.955,99		R\$ 16.184.692,16
Valor Atual dos Salários Futuros - VASF: R\$ 152.623.802,50			
Custo Normal dos Benefícios - Regime de Capitalização			
Benefícios	Custo Anual Previsto (R\$)		% sobre Base de Contribuição
Aposentadorias Programadas (Por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória)	R\$ 2.080.838,11		12,86
Aposentadoria Especial - Professor - Educação Infantil e Ensino Fund. e Médio	R\$ 1.360.546,85		8,41
Pensão Por Morte de Aposentado Voluntário ou Compulsório	R\$ 360.502,35		2,23
Pensão Por Morte de Aposentado por Invalidez	R\$ 49.545,08		0,31





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSP
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA							
Benefícios		Custo Anual Previsto (R\$)		% sobre Base de Contribuição			
Total:		R\$ 3.851.432,39		23,81			
Custo Normal dos Benefícios - Regime de Cobertura							
Benefícios		Custo Anual Previsto (R\$)		% sobre Base de Contribuição			
Aposentadoria Por Invalidez Permanente		R\$ 131.911,91		0,82			
Pensão Por Morte de Servidor em Atividade		R\$ 432.992,70		2,68			
Total:		R\$ 564.904,61		3,49			
Custo Normal dos Benefícios - Regime de Repartição Simples							
Benefícios		Valor Pago em 2017	Valor Pago em 2018	Valor Pago em 2019	Valor Mínimo para 2020	Valor Previsto para 2020	% sobre Base de Contribuição
Total:		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00
Custo Normal Total							
		Custo Anual Previsto (R\$)			% sobre Base de Contribuição		
Benefícios em Regime de Capitalização		R\$ 3.851.432,39			23,81		
Benefícios em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura		R\$ 564.904,61			3,49		
Benefícios em Regime de Repartição Simples		R\$ 0,00			0,00		
Total		R\$ 4.416.337,00			27,30		

Observações:

PM
FOLH
Nº 89
\$



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Custo Suplementar			
Forma de Amortização e Apuração do Déficit Atuarial e Amortizar			
Forma Amortização:	Por Aliquota		
Forma de Pagamento:	Antecipados		
		Contas Recuperadas da Demonstração do Resultado Atuarial	Geração Atual (R\$)
ATIVOS GARANTIDORES DOS COMPROMISSOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS			R\$ 31.037.080,14
PROVISÃO MATEMÁTICA DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS			R\$ 15.416.181,19
PROVISÃO MATEMÁTICA DOS BENEFÍCIOS A CONCEDER :			R\$ 59.819.241,72
Valor Atual dos Parcelamentos de Débitos Previdenciários			R\$ 0,00

R\$ 12.296.938,08

Valor Atual do Bens, Direitos e Demais Ativos a serem incorporados no Exercício Atual:

-R\$ 31.901.404,69

Déficit Atuarial a Amortizar:

PM
FOLH.
Nº 90
\$



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSP
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA				
Tipo de LDA:		Constante definida no art 8º:	Valor calculada na avaliação atuarial:	Valor limite do déficit atuarial:
Observações:				
Prazo de Amortização				
Prazo Remanescente Calculado (anos):		28	Prazo Informado (anos):	35
Justificativa:		O plano de Amortização com alíquotas crescentes foi repactuado conforme permite o artigo 81 da Portaria MF 464/2018, Portaria ME 14.816/2020, e nas novas condições estabelecidas, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência (Instrução Normativa SPREV nº 007/2018).		
Base Cálculo Contribuição Suplementar				
		Composição da Base de Cálculo		Valor Anual Inicial (R\$)
Servidores		Total das Remunerações de Contribuição dos Servidores Ativos		R\$ 1.244.976,32
Aposentados		Total das Parcelas dos Proventos de Aposentadoria que Superem o Limite Máximo do RGPS		R\$ 339,81
Pensionistas		Total das Parcelas das Pensões Por Morte que Superem o Limite Máximo do RGPS		R\$ 0,00
Outros		Total das Remunerações dos Segurados Ativos, Aposentados e Pensionistas do Exercício Anterior		R\$ 1.736.212,69

PM
FOLH.
Nº 91
9

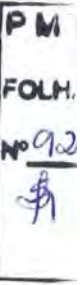


MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSP
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Descrição dos critérios adotados para evolução da folha de pagamento:
A taxa real de crescimento da remuneração ao longo dos anos será de 1,06%.

Plano de Amortização										
n	Ano	Taxa de Juros (%)	Aportes (R\$)	Alíquotas (%)	Base Cálculo (R\$)	Saldo Inicial (R\$)	(-) Pagamentos (R\$)	Saldo Final (R\$)	Composição do Pagamento	
									(-) Juros (R\$)	(-) Amortização (R\$)
1	2020	5,88		3,70	R\$ 16.184.692,16	R\$ 31.901.404,69	-R\$ 598.833,61	R\$ 33.143.162,26	-R\$ 1.840.591,18	R\$ 1.241.757,57
2	2021	5,88		4,30	R\$ 16.359.486,84	R\$ 33.143.162,26	-R\$ 703.457,93	R\$ 34.347.158,94	-R\$ 1.907.454,61	R\$ 1.203.996,68
3	2022	5,88		8,32	R\$ 16.536.169,29	R\$ 34.347.158,94	-R\$ 1.375.809,28	R\$ 34.910.065,02	-R\$ 1.938.715,36	R\$ 562.906,08
4	2023	5,88		12,46	R\$ 16.714.759,92	R\$ 34.910.065,02	-R\$ 2.082.659,09	R\$ 34.757.657,40	-R\$ 1.930.251,47	-R\$ 152.407,62
5	2024	5,88		12,51	R\$ 16.895.279,33	R\$ 34.757.657,40	-R\$ 2.113.599,44	R\$ 34.563.528,57	-R\$ 1.919.470,61	-R\$ 194.128,83
6	2025	5,88		12,55	R\$ 17.077.748,35	R\$ 34.563.528,57	-R\$ 2.143.257,42	R\$ 34.326.583,09	-R\$ 1.906.311,94	-R\$ 236.945,48
7	2026	5,88		12,60	R\$ 17.262.188,03	R\$ 34.326.583,09	-R\$ 2.175.035,69	R\$ 34.042.058,39	-R\$ 1.890.510,99	-R\$ 284.524,70
8	2027	5,88		12,65	R\$ 17.448.619,66	R\$ 34.042.058,39	-R\$ 2.207.250,39	R\$ 33.706.694,71	-R\$ 1.871.886,71	-R\$ 335.363,68
9	2028	5,88		12,70	R\$ 17.637.064,75	R\$ 33.706.694,71	-R\$ 2.239.907,22	R\$ 33.317.034,59	-R\$ 1.850.247,10	-R\$ 389.660,12
10	2029	5,88		12,74	R\$ 17.827.545,05	R\$ 33.317.034,59	-R\$ 2.271.229,24	R\$ 32.871.298,70	-R\$ 1.825.493,35	-R\$ 445.735,89
11	2030	5,88		12,79	R\$ 18.020.082,54	R\$ 32.871.298,70	-R\$ 2.304.768,56	R\$ 32.363.842,11	-R\$ 1.797.311,97	-R\$ 507.456,59
12	2031	5,88		12,84	R\$ 18.214.699,43	R\$ 32.363.842,11	-R\$ 2.338.767,41	R\$ 31.790.549,09	-R\$ 1.765.474,39	-R\$ 573.293,02
13	2032	5,88		12,89	R\$ 18.411.418,18	R\$ 31.790.549,09	-R\$ 2.373.231,80	R\$ 31.147.055,55	-R\$ 1.729.738,26	-R\$ 643.493,54
14	2033	5,88		12,93	R\$ 18.610.261,50	R\$ 31.147.055,55	-R\$ 2.406.306,81	R\$ 30.430.704,77	-R\$ 1.689.856,03	-R\$ 716.350,78





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA											
n	Ano	Taxa de Juros (%)	Aportes (R\$)	Aliquotas (%)	Base Cálculo (R\$)	Saldo Inicial (R\$)	(-) Pagamentos (R\$)	Saldo Final (R\$)	Composição do Pagamento		
									(-) Juros (R\$)	(-) Amortização (R\$)	
15	2034	5,88		12,98	R\$ 19.811.252,32	R\$ 30.430.704,77	-R\$ 2.441.700,55	R\$ 29.634.757,67	-R\$ 1.645.753,45	-R\$ 795.947,10	
16	2035	5,88		13,03	R\$ 19.014.413,85	R\$ 29.634.757,67	-R\$ 2.477.578,12	R\$ 28.754.021,71	-R\$ 1.596.842,16	-R\$ 880.735,96	
17	2036	5,88		13,08	R\$ 19.219.769,52	R\$ 28.754.021,71	-R\$ 2.513.945,85	R\$ 27.782.992,32	-R\$ 1.542.916,46	-R\$ 971.029,39	
18	2037	5,88		13,13	R\$ 19.427.343,03	R\$ 27.782.992,32	-R\$ 2.550.810,14	R\$ 26.715.834,49	-R\$ 1.483.652,31	-R\$ 1.067.157,83	
19	2038	5,88		13,18	R\$ 19.637.158,33	R\$ 26.715.834,49	-R\$ 2.588.177,47	R\$ 25.546.363,25	-R\$ 1.418.706,23	-R\$ 1.169.471,24	
20	2039	5,88		13,23	R\$ 19.849.239,64	R\$ 25.546.363,25	-R\$ 2.626.054,40	R\$ 24.268.023,01	-R\$ 1.347.714,16	-R\$ 1.278.340,24	
21	2040	5,88		13,28	R\$ 20.063.611,43	R\$ 24.268.023,01	-R\$ 2.664.447,60	R\$ 22.873.865,64	-R\$ 1.270.290,23	-R\$ 1.394.157,37	
22	2041	5,88		13,33	R\$ 20.280.298,43	R\$ 22.873.865,64	-R\$ 2.703.363,78	R\$ 21.356.527,37	-R\$ 1.186.025,51	-R\$ 1.517.339,27	
23	2042	5,88		13,38	R\$ 20.499.325,66	R\$ 21.356.527,37	-R\$ 2.742.809,77	R\$ 19.708.204,19	-R\$ 1.094.486,59	-R\$ 1.648.323,18	
24	2043	5,88		13,43	R\$ 20.720.718,37	R\$ 19.708.204,19	-R\$ 2.782.792,48	R\$ 17.920.625,92	-R\$ 995.214,21	-R\$ 1.787.578,27	
25	2044	5,88		13,48	R\$ 20.944.502,13	R\$ 17.920.625,92	-R\$ 2.823.318,89	R\$ 15.985.028,68	-R\$ 887.721,65	-R\$ 1.935.597,24	
26	2045	5,88		13,53	R\$ 21.170.702,76	R\$ 15.985.028,68	-R\$ 2.864.396,08	R\$ 13.892.125,80	-R\$ 771.483,20	-R\$ 2.092.902,88	
27	2046	5,88		13,58	R\$ 21.399.346,35	R\$ 13.892.125,80	-R\$ 2.906.031,23	R\$ 11.632.076,93	-R\$ 645.982,36	-R\$ 2.260.048,87	
28	2047	5,88		13,63	R\$ 21.630.459,29	R\$ 11.632.076,93	-R\$ 2.948.231,60	R\$ 9.194.455,44	-R\$ 510.610,11	-R\$ 2.437.621,49	
29	2048	5,88		13,68	R\$ 21.864.066,25	R\$ 9.194.455,44	-R\$ 2.991.004,54	R\$ 6.588.213,81	-R\$ 364.782,91	-R\$ 2.628.241,63	
30	2049	5,88		13,73	R\$ 22.100.200,18	R\$ 6.588.213,81	-R\$ 3.034.357,48	R\$ 3.741.647,08	-R\$ 207.790,75	-R\$ 2.826.566,73	
31	2050	5,88		13,78	R\$ 22.338.892,35	R\$ 3.741.647,08	-R\$ 3.078.297,99	R\$ 702.354,02	-R\$ 39.004,93	-R\$ 3.039.293,06	
32	2051	5,88		13,83	R\$ 22.580.142,27	R\$ 702.354,02	-R\$ 3.122.833,68	-R\$ 2.582.803,86	R\$ 142.324,20	-R\$ 3.265.157,88	
33	2052	5,88		13,88	R\$ 22.824.007,81	-R\$ 2.582.803,86	-R\$ 3.167.972,28	-R\$ 6.067.745,78	R\$ 336.969,64	-R\$ 3.504.941,92	
34	2053	5,88		13,94	R\$ 23.070.507,10	-R\$ 6.067.745,78	-R\$ 3.216.028,69	-R\$ 9.828.680,41	R\$ 545.885,94	-R\$ 3.761.914,63	



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSP
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA										
n	Ano	Taxa de Juros (%)	Aportes (R\$)	Alíquotas (%)	Base Cálculo (R\$)	Saldo Inicial (R\$)	(-) Pagamentos (R\$)	Saldo Final (R\$)	Composição do Pagamento	
									(-) Juros (R\$)	(-) Amortização (R\$)
35	2054	5,88		13,99	R\$ 23.319.668,57	-R\$ 9.829.660,41	-R\$ 3.262.421,63	-R\$ 13.861.896,46	R\$ 769.814,42	-R\$ 4.032.236,05
Observação Sistema:										
Observações:										
O valor informado no campo "Valor Atual dos Bens, Direitos e Demais Ativos a serem incorporados no Exercício Atual" se refere a diferença entre o Déficit Atuarial Vigente e o Déficit Atuarial de Equilíbrio, para fins de amortização integral do Plano.										
Custo com a Administração do Plano										





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Limite da Norma Geral
Valor Total das Remunerações dos Segurados Ativos em 2019: R\$ 21.236.072,12
Valor Total dos Proventos de Aposentadorias em 2019: R\$ 1.224.129,58
Valor Total das Pensões por Morte em 2019: R\$ 110.593,30
Total: R\$ 22.570.795,00
Limite de Gastos com despesas Administrativas para 2020 (R\$): R\$ 451.415,30

Limite Estabelecido pelo Ente em Lei

Aliquota

Taxa de Administração definida pelo Ente em Lei (%): 2,00

Base de Cálculo Anual da Taxa de Administração (R\$): R\$ 16.184.692,16

Limite de Gastos com despesas administrativas para 2020 (R\$): R\$ 323.693,84

Aporte

Valor do aporte anual para custeio das despesas administrativas estabelecido pelo Ente mediante Lei: R\$ 0,00

Custo Previsto para 2020

Aliquota

Valor Previsto das despesas administrativas para 2020: R\$ 323.693,84

Base de Cálculo Anual da Taxa de Administração para 2019(R\$): R\$ 16.184.692,16

Taxa de Administração para 2020(%): 2,00



02/08/2021 11:12:07



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Plano de Custeio a Constar em Lei					
Contribuição Normal e Taxa de Administração					
	Valor Anual da Base de Cálculo (R\$)	Situação Atual		Situação Definida na Avaliação Atuarial	
		Alíquota (%)	Contribuição Esperada Atual	Alíquota Definida na Avaliação Atuarial (%)	Contribuição Esperada Definida
Ente Federativo	R\$ 16.184.692,16	16,30	R\$ 2.638.104,82	16,30	R\$ 2.638.104,82
Taxa de Administração	R\$ 16.184.692,16	2,00	R\$ 323.693,84	2,00	R\$ 323.693,84
Aporte Anual para Custeio das Despesas Administrativas			R\$ 0,00		
Ente Federativo - Total	R\$ 32.369.384,32	18,30	R\$ 2.961.798,66	18,30	R\$ 2.961.798,66
Segurados Ativos	R\$ 16.184.692,16	11,00	R\$ 1.780.316,14	11,00	R\$ 1.780.316,14
Aposentados	R\$ 339,61	11,00	R\$ 37,36	11,00	R\$ 37,36
Pensionistas	R\$ 0,00	11,00	R\$ 0,00	11,00	R\$ 0,00
Total					

Observação:

Novo Plano de Amortização a Constar em Lei

Sim
Plano de Equacionamento do Déficit Atuarial previsto em Lei será revisado:
Justificativa: O plano de Amortização com alíquotas crescentes foi repactuado conforme permite o artigo 81 da Portaria MF 464/2018, Portaria ME 14.816/2020, e nas novas condições estabelecidas, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência (Instrução Normativa SPREV nº 007/2018).

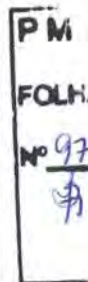
Comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias Projetadas e Executadas



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Descrição	Geração Atual			Diferença
	Projetado para 2019	Executado em 2019		
Base de Cálculo da Contribuição Normal	R\$ 12.593.450,74	R\$ 19.326.354,97		-R\$ 6.732.904,23
Benefícios Concedidos - Contribuições dos Aposentados	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Benefícios Concedidos - Contribuições dos Pensionistas	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Benefícios Concedidos - Compensação Previdenciária a Receber	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Contribuições do Ente	R\$ 2.304.601,49	R\$ 9.231.687,59		-R\$ 927.086,10
Benefícios a Conceder - Contribuições dos Segurados Ativos	R\$ 1.385.279,58	R\$ 1.662.772,70		-R\$ 277.493,12
Benefícios a Conceder - Contribuições dos Aposentados	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Contribuições dos Pensionistas	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Compensação Previdenciária a Receber	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Plano de Amortização do Déficit Atuarial estabelecido em lei	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Parcelamentos de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Outras Receitas	R\$ 3.689.881,07	R\$ 4.894.460,29		-R\$ 1.204.579,22
TOTAL DAS RECEITAS COM CONTRIBUIÇÕES E COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Benefícios Concedidos - Encargos - Aposentadorias Programadas	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Benefícios Concedidos - Encargos - Aposentadorias Especiais de Professores	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Benefícios Concedidos - Encargos - Outras Aposentadorias Especiais	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Benefícios Concedidos - Encargos - Aposentadorias por Invalidez	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Benefícios Concedidos - Encargos - Pensões Por Morte	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Benefícios Concedidos - Encargos - Compensação Previdenciária a Pagar	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

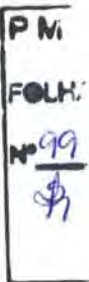
Descrição	Geração Atual			Diferença
	Projetado para 2019	Executado em 2019		
Benefícios a Conceder - Encargos - Aposentadorias Programadas	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Aposentadorias Especiais de Professores	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Outras Aposentadorias Especiais	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Aposentadorias por Invalidez	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Pensões Por Morte de Servidores em Atividade	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Pensões Por Morte de Aposentados	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Outros Benefícios e Auxílios	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Compensação Previdenciária a Pagar	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Outras Despesas	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM BENEFÍCIOS DO PLANO	R\$ 3.689.881,07	R\$ 4.894.460,29		-R\$ 1.204.579,22
INSUFICIÊNCIA OU EXCEDENTE FINANCEIRO				
RENTABILIDADE ESPERADA	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Rentabilidade dos Ativos que compõem os Recursos Garantidores				
Comparativo de Informações das Últimas Avaliações Atuariais	2020	2019	2018	
BASE NORMATIVA				
PLANO DE CUSTEIO VIGENTE				
Contribuição Normal - Ente Federativo	227830,67	177277,04		164323,11
BASE CADASTRAL				
ESTATÍSTICAS DA POPULAÇÃO COBERTA				



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Comparativo de Informações das Últimas Avaliações Atuariais				
	2020	2019	2018	
Quantidade de Segurados Ativos	433.00	350.00	346.00	
Quantidade de Aposentados	36.00	32.00	29.00	
Quantidade de Pensionistas	7.00	6.00	6.00	
Média da Base de Cálculo dos Segurados Ativos	2875.23	2767.79	2629.69	
Média do Valor do Benefício dos Aposentados	2728.72	2489.66	2342.96	
Média do Valor do Benefício dos Pensionistas	1271.21	1178.41	1156.93	
Idade Média dos Segurados Ativos	40.13	41.24	40.66	
Idade Média dos Aposentados	63.17	62.28	61.97	
Idade Média dos Pensionistas	39.86	44.00	43.00	
Idade Média Projetada Para Aposentadoria	57.16	59.57	58.54	
BASE TÉCNICA				
REGIMES E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO				
Método de Financiamento Adotado	CAP - PUC	CAP - PUC	CAP - PUC	
RESULTADOS				
VALORES DOS COMPROMISSOS				
Ativos Garantidores dos Compromissos do Plano de Benefícios	31037080.14	25381785.75	21115513.98	
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Benefícios Concedidos	16039168.43	12431265.26	10802655.40	
Valor Atual das Contribuições Futuras - Benefícios Concedidos	35702.49	63321.52	64964.64	
Reserva Matemática dos Benefícios Concedidos	16003485.94	12367943.74	10737680.76	
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Benefícios a Conceder	113997914.74	77045404.81	74972737.88	

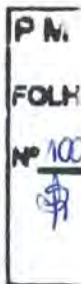




MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSP
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Comparativo de Informações das Últimas Avaliações Atuariais				
Descrição	2020	2019	2018	
Valor Atual das Contribuições Futuras - Benefícios a Conceder	50891443.33	29692660.12	28555212.22	
Reserva Matemática dos Benefícios a Conceder	63106471.41	47052744.69	46417525.66	
Valor Atual da Compensação Financeira a Receber	3939182.49	2575630.46	2795847.30	
Valor Atual da Compensação Financeira a Pagar	64688.05	42857.30	0.00	
Resultado Atuarial	44198342.77	31506119.52	33243855.14	
CUSTO NORMAL				
CUSTO ANUAL PREVISTO (% SOBRE BASE DE CONTRIBUIÇÃO)				
Benefícios em Regime de Capitalização (%)	23.80	18.91	20.08	
Benefícios em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura (%)	3.50	3.40	3.20	
Benefícios em Regime de Repartição Simples (%)	0.00	4.98	3.78	
ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL DEFINIDAS				
Ente Federativo - Contribuição Normal	18.30	18.30	18.06	
Taxa de Administração	2.00	2.00	2.00	
Parecer Atuarial	Parecer			
Temas	Conforme as últimas Avaliações Atuariais, o Instituto Previdenciário vem apresentando uma elevação no número de Servidores Ativos. Nesse caso, acreditamos que não teremos novos concursos nos próximos 3 anos.			
Perspectivas de alteração futura no perfil e na composição da massa de segurados	Consideramos o conteúdo da Base de Dados fornecida pelo Instituto Previdenciário excelente para a realização do Cálculo Atuarial, conforme exigência do art. 38 da Portaria MF 464/2018. Foi informado os dados completos e consistentes dos regimes financeiros adotados, seguem a risco o mínimo aplicável pela Portaria MF 464/2018, descritos na guia "Regimes e métodos de financiamento" do DRAA. Como os Institutos Previdenciários estão conseguindo aumentar a quantidade de			
Adequação da base de dados utilizada e respectivos impactos em relação aos resultados apurados	A Tábua Biométrica utilizada foi segregada por sexo, sendo a IBGE 2018 - Masculino e IBGE 2018 - Feminino. Como não possuímos tábuas de mortalidade separadas por região, não existe a possibilidade de um teste de aderência. No intuito de ser			
Análise dos regimes financeiros e métodos atuariais adotados e perspectivas futuras de comportamento dos custos e dos compromissos do Plano de Benefícios	A Tábua Biométrica utilizada foi segregada por sexo, sendo a IBGE 2018 - Masculino e IBGE 2018 - Feminino. Como não possuímos tábuas de mortalidade separadas por região, não existe a possibilidade de um teste de aderência. No intuito de ser			
Adequação das hipóteses utilizadas às características da massa de segurados e de seus dependentes e análises de sensibilidade para os resultados	A compensação previdenciária a receber foi calculado sobre as informações do TEMPO ANTERIOR DE CONTRIBUIÇÃO, de 0% da massa de Servidores Ativos. Os demais Servidores que não foram informados o TEMPO ANTERIOR DE CONTRIBUIÇÃO, utilizamos			
Metodologia utilizada para a determinação do valor da compensação previdenciária a receber e impactos nos resultados				





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPDS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA	
Temas	Parecer
Composição e características dos ativos garantidores do plano de benefícios	Os Ativos garantidores foram registrados na Tabela - Resultados - Valores dos Compromissos deste DRAA. Ressaltamos que, referente ao Montante de R\$ 31.037.080,14, 100% são de ativos líquidos. Nesse caso, o Instituto Previdenciário não possui risco
Variação dos Compromissos do Plano (VABF e VACF)	Com relação as Reservas Matemáticas de Benefícios a Conceder, tivemos uma elevação de 76,0%. Essa elevação decorre da alteração do número de Servidores Ativos, da média salarial e da idade média dos Servidores Ativos. Com relação as Reservas
Resultado da avaliação atuarial e situação financeira e atuarial do RPPS	Os Resultados da Avaliação indicam um Desequilíbrio Atuarial (Déficit de Equilíbrio) no valor de R\$ (31.901.404,70). Entretanto, analisando a composição demográfica do Instituto Previdenciário e os Ativos Garantidores e as Provisões Matemáticas do plano,
Plano de custeio a ser implementado e medidas para manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial	A manutenção do plano será uma alíquota de Custo Mensal de 33,00%, equivalente a 29,30% de Custo Normal, já incluída a taxa de administração e 03,70% de Custo Suplementar Equacionado sobre a folha Salarial dos Servidores Ativos conforme descrito no
Parecer sobre a análise comparativa dos resultados das três últimas avaliações atuariais	Analisando as últimas Avaliações Atuarias, nota-se um aumento das alíquotas de manutenção do plano, devido aumento das Provisões Matemáticas e consequentemente do Déficit. Analisando os Ativos Garantidores do Plano e as Provisões Matemáticas
Identificação dos principais riscos do plano de benefícios	Os principais riscos que podem alterar o cenário do Equilíbrio Financeiro e Atuarial do plano para o ano seguinte são: A quantidade pequena de informação do TEMPO ANTERIOR DE CONTRIBUIÇÃO ANTERIOR, o que nos obriga a padronizar uma

PM
FOLHA
Nº 101
\$

CERTIFICADO DO DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Ente Federativo/UF	CNPJ	Unidade Gestora	CNPJ	Exercício	2021
Prefeitura Municipal de Tapurah /MT	24.772.263/0001-41	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH MT	04.963.339/0001-44	Data de Envio	28/05/2021
Nº da NTA - Plano Previdenciário	2021.000472.1	Retificação	Não	Data de Elaboração	31/12/2020
Nº da NTA - Plano Financeiro		Avaliação Atuarial Inicial	Não	Data de Elaboração da Avaliação	15/04/2021

Descrição	Quantidade			Valor da Folha Mensal
	Masculino	Feminino	Total	
Estadísticas da População Coberta				
Servidores	150	263	413	R\$ 1.305.833,55
Servidores Imitantes	0	0	0	R\$ 0,00
Aposentados	12	30	42	R\$ 131.368,10
Pensionistas	4	3	7	R\$ 8.902,27
Militares	0	0	0	R\$ 0,00
Outros	0	0	0	R\$ 0,00
Valores dos Compromissos de Geração Atual	Plano Previdenciário - Civil			Plano Financeiro - Civil
ATIVOS GARANTIDORES DOS COMPROMISSOS DO PLANO DE PROVISÃO MATEMÁTICA DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$ 36.758.318,79			-
PROVISÃO MATEMÁTICA DOS BENEFÍCIOS A CONCEDER :	R\$ 20.375.507,61			-
RESULTADO ATUARIAL	R\$ 34.168.179,01			-
RESULTADO FINANCEIRO ESTIMADO PARA O EXERCÍCIO	R\$ 14.116.034,87			-
	R\$ 3.068.819,14			% Sobre a Base de Contribuição
Benefícios Avaliados em Regime de Capitalização	R\$ 4.504.010,16			26,53
Benefícios Avaliados em Repartição de Capitais de Cobertura	R\$ 510.509,21			3,01
Benefícios Avaliados em Regime de Repartição de Simples	R\$ 0,00			0,00
Total	R\$ 5.014.519,37			29,54

Certifico que as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras adequadas às características da massa de segurados e de seus dependentes para o correto dimensionamento dos compromissos futuros do RPPS foram definidas conjuntamente com os representantes legais do ente e da unidade gestora do RPPS, e que as informações constantes das Bases Cadastral, Técnica e em Resultados do DRAA correspondem àquelas do Relatório da Avaliação Atuarial com o objetivo de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia do pagamento dos benefícios previstos para o RPPS.

Atuário Responsável Técnico	Ass:
IGOR FRANÇA GARCIA	

Representante Legal do Ente	Ass:
CARLOS ALBERTO CAPELETTI	CARLOS ALBERTO

Representante Legal da Unidade Gestora	Ass:
SOLANGE APARECIDA ALVES DE SOUZA	SOLANGE APARECIDA ALVES

Certifico que o Relatório da Avaliação Atuarial a que se refere o presente DRAA foi apresentado ao Colegiado Deliberativo do RPPS, para ciência e apreciação de seus registros mantidos pelo ente federativo, e que os planos de custeio e de equacionamento do déficit informados no DRAA correspondem aos que foram definidos para serem implementados em lei do ente federativo.	Ass:
Martele Cristina Benin	



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

ENTE				
Nome:	Tapurah			
UF: MT				
MTE: 47.368 - 116/MG				
DADOS DO ATUÁRIO RESPONSÁVEL TÉCNICO				
Nome:	IGOR FRANÇA GARCIA			
DADOS DOS ORGÃOS/ENTIDADES				
CNPJ	Nome	Poder	Tipo	Competência da Base Cadastral
24.772.253/0001-41	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH	Executivo	Administração Direta	11/2020
33.005.083/0001-50	CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH	Legislativo	Administração Direta	11/2020
04.963.339/0001-44	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT	Executivo	Administração Indireta (Autarquias e Fundações)	11/2020

PM
FOLH
Nº 103
02/08/2021 11:12:41



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

COMPOSIÇÃO DE MASSA

Civil

Segregação de Massa

☒ Não Possui

☐ Instituída neste Exercício ou Mantida

☐ Revisada neste Exercício

☐ Extinta neste Exercício

Benefícios Mantido pelo

Possui Aposentadorias ou Pensões por Morte de Responsabilidade Financeira do Tesouro, que não se caracterizam como Segregação da Massa?

☐ Sim

☒ Não

Militar

Segregação de Massa

☐ Não Possui

☐ Instituída neste Exercício ou Mantida

☐ Revisada neste Exercício

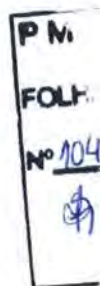
☐ Extinta neste Exercício

Benefícios Mantido pelo

Possui Aposentadorias ou Pensões por Morte de Responsabilidade Financeira do Tesouro, que não se caracterizam como Segregação da Massa?

☐ Sim

☐ Não





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

IDENTIFICAÇÃO DO DRAA

Exercício do DRAA: 2021 Tipo do DRAA: Avaliação Atuarial Anual Data de Elaboração da Avaliação: 15/04/2021
Avaliação Atuarial Inicial: ☐ Sim ☒ Não Data da Avaliação: 31/12/2020
Nº da Nota Técnica Atuarial Vigente - Plano Previdenciário: 2021.000472.1

Nº da Nota Técnica Atuarial Vigente - Plano Financeiro:

Descrição:

Retificação: ☐ Sim ☒ Não
Motivado por Iniciativa Própria: ☐ Sim ☐ Não

Justificativa:

Motivado por Notificação: ☐ Sim ☐ Não

Números da Notificação:



02/08/2021 11:12:41



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Plano Civil
Previdenciário

Civil >> Previdenciário >> Base Normativa

Plano de Custeio Vigente

Contribuição Normal

Ente Federativo

Norma	Número da Norma: 125	Data da Norma: 30/08/2018	Dispositivo da Norma: ART. 49
Alíquota (%): 16,30	Tipo da Norma: Lei Complementar		

Base de Cálculo da Contribuição do Ente Federativo

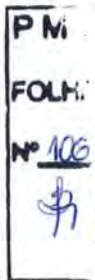
Base de Cálculo			
	Tipo da Norma	Número da Norma	Data da Norma
Total das Remunerações de Contribuição dos Servidores Ativos	Lei Complementar	151	30/03/2020

Segurados Ativos

Norma	Número da Norma: 151	Data da Norma: 30/03/2020	Dispositivo da Norma: ART. 49
Alíquota (%): 14,00	Tipo da Norma: Lei Complementar		

Aposentados

Norma	Número da Norma: 151	Data da Norma: 30/03/2020	Dispositivo da Norma: ART. 49
Alíquota (%): 14,00	Tipo da Norma: Lei Complementar		





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Pensionistas

Norma Aliquota (%): 14,00 Tipo da Norma: Lei Complementar Número da Norma: 151 Data da Norma: 30/03/2020 Dispositivo da Norma: ART 49

Administração do Plano

Custeada com Recursos do RPPS

Aliquota (%): 2,00 Aporte (R\$):

Fundamento Legal

Tipo da Norma: Resolução

Número da Norma: 41

Data da Norma: 12/09/2012

Dispositivo da Norma:

ARTIGO 49

Base de Cálculo da Taxa de Administração

Base de Cálculo

Total das Remunerações dos Segurados Ativos, Aposentados e Pensionistas do Exercício Anterior

Tipo da Norma

Lei Complementar

Número da Norma

41

Data da Norma

12/09/2012

Dispositivo da Norma

Art. 49, § 3º

Plano de Amortização do Déficit Atuarial

Possui Plano de Amortização para Equacionamento do Déficit Atuarial Implementado em Lei:

Sim

Mês/Ano de Início do Plano:

04/2012

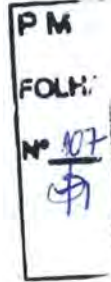
Fundamento Legal

Tipo da Norma: Lei Complementar

Número da Norma: 41

Data da Norma: 30/08/2018

Dispositivo da Norma: Art. 49





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

PM
FOLHA
Nº 108
17

02/08/2021 11:12:41



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Plano de Amortização			Aliquota (%)	Aporte Anual (R\$)
Ano				
2020			3.70	
2021			4.30	
2022			8.32	
2023			12.46	
2024			12.51	
2025			12.55	
2026			12.60	
2027			12.65	
2028			12.70	
2029			12.74	
2030			12.79	
2031			12.84	
2032			12.89	
2033			12.93	
2034			12.98	
2035			13.03	
2036			13.08	
2037			13.13	
2038			13.18	
2039			13.23	
2040			13.28	
2041			13.33	
2042			13.38	
2043			13.43	
2044			13.48	
2045			13.53	



02/08/2021 11:12:41



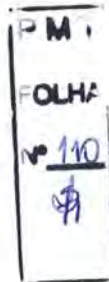
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Plano de Amortização			Aliquota (%)	Aporte Anual (R\$)
	Ano			
	2046		13.58	
	2047		13.63	
	2048		13.68	
	2049		13.73	
	2050		13.78	
	2051		13.83	
	2052		13.88	
	2053		13.94	
	2054		13.99	

Base de Cálculo		Tipo da Norma	Número da Norma	Data da Norma	Dispositivo da Norma
Base de Cálculo					
Total das Remunerações de Contribuição dos Servidores Ativos		Lei Complementar	55	09/10/2013	ART 3

Segregação de Massa





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Fundamento Legal

Tipo da Norma:

Número da Norma:

Data da Norma:

Dispositivo da Norma:

Critérios para Composição do Plano Previdenciário

Data de ingresso do segurado (data do corte):

Idade do Segurado:

Condição do Segurado:

Outros:

Atuário Responsável pelo Projeto de Segregação

Nome:

Número do Registro Profissional:

Aprovação prévia do MPS

Tipo do Documento:

Número do Documento:

Data do Documento:

Plano de Benefícios

Benefícios	Tipo da Norma	Número da Norma	Dispositivo da Norma	Data da Norma
Aposentadoria Por Invalidez Permanente	Lei Complementar	41	ARTIGOS 12 A 17	12/09/2012
Aposentadorias Programadas (Por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória)	Lei Complementar	41	ARTIGOS 12 A 17	12/09/2012
Aposentadoria Especial - Professor - Educação Infantil e Ensino Fund. e Médio	Lei Complementar	41	ARTIGOS 12 A 17	12/09/2012
Pensão Por Morte de Servidor em Atividade	Lei Complementar	41	ARTIGOS 31 A 36	12/09/2012
Pensão Por Morte de Aposentado Voluntário ou Compulsório	Lei Complementar	41	ARTIGOS 31 A 36	12/09/2012
Pensão Por Morte de Aposentado por Invalidez	Lei Complementar	41	ARTIGOS 31 A 36	12/09/2012



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

PM
-OLH/
2/20
Φ1

02/08/2021 11:12:41



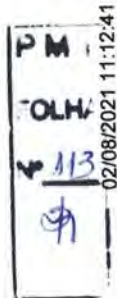
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSP
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Civil >> Previdenciário >> Base Cadastral

Estatísticas da População Coberta

Estatísticas da População Coberta															
Órgão/Entidade	População Coberta	Quantidade (A)			Média da B. Cálculo ou Média do V. do Benefício (B)		Idade Média		IMP		IMA		Valor da Folha Mensal (AxB)		
		Fem.	Masc.	Total	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Total
CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH	Servidores - DEMAIS SERVIDORES - Sem critério diferenciado para aposentadoria	2	4	6		R\$ 2.487,98		42,00	45,25	55,00	32,50	33,00	R\$ 4.975,92	R\$ 21.493,88	R\$ 26.469,80
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT	Aposentados - DEMAIS SERVIDORES - Compulsória	0	1	1		R\$ 0,00			75,00			75,00	R\$ 0,00	R\$ 1.045,00	R\$ 1.045,00
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT	Aposentados - DEMAIS SERVIDORES - Por Idade	7	3	10		R\$ 1.325,82		68,57	70,00		68,57	70,00	R\$ 9.280,74	R\$ 3.135,00	R\$ 12.415,74
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT	Aposentados - DEMAIS SERVIDORES - Por Invalidez	7	7	14		R\$ 1.689,51		62,86	63,86		62,86	63,86	R\$ 11.826,57	R\$ 24.300,92	R\$ 36.127,49
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT	Aposentados - DEMAIS SERVIDORES - Por Tempo de Contribuição	6	1	7		R\$ 4.441,05		61,67	54,00		61,67	54,00	R\$ 26.646,30	R\$ 3.126,57	R\$ 29.772,87
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT	Aposentados - PROFESSORES DA EDUC. INFANTIL E DO ENSINO FUND. E MEDIO - Por Tempo de Contribuição	10	0	10		R\$ 5.200,70		57,30			57,30		R\$ 52.007,00	R\$ 0,00	R\$ 52.007,00
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT	Pensionistas - DEMAIS SERVIDORES	3	4	7		R\$ 1.278,61		51,00	33,25				R\$ 3.835,83	R\$ 5.066,44	R\$ 8.902,27
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH	Servidores - DEMAIS SERVIDORES - Sem critério diferenciado para aposentadoria	186	135	321		R\$ 2.736,97		40,84	41,44	57,46	31,82	33,50	R\$ 509.076,42	R\$ 419.526,00	R\$ 928.602,42
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH	Servidores - PROFESSORES DA EDUC. INFANTIL E DO ENSINO FUND. E MEDIO - Critério para aposentadoria como professor	75	11	86		R\$ 4.046,66		41,88	42,64	56,01	33,77	34,00	R\$ 303.499,50	R\$ 47.261,83	R\$ 350.761,33
Avaliação Crítica															

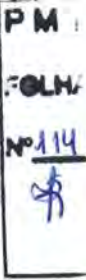




MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Atualização da Base Cadastral			
Segurados Ativos : <input checked="" type="checkbox"/>	Data do Último Recenseamento Previdenciário : 14/01/2019	Percentual de Cobertura do Último Recenseamento Previdenciário : 100,00	
Aposentados : <input checked="" type="checkbox"/>	Data do Último Recenseamento Previdenciário : 12/09/2017	Percentual de Cobertura do Último Recenseamento Previdenciário : 100,00	
Pensionistas : <input checked="" type="checkbox"/>	Data do Último Recenseamento Previdenciário : 12/09/2017	Percentual de Cobertura do Último Recenseamento Previdenciário : 100,00	
Amplitude da Base Cadastral			
Percentual de Cobertura da População : 100,00		Percentual de Cobertura em Relação aos Órgãos e Entidades : 100,00	
Grupo	Descrição	Consistência da Base Cadastral	Completeness da Base Cadastral
Ativo	Identificação do Segurado Ativo	76%-100%	76%-100%
Ativo	Sexo	76%-100%	76%-100%
Ativo	Estado Civil	76%-100%	76%-100%
Ativo	Data de Nascimento	76%-100%	76%-100%
Ativo	Data de Ingresso no ENTE	76%-100%	76%-100%
Ativo	Identificação do Cargo Atual	76%-100%	76%-100%
Ativo	Base de Cálculo (Remuneração de Contribuição)	76%-100%	76%-100%
Ativo	Tempo de Contribuição para o RGPS	76%-100%	76%-100%
Ativo	Tempo de Contribuição para Outros RPPS	76%-100%	76%-100%
Ativo	Data de Nascimento do Cônjuge	76%-100%	76%-100%
Ativo	Número de Dependentes	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Identificação do Aposentado	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Sexo	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Estado Civil	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Data de Nascimento	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Data de Nascimento do Cônjuge	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Data de Nascimento do Dependente Mais Novo	76%-100%	76%-100%



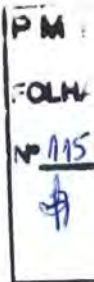


MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Grupo		Descrição		Consistência da Base Cadastral	Compleitude da Base Cadastral
Aposentado		Valor do Benefício		76%-100%	76%-100%
Aposentado		Condição do Aposentado (válido ou inválido)		76%-100%	76%-100%
Aposentado		Tempo de Contribuição para o RPPS		76%-100%	76%-100%
Aposentado		Tempo de Contribuição para outros Regimes		76%-100%	76%-100%
Aposentado		Valor Mensal da Compensação Previdenciária		76%-100%	76%-100%
Aposentado		Número de Dependentes		76%-100%	76%-100%
Pensão		Identificação do Pensão		76%-100%	76%-100%
Pensão		Número de Pensionistas		76%-100%	76%-100%
Pensão		Sexo do Pensionista Principal		76%-100%	76%-100%
Pensão		Data de Nascimento		76%-100%	76%-100%
Pensão		Valor do Benefício		76%-100%	76%-100%
Pensão		Condição do Pensionista (válido ou inválido)		76%-100%	76%-100%
Pensão		Duração do Benefício (vitalício ou temporário)		76%-100%	76%-100%

Tratamento da Base Cadastral		Inconsistências Encontradas		Adoção da Premissa	Quantidade de Registros	Descrição de Premissa Utilizada	
Ativo	Identificação do Segurado Ativo		Nenhuma				
Ativo	Sexo		Nenhuma				
Ativo	Estado Civil		Nenhuma				
Ativo	Data de Nascimento		Nenhuma				
Ativo	Data de Ingresso no ENTE		Nenhuma				
Ativo	Identificação do Cargo Atual		Nenhuma				
Ativo	Base de Cálculo (Remuneração de Contribuição)		Nenhuma				
Ativo	Tempo de Contribuição para o RGPS		Não Foi informado para essa Reavaliação Atuarial, o TEMPO ANTERIOR DE CONTRIBUIÇÃO AO RPPS de 16% dos Servidores Ativos	X	65	Os Servidores ativos que não possuem Tempo Anterior de Contribuição ao RPPS, consideramos uma idade mínima de ingresso no mercado de trabalho aos 25 anos	
Ativo	Tempo de Contribuição para Outros RPPS		Não Foi informado para essa Reavaliação Atuarial, o TEMPO ANTERIOR DE CONTRIBUIÇÃO AO RPPS de 16% dos Servidores Ativos	X	65	Os Servidores ativos que não possuem Tempo Anterior de Contribuição ao RPPS, consideramos uma idade mínima de ingresso no mercado de trabalho aos 25 anos	





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA					
Grupo	Descrição	Inconsistências Encontradas	Adoção de Premissa	Quantidade de Registros	Descrição de Premissa Utilizada
Ativo	Data de Nascimento do Cônjuge	Nenhuma			
Ativo	Número de Dependentes	Nenhuma			
Aposentado	Identificação do Aposentado	Nenhuma			
Aposentado	Sexo	Nenhuma			
Aposentado	Estado Civil	Nenhuma			
Aposentado	Data de Nascimento	Nenhuma			
Aposentado	Data de Nascimento do Cônjuge	Nenhuma			
Aposentado	Data de Nascimento do Dependente Mais Novo	Nenhuma			
Aposentado	Valor do Benefício	Nenhuma			
Aposentado	Condição do Aposentado (válido ou inválido)	Nenhuma			
Aposentado	Tempo de Contribuição para o RPPS	Nenhuma			
Aposentado	Tempo de Contribuição para outros Regimes	Nenhuma			
Aposentado	Valor Mensal da Compensação Previdenciária	Nenhuma			
Aposentado	Número de Dependentes	Nenhuma			
Pensão	Identificação do Pensão	Nenhuma			
Pensão	Número de Pensionistas	Nenhuma			
Pensão	Sexo do Pensionista Principal	Nenhuma			
Pensão	Data de Nascimento	Nenhuma			
Pensão	Valor do Benefício	Nenhuma			
Pensão	Condição do Pensionista (válido ou inválido)	Nenhuma			
Pensão	Duração do Benefício (vitalício ou temporário)	Nenhuma			

P M T
FOLHA
v. 116
47

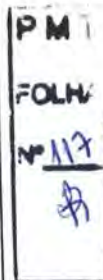


MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Civil >> Previdenciário >> Base Técnica

Regimes e Métodos de Financiamento		Regime Financeiro e Método de Financiamento	Descrição do Método de Financiamento
Benefícios do Plano			
Aposentadoria Por Invalidez Permanente		REGIME FINANCEIRO DE REPARTIÇÃO DE CAPITAIS DE COBERTURA	
Aposentadorias Programadas (Por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória)		REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO - CRÉDITO UNITÁRIO PROJETADO	
Aposentadoria Especial - Professor - Educação Infantil e Ensino Fund. e Médio		REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO - CRÉDITO UNITÁRIO PROJETADO	
Pensão Por Morte de Servidor em Atividade		REGIME FINANCEIRO DE REPARTIÇÃO DE CAPITAIS DE COBERTURA	
Pensão Por Morte de Aposentado Voluntário ou Compulsório		REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO - CRÉDITO UNITÁRIO PROJETADO	
Pensão Por Morte de Aposentado por Invalidez		REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO - CRÉDITO UNITÁRIO PROJETADO	
Hipóteses Atuais			
Hipóteses Demográficas, Econômicas e Financeiras			Hipóteses
Projeção da Taxa de Juros Real para o Exercício		UNITÁRIA	5,44
Projeção de Crescimento Real do Salário		PERCENTUAL	1,00
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano		PERCENTUAL	0,30
Critério para Projeção do Valor dos Proventos Calculados pela Média		TEXTO	Média Ponderada da taxa de reajuste e os Benefícios, separados por classe de Atividade
Projeção da Taxa de Inflação de Longo Prazo		PERCENTUAL	0,00
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios		PERCENTUAL	100,00
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Salários		PERCENTUAL	100,00
Projeção da Taxa de Rotatividade		TEXTO	0,32
Critérios da Projeção de Novos Entrantes		TEXTO	Não utilizamos a hipótese de novos entrantes
Projeção de Novos Entrantes para o Exercício - Quantidade de saídas por morte		QUANTIDADE	2
Projeção de Novos Entrantes para o Exercício - Quantidade de saídas por aposentadoria		QUANTIDADE	17
Projeção de Novos Entrantes para o Exercício - Quantidade de saídas por desligamento		QUANTIDADE	1
Projeção de Novos Entrantes para o Exercício - Quantidade de saídas por desligamento		QUANTIDADE	0
Projeção de Novos Entrantes - Quantidade de entradas		QUANTIDADE	
Composição Familiar - Servidores em atividade		TEXTO	Conforme a realidade da Massa de Servidores

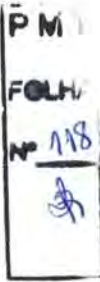


02/08/2021 11:12:41



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA			
Hipóteses Demográficas, Econômicas e Financeiras			
	Unidade	Hipóteses	
Probabilidade de Casados, se adotada premissa	TEXTO	NÃO	
Diferença da idade entre titular masculino e cônjuge feminino, se adotada premissa	TEXTO		5
Diferença da idade entre titular feminino e cônjuge masculino, se adotada premissa	TEXTO		5
Composição Familiar - Aposentados	TEXTO	Conforme a realidade da Massa de Servidores	
Probabilidade de Casados, se adotada premissa	TEXTO	NÃO	5
Diferença da idade entre titular masculino e cônjuge feminino, se adotada premissa	TEXTO		5
Diferença da idade entre titular feminino e cônjuge masculino, se adotada premissa	TEXTO		25
Hipótese Adotada para Entrada em Aposentadoria	TEXTO		
Outras Hipóteses Adotadas	TEXTO		
Hipóteses Biométricas			
Tipo Tábua	Tábua da População Masculina		Tábua da População Feminina
Tábua de Mortalidade de Válido - Fase Laborativa	Outras		Outras
Tábua de Mortalidade de Válido - Fase Pós Laborativa	Outras		Outras
Tábua de Mortalidade de Inválido	Outras		Outras
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvoro Vindas		Álvoro Vindas
Tábua de Morbidez	Samuel Dumas		Samuel Dumas
Outras Tábuas utilizadas			
Descrição da Hipótese de Novos Entrantes:			
Justificativa da Adoção de Hipóteses			
Hipóteses Demográficas, Econômicas e Financeiras			

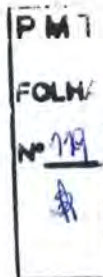




MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSP
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

	Unidade	Valor previsto no DRAA de 2018	Valor ocorrido em 2018	Valor previsto no DRAA de 2019	Valor ocorrido em 2019	Valor previsto no DRAA de 2020	Valor ocorrido em 2020	Perspectiva de Longo prazo	Justificativa Técnica para Eventuais Discrepâncias em Relação à Hipótese Adotada
Projeção da Taxa de Juros Real para o Exercício	PERCENTUAL	6,00	6,19	6,00	7,97	5,88	0,84		
Projeção de Crescimento Real do Salário	PERCENTUAL	1,00	0,00	1,05	1,41	1,08	1,21		
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	PERCENTUAL	0,95	1,83	1,00	0,16	1,00	0,95		
Critério para Projeção do Valor dos Proventos Calculados pela Média	TEXTO	Utilizamos uma média ponderada, separando por classes de reajustes	Utilizamos uma média ponderada, separando por classes de reajustes	Utilizamos uma média ponderada, separando por classes de reajustes	Utilizamos uma média ponderada, separando por classes de reajustes	Utilizamos uma média ponderada, separando por classes de reajustes	Utilizamos uma média ponderada, separando por classes de reajustes		Utilizamos uma média ponderada, separando por classes de reajustes
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios	PERCENTUAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00		Não consideramos para não gerarmos distorções
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Salários	PERCENTUAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00		Não consideramos para não gerarmos distorções
Projeção da Taxa de Rotatividade	TEXTO	3	4	4	7,39	4,33	7,99		
Critérios da Projeção de Novos Entrantes	TEXTO	0	0	0	0	0	0		Não utilizamos Novos Entrantes nos Cálculos anteriores
Projeção de Novos Entrantes para o Exercício - Quantidade de saídas por morte	QUANTIDADE	1	0	1	1	2	1		Não utilizamos Novos Entrantes nos Cálculos anteriores
Projeção de Novos Entrantes para o Exercício - Quantidade de saídas por aposentadoria	QUANTIDADE	19	3	18	0	24	0		Não utilizamos Novos Entrantes nos Cálculos anteriores
Projeção de Novos Entrantes para o Exercício - Quantidade de saídas por desligamento	QUANTIDADE	3	15	4	32	4	33		Não utilizamos Novos Entrantes nos Cálculos anteriores
Projeção de Novos Entrantes - Quantidade de entradas	QUANTIDADE	0	0	0	0	0	0		Não utilizamos Novos Entrantes nos Cálculos anteriores





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA									
Hipóteses Biométricas									
	População	Número de eventos previstos pela tabela utilizada no DRAA de 2018	Número de eventos ocorridos em 2018	Número de eventos previstos pela tabela utilizada no DRAA de 2019	Número de eventos ocorridos em 2019	Número de eventos previstos pela tabela utilizada no DRAA de 2020	Número de eventos ocorridos em 2020	Justificativa Técnica para Eventuais Discrepâncias em Relação à Hipótese Adotada	
Tábua de Mortalidade de Válido - Fase Laborativa	Masculino	0.00	0.00	0.00	1.00	1.00	1.00		
Tábua de Mortalidade de Válido - Fase Laborativa	Feminino	1.00	0.00	0.00	0.00	1.00	0.00		
Tábua de Mortalidade de Válido - Fase Pós Laborativa	Masculino	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00		
Tábua de Mortalidade de Válido - Fase Pós Laborativa	Feminino	0.00	0.00	0.00	0.00	1.00	0.00		
Tábua de Mortalidade de Inválido	Masculino	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00		
Tábua de Mortalidade de Inválido	Feminino	1.00	0.00	0.00	1.00	1.00	0.00		
Tábua de Entrada em Invalidez	Masculino	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	1.00		
Tábua de Entrada em Invalidez	Feminino	0.00	1.00	0.00	0.00	1.00	0.00		
Tábua de Morbidez	Masculino	0.00	9.00	0.00	5.00	0.00	0.00		
Tábua de Morbidez	Feminino	0.00	22.00	0.00	22.00	0.00	0.00		
Outras Tábuas utilizadas	Masculino	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00		
Outras Tábuas utilizadas	Feminino	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00		

PM
FOLH
Nº 120
02/08/2021 11:12:41

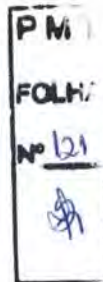


MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Civil >> Previdenciário >> Resultados

Valores dos Compromissos	Descrição	Geração Atual	Gerações Futuras
Valor Atual dos Salários Futuros		R\$ 180.744.937,56	R\$ 0,00
ATIVOS GARANTIDORES DOS COMPROMISSOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS		R\$ 36.758.316,79	
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS		R\$ 34.321.160,30	
Aplicações em Segmento de Renda Variável - RPPS		R\$ 2.415.877,63	
Aplicações em Segmento Imobiliário - RPPS		R\$ 0,00	
Aplicações em Enquadramento - RPPS		R\$ 0,00	
Títulos e Valores não Sujeitos ao Enquadramento - RPPS		R\$ 0,00	
Demais Bens, direitos e ativos		R\$ 21.278,86	
PROVISÃO MATEMÁTICA DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS		R\$ 20.375.507,61	
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS - ENCARGOS DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS		R\$ 20.903.865,06	
Benefícios Concedidos - Encargos - Aposentadorias Programadas		R\$ 6.797.758,55	
Benefícios Concedidos - Encargos - Aposentadorias Especiais de Professores		R\$ 9.399.248,02	
Benefícios Concedidos - Encargos - Outras Aposentadorias Especiais		R\$ 0,00	
Benefícios Concedidos - Encargos - Aposentadorias por Invalidez		R\$ 3.601.025,10	
Benefícios Concedidos - Encargos - Pensões Por Morte		R\$ 1.105.633,39	
Benefícios Concedidos - Encargos - Compensação Previdenciária a Pagar		R\$ 0,00	
VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS E COMPENSAÇÕES A RECEBER - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS		R\$ 528.157,45	
Benefícios Concedidos - Contribuições Futuras dos Aposentados		R\$ 69.242,62	
Benefícios Concedidos - Contribuições Futuras dos Pensionistas		R\$ 0,00	
Benefícios Concedidos - Compensação Previdenciária a Receber		R\$ 458.914,83	R\$ 0,00
PROVISÃO MATEMÁTICA DOS BENEFÍCIOS A CONCEDER :		R\$ 34.168.179,01	R\$ 0,00
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS - ENCARGOS DE BENEFÍCIOS A CONCEDER:		R\$ 124.164.101,92	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Aposentadorias Programadas		R\$ 71.823.036,69	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Aposentadorias Especiais de Professores		R\$ 38.326.230,48	R\$ 0,00

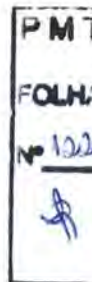




MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Descrição	Geração Atual	Gerações Futuras
Benefícios a Conceder - Encargos - Outras Aposentadorias Especiais	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Aposentadorias por Invalidez	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Pensões Por Morte de Servidores em Atividade	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Pensões Por Morte de Aposentados	R\$ 14.014.834,75	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Outros Benefícios e Auxílios	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Compensação Previdenciária a Pagar	R\$ 0,00	R\$ 0,00
VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS E COMPENSAÇÕES A RECEBER - BENEFÍCIOS A CONCEDER:	R\$ 89.995.922,91	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras do Ente	R\$ 42.403.361,95	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras dos Segurados Ativos	R\$ 36.413.295,95	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras dos Aposentados	R\$ 194.847,15	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras dos Pensionistas	R\$ 11.756,68	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Compensação Previdenciária a Receber	R\$ 10.972.661,18	R\$ 0,00
PROVISÃO MATEMÁTICA PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS ASSEGURADA POR LEI:	R\$ 31.901.404,70	R\$ 0,00
Valor Atual do Plano de Amortização do Déficit Atuarial estabelecido em lei	R\$ 31.901.404,70	R\$ 0,00
Valor Atual dos Parcelamentos de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00	
RESULTADO ATUARIAL		
Déficit Atuarial		
Equilíbrio Atuarial		
Superávit Atuarial	R\$ 14.116.034,87	
DESTINAÇÃO DO RESULTADO		
Provisão de Contingências (até 25% dos Compromissos)	R\$ 0,00	
Provisão para revisão do plano de custeio (acima 25% dos Compromissos)	R\$ 0,00	
FUNDOS CONSTITUÍDOS		
Fundo Garantidor de Pensão de Servidor Estruturada em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	R\$ 0,00	
Fundo Garantidor de Aposentadoria por Invalidez de Servidor Estruturada em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	R\$ 0,00	
Fundo Garantidor de Benefícios Estruturados em Regime de Repartição Simples	R\$ 0,00	
Fundo de Oscilação de Riscos dos Benefícios Estruturados em Regime de Capitalização	R\$ 0,00	

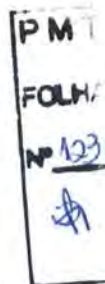




MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Descrição	Geração Atual	Gerações Futuras
Fundo de Oscilação de Riscos dos Benefícios Estruturados em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	R\$ 0,00	
Fundo de Oscilação de Riscos dos Benefícios Estruturados em Regime de Repartição Simples	R\$ 0,00	
Fundo Administrativo	R\$ 0,00	
RECEITAS E DESPESAS ESTIMADAS PARA O EXERCÍCIO		
Total de Receitas Estimadas para o Exercício	R\$ 6.221.127,04	
Total de Despesas Estimadas para o Exercício	R\$ 3.154.207,90	
RESULTADO FINANCEIRO ESTIMADO PARA O EXERCÍCIO		
Déficit Financeiro		
Equilíbrio Financeiro		
Superávit Financeiro	R\$ 3.066.919,14	
Custo Normal		
Base de Contribuição		Valor Anual
	Valor Mensal - Estatísticas da População Coberta	R\$ 16.975.834,72
Total das Remunerações de Contribuição dos Servidores Ativos	R\$ 1.305.833,55	R\$ 16.975.834,72
Total:	R\$ 1.305.833,55	
Valor Atual dos Salários Futuros - VASF: R\$ 180.744.937,56		
Custo Normal dos Benefícios - Regime de Capitalização		
Benefícios	Custo Anual Previsto (R\$)	% sobre Base de Contribuição
Aposentadorias Programadas (Por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória)	R\$ 2.651.793,95	15,62
Aposentadoria Especial - Professor - Educação Infantil e Ensino Fund. e Médio	R\$ 1.400.062,43	8,25
Pensão Por Morte de Aposentado Voluntário ou Compulsório	R\$ 392.858,44	2,31
Pensão Por Morte de Aposentado por Invalidez	R\$ 59.295,34	0,35





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA						
Benefícios			Custo Anual Previsto (R\$)		% sobre Base de Contribuição	
Total:			R\$ 4.504.010,16		26,53	
Custo Normal dos Benefícios - Regime de Cobertura						
Benefícios			Custo Anual Previsto (R\$)		% sobre Base de Contribuição	
Aposentadoria Por Invalidez Permanente			R\$ 139.421,49		0,82	
Pensão Por Morte de Servidor em Atividade			R\$ 371.087,72		2,19	
Total:			R\$ 510.509,21		3,01	
Custo Normal dos Benefícios - Regime de Repartição Simples						
Benefícios		Valor Pago em 2018	Valor Pago em 2019	Valor Pago em 2020	Valor Mínimo para 2021	Valor Previsto para 2021
Total:		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Custo Normal Total						
			Custo Anual Previsto (R\$)		% sobre Base de Contribuição	
Benefícios em Regime de Capitalização			R\$ 4.504.010,16		26,53	
Benefícios em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura			R\$ 510.509,21		3,01	
Benefícios em Regime de Repartição Simples			R\$ 0,00		0,00	
Total			R\$ 5.014.519,37		29,54	

Observações:





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Custo Suplementar			
Forma de Amortização e Apuração do Déficit Atuarial e Amortizar			
Forma Amortização:	Por Aliquota		
Forma de Pagamento:	Postecipados		
		Contas Recuperadas da Demonstração do Resultado Atuarial	Geração Atual (R\$)
ATIVOS GARANTIDORES DOS COMPROMISSOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS			R\$ 38.758.316,79
PROVISÃO MATEMÁTICA DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS			R\$ 20.375.507,61
PROVISÃO MATEMÁTICA DOS BENEFÍCIOS A CONCEDER :			R\$ 34.168.179,01
Valor Atual dos Parcelamentos de Débitos Previdenciários			R\$ 0,00

Valor Atual do Bens, Direitos e Demais Ativos a serem incorporados no Exercício Atual:

R\$ 0,00

Déficit Atuarial a Amortizar: -R\$ 17.785.369,83

PM
FOLH.
Nº 125
02/08/2021 11:12:41



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSP
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Tipo de LDA:		Constante definida no art 8º:	Valor calculada na avaliação atuarial:	Valor limite do déficit atuarial:
Observações:				
Prazo de Amortização				
Prazo Remanescente Calculado (anos):		27	Prazo Informado (anos):	35
Justificativa:		O plano de Amortização com alíquotas crescentes foi repactuado conforme permite o artigo 81 da Portaria MF 464/2018, Portaria ME 14.816/2020, e nas novas condições estabelecidas, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência (Instrução Normativa SPREV nº 007/2018).		
Base Cálculo Contribuição Suplementar				
		Composição da Base de Cálculo	Valor Anual Inicial (R\$)	
Servidores		Total das Remunerações de Contribuição dos Servidores Ativos	R\$ 1.305.833,44	
Aposentados		Total das Parcelas dos Proventos de Aposentadoria que Superem o Limite Máximo do RGPS	R\$ 563,68	
Pensionistas		Total das Parcelas das Pensões Por Morte que Superem o Limite Máximo do RGPS	R\$ 0,00	
Outros		Total das Remunerações dos Segurados Ativos, Aposentados e Pensionistas do Exercício Anterior	R\$ 1.803.811,78	

PM
FOLH.
Nº 126
02/08/2021 11:12:41

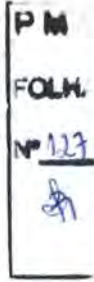


MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSP
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Descrição dos critérios adotados para evolução da folha de pagamento:
 A taxa real de crescimento da remuneração ao longo dos anos será de 1,00%.

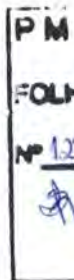
Plano de Amortização										
n	Ano	Taxa de Juros (%)	Aportes (R\$)	Aliquotas (%)	Base Cálculo (R\$)	Saldo Inicial (R\$)	(-) Pagamentos (R\$)	Saldo Final (R\$)	Composição do Pagamento	
									(-) Juros (R\$)	(-) Amortização (R\$)
1	2021	5,44		4,30	R\$ 16.975.834,72	R\$ 17.785.369,83	-R\$ 729.960,89	R\$ 18.022.933,06	-R\$ 967.524,12	R\$ 237.563,23
2	2022	5,44		4,30	R\$ 17.145.593,07	R\$ 18.022.933,06	-R\$ 737.260,50	R\$ 18.266.120,12	-R\$ 980.447,56	R\$ 243.187,06
3	2023	5,44		4,30	R\$ 17.317.049,00	R\$ 18.266.120,12	-R\$ 744.633,11	R\$ 18.515.163,94	-R\$ 993.676,93	R\$ 249.043,82
4	2024	5,44		5,82	R\$ 17.490.219,49	R\$ 18.515.163,94	-R\$ 1.017.930,77	R\$ 18.504.458,09	-R\$ 1.007.224,92	-R\$ 10.705,85
5	2025	5,44		5,85	R\$ 17.665.121,68	R\$ 18.504.458,09	-R\$ 1.033.409,62	R\$ 18.477.690,99	-R\$ 1.006.642,52	-R\$ 26.767,10
6	2026	5,44		5,89	R\$ 17.841.772,90	R\$ 18.477.690,99	-R\$ 1.050.880,42	R\$ 18.431.996,96	-R\$ 1.005.186,39	-R\$ 45.694,03
7	2027	5,44		5,93	R\$ 18.020.190,63	R\$ 18.431.996,96	-R\$ 1.068.597,30	R\$ 18.366.100,29	-R\$ 1.002.700,63	-R\$ 65.896,67
8	2028	5,44		5,97	R\$ 18.200.392,53	R\$ 18.366.100,29	-R\$ 1.086.563,43	R\$ 18.278.652,72	-R\$ 999.115,86	-R\$ 87.447,57
9	2029	5,44		6,00	R\$ 18.382.396,46	R\$ 18.278.652,72	-R\$ 1.102.943,79	R\$ 18.170.067,64	-R\$ 994.358,71	-R\$ 108.585,08
10	2030	5,44		6,04	R\$ 18.566.220,42	R\$ 18.170.067,64	-R\$ 1.121.399,71	R\$ 18.037.119,61	-R\$ 988.451,68	-R\$ 132.948,03
11	2031	5,44		6,08	R\$ 18.751.882,63	R\$ 18.037.119,61	-R\$ 1.140.114,46	R\$ 17.878.224,46	-R\$ 981.219,31	-R\$ 158.895,15
12	2032	5,44		6,12	R\$ 18.939.401,46	R\$ 17.878.224,46	-R\$ 1.159.091,37	R\$ 17.691.708,50	-R\$ 972.575,41	-R\$ 186.515,96
13	2033	5,44		6,16	R\$ 19.128.795,47	R\$ 17.691.708,50	-R\$ 1.178.333,80	R\$ 17.475.803,64	-R\$ 962.428,94	-R\$ 215.904,86
14	2034	5,44		6,20	R\$ 19.320.083,42	R\$ 17.475.803,64	-R\$ 1.197.845,17	R\$ 17.228.642,19	-R\$ 950.683,72	-R\$ 247.161,45





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA											
n	Ano	Taxa de Juros (%)	Aportes (R\$)	Aliquotas (%)	Base Cálculo (R\$)	Saldo Inicial (R\$)	(-) Pagamentos (R\$)	Saldo Final (R\$)	Composição do Pagamento		(-) Amortização (R\$)
									(-) Juros (R\$)	(-) Amortização (R\$)	
15	2035	5,44		6,24	R\$ 19.513.284,26	R\$ 17.228.642,19	-R\$ 1.217.628,94	R\$ 16.948.251,39	-R\$ 937.238,14		-R\$ 280.390,80
16	2036	5,44		6,28	R\$ 19.708.417,10	R\$ 16.948.251,39	-R\$ 1.237.686,59	R\$ 16.632.547,68	-R\$ 921.984,88		-R\$ 315.703,71
17	2037	5,44		6,32	R\$ 19.905.501,27	R\$ 16.632.547,68	-R\$ 1.258.027,68	R\$ 16.279.330,59	-R\$ 904.810,59		-R\$ 353.217,09
18	2038	5,44		6,36	R\$ 20.104.556,29	R\$ 16.279.330,59	-R\$ 1.278.649,78	R\$ 15.886.276,39	-R\$ 885.595,58		-R\$ 393.054,20
19	2039	5,44		6,40	R\$ 20.305.601,85	R\$ 15.886.276,39	-R\$ 1.299.559,52	R\$ 15.450.931,31	-R\$ 864.213,44		-R\$ 435.345,08
20	2040	5,44		6,44	R\$ 20.508.657,87	R\$ 15.450.931,31	-R\$ 1.320.757,57	R\$ 14.970.704,40	-R\$ 840.530,66		-R\$ 480.226,91
21	2041	5,44		6,48	R\$ 20.713.744,45	R\$ 14.970.704,40	-R\$ 1.342.250,64	R\$ 14.442.860,08	-R\$ 814.406,32		-R\$ 527.844,32
22	2042	5,44		6,52	R\$ 20.920.881,89	R\$ 14.442.860,08	-R\$ 1.364.041,50	R\$ 13.864.510,17	-R\$ 785.691,59		-R\$ 578.349,91
23	2043	5,44		6,57	R\$ 21.130.090,71	R\$ 13.864.510,17	-R\$ 1.388.246,96	R\$ 13.230.492,56	-R\$ 754.229,35		-R\$ 634.017,61
24	2044	5,44		6,61	R\$ 21.341.391,62	R\$ 13.230.492,56	-R\$ 1.410.665,99	R\$ 12.539.565,37	-R\$ 719.738,80		-R\$ 690.927,19
25	2045	5,44		6,65	R\$ 21.554.805,53	R\$ 12.539.565,37	-R\$ 1.433.394,57	R\$ 11.788.323,16	-R\$ 682.152,36		-R\$ 751.242,21
26	2046	5,44		6,69	R\$ 21.770.353,59	R\$ 11.788.323,16	-R\$ 1.456.436,66	R\$ 10.973.171,28	-R\$ 641.284,78		-R\$ 815.151,88
27	2047	5,44		6,74	R\$ 21.988.057,12	R\$ 10.973.171,28	-R\$ 1.481.995,05	R\$ 10.088.116,75	-R\$ 596.940,52		-R\$ 885.054,53
28	2048	5,44		6,78	R\$ 22.207.937,69	R\$ 10.088.116,75	-R\$ 1.505.696,18	R\$ 9.131.212,12	-R\$ 548.783,55		-R\$ 956.904,63
29	2049	5,44		6,82	R\$ 22.430.017,07	R\$ 9.131.212,12	-R\$ 1.529.727,16	R\$ 8.098.222,90	-R\$ 496.737,94		-R\$ 1.032.989,22
30	2050	5,44		6,87	R\$ 22.654.317,24	R\$ 8.098.222,90	-R\$ 1.556.351,59	R\$ 6.982.414,64	-R\$ 440.543,33		-R\$ 1.115.808,26
31	2051	5,44		6,91	R\$ 22.880.860,41	R\$ 6.982.414,64	-R\$ 1.581.067,45	R\$ 5.781.190,55	-R\$ 379.843,36		-R\$ 1.201.224,09
32	2052	5,44		6,95	R\$ 23.109.669,02	R\$ 5.781.190,55	-R\$ 1.606.122,00	R\$ 4.489.565,32	-R\$ 314.496,77		-R\$ 1.291.625,23
33	2053	5,44		7,00	R\$ 23.340.765,71	R\$ 4.489.565,32	-R\$ 1.633.853,60	R\$ 3.089.944,07	-R\$ 244.232,35		-R\$ 1.389.621,25
34	2054	5,44		7,04	R\$ 23.574.173,37	R\$ 3.089.944,07	-R\$ 1.659.621,81	R\$ 1.608.959,22	-R\$ 168.636,86		-R\$ 1.490.984,85





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA										
n	Ano	Taxa de Juros (%)	Aportes (R\$)	Aliquotas (%)	Base Cálculo (R\$)	Saldo Inicial (R\$)	(-) Pagamentos (R\$)	Saldo Final (R\$)	Composição do Pagamento	
									(-) Juros (R\$)	(-) Amortização (R\$)
35	2055	5,44		7,09	R\$ 23.809.915,10	R\$ 1.608.959,22	-R\$ 1.688.122,98	R\$ 8.363,62	-R\$ 87.527,38	-R\$ 1.600.595,60
Observação Sistema:										
Observações:										
Custo com a Administração do Plano										



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Limite da Norma Geral	
Valor Total das Remunerações dos Segurados Ativos em 2020:	R\$ 21.780.362,15
Valor Total dos Proventos de Aposentadorias em 2020:	R\$ 1.548.507,59
Valor Total das Pensões por Morte em 2020:	R\$ 120.683,38
Total:	R\$ 23.449.553,10
Limite de Gastos com despesas Administrativas para 2021 (R\$):	R\$ 468.991,06
Limite Estabelecido pelo Ente em Lei	
Aliquota	R\$ 0,00
Taxa de Administração definida pelo Ente em Lei (%):	2,00
Base de Cálculo Anual da Taxa de Administração (R\$):	R\$ 16.975.834,72
Limite de Gastos com despesas administrativas para 2021 (R\$):	R\$ 339.516,69
Custo Previsto para 2021	
Aliquota	R\$ 339.516,69
Valor Previsto das despesas administrativas para 2021:	R\$ 16.975.834,72
Base de Cálculo Anual da Taxa de Administração para 2020(R\$):	2,00
Taxa de Administração para 2021(%):	

Aporte
Valor do aporte anual para custeio das despesas administrativas estabelecido pelo Ente mediante Lei:
R\$ 0,00

PMT
FOLW
Nº 130
J



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSP
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Plano de Custeio a Constar em Lei		Situação Atual				Situação Definida na Avaliação Atuarial	
Contribuição Normal e Taxa de Administração		Aliquota (%)		Contribuição Esperada Atual		Aliquota Definida na Avaliação Atuarial (%)	Contribuição Esperada Definida
Valor Anual da Base de Cálculo (R\$)							
Ente Federativo	R\$ 16.975.834,72	16,30		R\$ 2.767.061,06		16,30	R\$ 2.767.061,06
Taxa de Administração	R\$ 16.975.834,72	2,00		R\$ 339.516,69		2,00	R\$ 339.516,69
Aporte Anual para Custeio das Despesas Administrativas				R\$ 0,00			
Ente Federativo - Total	R\$ 33.951.669,44	18,30		R\$ 3.106.577,75		18,30	R\$ 3.106.577,75
Segurados Ativos	R\$ 16.975.834,72	14,00		R\$ 2.376.616,86		14,00	R\$ 2.376.616,86
Aposentados	R\$ 563,68	14,00		R\$ 78,92		14,00	R\$ 78,92
Pensionistas	R\$ 0,00	14,00		R\$ 0,00		14,00	R\$ 0,00
Total							

Observação:

Novo Plano de Amortização a Constar em Lei

Sim

Plano de Equacionamento do Déficit Atuarial previsto em Lei será revisado:
Justificativa: O plano de Amortização com aliquotas crescentes foi repactuado conforme permite o artigo 81 da Portaria MF 464/2018, Portaria ME 14.818/2020, e nas novas condições estabelecidas, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência (Instrução Normativa SPREV nº 007/2018).

Comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias Projetadas e Executadas



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSP
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA			
Descrição	Geração Atual		
	Projetado para 2020	Executado em 2020	Diferença
Base de Cálculo da Contribuição Normal	R\$ 16.518.973,41	R\$ 16.745.241,14	-R\$ 226.267,73
Benefícios Concedidos - Contribuições dos Aposentados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios Concedidos - Contribuições dos Pensionistas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios Concedidos - Compensação Previdenciária a Receber	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Contribuições do Ente	R\$ 3.645.927,74	R\$ 3.684.028,47	-R\$ 38.098,73
Benefícios a Conceder - Contribuições dos Segurados Ativos	R\$ 2.189.893,03	R\$ 2.226.685,42	-R\$ 26.802,39
Benefícios a Conceder - Contribuições dos Aposentados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Contribuições dos Pensionistas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Compensação Previdenciária a Receber	R\$ 45.713,48	R\$ 46.270,41	-R\$ 556,93
Plano de Amortização do Déficit Atuarial estabelecido em lei	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Parcelamentos de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outras Receitas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL DAS RECEITAS COM CONTRIBUIÇÕES E COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	R\$ 5.891.524,25	R\$ 5.956.982,30	-R\$ 65.458,05
Benefícios Concedidos - Encargos - Aposentadorias Programadas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios Concedidos - Encargos - Aposentadorias Especiais de Professores	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios Concedidos - Encargos - Outras Aposentadorias Especiais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios Concedidos - Encargos - Aposentadorias por Invalidez	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios Concedidos - Encargos - Pensões Por Morte	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios Concedidos - Encargos - Compensação Previdenciária a Pagar	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Descrição	Geração Atual		
	Projetado para 2020	Executado em 2020	Diferença
Benefícios a Conceder - Encargos - Aposentadorias Programadas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Aposentadorias Especiais de Professores	R\$ 29.169,18	R\$ 29.489,18	-R\$ 320,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Outras Aposentadorias Especiais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Aposentadorias por Invalidez	R\$ 15.240,55	R\$ 15.418,51	-R\$ 177,96
Benefícios a Conceder - Encargos - Pensões Por Morte de Servidores em Atividade	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Pensões Por Morte de Aposentados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Outros Benefícios e Auxílios	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Compensação Previdenciária a Pagar	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outras Despesas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM BENEFÍCIOS DO PLANO	R\$ 44.409,73	R\$ 44.907,69	-R\$ 497,96
INSUFICIÊNCIA OU EXCEDENTE FINANCEIRO	R\$ 5.847.114,52	R\$ 5.912.074,61	-R\$ 64.960,09
RENTABILIDADE ESPERADA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Rentabilidade dos Ativos que compõem os Recursos Garantidores	R\$ 1.824.980,31	R\$ 2.910.753,81	-R\$ 1.085.773,50
Comparativo de Informações das Últimas Avaliações Atuariais			
Descrição	2021	2020	2019
BASE NORMATIVA			
PLANO DE CUSTEIO VIGENTE			
Contribuição Normal - Ente Federativo	238967,52	227630,67	177277,04
BASE CADASTRAL			
ESTATÍSTICAS DA POPULAÇÃO COBERTA			





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

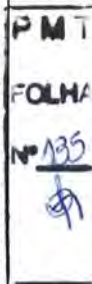
DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Comparativo de Informações das Últimas Avaliações Atuariais				
Descrição	2021	2020	2019	
Quantidade de Segurados Ativos	413.00	433.00		350.00
Quantidade de Aposentados	42.00	36.00		32.00
Quantidade de Pensionistas	7.00	7.00		6.00
Média da Base de Cálculo dos Segurados Ativos	3161.82	2875.23		2767.79
Média do Valor do Benefício dos Aposentados	3127.81	2728.72		2486.66
Média do Valor do Benefícios dos Pensionistas	1271.75	1271.21		1178.41
Idade Média dos Segurados Ativos	41.32	40.13		41.24
Idade Média dos Aposentados	63.07	63.17		62.28
Idade Média dos Pensionistas	40.86	39.86		44.00
Idade Média Projetada Para Aposentadoria	59.24	57.16		59.57
BASE TÉCNICA				
REGIMES E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO				
Método de Financiamento Adotado	CAP - PUC	CAP - PUC		CAP - PUC
RESULTADOS				
VALORES DOS COMPROMISSOS				
Ativos Garantidores dos Compromissos do Plano de Benefícios	36758316.79	31037080.14		25381795.75
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Benefícios Concedidos	20903665.06	16039168.43		12431265.26
Valor Atual das Contribuições Futuras - Benefícios Concedidos	69262.62	35702.49		63321.52
Reserva Matemática dos Benefícios Concedidos	20972907.88	16003465.94		12367943.74
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Benefícios a Conceder	124164101.92	113987914.74		77045404.81



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSPS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA				
Comparativo de Informações das Últimas Avaliações Atuariais				
Descrição	2021	2020	2019	
Valor Atual das Contribuições Futuras - Benefícios a Conceder	78610054.07	50891443.33	29892660.12	
Reserva Matemática dos Benefícios a Conceder	45554047.85	63106471.41	47052744.69	
Valor Atual da Compensação Financeira a Receber	11431576.01	3939182.49	2575630.46	
Valor Atual da Compensação Financeira a Pagar	0.00	64668.05	42857.30	
Resultado Atuarial	114716848.33	44198342.77	31508119.52	
CUSTO NORMAL				
CUSTO ANUAL PREVISTO (% SOBRE BASE DE CONTRIBUIÇÃO)				
Benefícios em Regime de Capitalização (%)	26.53	23.80	18.91	
Benefícios em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura (%)	3.01	3.50	3.40	
Benefícios em Regime de Repartição Simples (%)	0.00	0.00	4.98	
ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL DEFINIDAS				
Ente Federativo - Contribuição Normal	18.30	18.30	18.30	
Taxa de Administração	2.76	2.00	2.00	
Parecer Atuarial				
Temas	Parecer			
Perspectivas de alteração futura no perfil e na composição da massa de segurados	Conforme as últimas Avaliações Atuariais, o Instituto Previdenciário vem apresentando uma elevação no número de Servidores Ativos. Nesse caso, acreditamos que não teremos novos concursos nos próximos 3 anos.			
Adequação da base de dados utilizada e respectivos impactos em relação aos resultados apurados	Consideramos o conteúdo da Base de Dados fornecida pelo Instituto Previdenciário excelente para a realização do Cálculo Atuarial, conforme exigência do art. 38 da Portaria MF 464/2018. Foi informado os dados completos e consistentes dos			
Análise dos regimes financeiros e métodos atuariais adotados e perspectivas futuras de comportamento dos custos e dos compromissos do Plano de Benefícios	Os regimes financeiros adotados, seguem a risco o mínimo aplicável pela Portaria MF 464/2018, descritos na guia "Regimes e			
Adequação das hipóteses utilizadas às características da massa de segurados e de seus dependentes e análises de sensibilidade para os resultados	A Tábua Biométrica utilizada foi segregada por sexo, sendo a IBGE 2019 - Masculino e IBGE 2019 - Feminino. Como não possuímos tábuas de mortalidade separadas por região, não existe a possibilidade de um teste de aderência. No intuito de ser			
Metodologia utilizada para a determinação do valor da compensação previdenciária a receber e impactos nos resultados	A compensação previdenciária a receber foi calculado sobre as informações do TEMPO ANTERIOR DE CONTRIBUIÇÃO, de 0% da massa de Servidores Ativos. Os demais Servidores que não foram informando o TEMPO ANTERIOR DE CONTRIBUIÇÃO, utilizamos			





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPSS
DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Temas	Parecer
Composição e características dos ativos garantidores do plano de benefícios	Os Ativos garantidores foram registrados na Tabela - Resultados - Valores dos Compromissos deste DRAA. Ressaltamos que, referente ao Montante de R\$ 36.758.316,79, 100% são de ativos líquidos. Nesse caso, o Instituto Previdenciário não possui risco
Variação dos Compromissos do Plano (VABF e VACF)	Com relação as Reservas Matemáticas de Benefícios a Conceder, tivemos uma elevação de 88,4%. Essa elevação decorre da alteração do número de Servidores Ativos, da média salarial e da idade média dos Servidores Ativos. Com relação as Reservas
Resultado da avaliação atuarial e situação financeira e atuarial do RPPS	Os Resultados da Avaliação indicam um Desequilíbrio Atuarial (Déficit de Equilíbrio) no valor de R\$ (17.785.369,84). Entretanto,
Plano de custeio a ser implementado e medidas para manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial	A manutenção do plano será uma alíquota de Custo Mensal de 36,60%, equivalente a 32,30% de Custo Normal, já incluída a taxa de administração e 04,30% de Custo Suplementar Equacionado sobre a folha Salarial dos Servidores Ativos conforme descrito no
Parecer sobre a análise comparativa dos resultados das três últimas avaliações atuariais	Analisando as últimas Avaliações Atuariais, nota-se um aumento das alíquotas de manutenção do plano, devido aumento das
Identificação dos principais riscos do plano de benefícios	Os principais riscos que podem alterar o cenário do Equilíbrio Financeiro e Atuarial do plano para o ano seguinte são: A quantidade pequena de informação do TEMPO ANTERIOR DE CONTRIBUIÇÃO ANTERIOR, o que nos obriga a padronizar uma

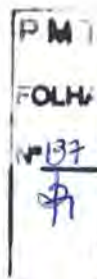
PMT
FOLHA
Nº 136
02/08/2021 11:12:41



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

CNPJ 04.963.339/0001-44



ITEM 08:

8. LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.

8.1 Ausência de elaboração do Demonstrativo de Viabilidade Orçamentária, Financeira e Fiscal para o ente federativo, inclusive dos impactos nos limites de gastos impostos pela Lei Complementar nº 101/2000, referente ao Plano de Amortização do Déficit Atuarial aprovado pela Lei nº 125/2018.



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

CNPJ 04.963.339/0001-44

PM
FOLH
nº 138
A

8. LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.

8.1 Descrição dos fatos constatados. Ausência de elaboração do Demonstrativo de Viabilidade Orçamentária, Financeira e Fiscal para o ente federativo, inclusive dos impactos nos limites de gastos impostos pela Lei Complementar nº 101/2000, referente ao Plano de Amortização do Déficit Atuarial aprovado pela Lei nº 125/2018.

Com relação ao apontamento supracitado, informamos que compreendemos o ensejo do Tribunal de Contas em dar ênfase a elaboração do Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio, afim de apurar as condições do Ente Federativo em honrar com as obrigações previdenciárias. No entanto, como o próprio processo 499315/2021 informa, a utilização do formato exigido pela Portaria MF 464/2019 e Instrução Normativa nº 10/2018, foi prorrogado pela Portaria ME 18.084/2020.

Quanto a obrigatoriedade da elaboração do Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio, a Instrução Normativa 10/2018 informa através do artigo 2º § 2º que o prazo de envio e sua periodicidade dependerá do Porte e Perfil Atuarial do RPPS.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10 - § 2º A periodicidade e os prazos de envio do Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio à Secretaria de Previdência serão diferenciados por porte e risco atuarial do RPPS de que tratam o § 2º do art. 2º e o art. 77 da Portaria MF nº 464, de 2018.

O artigo 6º, I § 1º da Instrução Normativa 10/2018 enfatiza que o Demonstrativo **deverá ser enviado no prazo de envio do DRAA e sua periodicidade de atualização dependerá do Perfil Atuarial definido no ISP**. De acordo com a publicação do ISP/2020, o Perfil Atuarial do TAPURAH-PREVI é II, sendo sua elaboração e envio obrigatório no exercício de 2022.

Antes da implantação da Portaria MF 464/2018, o RPPS vem elaborando Estudos de Viabilidade Econômica, Financeira e Orçamentária, que analisa a capacidade do Ente Federativo honrar com suas obrigações previdenciárias. Este Estudo inclusive, separa o Ente Federativo entre Poderes, para verificação dos Limites de Despesa Total com Pessoal, imposto pela Lei 101/2000. Este Estudo segue anexo a essa defesa.



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

CNPJ 04.963.339/0001-44

Desta forma, diante de todo exposto requer seja declarada sanado o apontamento elaborado pela equipe técnica do TCE/MT, devido não existir irregularidade quanto a elaboração do Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio, pois será elaborado conforme formato exigido e enviado no prazo determinado pela Portaria MF 464/2018 e Instrução Normativa nº 10/2018.


Solange Aparecida Alves de Souza

CPF 571.296.901-78

Diretora Executiva

Tapurah-Previ

Matricula 2300



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso
Coordenadoria de Expediente - Gerência de Protocolo
Fones: (65) 3613 7574 / 3613 7572 / 3613 7573



Nº. Protocolo 576611 D

Ano 2021

CUIABÁ-MT, 02/08/2021

Procedência: 1114362 FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH

Principal 1114362 FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH

Assunto: DOCUMENTACAO

Palavra Chave: DOCUMENTACAO

Secundário: SOLANGE APARECIDA ALVES DE SOUZA

Descrição: ENCAMINHA DEFESA REFERENTE AO PROCESSO N. 499315/2021

SENHOR ORDENADOR,


OS DOCUMENTOS FORAM APRESENTADOS DE ACORDO COM AS REGRAS ESTABELECIDAS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2015 E NO MANUAL DE ORIENTAÇÃO DA REMESSA DE DOCUMENTOS AO TCE/MT ABAIXO INDICADAS, ESTANDO APTOS A SEREM PROTOCOLADOS.

REQUISITOS OBRIGATÓRIOS:

- FOLHAS NUMERADAS
- FOLHAS RUBRICADAS
- ENCAMINHADO ÍNDICE, COM INDICAÇÃO DA PÁGINA EM QUE SE ENCONTRA CADA DOCUMENTO.
- OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO CONTENDO INDICAÇÃO PRECISA DO ASSUNTO OU PROCESSO A QUE SE REFEREM OS DOCUMENTOS.
- OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO CONTENDO INDICAÇÃO DO CPF, RG E ENDEREÇO DO ORDENADOR DA DESPESA.

Relator AUDITOR SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO EM SUBSTITUIÇÃO LUIZ CARLOS AZEVEDO C

Procurador

 <p>Tribunal de Contas Mato Grosso TRIBUNAL DO CIDADÃO</p>	<p>GAB. DO AUD. SUBST. DE CONSELHEIRO EM SUBSTITUIÇÃO LUIZ CARLOS PEREIRA Telefone(s): 65 3613-7575 e-mail: gab.luizcarlos@tce.mt.gov.br</p>
--	--

Ofício nº	: 489/2021/GCI/LCP
------------------	---------------------------

Cuiabá-MT, 14 de julho de 2021

A Sua Excelência o Senhor

IRALDO EBERTZ

Prefeito Municipal de Tapurah – MT

Assunto: **Proc. 49.931-5/2021- Citação**

Excelentíssimo Senhor,

Em face do Relatório Técnico Preliminar elaborado pela equipe de auditoria da SECEX de Previdência (Doc. Digital nº 158586/2021) e Decisão (Doc. Digital nº 160456/2021) exarada nos autos do processo em epígrafe fica V. Excelência **CITADO** para no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento deste, apresentar manifestação, a ser protocolada neste Tribunal de Contas, nos termos dos artigos 59, IV , 60, 61, § 2º, todos da Lei Complementar nº 269/2007 (Lei Orgânica do TCE/MT) c/c os artigos 89, VIII, 140, 256, § 1º, 257, III, 264, § 2º, todos da Resolução nº 14/2007/RITCE/MT).

Atenciosamente.

LUIZ CARLOS PEREIRA
Auditor Substituto de Conselheiro em Substituição
(Portaria 015/2020, DOC TCE/MT de 19/02/2020)





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

GABINETE DO CONSELHEIRO INTERINO

Luiz Carlos Pereira
Telefone: (65) 3613-7546 / 3613-7577
e-mail: gab.luizcarlos@tce.mt.gov.br

PROCESSO N.º:	49.931-5/2021
ASSUNTO:	CONTAS ANUAIS DE GOVERNO (PREVIDÊNCIA MUNICIPAL)
PRINCIPAL:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH
RESPONSÁVEL:	IRALDO EBERTZ – Prefeito
RELATOR:	CONSELHEIRO INTERINO LUIZ CARLOS PEREIRA

DECISÃO

Trata-se das Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de Tapurah (Previdência Municipal), relativas ao exercício de 2020, sob a responsabilidade do Sr. Iraldo Ebertz.

Após os procedimentos instrutórios iniciais, a Secretaria de Controle Externo de Previdência emitiu Relatório Técnico Preliminar (Doc. Digital n.º 158586/2021), apontando a ocorrência de uma irregularidade, nos seguintes termos:

Responsável: Iraldo Ebertz – Prefeito

1. DA 05. Gestão Fiscal/Financeira_Gravíssima_05. Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária do empregador à instituição de previdência (arts. 40 e 195, I, da Constituição Federal).

1.1 Conforme informações extraídas do Sistema APLIC, por meio de Declaração de Veracidade e módulo: informações mensais>RPPS> Consulta de contribuições, foi constatada a ausência de recolhimento da contribuição patronal da Prefeitura Municipal, no período de abr e dez de 2020, no valor de R\$ 227.279,59.

2. DA 07. Gestão Fiscal/Financeira_Gravíssima_07. Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária descontadas dos segurados à instituição devida (arts. 40, 149, § 1º e 195, II, da Constituição Federal; art. 168- A do Decreto-Lei nº 2.848/1940).

2.1 Conforme informações expressas em declaração de veracidade, enviada por meio do Sistema APLIC, foi constatado ausência de repasse de contribuições dos segurados da Prefeitura Municipal, correspondente à competência de abr. e dez/20, no valor de R\$ 348.280,57.

3. LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.

3.1 Desequilíbrio na cobertura das reservas matemáticas, pela falta de um adequado planejamento previdenciário que promova a captação de ativos/recursos suficientes para a melhoria gradativa do alcance do equilíbrio atuarial.





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

GABINETE DO CONSELHEIRO INTERINO

Luiz Carlos Pereira
Telefone: (65) 3613-7546 / 3613-7577
e-mail: gab.luizcarlos@tce.mt.gov.br

4. LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.

4.1 Ausência de lei específica do ente federativo para implementação do plano de equacionamento do déficit atuarial.

5. CB 02. Contabilidade_Grave_02. Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando na inconsistência dos demonstrativos contábeis (art. 83 a 106, da Lei nº 4.320/1964 ou Lei nº 6.404/1976).

5.1 Inconsistência no Balanço Patrimonial, pelo registro das provisões matemáticas previdenciárias calculadas com data focal em 31/12/2019, quando deveria utilizar como base a data-focal de 31/12/2020.

6. LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.

6.1 O Plano de Amortizado do Déficit Atuarial, homologado pelo Decreto nº 286/2019, não atenderá aos critérios normativos de efetividade descritos no art. 54 da Portaria MF 464/2018, regulamentado pelo art. 9º da Instrução Normativa 07 e pela Portaria ME nº 14816/2020, relativamente à amortização a ser realizada no(s) exercício(s) de 2022, 2023 e 2024, sendo necessária a sua modificação, para fins de amortização do déficit atuarial, de acordo com a proporção estabelecida pelos normativos.

7. LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.

7.1 Impossibilidade de certificação de que as alíquotas suplementares propostas pelo Plano de Amortização garantem os recursos econômicos suficientes para amortizar o déficit atuarial, durante todo o plano de custeio, bem como, no tocante ao limite de gastos com pessoal do Poder Executivo imposto pela Lei Complementar nº 101/2020.

8. LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.

8.1 Ausência de elaboração do Demonstrativo de Viabilidade Orçamentária, Financeira e Fiscal para o ente federativo, inclusive dos impactos nos limites de gastos impostos pela Lei Complementar nº 101/2000, referente ao Plano de Amortização do Déficit Atuarial aprovado pela Lei nº 125/2018.

É o Relatório.

Decido.

Em observância às garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, **cite-se o Sr. Iraldo Ebertz**, Prefeito do Município de Tapurah, na forma dos artigos 59 e incisos, 60, parágrafo único e 61 e incisos, da Lei Complementar Estadual n.º 269/2007, c/c os artigos 257, 258 e incisos, da Resolução Normativa n.º 14/2007-





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

GABINETE DO CONSELHEIRO INTERINO

Luiz Carlos Pereira
Telefone: (65) 3613-7546 / 3613-7577
e-mail: gab.luizcarlos@tce.mt.gov.br

TCE/MT, para, querendo, se manifestar acerca do Relatório Técnico Preliminar, **no prazo de 15 (quinze) dias**, a contar do recebimento desta decisão.

Alerte-se de que o descumprimento do prazo implicará em revelia para todos os efeitos processuais, conforme dispõe o artigo 6º, parágrafo único, da Lei Orgânica do TCE/MT.

Após, encaminhem-se os autos à Gerência de Controle de Processos Diligenciados para que aguarde a manifestação dos interessados ou a certificação de decurso de prazo.

Gabinete do Relator, Cuiabá-MT, em 14 de julho de 2021.

LUIZ CARLOS PEREIRA¹

Conselheiro Interino

(Portaria n.º 015/2020, DOC TCE/MT de 19/02/2020)

¹ Documento assinado por assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DE ATOS DE PESSOAL E RPPS
Telefones: (65) 3613-7623 / 2943 / 7126

PROCESSO Nº	499315/2021
PRINCIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH-MT
ASSUNTO	CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL
RELATOR(A)	AUDITOR SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO EM SUBSTITUIÇÃO LUIZ CARLOS AZEVEDO COSTA PEREIRA
EQUIPE TÉCNICA	ANDRESA GORGONHA DE NOVAIS MANTOVANI – SUPERVISORA DE CONTROLE EXTERNO DE RPPS SILVIO SILVA JÚNIOR – AUDITOR PÚBLICO EXTERNO

Excelentíssimo Conselheiro,

Em cumprimento ao disposto no artigo 139, § 1º, do Regimento Interno do TCE e considerando que o relatório técnico foi elaborado em sintonia com as disposições legais, manifesto, nesta oportunidade, para confirmar seu inteiro teor.

Secretaria de Controle Externo de Previdência, Cuiabá, 12/07/2021.

KARÍSIA GODA CARDOSO PASTOR ANDRADE

Secretária de Controle Externo de Previdência





Relatório Técnico Preliminar

CONTAS DE GOVERNO DA PREVIDÊNCIA MUNICIPAL EXERCÍCIO 2020

TAPURAH-MT

Secretaria de Controle Externo de Previdência
Cuiabá-MT, julho de 2021





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. RESPONSÁVEL PELO ÓRGÃO	4
3. DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO	4
3.1. Normas gerais	4
3.1.1. Unidade Gestora Única	4
3.1.2. Adimplência de contribuições previdenciárias	5
3.1.3. Análise do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP	15
3.2. Gestão Atuarial	16
3.2.1. Avaliação atuarial	16
3.2.2. Resultado Financeiro	17
3.2.3. Resultado Atuarial	18
3.2.4. Índices de Cobertura	20
3.2.5. Plano de Custeio	25
4. PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO INSTAURADOS	47
5. POSTURA ANTE OS ALERTAS, RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	47
6. CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO	47





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

FIGURAS

Figura 1 - Contribuições Previdenciárias - Parecer Controle Interno	6
Figura 2 - Consulta Acordo de Parcelamento.....	15
Figura 3 - Certificado de Regularidade Previdenciária CRP.....	16
Figura 4 - Alíquota proposta para Custeio Normal	30
Figura 5 – Plano de Custeio Vigente (DRAA).....	30
Figura 6 – Plano de Custeio Vigente (DRAA 2021).....	30

QUADROS

Quadro 1 - Contribuições Previdenciárias Patronais	7
Quadro 2 - Consulta as contribuições previdenciárias patronal (Aplic).....	7
Quadro 3 – Declaração de Veracidade x Sistema Aplic (Informes mensais/RPPS/Contribuições Previdenciárias)	8
Quadro 4 - Contribuições Previdenciárias Patronais e do Servidor pagas em atraso.....	9
Quadro 5 - Contribuições Previdenciárias Servidor	11
Quadro 6 - Consulta as contribuições previdenciárias patronal (Aplic).....	11
Quadro 7 – Declaração de Veracidade x Sistema Aplic (Informes mensais/RPPS/Contribuições Previdenciárias)	12
Quadro 8 - Contribuições Previdenciárias Patronais e do Servidor pagas em atraso.....	13
Quadro 9 – Análise comparativa das últimas avaliações atuariais	19
Quadro 10 – Balancete de Verificação 2020 RPPS Tapurah-MT (Aplic)	34
Quadro 11 – Balancete de Verificação 2020 PM Tapurah-MT (Aplic) - Consolidado.....	35
Quadro 12 - Provisões Matemáticas registradas no DRAA 2021	35
Quadro 13 - Gradação da amortização do déficit	38
Quadro 14 - Análise da Amortização do Déficit Atuarial	38
Quadro 15 - Resumo das irregularidades	47
Quadro 16 - Resumo das recomendações	49

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Receitas Arrecadadas x Despesas Liquidadas	17
Gráfico 2 - Receitas Arrecadadas x Despesas Liquidadas (Anual)	18
Gráfico 3 - Evolução do Déficit Atuarial	19
Gráfico 4 - Índice de Cobertura dos Benefícios Concedidos	20
Gráfico 5 - Provisão matemática dos benefícios concedidos	21
Gráfico 6 - Ativos Garantidores	21
Gráfico 7 - Índice de Cobertura das Reservas Matemáticas	22
Gráfico 8 - Amortização do Principal.....	38
Gráfico 9 - Alíquota Suplementar.....	41
Gráfico 10 - Alíquota Finais do Custo Suplementar	41
Gráfico 11 - Início da Amortização do Principal do Déficit Atuarial	42





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

RELATÓRIO PRELIMINAR SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

PROCESSO Nº	499315/2021
PRINCIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH-MT
CNPJ	24.772.253/0001-41
ASSUNTO	CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL
GESTOR	IRALDO EBERTZ
RELATOR	AUDITOR SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO EM SUBSTITUIÇÃO LUIZ CARLOS AZEVEDO COSTA PEREIRA
EQUIPE TÉCNICA	SILVIO SILVA JUNIOR – AUDITOR PÚBLICO EXTERNO ANDRESA GORGONHA DE NOVAIS MANTOVANI – SUPERVISORA DE CONTROLE EXTERNO DE RPPS

1. INTRODUÇÃO

Em atendimento ao inciso II do art. 71 da Constituição Federal, ao art. 212 da Constituição do Estado de Mato Grosso, aos arts. 35 e 36 da Lei Complementar nº 269/2007, ao inciso II do art. 29 e inciso V do art. 149 da Resolução Normativa nº 14/2007-TCE/MT e Resolução ATRICON nº 05/2018, apresenta-se o Relatório Preliminar das Contas de Governo da **Prefeitura Municipal de Tapurah-MT**, contendo a análise da Previdência Municipal, com o objetivo de subsidiar o parecer prévio do Tribunal de Contas sobre o exercício de 2020.

Este relatório foi elaborado com base nas informações prestadas a este Tribunal de Contas, por meio do Parecer Técnico Conclusivo emitido pela Unidade de Controle Interno e Pronunciamento Expresso e Indelegável do Gestor sobre as Contas Anuais, nos termos da Resolução Normativa nº 12/2020-TP¹, do Sistema APLIC, dos processos físicos, das informações extraídas dos sistemas informatizados do órgão, das publicações nos órgãos

¹ O Pronunciamento Expresso e Indelegável do Gestor sobre as Contas Anuais, bem como a Declaração de Veracidade acerca das Contribuições Previdenciárias não estão de acordo com o modelo previsto na Resolução Normativa nº 12/2020-TP.





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

oficiais de imprensa municipais e nas notícias divulgadas pela mídia em geral, abrangendo a fiscalização da gestão previdenciária, quanto à legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, equilíbrio financeiro e atuarial, isonomia, legitimidade, probidade, supremacia do interesse público, sustentabilidade fiscal e transparência.

2. RESPONSÁVEL PELO ÓRGÃO

Nome:	IRALDO EBERTZ
Cargo:	PREFEITO MUNICIPAL
Período:	PERÍODO DE 01/01/2020 a 31/12/2020

3. DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO

3.1. Normas gerais

3.1.1. Unidade Gestora Única

A Portaria MPS nº 402/2008, art. 10, § 1º, bem como a Nota Técnica SEI nº 11/2017/CGACI/SRPPS/SPREV-MF, regulamentam a obrigatoriedade da existência de uma unidade gestora única, com o objetivo de administrar, gerenciar e operacionalizar suas atividades, abrangendo, entre outras, a arrecadação, a gestão de recursos e fundos previdenciários, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios, nos termos transcritos a seguir:

Portaria MPS nº 402/2008

(...)

Art. 10. É vedada a existência de mais de um RPPS para os servidores titulares de cargos efetivos e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente federativo.

§ 1º Entende-se por unidade gestora a entidade ou órgão integrante da estrutura da Administração Pública de cada ente federativo, que tenha por finalidade a administração, o gerenciamento e a operacionalização do RPPS, incluindo a arrecadação e gestão de recursos e fundos previdenciários, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios.

A Emenda Constitucional nº 103/2019 registrou como mandamento constitucional a referida obrigação, estabelecendo:

Constituição Federal de 1988

Art.40.(...)

§ 20. É vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo,





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

abrangidos todos os poderes, órgãos e entidades autárquicas e fundacionais, que serão responsáveis pelo seu financiamento, observados os critérios, os parâmetros e a natureza jurídica definidos na lei complementar de que trata o § 22. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

Da análise da previdência social dos servidores do município de Tapurah-MT, verifica-se que esses estão vinculados ao Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah/MT, não sendo constatados outros Regimes Próprios de Previdência Social.

3.1.2. Adimplência de contribuições previdenciárias

O *caput* do art. 40 e inc. I do art. 198 da Constituição Federal/1988 determinam que será assegurado o regime de previdência de caráter contributivo e solidário, a fim de que se preserve o equilíbrio financeiro e atuarial e que o financiamento da seguridade social será de responsabilidade de toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Portanto, é determinação constitucional o recolhimento, tempestivo, da contribuição previdenciária pelo ente público.

De acordo com os dispositivos citados, extrai-se que a Administração Municipal tem a obrigação de contribuir com o custeio do RPPS e o administrador público tem o dever de cumprir os prazos de pagamento de suas obrigações previdenciárias e, caso configurada a situação de atraso e/ou inadimplência no recolhimento das contribuições patronais e segurados, é de sua responsabilidade arcar com os juros e multas dele oriundos.

Portanto, os repasses das contribuições previdenciárias são uma obrigação constitucional, sendo necessário o seu recolhimento dentro do prazo, a fim de não ocasionar o pagamento de **juros e multas por atraso**, não podendo ser tratado como despesas flexíveis de pagamento ou como uma forma de financiamento de outras despesas.

Registra-se que a inadimplência previdenciária prejudica a saúde financeira dos RPPS e, por via de consequência, sua capacidade de pagar eventuais benefícios aos seus segurados.





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

3.1.2.1. Contribuições previdenciárias patronais e dos segurados

❖ Quanto às Contribuições previdenciárias patronais:

Classificação de Irregularidades de acordo com a Resolução Normativa nº 17/2010	
DA 05	DA 05. Gestão Fiscal/Financeira_Gravíssima_05. Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária do empregador à instituição de previdência (arts. 40 e 195, I, da Constituição Federal).
Descrição dos fatos constatados	Conforme informações extraídas do Sistema APLIC, por meio de Declaração de Veracidade e módulo: informações mensais>RPPS> Consulta de contribuições, foi constatada a ausência de recolhimento da contribuição patronal da Prefeitura Municipal, no período de abr e dez de 2020 , no valor de R\$ 227.279,59

Situação Encontrada

De acordo com o Parecer Técnico Conclusivo emitido pela Unidade de Controle Interno, nos termos da Resolução Normativa nº 12/2020-TP, o Controlador Interno informou a adimplência de contribuições previdenciárias patronais e dos segurados do exercício de 2020, conforme demonstrado no Doc. nº 117901/2021.

Figura 1 - Contribuições Previdenciárias - Parecer Controle Interno

5.0 – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS:				
A data base de recolhimento das contribuições previdenciárias junto ao Tapurah-Previ, é o dia trinta de cada mês. A Prefeitura Municipal e a Câmara Municipal efetuaram os pagamentos das contribuições financeiras no prazo previsto.				
Apresentamos as contribuições arrecadadas no mês e acumulada no período.				
DESCRIÇÃO	PREFEITURA	CÂMARA	RPPS	SERVIDOR INATIVO
CONTRIBUIÇÃO SEGURADOS	R\$ 521.005,79	R\$ 8.319,50	R\$ 1.828,92	R\$ 1.021,36
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	R\$ 681.037,48	R\$ 10.874,84	R\$ 2.390,69	
CONTRIBUIÇÃO DEFICIT ATUARIAL	R\$ 137.696,43	R\$ 2.198,73	R\$ 483,35	
TOTAL	R\$ 1.339.739,70	R\$ 21.393,07	R\$ 4.702,96	R\$ 1.021,36
ACUMULADA ATÉ 12/2019				
CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS	R\$ 2.163.734,62	R\$ 51.477,81	R\$ 11.473,08	R\$ 4.968,84
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	R\$ 2.977.866,41	R\$ 70.796,39	R\$ 15.759,47	
CONTRIBUIÇÃO DEFICIT ATUARIAL	R\$ 602.082,05	R\$ 14.314,19	R\$ 3.208,23	R\$ 4.968,84
	R\$ 4.369.577,84	R\$ 104.422,36	R\$ 23.167,90	R\$ -

Fonte: Relatório comparativo da receita orçada com arrecadada.

Fonte: fl. 13 do Doc. nº 117901/2021

Consta no documento denominado Declaração de Veracidade das Contribuições Previdenciárias (Doc. nº 117917/2021), enviado ao Sistema Aplic, conforme consulta realizada, em 17/05/2021, a adimplência de contribuições previdenciárias, conforme demonstrado a seguir:





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

Quadro 1 - Contribuições Previdenciárias Patronais

Competência	Patronal devido (R\$)	Patronal Pago (R\$)	Data	Diferença Não Paga (R\$)
Janeiro	R\$ 214.240,36	R\$ 214.240,36	13/02/2020	R\$ -
(suplementar)	R\$ 41.993,77	R\$ 41.993,77	13/02/2020	R\$ -
Fevereiro	R\$ 230.229,70	R\$ 230.229,70	22/03/2020	R\$ -
(suplementar)	R\$ 46.549,17	R\$ 46.549,17	22/03/2020	R\$ -
Março	R\$ 231.679,44	R\$ 231.679,44	22/04/2020	R\$ -
(suplementar)	R\$ 46.842,29	R\$ 46.842,29	22/04/2020	R\$ -
Abril	R\$ 230.241,57	R\$ 230.241,57	16/06/2020	R\$ -
(suplementar)	R\$ 46.551,22	R\$ 46.551,22	16/06/2020	R\$ -
Maio	R\$ 231.220,66	R\$ 231.220,66	16/07/2020	R\$ -
(suplementar)	R\$ 46.749,53	R\$ 46.749,53	16/07/2020	R\$ -
Junho	R\$ 229.845,61	R\$ 229.845,61	16/07/2020	R\$ -
(suplementar)	R\$ 46.471,51	R\$ 46.471,51	16/07/2020	R\$ -
Julho	R\$ 229.848,01	R\$ 229.848,01	18/08/2020	R\$ -
(suplementar)	R\$ 46.472,00	R\$ 46.472,00	18/08/2020	R\$ -
Agosto	R\$ 230.854,33	R\$ 230.854,33	15/09/2020	R\$ -
(suplementar)	R\$ 46.675,46	R\$ 46.675,46	15/09/2020	R\$ -
Setembro	R\$ 230.395,79	R\$ 230.395,79	19/10/2020	R\$ -
(suplementar)	R\$ 46.582,75	R\$ 46.582,75	19/10/2020	R\$ -
Outubro	R\$ 227.955,77	R\$ 227.955,77	09/11/2020	R\$ -
(suplementar)	R\$ 46.089,42	R\$ 46.089,42	09/11/2020	R\$ -
Novembro	R\$ 227.976,78	R\$ 227.976,78	08/12/2020	R\$ -
(suplementar)	R\$ 46.093,66	R\$ 46.093,66	08/12/2020	R\$ -
Dezembro	R\$ 227.281,79	R\$ 227.281,79	31/12/2020	R\$ -
(suplementar)	R\$ 45.953,51	R\$ 45.953,51	31/12/2020	R\$ -
TOTAL	R\$ 3.294.794,10	R\$ 3.294.794,10		R\$ -

Fonte: Doc. nº 117917/2021 (Declaração de Veracidade das Contribuições Previdenciárias)

Entretanto, em pesquisa ao Sistema Aplic (Informações Mensais>RPPS> Consulta de contribuições), verifica-se um saldo devedor no valor de R\$ 227.279,59 (abr e dez).

Quadro 2 - Consulta as contribuições previdenciárias patronal (Aplic)

UG Devedora	Cód. Ti.	Nome da Contribuição	Mês de Comp.	Valor Devido	Valor Pago	Saldo Devedor
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH	1	Contribuição Previdenciária dos Segurados	01	135.705,90	135.705,90	0,00
	1	Contribuição Previdenciária dos Segurados	02	139.844,74	139.844,74	0,00
	1	Contribuição Previdenciária dos Segurados	03	141.447,98	141.447,98	0,00
	1	Contribuição Previdenciária dos Segurados	04	177.611,11	138.387,28	39.223,83
	1	Contribuição Previdenciária dos Segurados	05	141.516,07	141.516,07	0,00
	1	Contribuição Previdenciária dos Segurados	06	140.665,61	140.665,61	0,00
	1	Contribuição Previdenciária dos Segurados	07	140.667,48	140.667,48	0,00
	1	Contribuição Previdenciária dos Segurados	08	141.437,27	141.437,27	0,00
	1	Contribuição Previdenciária dos Segurados	09	140.154,68	140.154,68	0,00
	1	Contribuição Previdenciária dos Segurados	10	139.219,84	139.219,84	0,00
	1	Contribuição Previdenciária dos Segurados	11	311.961,14	311.961,14	0,00
	1	Contribuição Previdenciária dos Segurados	12	309.056,74		309.056,74
	2	Contribuição Previdenciária Patronal	01	224.557,52	224.557,52	0,00
	2	Contribuição Previdenciária Patronal	02	230.229,70	230.229,70	0,00
	2	Contribuição Previdenciária Patronal	03	231.679,44	231.679,44	0,00
	2	Contribuição Previdenciária Patronal	04	230.241,57	230.229,70	11,87
	2	Contribuição Previdenciária Patronal	05	231.113,96	231.113,96	0,00
	2	Contribuição Previdenciária Patronal	06	229.831,54	229.831,54	0,00
	2	Contribuição Previdenciária Patronal	07	229.834,13	229.834,13	0,00
	2	Contribuição Previdenciária Patronal	08	230.854,33	230.854,33	0,00
	2	Contribuição Previdenciária Patronal	09	230.381,72	230.381,72	0,00
	2	Contribuição Previdenciária Patronal	10	227.448,37	227.448,37	0,00
	2	Contribuição Previdenciária Patronal	11	499.395,12	499.395,12	0,00
	2	Contribuição Previdenciária Patronal	12	227.253,65		227.253,65
	3	Contribuição Previdenciária Aliquota Suplem.	01	45.402,12	45.402,12	0,00
	3	Contribuição Previdenciária Aliquota Suplem.	02	46.549,17	46.549,17	0,00
	3	Contribuição Previdenciária Aliquota Suplem.	03	46.842,29	46.842,29	0,00
	3	Contribuição Previdenciária Aliquota Suplem.	04	46.551,37	46.549,17	2,20
	3	Contribuição Previdenciária Aliquota Suplem.	05	46.842,16	46.842,16	0,00
	3	Contribuição Previdenciária Aliquota Suplem.	06	46.471,51	46.471,51	0,00
	3	Contribuição Previdenciária Aliquota Suplem.	07	46.471,81	46.471,81	0,00
	3	Contribuição Previdenciária Aliquota Suplem.	08	46.661,92	46.661,92	0,00
	3	Contribuição Previdenciária Aliquota Suplem.	09	46.592,75	46.592,75	0,00
	3	Contribuição Previdenciária Aliquota Suplem.	10	46.592,75	46.592,75	0,00
	3	Contribuição Previdenciária Aliquota Suplem.	11	46.089,42	46.089,42	0,00
	3	Contribuição Previdenciária Aliquota Suplem.	12	14,07		14,07

Fonte: Sistema Aplic (Informes mensais/RPPS/Contribuições Previdenciárias) – Dados extraídos em 17/05/2021

Ademais, é possível verificar divergência entre os valores constantes na declaração de veracidade e os valores inseridos no Aplic, conforme exposto abaixo:



	Tribunal de Contas Mato Grosso TRIBUNAL DO CIDADÃO	SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601 e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

Quadro 3 – Declaração de Veracidade x Sistema Aplic (Informes mensais/RPPS/Contribuições Previdenciárias)

Competência	DECLARAÇÃO DE VERACIDADE				SISTEMA APLIC		
	Patronal devido (R\$)	Patronal Pago (R\$)	Data	Diferença Não Paga (R\$)	Valor devido	Valor Pago	Saldo devedor
Janeiro	R\$ 214.240,36	R\$ 214.240,36	13/02/2020	R\$ -	R\$ 224.557,52	R\$ 224.557,52	R\$ -
(suplementar)	R\$ 41.993,77	R\$ 41.993,77	13/02/2020	R\$ -	R\$ 45.402,12	R\$ 45.402,12	R\$ -
Fevereiro	R\$ 230.229,70	R\$ 230.229,70	22/03/2020	R\$ -	R\$ 230.229,70	R\$ 230.229,70	R\$ -
(suplementar)	R\$ 46.549,17	R\$ 46.549,17	22/03/2020	R\$ -	R\$ 46.549,17	R\$ 46.549,17	R\$ -
Março	R\$ 231.679,44	R\$ 231.679,44	22/04/2020	R\$ -	R\$ 231.679,44	R\$ 231.679,44	R\$ -
(suplementar)	R\$ 46.842,29	R\$ 46.842,29	22/04/2020	R\$ -	R\$ 46.842,29	R\$ 46.842,29	R\$ -
Abril	R\$ 230.241,57	R\$ 230.241,57	16/06/2020	R\$ -	R\$ 230.241,57	R\$ 230.229,70	R\$ 11,87
(suplementar)	R\$ 46.551,22	R\$ 46.551,22	16/06/2020	R\$ -	R\$ 46.551,37	R\$ 46.551,37	R\$ -
Maio	R\$ 231.220,66	R\$ 231.220,66	16/07/2020	R\$ -	R\$ 231.113,96	R\$ 231.113,96	R\$ -
(suplementar)	R\$ 46.749,53	R\$ 46.749,53	16/07/2020	R\$ -	R\$ 46.842,16	R\$ 46.842,16	R\$ -
Junho	R\$ 229.845,61	R\$ 229.845,61	16/07/2020	R\$ -	R\$ 229.831,54	R\$ 229.831,54	R\$ -
(suplementar)	R\$ 46.471,51	R\$ 46.471,51	16/07/2020	R\$ -	R\$ 46.471,51	R\$ 46.471,51	R\$ -
Julho	R\$ 229.848,01	R\$ 229.848,01	18/08/2020	R\$ -	R\$ 229.834,13	R\$ 229.834,13	R\$ -
(suplementar)	R\$ 46.472,00	R\$ 46.472,00	18/08/2020	R\$ -	R\$ 46.471,81	R\$ 46.471,81	R\$ -
Agosto	R\$ 230.854,33	R\$ 230.854,33	15/09/2020	R\$ -	R\$ 230.854,33	R\$ 230.854,33	R\$ -
(suplementar)	R\$ 46.675,46	R\$ 46.675,46	15/09/2020	R\$ -	R\$ 4.661,92	R\$ 4.661,92	R\$ -
Setembro	R\$ 230.395,79	R\$ 230.395,79	19/10/2020	R\$ -	R\$ 230.381,72	R\$ 230.381,72	R\$ -
(suplementar)	R\$ 46.582,75	R\$ 46.582,75	19/10/2020	R\$ -	R\$ 46.582,75	R\$ 46.582,75	R\$ -
Outubro	R\$ 227.955,77	R\$ 227.955,77	09/11/2020	R\$ -	R\$ 227.448,37	R\$ 227.448,37	R\$ -
(suplementar)	R\$ 46.089,42	R\$ 46.089,42	09/11/2020	R\$ -	R\$ 46.582,75	R\$ 46.582,75	R\$ -
Novembro	R\$ 227.976,78	R\$ 227.976,78	08/12/2020	R\$ -	R\$ 499.395,12	R\$ 499.395,12	R\$ -
(suplementar)	R\$ 46.093,66	R\$ 46.093,66	08/12/2020	R\$ -	R\$ 46.089,42	R\$ 46.089,42	R\$ -
Dezembro	R\$ 227.281,79	R\$ 227.281,79	31/12/2020	R\$ -	R\$ 227.253,65	R\$ -	R\$ 227.253,65
(suplementar)	R\$ 45.953,51	R\$ 45.953,51	31/12/2020	R\$ -	R\$ 14,07	R\$ -	R\$ 14,07
TOTAL	R\$ 3.294.794,10	R\$ 3.294.794,10		R\$ -	R\$ 3.491.882,39	R\$ 3.264.602,80	R\$ 227.279,59

Assim, baseado nos documentos e informações citados, é possível concluir pela inadimplência das contribuições previdenciárias devidas ao RPPS pela Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, relativamente ao exercício de 2020, **no montante de R\$ 227.279,59 (duzentos e vinte e sete mil, duzentos e setenta e nove reais e cinquenta e nove centavos)**, conforme declaração de veracidade inserida no Sistema Aplic.

Por meio da análise dos documentos citados, também, foi possível verificar a existência de contribuições previdenciárias de 2020 pagas em atraso, nos meses de abril e maio, considerando que o art. 52 da Lei Complementar Municipal nº 041/2012 estabelece que os recolhimentos devem ser realizados até o dia 30 (dez) do mês subsequente:

SEÇÃO II

DO RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES E CONSIGNAÇÕES

Art. 52. A arrecadação das contribuições devidas ao Tapurah-Previ compreendendo o respectivo desconto e seu recolhimento, deverá ser realizada observando-se as seguintes normas:

I - aos setores encarregados de efetuar o pagamento dos servidores ativos e inativos dos órgãos municipais, caberá descontar, no ato do pagamento, a importância de que trata os incisos I, II e III do art. 49;

II - caberá do mesmo modo, aos setores mencionados, recolher ao Tapurah-Previ ou a estabelecimentos de crédito indicado, **até o dia 30 (trinta) do mês subsequente**, a importância arrecadada na forma do item anterior, juntamente com as contribuições previstas no inciso IV do art. 49, conforme o caso.

Parágrafo único. O Poder Executivo e Legislativo, suas autarquias e fundações encaminharão mensalmente ao Tapurah-Previ relação nominal dos segurados, com os respectivos subsídios, remunerações e valores de contribuição.





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

Quadro 4 - Contribuições Previdenciárias Patronais e do Servidor pagas em atraso

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS							
Comp.	Segurado Patronal Déficit Atuarial	Valor Devido Ref. maio/2020	Valor Pago Ref. abril/2020	Data dos Pagamentos	Multas e Juros Devidos	Multas e Juros Pagos	Saldo Devedor R\$
Maio	Segurado	R\$ 176.686,66	R\$ 174.489,69	16/06/2020	-	-	-
	Patronal	R\$ 231.220,66	R\$ 230.241,57	16/06/2020	-	-	-
	Déficit Atuarial	R\$ 46.749,53	R\$ 46.551,22	16/06/2020	-	-	-
	Total	R\$ 454.656,85	R\$ 417.780,11				

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS							
Comp.	Segurado Patronal Déficit Atuarial	Valor Devido Ref. junho/2020	Valor Pago Ref. maio/2020	Data dos Pagamentos	Multas e Juros Devidos	Multas e Juros Pagos	Saldo Devedor R\$
Junho	Segurado	R\$ 175.836,20	R\$ 176.686,66	16/07/2020	-	-	-
	Patronal	R\$ 229.845,61	R\$ 231.220,66	16/07/2020	-	-	-
	Déficit Atuarial	R\$ 46.471,51	R\$ 46.749,53	16/07/2020	-	-	-
	Total	R\$ 452.153,32	R\$ 454.656,85				

Fonte: Declaração de Veracidade das Contribuições Previdenciárias – Sistema Aplic

Quanto às contribuições previdenciárias, com vencimento em 2020, pagas em atraso, não haverá a propositura de citação no presente relatório, visto serem objeto de sugestão de abertura de Tomada de Contas Ordinária no relatório conclusivo da Secretaria de Previdência, a fim de que haja a análise quanto ao dano ao erário e ao responsável pelo atraso.

Objeto

Adimplência das contribuições previdenciárias patronais.

Critério de auditoria

Caput do Art. 40 e inc. I do art. 195 da Constituição Federal de 1988 / Inciso IX do art. 10 da Lei nº 8.429/92 / Inciso II do art. 1º da Lei nº 9.717/98 / Art. 3º da Portaria MPS nº 402/2008 Art. 52 e 53 da Lei Municipal nº 041/2012 e Súmula nº 001 do TCE/MT.

Evidências

Parecer Técnico Conclusivo emitido pelo Controle Interno (Doc. nº 117901/2021) /Pronunciamento Expresso e Indelegável do Gestor sobre as Contas Anuais / Declaração de Veracidade de Contribuições Previdenciárias (Doc. nº 117917/2021) e módulo: informações mensais>RPPS>Consulta de contribuições.

Causas

Falha no comprometimento com a responsabilidade administrativa e fiscal quanto ao recolhimento de contribuições previdenciárias patronais de obrigação da Prefeitura Municipal de Tapurah-MT.





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

Responsabilização

Cargo	Nome	CPF	Período
Prefeito Municipal de Tapurah - MT	Iraldo Ebertz	345.812.359-87	01/01/2020 a 31/12/2020

Conduta

Deixar de recolher valores a título de contribuições previdenciárias patronais devidas ao RPPS (**R\$ 227.279,59**), quando deveria efetuar, tempestivamente, o pagamento de todos os valores devidos pelo ente municipal. Tal conduta fere o caput do art. 40 e inc. I do art. 195 da Constituição Federal de 1988, o inciso IX do art. 10 da Lei nº 8.429/92, inciso II do art. 1º da Lei nº 9.717/98, o art. 3º da Portaria MPS nº 402/2008, Art. 52 e 53 da Lei Municipal nº 041/2012 e a Súmula nº 001 do TCE/MT.

Nexo de Causalidade

A omissão no pagamento das contribuições patronais resulta em prejuízos ao RPPS, no valor **R\$ 227.279,59**, visto que o atraso dos recolhimentos produz impacto no pagamento de benefícios previdenciários, bem como na política de investimento uma vez que os recursos, em atraso, deixam de ser capitalizados.

Culpabilidade

É razoável exigir do gestor conduta diversa da praticada, a fim de garantir o caráter contributivo do regime de previdência, com a observância de critérios que preservem o equilíbrio financeiro atuarial.

❖ Quanto às Contribuições previdenciárias segurados:

Classificação de Irregularidades de acordo com a Resolução Normativa nº 17/2010	
DA 07	DA 07. Gestão Fiscal/Financeira_Gravíssima_07. Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária descontadas dos segurados à instituição devida (arts. 40, 149, § 1º e 195, II, da Constituição Federal; art. 168- A do Decreto-Lei nº 2.848/1940).
Descrição dos fatos constatados	Conforme informações expressas em declaração de veracidade, enviada por meio do Sistema APLIC, foi constatado ausência de repasse de contribuições dos segurados da Prefeitura Municipal, correspondente à competências de abr e dez/20, no valor de R\$ 348.280,57 .





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

De acordo com o Parecer Técnico Conclusivo emitido pela Unidade de Controle Interno, nos termos da Resolução Normativa nº 12/2020-TP, o Controlador Interno informou a adimplência de contribuições previdenciárias patronais e dos segurados do exercício de 2020, conforme demonstrado no Doc. nº 117901/2021.

Também consta no documento denominado Declaração de Veracidade das Contribuições Previdenciárias (Doc. nº 117917/2021), enviado ao Sistema Aplic, conforme consulta realizada, em 17/05/2021, a adimplência de contribuições previdenciárias, conforme demonstrado a seguir:

Quadro 5 - Contribuições Previdenciárias Servidor

Competência	Segurado devido (R\$)	Segurado Pago (R\$)	Data	Diferença Não Paga (R\$)
Janeiro	R\$ 130.487,01	R\$ 130.487,01	13/02/2020	R\$ -
Fevereiro	R\$ 138.387,28	R\$ 138.387,28	22/03/2020	R\$ -
Março	R\$ 139.258,38	R\$ 139.258,38	22/04/2020	R\$ -
Abril	R\$ 174.489,69	R\$ 174.489,69	16/06/2020	R\$ -
Maio	R\$ 176.686,66	R\$ 176.686,66	16/07/2020	R\$ -
Junho	R\$ 175.836,20	R\$ 175.836,20	16/07/2020	R\$ -
Julho	R\$ 175.838,07	R\$ 175.838,07	18/08/2020	R\$ -
Agosto	R\$ 176.607,86	R\$ 176.607,86	15/09/2020	R\$ -
Setembro	R\$ 176.257,09	R\$ 176.257,09	19/10/2020	R\$ -
Outubro	R\$ 174.390,43	R\$ 174.390,43	09/11/2020	R\$ -
Novembro	R\$ 174.406,51	R\$ 174.406,51	08/12/2020	R\$ -
Dezembro	R\$ 173.874,06	R\$ 173.874,06	31/12/2020	R\$ -
TOTAL	R\$ 1.986.519,24	R\$ 1.986.519,24		R\$ -

Fonte: Doc. nº 117917/2021 (Declaração de Veracidade das Contribuições Previdenciárias)

Entretanto, em pesquisa ao Sistema Aplic (Informações Mensais>RPPS> Consulta de contribuições), verifica-se um saldo devedor no valor de R\$ 348.280,57 (abr e dez).

Quadro 6 - Consulta as contribuições previdenciárias patronal (Aplic)

UG Devedora	Cód. Tipo Contrib.	Nome da Contribuição	Mês de Competência	Valor Devido	Valor Pago	Saldo Devedor
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH	1	Contribuição Previdenciária dos Segurados	01	135.705,90	135.705,90	0,00
	1	Contribuição Previdenciária dos Segurados	02	139.844,74	139.844,74	0,00
	1	Contribuição Previdenciária dos Segurados	03	141.447,98	141.447,98	0,00
	1	Contribuição Previdenciária dos Segurados	04	177.611,11	138.387,28	39.223,83
	1	Contribuição Previdenciária dos Segurados	05	141.516,07	141.516,07	0,00
	1	Contribuição Previdenciária dos Segurados	06	140.665,61	140.665,61	0,00
	1	Contribuição Previdenciária dos Segurados	07	140.667,48	140.667,48	0,00
	1	Contribuição Previdenciária dos Segurados	08	141.437,27	141.437,27	0,00
	1	Contribuição Previdenciária dos Segurados	09	140.154,68	140.154,68	0,00
	1	Contribuição Previdenciária dos Segurados	10	139.219,84	139.219,84	0,00
	1	Contribuição Previdenciária dos Segurados	11	311.961,14	311.961,14	0,00
	1	Contribuição Previdenciária dos Segurados	12	309.056,74		309.056,74

Fonte: Sistema Aplic (Informes mensais/RPPS/Contribuições Previdenciárias) – Dados extraídos em 17/05/2021





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

Ademais, é possível verificar divergência entre os valores constantes na declaração de veracidade e os valores inseridos no Aplic, conforme exposto abaixo:

Quadro 7 – Declaração de Veracidade x Sistema Aplic (Informes mensais/RPPS/Contribuições Previdenciárias)

Competência	DECLARAÇÃO DE VERACIDADE				SISTEMA APLIC		
	Segurado devido (R\$)	Segurado Pago (R\$)	Data	Saldo Devedor (R\$)	Valor devido	Valor Pago	Saldo devedor
Janeiro	R\$ 130.487,01	R\$ 130.487,01	13/02/2020	R\$ -	R\$ 135.705,90	R\$ 135.705,90	R\$ -
Fevereiro	R\$ 138.387,28	R\$ 138.387,28	22/03/2020	R\$ -	R\$ 139.844,74	R\$ 139.844,74	R\$ -
Março	R\$ 139.258,38	R\$ 139.258,38	22/04/2020	R\$ -	R\$ 141.447,98	R\$ 141.447,98	R\$ -
Abril	R\$ 174.489,69	R\$ 174.489,69	16/06/2020	R\$ -	R\$ 177.611,11	R\$ 138.387,28	R\$ 39.223,83
Maió	R\$ 176.686,66	R\$ 176.686,66	16/07/2020	R\$ -	R\$ 141.516,07	R\$ 141.516,07	R\$ -
Junho	R\$ 175.836,20	R\$ 175.836,20	16/07/2020	R\$ -	R\$ 140.665,61	R\$ 140.665,61	R\$ -
Julho	R\$ 175.838,07	R\$ 175.838,07	18/08/2020	R\$ -	R\$ 140.667,48	R\$ 140.667,48	R\$ -
Agosto	R\$ 176.607,86	R\$ 176.607,86	15/09/2020	R\$ -	R\$ 141.437,27	R\$ 141.437,27	R\$ -
Setembro	R\$ 176.257,09	R\$ 176.257,09	19/10/2020	R\$ -	R\$ 140.154,68	R\$ 140.154,68	R\$ -
Outubro	R\$ 174.390,43	R\$ 174.390,43	09/11/2020	R\$ -	R\$ 139.219,84	R\$ 139.219,84	R\$ -
Novembro	R\$ 174.406,51	R\$ 174.406,51	08/12/2020	R\$ -	R\$ 311.961,14	R\$ 311.961,14	R\$ -
Dezembro	R\$ 173.874,06	R\$ 173.874,06	31/12/2020	R\$ -	R\$ 309.056,74	R\$ -	R\$ 309.056,74
TOTAL	R\$ 1.986.519,24	R\$ 1.986.519,24		R\$ -	R\$ 2.059.288,56	R\$ 1.711.007,99	R\$ 348.280,57

Assim, baseado nos documentos e informações citados, é possível concluir pela inadimplência das contribuições previdenciárias devidas ao RPPS pela Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, relativamente ao exercício de 2020, **no montante de R\$ 348.280,57 (trezentos e quarenta e oito mil, duzentos e oitenta reais e cinquenta e sete centavos)**, conforme declaração de veracidade inserida no Sistema Aplic.

Por meio da análise dos documentos citados, também, foi possível verificar a existência de contribuições previdenciárias de 2020 pagas em atraso, nos meses de abril e maio, considerando que o art. 52 da Lei Complementar Municipal nº 041/2012 estabelece que os recolhimentos devem ser realizados até o dia 30 (dez) do mês subsequente:

SEÇÃO II

DO RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES E CONSIGNAÇÕES

Art. 52. A arrecadação das contribuições devidas ao Tapurah-Previ compreendendo o respectivo desconto e seu recolhimento, deverá ser realizada observando-se as seguintes normas:

I - aos setores encarregados de efetuar o pagamento dos servidores ativos e inativos dos órgãos municipais, caberá descontar, no ato do pagamento, a importância de que trata os incisos I, II e III do art. 49;

II - caberá do mesmo modo, aos setores mencionados, recolher ao Tapurah-Previ ou a estabelecimentos de crédito indicado, **até o dia 30 (trinta) do mês subsequente**, a importância arrecadada na forma do item anterior, juntamente com as contribuições previstas no inciso IV do art. 49, conforme o caso.

Parágrafo único. O Poder Executivo e Legislativo, suas autarquias e fundações encaminharão mensalmente ao Tapurah-Previ relação nominal dos segurados, com os respectivos subsídios, remunerações e valores de contribuição.





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

Quadro 8 - Contribuições Previdenciárias Patronais e do Servidor pagas em atraso

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS							
Comp.	Segurado Patronal Déficit Atuarial	Valor Devido Ref. maio/2020	Valor Pago Ref. abril/2020	Data dos Pagamentos	Multas e Juros Devidos	Multas e Juros Pagos	Saldo Devedor R\$
Maio	Segurado	R\$ 176.686,66	R\$ 174.489,69	16/06/2020	-	-	-
	Patronal	R\$ 231.220,66	R\$ 230.241,57	16/06/2020	-	-	-
	Déficit Atuarial	R\$ 46.749,53	R\$ 46.551,22	16/06/2020	-	-	-
Total		R\$ 454.656,85	R\$ 417.780,11				

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS							
Comp.	Segurado Patronal Déficit Atuarial	Valor Devido Ref. junho/2020	Valor Pago Ref. maio/2020	Data dos Pagamentos	Multas e Juros Devidos	Multas e Juros Pagos	Saldo Devedor R\$
Junho	Segurado	R\$ 175.836,20	R\$ 176.686,66	16/07/2020	-	-	-
	Patronal	R\$ 229.845,61	R\$ 231.220,66	16/07/2020	-	-	-
	Déficit Atuarial	R\$ 46.471,51	R\$ 46.749,53	16/07/2020	-	-	-
Total		R\$ 452.153,32	R\$ 454.656,85				

Fonte: Declaração de Veracidade das Contribuições Previdenciárias – Sistema Aplic

Quanto às contribuições previdenciárias, com vencimento em 2020, pagas em atraso, não haverá a propositura de citação no presente relatório, visto serem objeto de sugestão de abertura de Tomada de Contas Ordinária no relatório conclusivo da Secretaria de Previdência, a fim de que haja a análise quanto ao dano ao erário e ao responsável pelo atraso.

Objeto

Adimplência das contribuições parte consignada dos servidores.

Critério de auditoria

Caput do Art. 40 e inc. I do art. 195 da Constituição Federal de 1988; Inciso IX do art. 10 da Lei nº 8.429/92; Inciso II do art. 1º da Lei nº 9.717/98; Art. 3º da Portaria MPS nº 402/2008; Art. 52 e 53 da Lei Municipal nº 041/2012; Súmula nº 001 do TCE/MT; e Art. 168- A do Decreto-Lei nº 2.848/1940.

Evidências

Parecer Técnico Conclusivo emitido pelo Controle Interno (Doc. nº 117901/2021) /Pronunciamento Expresso e Indelegável do Gestor sobre as Contas Anuais / Declaração de Veracidade de Contribuições Previdenciárias (Doc. nº 117917/2021) e módulo: informações mensais>RPPS>Consulta de contribuições.

Causas

Desvio de finalidade de valores consignados dos servidores públicos municipais.





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

Efeitos

Prejuízo, ao RPPS, na capitalização e aplicação dos recursos inadimplentes, impactando no equilíbrio necessário para o pagamento dos benefícios previdenciários ao longo do Plano de Previdência.

Responsabilização

Cargo	Nome	CPF	Período
Prefeito Municipal de Tapurah - MT	Iraldo Ebertz	345.812.359-87	01/01/2020 a 31/12/2020

Conduta

Deixar de recolher e/ou repassar valores (**R\$ 348.280,57**) a título de contribuições previdenciárias dos servidores, devidas ao RPPS, quando deveria efetuar, tempestivamente, o pagamento de todos os valores devidos pelo ente municipal. Tal conduta fere o caput do art. 40 e inc. I do art. 195 da Constituição Federal de 1988, o inciso IX do art. 10 da Lei nº 8.429/92, inciso II do art. 1º da Lei nº 9.717/98, o art. 3º da Portaria MPS nº 402/2008, Art. 52 e 53 da Lei Municipal nº 041/2012, Súmula nº 001 do TCE/MT e o art. 168-A do Decreto-Lei nº 2.848/1940.

Nexo de Causalidade

A ausência do pagamento das contribuições dos servidores resultou em prejuízos ao RPPS, no montante de **R\$ 348.280,57**, visto que a inadimplência dos repasses produz impacto no pagamento de benefícios previdenciários, bem como na política de investimento uma vez que os recursos, em atraso, deixam de ser capitalizados.

Culpabilidade

É razoável exigir do gestor conduta diversa da praticada, visto ser de sua competência garantir o caráter contributivo do regime de previdência, com a observância de critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.



 Tribunal de Contas Mato Grosso TRIBUNAL DO CIDADÃO	SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601 e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br
---	---


3.1.2.2. Parcelamentos das contribuições previdenciárias

Por meio do acesso ao Sistema CADPREV, constatou-se a inexistência de parcelamentos efetuados com o Regime Próprio de Previdência Social.


Figura 2 - Consulta Acordo de Parcelamento


Consulta Acordo de Parcelamento

Os campos precedidos com asterisco(*) são de preenchimento obrigatório.

 **A pesquisa não retornou resultados.**

Dados da Consulta

Ente: 

Situação do Acordo: 

Fonte: CADPREV - <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/faces/pages/index.xhtml>

3.1.3. Análise do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP

O Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP é um documento fornecido pela Secretaria de Previdência, do Ministério da Economia, que atesta o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717/1998, pelo Regime Próprio de Previdência Social de um Estado, do Distrito Federal ou de um Município, ou seja, atesta que o ente federativo segue normas de boa gestão, de forma a assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários aos seus segurados.

Na análise das informações extraídas em 18/05/2021 no endereço eletrônico da Secretaria de Previdência², constatou-se que o Município de Tapurah-MT, por meio do CRP nº 989763-191573, encontra-se REGULAR.

² <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/publico/crp/pesquisarEnteCrp.xhtml>



 Tribunal de Contas Mato Grosso TRIBUNAL DO CIDADÃO	SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601 e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br
---	---

Figura 3 - Certificado de Regularidade Previdenciária CRP

Imagem de exemplo genérica	MINISTÉRIO DA ECONOMIA SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social
----------------------------	---

CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA - CRP

Ente Federativo: Tapurah UF: MT
CNPJ Principal: 24.772.253/0001-41

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E NA PORTARIA Nº 204, DE 10 DE JULHO DE 2008, QUE O MUNICÍPIO ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

Os órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime Próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art 7º da lei nº 9.717, de 1998:


- Realização de transferências voluntárias de recursos pela união;
- Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;
- Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os órgãos e entidades do município

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua autenticidade e validade no endereço: <http://www.previdencia.gov.br>, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

Este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi EXIGIDO.

EMITIDO EM 09/12/2020
VÁLIDO ATÉ 07/06/2021


N.º 989763 -
191573

3.2. Gestão Atuarial

3.2.1. Avaliação atuarial

Nos termos da Portaria nº 464/2018, a avaliação atuarial é documento a ser elaborado por atuário, de acordo com as bases técnicas estabelecidas para o plano de benefícios do RPPS, o qual caracteriza a população segurada e a base cadastral utilizada, discrimina os encargos, estima os recursos necessários e as alíquotas de contribuição normal e suplementar do plano de custeio de equilíbrio para todos os benefícios do plano, que apresenta os montantes dos fundos de natureza atuarial, das reservas técnicas e provisões matemáticas a contabilizar, o fluxo atuarial e as projeções atuariais exigidas pela legislação pertinente e que apresenta parecer atuarial conclusivo relativo à solvência e liquidez do plano de benefícios.



 <p>Tribunal de Contas Mato Grosso TRIBUNAL DO CIDADÃO</p>	<p>SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601 e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br</p>
--	--

A obrigatoriedade de os RPPS realizarem a avaliação atuarial está estabelecida na Lei nº 9.717/1998, a qual determina a sua realização inicial e, em cada exercício, sendo realizado o levantamento dos recursos necessários ao custeio do plano, principalmente, à garantia dos pagamentos dos benefícios aos seus beneficiários, a saber:

Lei 9.717, de 27 de novembro de 1998

Art. 1º Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observados os seguintes critérios:

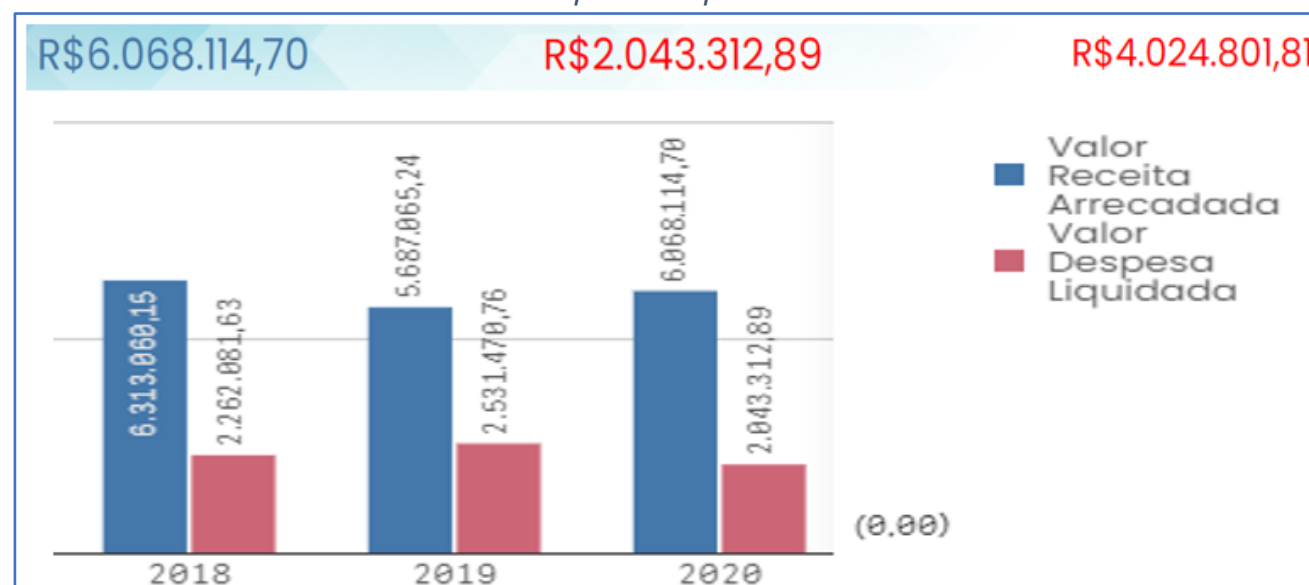
I - realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios; ([Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001](#)).

A avaliação atuarial do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah/MT, referente ao exercício de 2020, base cadastral de 31/12/2019, foi realizada pelo atuário Sr. Igor França Garcia, com registro no MIBA/RJ nº 1.659, vinculado à empresa Atuarial Consultoria.

3.2.2. Resultado Financeiro

Apresenta-se, a seguir, o comparativo entre as receitas arrecadadas pelo RPPS e as despesas liquidadas, a fim de se demonstrar a composição do resultado corrente nos últimos exercícios:

Gráfico 1 - Receitas Arrecadadas x Despesas Liquidadas



Fonte: <https://radarprevidencia.tce.mt.gov.br/extensions/radarprevidencia/receitadesp.html>

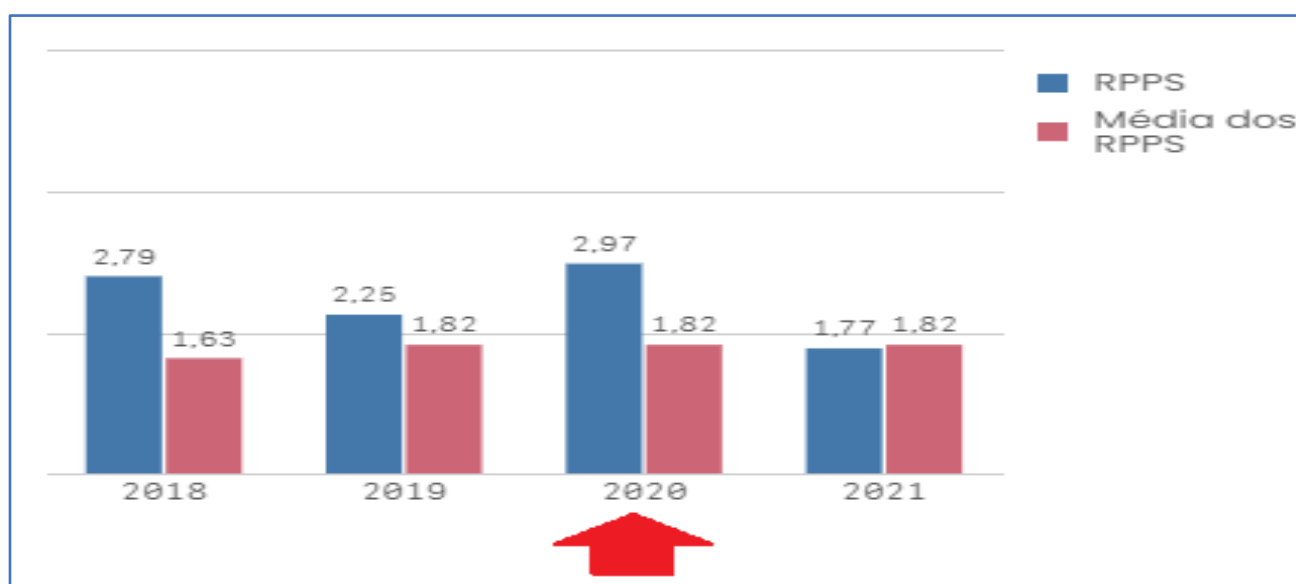


 <p>Tribunal de Contas Mato Grosso TRIBUNAL DO CIDADÃO</p>	<p>SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601 e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br</p>
--	--

Verifica-se, portanto, que no exercício de 2020, o valor da receita arrecadada superou a despesa liquidada em R\$ 4.024.801,81.

Na comparação com os demais Regimes Próprios de Previdência Social, verifica-se que as Receitas Arrecadadas superam as Despesas Liquidadas, resultando em um índice de 2,97, superior à média dos RPPS que é de 1,82, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 2 - Receitas Arrecadadas x Despesas Liquidadas (Anual)



Fonte: <https://radarprevidencia.tce.mt.gov.br/extensions/radarprevidencia/receitadesp.html>

3.2.3. Resultado Atuarial

O conceito de equilíbrio atuarial, conforme a Portaria nº 464/2018, é a garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atuarialmente, até a extinção da massa de segurados, ou seja, a igualdade entre os ativos garantidores do plano de benefícios, somados às contribuições futuras e aos direitos, bem como aos compromissos atuais e futuros do regime.

Nesse cálculo, pode-se obter as seguintes situações:

- Receitas estimadas = Obrigações (equilíbrio atuarial)
- Receitas estimadas > Obrigações (superávit atuarial)
- Receitas estimadas < Obrigações (déficit atuarial)





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

O déficit atuarial indica que o somatório das receitas atuais com as futuras é insuficiente para o pagamento dos compromissos com benefícios previdenciários, ao longo do tempo, necessitando de um plano de amortização para o equacionamento desse déficit.

O resultado atuarial do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah/MT, apresenta-se deficitário. Na avaliação atuarial de 2020, ocorreu um acréscimo na proporção de 1,25% em relação ao exercício anterior, totalizando o déficit atuarial de R\$ 31.901.404,70.

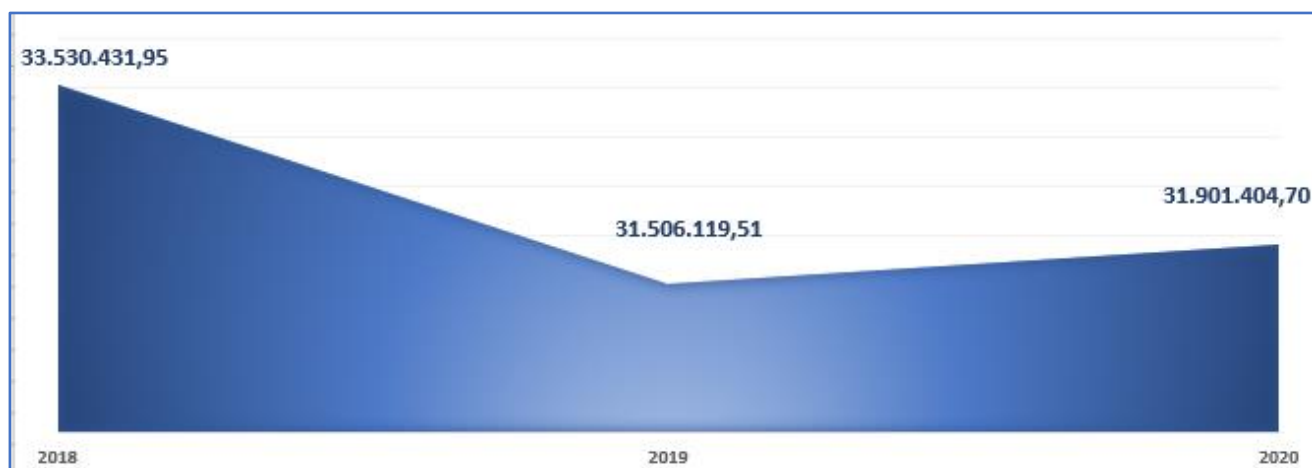
Quadro 9 – Análise comparativa das últimas avaliações atuariais

6.4. COMPORTAMENTO ENTRE AS RECEITAS E DESPESAS DO RPPS				
Segurado	2017	2018	2019	2020
ATIVOS DO PLANO	17.628.349,76	21.115.513,98	25.381.795,75	31.037.080,14
Ativos Líquidos	17.628.349,76	21.115.513,98	25.381.795,75	31.037.080,14
Créditos á Receber	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA MATEMÁTICA	(64.739.518,28)	(57.155.216,42)	(59.420.688,42)	(66.812.999,28)
(+) Benefícios Concedido	(8.154.065,04)	(10.737.690,76)	(12.367.943,74)	(16.003.465,94)
(+) Benefícios a Conceder	(56.585.453,24)	(46.417.525,66)	(47.052.744,68)	(50.809.533,34)
DÉFICIT/SUPERÁVIT ATUARIAL	(47.111.168,52)	(36.039.702,44)	(34.038.892,67)	(35.775.919,14)
(+) Compensação a Receber	8.151.364,38	2.509.270,49	2.575.630,46	3.939.182,49
(-) Compensação a Pagar	(985,61)	-	(42.857,30)	(64.668,05)
DÉFICIT/SUPERÁVIT ATUARIAL (Com Comprev.)	(38.960.789,75)	(33.530.431,95)	(31.506.119,51)	(31.901.404,70)

Fonte: Fl. 91 do Doc. nº 118332/2021 (Relatório de Avaliação Atuarial)

O gráfico a seguir evidencia a evolução do déficit atuarial dos últimos três exercícios:

Gráfico 3 - Evolução do Déficit Atuarial



Fonte: Avaliação atuarial realizada no exercício de 2020.





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

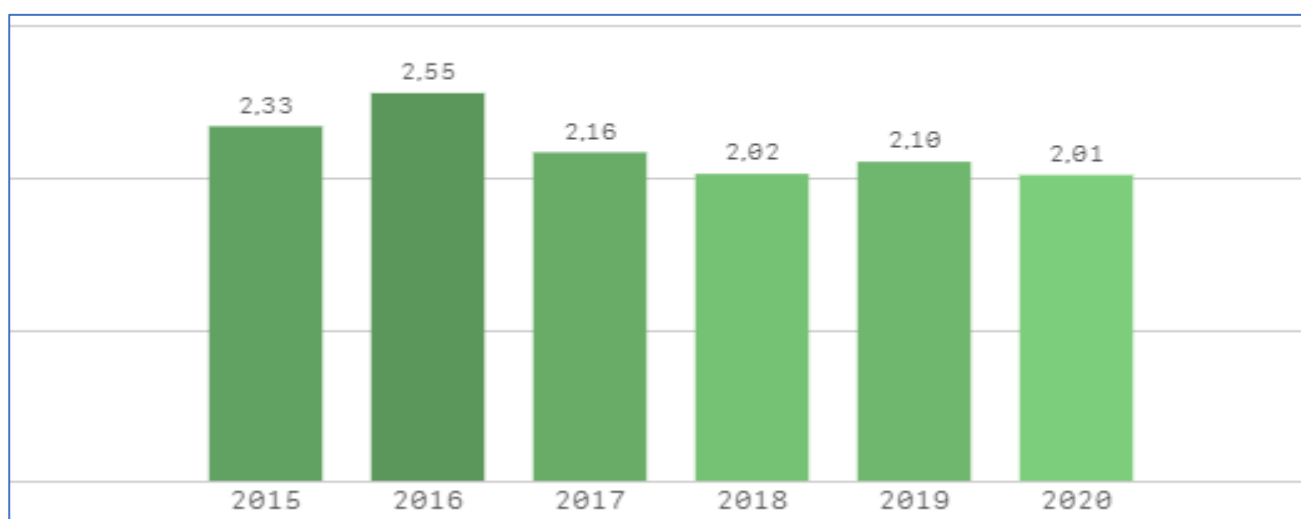
e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

3.2.4. Índices de Cobertura

3.2.4.1. Índice de Cobertura dos Benefícios Concedidos

O índice de capacidade de cobertura dos benefícios concedidos é calculado com a informação do valor dos ativos garantidores, dividido pelo valor atual dos benefícios concedidos, líquido das contribuições futuras dos benefícios concedidos e das compensações previdenciárias a receber, também, relativa a estes benefícios. Quanto mais próximo de 1,00, maior a capacidade de capitalização de recursos suficientes para a cobertura do valor atual a ser pago aos participantes em pleno gozo dos benefícios.

Gráfico 4 - Índice de Cobertura dos Benefícios Concedidos



Fonte: <https://radarprevidencia.tce.mt.gov.br/extensions/radarprevidencia/planoprev.html>

Com base no gráfico acima é possível verificar que o Índice de Cobertura dos Benefícios Concedidos do exercício de 2020 é o menor desde 2015. O índice apurado no exercício anterior (2019) correspondia a 2,10, sendo que para o exercício de 2020 esse índice passou para 2,01, ou seja, uma redução de aproximadamente 4,29% quando comparado ao exercício anterior.

A diminuição do índice deve-se ao fato do aumento da provisão matemática dos benefícios concedidos ser de aproximadamente 27,55%, passando de R\$ 12.086.157,48, em 2019, para R\$ 15.416.181,19, em 2020, enquanto o aumento dos ativos garantidores foi de aproximadamente 22,28%, passando de R\$ 25.381.795,75 em 2019, para R\$ 31.037.080,14, em 2020.





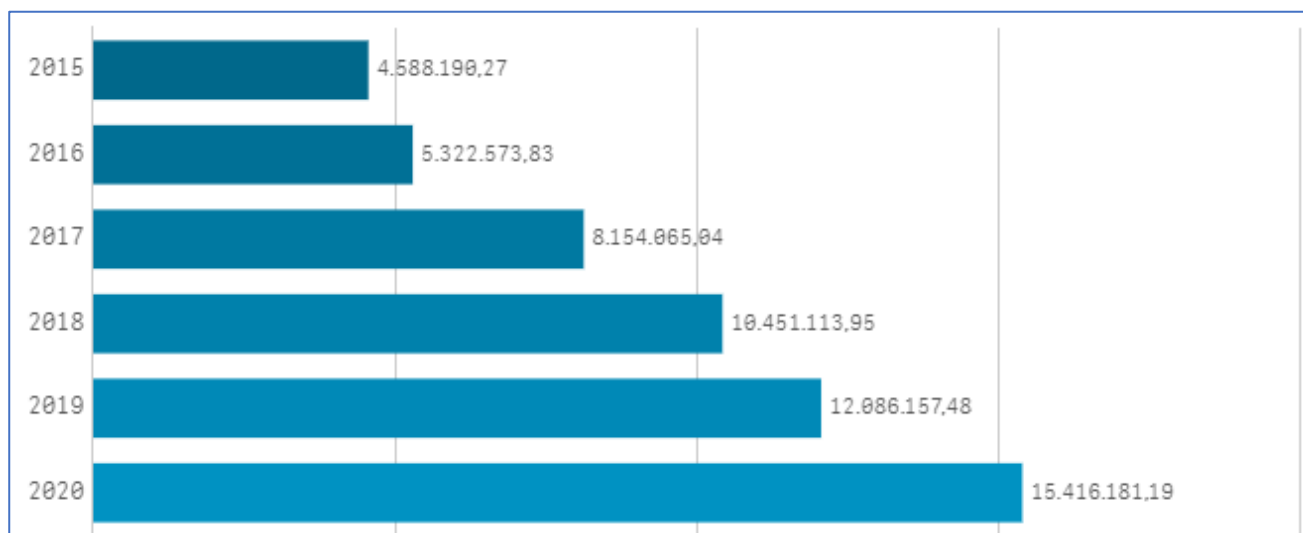
Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

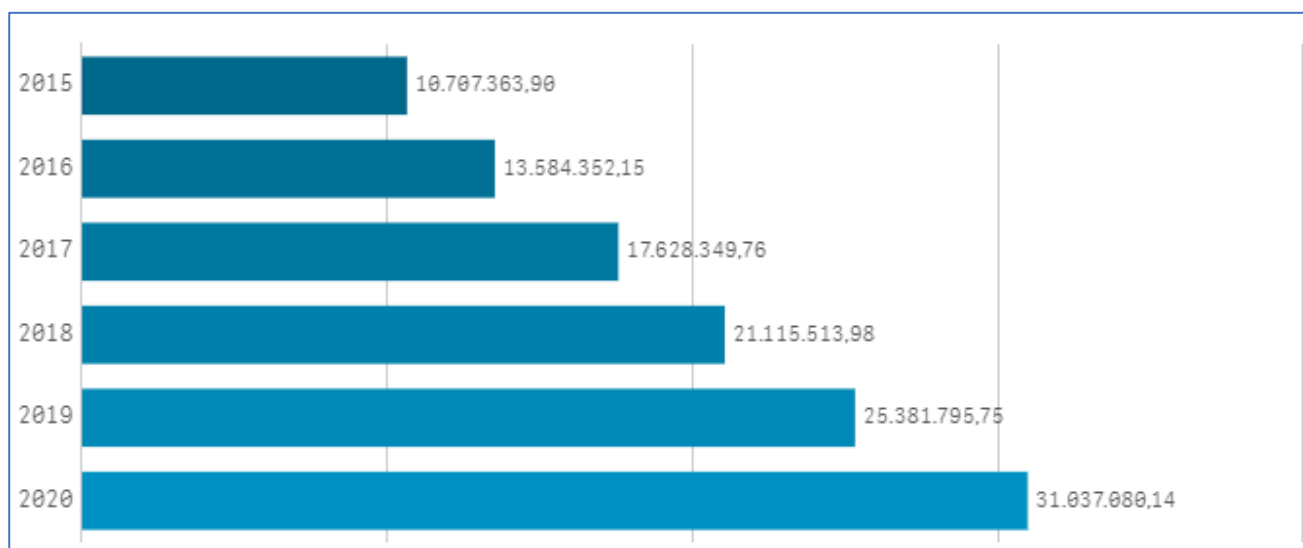
e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

Gráfico 5 - Provisão matemática dos benefícios concedidos



Fonte: <https://radarprevidencia.tce.mt.gov.br/extensions/radarprevidencia/planoprev.html>

Gráfico 6 - Ativos Garantidores



Fonte: <https://radarprevidencia.tce.mt.gov.br/extensions/radarprevidencia/planoprev.html>

3.2.4.2. Índice de Cobertura das Reservas Matemáticas

O índice de cobertura das reservas matemáticas é mensurado com a informação do valor dos ativos garantidores e dividido pelo valor atual dos benefícios concedidos e a conceder, líquido das contribuições futuras desses benefícios e das compensações previdenciárias a receber. Do mesmo modo, quanto mais o índice se aproximar de 1,00, melhor se apresenta a capacidade de o RPPS em capitalizar recursos suficientes para garantir a totalidade de

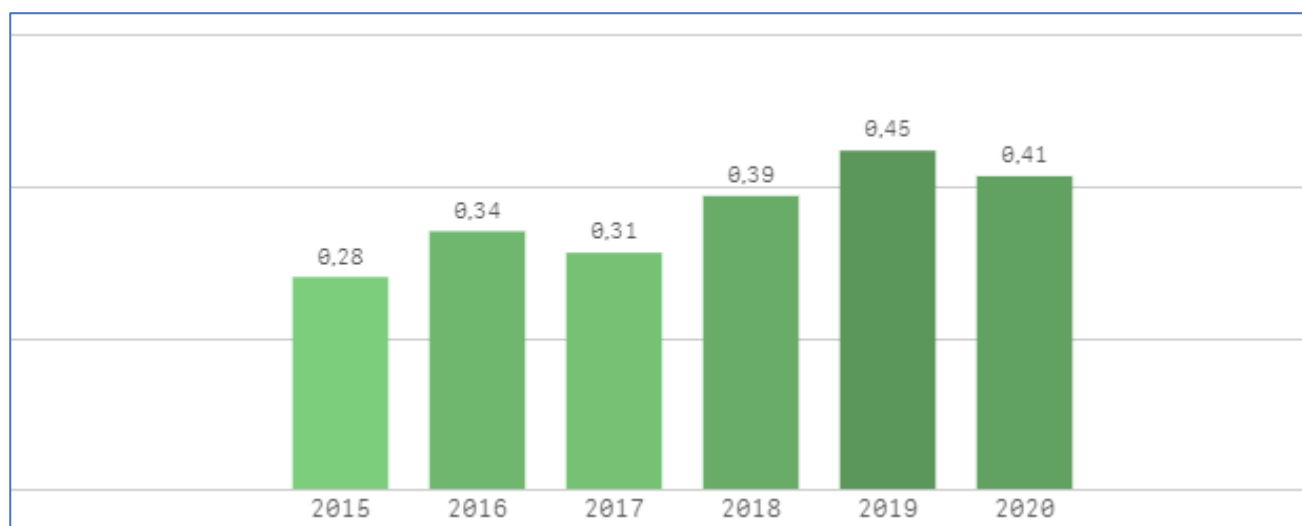


 <p>Tribunal de Contas Mato Grosso TRIBUNAL DO CIDADÃO</p>	<p>SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601 e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br</p>
--	--

seus compromissos futuros (cobertura dos benefícios concedidos e a conceder).

Segue abaixo o gráfico do índice de cobertura das reservas matemáticas:

Gráfico 7 - Índice de Cobertura das Reservas Matemáticas



Fonte: <https://radarprevidencia.tce.mt.gov.br/extensions/radarprevidencia/planoprev.html>

Verifica-se que houve redução ante o exposto relata-se a irregularidade abaixo:

Classificação de Irregularidades de acordo com a Resolução Normativa nº 17/2010	
LB 99	Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.
Resumo do Achado	Desequilíbrio na cobertura das reservas matemáticas, pela falta de um adequado planejamento previdenciário que promova a captação de ativos/recursos suficientes para a melhoria gradativa do alcance do equilíbrio atuarial.

Situação Encontrada

Na análise do índice de cobertura das reservas matemáticas do exercício de 2019 (0,45) e 2020 (0,41), verifica-se que houve um decréscimo na ordem de 0,04, ou seja, redução de aproximadamente 8,89% em relação ao exercício anterior.

Esse indicativo demonstra que há um processo de descapitalização do regime previdenciário, em decorrência de um decréscimo na relação entre os ativos previdenciários e as reservas matemáticas previdenciárias (passivo atuarial).





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

O equacionamento do déficit atuarial requer uma condução eficaz da política previdenciária, a fim de garantir a capitalização do regime previdenciário, por meio da melhoria do índice de cobertura resultante da relação entre ativos previdenciários e provisões matemáticas previdenciárias.

Considerando, meramente, a equação que apura o índice de cobertura, pode-se inferir que os objetivos primordiais da política previdenciária estão restritos à constituição de ativos previdenciários e/ou redução de provisões matemáticas previdenciárias.

No entanto, variações no indicador de capitalização encontram-se diretamente relacionadas com circunstâncias que afetam o equilíbrio atuarial do RPPS.

Para fins de entendimento das diversas circunstâncias relacionadas à condução da política previdenciária que geram reflexos no resultado atuarial do RPPS, destaca-se a seguir trecho do artigo denominado “O Efeito Negativo dos Planos de Equacionamento do Déficit Atuarial Inferiores ao Montante de Juros Anuais” da auditora pública externa do TCE-RS, Sra. Aline Michele Buss Pereira, bacharel em Ciências Atuariais, publicado no livro “Previdência e Reforma em Debate – Estudos multidisciplinares sob a perspectiva do regime Próprio”.

4. Análise do Crescimento dos Déficits Atuariais dos DRAAs de 2015 a 2018

Considerando que os planos de amortização são instituídos pelos entes federativos visando ao equacionamento dos déficits atuariais, por que os déficits atuariais não diminuem se o RPPS possui plano de amortização vigente?

Existem diversos motivos que fazem o déficit atuarial aumentar ao longo dos anos, entre eles, pode-se exemplificar:

- instituição de alíquota de contribuição inferior ao indicado no cálculo atuarial;*
- meta atuarial incompatível com a expectativa de rentabilidade dos investimentos de médio e longo prazo;*
- estimativa de compensação previdenciária com o INSS, calculada na avaliação atuarial, acima dos valores recebidos pelo RPPS;*
- crescimento salarial real dos servidores do ente federativo acima da premissa considerada na avaliação atuarial;*
- crescimento da folha de benefícios previdenciários acima do estimado na avaliação atuarial, oriundos de incorporações para fins de aposentadoria e da criação ou majoração de gratificações sem proporcionalidade com o tempo de contribuição para fins de cálculo dos proventos;*
- aumento da expectativa de vida do grupo de beneficiários acima do estimado pela tábua de mortalidade;*
- cadastro previdenciário inconsistente, incompleto ou desatualizado;*
- alteração de metodologia do cálculo atuarial; e*
- plano de equacionamento do déficit atuarial, por alíquotas de contribuições suplementares ou aportes periódicos, com pagamentos inferiores ao montante de juros.*





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

Portanto, a condução da política previdenciária, por meio de um adequado planejamento, requer o acompanhamento de diversos aspectos que devem ser ponderados com o objetivo de se alcançar o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS: estrutura física, material e de pessoal do Regime Próprio; política de pessoal do ente federativo; adequação das alíquotas previdenciárias; regularidade de repasses financeiros; escolha de premissas e hipóteses atuariais; efetividade do plano de amortização; etc.

Critério de auditoria

Caput do art. 40 da Constituição Federal; art. 1º da Lei Federal 9.717/1998; §1º do art. 1º e art. 69 da LRF; e Portaria nº 464/2018.

Evidências

DRAA – Cadprev (Doc. nº 119218/2021); Avaliação Atuarial (Doc. nº 118332/2021) e Índice de Cobertura das Reservas Matemáticas extraído do RadarPrevidência (<https://radarprevidencia.tce.mt.gov.br/extensions/radarprevidencia/planoprev.html>).

Causas

Ausência de um efetivo planejamento/política previdenciário(a) capaz de melhorar o índice de cobertura das reservas matemáticas.

Efeitos

Desequilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Previdência.

Responsabilização

Cargo	Nome	CPF	Período
Prefeito Municipal de Tapurah - MT	Iraldo Ebertz	345.812.359-87	01/01/2020 a 31/12/2020

Conduta

Deixar de planejar e não promover a política previdenciária necessária para a melhoria da relação entre os ativos do plano previdenciário e os passivos (reservas matemáticas), contrariando a preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, embasados no caput





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

do art. 40 da Constituição Federal; art. 1º da Lei Federal 9.717/1998; §1º do art. 1º e art. 69 da LRF; e Portaria nº 464/2018.

Nexo de Causalidade

A falta de um planejamento adequado e a promoção de uma política previdenciária ineficiente resultam em um processo de descapitalização do RPPS.

Culpabilidade

É razoável exigir do gestor as providências para a implementação das necessidades inerentes ao alcance do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, a fim de viabilizar o estabelecimento suficiente e adequado dos recursos necessários para a garantir o pagamento de todos os benefícios pelo RPPS.

3.2.5. Plano de Custeio

O plano de custeio dos Regimes Próprios de Previdência Social envolve a definição do custo normal³ e custo complementar⁴ do Plano de Previdência.

Anualmente, por meio da reavaliação atuarial, é realizada a verificação dos recursos necessários para o custeio do Plano de Previdência, sendo então proposto, pelo atuário, o reajuste do custo normal e/ou complementar, quando detectada essa necessidade.

O custo complementar é utilizado para o equacionamento do déficit atuarial, apurado na avaliação atuarial, ou seja, quando o passivo atuarial for superior ao ativo real do plano.

³ Portaria nº464/2018:

ANEXO - DOS CONCEITOS

16. Custo normal: o valor correspondente às necessidades de custeio do plano de benefícios do RPPS, atuarialmente calculadas, conforme os regimes financeiros adotados, referentes a períodos compreendidos entre a data da avaliação e a data de início dos benefícios.

⁴ 17. Custo complementar: o valor correspondente às necessidades de custeio, atuarialmente calculadas, destinado à cobertura do tempo de serviço passado, ao equacionamento de déficit gerados pela ausência ou insuficiência de alíquotas de contribuição, inadequação das bases técnicas ou outras causas que ocasionaram a insuficiência de ativos necessários à cobertura das provisões matemáticas previdenciárias, de responsabilidade de todos os poderes, órgãos e entidades do ente federativo.





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

Nesse sentido, o art. 53 da Portaria nº 464/2018 estabelece a necessidade de adoção de medidas para equacionamento na hipótese de a avaliação atuarial apurar déficit atuarial. Em seus §§1º, 2º e 6º, dispõe que o Relatório da Avaliação Atuarial deverá identificar as suas principais causas e apresentar soluções possíveis, seus impactos e propor um plano de equacionamento, o qual deve ser implementado por meio de lei:

DO EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

Art. 53. No caso de a avaliação atuarial de encerramento do exercício apurar déficit atuarial, deverão ser adotadas medidas para o seu equacionamento.

§ 1º O Relatório da Avaliação Atuarial, com base no estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial do RPPS, deverá identificar as principais causas do déficit atuarial por meio do balanço de ganhos e perdas atuariais, apresentar cenários com as possibilidades para seu equacionamento e os seus impactos e propor plano de equacionamento a ser implementado em lei pelo ente federativo.

§ 2º O equacionamento do déficit atuarial poderá consistir:

I - em plano de amortização com contribuição suplementar, na forma de alíquotas ou aportes mensais com valores preestabelecidos;

II - em segregação da massa; e

III - complementarmente, em:

a) aporte de bens, direitos e ativos, observado o disposto no art. 62;

b) aperfeiçoamento da legislação do RPPS e dos processos relativos à concessão, manutenção e pagamento dos benefícios; e

c) adoção de medidas que visem à melhoria da gestão integrada dos ativos e passivos do RPPS e da identificação e controle dos riscos atuariais do regime, conforme art. 73.

(...)

§ 6º O plano de equacionamento do déficit somente será considerado implementado a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo, observados o prazo e condições previstos no art. 49.

O Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah/MT apresentou, por meio da Lei Complementar nº 41 de 12/09/2012, a utilização de alíquotas suplementares como forma de amortização do déficit atuarial.





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

3.2.5.1. Atualização e efetividade do plano de custeio aprovado por lei

Não houve o envio de Projeto de Lei ao Legislativo Municipal com o objetivo de implementar o plano de equacionamento do déficit proposto na Reavaliação Atuarial, exercício de 2020, contrariando a previsão estabelecida na Portaria nº 464/2018.

A alíquota vigente relativa à contribuição previdenciária, custo normal, de responsabilidade do ente, foi estabelecida por meio do Decreto nº 286/2019 de 13 de novembro de 2019 (fls. 3/4 do Doc. nº 119915/2021). Já a contribuição previdenciária de responsabilidade dos Segurados ativos e inativos foi atualizada para 14,00% (catorze por cento), conforme Lei Complementar nº 151/2020.

3.2.5.1.1. Da compatibilidade do plano de custeio com a avaliação atuarial.

Classificação de Irregularidades de acordo com a Resolução Normativa nº 17/2010	
LB 99	Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.
Resumo do Achado	Ausência de lei específica do ente federativo para implementação do plano de equacionamento do déficit atuarial.

Situação Encontrada

Para fins de equilíbrio do plano de custeio, na avaliação atuarial do exercício de 2020 foram propostas as seguintes alíquotas:

Tabela 1 - Plano de Custeio proposto

CUSTO NORMAL	CUSTO SUPLEMENTAR
Alíquota proposta para o exercício	Alíquota proposta para o exercício
29,30%	3,70%

Apresenta-se a seguir o detalhamento das principais informações das alíquotas de custo normal praticadas e do plano de amortização do déficit atuarial, aprovados em lei:

Tabela 2 – Legislação Municipal

Lei	Data da lei	Exercício de referência da avaliação atuarial	Detalhamento
-----	-------------	---	--------------





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

125/2018

30/08/18

2018

“DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DA REAVALIAÇÃO ATUARIAL/2018 E ALTERA AS ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL DEVIDA PELOS ENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS”.

Art. 1º- Altera os incisos, I, III e IV, do artigo 49 da Lei Complementar nº 41, de 12/09/2012, com alterações dadas pela Lei Complementar 108 de 08 de agosto de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 49 – (...)

I - A contribuição previdenciária de responsabilidade do Segurado relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários, necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS será de **11,00%**, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.

(...)

III – A contribuição previdenciária de responsabilidade do ente relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários e ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS será de **18,06%**, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.

IV - Fica instituído plano de amortização destinado ao equacionamento do déficit atuarial, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição, conforme alíquotas de contribuição suplementar devidas pelo ente definidas na tabela a seguir: ”

Tabela de Financiamento do Déficit Atuarial

Nº	ANO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	C.S. *	FOLHA SALARIAL
0		33.530.431,95					
1	2018	35.178.654,33	(1.648.222,38)	1.991.244,58	343.022,21	2,90%	11.828.351,99
2	2019	36.871.400,28	(1.692.825,95)	2.087.064,92	394.238,97	3,30%	11.946.635,51
3	2020	38.610.536,58	(1.739.056,30)	2.185.502,07	446.445,77	3,70%	12.066.101,86
4	2021	40.371.696,12	(1.761.159,54)	2.285.190,35	504.030,80	4,30%	12.186.762,88

Art. 2º - As contribuições correspondentes às alíquotas do custo normal e suplementar, relativas ao exercício de 2018, serão exigidas de acordo com o disposto no art. 195, §6º da Constituição Federal.

Art. 3º - Caso a reavaliação atuarial anual indique a necessidade de majoração do plano de custeio, as alíquotas de contribuição do ente poderão ser revistas por meio de Decreto expedido pelo Poder Executivo.





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

Decreto	Data	Exercício de referência da avaliação atuarial	Detalhamento
286/19	13/11/2019	2019	<p>“DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DA REAVALIAÇÃO ATUARIAL/2019 E ALTERA AS ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL DEVIDA PELO MUNICÍPIO DE TAPURAH AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL TAPURAH-PREV”.</p> <p>Art. 1º- Homologar a reavaliação atuarial/2019 e alterar as alíquotas de contribuição previdenciária patronal devida pelo Município de Tapurah ao Regime Próprio de Previdência Social Tapurah-Previ, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 125, de 30 de agosto de 2018.</p> <p>Art. 2º- A contribuição previdenciária de responsabilidade do ente relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários e ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS, prevista no inciso III do art. 49 da Lei Complementar nº 41/2012, será de 18,30%, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.</p>
Lei	Data da lei	Exercício de referência da avaliação atuarial	Detalhamento
151/2020	30/03/20	2020	<p>Art. 1º Fica alterada a redação dos incisos I e II do artigo 49 da Lei Complementar 41 de 12 de setembro de 2012, passando ser a seguinte:</p> <p>“Art. 49 ”</p> <p><i>I - A contribuição previdenciária de responsabilidade do Segurado relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários, necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS será de 14,00% (catorze por cento), incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.</i></p> <p><i>II - de uma contribuição mensal dos segurados inativos e dos pensionistas igual a 14% (catorze por cento), calculada sobre a parcela dos proventos e das pensões que superarem o teto máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social de que trata o art. 201 da Constituição Federal;</i></p>

O atual plano de amortização **não foi efetivamente aprovado em lei**, considerando que as alíquotas de contribuição do ente foram revistas por meio de Decreto expedido pelo Poder Executivo.

Pois bem, na avaliação atuarial, realizada em 03/06/2020 (2ª versão), consta a necessidade do estabelecimento de alíquotas de custeio normal de 29,30%, sendo 18,30% de custo normal para o Ente:



 <p>Tribunal de Contas Mato Grosso TRIBUNAL DO CIDADÃO</p>	<p>SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601 e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br</p>
--	--

Figura 4 - Alíquota proposta para Custeio Normal

8.13.4. DISTRIBUIÇÃO DO PLANO DE CUSTEIO ENTRE O ENTE E SEGURADOS

Então, a viabilidade de manutenção do plano será uma alíquota de Custo Mensal de 33,00%, equivalente a 29,30% de Custo Normal, já incluída a taxa de administração, e, 3,70% de Custo Suplementar Equacionado sobre a folha Salarial dos Servidores Ativos

O Custo Mensal de 33,00%, será rateado entre o Ente Federativo e o Segurado, sendo 11,00% de Custo Normal para os Servidores Ativos e 18,30% de Custo Normal para o Ente, já incluso a Taxa de Administração. O Custo Suplementar de 3,70% deverá ser custeado integralmente pelo Ente.

Fonte: Fl. 117 do Doc. nº 118332/2021 (Avaliação Atuarial 2020)

No DRAA 2020 consta a informação do plano de custeio vigente, fazendo menção à Lei Complementar nº 125 de 30/08/2018

Figura 5 – Plano de Custeio Vigente (DRAA)

Cível >> Previdenciário >> Base Normativa				
Plano de Custeio Vigente				
Contribuição Normal				
Ente Federativo				
Norma				
Alíquota (%): 16,30	Tipo da Norma: Lei Complementar	Número da Norma: 125	Data da Norma: 30/08/2018	Dispositivo da Norma: ART. 49

Fonte: Fl. 04 do Doc. nº 119218/2021 (DRAA 2020)

Já no DRAA 2021 consta a informação de alíquotas de 14% para os segurados ativos e aposentados, fazendo menção à Lei Complementar nº 151 de 30/03/2020:

Figura 6 – Plano de Custeio Vigente (DRAA 2021)

Ente Federativo				
Norma				
Alíquota (%): 16,30	Tipo da Norma: Lei Complementar	Número da Norma: 125	Data da Norma: 30/08/2018	Dispositivo da Norma: ART. 49
Base de Cálculo da Contribuição do Ente Federativo				
Base de Cálculo	Tipo da Norma	Número da Norma	Data da Norma	Dispositivo da Norma
Total das Remunerações de Contribuição dos Servidores Ativos	Lei Complementar	151	30/03/2020	Artigo 49
Segurados Ativos				
Norma				
Alíquota (%): 14,00	Tipo da Norma: Lei Complementar	Número da Norma: 151	Data da Norma: 30/03/2020	Dispositivo da Norma: ART. 49
Aposentados				
Norma				
Alíquota (%): 14,00	Tipo da Norma: Lei Complementar	Número da Norma: 151	Data da Norma: 30/03/2020	Dispositivo da Norma: ART. 49

Fonte: <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/index.xhtml>





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

Em pesquisa no Sistema Aplic não foi possível localizar a Lei Municipal 125/2018. Entretanto, em pesquisa na web (<https://www.camaratapurah.mt.gov.br/Transparencia/Lei-Complementar/3//6/>) foi possível localizar a referida norma, disposta nos seguintes termos:

“DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DA REAVALIAÇÃO ATUARIAL/2018 E ALTERA AS ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL DEVIDA PELOS ENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS”.

Art. 1º- Altera os incisos, I, III e IV, do artigo 49 da Lei Complementar nº 41, de 12/09/2012, com alterações dadas pela Lei Complementar 108 de 08 de agosto de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 49 – (...)

I - A contribuição previdenciária de responsabilidade do Segurado relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários, necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS será de **11,00%**, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.

(...)

III – A contribuição previdenciária de responsabilidade do ente relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários e ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS será de **18,06%**, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.

IV - Fica instituído plano de amortização destinado ao equacionamento do déficit atuarial, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição, conforme alíquotas de contribuição suplementar devidas pelo ente definidas na tabela a seguir:

Verifica-se que a alíquota de contribuição previdenciária de responsabilidade do ente, relativa ao custo normal, estabelecida na referida Lei era de 18,06%, porém, foi majorada por meio do Decreto nº 286/2019 de 13 de novembro de 2019 (fls. 3/4 do Doc. nº 119915/2021), que também objetivou homologar o relatório técnico da reavaliação atuarial/2019, ou seja, tal conduta contraria a previsão estabelecida de que o plano de equacionamento do déficit somente será considerado implementado a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo.

“DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DA REAVALIAÇÃO ATUARIAL/2019 E ALTERA AS ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL DEVIDA PELO MUNICÍPIO DE TAPURAH AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL TAPURAH-PREV”.

Art. 1º- Homologar a reavaliação atuarial/2019 e alterar as alíquotas de contribuição previdenciária patronal devida pelo Município de Tapurah ao Regime Próprio de Previdência Social Tapurah-Previ, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 125, de 30 de agosto de 2018.

Art. 2º- A contribuição previdenciária de responsabilidade do ente relativa ao custo





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

normal dos benefícios previdenciários e ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS, prevista no inciso III do art. 49 da Lei Complementar nº 41/2012, será de **18,30%**, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.

Critério de auditoria

Arts. 1º e 49; §6º do art. 53 da Portaria nº 464/2018; e art. 69 da Lei Complementar nº 101/2000.

Evidências

Avaliação Atuarial do exercício de 2020, base cadastral de 31.12.2019, Lei Complementar municipal nº 125/2018 (fls. 1/2 do Doc. nº 119915/2021); Decreto nº 286/2019 (fls. 3/4 do Doc. nº 119915/2021).

Causas

Ausência de encaminhamento do Projeto de Lei contendo a implementação das alíquotas de custeio normal e suplementar propostas na avaliação atuarial 2020.

Efeitos

Ausência do requisito formal para a implementação efetiva do plano de custeio estabelecido no plano de avaliação atuarial

Responsabilização

Cargo	Nome	CPF	Período
Prefeito Municipal de Tapurah - MT	Iraldo Ebertz	345.812.359-87	01/01/2020 a 31/12/2020

Conduta

Deixar de enviar o Projeto de Lei ao Legislativo Municipal, a fim de que as alterações de alíquotas do custo normal fossem aprovadas por Lei, conforme a propositura contida na Avaliação Atuarial. A referida conduta se mostra em desacordo com o art. 1º e §6º do art. 53 da Portaria nº 464/2018 e art. 69 da Lei Complementar nº 101/2000.

Nexo de Causalidade

O não envio do Projeto de Lei ao Legislativo Municipal com o objetivo de implementar o plano





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

de equacionamento do déficit proposto na Reavaliação Atuarial, contrariou a previsão estabelecida na Portaria nº 464/2018.

Culpabilidade

É razoável exigir do gestor o envio do Projeto de Lei ao Legislativo Municipal com a finalidade de implementar o plano de equacionamento do déficit proposto na Reavaliação Atuarial, o qual somente será considerado implementado a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo, conforme previsão estabelecida na Portaria nº 464/2018.

3.2.5.1.2. Registro das Provisões Matemáticas Previdenciárias

Classificação de Irregularidades de acordo com a Resolução Normativa nº 17/2010	
CB 02	Contabilidade_Grave_02. Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando na inconsistência dos demonstrativos contábeis (art. 83 a 106, da Lei nº 4.320/1964 ou Lei nº 6.404/1976).
Resumo do Achado	Inconsistência no Balanço Patrimonial, pelo registro das provisões matemáticas previdenciárias calculadas com data focal em 31/12/2019, quando deveria utilizar como base a data-focal de 31/12/2020.

Situação Encontrada

A Portaria nº 464/2018, em seu art. 45 define o passivo atuarial como sendo as provisões matemáticas previdenciárias, as quais correspondem pelos compromissos líquidos do plano de custeio, avaliados em regime de capitalização.

Conforme conceituado pela mesma Portaria, as provisões matemáticas se subdividem em:

49. Provisão matemática de benefícios a conceder: corresponde ao valor presente dos encargos (compromissos) com um determinado benefício não concedido, líquidos das contribuições futuras e aportes futuros, ambos também a valor presente.

50. Provisão matemática de benefícios concedidos: corresponde ao valor presente dos encargos (compromissos) com um determinado benefício já concedido, líquidos das contribuições futuras e aportes futuros, ambos também a valor presente

O art. 3º, por sua vez, estabelece que as avaliações atuariais anuais, no que se referem ao cálculo dos custos e compromissos com o plano de benefícios do RPPS, deverão ser realizadas considerando a data focal de 31 de dezembro de cada exercício, de modo a coincidir com o ano civil, implementando o plano de custeio no primeiro dia do exercício seguinte.





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

Além disso, a avaliação atuarial com data focal em 31 de dezembro de cada exercício deve apurar as provisões matemáticas nos demonstrativos contábeis a serem levantados nessa data, consoante preconizam os incisos VI e VII do §1º do mesmo artigo, transcritos abaixo:

Art. 3º Deverão ser realizadas avaliações atuariais anuais com data focal em 31 de dezembro de cada exercício, coincidente com o ano civil, que se refiram ao cálculo dos custos e compromissos com o plano de benefícios do RPPS, cujas obrigações iniciar-se-ão no primeiro dia do exercício seguinte.

§ 1º A avaliação atuarial com data focal em 31 de dezembro de cada exercício deverá:

(...)

VI - fornecer as projeções atuariais e a avaliação da situação financeira e atuarial do RPPS, de que trata a Lei Complementar nº 101, de 2000;

VII - apurar as provisões matemáticas previdenciárias a serem registradas nas demonstrações contábeis levantadas nessa data, observadas as normas de contabilidade aplicáveis ao Setor Público;

Assim, a Avaliação Atuarial de 2021 deve calcular o passivo atuarial com a data focal em 31/12/2020 e esse valor deve ser registrado nos demonstrativos contábeis dessa mesma data.

Ocorre que os valores das provisões de benefícios concedidos e de benefícios a conceder registrados no Balancete de Verificação (Sistema Aplic/Informes Mensais/Contabilidade/Balancete de Verificação) divergem dos valores registrados no DRAA 2021, conforme exposto abaixo:

Quadro 10 – Balancete de Verificação 2020 RPPS Tapurah-MT (Aplic)

2200000000	N	PASSIVO NAO-CIRCULANTE	140.885.305,...	166.267.101,72	0,00	0,00	0,00	25.381.795,75
2270000000	N	PROVISÕES A LONGO PRAZO	140.885.305,...	166.267.101,72	0,00	0,00	0,00	25.381.795,75
2272000000	N	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	140.885.305,...	166.267.101,72	0,00	0,00	0,00	25.381.795,75
2272100000	N	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDA...	140.885.305,...	166.267.101,72	0,00	0,00	0,00	25.381.795,75
2272101000	N	PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0,00	12.086.157,48	0,00	0,00	0,00	12.086.157,48
2272101010	S P	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO...	0,00	12.086.157,48	0,00	0,00	0,00	12.086.157,48
2272102000	N	PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	0,00	44.801.757,78	0,00	0,00	0,00	44.801.757,78
2272102010	S P	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO ...	0,00	44.801.757,78	0,00	0,00	0,00	44.801.757,78
2272103000	N	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	60.944.111,98	60.944.111,98	0,00	0,00	0,00	0,00
2272103010	S P	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO...	60.944.111,98	60.944.111,98	0,00	0,00	0,00	0,00
2272104000	N	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	40.980.404,24	48.435.074,48	0,00	0,00	0,00	7.454.670,24
2272104010	S P	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO ...	40.980.404,24	48.435.074,48	0,00	0,00	0,00	7.454.670,24
2272105000	N	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	38.960.789,75	0,00	0,00	0,00	38.960.789,75	0,00
22721059800	S P	(-) OUTROS CRÉDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	38.960.789,75	0,00	0,00	0,00	38.960.789,75	0,00

Fonte: Sistema Aplic (2020 / Informes Mensais / Contabilidade / Balancete de Verificação)





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

Quadro 11 – Balancete de Verificação 2020 PM Tapurah-MT (Aplic) - Consolidado

2270000000	N	PROVISÕES A LONGO PRAZO	140.885.305,...	166.267.101,72	0,00	0,00	0,00	25.381.795,75
2272000000	N	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	140.885.305,...	166.267.101,72	0,00	0,00	0,00	25.381.795,75
2272100000	N	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇ...	140.885.305,...	166.267.101,72	0,00	0,00	0,00	25.381.795,75
2272101000	N	PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0,00	12.086.157,48	0,00	0,00	0,00	12.086.157,48
2272101010	S P	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO ...	0,00	12.086.157,48	0,00	0,00	0,00	12.086.157,48
2272102000	N	PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	0,00	44.801.757,78	0,00	0,00	0,00	44.801.757,78
2272102010	S P	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO ...	0,00	44.801.757,78	0,00	0,00	0,00	44.801.757,78
2272103000	N	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	60.944.111,98	60.944.111,98	0,00	0,00	0,00	0,00
2272103010	S P	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO ...	60.944.111,98	60.944.111,98	0,00	0,00	0,00	0,00
2272104000	N	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	40.980.404,24	48.435.074,48	0,00	0,00	0,00	7.454.670,24
2272104010	S P	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO ...	40.980.404,24	48.435.074,48	0,00	0,00	0,00	7.454.670,24
2272105000	N	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	38.960.789,75	0,00	0,00	0,00	38.960.789,75	0,00
2272105800	S P	(-) OUTROS CRÉDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	38.960.789,75	0,00	0,00	0,00	38.960.789,75	0,00

Fonte: Sistema Aplic (2020 / Informes Mensais / Contabilidade / Balancete de Verificação)

Quadro 12 - Provisões Matemáticas registradas no DRAA 2021

Contas Recuperadas da Demonstração do Resultado Atuarial	Geração Atual (R\$)
ATIVOS GARANTIDORES DOS COMPROMISSOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS	R\$ 36.758.316,79
PROVISÃO MATEMÁTICA DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$ 20.375.507,61
PROVISÃO MATEMÁTICA DOS BENEFÍCIOS A CONCEDER :	R\$ 34.168.179,01
Valor Atual dos Parcelamentos de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00

Fonte: <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/draa/consultarDemonstrativos.xhtml>

Ante o exposto, verifica-se inconsistências relativas às provisões matemáticas registradas nos demonstrativos contábeis, de 31/12/2020, especificamente, relativas às provisões de benefícios concedidos e de benefícios a conceder, as quais estão divergentes dos valores registrados no DRAA 2021.

Critério de auditoria

Art. 3º, §1º, inc. VI e VII, art. 38, § 1º, inc. II, Portaria nº 464/2018; Princípio da Oportunidade e da Competência.

Evidências

Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA 2021, Balanço Patrimonial/Balancete de Verificação de 2020 e Balanço Patrimonial Consolidado da Prefeitura de 2020.

Causas

Contabilização das provisões matemáticas de forma indevida, utilizando-se informações financeiras e atuariais defasadas.





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

Efeitos

Mensuração incorreta do cálculo dos custos e compromissos com o plano de benefícios do RPPS, deturpando a real situação previdenciária do RPPS.

Responsabilização

Cargo	Nome	CPF	Período
Prefeito Municipal de Tapurah - MT	Iraldo Ebertz	345.812.359-87	01/01/2020 a 31/12/2020

Conduta:

Assinar balanço patrimonial contendo inconsistência nas provisões matemáticas previdenciárias, visto que deveria considerar para apuração e registro contábil a data de 31/12/2020. Tal conduta fere o art. 3º, §1º, inc. VI e VII, art. 38, § 1º, inc. II, Portaria nº 464/2018 e os Princípio da Oportunidade e da Competência.

Nexo de Causalidade:

O registro contábil incorreto deturpa, nas demonstrações contábeis, a real situação previdenciária do RPPS.

Culpabilidade:

É razoável exigir do gestor que assine apenas as demonstrações contábeis que contenham os critérios adequados de evidenciação da real situação do RPPS.

3.2.5.2. Efetividade do plano de amortização do déficit atuarial

3.2.5.2.1. Amortização do déficit

Classificação de Irregularidades de acordo com a Resolução Normativa nº 17/2010	
LB 99	Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.
Resumo do Achado	O Plano de Amortizado do Déficit Atuarial, homologado pelo Decreto nº 286/2019, não atenderá aos critérios normativos de efetividade descritos no art. 54 da Portaria MF 464/2018, regulamentado pelo art. 9º da Instrução Normativa 07 e pela Portaria ME nº 14816/2020, relativamente à amortização a ser realizada no(s) exercício(s) de 2022, 2023 e 2024, sendo necessária a sua modificação, para fins de amortização do déficit atuarial, de acordo com a proporção estabelecida pelos normativos.





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

Situação Encontrada

A Portaria MF nº 464, de 19/11/2018, trouxe a seguinte regulamentação para fins de amortização do déficit atuarial:

Portaria nº 464/2018

(...)

Art. 54. Para assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, o plano de amortização estabelecido em lei do ente federativo deverá observar os seguintes critérios, além daqueles previstos no art. 48:

(...)

II - que o montante de contribuição no exercício, na forma de alíquotas ou aportes, **seja superior ao montante anual de juros do saldo do déficit atuarial do exercício.** (Grifo nosso)

Por meio da Instrução Normativa nº 7, publicada no D.O.U. de 28/12/2018 e republicada no D.O.U. de 26/08/2019, foram estabelecidos critérios de gradação da aplicabilidade da previsão contida no art.54, II, da Portaria 464/2018.

Instrução Normativa nº 7

Art.9º (...)

Parágrafo único. A adequação do plano de amortização ao disposto no inciso II do art. 54 da Portaria MF nº 464, de 2018, poderá ser promovida gradualmente, com a elevação das contribuições suplementares, a partir do exercício de 2021, na forma de alíquotas ou aportes, à razão de um terço do necessário a cada ano, até atingir o valor que atenda a esse critério em 2023.

Contudo, recentemente houve nova regulamentação desse prazo, conforme a descrição a seguir:

Portaria nº 14.816, de 19 de Junho de 2020

Art. 6º Aplicam-se, em caráter excepcional, as seguintes disposições relativas aos parâmetros técnico-atuariais dos RPPS:

(...)

III - ficam postergados para o exercício de 2022:

a) a aplicação do parâmetro mínimo de amortização do déficit atuarial, de que trata o inciso II do art. 54 da Portaria MF nº 464, de 2018; e

b) a exigência de elevação gradual das alíquotas suplementares, de que trata o parágrafo único do art. 9º da Instrução Normativa nº 07, de 2018.

Portanto, o critério de análise estabelecido no presente relatório técnico é a verificação se o atual plano de amortização do déficit atuarial atenderá à condição estabelecida nas normativas ou se haverá a necessidade de adequação do plano, para fins de cumprimento



 <p>Tribunal de Contas Mato Grosso TRIBUNAL DO CIDADÃO</p>	<p>SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601 e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br</p>
--	--

das obrigações ilustradas a seguir:

Quadro 13 - Gradação da amortização do déficit

2022	2023	2024
Amortização de, no mínimo, 1/3 do valor necessário para reduzir o principal do déficit.	Amortização de, no mínimo, 2/3 do valor necessário para reduzir o principal do déficit.	Obrigação de iniciar a redução do principal do déficit atuarial.

Transcreve-se a seguir a análise do plano de amortização estabelecido na Reavaliação Atuarial/2019, homologado por meio do Decreto nº 286/2019:

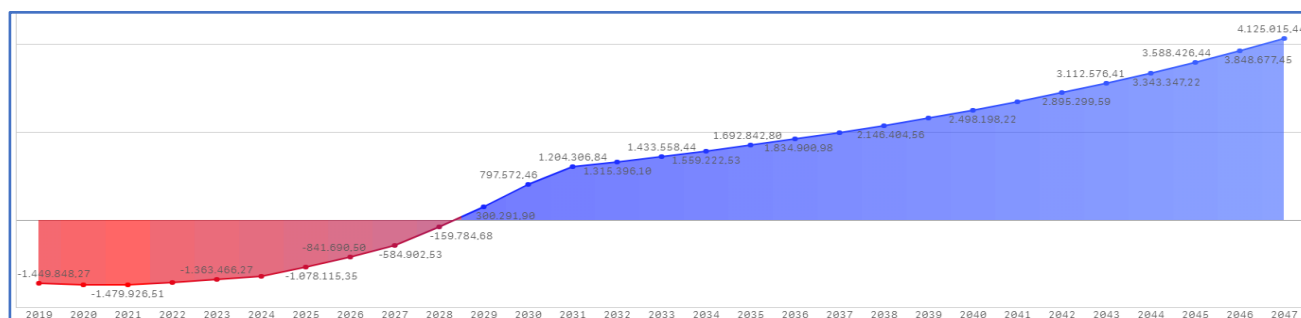
Quadro 14 - Análise da Amortização do Déficit Atuarial

Plano de amortização estabelecido em lei	Ano/DRAA	2022	2023	2024
	Taxa de Juros	6,00%	6,00%	6,00%
	Saldo Inicial (déficit atuarial) (R\$)	35.914.151,12	37.338.979,05	38.702.445,32
	Valor de Pagamentos (R\$)	688.699,19	827.238,18	968.610,56
	Juros (R\$)	2.113.527,12	2.190.704,45	2.264.030,09
	Saldo Final (deficit atuarial) (R\$)	37.338.979,05	38.702.445,32	39.997.864,85
	Portaria 464/18 e IN 07 (R\$)	Mínimo 1/3 (juros)	Mínimo 2/3 (juros)	Mínimo 100% (juros)
	Parcela mínima conforme os normativos (R\$)	704.509,04	1.460.469,63	2.264.030,10
	Resultado (Parcela paga - Parcela Mínima) (R\$)	-15.809,85	-633.231,45	-1.295.419,54
	Avaliação			
2022	O resultado negativo indica que a parcela estabelecida no plano para o exercício de 2022 NÃO atenderá aos critérios normativos, visto ser inferior à parcela mínima obrigatória.			
2023	O resultado negativo indica que a parcela estabelecida no plano para o exercício de 2023 NÃO atenderá aos critérios normativos, visto ser inferior à parcela mínima obrigatória.			
2024	A parcela estabelecida no plano, para o exercício de 2024, NÃO atende aos critérios normativos de amortização do deficit atuarial, visto que não reduz (amortiza) o montante principal do deficit.			

Fonte: <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/index.xhtml> (Plano de Amortização DRAA 2019)

O gráfico abaixo contém o detalhamento do plano de amortização, demonstrando (linha azul) o exercício em que ocorre o início da redução do montante principal do déficit atuarial.

Gráfico 8 - Amortização do Principal



Fonte: <https://radarprevidencia.tce.mt.gov.br/extensions/radarprevidencia/planoamortdeficitatuarial.html>





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

Critério de auditoria

Art. 54 da Portaria MF nº 464/2018; art. 9º da Instrução Normativa nº 07; art. 69 da Lei Complementar nº 101/2000; e Portaria nº 14.816/2020, do Ministério da Economia.

Evidências

Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial 2019/2020; Avaliação Atuarial (Doc. nº 118332/2021); Lei Municipal nº 125/2018 e Decreto nº 286/2019 (Doc. nº 119915/2021).

Causas

Ausência de adequação da Lei que estabeleceu o Plano de Amortização do Déficit Atuarial, a fim de proporcionar efetividade na amortização do déficit atuarial.

Efeitos

Desequilíbrio do Plano de Previdência.

Responsabilização:

Cargo	Nome	CPF	Período
Prefeito Municipal de Tapurah - MT	Iraldo Ebertz	345.812.359-87	01/01/2020 a 31/12/2020

Conduta:

Deixar de enviar o Projeto de Lei ao Legislativo Municipal, a fim de proporcionar a adequação do Plano de Amortização do Déficit Atuarial, em desacordo com o art. 54 da Portaria MF nº 464/2018, art. 9º da Instrução Normativa nº 07, art. 69 da Lei Complementar nº 101/2000 e Portaria nº 14.816/2020, do Ministério da Economia.

Nexo de Causalidade:

A prática de um Plano de Amortização do Déficit Atuarial que não atende aos critérios normativos de efetividade, prejudica o equilíbrio do Plano de Previdência.

Culpabilidade:

É razoável exigir do gestor as providências para tornar o Plano de Amortização do Déficit Atuarial efetivo, a fim de garantir o pagamento dos benefícios pelo RPPS ao longo de todo o





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

Plano de Previdência.

3.2.5.2.2. Alíquotas suplementares

Classificação de Irregularidades de acordo com a Resolução Normativa nº 17/2010	
LB 99	Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.
Resumo do Achado	O Plano de Amortização do Déficit Atuarial, homologado de forma irregular pelo Decreto nº 286/2019, apresenta alíquotas finais suplementares ineficazes, proporcionando o desequilíbrio na arrecadação de receitas previdenciárias a curto e/ou médio prazo, bem como o desequilíbrio do Plano de Previdência ao longo do tempo.

Situação Encontrada

A preservação do equilíbrio financeiro e atuarial é objeto de registro normativo na Lei 101/2000.

Lei Complementar 101/00

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

§1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidadas e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

Art. 69. O ente da Federação que mantiver ou vier a instituir regime próprio de previdência social para seus servidores conferirá-lhe caráter contributivo e o organizará com base em normas de contabilidade e atuária que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial.

Portanto, o plano de amortização do déficit atuarial deve conter alíquotas que gerem o equilíbrio ao longo do tempo.

Ademais, o *caput* do art. 2º da Portaria nº 464/2018 dispõe que as ações dos membros dos conselhos deliberativo e fiscal do RPPS, bem como de seus gestores, devem se basear na legalidade e na sustentabilidade de longo prazo, consoante se transcreve abaixo:





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

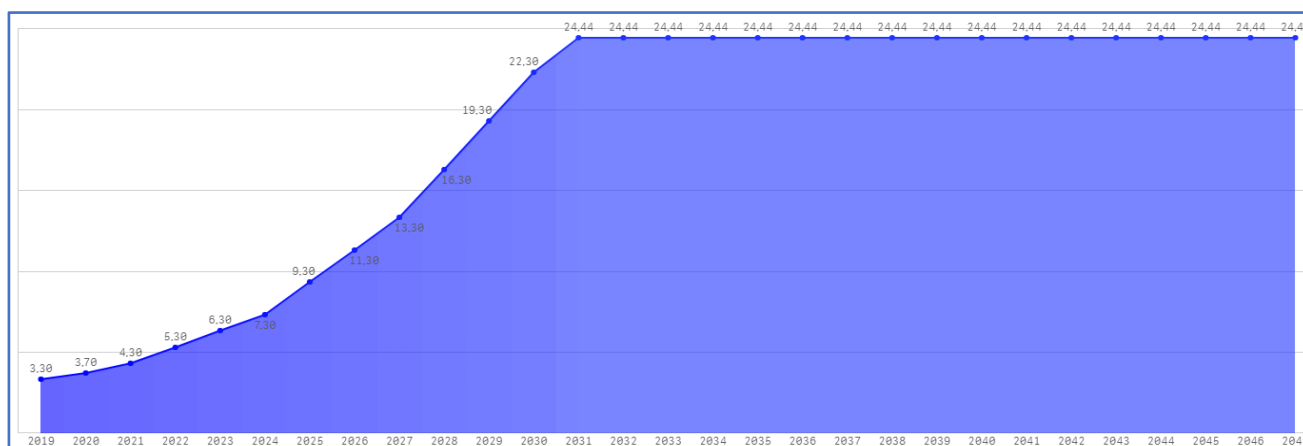
Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

Art. 2º Os dirigentes e membros dos conselhos deliberativo e fiscal do RPPS e os gestores e representantes legais do ente federativo deverão pautar suas ações pela observância das prescrições legais e demais normas regulamentares e pela busca da sustentabilidade de longo prazo do regime próprio de previdência social.

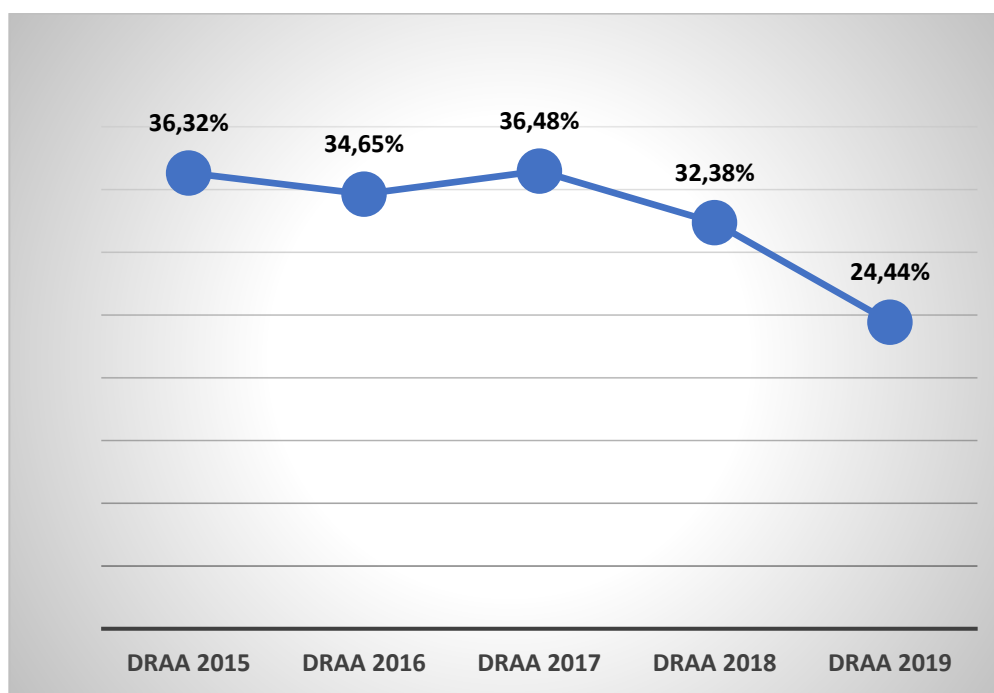
Verifica-se que a atual alíquota suplementar corresponde a 3,70%, alcançando uma alíquota de 24,44% em 2047, conforme exposto a seguir:

Gráfico 9 - Alíquota Suplementar



Fonte: <https://radarprevidencia.tce.mt.gov.br/extensions/radarprevidencia/planoamortdeficitatuaria.html>

Gráfico 10 - Alíquota Finais do Custo Suplementar



Fonte: DRAA– Cadprev: <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/faces/pages/index.xhtml>





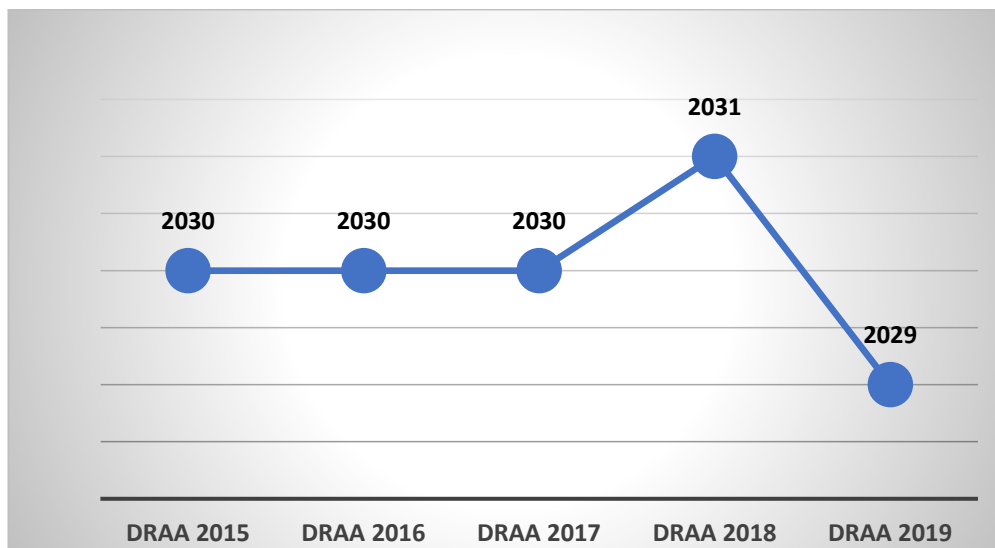
Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

Gráfico 11 - Início da Amortização do Principal do Déficit Atuarial



Fonte: DRAA – Cadprev: <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/faces/pages/index.xhtml>

Critério de auditoria

Decreto nº 286/2019; art. 2º da Portaria MPS 464/2018; §1º do art. 1º e art. 69 da LRF.

Evidências

DRAA, Avaliação Atuarial, Decreto nº 286/2019; e Ausência de Demonstrativo de Viabilidade Orçamentária, Financeira e Fiscal.

Causas

Ausência do estabelecimento de alíquotas suplementares que proporcionem uma maior captação de recursos previdenciários a curto e médio prazo, estabelecendo uma razoabilidade na distribuição das alíquotas.

Efeitos:

Postergação da redução (amortização) do déficit atuarial, gerando o desequilíbrio do Plano de Previdência.

Responsabilização

Cargo	Nome	CPF	Período
Prefeito Municipal de Tapurah - MT	Iraldo Ebertz	345.812.359-87	01/01/2020 a 31/12/2020





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

Conduta

Enviar Projeto de Lei ao Legislativo Municipal contendo alíquotas finais ineficazes de custo suplementar, quando deveria considerar a razoabilidade na distribuição das alíquotas, a fim de proporcionar a redução do déficit atuarial e, conseqüentemente, o equilíbrio do Plano de Previdência. Tal conduta se mostra em desacordo com a Portaria MPS 464/2018; art. 2º da Portaria MPS 464/2018 da Portaria MPS 464/2018; §1º do art. 1º e art. 69 da LRF.

Nexo de Causalidade

A prática de um Plano de Amortização do Déficit Atuarial que contém alíquotas finais ineficazes transfere para outras gestões a obrigação de captação de recursos previdenciários em um montante impraticável.

Culpabilidade

É razoável exigir do gestor as providências para tornar o Plano de Amortização do Déficit Atuarial efetivo, a fim de garantir o pagamento dos benefícios pelo RPPS ao longo de todo o Plano de Previdência.

3.2.5.2.4. Demonstração da Viabilidade Orçamentária e Financeira

Classificação de Irregularidades de acordo com a Resolução Normativa nº 17/2010	
LB 99	Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.
Resumo do Achado	Ausência de elaboração do Demonstrativo de Viabilidade Orçamentária, Financeira e Fiscal para o ente federativo, inclusive dos impactos nos limites de gastos impostos pela Lei Complementar nº 101/2000, referente ao Plano de Amortização do Déficit Atuarial aprovado pela Lei nº 125/2018.

Situação Encontrada

A Portaria MPS nº 403/2008 estabeleceu a obrigatoriedade de demonstração da viabilidade orçamentária e financeira quando da definição do plano de amortização, inclusive, no tocante aos impactos nos limites de gastos impostos pela Lei Complementar nº 101/2000, conforme detalhamento a seguir:

Art. 19. O plano de amortização indicado no Parecer Atuarial somente será considerado implementado a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo.
§ 1º O plano de amortização poderá consistir no estabelecimento de alíquota de contribuição suplementar ou em aportes periódicos cujos valores sejam





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

preestabelecidos.

§ 2º A definição do plano de amortização deverá ser acompanhada de demonstração da viabilidade orçamentária e financeira para o ente federativo, inclusive dos impactos nos limites de gastos impostos pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. **(Nova redação dada pela PORTARIA MPS Nº 21, DE 16/01/2013)**

A Portaria nº 464/2018, que revogou a citada Portaria MPS nº 403/2008, por sua vez, em seu art. 48, inc. II, estabeleceu que o plano de custeio proposto na avaliação atuarial deve ser objeto de demonstrativo de viabilidade orçamentária, financeira e fiscal, obedecendo ao modelo proposto pelo 64, conforme se transcreve a seguir:

Art. 48. O plano de custeio proposto na avaliação atuarial deverá observar os seguintes parâmetros:

(...)

II - ser objeto de demonstração em que se evidencie que possui viabilidade orçamentária, financeira e fiscal nos termos do art. 64;

Não obstante a implementação do formato exigido ter sido prorrogado pela Portaria nº 18.084/2020, nos moldes de classificação da Instrução Normativa SPREV nº 10/2018, a obrigatoriedade de sua elaboração não sofreu alterações.

PORTARIA Nº 18.084, DE 29 DE JULHO DE 2020:

Art. 2º Ficam prorrogados por um ano os prazos de início de exigência de apresentação:

I - do Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio, de que trata o inciso VII do art. 68 da Portaria MF nº 464, de 19 de novembro de 2018, previstos no § 1º do art. 6º da Instrução Normativa SPREV nº 10, de 21 de dezembro de 2018; e

INSTRUÇÃO NORMATIVA SPREV Nº 10, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018:

§ 1º Considerando o porte e risco atuarial do RPPS definido conforme instrução específica da Secretaria de Previdência, o encaminhamento do Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio na forma prevista no inciso I do caput obedecerá ao seguinte regime diferenciado:

I - RPPS identificados como Perfil Atuarial I ou em caso de não aplicação de perfil de risco: periodicidade anual, iniciando-se o envio junto com o DRAA de 2020, relativo à avaliação atuarial com data focal em 31 de dezembro de 2019;

II - RPPS identificados como Perfil Atuarial II: a cada 2 (dois) anos, ou em caso de alteração do plano de custeio, iniciando-se o envio junto com o DRAA de 2021, relativo à avaliação atuarial com data focal em 31 de dezembro de 2020;

III - RPPS identificados como Perfil Atuarial III: a cada 3 (três) anos, ou em caso de alteração do plano de custeio, iniciando-se o envio junto com o DRAA de 2021, relativo à avaliação atuarial com data focal em 31 de dezembro de 2020;

IV - RPPS identificados como Perfil Atuarial IV: a cada 4 (quatro) anos, ou em caso de alteração do plano de custeio, iniciando-se o envio junto com o DRAA de 2022,





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

relativo à avaliação atuarial com data focal em 31 de dezembro de 2021.

Assim, apesar de o ente estar desobrigado, provisoriamente, de adotar os moldes propostos pelo art. 64 da Portaria nº 464/2018, é importante ressaltar que a obrigatoriedade de demonstração da viabilidade do plano de custeio ainda persiste.

Vale comentar que, além do custo suplementar, para o equacionamento do déficit atuarial, o Ente vinculado ao RPPS tem a obrigatoriedade de honrar mensalmente com o custo normal.

O custo normal diz respeito ao montante de recursos necessários para suprir as necessidades de custeio do plano de benefícios do RPPS, de acordo com a Lei nº 9.717/1998 e a Portaria nº 464/2018, apurado, atuarialmente, sendo composto por uma contribuição mensal a ser paga pelo Ente e a ser descontada dos servidores públicos vinculados ao regime de previdência, por meio da aplicação de um percentual sobre sua remuneração da folha de pagamento.

Desta forma, o estudo exigido pela legislação visa comprovar que o Ente terá condições de honrar com o custo normal e o custo suplementar, respeitando ainda os limites legais incidentes sobre a folha de pagamento.

Nesse sentido, conforme consulta realizada no Sistema Aplic, não se constatou o envio do Demonstrativo de Viabilidade Orçamentária, Financeira e Fiscal.

Critério de Auditoria

Inc. II do art. 48 da Portaria nº 464/2018; §1º do art. 1º e art. 69 da LRF.

Evidências

Sistema APLIC, Parecer Técnico Conclusivo emitido pela Unidade de Controle Interno e Pronunciamento Expresso e Indelegável do Gestor sobre as Contas Anuais e Lei Municipal nº 125/2018.

Causas

Ausência de elaboração do demonstrativo exigido para fins de análise da viabilidade do plano de amortização do déficit atuarial.





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

Efeitos

Insegurança quanto à capacidade do Ente de honrar com o pagamento dos compromissos legais previstos na Lei Municipal que aprovou o Plano de Amortização do Déficit Atuarial.

Responsabilização

Cargo	Nome	CPF	Período
Prefeito Municipal de Tapurah - MT	Iraldo Ebertz	345.812.359-87	01/01/2020 a 31/12/2020

Conduta

Deixar de elaborar o Demonstrativo de Viabilidade Orçamentária, Financeira e Fiscal para o ente federativo, inclusive dos impactos nos limites de gastos impostos pela Lei Complementar nº 101/2000, quando do recebimento da proposta do Plano de Amortização do Déficit Atuarial, em discordância com inc. II do art. 48 da Portaria nº 464/2018 e §1º do art. 1º e art. 69 da LRF.

Nexo de Causalidade

A ausência de elaboração do Demonstrativo de Viabilidade Orçamentária, Financeira e Fiscal para o ente federativo, inclusive dos impactos nos limites de gastos impostos pela Lei Complementar nº 101/2000, quando do recebimento da proposta do Plano de Amortização do Déficit Atuarial, impossibilitou a verificação da capacidade de o Ente de honrar com os compromissos legais assumidos em função da legislação municipal que aprovou o referido plano.

Culpabilidade:

É razoável exigir do gestor a realização de estudo que demonstre que o Ente é capaz de honrar, ao longo de todo o plano, com os compromissos previstos na proposta de plano de amortização do déficit atuarial, a fim de que seja definida uma outra forma de amortização, diante da eventual caracterização de ausência de condições pelo Ente.





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

4. PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO INSTAURADOS

Durante o período analisado (01.01.2020 à 31.12.2020), não foram instaurados processos de Auditoria, Denúncia-Ouvidoria, Representação de Natureza Interna, Representação de Natureza Externa e Tomada de Contas.

5. POSTURA ANTE OS ALERTAS, RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

No tocante às contas de governo de exercícios anteriores, parte Previdência Municipal (Processos nº 194492/2019 e nº 117404/2020), não foram identificadas recomendações e/ou determinações do Tribunal de Contas em relação ao fiscalizado.

6. CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Apresentam-se, a seguir, as irregularidades com os seus respectivos responsáveis relativas às amostras analisadas no período, para fins de CITAÇÃO, nos termos do §1º do art. 256 RITCE/MT:

Quadro 15 - Resumo das irregularidades

Responsável	Irregularidade	Descrição dos fatos constatados	Tópico	Reincidência
Prefeito Municipal de Tapurah-MT: Iraldo Ebertz	DA 05. Gestão Fiscal/Financeira_Gravíssima_05. Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária do empregador à instituição de previdência (arts. 40 e 195, I, da Constituição Federal).	Conforme informações extraídas do Sistema APLIC, por meio de Declaração de Veracidade e módulo: informações mensais>RPPS> Consulta de contribuições, foi constatada a ausência de recolhimento da contribuição patronal da Prefeitura Municipal, no período de abr e dez de 2020, no valor de R\$ 227.279,59	3.1.2.1	Não
Prefeito Municipal de Tapurah-MT: Iraldo Ebertz	DA 07. Gestão Fiscal/Financeira_Gravíssima_07. Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária descontadas dos segurados à instituição devida (arts. 40, 149, § 1º e 195, II, da Constituição Federal; art. 168- A do Decreto-Lei nº 2.848/1940).	Conforme informações expressas em declaração de veracidade, enviada por meio do Sistema APLIC, foi constatado ausência de repasse de contribuições dos segurados da Prefeitura Municipal, correspondente à competências de abr e dez/20, no valor de	3.1.2.1	Não





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

Responsável	Irregularidade	Descrição dos fatos constatados	Tópico	Reincidência
		R\$ 348.280,57.		
Prefeito Municipal de Tapurah-MT: Iraldo Ebertz	LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.	Desequilíbrio na cobertura das reservas matemáticas, pela falta de um adequado planejamento previdenciário que promova a captação de ativos/recursos suficientes para a melhoria gradativa do alcance do equilíbrio atuarial.	3.2.4.2.	Não
Prefeito Municipal de Tapurah-MT: Iraldo Ebertz	LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.	Ausência de lei específica do ente federativo para implementação do plano de equacionamento do déficit atuarial.	3.2.5.1.1	Não
Prefeito Municipal de Tapurah-MT: Iraldo Ebertz	CB 02. Contabilidade_Grave_02. Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando na inconsistência dos demonstrativos contábeis (art. 83 a 106, da Lei nº 4.320/1964 ou Lei nº 6.404/1976).	Inconsistência no Balanço Patrimonial, pelo registro das provisões matemáticas previdenciárias calculadas com data focal em 31/12/2019, quando deveria utilizar como base a data-focal de 31/12/2020.	3.2.5.1.2.	Não
Prefeito Municipal de Tapurah-MT: Iraldo Ebertz	LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.	O Plano de Amortizado do Déficit Atuarial, homologado pelo Decreto nº 286/2019, não atenderá aos critérios normativos de efetividade descritos no art. 54 da Portaria MF 464/2018, regulamentado pelo art. 9º da Instrução Normativa 07 e pela Portaria ME nº 14816/2020, relativamente à amortização a ser realizada no(s) exercício(s) de 2022, 2023 e 2024, sendo necessária a sua modificação, para fins de amortização do déficit atuarial, de acordo com a proporção estabelecida pelos normativos.	3.2.5.2.1.	Não
Prefeito Municipal de Tapurah-MT: Iraldo Ebertz	LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.	Impossibilidade de certificação de que as alíquotas suplementares propostas pelo Plano de Amortização garantem os recursos econômicos suficientes para amortizar o déficit atuarial, durante todo o plano de custeio, bem como, no tocante ao limite de gastos com pessoal do Poder Executivo imposto pela Lei Complementar nº	3.2.5.2.2.	Não





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

Responsável	Irregularidade	Descrição dos fatos constatados	Tópico	Reincidência
		101/2020.		
Prefeito Municipal de Tapurah-MT: Iraldo Ebertz	LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.	Ausência de elaboração do Demonstrativo de Viabilidade Orçamentária, Financeira e Fiscal para o ente federativo, inclusive dos impactos nos limites de gastos impostos pela Lei Complementar nº 101/2000, referente ao Plano de Amortização do Déficit Atuarial aprovado pela Lei nº 125/2018.	3.2.5.2.4.	Não

Transcreve-se a seguir, as **RECOMENDAÇÕES** constantes na presente instrução técnica:

Quadro 16 - Resumo das recomendações

RECOMENDAÇÃO 01	<p>No caso de ausência de repasses das contribuições previdenciárias patronais, durante o exercício de 2020, ter-se-á dado com base na autorização de suspensão de recolhimento, nos termos da Lei Complementar nº 173/2020, a qual instituiu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2, sugere-se a CITAÇÃO do gestor Municipal para que encaminhe, em sua defesa, os seguintes documentos/informações:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. Mensagem do Poder Executivo que encaminhou o Projeto de Lei ao Poder Legislativo Municipal; ii. Projeto de Lei encaminhado ao Poder Legislativo Municipal; iii. Parecer Técnico Atuarial que demonstra as consequências financeiras e atuariais ao RPPS, devido à suspensão das contribuições patronais; iv. Levantamento dos valores repassados pela União ao Município com fundamento na: a) Medida Provisória nº 938 de 02.04.2020; b) Lei Complementar nº 173/2020; c) Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública – CORONAVÍRUS; v. Demonstração dos valores gastos no enfrentamento à Pandemia da Covid-19; vi. Demonstração da frustração na arrecadação do Município durante o período de suspensão das contribuições previdenciárias; vii. Demonstração da capacidade de o RPPS arcar com a folha de pagamento apenas com as contribuições da parte dos segurados; viii. Lei que aprovou o parcelamento das contribuições previdenciárias suspensas em virtude da Lei Complementar nº 173/2020.
------------------------	---

É o relatório.

Secretaria de Controle Externo de Previdência, Cuiabá-MT, 12/07/2020.

Silvio Silva Junior

Auditor Público Externo

Andresa Gorgonha de Novais Mantovani

Supervisora de Controle Externo de RPPS





MUNICÍPIO DE TAPURAH

ESTADO DE MATO GROSSO

AVENIDA RIO DE JANEIRO, Nº 125 – CENTRO – CEP - 78.573-000 – TAPURAH – MT.
TELEFONE: (66) 3547- 3600 – CNPJ 24.772.253/0001-41.

LEI COMPLEMENTAR Nº125/2018

De 30 de agosto de 2018

“DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DA REAVALIAÇÃO ATUARIAL/2018 E ALTERA AS ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL DEVIDA PELOS ENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS”.

O Senhor **IRALDO EBERTZ**, Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal aprovou, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º- Altera os incisos, I, III e IV, do artigo 49 da Lei Complementar nº 41, de 12/09/2012, com alterações dadas pela Lei Complementar 108 de 08 de agosto de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 49 – (...)

I - A contribuição previdenciária de responsabilidade do Segurado relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários, necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS será de **11,00%**, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.

(...)

III – A contribuição previdenciária de responsabilidade do ente relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários e ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS será de **18,06%**, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.

IV - Fica instituído plano de amortização destinado ao equacionamento do déficit atuarial, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição, conforme alíquotas de contribuição suplementar devidas pelo ente definidas na tabela a seguir: ”

Tabela de Financiamento do Déficit Atuarial

Nº	ANO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	C.S. *	FOLHA SALARIAL
0		33.530.431,95					
1	2018	35.178.654,33	(1.648.222,38)	1.991.244,58	343.022,21	2,90%	11.828.351,99
2	2019	36.871.480,28	(1.692.825,95)	2.087.064,92	394.238,97	3,30%	11.946.635,51
3	2020	38.610.536,58	(1.739.056,30)	2.185.502,07	446.445,77	3,70%	12.066.101,86
4	2021	40.371.696,12	(1.761.159,54)	2.285.190,35	524.030,80	4,30%	12.186.762,88
5	2022	42.102.499,03	(1.730.802,91)	2.383.160,32	652.357,42	5,30%	12.308.630,51
6	2023	43.798.458,92	(1.695.959,89)	2.479.158,05	783.198,16	6,30%	12.431.716,82
7	2024	45.454.780,55	(1.656.321,63)	2.572.912,11	916.590,48	7,30%	12.556.033,99



MUNICÍPIO DE TAPURAH

ESTADO DE MATO GROSSO

AVENIDA RIO DE JANEIRO, Nº 125 – CENTRO – CEP - 78.573-000 – TAPURAH – MT.
TELEFONE: (66) 3547- 3600 – CNPJ 24.772.253/0001-41.

8	2025	46.931.915,81	(1.477.135,26)	2.656.523,54	1.179.388,27	9,30%	12.681.594,33
9	2026	48.213.639,38	(1.281.723,57)	2.729.073,93	1.447.350,36	11,30%	12.808.410,27
10	2027	49.282.670,76	(1.069.031,39)	2.789.585,14	1.720.553,75	13,30%	12.936.494,37
11	2028	49.982.111,84	(699.441,07)	2.829.176,14	2.129.735,07	16,30%	13.065.859,32
12	2029	50.281.294,91	(299.183,08)	2.846.111,03	2.546.927,96	19,30%	13.196.517,91
13	2030	50.147.585,77	133.709,14	2.838.542,59	2.972.251,73	22,30%	13.328.483,09
14	2031	49.546.264,00	601.321,77	2.804.505,51	3.405.827,28	25,30%	13.461.767,92
15	2032	48.440.396,09	1.105.867,91	2.741.909,21	3.847.777,12	28,30%	13.596.385,60
16	2033	46.790.700,95	1.649.695,14	2.648.530,24	4.298.225,38	31,30%	13.732.349,45
17	2034	44.837.682,90	1.953.018,05	2.537.982,05	4.491.000,10	32,38%	13.869.672,95
18	2035	42.719.879,17	2.117.803,73	2.418.106,37	4.535.910,10	32,38%	14.008.369,68
19	2036	40.426.926,56	2.292.952,60	2.288.316,60	4.581.269,20	32,38%	14.148.453,37
20	2037	37.947.835,35	2.479.091,21	2.147.990,68	4.627.081,89	32,38%	14.289.937,91
21	2038	35.270.951,59	2.676.883,76	1.996.468,96	4.673.352,71	32,38%	14.432.837,29
22	2039	32.383.917,28	2.887.034,32	1.833.051,92	4.720.086,24	32,38%	14.577.165,66
23	2040	29.273.627,98	3.110.289,29	1.656.997,81	4.767.287,10	32,38%	14.722.937,32
24	2041	25.926.188,09	3.347.439,89	1.467.520,08	4.814.959,97	32,38%	14.870.166,69
25	2042	22.326.863,23	3.599.324,86	1.263.784,71	4.863.109,57	32,38%	15.018.868,36
26	2043	18.460.029,91	3.866.833,32	1.044.907,35	4.911.740,67	32,38%	15.169.057,04
27	2044	14.309.122,14	4.150.907,77	809.950,31	4.960.858,08	32,38%	15.320.747,61
28	2045	9.856.574,81	4.452.547,33	557.919,33	5.010.466,66	32,38%	15.473.955,09
29	2046	5.083.763,70	4.772.811,11	287.760,21	5.060.571,32	32,38%	15.628.694,64
30	2047	(29.058,14)	5.112.821,84	(1.644,80)	5.111.177,04	32,38%	15.784.981,58
31	2048	-	-	-	-	-	-
32	2049	-	-	-	-	-	-
33	2050	-	-	-	-	-	-
34	2051	-	-	-	-	-	-
35	2052	-	-	-	-	-	-

* Custo Suplementar

Art. 2º - As contribuições correspondentes às alíquotas do custo normal e suplementar, relativas ao exercício de 2018, serão exigidas de acordo com o disposto no art. 195, §6º da Constituição Federal.

Art. 3º - Caso a reavaliação atuarial anual indique a necessidade de majoração do plano de custeio, as alíquotas de contribuição do ente poderão ser revistas por meio de Decreto expedido pelo Poder Executivo.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial os artigos 1º e 3º da Lei Complementar Municipal nº 108/2017.

Gabinete do Prefeito de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos trinta dias do mês de agosto de dois mil e dezoito.


IRALDO EBERTZ
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE TAPURAH

ESTADO DE MATO GROSSO

AVENIDA RIO DE JANEIRO, 125 – CENTRO – 78.573-000 – CNPJ 24.772.253/0001-41
TELEFONE 66.3547-3600

DECRETO Nº 286/2019, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

“Dispõe sobre a Homologação da Reavaliação Atuarial/2019 e altera as alíquotas de contribuição previdenciária patronal devida pelo Município de Tapurah ao Regime Próprio de Previdência Social Tapurah-Previ.”

A senhora **MARIA LUCIA BEDIN MARTELLI** Prefeita Municipal em Exercício de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial pelo art. 3º da Lei Complementar nº 125, de 30 de agosto de 2018:

DECRETA

Art. 1º. Homologar a reavaliação atuarial/2019 e alterar as alíquotas de contribuição previdenciária patronal devida pelo Município de Tapurah ao Regime Próprio de Previdência Social Tapurah-Previ, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 125, de 30 de agosto de 2018.

Art. 2º. A contribuição previdenciária de responsabilidade do ente relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários e ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS, prevista no inciso III do art. 49 da Lei Complementar nº 41/2012, será de 18,30%, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.

Art. 3º. Fica alterado o plano de amortização, previsto no inciso IV do art. 49 da Lei Complementar nº 41/2012, destinado ao equacionamento do déficit atuarial, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição, conforme alíquotas de contribuição suplementar devidas pelo ente definidas na tabela a seguir:

Tabela de Financiamento do Déficit Atuarial

PERÍODO		SALDO DEVEDOR				C.S. *	
0		31.506.119,51					
1	2019	32.955.967,78	(1.449.848,26)	1.865.432,14	415.583,87	3,30%	12.593.450,74
2	2020	34.434.224,60	(1.478.256,82)	1.949.107,05	470.850,23	3,70%	12.725.681,97
3	2021	35.914.151,10	(1.479.926,51)	2.032.876,48	552.949,97	4,30%	12.859.301,63
4	2022	37.338.979,03	(1.424.827,93)	2.113.527,11	688.699,19	5,30%	12.994.324,30
5	2023	38.702.445,31	(1.363.466,27)	2.190.704,45	827.238,18	6,30%	13.130.764,71
6	2024	39.997.864,84	(1.295.419,53)	2.264.030,09	968.610,55	7,30%	13.268.637,74
7	2025	41.075.980,18	(1.078.115,35)	2.325.055,48	1.246.940,13	9,30%	13.407.958,43
8	2026	41.917.670,68	(841.690,49)	2.372.698,34	1.531.007,85	11,30%	13.548.741,99



MUNICÍPIO DE TAPURAH

ESTADO DE MATO GROSSO

AVENIDA RIO DE JANEIRO, 125 – CENTRO – 78.573-000 – CNPJ 24.772.253/0001-41
TELEFONE 66.3547-3600

9	2027	42.502.573,21	(584.902,53)	2.405.806,03	1.820.903,50	13,30%	13.691.003,79
10	2028	42.662.357,88	(159.784,68)	2.414.850,45	2.255.065,77	16,30%	13.834.759,33
11	2029	42.362.065,98	300.291,90	2.397.852,79	2.698.144,69	19,30%	13.980.024,30
12	2030	41.564.493,52	797.572,47	2.352.707,18	3.150.279,65	22,30%	14.126.814,55
13	2031	40.360.186,68	1.204.306,84	2.284.538,87	3.488.845,71	24,44%	14.275.146,11
14	2032	39.044.790,58	1.315.396,10	2.210.082,49	3.525.478,59	24,44%	14.425.035,14
15	2033	37.611.232,13	1.433.558,45	2.128.937,67	3.562.496,11	24,44%	14.576.498,01
16	2034	36.052.009,60	1.559.222,53	2.040.679,79	3.599.902,32	24,44%	14.729.551,24
17	2035	34.359.166,80	1.692.842,80	1.944.858,50	3.637.701,30	24,44%	14.884.211,53
18	2036	32.524.265,81	1.834.900,98	1.840.996,18	3.675.897,16	24,44%	15.040.495,75
19	2037	30.538.358,04	1.985.907,78	1.728.586,30	3.714.494,08	24,44%	15.198.420,95
20	2038	28.391.953,47	2.146.404,56	1.607.091,71	3.753.496,27	24,44%	15.358.004,37
21	2039	26.074.988,22	2.316.965,25	1.475.942,73	3.792.907,98	24,44%	15.519.263,42
22	2040	23.576.789,99	2.498.198,23	1.334.535,28	3.832.733,51	24,44%	15.682.215,68
23	2041	20.886.041,55	2.690.748,45	1.182.228,77	3.872.977,22	24,44%	15.846.878,95
24	2042	17.990.741,95	2.895.299,59	1.018.343,88	3.913.643,48	24,44%	16.013.271,18
25	2043	14.878.165,53	3.112.576,42	842.160,31	3.954.736,73	24,44%	16.181.410,53
26	2044	11.534.818,31	3.343.347,22	652.914,24	3.996.261,47	24,44%	16.351.315,34
27	2045	7.946.391,86	3.588.426,45	449.795,77	4.038.222,21	24,44%	16.523.004,15
28	2046	4.097.714,41	3.848.677,45	231.946,10	4.080.623,55	24,44%	16.696.495,69
29	2047	(27.301,02)	4.125.015,43	(1.545,34)	4.123.470,09	24,44%	16.871.808,90
30	2048	-	-	-	-	-	-

* Custo Suplementar

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor dia 01 de dezembro de 2019.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal em Exercício de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se.

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE:

Maria Lucia B. Martelli
MARIA LUCIA BEDIN MARTELLI
Prefeita Municipal em Exercício



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS

DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

ENTE

Nome: Tapurah UF: MT

DADOS DO ATUÁRIO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome: IGOR FRANÇA GARCIA MTE: 47.368 - 116/MG

DADOS DOS ORGÃOS/ENTIDADES

CNPJ	Nome	Poder	Tipo	Competência da Base Cadastral
24.772.253/0001-41	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH	Executivo	Administração Direta	12/2019
33.005.083/0001-60	CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH	Legislativo	Administração Direta	12/2019
04.963.339/0001-44	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT	Executivo	Administração Indireta (Autarquias e Fundações)	12/2019



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS

DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

COMPOSIÇÃO DE MASSA

Civil

Segregação de Massa

☒

Não Possui

☐

Instituída neste Exercício ou Mantida

☐

Revisada neste Exercício

☐

Extinta neste Exercício

Benefícios Mantido pelo

Possui Aposentadorias ou Pensões por Morte de Responsabilidade Financeira do Tesouro, que não se caracterizam como Segregação da Massa?

☐

Sim

☒

Não

Militar

Segregação de Massa

☐

Não Possui

☐

Instituída neste Exercício ou Mantida

☐

Revisada neste Exercício

☐

Extinta neste Exercício

Benefícios Mantido pelo

Possui Aposentadorias ou Pensões por Morte de Responsabilidade Financeira do Tesouro, que não se caracterizam como Segregação da Massa?

☐

Sim

☐

Não



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS

DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

IDENTIFICAÇÃO DO DRAA

Exercício do DRAA: 2020

Tipo do DRAA: Avaliação Atuarial Anual

Avaliação Atuarial Inicial: ☐ Sim ☒ Não

Data da Avaliação: 31/12/2019

Data de Elaboração da Avaliação: 03/06/2020

Nº da Nota Técnica Atuarial Vigente - Plano Previdenciário: 2020.001231.1

Nº da Nota Técnica Atuarial Vigente - Plano Financeiro:

Descrição:

Retificação: ☐ Sim ☒ Não

Motivado por Iniciativa Própria: ☐ Sim ☐ Não

Justificativa:

Motivado por Notificação: ☐ Sim ☐ Não

Números da Notificação:



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS

DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Plano Civil

Previdenciário

Civil >> Previdenciário >> Base Normativa

Plano de Custeio Vigente

Contribuição Normal

Ente Federativo

Norma

Aliquota (%): 16,30 **Tipo da Norma:** Lei Complementar **Número da Norma:** 125 **Data da Norma:** 30/08/2018 **Dispositivo da Norma:** ART. 49

Base de Cálculo da Contribuição do Ente Federativo

Base de Cálculo	Tipo da Norma	Número da Norma	Data da Norma	Dispositivo da Norma
Total das Remunerações de Contribuição dos Servidores Ativos	Lei Complementar	125	30/08/2018	Artigo 49

Segurados Ativos

Norma

Aliquota (%): 11,00 **Tipo da Norma:** Lei Complementar **Número da Norma:** 41 **Data da Norma:** 08/08/2017 **Dispositivo da Norma:** ART. 49

Aposentados

Norma

Aliquota (%): 11,00 **Tipo da Norma:** Lei Complementar **Número da Norma:** 41 **Data da Norma:** 12/09/2012 **Dispositivo da Norma:** Artigo 49, Inciso III



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS

DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Pensionistas

Norma

Alíquota (%): 11,00

Tipo da Norma: Lei Complementar

Número da Norma: 41

Data da Norma: 12/09/2012

Dispositivo da Norma: Artigo 49, Inciso III

Administração do Plano

Custeada com Recursos do RPPS

Alíquota (%): 2,00

Aporte (R\$):

Fundamento Legal

Tipo da Norma: Resolução

Número da Norma: 41

Data da Norma: 12/09/2012

Dispositivo da Norma: ARTIGO 49, § 3º

Base de Cálculo da Taxa de Administração

Base de Cálculo	Tipo da Norma	Número da Norma	Data da Norma	Dispositivo da Norma
Total das Remunerações dos Segurados Ativos, Aposentados e Pensionistas do Exercício Anterior	Lei Complementar	55	12/09/2012	Art. 49, § 3º

Plano de Amortização do Déficit Atuarial

Possui Plano de Amortização para Equacionamento do Déficit Atuarial Implementado em Lei:

Sim

Mês/Ano de Início do Plano:

04/2012

Fundamento Legal

Tipo da Norma: Lei Complementar

Número da Norma: 125

Data da Norma: 30/08/2018

Dispositivo da Norma: Art. 49



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS

DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS

DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Plano de Amortização

Ano	Alíquota (%)	Aporte Anual (R\$)
2019	3.30	
2020	3.70	
2021	4.30	
2022	5.30	
2023	6.30	
2024	7.30	
2025	9.30	
2026	11.30	
2027	13.30	
2028	16.30	
2029	19.30	
2030	22.30	
2031	24.44	
2032	24.44	
2033	24.44	
2034	24.44	
2035	24.44	
2036	24.44	
2037	24.44	
2038	24.44	
2039	24.44	
2040	24.44	
2041	24.44	
2042	24.44	
2043	24.44	
2044	24.44	



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS

DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Plano de Amortização

Ano	Alíquota (%)	Aporte Anual (R\$)
2045	24.44	
2046	24.44	
2047	24.44	

Base de Cálculo

Base de Cálculo	Tipo da Norma	Número da Norma	Data da Norma	Dispositivo da Norma
Total das Remunerações de Contribuição dos Servidores Ativos	Lei Complementar	55	09/10/2013	ART 3

Segregação de Massa

Fundamento Legal

Tipo da Norma:	Número da Norma:	Data da Norma:	Dispositivo da Norma:
----------------	------------------	----------------	-----------------------

Critérios para Composição do Plano Previdenciário

Data de ingresso ao Seguro (Data do Corte):	Idade do Segurado:	Condição do Segurado:
Outros:		

Atuário Responsável pelo Projeto de Segregação

Nome:	Número do Registro Profissional:
-------	----------------------------------

Aprovação prévia do MPS

Tipo do Documento:	Número do Documento:	Data do Documento:
--------------------	----------------------	--------------------



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS

DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Plano de Benefícios

Benefícios	Tipo da Norma	Número da Norma	Dispositivo da Norma	Data da Norma
Aposentadoria Por Invalidez Permanente	Lei Complementar	41	ARTIGOS 12 A 17	12/09/2012
Aposentadorias Programadas (Por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória)	Lei Complementar	41	ARTIGOS 12 A 17	12/09/2012
Aposentadoria Especial - Professor - Educação Infantil e Ensino Fund. e Médio	Lei Complementar	41	ARTIGOS 12 A 17	12/09/2012
Pensão Por Morte de Servidor em Atividade	Lei Complementar	41	ARTIGOS 31 A 36	12/09/2012
Pensão Por Morte de Aposentado Voluntário ou Compulsório	Lei Complementar	41	ARTIGOS 31 A 36	12/09/2012
Pensão Por Morte de Aposentado por Invalidez	Lei Complementar	41	ARTIGOS 31 A 36	12/09/2012



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS

DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Civil >> Previdenciário >> Base Cadastral

Estatísticas da População Coberta

Órgão/Entidade	População Coberta	Quantidade (A)			Média da B. Cálculo ou Média do Vr. do Benefício (B)		Idade Média		IMP		IMA		Valor da Folha Mensal (Ax B)		
		Fem.	Masc.	Total	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Total
CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH	Servidores - DEMAIS SERVIDORES - Sem critério diferenciado para aposentadoria	2	4	6	R\$ 2.381,28	R\$ 5.128,71	41.00	44.25	53.00	65.50	32.50	33.00	R\$ 4.762,56	R\$ 20.514,84	R\$ 25.277,40
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT	Aposentados - DEMAIS SERVIDORES - Compulsória	0	1	1	R\$ 0,00	R\$ 998,00		74.00				74.00	R\$ 0,00	R\$ 998,00	R\$ 998,00
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT	Aposentados - DEMAIS SERVIDORES - Por Idade	8	1	9	R\$ 1.576,82	R\$ 998,00	66.00	68.00			66.00	68.00	R\$ 12.614,56	R\$ 998,00	R\$ 13.612,56
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT	Aposentados - DEMAIS SERVIDORES - Por Invalidez	8	6	14	R\$ 1.539,69	R\$ 3.202,27	61.63	67.50			61.63	67.50	R\$ 12.317,52	R\$ 19.213,62	R\$ 31.531,14
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT	Aposentados - DEMAIS SERVIDORES - Por Tempo de Contribuição	3	1	4	R\$ 4.023,49	R\$ 2.992,51	61.67	63.00			61.67	63.00	R\$ 12.070,47	R\$ 2.992,51	R\$ 15.062,98
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT	Aposentados - PROFESSORES DA EDUC. INFANTIL E DO ENSINO FUND. E MÉDIO - Por Tempo de Contribuição	8	0	8	R\$ 4.628,65	R\$ 0,00	57.25				57.25		R\$ 37.029,20	R\$ 0,00	R\$ 37.029,20
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT	Pensionistas - DEMAIS SERVIDORES	3	4	7	R\$ 1.223,06	R\$ 1.307,32	50.00	32.25					R\$ 3.669,18	R\$ 5.229,28	R\$ 8.898,46
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH	Servidores - DEMAIS SERVIDORES - Sem critério diferenciado para aposentadoria	200	137	337	R\$ 2.528,96	R\$ 2.805,37	39.47	40.06	55.50	61.04	31.65	33.15	R\$ 505.792,00	R\$ 384.335,69	R\$ 890.127,69
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH	Servidores - PROFESSORES DA EDUC. INFANTIL E DO ENSINO FUND. E MÉDIO - Critério para aposentadoria como professor	80	10	90	R\$ 3.653,68	R\$ 3.725,65	41.70	39.90	54.30	57.70	34.09	32.60	R\$ 292.294,40	R\$ 37.256,50	R\$ 329.550,90

Avaliação Crítica



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS

DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Atualização da Base Cadastral

Segurados Ativos :	<input checked="" type="checkbox"/>	Data do Último Recenseamento Previdenciário :	14/01/2019	Percentual de Cobertura do Último Recenseamento Previdenciário :	100,00
Aposentados :	<input checked="" type="checkbox"/>	Data do Último Recenseamento Previdenciário :	12/09/2017	Percentual de Cobertura do Último Recenseamento Previdenciário :	100,00
Pensionistas :	<input checked="" type="checkbox"/>	Data do Último Recenseamento Previdenciário :	12/09/2017	Percentual de Cobertura do Último Recenseamento Previdenciário :	100,00

Amplitude da Base Cadastral

Percentual de Cobertura da População :	100.00	Percentual de Cobertura em Relação aos Órgãos e Entidades :	100.00
--	--------	---	--------

Grupo	Descrição	Consistência da Base Cadastral	Compleitude da Base Cadastral
Ativo	Identificação do Segurado Ativo	76%-100%	76%-100%
Ativo	Sexo	76%-100%	76%-100%
Ativo	Estado Civil	76%-100%	76%-100%
Ativo	Data de Nascimento	76%-100%	76%-100%
Ativo	Data de Ingresso no ENTE	76%-100%	76%-100%
Ativo	Identificação do Cargo Atual	76%-100%	76%-100%
Ativo	Base de Cálculo (Remuneração de Contribuição)	76%-100%	76%-100%
Ativo	Tempo de Contribuição para o RGPS	76%-100%	76%-100%
Ativo	Tempo de Contribuição para Outros RPPS	76%-100%	76%-100%
Ativo	Data de Nascimento do Cônjuge	76%-100%	76%-100%
Ativo	Número de Dependentes	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Identificação do Aposentado	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Sexo	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Estado Civil	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Data de Nascimento	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Data de Nascimento do Cônjuge	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Data de Nascimento do Dependente Mais Novo	76%-100%	76%-100%



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS

DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Grupo	Descrição	Consistência da Base Cadastral	Compleitude da Base Cadastral
Aposentado	Valor do Benefício	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Condição do Aposentado (válido ou inválido)	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Tempo de Contribuição para o RPPS	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Tempo de Contribuição para outros Regimes	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Valor Mensal da Compensação Previdenciária	76%-100%	76%-100%
Aposentado	Número de Dependentes	76%-100%	76%-100%
Pensão	Identificação do Pensão	76%-100%	76%-100%
Pensão	Número de Pensionistas	76%-100%	76%-100%
Pensão	Sexo do Pensionista Principal	76%-100%	76%-100%
Pensão	Data de Nascimento	76%-100%	76%-100%
Pensão	Valor do Benefício	76%-100%	76%-100%
Pensão	Condição do Pensionista (válido ou inválido)	76%-100%	76%-100%
Pensão	Duração do Benefício (vitalício ou temporário)	76%-100%	76%-100%

Tratamento da Base Cadastral

Grupo	Descrição	Inconsistências Encontradas	Adoção de Premissa	Quantidade de Registros	Descrição de Premissa Utilizada
Ativo	Identificação do Segurado Ativo	Nenhuma			
Ativo	Sexo	Nenhuma			
Ativo	Estado Civil	Nenhuma			
Ativo	Data de Nascimento	Nenhuma			
Ativo	Data de Ingresso no ENTE	Nenhuma			
Ativo	Identificação do Cargo Atual	Nenhuma			
Ativo	Base de Cálculo (Remuneração de Contribuição)	Nenhuma			
Ativo	Tempo de Contribuição para o RGPS	Não Foi informado para essa Reavaliação Atuarial, o TEMPO ANTERIOR DE CONTRIBUIÇÃO AO RPPS de 15% dos Servidores Ativos	X	65	Os Servidores ativos que não possuem Tempo Anterior de Contribuição ao RPPS, consideramos uma idade mínima de ingresso no mercado de trabalho aos 25 anos.
Ativo	Tempo de Contribuição para Outros RPPS	Não Foi informado para essa Reavaliação Atuarial, o TEMPO ANTERIOR DE CONTRIBUIÇÃO AO RPPS de 15% dos Servidores Ativos	X	65	Os Servidores ativos que não possuem Tempo Anterior de Contribuição ao RPPS, consideramos uma idade mínima de ingresso no mercado de trabalho aos 25 anos.



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS

DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Grupo	Descrição	Inconsistências Encontradas	Adoção de Premissa	Quantidade de Registros	Descrição de Premissa Utilizada
Ativo	Data de Nascimento do Cônjuge	Nenhuma			
Ativo	Número de Dependentes	Nenhuma			
Aposentado	Identificação do Aposentado	Nenhuma			
Aposentado	Sexo	Nenhuma			
Aposentado	Estado Civil	Nenhuma			
Aposentado	Data de Nascimento	Nenhuma			
Aposentado	Data de Nascimento do Cônjuge	Nenhuma			
Aposentado	Data de Nascimento do Dependente Mais Novo	Nenhuma			
Aposentado	Valor do Benefício	Nenhuma			
Aposentado	Condição do Aposentado (válido ou inválido)	Nenhuma			
Aposentado	Tempo de Contribuição para o RPPS	Nenhuma			
Aposentado	Tempo de Contribuição para outros Regimes	Nenhuma			
Aposentado	Valor Mensal da Compensação Previdenciária	Nenhuma			
Aposentado	Número de Dependentes	Nenhuma			
Pensão	Identificação do Pensão	Nenhuma			
Pensão	Número de Pensionistas	Nenhuma			
Pensão	Sexo do Pensionista Principal	Nenhuma			
Pensão	Data de Nascimento	Nenhuma			
Pensão	Valor do Benefício	Nenhuma			
Pensão	Condição do Pensionista (válido ou inválido)	Nenhuma			
Pensão	Duração do Benefício (vitalício ou temporário)	Nenhuma			



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS

DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Civil >> Previdenciário >> Base Técnica

Regimes e Métodos de Financiamento

Benefícios do Plano	Regime Financeiro e Método de Financiamento	Descrição do Método de Financiamento
Aposentadoria Por Invalidez Permanente	REGIME FINANCEIRO DE REPARTIÇÃO DE CAPITALS DE COBERTURA	
Aposentadorias Programadas (Por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória)	REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO - CRÉDITO UNITÁRIO PROJETADO	
Aposentadoria Especial - Professor - Educação Infantil e Ensino Fund. e Médio	REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO - CRÉDITO UNITÁRIO PROJETADO	
Pensão Por Morte de Servidor em Atividade	REGIME FINANCEIRO DE REPARTIÇÃO DE CAPITALS DE COBERTURA	
Pensão Por Morte de Aposentado Voluntário ou Compulsório	REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO - CRÉDITO UNITÁRIO PROJETADO	
Pensão Por Morte de Aposentado por Invalidez	REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO - CRÉDITO UNITÁRIO PROJETADO	

Hipóteses Atuariais

Hipóteses Demográficas, Econômicas e Financeiras

	Unidade	Hipóteses
Projeção da Taxa de Juros Real para o Exercício	PERCENTUAL	5.88
Projeção de Crescimento Real do Salário	PERCENTUAL	1.08
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	PERCENTUAL	1.00
Critério para Projeção do Valor dos Proventos Calculados pela Média	TEXTO	Média Ponderada da taxa de reajuste e os Benefícios, separados por classe de Atividade
Projeção da Taxa de Inflação de Longo Prazo	PERCENTUAL	0.00
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios	PERCENTUAL	100.00
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Salários	PERCENTUAL	100.00
Projeção da Taxa de Rotatividade	TEXTO	1
Crítérios da Projeção de Novos Entrantes	TEXTO	Não utilizamos a hipótese de novos entrantes
Projeção de Novos Entrantes para o Exercício - Quantidade de saídas por morte	QUANTIDADE	2
Projeção de Novos Entrantes para o Exercício - Quantidade de saídas por aposentadoria	QUANTIDADE	24
Projeção de Novos Entrantes para o Exercício - Quantidade de saídas por desligamento	QUANTIDADE	4
Projeção de Novos Entrantes - Quantidade de entradas	QUANTIDADE	0
Composição Familiar - Servidores em atividade	TEXTO	Conforme a realidade da Massa de Servidores



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS

DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Hipóteses Demográficas, Econômicas e Financeiras

	Unidade	Hipóteses
Probabilidade de Casados, se adotada premissa	TEXTO	NÃO
Diferença da Idade entre titular masculino e cônjuge feminino, se adotada premissa	TEXTO	5
Diferença da Idade entre titular feminino e cônjuge masculino, se adotada premissa	TEXTO	5
Composição Familiar - Aposentados	TEXTO	Conforme a realidade da Massa de Servidores
Probabilidade de Casados, se adotada premissa	TEXTO	NÃO
Diferença da Idade entre titular masculino e cônjuge feminino, se adotada premissa	TEXTO	5
Diferença da Idade entre titular feminino e cônjuge masculino, se adotada premissa	TEXTO	5
Hipótese Adotada para Entrada em Aposentadoria	TEXTO	25
Outras Hipóteses Adotadas	TEXTO	

Hipóteses Biométricas

Tipo Tábua	Tábua da População Masculina	Tábua da População Feminina
Tábua de Mortalidade de Válido - Fase Laborativa	Outras	Outras
Tábua de Mortalidade de Válido - Fase Pós Laborativa	Outras	Outras
Tábua de Mortalidade de Inválido	Outras	Outras
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de Morbidez	Samuel Dumas	Samuel Dumas
Outras Tábuas utilizadas		

Descrição da Hipótese de Novos Entrantes:

Justificativa da Adoção de Hipóteses

Hipóteses Demográficas, Econômicas e Financeiras

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

	Unidade	Valor previsto no DRAA de 2017	Valor ocorrido em 2017	Valor previsto no DRAA de 2018	Valor ocorrido em 2018	Valor previsto no DRAA de 2019	Valor ocorrido em 2019	Perspectiva de Longo prazo	Justificativa Técnica para Eventuais Discrepâncias em Relação a Hipótese Adotada
Projeção da Taxa de Juros Real para o Exercício	PERCENTUAL	0.00	0.00	6.00	6.19	6.00	7.97		
Projeção de Crescimento Real do Salário	PERCENTUAL	0.00	0.00	1.00	0.00	1.05	1.41		
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	PERCENTUAL	0.00	0.00	0.95	1.83	1.00	0.16		
Critério para Projeção do Valor dos Proventos Calculados pela Média	TEXTO	0	00	Utilizamos uma média ponderada, separando por classes de reajustes	Utilizamos uma média ponderada, separando por classes de reajustes	Utilizamos uma média ponderada, separando por classes de reajustes	Utilizamos uma média ponderada, separando por classes de reajustes		Utilizamos uma média ponderada, separando por classes de reajustes
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios	PERCENTUAL	0.00	0.00	100.00	100.00	100.00	100.00		Não consideramos para não gerarmos distorções
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Salários	PERCENTUAL	0.00	0.00	100.00	100.00	100.00	100.00		Não consideramos para não gerarmos distorções
Projeção da Taxa de Rotatividade	TEXTO	0	0	3	4	4	7,39		
Crítérios da Projeção de Novos Entrantes	TEXTO	0	0	0	0	0	0		Não utilizamos Novos Entrantes nos Cálculos anteriores
Projeção de Novos Entrantes para o Exercício - Quantidade de saídas por morte	QUANTIDADE	0	0	1	0	1	1		Não utilizamos Novos Entrantes nos Cálculos anteriores
Projeção de Novos Entrantes para o Exercício - Quantidade de saídas por aposentadoria	QUANTIDADE	0	0	19	3	18	0		Não utilizamos Novos Entrantes nos Cálculos anteriores
Projeção de Novos Entrantes para o Exercício - Quantidade de saídas por desligamento	QUANTIDADE	0	0	3	15	4	32		Não utilizamos Novos Entrantes nos Cálculos anteriores
Projeção de Novos Entrantes - Quantidade de entradas	QUANTIDADE	0	0	0	0	0	0		Não utilizamos Novos Entrantes nos Cálculos anteriores

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Hipóteses Biométricas

	População	Número de eventos previstos pela tábua utilizada no DRAA de 2017	Número de eventos ocorridos em 2017	Número de eventos previstos pela tábua utilizada no DRAA de 2018	Número de eventos ocorridos em 2018	Número de eventos previstos pela tábua utilizada no DRAA de 2019	Número de eventos ocorridos em 2019	Justificativa Técnica para Eventuais Discrepâncias em Relação a Hipótese Adotada
Tábua de Mortalidade de Válido - Fase Laborativa	Masculino	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	1.00	
Tábua de Mortalidade de Válido - Fase Laborativa	Feminino	0.00	0.00	1.00	0.00	0.00	0.00	
Tábua de Mortalidade de Válido - Fase Pós Laborativa	Masculino	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
Tábua de Mortalidade de Válido - Fase Pós Laborativa	Feminino	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
Tábua de Mortalidade de Inválido	Masculino	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
Tábua de Mortalidade de Inválido	Feminino	0.00	0.00	1.00	0.00	0.00	1.00	
Tábua de Entrada em Invalidez	Masculino	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
Tábua de Entrada em Invalidez	Feminino	0.00	0.00	0.00	1.00	0.00	0.00	
Tábua de Morbidez	Masculino	0.00	0.00	0.00	9.00	0.00	5.00	
Tábua de Morbidez	Feminino	0.00	0.00	0.00	22.00	0.00	22.00	
Outras Tábuas utilizadas	Masculino	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
Outras Tábuas utilizadas	Feminino	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS

DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Civil >> Previdenciário >> Resultados

Valores dos Compromissos

Descrição	Geração Atual	Gerações Futuras
Valor Atual dos Salários Futuros	R\$ 152.623.602,50	R\$ 0,00
ATIVOS GARANTIDORES DOS COMPROMISSOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS	R\$ 31.037.080,14	
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	R\$ 29.720.355,55	
Aplicações em Segmento de Renda Variável - RPPS	R\$ 1.293.163,19	
Aplicações em Segmento Imobiliário - RPPS	R\$ 0,00	
Aplicações em Enquadramento - RPPS	R\$ 0,00	
Titulos e Valores não Sujeitos ao Enquadramento - RPPS	R\$ 0,00	
Demais Bens, direitos e ativos	R\$ 23.561,40	
PROVISÃO MATEMÁTICA DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$ 15.416.181,19	
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS - ENCARGOS DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$ 16.039.168,43	
Benefícios Concedidos - Encargos - Aposentadorias Programadas	R\$ 4.779.561,08	
Benefícios Concedidos - Encargos - Aposentadorias Especiais de Professores	R\$ 6.884.844,13	
Benefícios Concedidos - Encargos - Outras Aposentadorias Especiais	R\$ 0,00	
Benefícios Concedidos - Encargos - Aposentadorias por Invalidez	R\$ 3.183.649,79	
Benefícios Concedidos - Encargos - Pensões Por Morte	R\$ 1.191.113,43	
Benefícios Concedidos - Encargos - Compensação Previdenciária a Pagar	R\$ 0,00	
VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS E COMPENSAÇÕES A RECEBER - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$ 622.987,24	
Benefícios Concedidos - Contribuições Futuras dos Aposentados	R\$ 35.702,49	
Benefícios Concedidos - Contribuições Futuras dos Pensionistas	R\$ 0,00	
Benefícios Concedidos - Compensação Previdenciária a Receber	R\$ 587.284,75	
PROVISÃO MATEMÁTICA DOS BENEFÍCIOS A CONCEDER :	R\$ 59.819.241,72	R\$ 0,00
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS - ENCARGOS DE BENEFÍCIOS A CONCEDER:	R\$ 114.062.582,79	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Aposentadorias Programadas	R\$ 66.070.184,18	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Aposentadorias Especiais de Professores	R\$ 37.267.388,00	R\$ 0,00



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS

DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Descrição	Geração Atual	Gerações Futuras
Benefícios a Conceder - Encargos - Outras Aposentadorias Especiais	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Aposentadorias por Invalidez	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Pensões Por Morte de Servidores em Atividade	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Pensões Por Morte de Aposentados	R\$ 10.660.342,56	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Outros Benefícios e Auxílios	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Compensação Previdenciária a Pagar	R\$ 64.668,05	R\$ 0,00
VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS E COMPENSAÇÕES A RECEBER - BENEFÍCIOS A CONCEDER:	R\$ 54.243.341,07	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras do Ente	R\$ 31.697.862,90	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras dos Segurados Ativos	R\$ 19.051.197,14	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras dos Aposentados	R\$ 138.723,19	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Contribuições Futuras dos Pensionistas	R\$ 3.660,10	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Compensação Previdenciária a Receber	R\$ 3.351.897,74	R\$ 0,00
PROVISÃO MATEMÁTICA PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS ASSEGURADA POR LEI:	R\$ 31.506.119,51	R\$ 0,00
Valor Atual do Plano de Amortização do Déficit Atuarial estabelecido em lei	R\$ 31.506.119,51	R\$ 0,00
Valor Atual dos Parcelamentos de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00	
RESULTADO ATUARIAL		
Déficit Atuarial	-R\$ 12.692.223,26	
Equilíbrio Atuarial		
Superávit Atuarial		
DESTINAÇÃO DO RESULTADO		
Provisão de Contingências (até 25% dos Compromissos)	R\$ 0,00	
Provisão para revisão do plano de custeio (acima 25% dos Compromissos)	R\$ 0,00	
FUNDOS CONSTITUÍDOS		
Fundo Garantidor de Pensão de Servidor Estruturada em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	R\$ 0,00	
Fundo Garantidor de Aposentadoria por Invalidez de Servidor Estruturada em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	R\$ 0,00	
Fundo Garantidor de Benefícios Estruturados em Regime de Repartição Simples	R\$ 0,00	
Fundo de Oscilação de Riscos dos Benefícios Estruturados em Regime de Capitalização	R\$ 0,00	



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS

DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Descrição	Geração Atual	Gerações Futuras
Fundo de Oscilação de Riscos dos Benefícios Estruturados em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	R\$ 0,00	
Fundo de Oscilação de Riscos dos Benefícios Estruturados em Regime de Repartição Simples	R\$ 0,00	
Fundo Administrativo	R\$ 0,00	
RECEITAS E DESPESAS ESTIMADAS PARA O EXERCÍCIO		
Total de Receitas Estimadas para o Exercício	R\$ 5.280.624,61	
Total de Despesas Estimadas para o Exercício	R\$ 2.878.177,90	
RESULTADO FINANCEIRO ESTIMADO PARA O EXERCÍCIO		
Déficit Financeiro		
Equilíbrio Financeiro		
Superávit Financeiro	R\$ 2.402.446,71	
Custo Normal		
Base de Contribuição		
	Valor Mensal - Estatísticas da População Coberta	Valor Anual
Total das Remunerações de Contribuição dos Servidores Ativos	R\$ 1.244.955,99	R\$ 16.184.692,16
Total:	R\$ 1.244.955,99	R\$ 16.184.692,16
Valor Atual dos Salários Futuros - VASF: R\$ 152.623.602,50		
Custo Normal dos Benefícios - Regime de Capitalização		
Benefícios	Custo Anual Previsto (R\$)	% sobre Base de Contribuição
Aposentadorias Programadas (Por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória)	R\$ 2.080.838,11	12,86
Aposentadoria Especial - Professor - Educação Infantil e Ensino Fund. e Médio	R\$ 1.360.546,85	8,41
Pensão Por Morte de Aposentado Voluntário ou Compulsório	R\$ 360.502,35	2,23
Pensão Por Morte de Aposentado por Invalidez	R\$ 49.545,08	0,31



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS

DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Benefícios				Custo Anual Previsto (R\$)		% sobre Base de Contribuição	
Total:				R\$ 3.851.432,39		23,81	
Custo Normal dos Benefícios - Regime de Cobertura							
Benefícios				Custo Anual Previsto (R\$)		% sobre Base de Contribuição	
Aposentadoria Por Invalidez Permanente				R\$ 131.911,91		0,82	
Pensão Por Morte de Servidor em Atividade				R\$ 432.992,70		2,68	
Total:				R\$ 564.904,61		3,49	
Custo Normal dos Benefícios - Regime de Repartição Simples							
Benefícios		Valor Pago em 2017	Valor Pago em 2018	Valor Pago em 2019	Valor Mínimo para 2020	Valor Previsto para 2020	% sobre Base de Contribuição
Total:		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00
Custo Normal Total							
			Custo Anual Previsto (R\$)			% sobre Base de Contribuição	
Benefícios em Regime de Capitalização			R\$ 3.851.432,39			23,81	
Benefícios em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura			R\$ 564.904,61			3,49	
Benefícios em Regime de Repartição Simples			R\$ 0,00			0,00	
Total			R\$ 4.416.337,00			27,30	

Observações:



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS

DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Custo Suplementar

Forma de Amortização e Apuração do Déficit Atuarial e Amortizar

Forma Amortização: Por Aliquota

Forma de Pagamento: Antecipados

Contas Recuperadas da Demonstração do Resultado Atuarial

Geração Atual (R\$)

ATIVOS GARANTIDORES DOS COMPROMISSOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

R\$ 31.037.080,14

PROVISÃO MATEMÁTICA DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

R\$ 15.416.181,19

PROVISÃO MATEMÁTICA DOS BENEFÍCIOS A CONCEDER :

R\$ 59.819.241,72

Valor Atual dos Parcelamentos de Débitos Previdenciários

R\$ 0,00

Valor Atual do Bens, Direitos e Demais Ativos a serem incorporados no Exercício Atual:

R\$ 12.296.938,08

Déficit Atuarial a Amortizar:

-R\$ 31.901.404,69



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS

DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Tipo de LDA: Constante definida no art 8º: Valor calculada na avaliação atuarial: Valor limite do déficit atuarial:

Observações:

Prazo de Amortização

Prazo Remanescente Calculado (anos): 28 Prazo Informado (anos): 35

Justificativa: O plano de Amortização com alíquotas crescentes foi repactuado conforme permite o artigo 81 da Portaria MF 464/2018, Portaria ME 14.816/2020, e nas novas condições estabelecidas, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência (Instrução Normativa SPREV nº 007/2018).

Base Cálculo Contribuição Suplementar

	Composição da Base de Cálculo	Valor Anual Inicial (R\$)
Servidores	Total das Remunerações de Contribuição dos Servidores Ativos	R\$ 1.244.976,32
Aposentados	Total das Parcelas dos Proventos de Aposentadoria que Superem o Limite Máximo do RGPS	R\$ 339,61
Pensionistas	Total das Parcelas das Pensões Por Morte que Superem o Limite Máximo do RGPS	R\$ 0,00
Outros	Total das Remunerações dos Segurados Ativos, Aposentados e Pensionistas do Exercício Anterior	R\$ 1.736.212,69



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS

DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Descrição dos critérios adotados para evolução da folha de pagamento:

A taxa real de crescimento da remuneração ao longo dos anos será de 1,08%.

Plano de Amortização

n	Ano	Taxa de Juros (%)	Aportes (R\$)	Aliquotas (%)	Base Cálculo (R\$)	Saldo Inicial (R\$)	(-) Pagamentos (R\$)	Saldo Final (R\$)	Composição do Pagamento	
									(-) Juros (R\$)	(-) Amortização (R\$)
1	2020	5,88		3,70	R\$ 16.184.692,16	R\$ 31.901.404,69	-R\$ 598.833,61	R\$ 33.143.162,26	-R\$ 1.840.591,18	R\$ 1.241.757,57
2	2021	5,88		4,30	R\$ 16.359.486,84	R\$ 33.143.162,26	-R\$ 703.457,93	R\$ 34.347.158,94	-R\$ 1.907.454,61	R\$ 1.203.996,68
3	2022	5,88		8,32	R\$ 16.536.169,29	R\$ 34.347.158,94	-R\$ 1.375.809,28	R\$ 34.910.065,02	-R\$ 1.938.715,36	R\$ 562.906,08
4	2023	5,88		12,46	R\$ 16.714.759,92	R\$ 34.910.065,02	-R\$ 2.082.659,09	R\$ 34.757.657,40	-R\$ 1.930.251,47	-R\$ 152.407,62
5	2024	5,88		12,51	R\$ 16.895.279,33	R\$ 34.757.657,40	-R\$ 2.113.599,44	R\$ 34.563.528,57	-R\$ 1.919.470,61	-R\$ 194.128,83
6	2025	5,88		12,55	R\$ 17.077.748,35	R\$ 34.563.528,57	-R\$ 2.143.257,42	R\$ 34.326.583,09	-R\$ 1.906.311,94	-R\$ 236.945,48
7	2026	5,88		12,60	R\$ 17.262.188,03	R\$ 34.326.583,09	-R\$ 2.175.035,69	R\$ 34.042.058,39	-R\$ 1.890.510,99	-R\$ 284.524,70
8	2027	5,88		12,65	R\$ 17.448.619,66	R\$ 34.042.058,39	-R\$ 2.207.250,39	R\$ 33.706.694,71	-R\$ 1.871.886,71	-R\$ 335.363,68
9	2028	5,88		12,70	R\$ 17.637.064,75	R\$ 33.706.694,71	-R\$ 2.239.907,22	R\$ 33.317.034,59	-R\$ 1.850.247,10	-R\$ 389.660,12
10	2029	5,88		12,74	R\$ 17.827.545,05	R\$ 33.317.034,59	-R\$ 2.271.229,24	R\$ 32.871.298,70	-R\$ 1.825.493,35	-R\$ 445.735,89
11	2030	5,88		12,79	R\$ 18.020.082,54	R\$ 32.871.298,70	-R\$ 2.304.768,56	R\$ 32.363.842,11	-R\$ 1.797.311,97	-R\$ 507.456,59
12	2031	5,88		12,84	R\$ 18.214.699,43	R\$ 32.363.842,11	-R\$ 2.338.767,41	R\$ 31.790.549,09	-R\$ 1.765.474,39	-R\$ 573.293,02
13	2032	5,88		12,89	R\$ 18.411.418,18	R\$ 31.790.549,09	-R\$ 2.373.231,80	R\$ 31.147.055,55	-R\$ 1.729.738,26	-R\$ 643.493,54
14	2033	5,88		12,93	R\$ 18.610.261,50	R\$ 31.147.055,55	-R\$ 2.406.306,81	R\$ 30.430.704,77	-R\$ 1.689.956,03	-R\$ 716.350,78



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS

DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

n	Ano	Taxa de Juros (%)	Aportes (R\$)	Aliquotas (%)	Base Cálculo (R\$)	Saldo Inicial (R\$)	(-) Pagamentos (R\$)	Saldo Final (R\$)	Composição do Pagamento	
									(-) Juros (R\$)	(-) Amortização (R\$)
15	2034	5,88		12,98	R\$ 18.811.252,32	R\$ 30.430.704,77	-R\$ 2.441.700,55	R\$ 29.634.757,67	-R\$ 1.645.753,45	-R\$ 795.947,10
16	2035	5,88		13,03	R\$ 19.014.413,85	R\$ 29.634.757,67	-R\$ 2.477.578,12	R\$ 28.754.021,71	-R\$ 1.596.842,16	-R\$ 880.735,96
17	2036	5,88		13,08	R\$ 19.219.769,52	R\$ 28.754.021,71	-R\$ 2.513.945,85	R\$ 27.782.992,32	-R\$ 1.542.916,46	-R\$ 971.029,39
18	2037	5,88		13,13	R\$ 19.427.343,03	R\$ 27.782.992,32	-R\$ 2.550.810,14	R\$ 26.715.834,49	-R\$ 1.483.652,31	-R\$ 1.067.157,83
19	2038	5,88		13,18	R\$ 19.637.158,33	R\$ 26.715.834,49	-R\$ 2.588.177,47	R\$ 25.546.363,25	-R\$ 1.418.706,23	-R\$ 1.169.471,24
20	2039	5,88		13,23	R\$ 19.849.239,64	R\$ 25.546.363,25	-R\$ 2.626.054,40	R\$ 24.268.023,01	-R\$ 1.347.714,16	-R\$ 1.278.340,24
21	2040	5,88		13,28	R\$ 20.063.611,43	R\$ 24.268.023,01	-R\$ 2.664.447,60	R\$ 22.873.865,64	-R\$ 1.270.290,23	-R\$ 1.394.157,37
22	2041	5,88		13,33	R\$ 20.280.298,43	R\$ 22.873.865,64	-R\$ 2.703.363,78	R\$ 21.356.527,37	-R\$ 1.186.025,51	-R\$ 1.517.338,27
23	2042	5,88		13,38	R\$ 20.499.325,66	R\$ 21.356.527,37	-R\$ 2.742.809,77	R\$ 19.708.204,19	-R\$ 1.094.486,59	-R\$ 1.648.323,18
24	2043	5,88		13,43	R\$ 20.720.718,37	R\$ 19.708.204,19	-R\$ 2.782.792,48	R\$ 17.920.625,92	-R\$ 995.214,21	-R\$ 1.787.578,27
25	2044	5,88		13,48	R\$ 20.944.502,13	R\$ 17.920.625,92	-R\$ 2.823.318,89	R\$ 15.985.028,68	-R\$ 887.721,65	-R\$ 1.935.597,24
26	2045	5,88		13,53	R\$ 21.170.702,76	R\$ 15.985.028,68	-R\$ 2.864.396,08	R\$ 13.892.125,80	-R\$ 771.493,20	-R\$ 2.092.902,88
27	2046	5,88		13,58	R\$ 21.399.346,35	R\$ 13.892.125,80	-R\$ 2.906.031,23	R\$ 11.632.076,93	-R\$ 645.982,36	-R\$ 2.260.048,87
28	2047	5,88		13,63	R\$ 21.630.459,29	R\$ 11.632.076,93	-R\$ 2.948.231,60	R\$ 9.194.455,44	-R\$ 510.610,11	-R\$ 2.437.621,49
29	2048	5,88		13,68	R\$ 21.864.068,25	R\$ 9.194.455,44	-R\$ 2.991.004,54	R\$ 6.568.213,81	-R\$ 364.762,91	-R\$ 2.626.241,63
30	2049	5,88		13,73	R\$ 22.100.200,18	R\$ 6.568.213,81	-R\$ 3.034.357,48	R\$ 3.741.647,08	-R\$ 207.790,75	-R\$ 2.826.566,73
31	2050	5,88		13,78	R\$ 22.338.882,35	R\$ 3.741.647,08	-R\$ 3.078.297,99	R\$ 702.354,02	-R\$ 39.004,93	-R\$ 3.039.293,06
32	2051	5,88		13,83	R\$ 22.580.142,27	R\$ 702.354,02	-R\$ 3.122.833,68	-R\$ 2.562.803,86	R\$ 142.324,20	-R\$ 3.265.157,88
33	2052	5,88		13,88	R\$ 22.824.007,81	-R\$ 2.562.803,86	-R\$ 3.167.972,28	-R\$ 6.067.745,78	R\$ 336.969,64	-R\$ 3.504.941,92
34	2053	5,88		13,94	R\$ 23.070.507,10	-R\$ 6.067.745,78	-R\$ 3.216.028,69	-R\$ 9.829.660,41	R\$ 545.885,94	-R\$ 3.761.914,63



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS

DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

n	Ano	Taxa de Juros (%)	Aportes (R\$)	Aliquotas (%)	Base Cálculo (R\$)	Saldo Inicial (R\$)	(-) Pagamentos (R\$)	Saldo Final (R\$)	Composição do Pagamento	
									(-) Juros (R\$)	(-) Amortização (R\$)
35	2054	5,88		13,99	R\$ 23.319.668,57	-R\$ 9.829.660,41	-R\$ 3.262.421,63	-R\$ 13.861.896,46	R\$ 769.814,42	-R\$ 4.032.236,05

Observação Sistema:

Observações:

O valor informado no campo "Valor Atual dos Bens, Direitos e Demais Ativos a serem incorporados no Exercício Atual" se refere a diferença entre o Déficit Atuarial Vigente e o Déficit Atuarial de Equilíbrio, para fins de amortização integral do Plano.

Custo com a Administração do Plano



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS

DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Limite da Norma Geral

Valor Total das Remunerações dos Segurados Ativos em 2019:	R\$ 21.236.072,12
Valor Total dos Proventos de Aposentadorias em 2019:	R\$ 1.224.129,58
Valor Total das Pensões por Morte em 2019:	R\$ 110.563,30
Total:	R\$ 22.570.765,00
Limite de Gastos com despesas Administrativas para 2020 (R\$):	R\$ 451.415,30

Limite Estabelecido pelo Ente em Lei

Alíquota

Taxa de Administração definida pelo Ente em Lei (%):	2,00
Base de Cálculo Anual da Taxa de Administração (R\$):	R\$ 16.184.692,16
Limite de Gastos com despesas administrativas para 2020 (R\$):	R\$ 323.693,84

Aporte

Valor do aporte anual para custeio das despesas administrativas	R\$ 0,00
estabelecido pelo Ente mediante Lei:	

Custo Previsto para 2020

Alíquota

Valor Previsto das despesas administrativas para 2020:	R\$ 323.693,84
Base de Cálculo Anual da Taxa de Administração para 2019(R\$):	R\$ 16.184.692,16
Taxa de Administração para 2020(%):	2,00



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS

DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Plano de Custeio a Constar em Lei

Contribuição Normal e Taxa de Administração

		Situação Atual		Situação Definida na Avaliação Atuarial	
	Valor Anual da Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Contribuição Esperada Atual	Alíquota Definida na Avaliação Atuarial (%)	Contribuição Esperada Definida
Ente Federativo	R\$ 16.184.692,16	16,30	R\$ 2.638.104,82	16,30	R\$ 2.638.104,82
Taxa de Administração	R\$ 16.184.692,16	2,00	R\$ 323.693,84	2,00	R\$ 323.693,84
Aporte Anual para Custeio das Despesas Administrativas			R\$ 0,00		
Ente Federativo - Total	R\$ 32.369.384,32	18,30	R\$ 2.961.798,66	18,30	R\$ 2.961.798,66
Segurados Ativos	R\$ 16.184.692,16	11,00	R\$ 1.780.316,14	11,00	R\$ 1.780.316,14
Aposentados	R\$ 339,61	11,00	R\$ 37,36	11,00	R\$ 37,36
Pensionistas	R\$ 0,00	11,00	R\$ 0,00	11,00	R\$ 0,00
Total					

Observação:

Novo Plano de Amortização a Constar em Lei

Plano de Equacionamento do Déficit Atuarial previsto em Lei será revisado:

Sim

Justificativa: O plano de Amortização com alíquotas crescentes foi repactuado conforme permite o artigo 81 da Portaria MF 464/2018, Portaria ME 14.816/2020, e nas novas condições estabelecidas, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência (Instrução Normativa SPREV nº 007/2018).

Comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias Projetadas e Executadas



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS

DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Descrição	Geração Atual		
	Projetado para 2019	Executado em 2019	Diferença
Base de Cálculo da Contribuição Normal	R\$ 12.593.450,74	R\$ 19.326.354,97	-R\$ 6.732.904,23
Benefícios Concedidos - Contribuições dos Aposentados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios Concedidos - Contribuições dos Pensionistas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios Concedidos - Compensação Previdenciária a Receber	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Contribuições do Ente	R\$ 2.304.601,49	R\$ 3.231.687,59	-R\$ 927.086,10
Benefícios a Conceder - Contribuições dos Segurados Ativos	R\$ 1.385.279,58	R\$ 1.662.772,70	-R\$ 277.493,12
Benefícios a Conceder - Contribuições dos Aposentados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Contribuições dos Pensionistas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Compensação Previdenciária a Receber	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Plano de Amortização do Déficit Atuarial estabelecido em lei	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Parcelamentos de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outras Receitas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL DAS RECEITAS COM CONTRIBUIÇÕES E COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	R\$ 3.689.881,07	R\$ 4.894.460,29	-R\$ 1.204.579,22
Benefícios Concedidos - Encargos - Aposentadorias Programadas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios Concedidos - Encargos - Aposentadorias Especiais de Professores	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios Concedidos - Encargos - Outras Aposentadorias Especiais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios Concedidos - Encargos - Aposentadorias por Invalidez	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios Concedidos - Encargos - Pensões Por Morte	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios Concedidos - Encargos - Compensação Previdenciária a Pagar	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS

DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Descrição	Geração Atual		
	Projetado para 2019	Executado em 2019	Diferença
Benefícios a Conceder - Encargos - Aposentadorias Programadas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Aposentadorias Especiais de Professores	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Outras Aposentadorias Especiais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Aposentadorias por Invalidez	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Pensões Por Morte de Servidores em Atividade	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Pensões Por Morte de Aposentados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Outros Benefícios e Auxílios	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder - Encargos - Compensação Previdenciária a Pagar	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outras Despesas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM BENEFÍCIOS DO PLANO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
INSUFICIÊNCIA OU EXCEDENTE FINANCEIRO	R\$ 3.689.881,07	R\$ 4.894.460,29	-R\$ 1.204.579,22
RENTABILIDADE ESPERADA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Rentabilidade dos Ativos que compõem os Recursos Garantidores	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Comparativo de Informações das Últimas Avaliações Atuariais

Descrição	2020	2019	2018
BASE NORMATIVA			
PLANO DE CUSTEIO VIGENTE			
Contribuição Normal - Ente Federativo	227830.67	177277.04	164323.11
BASE CADASTRAL			
ESTATÍSTICAS DA POPULAÇÃO COBERTA			



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS

DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Comparativo de Informações das Últimas Avaliações Atuariais

Descrição	2020	2019	2018
Quantidade de Segurados Ativos	433.00	350.00	346.00
Quantidade de Aposentados	36.00	32.00	29.00
Quantidade de Pensionistas	7.00	6.00	6.00
Média da Base de Cálculo dos Segurados Ativos	2875.23	2767.79	2629.69
Média do Valor do Benefício dos Aposentados	2728.72	2489.66	2342.96
Média do Valor do Benefícios dos Pensionistas	1271.21	1178.41	1156.93
Idade Média dos Segurados Ativos	40.13	41.24	40.66
Idade Média dos Aposentados	63.17	62.28	61.97
Idade Média dos Pensionistas	39.86	44.00	43.00
Idade Média Projetada Para Aposentadoria	57.16	59.57	58.54
BASE TÉCNICA			
REGIMES E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO			
Método de Financiamento Adotado	CAP - PUC	CAP - PUC	CAP - PUC
RESULTADOS			
VALORES DOS COMPROMISSOS			
Ativos Garantidores dos Compromissos do Plano de Benefícios	31037080.14	25381795.75	21115513.98
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Benefícios Concedidos	16039168.43	12431265.26	10802655.40
Valor Atual das Contribuições Futuras - Benefícios Concedidos	35702.49	63321.52	64964.64
Reserva Matemática dos Benefícios Concedidos	16003465.94	12367943.74	10737690.76
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Benefícios a Conceder	113997914.74	77045404.81	74972737.88



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS

DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Comparativo de Informações das Últimas Avaliações Atuariais

Descrição	2020	2019	2018
Valor Atual das Contribuições Futuras - Benefícios a Conceder	50891443.33	29992660.12	28555212.22
Reserva Matemática dos Benefícios a Conceder	63106471.41	47052744.69	46417525.66
Valor Atual da Compensação Financeira a Receber	3939182.49	2575630.46	2795847.30
Valor Atual da Compensação Financeira a Pagar	64668.05	42857.30	0.00
Resultado Atuarial	44198342.77	31506119.52	33243855.14
CUSTO NORMAL			
CUSTO ANUAL PREVISTO (% SOBRE BASE DE CONTRIBUIÇÃO)			
Benefícios em Regime de Capitalização (%)	23.80	18.91	20.08
Benefícios em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura (%)	3.50	3.40	3.20
Benefícios em Regime de Repartição Simples (%)	0.00	4.98	3.78
ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL DEFINIDAS			
Ente Federativo - Contribuição Normal	18.30	18.30	18.06
Taxa de Administração	2.00	2.00	2.00

Parecer Atuarial

Temas	Parecer
Perspectivas de alteração futura no perfil e na composição da massa de segurados	Conforme as últimas Avaliações Atuariais, o Instituto Previdenciário veem apresentando uma elevação no número de Servidores Ativos. Nesse caso, acreditamos que não teremos novos concursos nos próximos 3 anos.
Adequação da base de dados utilizada e respectivos impactos em relação aos resultados apurados	Consideramos o conteúdo da Base de Dados fornecida pelo Instituto Previdenciário excelente para a realização do Cálculo Atuarial, conforme exigência do art. 38 da Portaria MF 464/2018. Foi informado os dados completos e consistentes dos
Análise dos regimes financeiros e métodos atuariais adotados e perspectivas futuras de comportamento dos custos e dos compromissos do Plano de Benefícios	Os regimes financeiros adotados, seguem a risco o mínimo aplicável pela Portaria MF 464/2018, descritos na guia "Regimes e métodos de financiamento" do DRAA. Como os Institutos Previdenciários estão conseguindo aumentar a quantidade de
Adequação das hipóteses utilizadas às características da massa de segurados e de seus dependentes e análises de sensibilidade para os resultados	A Tábua Biométrica utilizada foi segregada por sexo, sendo a IBGE 2018 - Masculino e IBGE 2018 - Feminino. Como não possuímos tábuas de mortalidade separadas por região, não existe a possibilidade de um teste de aderência. No intuito de ser
Metodologia utilizada para a determinação do valor da compensação previdenciária a receber e impactos nos resultados	A compensação previdenciária a receber foi calculado sobre as informações do TEMPO ANTERIOR DE CONTRIBUIÇÃO, de 0% da massa de Servidores Ativos. Os demais Servidores que não foram informando o TEMPO ANTERIOR DE CONTRIBUIÇÃO, utilizamos



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS

DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Temas	Parecer
Composição e características dos ativos garantidores do plano de benefícios	Os Ativos garantidores foram registrados na Tabela - Resultados - Valores dos Compromissos deste DRAA. Ressaltamos que, referente ao Montante de R\$ 31.037.080,14, 100% são de ativos líquidos. Nesse caso, o Instituto Previdenciário não possui risco
Variação dos Compromissos do Plano (VABF e VACF)	Com relação as Reservas Matemáticas de Benefícios a Conceder, tivemos uma elevação de 76,0%. Essa elevação decorre da alteração do número de Servidores Ativos, da média salarial e da idade média dos Servidores Ativos. Com relação as Reservas
Resultado da avaliação atuarial e situação financeira e atuarial do RPPS	Os Resultados da Avaliação indicam um Desequilíbrio Atuarial (Déficit de Equilíbrio) no valor de R\$ (31.901.404,70). Entretanto, analisando a composição demográfica do Instituto Previdenciário e os Ativos Garantidores e as Provisões Matemáticas do plano,
Plano de custeio a ser implementado e medidas para manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial	A manutenção do plano será uma alíquota de Custo Mensal de 33,00%, equivalente a 29,30% de Custo Normal, já incluída a taxa de administração e 03,70% de Custo Suplementar Equacionado sobre a folha Salarial dos Servidores Ativos conforme descrito no
Parecer sobre a análise comparativa dos resultados das três últimas avaliações atuariais	Analisando as últimas Avaliações Atuarias, nota-se um aumento das alíquotas de manutenção do plano, devido aumento das Provisões Matemáticas e consequentemente do Déficit. Analisando os Ativos Garantidores do Plano e as Provisões Matemáticas
Identificação dos principais riscos do plano de benefícios	Os principais riscos que podem alterar o cenário do Equilíbrio Financeiro e Atuarial do plano para o ano seguinte são: A quantidade pequena de informação do TEMPO ANTERIOR DE CONTRIBUIÇÃO ANTERIOR, o que nos obriga a padronizar uma



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE

TAPURAH - MT

REAVALIAÇÃO

ATUARIAL

Nº. 1.458

Ano-Calendário

2.020

Ano-civil

2.019

Data-Focal

31/12/2019

Atuário responsável:

Igor França Garcia
MIBA/RJ 1.659

03 de junho de 2020

(2º VERSÃO)



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

ÍNDICE

1 – INTRODUÇÃO	6
2 – PRINCIPAIS CARACTERÍSTICA DO PLANO	8
2.1. Benefícios (previstos na Lei que cria o Regime Próprio deste Município)	8
2.2. Elegibilidades	9
2.2.1. Elegibilidades adotadas para as Regras Permanentes	9
2.2.2. Elegibilidades adotadas para as Regras de Transição (Art. 2º da EC 41/2003)	9
2.2.3. Elegibilidades adotadas para as Regras de Transição (Art. 6º da EC 41/2003)	10
2.2.4. Elegibilidades adotadas para as Regras de Transição (Art. 3º da EC 47/2005)	10
2.3. Base Normativa do Ente Municipal e Rol de Benefícios	11
2.4. Plano de Custeio Vigente	11
2.5. Valor dos Benefícios do Plano	12
2.6. Contribuições ao Plano (13 vezes ao ano)	13
3 – HIPÓTESES ATUARIAIS, BIOMÉTRICAS, DEMOGRÁFICAS, FINANCEIRAS, ECONÔMICAS e REGIMES FINANCEIROS	14
3.1. Processo Atuarial	14
3.2. Duração do Passivo	17
3.3. Hipóteses Atuariais	18
3.3.1. Hipóteses Econômicas	19
3.3.1.1. Taxa de Retorno de Investimentos (Taxa de Juros Atuarial)	20
3.3.1.2. Taxa de Crescimento de Remuneração	23
3.3.1.3. Taxa de Crescimento de Benefícios	25
3.3.2. Hipóteses Biométricas	27
3.3.3. Outras Hipóteses	29
3.4. Regimes Financeiros	30
3.4.1. Capitalização pelo Método - Crédito Unitário Projetado.....	30
3.4.2. Repartição de Capital de Cobertura	30
3.5. Método Atuarial de Custo	30



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

4 – DISTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO	33
4.1. Distribuição Estatística dos Segurados	33
4.1.1. Servidores Ativos	34
4.1.2. Servidores Inativos e Pensionistas	36
4.2. Distribuição Demográfica dos Segurados	39
4.2.1. Distribuição Demográfica dos Servidores Ativos	41
4.2.2. Distribuição Demográfica dos Servidores Inativos e Pensionistas	42
4.3. Distribuição por Sexo	43
4.4. Distribuição por Estado Civil	44
4.5. Distribuição por Sexo e Atividade	45
4.6. Distribuição por Faixa Etária	46
4.7. Distribuição por Faixa de Remuneração	48
4.8. Distribuição dos Servidores Ativos por tipo de Aposentadoria (Futura)	50
4.9. Distribuição das Coberturas de Pensão Por Morte (Futura)	52
4.10. Distribuição da Responsabilidade Atuarial por tempo de Aposentadoria	
a Conceder	54
4.11. Distribuição por tipo de Benefício Concedido	56
4.12. Distribuição por Faixa de Valor de Benefício Concedido	57
4.13. Distribuição da Expectativa de Temporariedade das Aposentadorias	58
4.14. Distribuição da Expectativa de Temporariedade das Pensões Por Morte	59
4.15. Distribuição da Iminência de Aposentadorias a Conceder	60
 5 – PROVISÕES MATEMÁTICAS, EQUILÍBRIO FINANCEIRO e	
ATUARIAL e PLANO DE CUSTEIO	62
5.1. Reservas Matemáticas e Compensação Previdenciária	62
5.2. Alíquotas de Equilíbrio Financeiro e Atuarial	63
5.2.1. Déficit Atuarial e Aplicação de LDA	64
5.2.1.1. Equacionamento mínimo através de Custo Suplementar ou Aportes	65
5.2.2. Cenários para Equacionamento do Déficit Atuarial.....	66
5.2.2.1. CENÁRIO 1 - Sem aplicação de LDA e prazo 35 anos	67
5.2.2.2. CENÁRIO 2 - Aplicação de LDA e prazo pela Duração do Passivo.....	68
5.2.2.3. CENÁRIO 3 - Aplicação de LDA e prazo pela SVM e RAP.....	69
5.2.3. Plano de Amortização - Cenário Indicado	73
5.3. Custo Administrativo e Taxa de Administração	74



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

5.4. Plano de Custeio	74
5.4.1. Custo Normal e Taxa de Administração	74
5.4.2. Custo Normal e Legislação	75
5.4.3. Alíquota mínima de 14% ou Tabela Progressiva	77
5.4.4. Custo Normal, Taxa de Administração e Custo Suplementar	78
5.5. Resultado do Equilíbrio Financeiro (exercício)	79
5.6. Provisões Matemáticas Previdenciárias	81
5.7. Balanço Atuarial	83
5.8. Evolução das Provisões Matemáticas Previdenciárias	84
 6 – COMPARATIVO ATUARIAL DOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS	 88
6.1. Comportamento Demográfico	88
6.2. Comportamento Sócio - Econômico	89
6.3. Comportamento Estatístico	90
6.4. Comportamento entre as Receitas e Despesas do RPPS	91
6.5. Comportamento das Alíquotas Puras de Equilíbrio Financeiro e Atuarial	92
6.6. Meta Atuarial	92
 7 – ANÁLISE DE SENSIBILIDADE	 93
7.1. Tábuas Biométricas (Mortalidade).....	93
7.1.1. Tábuas Biométricas Segregadas por Sexo	93
7.1.2. Alteração da Expectativa de Vida	94
7.2. Taxa Real de Crescimento das Remunerações	95
7.3. Taxa Real de Crescimento dos Benefícios	96
7.4. Taxa de Juros Real (Meta Atuarial)	97
7.5. Compensação Previdenciária dos Benefícios Concedidos	98
7.6. Taxa de Rotatividade	98
 8 – PARECER ATUARIAL	 100
8.1. Características do Plano	100
8.2. Base Atuarial	100
8.3. Resultados Obtidos	101
8.4. Compensação Previdenciária	101
8.5. Contribuição dos Inativos e Pensionistas	102



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

8.6. Duração do Passivo	102
8.7. Ativos Garantidores	103
8.8. Meta Atuarial	104
8.9. Base de dados e demais informações	106
8.10. Estatísticas dos Segurados	109
8.11. Déficit Atuarial	111
8.12. Plano de Amortização - Cenário Indicado	113
8.13. Plano de Custeio	115
8.13.1. Custo Normal e Custo Administrativo	115
8.13.2. Custo Normal e Legislação	116
8.13.3. Déficit Atuarial e Plano de Amortização	117
8.13.4. Distribuição do Plano de Custeio entre o Ente e Segurados	117
9 – PROJEÇÃO ATUARIAL	119
9.1. Projeção Atuarial - Geração Atual (massa fechada)	120
9.1.1. Pirâmide Etária	123
9.1.2. Projeção Atuarial - Alíquotas de Equilíbrio (Geração Atual).....	126
9.1.3. Projeção Atuarial - Alíquotas Vigentes (Geração Atual).....	130
9.2. Projeção Atuarial Geração Atual + Futura (reposição da massa)	134
9.1.2. Projeção Atuarial - Alíquotas de Equilíbrio (Geração Atual + Futura).....	135
9.1.2. Projeção Atuarial - Alíquotas Vigentes (Geração Atual + Futura).....	139
10 – DURATION para ALM (Asset Liability Management)	143
11 – LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias)	155
11.1. RREO - Projeção Atuarial - Geração Atual - (Plano de Custeio de Equilíbrio)	157
11.2. RREO - Projeção Atuarial - Geração Atual e Futura - (Plano de Custeio de Equilíbrio) ..	159
11.3. RREO - Projeção Atuarial - Geração Atual - (Plano de Custeio Vigente)	161
11.4. RREO - Projeção Atuarial - Geração Atual e Futura - (Plano de Custeio Vigente)	163



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

1 – INTRODUÇÃO

Quando um Plano de Benefícios previdenciário é implantado existe uma série de controles que precisam ser feitos com o objetivo de dar consistência e equilíbrio à sua continuidade.

Um dos controles necessários, obrigatório por lei, é o acompanhamento de ordem técnico atuarial, cujo objetivo fundamental é averiguar se o cenário em que o Plano foi elaborado se mantém coerente com o que efetivamente ocorreu no período considerado. Através da experiência verificada, ano a ano, e das conseqüentes constatações tomar-se-ão as devidas providências para acertar quaisquer desvios de percurso ocorrido neste Plano. A tal controle técnico atuarial dá-se o nome de **Reavaliação Atuarial**.

O Regime Próprio de Previdência instituído em TAPURAH - MT, como em todo e qualquer Plano de natureza previdenciária, necessita que seus dirigentes e responsáveis acompanhem constantemente sua evolução, através da Reavaliação Atuarial, para que atenda os fins pretendidos e fique sob seu controle.

Outrossim, a realização do controle técnico atuarial após a edição da Lei nº 9.717/98 (“in” art. 1º, inciso I e IV), como já dito, tornou-se obrigatório, de modo que o Regime Próprio de Previdência Social possa garantir diretamente a totalidade dos riscos cobertos pelo Plano de Benefícios, preservando-lhe o equilíbrio atuarial, **sem a necessidade de resseguro** por parte do Tesouro Municipal.



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

Nesse caso, o Cálculo Atuarial realizado sobre o plano previdenciário, **não transfere os riscos e pagamento de benefícios** para outros planos previdenciários ou para uma Seguradora. Todos os benefícios deverão ser custeados **exclusivamente pelo próprio RPPS**.

O objetivo deste relatório é documentar toda a análise que foi feita através do levantamento cadastral dos servidores públicos municipais de TAPURAH - MT.

Nas próximas páginas apresentaremos as principais características do Plano e a Base Atuarial utilizada na determinação de seus Custos. Para tanto são apresentadas observações sobre a distribuição da “Massa de Servidores”, os resultados obtidos com a Reavaliação Atuarial, com destaque para alguns itens relativos aos dados fornecidos como Estatísticas, Características do Plano, Base Atuarial, etc. e o Parecer Atuarial Conclusivo.



2 – PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO PLANO

O estudo realizado tem por suporte legal para composição de suas características nas Emendas Constitucionais nº 20/1998, 41/2003 e 47/2005, na Lei nº 9.717/98, na Lei Complementar nº 152 de 03 de dezembro de 2015 (que alterou a idade compulsória) e a Portaria MF nº 464/2018.

2.1. Elenco de Benefícios (aqueles previstos na Lei que cria o Regime Próprio deste Município)

2.1.1 - Aposentadoria por Idade, Especial e Tempo de Contribuição (AID, AESP * e ATC **).

2.1.2 - Aposentadoria Compulsória (AC).

2.1.3 - Aposentadoria por Invalidez Permanente (AInv).

2.1.4 - Pensão por Morte (PM).

2.1.5 - Abono Anual (13º Benefício) * .**

* - Trataremos a título de nomenclatura como Aposentadoria Especial àquela concedida à “massa de servidores” do magistério. Sabe-se que a prestação concedida aos servidores desta categoria não é especial posto que constitucionalmente encontra-se elencada dentre a voluntária Aposentadoria por Tempo de Contribuição. Todavia, dadas as peculiaridades da “massa” para diferenciá-la, assim a caracterizaremos. Anote-se que a verdadeira Aposentadoria Especial está descrita no art. 40, § 4º da Constituição da República.

** - Nomenclatura utilizada após a edição da Emenda Constitucional n. 20/98, até então se denominava Aposentadoria por Tempo de Serviço.

*** - O Abono Anual corresponde a uma décima-terceira parcela de proventos, paga proporcionalmente aos meses que o servidor inativo recebeu-os e terá por base o valor da prestação previdenciária referente ao mês de dezembro de cada ano.


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

2.2. Elegibilidades

2.2.1. Elegibilidades adotadas para as Regras Permanentes

<i>Elegibilidade H/M</i>	Benefícios					
	Ap. Idade	Ap. Tempo Contrib.	Ap. Especial	Ap. Compuls	Ap. Invalid.	Pensão Morte
Idade (anos)	65/60	60/55	55/50	75	-	-
Tempo de Contribuição	-	35/30	30/25	-	-	-
Tempo de S. Público	10	10	10	-	-	-
Tempo no Cargo	5	5	5	-	-	-

2.2.2. Elegibilidades adotadas para as Regras de Transição (Art. 2º da EC 41/2003)

<i>Elegibilidade H/M</i>	Benefícios					
	Ap. Idade	Ap. Tempo Contrib.	Ap. Especial	Ap. Compuls	Ap. Invalid.	Pensão Morte
Idade (anos)	-	53/48	53/48	-	-	-
Tempo de Contribuição	-	35/30	30/25*	-	-	-
Tempo de S. Público	-	-	-	-	-	-
Tempo no Cargo	-	5	5	-	-	-


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

2.2.3. Elegibilidades adotadas para as Regras de Transição (Art. 6º da EC 41/2003)

<i>Elegibilidade H/M</i>	Benefícios					
	Ap. Idade	Ap. Tempo Contrib.	Ap. Especial	Ap. Compuls	Ap. Invalid.	Pensão Morte
Idade (anos)	-	60/55	55/50	-	-	-
Tempo de Contribuição	-	35/30	30/25	-	-	-
Tempo de S. Público	-	20	20	-	-	-
Tempo de Carreira	-	10	10	-	-	-
Tempo no Cargo	-	5	5	-	-	-

2.2.4. Elegibilidades adotadas para as Regras de Transição (Art. 3º da EC 47/2005)

<i>Elegibilidade H/M</i>	Benefícios					
	Ap. Idade	Ap. Tempo Contrib.	Ap. Especial	Ap. Compuls	Ap. Invalid.	Pensão Morte
Idade (anos)	-	60/55	-	-	-	-
Tempo de Contribuição	-	35/30	-	-	-	-
Tempo de S. Público	-	25	-	-	-	-
Tempo de Carreira	-	15	-	-	-	-
Tempo no Cargo	-	5	-	-	-	-



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

2.3. Base Normativa do Ente Municipal e Rol de Benefícios

Este Relatório de Avaliação Atuarial foi elaborado, considerando como rol de Benefícios custeados pelo RPPS, somente os Benefícios de Aposentadoria e Pensão por Morte, conforme descritos na Lei Municipal 41, de 12/09/2012, que trata da criação/reestruturação do TAPURAH-PREVI.

A referida Lei Municipal, menciona os Benefícios de caráter assistencialista, como Auxílio Doença, Auxílio Reclusão, Salário Família e Salário Maternidade, como se ainda fossem de responsabilidade do RPPS. Recomendamos a reestruturação da Lei do TAPURAH-PREVI, retirando os Benefícios de Assistencialismo, a fim de atender o artigo 9º, § 2º da Emenda Constitucional nº 103/2019, que limita o rol de benefícios dos RPPS somente às aposentadorias e à pensão por morte.

2.4. Plano de Custeio vigente

O Plano de Custeio vigente do Ente Federativo, na data focal deste Relatório de Reavaliação Atuarial, em 31/12/2019 foi aprovado através da Lei Municipal nº 125, de 30/08/2018, e estabelece o Custo Normal de 21,36%.

Já o Custo Suplementar do Ente Federativo foi aprovado através da Lei Municipal nº 55, de 09/10/2013.

O Custo Normal dos Servidores Ativos e também dos Aposentados e Pensionistas, cujos proventos ultrapassem o Teto de Benefícios do RGPS, foi definido em 11,00%, através da Lei Municipal nº 125, de 30/08/2018.



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

2.5. Valor dos Benefícios do Plano

2.5.1 - O valor do benefício é igual à remuneração* recebida pelo servidor ativo no mês imediatamente anterior ao da concessão da aposentadoria, com as devidas atualizações devidas até a data da publicação do Decreto ou Portaria de vacância, descontado o percentual determinado na EC 41/2003 no que tange ao teto máximo de benefícios.

2.5.2 - O cálculo do valor dos proventos será proporcional ao tempo de contribuição para todos os benefícios, com exceção da Aposentadoria por Invalidez - decorrente de acidente no exercício da atividade e aquela cuja incapacidade adveio de doença grave, contagiosa ou incurável - e da Pensão por Morte.

2.5.3 - O valor do benefício de Pensão por Morte concedida aos dependentes do servidor inativo, é igual ao valor da última prestação recebida em vida por aquele, descontado o percentual determinado na EC 41/2003 no que tange ao teto máximo de benefícios.

2.5.4 - Os proventos de aposentadoria e pensões devem ser revistos obrigatoriamente sempre que houver reajuste dos Benefícios pagos pelo RGPS e sempre que for reajustado a remuneração dos servidores em atividade, no caso dos Benefícios que possuem paridade.

*A remuneração representa a soma do vencimento base do servidor com os adicionais de caráter individual e as demais vantagens incorporáveis na forma da Lei. Anote-se que após a Emenda Constitucional n. 19/98 apenas cabe a agregação de vantagens de caráter não transitório.



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

2.6. Contribuições ao Plano (13 vezes ao ano)

Todos os servidores elencados na lei de instituição do Regime Próprio de Previdência Social serão compulsoriamente filiados e consequentemente inscritos neste. Tais servidores contribuirão ao Plano com um percentual da remuneração mensal, incluída a Gratificação Natalina (décimo-terceiro)*. A base sobre qual incide este percentual chamar-se-á de remuneração-de-contribuição.

O Município, incluídas suas autarquias e fundações, quando existirem, também contribuirá com um percentual sobre a folha de remuneração envolvida, conforme previsto em lei, e assumirá integralmente a diferença entre o total do Custo do Plano apurado pelo Atuário e a parte do servidor.

*Denomina-se Gratificação Natalina a décima-terceira parcela de remuneração recebida pelos servidores ativos e Abono Anual a décima-terceira parcela de proventos recebida pelos servidores inativos.



3 – PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

A Base Atuarial é o conjunto de ferramentas utilizadas para determinarmos o Custo de um Plano de Benefícios. Podemos dizer que a Base Atuarial divide-se em dois componentes:

Hipóteses Atuariais; e

Método Atuarial de Custo

Para entendermos o funcionamento destes componentes, vejamos o que significa:

3.1. Processo Atuarial

Durante a “vida” de um Plano de Benefícios o valor total a ser pago pelo Fundo, a título de aposentadorias e pensões, a todos os servidores (e seus dependentes) do Município, incluídas suas Autarquias e Fundações quando existirem, deverá ser coberto pelas contribuições feitas ao Plano, acrescido do retorno de investimentos. O valor total dos benefícios depende diretamente de três fatores:

3.1.1 - Nível de Benefício do Plano

É o valor que se pagará ao servidor quando concedida sua aposentadoria, sendo determinado pela Lei que rege o Regime Próprio de Previdência Social.

Como tais valores estão ligados a remuneração do servidor, na data da aposentadoria, é necessário que se façam projeções sobre o comportamento da evolução remuneratória e sobre o nível de inflação no futuro.



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

3.1.2 - Quantidade de Pessoas Elegíveis ao Benefício

Corresponde a quem o provento será pago. Depende da indicação das elegibilidades, ou seja, de quando o servidor ou seus dependentes passam a ter direito a requerer o benefício.

Para conhecermos este número, é necessário, além das elegibilidades, que se façam projeções sobre os seguintes eventos:

- a) a mortalidade dos servidores em atividade,
- b) a possibilidade de um Servidor, estando em plena atividade, tornar-se inválido,
- c) a mortalidade dos inválidos.

3.1.3 - Duração dos Pagamentos dos Benefícios

Geralmente os benefícios são pagos enquanto o servidor está vivo e, por isto, precisamos fazer projeções sobre sua expectativa de vida, levando-se em conta o tipo de benefício pago e a idade a partir da qual tal benefício é concedido.

Portanto, podemos ver que o processo atuarial requer que o Atuário faça hipóteses sobre:

- Comportamento das remunerações no futuro;
- Nível de inflação nos anos futuros;
- Taxas de mortalidade;
- Taxas de invalidez;
- Taxas de rotatividade;
- Taxas de retorno de investimentos (a longo prazo).



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

Com base na fixação destas variáveis, o Atuário poderá definir as contribuições futuras necessárias para fazer frente aos compromissos. Para tanto, é selecionado um Método Atuarial de Custo que é simplesmente uma técnica orçamentária, que estabelece a forma pela qual o Custo do Plano (que é o valor de todos os pagamentos de benefícios) deverá ser amortizado.

O método atuarial selecionado estabelece o **Custo Mensal ou Custo Normal** do Plano, ou seja, apura o valor necessário de contribuição, que se for paga desde a data do ingresso do Servidor no Município até a data de sua aposentadoria, será suficiente para garantir o pagamento do benefício assegurado pelo Plano.

Ao acúmulo teórico de todos os **Custos Mensais** passados, ou seja, anteriores à data da Reavaliação Atuarial, chamamos de **Responsabilidade Atuarial**. Este valor seria sempre igual ao valor apresentado pelo Fundo do Regime Próprio de Previdência Social, caso não ocorresse, durante a “vida” do Plano, um dos seguintes fatos:

- As contribuições relativas ao tempo de serviço anterior à data de implantação do Plano podem não ter sido devidamente recolhidas;
- O Plano pode ter sofrido alterações;
- A realidade do Plano, verificada no período considerado, no que diz respeito à taxa de crescimento remuneratório, taxa de retorno de investimentos, mortalidade, etc., podem ser diferente das hipóteses elaboradas inicialmente para a Reavaliação Atuarial do Plano.



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

No caso de haver excesso de Responsabilidade Atuarial sobre o valor do Fundo Regime Próprio de Previdência Social, teremos uma Reserva a Amortizar, podendo ser amortizada em um prazo de até 35 (trinta e cinco) anos. Às contribuições, que amortizarão esta reserva, dá-se o nome de **Custo Suplementar ou Especial** que, somadas às contribuições normais, fornecerão o valor do **Custo Total** para o ano.

Agora que sabemos qual o significado do Processo Atuarial, vejamos quais são as hipóteses atuariais necessárias à Reavaliação do Plano e quais os seus significados.

3.2. Duração do Passivo

Conforme o artigo 11 da Portaria MF 464/2018, deverá ser divulgado a Duração do Passivo do Plano de Benefícios, que corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do RPPS, líquidos das contribuições dos aposentados e pensionistas, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.

Os critérios e metodologias para o cálculo da Duração do Passivo foram definidas pela Instrução Normativa SPREV nº 002/2018.

Assim, conforme o artigo 2º da I.N. SPREV 002/2018, a Duração do Passivo do Fluxo Atuarial do é de 23 anos.



3.3. Hipóteses Atuariais

As hipóteses atuariais são estimativas de um conjunto de eventos que afetam diretamente o Custo do Plano para o ano e estão divididas em três conjuntos.

Hipóteses Econômicas

- Retorno de investimentos;
- Crescimento remuneratório;
- Reajustes de benefícios e de remunerações.

Hipóteses Biométricas

- Mortalidade de Ativos (Segregado por sexo);
- Mortalidade de Inativos (Segregado por sexo);
- Entrada em Invalidez;
- Mortalidade de Invalidez.

Outras Hipóteses

- Composição Familiar;
- Tempo de contribuição na data de aposentadoria; etc;
- Taxa de Rotatividade.



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

3.3.1. Hipóteses Econômicas

São as mais importantes. Geralmente, variações nestas hipóteses implicam em variações no Custo do Plano para o ano seguinte em escala maior que qualquer outro conjunto de hipóteses.

Para termos nossas hipóteses formuladas, precisamos pensar nas seguintes variáveis:

- Inflação a longo prazo;
- Taxa pura de juros;
- Elemento de risco nas aplicações;
- Aumento remuneratório por produtividade;
- Aumento remuneratório por mérito, promoção ou tempo de serviço.

Estes componentes impactam da seguinte forma em cada uma de nossas hipóteses:

Hipótese	Componente de Impacto
Retorno de investimentos	Inflação + taxa pura de juros
Crescimento remuneratório	Inflação + aumento por mérito/promoção/ TS + aumento por produtividade
Reajuste de benefícios	Inflação + defasagem entre inflação e correção de benefícios

A seguir apresentamos o significado de cada um destes componentes.



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

3.3.1.1 Taxa de Retorno de Investimentos (Taxa de Juros Atuarial)

- **Inflação (+)**

Representa a perda do poder aquisitivo da moeda. A longo prazo, é presumível que um investidor tenha um retorno acima do nível de inflação.

Sugerimos a utilização do Índice de Preços ao Consumidor por Amplo – IPCA, para compor a Meta Atuarial devido este ser o índice oficial do governo.

- **Taxa Pura de Juros (+)**

É a taxa de retorno teoricamente disponível a investimentos de curto prazo na ausência de inflação e risco. Estudos realizados em países com economia estabilizada mostram que esta taxa é pequena, variando entre 0% e 1%.

Conforme o artigo 26 da Portaria MF 464/2018, a taxa de juros real anual, a ser utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de benefícios e contribuições do RPPS deverá ter, como limite máximo, o menor percentual dentre do valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos dos ativos garantidores do RPPS, conforme meta prevista na política anual de investimentos aprovada pelo conselho deliberativo do regime e da taxa de juros parâmetro cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média seja o mais próximo à duração do passivo do RPPS.

Os critérios e metodologias para o cálculo da Duração do Passivo e a definição da Taxa de Juros Parâmetro estão contidas na Instrução Normativa SPREV nº 002/2018.



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

Conforme o artigo 3º da I.N. SPREV nº 002/2018, A taxa de juros parâmetro corresponde àquela, cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média, seja o mais próximo à duração do passivo do RPPS.

A Taxa de Juros Parâmetro, será definida através de ato normativo da Secretaria de Previdência (Portaria SPREV nº 17/2019) que divulgará, anualmente, até 31 de maio de cada exercício, a tabela com a apuração da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média.

Assim, a Taxa de Juros Parâmetro do , baseado na Duração do Passivo (calculado sobre o Fluxo Atuarial do exercício anterior) é de 5,88%, acrescido de um índice inflacionário (IPCA – Índice de Preço ao Consumidor Amplo.

RENTABILIDADE NO ANO DE 2019

Durante o ano de 2019, a carteira de Investimento do RPPS, apresentou uma variabilidade muito grande ao longo do ano, com o objetivo de cumprir a Meta Atuarial. Essa variabilidade é devido à carteira de Investimento possuir uma enorme distribuição em fundos de investimento, cujo parâmetro de rentabilidade são subíndices Anbima.

Devido o controle da inflação e da boa performance da carteira, o RPPS conseguiu cumprir a Meta Atuarial sem maiores problemas.


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

RENTABILIDADE E META ATUARIAL NO ANO DE 2019

Meta Atuarial (Bruta = juros + inflação) em 2019 - Política de Investimentos	10,55%
Rentabilidade nominal (Bruta = juros + inflação) em 2019	11,72%
Inflação anual - 2019	4,31%
Indexador:	IPCA
Justificativa Técnica: A Meta Atuarial estabelecida nesse Cálculo Atuarial segue a taxa de Juros atuarial, estabelecida na Política Anual de Investimentos de 2020, aprovada antes da realização desta Reavaliação Atuarial e condizente com a Portaria ME 17/2019.	

Recomendamos uma atenção especial por parte dos gestores do RPPS, no tocante as aplicações financeiras. O não cumprimento da Meta Atuarial, acarreta em um aumento de alíquota, no intuito de estabelecer o Equilíbrio Financeiro e Atuarial do plano. Assim que é realizado o Cálculo Atuarial, necessariamente as alíquotas de contribuição devem ser praticadas na íntegra e a rentabilidade da carteira deve acompanhar o estabelecido pelo atuário, como Meta Atuarial.

RENTABILIDADE E META ATUARIAL DOS ULTIMOS 3 ANOS (36 meses)

	Rentabilidade da carteira	Meta Atuarial (5,88% a.a. + IPCA)	Rentabilidade sobre a Meta Atuarial
2017	11,83%	9,11%	129,86%
2018	9,14%	9,95%	91,86%
2019	11,72%	10,55%	111,09%
ACUMULADO	36,36%	32,62%	111,44%



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

Analisando os últimos três anos, a carteira de investimentos apresentou as rentabilidades 11,83%, 9,14% e 11,72% respectivamente.

Nos últimos três anos, isso representa uma rentabilidade acumulada de 36,36%

No mesmo período, a inflação medida pelo IPCA, índice adotado pela Política Anual de Investimentos, apresentou uma alta acumulada de 11,41%.

Dessa forma, a carteira de investimentos cumpriu nos últimos três anos, 111,44% da Meta Atuarial acumulada, representando um ganho real nos últimos três anos de 3,73%.

3.3.1.2 Taxa de Crescimento de remuneração

- **Inflação (+)**

Representa a perda do poder aquisitivo da moeda.

- **Aumento de Produtividade**

O aumento concedido às remunerações, em caráter geral, caso não houvesse inflação.

A longo prazo esta taxa deverá ficar no mínimo em 1%.

- **Aumento por Mérito/Promoção/Tempo de Serviço**

É função do tipo de empregado e da política remuneratória do Município.


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br
REAJUSTE DAS REMUNERAÇÕES E INFLAÇÃO DOS ÚLTIMOS 3 ANOS

ANO	Reajuste da Remuneração	Inflação do período (IPCA)	GANHO REAL (Índice)
2017	3,99%	2,95%	1,01%
2018	1,96%	3,75%	-1,73%
2019	5,78%	4,31%	1,41%
ACUMULADO	12,16%	11,41%	0,67%
Cálculo da taxa de Crescimento das Remunerações	Foi concedido uma Taxa de reajuste diferenciada entre os Servidores Efetivos da Administração e os Professores. Os reajustes acima são médias ponderadas entre os reajustes para cada classe.		

Conforme o artigo 25, I e III, da Portaria MF 464/2018, a taxa real de crescimento das remunerações, deverá ser uniforme ao longo dos anos na Reavaliação Atuarial, será, no mínimo, de 1,00% a cada ano da projeção atuarial.

Art. 25 – Com relação à hipótese de taxa real de crescimento da remuneração ao longo da carreira:

I – será de, no mínimo, 1% (um por cento) a cada ano da projeção atuarial;

Taxa média anual real de crescimento da remuneração nos últimos três anos	0,22%
Justificativa Técnica: Mesmo os Servidores Ativos tendo crescimento real médio das remunerações, abaixo de 1% nos últimos 3 anos, foi definida no Cálculo Atuarial, a Taxa de crescimento real mínima de 1,08% a.a., conforme determina a Portaria MF 464/2018.	


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

3.3.1.3 Taxa de Crescimento de Benefícios

- **Inflação (+)**

Representa a perda do poder aquisitivo da moeda.

- **Defasagem entre Inflação e Correção de Benefícios**

Reflete o grau com que os benefícios são corrigidos, abaixo do nível inflacionário. Embora, em outros países, seja rara a prática de taxas para compensar defasagens, que podem variar entre -5% e 0%, no Brasil esta prática existe.

Por este motivo, consideramos em nossas avaliações que esta defasagem seja nula, ou seja, que os benefícios concedidos serão corrigidos de forma a manter seu poder de compra.

REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS E INFLAÇÃO DOS ÚLTIMOS 3 ANOS

ANO	Reajuste dos Benefícios	Inflação do período (IPCA)	GANHO REAL (Índice)
2017	5,75%	2,95%	2,72%
2018	3,66%	3,75%	-0,09%
2019	4,48%	4,31%	0,16%
ACUMULADO	14,54%	11,41%	2,80%
Cálculo da taxa de Crescimento dos Benefícios	A maioria dos Benefícios tiveram reajuste conforme a tabela de reajuste definida pelo RGPS e a minoria dos Benefícios tiveram reajuste conforme o reajuste dos servidores que estão na “ativa” (pela paridade). Nesse caso, utilizamos uma média ponderada entre os dois grupos.		


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

Taxa média anual real de cresc. dos benefícios verificada na análise dos benefícios	0,93%
Justificativa Técnica: Mesmo os Beneficiários tendo crescimento real médio, abaixo de 1% ao ano, nos últimos três anos, foi definida no Cálculo Atuarial, a Taxa de crescimento real mínima, permitida pela Portaria MF 464/2018, aos Servidores Ativos de 1,00% a.a..	

Com base nestas explicações, apresentamos abaixo o quadro com as variáveis econômicas utilizadas em nossas avaliações atuariais. Convém lembrar que:

- As hipóteses são para longo prazo, não devendo ser comparadas com resultados de um ano para o outro.
- A inflação é uma hipótese comum a todas as demais e, por este motivo, podemos extraí-la deste modelo e trabalhar com taxas reais (aquela acima da inflação).

Variável de Impacto	Faixa de Variação	Nossa Hipótese
Taxa Pura de Juros	0,0% a 1,0%	5,88%
Aumento por Produtividade	0,0% a 1,0%	1,08%
Aumento por Mérito/Promoção/TS	0,0% a 1,0%	1,08%
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo (<i>Salário e Benefícios</i>)	0,0% a 5,0%	100,00%

Portanto, nossas Hipóteses Econômicas Utilizadas são:

Hipótese	Variável de Impacto	Nossa Hipótese
Retorno de Investimentos	Inflação + taxa pura de juros	Inflação + 5,88%
Crescimento Remuneratório (em média)	Inflação + aumento por mérito/TS/ promoção + aumento por produtividade	Inflação + 1,08%
Reajuste de Benefícios	Inflação + defasagem entre inflação e correção de benefícios	Inflação + 1,00%



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

Além destas hipóteses, fizemos as seguintes:

- **Nível de inflação á longo prazo**

Utilizamos esta hipótese para estimar o valor real da remuneração na aposentadoria.

Nossa hipótese é de 0,00% a.a..

- **Frequência de Reajustes Remuneratórios ao ano**

Convém observar que as hipóteses econômicas, principalmente a que diz respeito ao crescimento remuneratório, devem ser acompanhadas com o objetivo de podermos ajustá-las à realidade, caso esta se mostre diferente, de forma significativa, das hipóteses formuladas inicialmente. A frequência de reajuste remuneratório utilizado para o ano corrente é de uma vez.

3.3.2. Hipóteses Biométricas

São as hipóteses relacionadas aos eventos de morte, invalidez e mortalidade de inválidos, que proporcionam impacto sobre a determinação do Custo do Plano, embora em um grau bem menor do que aquele causado pelas hipóteses econômicas.

Conforme o artigo 21, I, a, da Portaria MF 464/2018, as Tábuas Biométricas utilizadas nas Avaliações Atuariais, para a projeção da longevidade e da entrada em invalidez deverão estar adequadas à respectiva massa, dado pela tábua anual de mortalidade do IBGE, **segregada obrigatoriamente por sexo.**



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

Art. 21 – As tábuas biométricas utilizadas nas avaliações atuariais para a projeção da longevidade e da entrada em invalidez da massa de beneficiários do RPPS deverão estar adequadas à respectiva massa, observados os seguintes critérios técnicos:

I – para a taxa de sobrevivência de válidos e inválidos, o limite mínimo será:

a) dado pela tábua anual de mortalidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, segregada obrigatoriamente por sexo, divulgada no endereço eletrônico na rede mundial de computadores - Internet da Secretaria de Previdência. (GRIFO NOSSO)

As Tábuas utilizadas nesta Reavaliação Atuarial, segregadas por sexo são:

- Tábua de Mortalidade para Válido - Fase Laborativa (segregada por sexo):

- IBGE 2018 - Masculino e IBGE 2018 - Feminino

- Tábua de Mortalidade para Válido - Fase Pós Laborativa (segregada por sexo):

- IBGE 2018 - Masculino e IBGE 2018 - Feminino

- Tábua de Entrada em Invalidez:

- **Álvaro Vindas** - É uma tábua que reflete a possibilidade de um Servidor tornar-se inválido no decorrer dos anos, desde que esteja na fase laborativa.

- Tábua de Mortalidade de Inválido:

- **IAPB-57** - É uma tábua que reflete a possibilidade de um Aposentado por invalidez, vir a falecer durante o gozo do Benefício, no decorrer dos anos.

O impacto atuarial devido a utilização de Tábuas Biométricas segregadas por sexo, será melhor detalhado no item 7 - Análise de Sensibilidade na página 93.



3.3.3. Outras Hipóteses

Demais hipóteses que precisamos fazer para completar o modelo atuarial.

- **Estado Civil na data da Aposentadoria** – Experiência do setor.
- **Composição Familiar** – Experiência do setor.
- **Tempo de Contribuição** – Para fixarmos de forma coerente a idade de aposentadoria do servidor, partimos da suposição de que o mesmo será elegível ao benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição. Quando não há a informação sobre o Tempo de Contribuição anterior ao RPPS de origem, precisamos estimar uma idade de entrada, desde que tecnicamente justificada no Parecer Atuarial, respeitado o limite mínimo de dezoito anos, que será detalhada no Parecer Atuarial conclusivo desta Avaliação.
- **Taxa de rotatividade** – Reflete a rotatividade entre os novos entrados e os servidores que pedem exoneração. Assim, temos uma noção da “movimentação” da massa, de um ano para o outro. Conforme o art. 23, I, da Portaria MF 464/2018, a taxa máxima é de 1% a cada ano de projeção.



3.4. Regimes Financeiros

3.4.1. Capitalização por Método CUP - Crédito Unitário Projetado

- Utilizamos para calcular as Reservas oriundas de Aposentadorias por Tempo de Contribuição, por Idade e Compulsório e Pensão por Morte dos Aposentados.

3.4.2. Repartição de Capital de Cobertura

- Aposentadoria por Invalidez dos Servidores Ativos.
- Pensão por Morte dos Servidores Ativos.

Observação:

Utilizamos o Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura para os benefícios de Aposentadoria por Invalidez e Pensão por Morte devido ao fato de, durante o período em que o servidor encontra-se em atividade, as probabilidades de entrada em invalidez e de morte serem muito pequenas, não sendo necessária, em nossa opinião, a constituição de Reservas Matemáticas. Nossa expectativa é de que, ao longo dos anos futuros, a taxa de custo permaneça com pouca variação, desde que as distribuições dos servidores, por idade e por salário, permaneçam, também, com pouca variação.

3.5. Método Atuarial de Custo

Uma vez que já conhecemos o desenho do Plano e, também, o cenário econômico financeiro em que este evoluirá, devemos determinar a forma de pagamento, ou seja, o financiamento do Plano. Para tanto, vejamos o que significa.



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

3.5.1 - Custo de um Plano

O Custo de um Plano é equivalente ao valor total de benefícios que serão pagos por ele durante toda sua “vida”. Portanto, podemos ver que o Custo de um Plano depende única e exclusivamente dos seguintes fatores.

- Nível de benefício a ser concedido;
- Elegibilidade de cada benefício;
- Características da massa dos Servidores do Município.

Com base nestas informações podemos afirmar que o Método Atuarial de Custo é, simplesmente, uma técnica orçamentária, cujo objetivo é determinar a forma de financiamento do Custo do Plano.

3.5.2 - Custo Mensal

Equivale à amortização mensal do Custo do Plano, necessário para fazer frente aos pagamentos de todos os seus benefícios futuros.

3.5.3 - Responsabilidade Atuarial

Acúmulo teórico de todos os Custos Mensais relativos aos anos anteriores à data da Reavaliação Atuarial.

A Responsabilidade Atuarial divide-se em:



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

- **Riscos Expirados**

- * **Benefícios Concedidos** – Capitalização e Repartição de Capitais de Cobertura.

- Relativos aos servidores que já estão em gozo de alguns benefícios pagos de forma vitalícia (aposentadorias).

- * **Benefícios a Conceder** – Capitalização

- Relativos aos servidores que já são elegíveis a um benefício de aposentadoria, mas ainda não o requereram.

- **Riscos Não Expirados**

- * **Benefícios a Conceder** – Capitalização

- Relativos aos servidores que ainda não preencheram todas as elegibilidades para um benefício de aposentadoria.



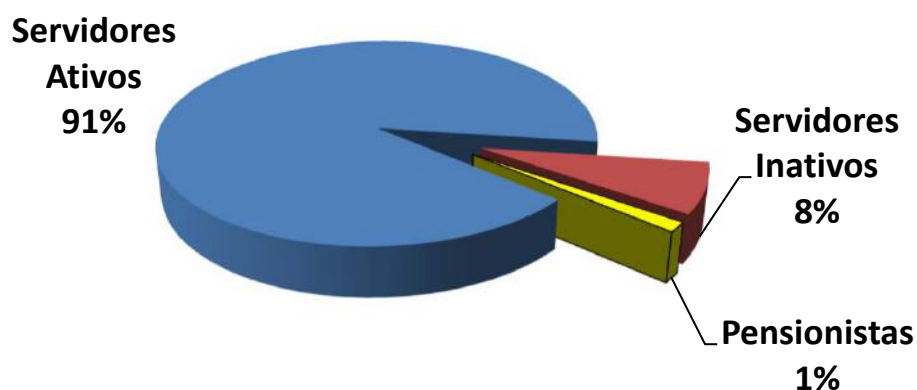
4 – DISTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO

Observação: Os dados estão posicionados em 31/12/2019.

4.1. DISTRIBUIÇÃO ESTATÍSTICA DOS SEGURADOS

Tipo de Segurado	Quantidade	% de Servidores	Remuneração Média	Idade Média
Servidores Ativos	433	91,0%	2.875,23	40,1
Servidores Inativos	36	7,6%	2.728,72	63,2
Pensionistas	7	1,5%	1.271,21	39,9
GERAL	476	100,0%		

Distribuição por Tipo de Segurado




ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

4.1.1. SERVIDORES ATIVOS

Folha de Remuneração

Sevidore Ativos	Quantidade	Folha de Remuneração
População Masculina	151	442.126,46
População Feminina	282	802.849,86
GERAL	433	1.244.976,32

Distribuição de Média de Idades dos Servidores Ativos

Discrição	Média de Idade	Idade Projetada para Aposentadoria
Mais Novo	20,0	46,0
Média Idade	40,1	57,2
Mais Velho	66,0	73,0
Idade Mediana *	38,0	55,0
Idade Moda **	38,0	53,0
Desvio Padrão ***	10,2	5,7

* **MEDIANA** – É o valor central dentro de uma distribuição. Dentro de todas as idades de uma distribuição, a idade que representa a idade central é chamada Mediana. Ela se encontra entre as 50 % menores e 50 % maiores idades.

** **MODA** – É o valor que mais se repete dentro de uma distribuição. A idade da maioria.

* **DESVIO PADRÃO** – O Desvio Padrão serve para mostrar a variação de uma distribuição. Em tese, a média encontrada pode variar para mais ou para menos, dentro do Desvio Padrão.



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

Idades Projetadas para Aposentadoria, separadas por Sexo e Atividade

Idades Projetadas para Aposentadoria (Média)	Idades
DEMAIS ATIVIDADES (NÃO PROFESSORES) - MASCULINO	60,2
DEMAIS ATIVIDADES (NÃO PROFESSORES) - FEMININO	55,0
PROFESSORES - MASCULINO	56,7
PROFESSORES - FEMININO	53,3


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

4.1.2. SERVIDORES INATIVOS e PENSIONISTAS

	APOSENTADOS	
QUANTIDADE APOSENTADOS	36	
FOLHA COM APOSENTADOS	98.233,83	
	IDADE	BENEFÍCIO (R\$)
MÍNIMO	46	998,00
MÉDIO	63	2.728,72
MÁXIMO	80	8.926,84
DESVIO PADRÃO	8	1.944,34
MODA	68	998,00
MEDIANA	63	2.243,81

	IDADE	BENEFÍCIO (R\$)
QTDE DE APOSENTADOS POR TEMPO CONTRIBUIÇÃO	4	
FOLHA COM APOSENTADOS TEMPO CONTRIBUIÇÃO	15.062,98	
MÍNIMO	58	2.685,08
MÉDIO	62	3.765,75
MÁXIMO	68	4.988,42
DESVIO PADRÃO	5	1.104,40
MODA	0	-
MEDIANA	61	3.694,74

	IDADE	BENEFÍCIO (R\$)
QTDE DE APOSENTADOS POR IDADE	9	
FOLHA COM APOSENTADOS POR IDADE	13.612,57	
MÍNIMO	55	998,00
MÉDIO	66	1.512,51
MÁXIMO	80	3.744,91
DESVIO PADRÃO	7	1.043,51
MODA	69	998,00
MEDIANA	68	998,00

	IDADE	BENEFÍCIO (R\$)
QTDE DE APOSENTADOS COMPULSÓRIOS	1	
FOLHA COM APOSENTADOS COMPULSÓRIOS	998,00	
MÍNIMO	74	998,00
MÉDIO	74	998,00
MÁXIMO	74	998,00
DESVIO PADRÃO	0	-
MODA	0	-
MEDIANA	74	998,00


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br
Continuação (...)

	IDADE	BENEFÍCIO (R\$)
QTDE DE APOSENTADOS POR INVALIDEZ	14	
FOLHA COM APOSENTADOS POR INVALIDEZ	31.531,12	
MÍNIMO	46	998,00
MÉDIO	64	2.252,22
MÁXIMO	77	8.926,84
DESVIO PADRÃO	8	2.201,90
MODA	57	1.156,76
MEDIANA	66	1.156,76

	IDADE	BENEFÍCIO (R\$)
QTDE DE APOSENTADOS ESPECIAIS (Professores)	8	
FOLHA COM APOSENTADOS ESPECIAIS (Professores)	37.029,16	
MÍNIMO	52	3.559,54
MÉDIO	57	4.628,65
MÁXIMO	63	5.549,31
DESVIO PADRÃO	5	779,30
MODA	52	3.948,90
MEDIANA	58	4.704,56


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

	PENSIONISTAS	
QUANTIDADE PENSIONISTAS	7	
FOLHA COM PENSIONISTAS	8.898,45	
	IDADE	BENEFÍCIO (R\$)
MÍNIMO	9	689,17
MÉDIO	40	1.271,21
MÁXIMO	70	1.982,01
DESVIO PADRÃO	28	511,94
MODA	70	689,17
MEDIANA	49	1.224,48

	IDADE	BENEFÍCIO (R\$)
QTDE DE PENSIONISTAS VITALÍCIOS	4	
FOLHA COM PENSIONISTAS VITALÍCIOS	5.945,85	
MÍNIMO	49	998,00
MÉDIO	61	1.486,46
MÁXIMO	70	1.982,01
DESVIO PADRÃO	11	453,79
MODA	70	-
MEDIANA	63	1.482,92

	IDADE	BENEFÍCIO (R\$)
QTDE DE PENSIONISTAS TEMPORÁRIOS	3	
FOLHA COM PENSIONISTAS TEMPORÁRIOS	2.952,60	
MÍNIMO	9	689,17
MÉDIO	11	984,20
MÁXIMO	15	1.574,26
DESVIO PADRÃO	3	511,01
MODA	0	689,17
MEDIANA	10	689,17

* O Valor médio dos Benefícios pode se apresentar abaixo do salário mínimo, devido poder constar mais de um pensionista da mesma hierarquia genealógica, o que acaba repartindo o valor do Benefício entre os seus dependentes e diminuindo a média dos valores.

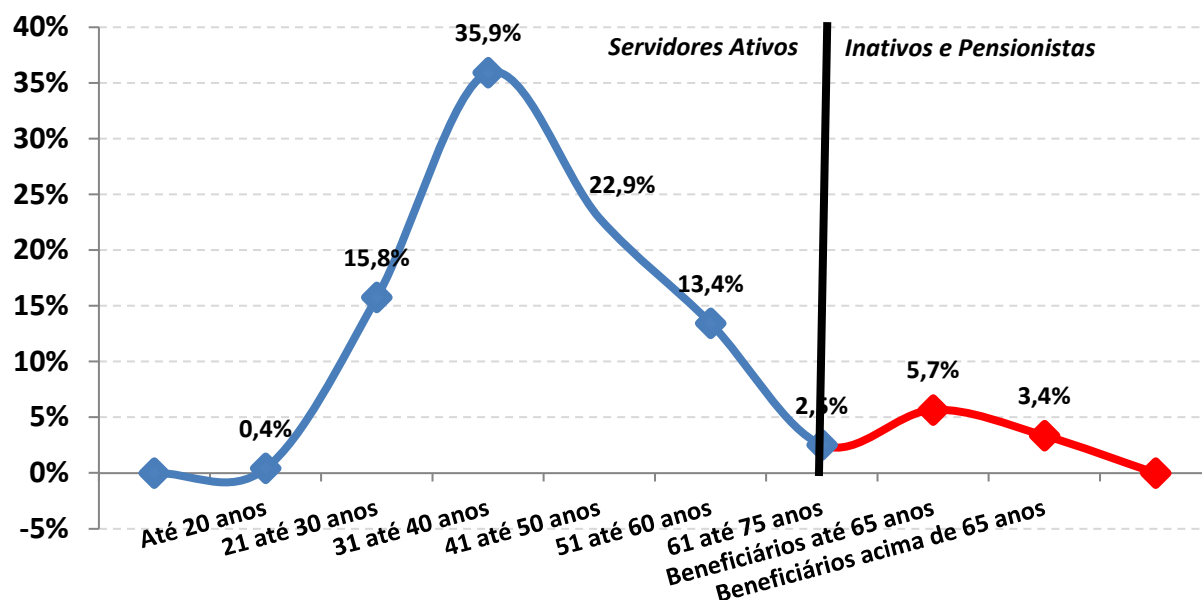

ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

4.2. DISTRIBUIÇÃO DEMOGRÁFICA DOS SEGURADOS

Faixa Etária	Qtde	% de Servidores
Até 20 anos	2	0,4%
21 até 30 anos	75	15,8%
31 até 40 anos	171	35,9%
41 até 50 anos	109	22,9%
51 até 60 anos	64	13,4%
61 até 75 anos	12	2,5%
<i>Beneficiários até 65 anos</i>	<i>27</i>	<i>5,7%</i>
<i>Beneficiários acima de 65 anos</i>	<i>16</i>	<i>3,4%</i>
GERAL	476	100,0%

Distribuição Demográfica dos Segurados





ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

A Distribuição Demográfica de uma população serve para visualizar o comportamento de como esta distribuída a massa de pessoas por faixa etária. Esta distribuição mostra como reflete o comportamento em que essa população caminhará com o passar dos anos.

A Distribuição Demográfica dos Servidores Ativos e Inativos neste caso é bastante favorável, tendo em vista que a grande massa de servidores são Ativos e situam-se entre a faixa etária de 40 anos, enquanto os Inativos e Pensionistas representam a menor distribuição da massa.

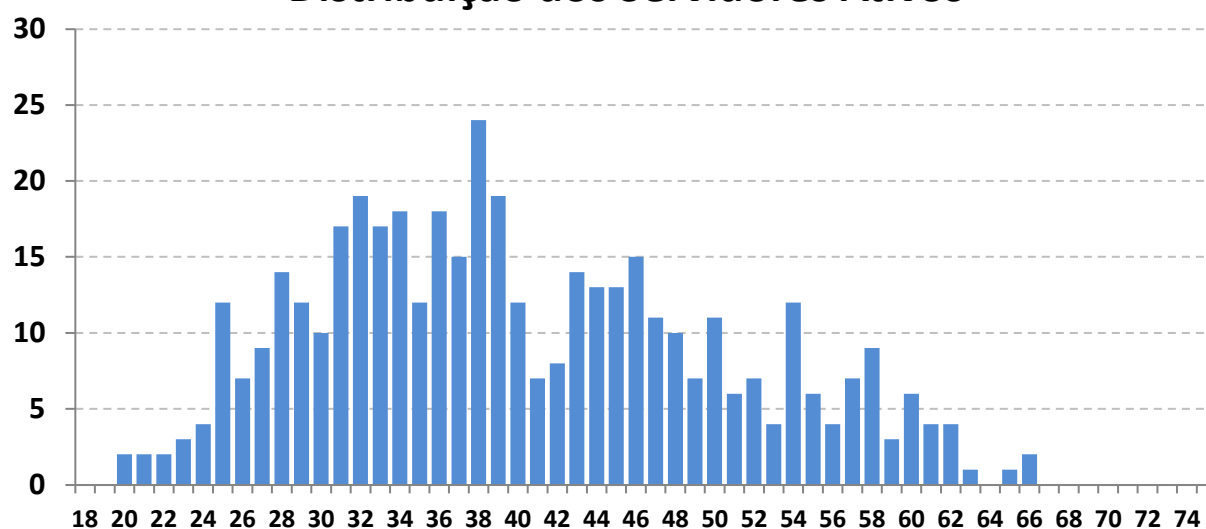
Com a possibilidade praticamente certa de ocorrer novos entrados nesta população, ou seja, novos Servidores efetivos durante ao longo dos anos, a tendência é que o comportamento da Distribuição Demográfica puxe mais a onda para "trás", aumentando ainda mais a receita do fundo. Esse tipo de gráfico nos mostra também como está a proporção dos 433 Servidores Ativos em relação aos 43 INATIVOS e PENSIONISTAS e o resultado é SATISFATÓRIO, tendo em vista que são 10,1 Servidores Ativos para cada Servidor Inativo, possibilitando assim, que os custos com aposentadorias e pensões, possam ser custeadas por regimes de capitalização.



Observação: Os dados estão posicionados em 31/12/2019.

4.2.1. DISTRIBUIÇÃO DEMOGRÁFICA DOS SERVIDORES ATIVOS

Distribuição dos Servidores Ativos



Este gráfico distribuiu os 433 Servidores ativos por idade. O eixo x mostra a idade atual dos Servidores Ativos e o eixo y mostra a quantidade de pessoas na idade.

Vemos claramente, que o pico da maioria dos ativos, encontra-se com 38 anos, com aproximadamente 24 pessoas.

A minoria dos Servidores ativos se encontra depois da faixa dos 60 anos, o que também é satisfatório, pois tira a iminência do risco de aposentadoria á curto prazo ser enorme.

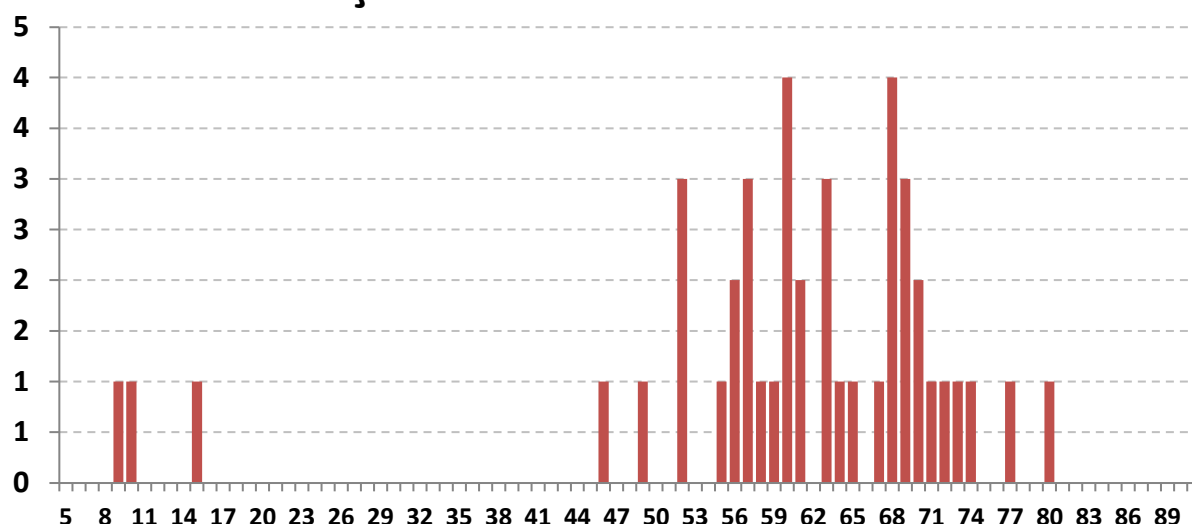
Essa proporção é favorável para o custeio do plano, pois a maioria dos ativos que vão contribuir por mais tempo se encontram entre as idades de 30 á 45 anos enquanto os ativos que representam o risco iminente de aposentadoria estão em menor quantidade.



Observação: Os dados estão posicionados em 31/12/2019.

4.2.2. DISTRIBUIÇÃO DEMOGRÁFICA DOS SERVIDORES INATIVOS e PENSIONISTAS

Distribuição dos Serv. Inativos e Pensionistas



Este gráfico distribuiu os 43 Inativos e Pensionistas por idade. O eixo x mostra a idade atual dos Inativos e Pensionistas e o eixo y mostra a quantidade de pessoas na idade.

Existem 3 pensionistas com menos de 9 anos recebendo Pensão por morte Temporária.

Há uma pequena desvantagem no plano, pois existem muito Inativos e Pensionistas com menos de 70 anos (37 pessoas ao todo, representando 86,0% dos Beneficiários). Quanto menor a idade dos Beneficiários, maior será a probabilidade de permanecer em tempo de Benefício e isso gera um custo mais elevado para a manutenção do plano, pois, os Benefícios Concedidos terão que ser estimados por mais tempo de vida.

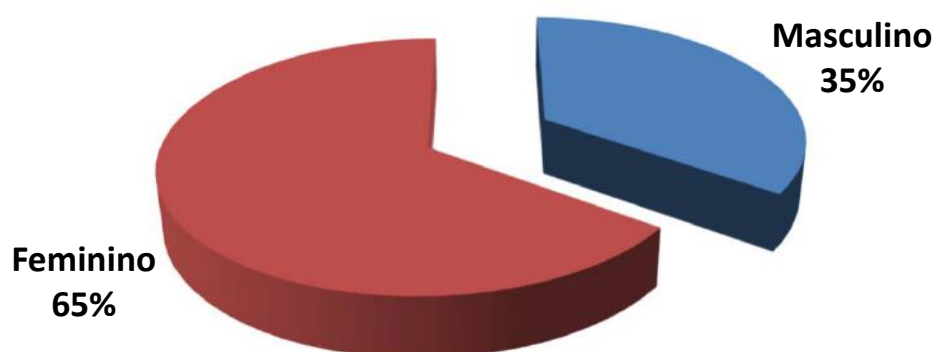


Observação: Os dados estão posicionados em 31/12/2019.

4.3. DISTRIBUIÇÃO POR SEXO

Sexo	Número de Servidores	% de Servidores	Remuneração Média	Idade Média	Tempo de Casa Médio
Masculino	151	34,9%	2.927,99	40,2	7,2
Feminino	282	65,1%	2.846,99	40,1	7,9
GERAL	433	100,0%	2.875,23	40,1	7,6

Distribuição por Sexo



Exemplo de Leitura (cor vermelha)

Existem 282 Servidores Ativos do Sexo Feminino, que correspondem á 65,1% dos Servidores Ativos.

Essas servidoras recebem em média R\$ 2.846,99 e tem idade média de 40,1 anos.

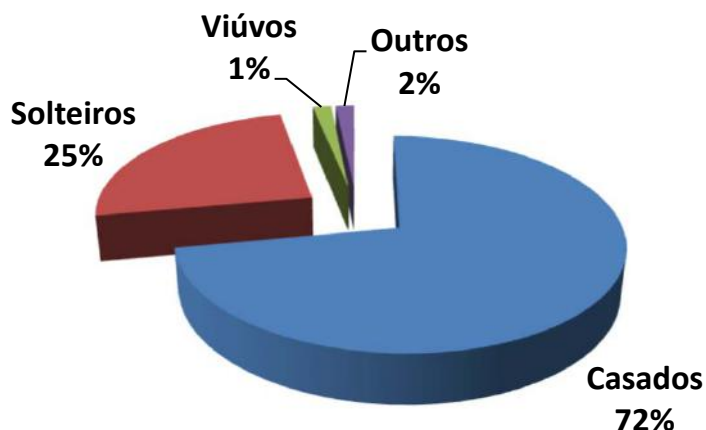


Observação: Os dados estão posicionados em 31/12/2019.

4.4. DISTRIBUIÇÃO POR ESTADO CIVIL

Estado Civil	Número de Servidores	% de Servidores	Remuneração Média	Idade Média	Tempo de Casa Médio
Casados	312	72,1%	2.823,29	41,5	8,4
Solteiros	107	24,7%	2.923,99	35,4	4,6
Viúvos	7	1,6%	3.721,76	47,1	14,1
Outros	7	1,6%	3.598,74	44,0	13,4
GERAL	433	100,0%	2.875,23	40,1	7,6

Distribuição por Estado Civil



Exemplo de Leitura (cor azul)

Existem 312 Servidores Ativos Casados, que correspondem á 72,1% dos Servidores Ativos.

Esses servidores recebem em média R\$ 2.823,29 e tem idade média de 41,5 anos.

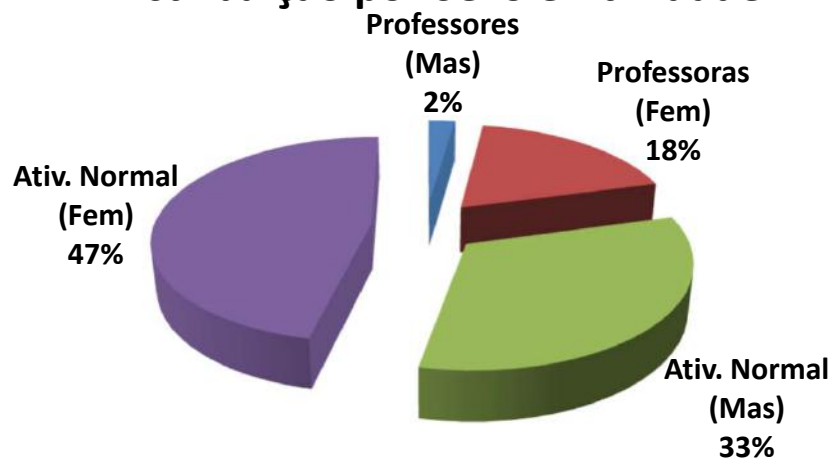


Observação: Os dados estão posicionados em 31/12/2019.

4.5. DISTRIBUIÇÃO POR SEXO E ATIVIDADE

Atividade e Sexo	Número de Servidores	% de Servidores	Remuneração Média	Idade Média	Idade Média Aposentadoria
Professores (Mas)	10	2,3%	3.725,65	39,9	57,7
Professoras (Fem)	80	18,5%	3.653,68	41,7	54,3
Ativ. Normal (Mas)	141	32,6%	2.871,28	40,2	61,2
Ativ. Normal (Fem)	202	46,7%	2.527,50	39,5	55,5
GERAL	433	100,0%	2.875,23	40,1	57,2

Distribuição por Sexo e Atividade



Exemplo de Leitura (cor azul)

Existem 10 Professores do sexo Masculino, que correspondem a 2,3% dos Servidores Ativos.

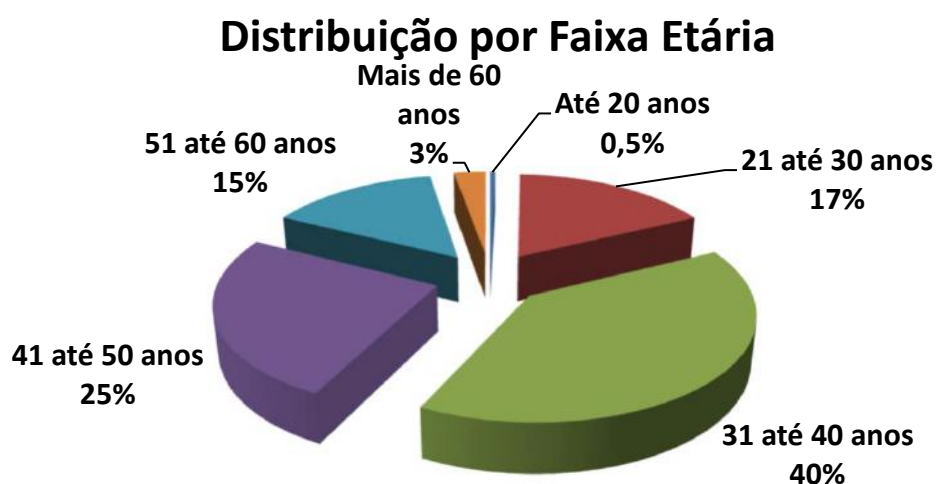
Esses servidores recebem em média R\$ 3.725,65 e tem idade média de 39,9 anos.



Observação: Os dados estão posicionados em 31/12/2019.

4.6. DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA ETÁRIA

Faixa Etária	Número de Servidores	% de Servidores	Remuneração Média	Idade Média	Tempo de Casa Médio
Até 20 anos	2	0,5%	1.331,47	20,0	1,0
21 até 30 anos	75	17,3%	2.936,84	26,9	2,9
31 até 40 anos	171	39,5%	2.809,71	35,5	6,0
41 até 50 anos	109	25,2%	3.019,19	45,5	9,8
51 até 60 anos	64	14,8%	2.742,51	55,3	12,2
Mais de 60 anos	12	2,8%	3.081,47	62,7	16,7
GERAL	433	100,0%	2.875,23	40,1	7,6



Exemplo de Leitura (cor azul)

Entre a Faixa Etária de 21 até 30 anos, existem 75 pessoas, ou 17,3% dos Servidores Ativos.

Esses servidores recebem em média R\$ 2.936,84 e tem idade média de 26,9 anos.



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

IMPACTO SOBRE O CUSTO

39,5% dos Servidores tem entre 31 á 40 anos. Se esta distribuição etária concentrasse a maior parte dos Servidores na faixa de até 30 anos, o impacto sobre o Custo seria de redução.

Considerando que a idade média dos Servidores é de 40,1 anos e a idade média de aposentadoria da massa é de 57,2 anos, temos em média 17,0 anos de Contribuição.

Este fato provoca um impacto de redução no custo da aposentadoria ao longo do tempo.

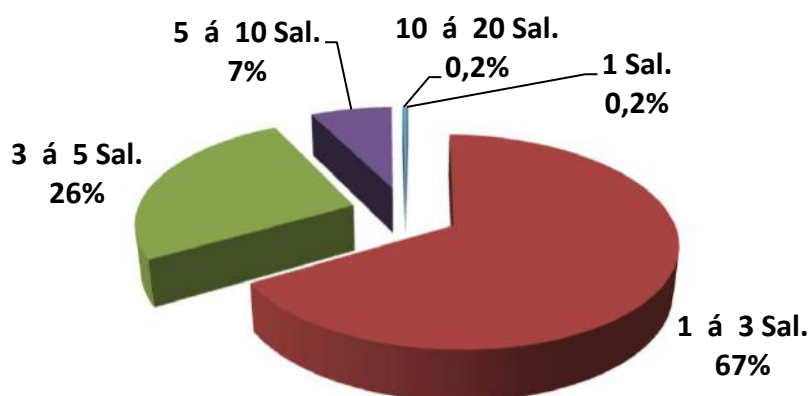


Observação: Os dados estão posicionados em 31/12/2019.

4.7. DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA DE REMUNERAÇÃO

Salário Mínimo	Número de Servidores	% de Servidores	Remuneração Média	Idade Média	Idade Média Aposentadoria
Até 1 Salário Mínimo	1	0,2%	978,54	36,0	61,0
De 1 a 3 Salários M.	287	66,3%	2.123,09	39,7	57,6
De 3 a 5 Salários M.	113	26,1%	3.894,91	41,0	56,8
De 5 a 10 Salários M.	31	7,2%	5.744,29	41,9	54,9
De 10 a 20 Salários M.	1	0,2%	16.454,30	28,0	53,0
Acima de 20 Salários M	0	0,0%	-	0,0	0,0
GERAL	433	100,0%	2.875,23	40,1	57,2

Distribuição por Faixa Remuneração



Exemplo de Leitura (cor vermelho)

Existe 287 Servidores Ativos, ou 66,3%, que recebem de 1 a 3 Salários Mínimos.

Esses servidores recebem em média R\$ 2.123,09 e tem idade média de 39,7 anos.

O Salário mínimo considerado é de R\$ 998,00, conforme valor vigente na DATA FOCAL desta Reavaliação Atuarial, em 31/12/2019 .

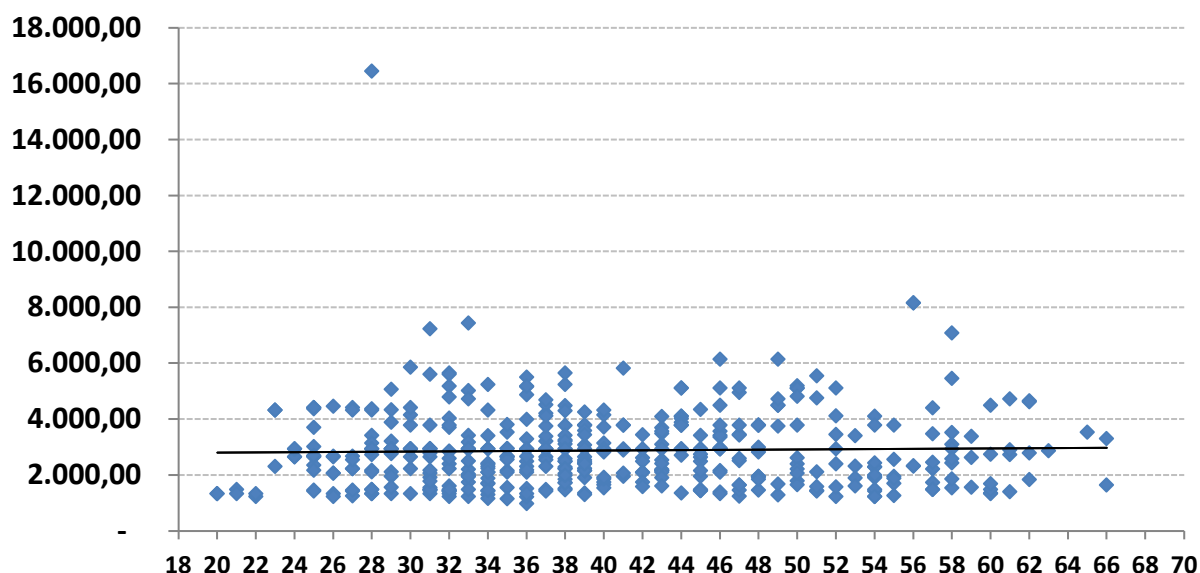


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

Observação: Os dados estão posicionados em 31/12/2019.

Dispersão das Remunerações por Idade



O gráfico acima, mostra como está a dispersão entre as remunerações e a idade dos Servidores Ativos. A linha disponibilizada no gráfico, mostra a média de remuneração. Nota-se que existem muitas remunerações bem acima da média, que distorcem o custo do plano.

Remunerações discrepantes em relação a média, geram impacto no custo do plano, devido que estas remunerações, quando se tornarem Benefícios, consumirão boa parte das contribuições dos Servidores Ativos que possuem remunerações próximas ou abaixo da média.

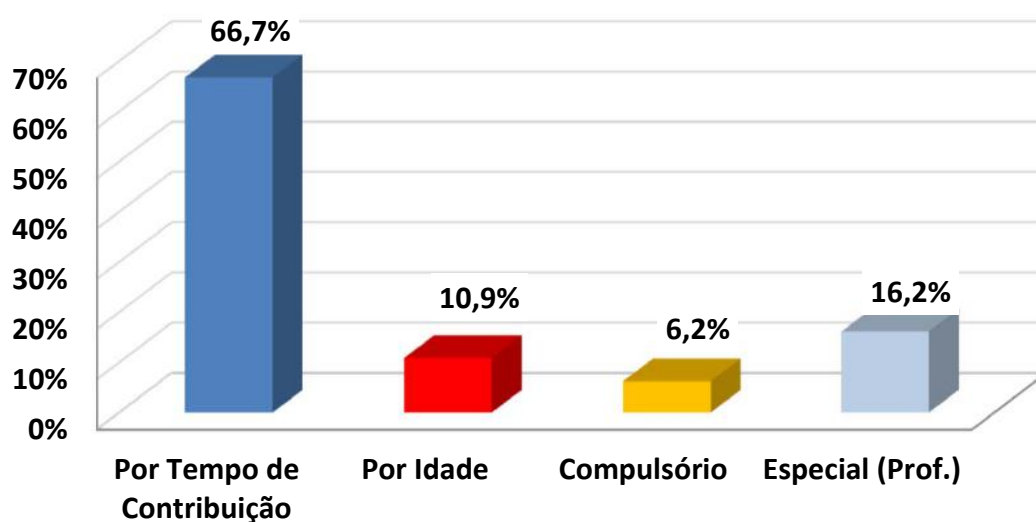


Observação: Os dados estão posicionados em 31/12/2019.

4.8. DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES ATIVOS POR TIPO DE APOSENTADORIA (FUTURA)

Tipo de Aposentadoria (Futura)	Número de Servidores	% de Servidores	Remuneração Média	Idade Média	Idade Média Aposentadoria
Por Tempo de Contribuição	289	66,7%	2.771,25	36,8	55,5
Por Idade	47	10,9%	2.389,90	50,3	64,5
Compulsório	27	6,2%	2.798,14	57,9	72,3
Especial (Prof.)	70	16,2%	3.704,00	40,2	53,2
GERAL	433	100,0%	2.875,23	40,1	57,2

Distribuição por Tipo de Aposentadoria (Futura)



Exemplo de Leitura (cor azul)

Existem 289 pessoas que Aposentarão por Tempo de Contribuição, ou 66,7% dos Servidores Ativos.

Esses servidores recebem em média R\$ 2.771,25 e tem idade média de 36,8 anos.



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

IMPACTO SOBRE O CUSTO

Devido o fato de que a maioria dos Servidores Ativos (66,7%) deverão se aposentar por Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com uma média de idade de aposentadoria relativamente jovem (55,5 anos), temos um tempo médio de contribuição menor (18,7 anos,) tendo em vista que a idade média destes Servidores é 36,8 anos.

Este fato causa impacto sobre as Despesas do plano, devido o valor do Benefício ser maior e a maioria dos Servidores aposentarem com uma idade relativamente jovem.

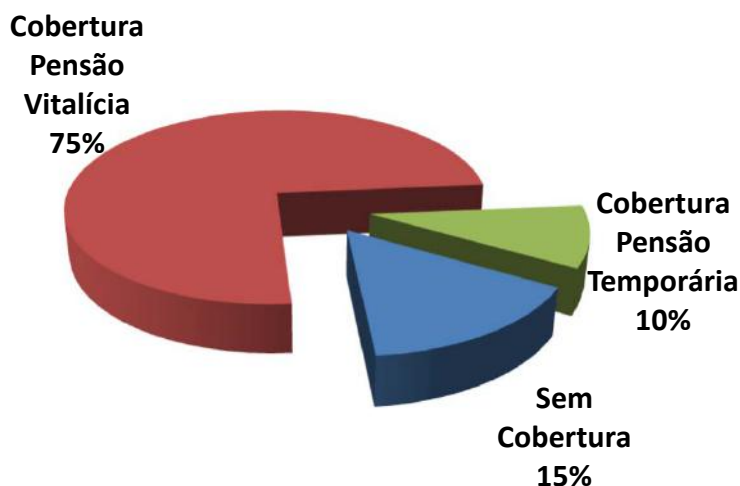


Observação: Os dados estão posicionados em 31/12/2019.

4.9. DISTRIBUIÇÃO DAS COBERTURAS DE PENSÃO POR MORTE (FUTURA)

Tipo de Cobertura / Aposentadoria	Número de Servidores	% de Servidores	Benefício Médio	Idade Média	Idade média do Dependente
Sem Cobertura	66	15,2%	-	0,0	0,0
Cobertura Pensão Vitalícia	325	75,1%	3.334,29	41,4	32,2
Cobertura Pensão Temporária	42	9,7%	3.207,39	36,1	8,4
GERAL	433	100,0%	3.345,49	40,1	29,4

Distribuição das Coberturas de Pensão



Exemplo de Leitura (cor vermelha)

Existem 325 ou 75,1% das Aposentadorias com cobertura revertida em Pensão por Morte Vitalícia.

Esses servidores receberão um Benefício médio de R\$ 3.334,29 referente a Aposentadoria.



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

IMPACTO SOBRE O CUSTO

84,8% dos Servidores Ativos possuem algum tipo de cobertura de pensão por Morte.

Essa cobertura elevada de Pensão, principalmente as Pensões por Morte Vitalícias (75,1%) geram impacto sobre o custo de Pensão por Morte, dos Servidores Ativos.


ATUARIAL
CONSULTORIA

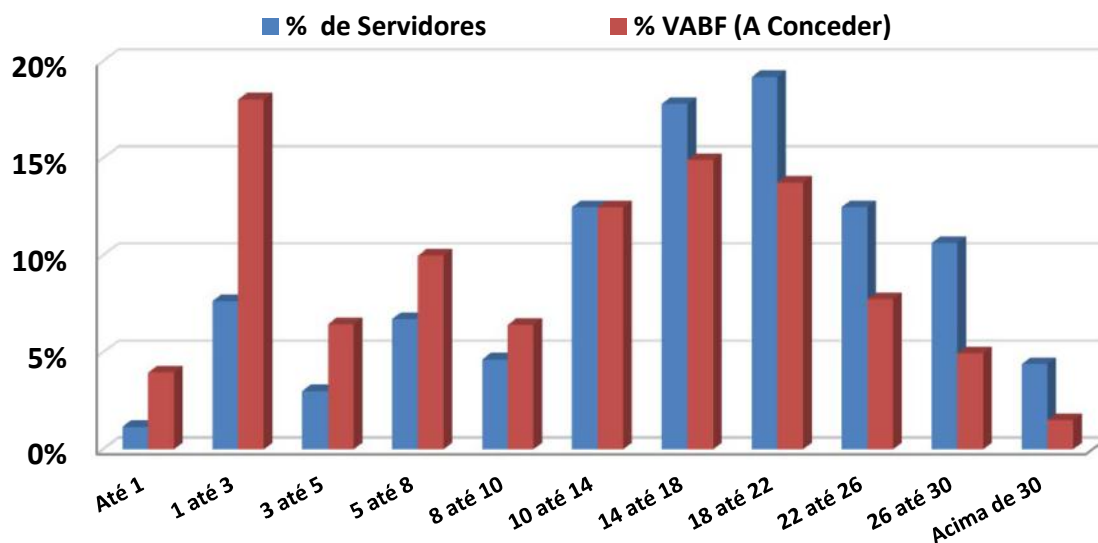
www.atuarialconsultoria.com.br

Observação: Os dados estão posicionados em 31/12/2019.

4.10. DISTRIBUIÇÃO DA RESPONSABILIDADE ATUARIAL POR TEMPO DE APOSENTADORIA A CONCEDER

Tempo para Aposentadoria (ANOS)	Número de Servidores	% de Servidores	Remuneração Média	Idade Média	Tempo de Casa Médio	Responsabilidade Atuarial	% VABF (A Conceder)
Até 1	5	1,2%	4.235,49	50,4	20,8	4.075.046,63	3,9%
1 até 3	33	7,6%	3.169,03	54,5	16,8	18.587.532,05	18,0%
3 até 5	13	3,0%	3.526,99	50,2	15,2	6.642.200,98	6,4%
5 até 8	29	6,7%	2.917,70	50,0	10,4	10.292.355,03	10,0%
8 até 10	20	4,6%	3.103,28	48,1	11,4	6.605.227,69	6,4%
10 até 14	54	12,5%	2.878,15	46,7	9,9	12.862.319,51	12,5%
14 até 18	77	17,8%	2.698,12	41,5	7,1	15.365.167,66	14,9%
18 até 22	83	19,2%	2.732,88	36,4	5,1	14.168.271,74	13,7%
22 até 26	54	12,5%	3.061,61	32,4	3,8	7.969.041,94	7,7%
26 até 30	46	10,6%	2.676,70	28,3	3,1	5.091.115,72	4,9%
Acima de 30	19	4,4%	2.538,48	24,5	3,3	1.540.570,03	1,5%
GERAL	433	100,0%	2.875,23	40,1	7,6	103.198.848,99	100,0%

Distribuição da Responsabilidade Atuarial





ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

Observação: Os dados estão posicionados em 31/12/2019.

Na faixa de 18 até 22 anos para a aposentadoria, existem 83 Servidores Ativos que correspondem a 19,2% dos Servidores, cujo VABF - VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS a Conceder, correspondem a R\$ 14.168.271,74, ou 13,7% das Aposentadorias futuras do plano de Benefícios.

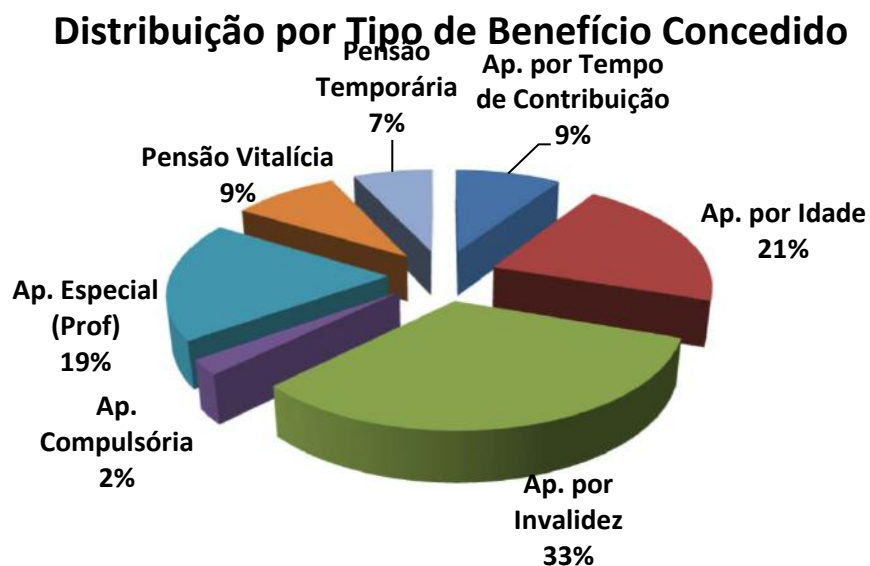
Na faixa acima de 30 anos para a aposentadoria, existem 19 Servidores Ativos que correspondem a 4,4% dos Servidores, cujo VABF - VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS a Conceder, correspondem a R\$ 1.540.570,03, ou 1,5% das Aposentadorias futuras do plano de Benefícios.



Observação: Os dados estão posicionados em 31/12/2019.

4.11. DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE BENEFÍCIO CONCEDIDO

Tipo de Benefício Concedido	Número de Benefícios	% de Benefícios	Valor Médio do Benefício	Idade Média	Tempo Médio Benefício
Ap. por Tempo de Contribuição	4	9,3%	3.765,75	62,0	2,5
Ap. por Idade	9	20,9%	1.512,51	66,2	3,4
Ap. por Invalidez	14	32,6%	2.252,22	64,1	9,4
Ap. Compulsória	1	2,3%	998,00	74,0	4,0
Ap. Especial (Prof)	8	18,6%	4.628,65	57,3	4,8
Pensão Vitalícia	4	9,3%	1.486,46	61,3	10,8
Pensão Temporária	3	7,0%	984,20	11,3	5,3
GERAL	43	100,0%	2.491,45	59,4	6,3



Exemplo de Leitura (cor azul)

Existem 4 Aposentadorias por Tempo de Contribuição (9,3% dos Benefícios Concedidos).

Esses Aposentados recebem um Benefício médio de R\$ 3.765,75 e tem idade média de 62,0 anos.


ATUARIAL
CONSULTORIA

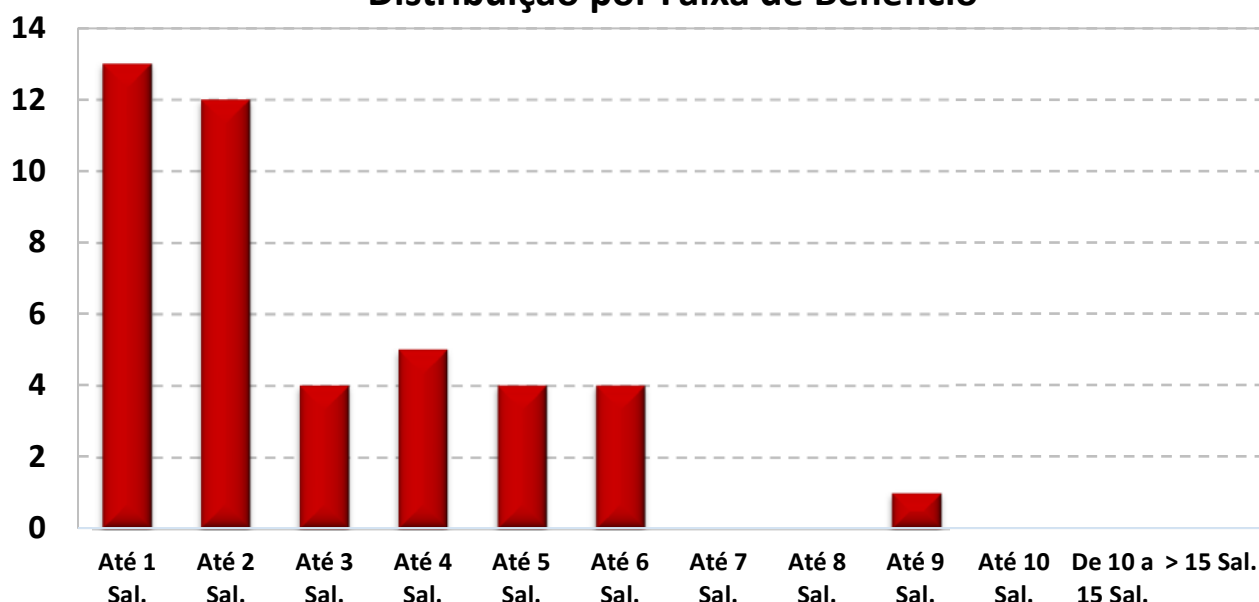
www.atuarialconsultoria.com.br

Observação: Os dados estão posicionados em 31/12/2019.

4.12. DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA DE VALOR DE BENEFÍCIO CONCEDIDO

Salário Mínimo	Número de Benefícios	% de Benefícios	Valor Médio do Benefício	Idade Média	Tempo Médio de Benefício
Até 1 salário mínimo	13	30,2%	950,49	59,5	5,1
Acima de 1 até 2 Salários M.	12	27,9%	1.365,11	58,7	11,3
Acima de 2 até 3 Salários M.	4	9,3%	2.809,00	67,8	5,3
Acima de 3 até 4 Salários M.	5	11,6%	3.812,43	59,6	5,2
Acima de 4 até 5 Salários M.	4	9,3%	4.474,33	59,3	3,3
Acima de 5 até 6 Salários M.	4	9,3%	5.318,07	53,0	2,0
Acima de 6 até 7 Salários M.	0	0,0%	-	0,0	0,0
Acima de 7 até 8 Salários M.	0	0,0%	-	0,0	0,0
Acima de 8 até 9 Salários M.	1	2,3%	8.926,84	57,0	3,0
Acima de 9 até 10 Salários M.	0	0,0%	-	0,0	0,0
Acima de 10 até 15 Salários M.	0	0,0%	-	0,0	0,0
Acima de 15 Salários Míni.	0	0,0%	-	0,0	0,0
GERAL	43	100,0%	2.491,45	59,4	6,3

Distribuição por Faixa de Benefício



O Salário mínimo considerado é de R\$ 998,00, conforme valor vigente na DATA FOCAL desta Reavaliação Atuarial, em 31/12/2019 .

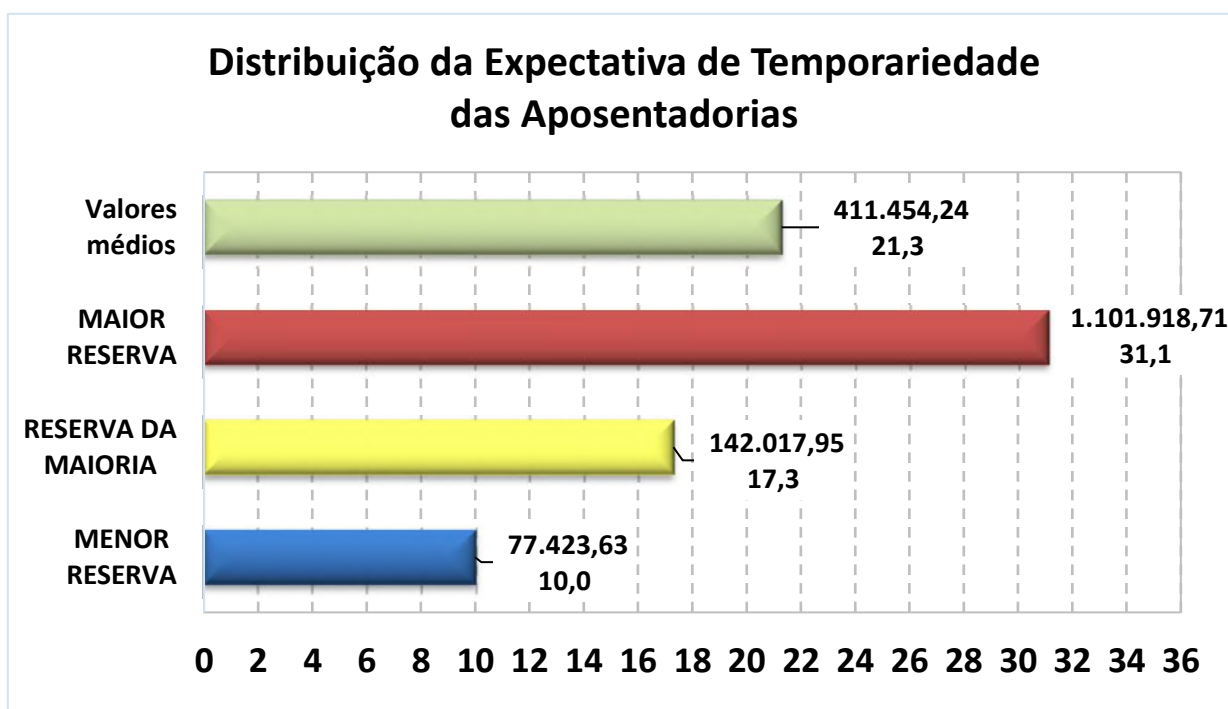

ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

Observação: Os dados estão posicionados em 31/12/2019.

4.13. DISTRIBUIÇÃO DA EXPECTATIVA DE TEMPORARIEDADE DAS APOSENTADORIAS

TIPO DE RESERVA	Qtde	Idade Atual	Expectativa de vida do Aposentado (anos)	Valor do Benefício	Expectativa do Fim do Benefício (Idade)	RESERVA MATEMÁTICA DE BENEFÍCIO CONCEDIDO
MENOR RESERVA	1	77,0	10,0	1.140,13	87,0	77.423,63
RESERVA DA MAIORIA	2	69,0	17,3	998,00	86,3	142.017,95
MAIOR RESERVA	1	52,0	31,1	5.503,42	83,1	1.101.918,71
Valores médios		63,2	21,3	2.728,72	84,5	411.454,24



Exemplo de Leitura (Menor Reserva)

Existe 1 Aposentadoria Concedida no valor de 1.140,13, para uma pessoa com 77 anos, cuja expectativa de vida é atingir 87 anos, gerando uma Reserva Matemática no valor de R\$ 77.423,63.

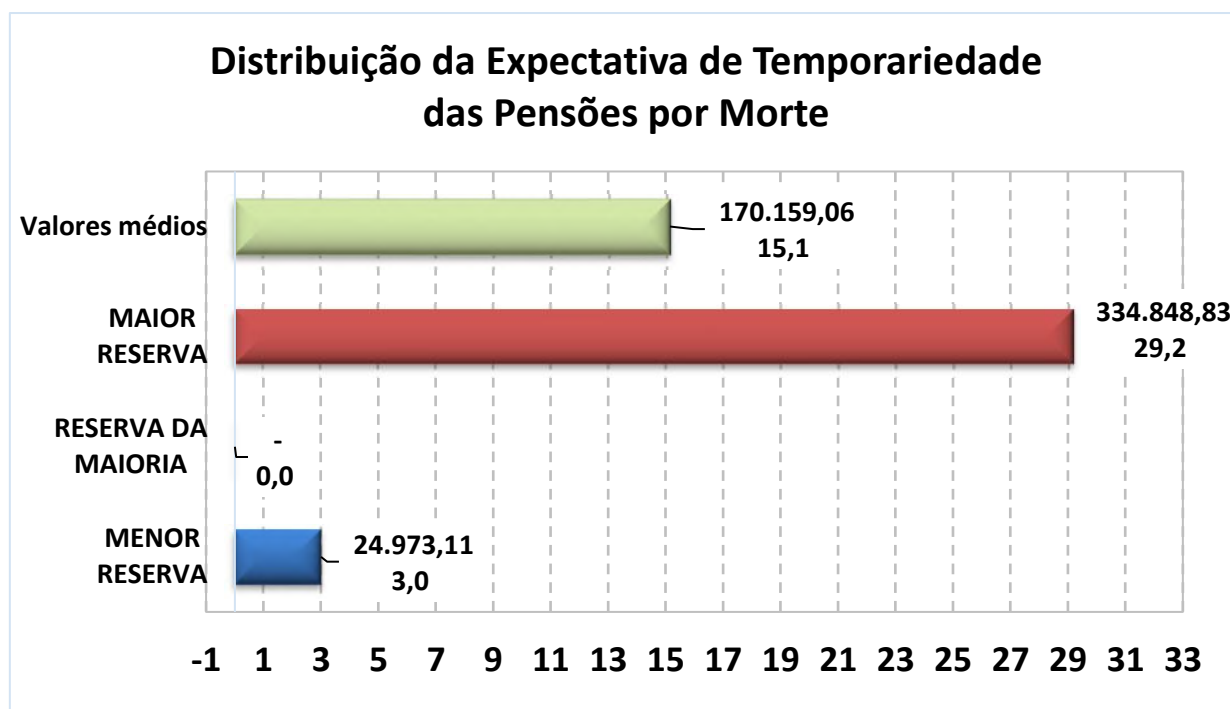


Observação: Os dados estão posicionados em 31/12/2019.

4.14. DISTRIBUIÇÃO DA EXPECTATIVA DE TEMPORARIEDADE DAS PENSÕES POR MORTE

TIPO DE RESERVA	Qtde	Idade Atual	Expectativa de vida do Pensionista (anos)	Valor do Benefício	Expectativa do Fim do Benefício (Idade) *	RESERVA MATEMÁTICA DE BENEFÍCIO CONCEDIDO
MENOR RESERVA	1	15,0	3,0	689,17	18,0	24.973,11
RESERVA DA MAIORIA	0	0,0	0,0	-	0,0	-
MAIOR RESERVA	1	49,0	29,2	1.741,36	78,2	334.848,83
Valores médios		39,9	15,1	1.271,21	55,0	170.159,06

* A Expectativa do fim da Pensão Temporária, segue a Idade limite estabelecida em lei Municipal.



Exemplo de Leitura (Maior Reserva)

Existe 1 Pensão Concedida no valor de 1.741,36, para uma pessoa com 49 anos, cuja expectativa de vida é atingir 78,2 anos, gerando uma Reserva Matemática no valor de R\$ 334.848,83.



Observação: Os dados estão posicionados em 31/12/2019.

4.15. DISTRIBUIÇÃO DA IMINÊNCIA DE APOSENTADORIAS A CONCEDER

Descrevemos abaixo, o nome dos Servidores Ativos que estão em risco iminente de atingir a elegibilidade de sua aposentadoria, para os próximos 3 (três) anos.

Risco iminente é aquele risco que pode acontecer brevemente.

QTDE	Nome do Servidor Ativo	Idade Atual	TEMPO EM ANOS	
			De Admissão no ENTE até a Idade Atual	De Contribuição no RPPS até a Idade de Aposentadoria
1	ADEMAR ALVINO ALVES	55	12	15
2	ADRIANA MARIA MARTINS	52	21	19
3	CARIVALDO BORGES ARAGAO	59	13	15
4	CECILIA MARIA DA SILVA	58	17	17
5	CLAUDENICE APARECIDA DE MIRANDA	50	18	21
6	CLEONICE BELARMINO DE ALMEIDA	46	18	20
7	DIONES TERESINHA BENTO DA SILVA PICOLOTTO	57	29	19
8	DOLORES GLUSZSZAK FLECK	50	20	21
9	DOMINGAS GONZALA ORTIZ	54	12	12
10	DULCE ROSSI RODRIGUES	51	23	19
11	EDENIRCO PADILHA	55	9	12
12	EVANICE GONCALVES COELHO	49	18	18
13	ILAIDE GOHLKE ARENS	49	28	21
14	IVETE MARLEI SETTE	57	28	18
15	LOURDES MARCHIONI DA COSTA	50	21	18
16	LUCIANA CONRADO PONCE	55	13	13
17	LUCIANA MARIA ZANON PADILHA	47	18	19
18	LUZIA APARECIDA FERNANDES DAL PONTE ESCHER	58	29	19
19	LUZIA DA CONCEICAO SOARES FROZINO	55	18	18


Continuação (...)

QTDE	Nome do Servidor Ativo	Idade Atual	TEMPO EM ANOS	
			De Admissão no ENTE até a Idade Atual	De Contribuição no RPPS até a Idade de Aposentadoria
20	MAGALI LISIANE IRBER	50	8	11
21	MAGALI LOURDES DARIO BONALDO	54	9	9
22	MARIA SALVADORA RIOS DE BRITO	65	18	20
23	MARIA SHISLEY DA SILVA SANTOS	51	19	19
24	MARILDA ISIDORIO NETO	53	8	8
25	MARILZA BARBOSA MESSIAS	46	21	21
26	MARINA VILELA DOS SANTOS	56	22	18
27	NELI MOGNON SARTORI	57	13	13
28	NEUCIMAR SIMAS DA SILVA	47	21	20
29	PAULINA AUXILIADORA DA LUZ	54	7	7
30	PEDRINA CARDOSO DA SILVA	50	18	21
31	ROSANA FERREIRA	50	13	16
32	SALETE TERESINHA SETTE	66	31	19
33	SANDRA MARA BAPTISTELLA DE ALMEIDA	50	8	11
34	SANTINA GRANETTO ZATTA	60	18	18
35	SEBASTIAO DO LIVRAMENTO DE ALMEIDA	66	17	17
36	SOELI TERESINHA FINGER	59	20	18
37	WANIA ROSELI DUTRA RODERO	58	9	9
38	ZILMA TEREZINHA GRACIOLA DA SILVA	53	9	9

***As informações acima, projetam a idade de aposentadoria do Servidor ativo e podem divergir da realidade, caso não seja informado corretamente os dados para a realização do Cálculo Atuarial como: Data de Admissão no Serviço Público, Data de Admissão do Cargo atual, Data de Ingresso no RPPS e, principalmente, o TEMPO ANTERIOR DE CONTRIBUIÇÃO, ANTERIOR AO RPPS ATUAL.**

Outro fator que pode divergir da realidade de aposentadoria do Servidor ativo e a sua condição de professor. Como o modelo de base de dados da SPPS, não possui um campo informando se o professor exerceu sua função, até a idade de aposentadoria, integralmente em sala de aula, a planilha de cálculo considera que todos os professores informados, possuem o direito de se aposentar, 5 anos mais cedo do que os demais Servidores que não são professores.


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

5 – PROVISÕES MATEMÁTICAS, EQUILÍBRIO FINANCEIRO e ATUARIAL E PLANO DE CUSTEIO

5.1. RESERVAS MATEMÁTICAS E COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Data Focal desta Reavaliação Atuarial: 31/12/2019.

Resultado Equilíbrio Atuarial	PLANO EQUILÍBRIO	PLANO VIGENTE
Ativos (Receitas)	Valores (R\$)	Valores (R\$)
Total RECEITA (1)	31.037.080,14	31.037.080,14
Aplicações em Segmento de Renda Fixa e Renda Variável	31.013.518,74	31.013.518,74
Outras Aplicações e Demais Bens, Direitos e Ativos	23.561,40	23.561,40
Créditos a Receber	-	-

Reservas Matemáticas (Despesas)	Valores (R\$)	Valores (R\$)
Total DESPESA (2)	(66.812.999,28)	(79.109.937,36)
Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos	(16.003.465,94)	(16.003.465,94)
VABF - Valor Atual dos Benefícios Futuros	(16.039.168,43)	(16.039.168,43)
VACF - Valor Atual das Contribuições Futuras	35.702,49	35.702,49
Reservas Matemáticas de Benefícios a Conceder	(50.809.533,34)	(63.106.471,42)
VABF - Valor Atual dos Benefícios Futuros	(113.855.531,46)	(113.855.531,46)
VACF - Valor Atual das Contribuições Futuras	63.045.998,12	50.749.060,04

Compensação Previdenciária	Valores (R\$)	Valores (R\$)
Total RECEITA com Compensação (3)	3.874.514,44	3.874.514,44
A Receber	3.939.182,49	3.939.182,49
A pagar	(64.668,05)	(64.668,05)

Situação Atuarial considerando a Compensação	Valores (R\$)	Valores (R\$)
DÉFICIT ATUARIAL (1 + 2 + 3)	(31.901.404,70)	(44.198.342,78)


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

5.2. ALÍQUOTAS DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL

A Folha de remuneração de contribuição dos Servidores Ativos é de R\$ 1.244.976,32 (mês).

Data Focal desta Reavaliação Atuarial: 31/12/2019.

Alíquotas Puras de Equilíbrio Financeiro e Atuarial

	Cálculo Atuarial - 2020		Cálculo Atuarial - 2019	
FOLHA SALARIAL MENSAL	1.244.976,32		968.726,98	
Benefícios	VALOR MENSAL	ALÍQUOTA MENSAL	VALOR MENSAL	ALÍQUOTA MENSAL
Aposentadorias Programadas (ATC, AID e COM)	264.721,92	21,26%	159.708,26	16,49%
Aposentadorias por Invalidez	10.147,07	0,82%	8.433,40	0,87%
Pensão por Morte de Servidor Ativo	33.307,13	2,68%	24.477,42	2,53%
Pensão por Morte de Aposentado (ATC, AID e COM)	27.730,95	2,23%	20.646,74	2,13%
Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez	3.811,16	0,31%	2.820,95	0,29%
Auxílio Doença	-	0,00%	39.287,40	4,06%
Auxílio Reclusão	-	0,00%	53,85	0,01%
Salário Maternidade	-	0,00%	8.485,38	0,88%
Salário Família	-	0,00%	391,25	0,04%
CUSTO NORMAL	339.718,23	27,30%	264.304,64	27,30%

Regime Financeiro	VALOR MENSAL	ALÍQUOTA MENSAL	VALOR MENSAL	ALÍQUOTA MENSAL
Regime de Capitalização	296.264,03	24,31%	183.175,95	18,91%
Regime de Capital de Cobertura	43.454,20	2,99%	32.910,82	3,40%
Regime de Repartição Simples	-	0,00%	48.217,87	4,99%
CUSTO NORMAL	339.718,23	27,30%	264.304,64	27,30%



5.2.1. DÉFICIT ATUARIAL E APLICAÇÃO DE LDA

Conforme demonstrado na página 62 deste Relatório de Reavaliação Atuarial, o Déficit Atuarial do Plano de Custeio de Equilíbrio é de R\$ (31.901.404,70).

O artigo 48º, III, da Portaria MF 464/2018, estabelece que, em caso de Déficit Atuarial, o plano de custeio deverá consistir plano de amortização do Déficit, estabelecendo alíquota de contribuição suplementar ou aportes mensais cujos valores sejam preestabelecidos.

O artigo 2º, I e II da Instrução Normativa SPREV nº 007/2018, permite deduzir parte do Déficit Atuarial, para seu equacionamento, utilizando o Limite de Deficit Atuarial (LDA) calculado em função da duração do passivo do fluxo de pagamento dos benefícios do RPPS ou sobrevida média dos aposentados e pensionistas.

O artigo 3º, § 1º da referida Instrução Normativa, informa que, para aplicação do LDA deverão ser apurados separadamente, o valor do Déficit Atuarial relativo à insuficiência de cobertura patrimonial da Provisão Matemática dos Benefícios a Conceder (PMBaC) e aquele relativo à insuficiência de cobertura patrimonial da Provisão Matemática dos Benefícios Concedidos (PMBC), priorizando os ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios ao resultado atuarial relativo à PMBC.

Resultado Atuarial e Déficit Relativo as Provisões Matemáticas

ATIVOS GARANTIDORES	31.037.080,14
PMBC PREVIDENCIÁRIO	(62.938.484,84)
PMBC (Concedido)	(15.416.181,19)
PMBaC (a Conceder)	(47.522.303,65)
DÉFICIT ATUARIAL	(31.901.404,70)

DÉFICIT ATUARIAL A SER EQUACIONADO - RELATIVO PMBC	-
DÉFICIT ATUARIAL A SER EQUACIONADO - RELATIVO PMBaC	(31.901.404,70)



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

Conforme o artigo 3º, § 3º da I.N. SPREV nº 007/2018, o **Déficit Atuarial relativo à PMBC deverá ser integralmente equacionado por meio de plano de amortização.**

Já o artigo 4º, I e II da I.N. SPREV nº 007/2018, estabelece que o Déficit Atuarial relativo à PMBaC poderá ser deduzido do LDA calculado de acordo com a Duração do Passivo do fluxo de pagamentos dos benefícios ou de acordo com a Sobrevida Média dos Aposentados e Pensionistas.

5.2.2.1. Equacionamento mínimo através de Custo Suplementar ou Aportes

O artigo 54º da Portaria MF 464/2018, informa que para assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, o plano de amortização estabelecido em lei do Ente Federativo deverá observar alguns critérios, como a alíquota mínima de Custo Suplementar ou o valor mínimo de Aporte.

Dentre os critérios estabelecidos pela referida portaria, o artigo 54º, II determina que o montante de contribuição no exercício, na forma de alíquotas ou aportes, seja superior ao montante anual de juros do saldo do Déficit Atuarial do exercício.

O artigo 9º, parágrafo único da I.N. SPREV nº 007/2018, permite que a adequação do plano de amortização ao disposto no inciso II do artigo 54º da Portaria MF 464/2018, possa ser promovida gradualmente, com a elevação das contribuições suplementares (na forma de alíquotas ou aportes), a partir do exercício de 2021, à razão de um terço do necessário a cada ano, até atingir o valor que atenda a esse critério em 2023. Assim, os cenários que serão apresentados para o plano de amortização do Déficit Atuarial, contemplarão o disposto no parágrafo único da I.N. SPREV nº 007/2018.



5.2.2. CENÁRIOS PARA EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

Conforme o artigo 1º, § 2º da I.N. SPREV nº 007/2018, o Relatório da Avaliação Atuarial deverá descrever os cenários com as possibilidades para equacionamento do deficit atuarial, devendo constar do Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA) o plano de amortização indicado na Avaliação Atuarial a ser implementado em lei pelo Ente Federativo.

O artigo 6º da Instrução Normativa SPREV nº 007/2018, estabelece os prazos que serão utilizados para cada cenário do plano de amortização.

Conforme o artigo 81 da Portaria MF 464/2018, os Entes Federativos que implementaram planos de amortização anteriores à vigência desta Portaria poderão repactuar o equacionamento dos Déficit Atuariais nas novas condições estabelecidas, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência (Instrução Normativa SPREV nº 007/2018).

Conforme determina o artigo 8º, § 4º, da I.N. SPREV nº 007/2018, como até o fechamento desta Reavaliação Atuarial, a Secretaria de Previdência não divulgou a relação de porte e perfil de risco atuarial dos RPPS, juntamente com o Indicador de Situação Previdenciária (ISP), o Perfil de Risco Atuarial será I, para definição da constante "a" e "b" para compor o valor da LDA.

A taxa de Juros Atuarial para todos os cenários será de 5,88% conforme demonstrado na página 21 deste Relatório de Reavaliação Atuarial.


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

5.2.2.1. CENÁRIO 1 - Sem aplicação de LDA e prazo 35 anos

O art. 6º, I da I.N. SPREV nº 007/2018, informa que o plano de amortização poderá ter um prazo máximo de 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir do primeiro plano de amortização implementado pelo Ente Federativo **após a publicação desta Instrução Normativa**.

	CENÁRIO 1 - SEM LDA
Prazo de Equacionamento do Déficit Atuarial	35
Déficit Atuarial	(31.901.404,70)
Limite do Déficit Atuarial - LDA	-
Déficit Atuarial a ser Amortizado	(31.901.404,70)

Assim, o plano de amortização, com alíquotas crescentes de financiamento será, conforme a tabela abaixo:

Tabela de Financiamento do Déficit Atuarial - CENÁRIO 1

PERÍODO	ANO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	C.S. *	FOLHA SALARIAL
0		(31.901.404,70)					
1	2020	(33.178.373,69)	(1.276.968,99)	1.875.802,60	598.833,61	3,70%	16.184.692,16
2	2021	(34.425.183,80)	(1.246.810,11)	1.950.888,37	704.078,26	4,30%	16.359.486,84
3	2022	(35.072.928,05)	(647.744,26)	2.024.200,81	1.376.456,55	8,32%	16.536.169,29
4	2023	(35.052.305,17)	20.622,88	2.062.288,17	2.082.911,05	12,46%	16.714.759,92
5	2024	(35.000.110,53)	52.194,64	2.061.075,54	2.113.270,18	12,51%	16.895.279,33
6	2025	(34.914.045,22)	86.065,31	2.058.006,50	2.144.071,81	12,55%	17.077.748,35
7	2026	(34.791.668,70)	122.376,52	2.052.945,86	2.175.322,38	12,60%	17.262.188,03
8	2027	(34.630.390,38)	161.278,32	2.045.750,12	2.207.028,44	12,65%	17.448.619,66
9	2028	(34.427.460,70)	202.929,67	2.036.266,95	2.239.196,63	12,70%	17.637.064,75
10	2029	(34.179.961,72)	247.498,99	2.024.334,69	2.271.833,67	12,74%	17.827.545,05
11	2030	(33.884.797,05)	295.164,67	2.009.781,75	2.304.946,42	12,79%	18.020.082,54
12	2031	(33.538.681,32)	346.115,72	1.992.426,07	2.338.541,79	12,84%	18.214.699,43
13	2032	(33.138.128,96)	400.552,37	1.972.074,46	2.372.626,83	12,89%	18.411.418,18
14	2033	(32.679.442,27)	458.686,68	1.948.521,98	2.407.208,67	12,93%	18.610.261,50
15	2034	(32.158.698,93)	520.743,34	1.921.551,21	2.442.294,55	12,98%	18.811.252,32
16	2035	(31.571.738,61)	586.960,32	1.890.931,50	2.477.891,81	13,03%	19.014.413,85
17	2036	(30.914.148,92)	657.589,70	1.856.418,23	2.514.007,93	13,08%	19.219.769,52
18	2037	(30.181.250,43)	732.898,48	1.817.751,96	2.550.650,44	13,13%	19.427.343,03
19	2038	(29.368.080,93)	813.169,51	1.774.657,53	2.587.827,03	13,18%	19.637.158,33
20	2039	(28.469.378,60)	898.702,33	1.726.843,16	2.625.545,49	13,23%	19.849.239,64
21	2040	(27.479.564,36)	989.814,24	1.673.999,46	2.663.813,70	13,28%	20.063.611,43
22	2041	(26.392.723,06)	1.086.841,30	1.615.798,38	2.702.639,68	13,33%	20.280.298,43
23	2042	(25.202.583,60)	1.190.139,46	1.551.892,12	2.742.031,57	13,38%	20.499.325,66
24	2043	(23.902.497,91)	1.300.085,69	1.481.911,92	2.781.997,61	13,43%	20.720.718,37
25	2044	(22.485.418,62)	1.417.079,29	1.405.466,88	2.822.546,16	13,48%	20.944.502,13
26	2045	(20.943.875,51)	1.541.543,11	1.322.142,62	2.863.685,73	13,53%	21.170.702,76
27	2046	(19.269.950,48)	1.673.925,04	1.231.499,88	2.905.424,92	13,58%	21.399.346,35
28	2047	(17.455.251,10)	1.814.699,38	1.133.073,09	2.947.772,47	13,63%	21.630.459,29
29	2048	(15.490.882,62)	1.964.368,48	1.026.368,76	2.990.737,25	13,68%	21.864.068,25
30	2049	(13.367.418,26)	2.123.464,35	910.863,90	3.034.328,25	13,73%	22.100.200,18
31	2050	(11.074.867,84)	2.292.550,42	786.004,19	3.078.554,61	13,78%	22.338.882,35
32	2051	(8.602.644,49)	2.472.223,36	651.202,23	3.123.425,59	13,83%	22.580.142,27
33	2052	(5.939.529,41)	2.663.115,07	505.835,50	3.168.950,57	13,88%	22.824.007,81
34	2053	(3.073.634,65)	2.865.894,77	349.244,33	3.215.139,10	13,94%	23.070.507,10
35	2054	7.636,47	3.081.271,12	180.729,72	3.262.000,83	13,99%	23.319.668,57

* Custo Suplementar



5.2.2.2. CENÁRIO 2 - Aplicação de LDA e prazo pela Duração do Passivo

O art. 6º, II da I.N. SPREV nº 007/2018, informa que, na utilização da Duração do Passivo como parâmetro para o cálculo do LDA, o prazo do plano de amortização deverá ser determinado pela fórmula do artigo 6º, II, a.

	CENÁRIO 2 - COM LDA
Prazo de Equacionamento do Déficit Atuarial	46
Déficit Atuarial	(31.901.404,70)
Limite do Déficit Atuarial - LDA	(11.005.984,62)
Déficit Atuarial a ser Amortizado	(20.895.420,08)

Tabela de Financiamento do Déficit Atuarial - CENÁRIO 2

PERÍOD	ANO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	C.S. *	FOLHA SALARIAL
0		(20.895.420,08)					
1	2020	(21.525.237,17)	(629.817,09)	1.228.650,70	598.833,61	3,70%	16.184.692,16
2	2021	(22.087.815,89)	(562.578,72)	1.265.683,95	703.105,22	4,30%	16.359.486,84
3	2022	(22.503.420,24)	(415.604,34)	1.298.763,57	883.159,23	5,34%	16.536.169,29
4	2023	(22.490.188,23)	13.232,01	1.323.201,11	1.336.433,12	8,00%	16.714.759,92
5	2024	(22.467.498,04)	22.690,19	1.322.423,07	1.345.113,26	7,96%	16.895.279,33
6	2025	(22.434.737,15)	32.760,89	1.321.088,88	1.353.849,77	7,93%	17.077.748,35
7	2026	(22.391.256,66)	43.480,49	1.319.162,54	1.362.643,03	7,89%	17.262.188,03
8	2027	(22.336.369,15)	54.887,51	1.316.605,89	1.371.493,40	7,86%	17.448.619,66
9	2028	(22.269.346,41)	67.022,75	1.313.378,51	1.380.401,25	7,83%	17.637.064,75
10	2029	(22.189.417,01)	79.929,40	1.309.437,57	1.389.366,96	7,79%	17.827.545,05
11	2030	(22.095.763,82)	93.653,19	1.304.737,72	1.398.390,91	7,76%	18.020.082,54
12	2031	(21.987.521,28)	108.242,55	1.299.230,91	1.407.473,46	7,73%	18.214.699,43
13	2032	(21.863.772,52)	123.748,75	1.292.866,25	1.416.615,00	7,69%	18.411.418,18
14	2033	(21.723.546,43)	140.226,10	1.285.589,82	1.425.815,92	7,66%	18.610.261,50
15	2034	(21.565.814,36)	157.732,07	1.277.344,53	1.435.076,60	7,63%	18.811.252,32
16	2035	(21.389.486,81)	176.327,54	1.268.069,88	1.444.397,43	7,60%	19.014.413,85
17	2036	(21.193.409,85)	196.076,97	1.257.701,82	1.453.778,79	7,56%	19.219.769,52
18	2037	(20.976.361,26)	217.048,59	1.246.172,50	1.463.221,09	7,53%	19.427.343,03
19	2038	(20.737.046,58)	239.314,67	1.233.410,04	1.472.724,71	7,50%	19.637.158,33
20	2039	(20.474.094,86)	262.951,73	1.219.338,34	1.482.290,07	7,47%	19.849.239,64
21	2040	(20.186.054,09)	288.040,77	1.203.876,78	1.491.917,54	7,44%	20.063.611,43
22	2041	(19.871.386,52)	314.667,57	1.186.939,98	1.501.607,55	7,40%	20.280.298,43
23	2042	(19.528.463,55)	342.922,97	1.168.437,53	1.511.360,50	7,37%	20.499.325,66
24	2043	(19.155.560,42)	372.903,13	1.148.273,66	1.521.176,79	7,34%	20.720.718,37
25	2044	(18.750.850,53)	404.709,88	1.126.346,95	1.531.056,84	7,31%	20.944.502,13
26	2045	(18.312.399,49)	438.451,04	1.102.550,01	1.541.001,05	7,28%	21.170.702,76
27	2046	(17.838.158,72)	474.240,77	1.076.769,09	1.551.009,86	7,25%	21.399.346,35
28	2047	(17.325.958,78)	512.199,94	1.048.883,73	1.561.083,67	7,22%	21.630.459,29
29	2048	(16.773.502,24)	552.456,54	1.018.766,38	1.571.222,92	7,19%	21.864.068,25
30	2049	(16.178.356,16)	595.146,08	986.281,93	1.581.428,01	7,16%	22.100.200,18
31	2050	(15.537.944,11)	640.412,05	951.287,34	1.591.699,39	7,13%	22.338.882,35
32	2051	(14.849.537,74)	688.406,37	913.631,11	1.602.037,49	7,09%	22.580.142,27
33	2052	(14.110.247,83)	739.289,90	873.152,82	1.612.442,72	7,06%	22.824.007,81
34	2053	(13.317.014,86)	793.232,97	829.682,57	1.622.915,54	7,03%	23.070.507,10
35	2054	(12.466.598,95)	850.415,91	783.040,47	1.633.456,38	7,00%	23.319.668,57
36	2055	(11.555.569,28)	911.029,67	733.036,02	1.644.065,69	6,97%	23.571.520,99
37	2056	(10.580.292,86)	975.276,43	679.467,47	1.654.743,90	6,95%	23.826.093,42
38	2057	(9.536.922,61)	1.043.370,25	622.121,22	1.665.491,47	6,92%	24.083.415,23
39	2058	(8.421.384,82)	1.115.537,79	560.771,05	1.676.308,84	6,89%	24.343.516,11
40	2059	(7.229.365,78)	1.192.019,04	495.177,43	1.687.196,47	6,86%	24.606.426,09
41	2060	(5.956.297,68)	1.273.068,11	425.086,71	1.698.154,81	6,83%	24.872.175,49
42	2061	(4.597.343,65)	1.358.954,03	350.230,30	1.709.184,33	6,80%	25.140.794,98
43	2062	(3.147.381,96)	1.449.961,68	270.323,81	1.720.285,49	6,77%	25.412.315,57
44	2063	(1.600.989,27)	1.546.392,69	185.066,06	1.731.458,75	6,74%	25.686.768,58
45	2064	47.577,14	1.648.566,41	94.138,17	1.742.704,58	6,71%	25.964.185,68

* Custo Suplementar


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

5.2.2.3. CENÁRIO 3 - Aplicação de LDA e prazo pela SVM e RAP

O art. 6º, III da I.N. SPREV nº 007/2018, informa que, caso seja utilizado a Sobrevida Média dos Aposentados e Pensionistas como parâmetro para o cálculo do LDA, o prazo do plano de amortização deverá ser calculado pelas fórmulas do artigo 6º, III, a e b.

O art. 6º, III, a, informa que o prazo do plano de amortização do Déficit Atuarial relativo à PMBC deverá corresponder à sobrevida média dos aposentados e pensionistas, calculada conforme o inciso II do art. 4º da I.N. SPREV nº 007/2018.

O art. 6º, III, b, informa que o prazo do plano de amortização do Déficit Atuarial relativo à PMBaC deverá ser calculado pelo prazo médio remanescente para aposentadoria de cada segurado ativo, conforme a fórmula do artigo 6º, b.

	CENÁRIO 3.a - COM LDA	CENÁRIO 3.b - COM LDA
	SVM - PMBC	RAP - PMBaC
Prazo de Equacionamento do Déficit Atuarial	19	25
Déficit Atuarial	-	(31.901.404,70)
Limite do Déficit Atuarial - LDA	-	(5.533.907,42)
Déficit Atuarial a ser Amortizado	-	(26.367.497,28)

O artigo 3º, § 2º, informa que para apuração do Déficit Atuarial, é calculado a diferença entre os ativos garantidores e a PMBC.

De acordo com o artigo 3º, § 2º, II, a, da I.N. SPREV nº 007/2018, caso o resultado da diferença dos ativos garantidores e a PMBC seja negativo, o Déficit Atuarial relativo à PMBC será o resultado dessa diferença apurada e o Déficit Atuarial relativo à PMBaC será igual ao valor apurado da PMBaC.



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

De acordo com o artigo 3º, § 2º, III, a, da I.N. SPREV nº 007/2018, caso o resultado da diferença dos ativos garantidores e a PMBC seja positivo, o Déficit Atuarial relativo à PMBC será igual a zero e o Déficit Atuarial relativo à PMBaC será a PMBaC subtraído da diferença dos ativos garantidores e o PMBC.

Neste caso, o resultado da diferença dos ativos garantidores e a PMBC foi positivo, sendo considerado o Déficit Atuarial relativo à PMBC igual a zero e o Déficit Atuarial relativo à PMBaC sendo subtraído pela diferença dos ativos garantidores e o PMBC, conforme consta na página 62 desta Reavaliação.

Assim, os planos de amortização, com alíquotas crescentes de financiamento serão, conforme a tabela abaixo:

Tabela de Financiamento do Déficit Atuarial - CENÁRIO 3.a - PMBC

PERÍOD	ANO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	C.S. *	FOLHA SALARIAL
0		-					
1	2020	-	-	-	-	0,00%	
2	2021	-	-	-	-	0,00%	-
3	2022	-	-	-	-	0,00%	-
4	2023	-	-	-	-	0,00%	-
5	2024	-	-	-	-	0,00%	-
6	2025	-	-	-	-	0,00%	-
7	2026	-	-	-	-	0,00%	-
8	2027	-	-	-	-	0,00%	-
9	2028	-	-	-	-	0,00%	-
10	2029	-	-	-	-	0,00%	-
11	2030	-	-	-	-	0,00%	-
12	2031	-	-	-	-	0,00%	-
13	2032	-	-	-	-	0,00%	-
14	2033	-	-	-	-	0,00%	-
15	2034	-	-	-	-	0,00%	-
16	2035	-	-	-	-	0,00%	-
17	2036	-	-	-	-	0,00%	-
18	2037	-	-	-	-	0,00%	-
19	2038	-	-	-	-	0,00%	-
20	2039	-	-	-	-	0,00%	-
21	2040	-	-	-	-	0,00%	-
22	2041	-	-	-	-	0,00%	-
23	2042	-	-	-	-	0,00%	-
24	2043	-	-	-	-	0,00%	-
25	2044	-	-	-	-	0,00%	-
26	2045	-	-	-	-	0,00%	-
27	2046	-	-	-	-	0,00%	-
28	2047	-	-	-	-	0,00%	-
29	2048	-	-	-	-	0,00%	-
30	2049	-	-	-	-	0,00%	-
31	2050	-	-	-	-	0,00%	-
32	2051	-	-	-	-	0,00%	-
33	2052	-	-	-	-	0,00%	-
34	2053	-	-	-	-	0,00%	-
35	2054	-	-	-	-	0,00%	-

* Custo Suplementar

Tabela de Financiamento do Déficit Atuarial - CENÁRIO 3.b - PMBaC

[illegible]


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br
Tabela de Financiamento do Déficit Atuarial - CENÁRIO 3 (3a + 3b)
PMBC e prazo SVM e PMBaC prazo RAP

PERÍODO	ANO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	C.S. *	FOLHA SALARIAL
0		(26.367.497,28)					
1	2020	(27.319.072,51)	(951.575,23)	1.550.408,84	598.833,61	3,70%	-
2	2021	(28.224.151,82)	(905.079,31)	1.606.361,46	701.282,15	4,29%	-
3	2022	(28.755.217,46)	(531.065,64)	1.659.580,13	1.128.514,49	6,82%	-
4	2023	(28.738.309,39)	16.908,07	1.690.806,79	1.707.714,85	10,22%	-
5	2024	(28.657.294,29)	81.015,10	1.689.812,59	1.770.827,70	10,48%	-
6	2025	(28.506.070,16)	151.224,13	1.685.048,90	1.836.273,03	10,75%	-
7	2026	(28.278.090,03)	227.980,13	1.676.156,93	1.904.137,06	11,03%	-
8	2027	(27.966.332,55)	311.757,48	1.662.751,69	1.974.509,17	11,32%	-
9	2028	(27.563.270,85)	403.061,70	1.644.420,35	2.047.482,06	11,61%	-
10	2029	(27.060.839,34)	502.431,51	1.620.720,33	2.123.151,84	11,91%	-
11	2030	(26.450.398,50)	610.440,83	1.591.177,35	2.201.618,19	12,22%	-
12	2031	(25.722.697,48)	727.701,02	1.555.283,43	2.282.984,45	12,53%	-
13	2032	(24.867.834,29)	854.863,20	1.512.494,61	2.367.357,81	12,86%	-
14	2033	(23.875.213,55)	992.620,74	1.462.228,66	2.454.849,39	13,19%	-
15	2034	(22.733.501,66)	1.141.711,89	1.403.862,56	2.545.574,45	13,53%	-
16	2035	(21.430.579,09)	1.302.922,57	1.336.729,90	2.639.652,47	13,88%	-
17	2036	(19.953.489,76)	1.477.089,33	1.260.118,05	2.737.207,38	14,24%	-
18	2037	(18.288.387,28)	1.665.102,48	1.173.265,20	2.838.367,67	14,61%	-
19	2038	(16.420.477,86)	1.867.909,42	1.075.357,17	2.943.266,60	14,99%	-
20	2039	(14.333.959,63)	2.086.518,22	965.524,10	3.052.042,32	15,38%	-
21	2040	(12.011.958,34)	2.322.001,29	842.836,83	3.164.838,12	15,77%	-
22	2041	(9.436.458,92)	2.575.499,42	706.303,15	3.281.802,57	16,18%	-
23	2042	(6.588.232,98)	2.848.225,95	554.863,78	3.403.089,73	16,60%	-
24	2043	(3.446.761,72)	3.141.471,26	387.388,10	3.528.859,36	17,03%	-
25	2044	9.845,81	3.456.607,53	202.669,59	3.659.277,12	17,47%	-
26	2045	-	-	-	-	0,00%	-
27	2046	-	-	-	-	0,00%	-
28	2047	-	-	-	-	0,00%	-
29	2048	-	-	-	-	0,00%	-
30	2049	-	-	-	-	0,00%	-
31	2050	-	-	-	-	0,00%	-
32	2051	-	-	-	-	0,00%	-
33	2052	-	-	-	-	0,00%	-
34	2053	-	-	-	-	0,00%	-
35	2054	-	-	-	-	0,00%	-

* Custo Suplementar



5.2.3. PLANO DE AMORTIZAÇÃO - CENÁRIO INDICADO

Devido as alterações normativas que o Ente poderá adotar para o RPPS, e, para aplicação da LDA é necessário o atendimento do art. 68 da Portaria MF 464/2018 (como o Relatório de Análise das Hipóteses, que será exigido para este RPPS a partir da Avaliação Atuarial do exercício de 2021), o Plano de Amortização indicado é o Cenário 1, sem a aplicação da LDA.

Tabela de Financiamento do Déficit Atuarial - CENÁRIO 1 - Sem aplicação LDA

PERÍODO	ANO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	C.S. *	FOLHA SALARIAL
0		(31.901.404,70)					
1	2020	(33.178.373,69)	(1.276.968,99)	1.875.802,60	598.833,61	3,70%	16.184.692,16
2	2021	(34.425.183,80)	(1.246.810,11)	1.950.888,37	704.078,26	4,30%	16.359.486,84
3	2022	(35.072.928,05)	(647.744,26)	2.024.200,81	1.376.456,55	8,32%	16.536.169,29
4	2023	(35.052.305,17)	20.622,88	2.062.288,17	2.082.911,05	12,46%	16.714.759,92
5	2024	(35.000.110,53)	52.194,64	2.061.075,54	2.113.270,18	12,51%	16.895.279,33
6	2025	(34.914.045,22)	86.065,31	2.058.006,50	2.144.071,81	12,55%	17.077.748,35
7	2026	(34.791.668,70)	122.376,52	2.052.945,86	2.175.322,38	12,60%	17.262.188,03
8	2027	(34.630.390,38)	161.278,32	2.045.750,12	2.207.028,44	12,65%	17.448.619,66
9	2028	(34.427.460,70)	202.929,67	2.036.266,95	2.239.196,63	12,70%	17.637.064,75
10	2029	(34.179.961,72)	247.498,99	2.024.334,69	2.271.833,67	12,74%	17.827.545,05
11	2030	(33.884.797,05)	295.164,67	2.009.781,75	2.304.946,42	12,79%	18.020.082,54
12	2031	(33.538.681,32)	346.115,72	1.992.426,07	2.338.541,79	12,84%	18.214.699,43
13	2032	(33.138.128,96)	400.552,37	1.972.074,46	2.372.626,83	12,89%	18.411.418,18
14	2033	(32.679.442,27)	458.686,68	1.948.521,98	2.407.208,67	12,93%	18.610.261,50
15	2034	(32.158.698,93)	520.743,34	1.921.551,21	2.442.294,55	12,98%	18.811.252,32
16	2035	(31.571.738,61)	586.960,32	1.890.931,50	2.477.891,81	13,03%	19.014.413,85
17	2036	(30.914.148,92)	657.589,70	1.856.418,23	2.514.007,93	13,08%	19.219.769,52
18	2037	(30.181.250,43)	732.898,48	1.817.751,96	2.550.650,44	13,13%	19.427.343,03
19	2038	(29.368.080,93)	813.169,51	1.774.657,53	2.587.827,03	13,18%	19.637.158,33
20	2039	(28.469.378,60)	898.702,33	1.726.843,16	2.625.545,49	13,23%	19.849.239,64
21	2040	(27.479.564,36)	989.814,24	1.673.999,46	2.663.813,70	13,28%	20.063.611,43
22	2041	(26.392.723,06)	1.086.841,30	1.615.798,38	2.702.639,68	13,33%	20.280.298,43
23	2042	(25.202.583,60)	1.190.139,46	1.551.892,12	2.742.031,57	13,38%	20.499.325,66
24	2043	(23.902.497,91)	1.300.085,69	1.481.911,92	2.781.997,61	13,43%	20.720.718,37
25	2044	(22.485.418,62)	1.417.079,29	1.405.466,88	2.822.546,16	13,48%	20.944.502,13
26	2045	(20.943.875,51)	1.541.543,11	1.322.142,62	2.863.685,73	13,53%	21.170.702,76
27	2046	(19.269.950,48)	1.673.925,04	1.231.499,88	2.905.424,92	13,58%	21.399.346,35
28	2047	(17.455.251,10)	1.814.699,38	1.133.073,09	2.947.772,47	13,63%	21.630.459,29
29	2048	(15.490.882,62)	1.964.368,48	1.026.368,76	2.990.737,25	13,68%	21.864.068,25
30	2049	(13.367.418,26)	2.123.464,35	910.863,90	3.034.328,25	13,73%	22.100.200,18
31	2050	(11.074.867,84)	2.292.550,42	786.004,19	3.078.554,61	13,78%	22.338.882,35
32	2051	(8.602.644,49)	2.472.223,36	651.202,23	3.123.425,59	13,83%	22.580.142,27
33	2052	(5.939.529,41)	2.663.115,07	505.835,50	3.168.950,57	13,88%	22.824.007,81
34	2053	(3.073.634,65)	2.865.894,77	349.244,33	3.215.139,10	13,94%	23.070.507,10
35	2054	7.636,47	3.081.271,12	180.729,72	3.262.000,83	13,99%	23.319.668,57

* Custo Suplementar


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

5.3. CUSTO ADMINISTRATIVO E TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A Folha de remuneração de contribuição dos Servidores Ativos é de R\$ 1.244.976,32 (mês).

Data Focal desta Reavaliação Atuarial: 31/12/2019.

Data da Reavaliação Atuarial: 03/06/2020.

Custo Administrativo e Taxa de Administração

	VALOR (R\$)	TAXA DE ADM	VALOR ORÇADO DO CUSTO ADMINISTRATIVO
FOLHA BRUTA ANUAL - SERVIDORES ATIVOS (3)	21.236.072,12		424.721,44
FOLHA BRUTA ANUAL - APOSENTADOS (3)	1.224.129,58		24.482,59
FOLHA BRUTA ANUAL - PENSIONISTAS (3)	110.563,30		2.211,27
TOTAL - FOLHA BRUTA ANUAL (3)	22.570.765,00	2,00%	451.415,30
TOTAL - FOLHA BRUTA MENSAL (4)	1.736.212,69		34.724,25

(3) Sobre a Folha Bruta de Remuneração e da Folha Bruta de Benefícios do RPPS, do ano anterior.

(4) Valor total da Folha Brutal Anual, dividido por 13.

5.4. PLANO DE CUSTEIO

5.4.1. CUSTO NORMAL e TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

O Art. 48, I, da Portaria MF 464/2018, menciona que o Plano de Custeio proposto na Avaliação Atuarial deverá cobrir, além dos custos de todos os benefícios do RPPS, contemplar também, os recursos para o financiamento do custo administrativo.


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

Sendo assim, acrescentamos mais 2,00% referente á Taxa de Administração, alterando o Custo Normal Total de 27,30% para 29,30% .

Custo Normal e Taxa de Administração ⁽¹⁾

CUSTOS	VALOR MENSAL	ALÍQUOTA MENSAL
CUSTO NORMAL	339.718,23	27,30%
Taxa de Administração	24.899,53	2,00%
CUSTO NORMAL + Taxa de ADM	364.617,76	29,30%

⁽¹⁾ Sobre a Folha de Remuneração de Contribuição dos Servidores Ativos.

5.4.2. CUSTO NORMAL e LEGISLAÇÃO

Conforme o artigo 3º da Portaria MF 464/2018, os Regimes Próprios de Previdência Social deverão realizar Avaliações Atuariais anuais, com **DATA FOCAL em 31 de dezembro de cada exercício**, coincidente com o ano civil, que se refiram ao cálculo dos custos (Plano de Custeio) e compromissos com o plano de benefícios do RPPS (Provisões Matemáticas Previdenciárias, também chamadas de Passivo Atuarial), cujas obrigações iniciar-se-ão no primeiro dia do exercício seguinte.

*Art.3º - Deverão ser realizadas avaliações atuariais anuais **com data focal em 31 de dezembro de cada exercício, coincidente com o ano civil**, que se refiram ao **cálculo dos custos e compromissos com o plano de benefícios do RPPS**, cujas obrigações iniciar-se-ão no **primeiro dia do exercício seguinte**. (GRIFO NOSSO)*



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

Dessa forma, a Reavaliação Atuarial do exercício 2020, ano civil 2019 deverá estimar o custo (chamado na Portaria MF 464/2018 de Plano de Custeio de Equilíbrio) e os compromissos do plano de benefícios (Provisões Matemáticas Previdenciárias), com data focal em 31/12/2019.

Como a Emenda Constitucional nº 103/2019, federalizou a definição das alíquotas de custo normal aos Entes Subnacionais, a Reavaliação Atuarial deverá seguir a definição da distribuição das alíquotas entre Ente e os Segurados do seu respectivo RPPS, na data focal de 31/12/2019.

Sendo assim, conforme consta na Lei Municipal nº 125, de 30/08/2018 o Custo Normal dos Servidores Ativos e também dos Aposentados e Pensionistas, cujos proventos ultrapassem o Teto de Benefícios do RGPS, será de 11,00%.

Conforme o artigo 2º da Lei 9.717/98, a alíquota de contribuição mínima do Ente Federativo, não poderá ser inferior a alíquota de contribuição dos seus Servidores, vinculados ao seu RPPS.

O **Art. 2º da Lei 9.717/98**, define as alíquotas Atuariais de Custo Normal para o Ente.

***Art. 2º.** – A Contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores, não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição.*

Nesse caso, conforme o artigo 2º da Lei 9.717/98, a alíquota de contribuição normal, para manutenção dos compromissos previdenciários do Plano de Benefícios, será de 11,00% para o Segurado Ativo e 18,30% para o Ente Federativo conforme demonstra a tabela abaixo.


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br
Custo Normal e Taxa de Administração - Segurado e Ente (1)

CUSTO NORMAL	VALOR MENSAL	ALÍQUOTA MENSAL
CUSTO NORMAL - SEGURADO ATIVO	136.947,40	11,00%
CUSTO NORMAL - ENTE FEDERATIVO	227.830,67	18,30%
CUSTO MENSAL TOTAL	364.778,06	29,30%

(1) Sobre a Folha de Remuneração de Contribuição dos Servidores Ativos.

Salientamos que a definição da alíquota mínima de contribuição para o Segurado, não afeta a definição do Custo Normal apresentado na página 75, já que, a Avaliação Atuarial apresenta o Custo Normal Total, necessário para a manutenção dos compromissos do Plano de Benefícios.

5.4.3. ALÍQUOTA MÍNIMA DE 14% OU TABELA PROGRESSIVA

Como o TAPURAH-PREVI apresenta Deficit Atuarial, o Ente federativo deverá adotar a alíquota mínima uniforme de 14% para os segurados ativos, aposentados e pensionistas, por determinação do § 4º do art. 9º da EC nº 103, de 2019, ou, alíquotas progressivas, conforme previsto no § 1º-B do art. 149 da Constituição Federal, tendo por parâmetro mínimo, as alíquotas e faixas aplicadas aos servidores da União, e, verificar qual a melhor opção para o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, a ser assegurado, conforme art. o 40 da CF/88, § 1º do art. 9º da EC nº 103, de 2019, e art. 1º da Lei nº 9.717, de 1998.

Para estabelecer alíquotas progressivas por faixas aos Segurados Ativos (ao invés de aplicar a alíquota uniforme de 14%), a arrecadação da Tabela Progressiva deverá conduzir ao mesmo valor que seria arrecadado, caso fosse adotada a alíquota fixa de 14%.


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

5.4.4. CUSTO NORMAL, TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E CUSTO SUPLEMENTAR

Assim, agregando o Plano de Amortização para financiamento do Déficit Atuarial, o Plano de Custeio de Equilíbrio proposto nesta Reavaliação Atuarial, separado entre Segurados e Ente será da seguinte forma:

A Folha de remuneração de contribuição dos Servidores Ativos é de R\$ 1.244.976,32 (mês).

Data Focal desta Reavaliação Atuarial: 31/12/2019.

Custo Mensal distribuído entre os Segurados e o Ente Público (Alíquotas e Valor Financeiro)

	CUSTO NORMAL		CUSTO SUPLEMENTAR	
	VALOR MENSAL	ALÍQUOTA MENSAL	VALOR MENSAL	ALÍQUOTA MENSAL
Servidor Ativo (1)	136.947,40	11,00%	-	-
Ente Público (1)	227.830,67	18,30%	46.064,12	3,70%
CUSTO MENSAL (Serv. Ativo + Ente)	364.778,06	29,30%	46.064,12	3,70%
(1) Sobre a Folha de Remuneração de Contribuição dos Servidores Ativos.				
Aposentado (acima Teto) (2)	339,61	11,00%	-	-
Pensionista (acima do Teto) (2)	0,00	11,00%	-	-
CUSTO MENSAL (Beneficiários)	339,61	11,00%	-	-
(2) Alíquota cobrada somente sobre os proventos, cujos valores ultrapassam o Teto do RGPS.				
CUSTO MENSAL FINAL	365.117,67		46.064,12	


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

5.5. RESULTADO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO (EXERCÍCIO)

A Folha de remuneração de contribuição dos Servidores Ativos é de R\$ 1.244.976,32 (mês).

Data Focal desta Reavaliação Atuarial: 31/12/2019.

Equilíbrio Financeiro do exercício - Plano de Custeio de Equilíbrio *

RECEITAS	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)	% RECOLHIDA SOBRE A FOLHA REMUNERAÇÃO
Contribuição - Servidor Ativo (1)	136.947,40	1.780.316,14	11,00%
Contribuição - Aposentado (2)	339,61	4.414,97	11,00%
Contribuição - Pensionista (2)	-	-	11,00%
Contribuição - Ente Público (1)	227.830,67	2.961.798,67	18,30%
Financiamento do Déficit Atuarial (1)	46.064,12	598.833,61	3,70%
Total	411.181,80	5.345.363,38	33,00%

(1) Sobre a Folha de Remuneração de Contribuição dos Servidores Ativos.

(2) Alíquota cobrada somente sobre os proventos, cujos valores ultrapassam o Teto do RGPS.

DESPESAS	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)	% CONSUMIDA SOBRE A FOLHA REMUNERAÇÃO
Folha de Aposentadoria	98.233,83	1.277.039,79	7,89%
Folha de Pensionistas	8.898,45	115.679,85	0,71%
Folha de Benefícios Iminente (3)	79.541,77	1.034.042,96	6,39%
Orçamento Despesa Administrativa (4)	34.724,25	451.415,30	2,79%
Total	221.398,30	2.878.177,90	17,78%

(3) Servidores Ativos que terão o direito de requerer a aposentadoria neste exercício.

(4) O valor informado é referente ao Orçamento da Despesa Administrativa. Este valor sobre a Folha de Remuneração de Contribuição dos Servidores Ativos, gera uma alíquota superior a 2,00%.

SALDO FINANCEIRO	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)	%
Superávit Financeiro	189.783,50	2.467.185,48	15,22%

*Estimativa de Fluxo Financeiro, posicionado no último dia útil deste exercício.


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

O Cenário abaixo, projeta o comportamento do Equilíbrio Financeiro do TAPURAH-PREVI caso o Ente Público não adote o Plano de Custeio proposto nesta Reavaliação Atuarial (Plano de Custeio de Equilíbrio), para o exercício de 2020.

Equilíbrio Financeiro do exercício - Plano de Custeio Vigente *

RECEITAS	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)	% RECOLHIDA SOBRE A FOLHA REMUNERAÇÃO
Contribuição - Servidor Ativo (1)	136.947,40	1.780.316,14	11,00%
Contribuição - Aposentado (2)	339,61	4.414,97	11,00%
Contribuição - Pensionista (2)	-	-	11,00%
Contribuição - Ente Público (1)	227.830,67	2.961.798,67	18,30%
Financiamento do Déficit Atuarial (1)	41.084,22	534.094,84	3,30%
Total	406.201,89	5.280.624,61	32,60%

(1) Sobre a Folha de Remuneração de Contribuição dos Servidores Ativos.

(2) Alíquota cobrada somente sobre os proventos, cujos valores ultrapassam o Teto do RGPS.

DESPESAS	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)	% CONSUMIDA SOBRE A FOLHA REMUNERAÇÃO
Folha de Aposentadoria	98.233,83	1.277.039,79	7,89%
Folha de Pensionistas	8.898,45	115.679,85	0,71%
Folha de Benefícios iminente (3)	79.541,77	1.034.042,96	6,39%
Orçamento Despesa Administrativa (4)	34.724,25	451.415,30	2,79%
Total	221.398,30	2.878.177,90	17,78%

(3) Servidores Ativos que terão o direito de requerer a aposentadoria neste exercício.

(4) O valor informado é referente ao Orçamento da Despesa Administrativa. Este valor sobre a Folha de Remuneração de Contribuição dos Servidores Ativos, gera uma alíquota superior a 2,00%.

SALDO FINANCEIRO	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)	%
Superávit Financeiro	184.803,59	2.402.446,71	14,82%


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br
Observação: Data Focal desta Reavaliação Atuarial: 31/12/2019.
5.6. PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS

Provisões Matemáticas Previdenciárias		Plano de Custeio Equilíbrio	Plano de Custeio Equilíbrio
Exercício		2019	2020
	ATIVO	25.381.795,75	31.037.080,14
	(+) Bancos Conta Movimento - RPPS	8.648,63	23.561,40
	(+) Investimentos e Aplicações (CP e LP)	25.373.147,12	31.013.518,74
	(+) Crédito a Curto Prazo	-	-
	(+) Crédito a Longo Prazo	-	-
	(+) Imobilizado	-	-
2.2.7.2.1.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS	(25.381.795,75)	(31.037.080,14)
	PLANO FINANCEIRO	-	-
2.2.7.2.1.01.00	PROVISÕES PARA BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	-	-
2.2.7.2.1.01.01	Aposentadorias e Pensões	-	-
2.2.7.2.1.01.02	Contribuições do Ente	-	-
2.2.7.2.1.01.03	Contribuições do Inativo	-	-
2.2.7.2.1.01.04	Contribuições do Pensionista	-	-
2.2.7.2.1.01.05	Compensação Previdenciária	-	-
	Parcelamento de Débitos Previdenciários	-	-
2.2.7.2.1.02.00	PROVISÕES PARA BENEFÍCIOS A CONCEDER	-	-
2.2.7.2.1.02.01	Aposentadorias e Pensões	-	-
2.2.7.2.1.02.02	Contribuições do Ente	-	-
2.2.7.2.1.02.03	Contribuições do Ativo	-	-
2.2.7.2.1.02.04	Compensação Previdenciária	-	-
	Parcelamento de Débitos Previdenciários	-	-
	PLANO PREVIDENCIÁRIO	(25.381.795,75)	(31.037.080,14)
2.2.7.2.1.03.00	PROVISÕES PARA BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	(12.086.157,48)	(15.416.181,19)
2.2.7.2.1.03.01	Aposentadorias e Pensões	(12.431.265,26)	(16.039.168,43)
2.2.7.2.1.03.02	Contribuições do Ente	-	-
2.2.7.2.1.03.03	Contribuições do Inativo	63.321,52	35.702,49
2.2.7.2.1.03.04	Contribuições do Pensionista	-	-
2.2.7.2.1.03.05	Compensação Previdenciária	281.786,26	587.284,75
	Parcelamento de Débitos Previdenciários	-	-
2.2.7.2.1.04.00	PROVISÕES PARA BENEFÍCIOS A CONCEDER	(44.801.757,78)	(47.522.303,65)
2.2.7.2.1.04.01	Aposentadorias e Pensões	(76.993.131,33)	(113.855.531,46)
2.2.7.2.1.04.02	Contribuições do Ente	18.699.968,45	39.378.530,43
2.2.7.2.1.04.03	Contribuições do Ativo	11.240.418,20	23.667.467,69
2.2.7.2.1.04.04	Compensação Previdenciária	2.250.986,90	3.287.229,69
	Parcelamento de Débitos Previdenciários	-	-
2.2.7.2.1.05.00	PLANO DE AMORTIZAÇÃO	31.506.119,51	31.901.404,70
2.2.7.2.1.05.98	Outros Créditos	31.506.119,51	31.901.404,70
2.2.7.2.1.07.00	PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTE PLANO	-	-
2.2.7.2.1.07.01	Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário	-	-
RESULTADO ATUARIAL			
Equilíbrio Atuarial			-


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br
Observação: Data Focal desta Reavaliação Atuarial: 31/12/2019.

Provisões Matemáticas Previdenciárias		Plano de Custeio Equilíbrio	Plano de Custeio Vigente
		2019	2020
	ATIVO	25.381.795,75	31.037.080,14
	(+) Bancos Conta Movimento - RPPS	8.648,63	23.561,40
	(+) Investimentos e Aplicações (CP e LP)	25.373.147,12	31.013.518,74
	(+) Crédito a Curto Prazo	-	-
	(+) Crédito a Longo Prazo	-	-
	(+) Imobilizado	-	-
2.2.7.2.1.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS	(25.381.795,75)	(43.599.967,31)
	PLANO FINANCEIRO	-	-
2.2.7.2.1.01.00	PROVISÕES PARA BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	-	-
2.2.7.2.1.01.01	Aposentadorias e Pensões	-	-
2.2.7.2.1.01.02	Contribuições do Ente	-	-
2.2.7.2.1.01.03	Contribuições do Inativo	-	-
2.2.7.2.1.01.04	Contribuições do Pensionista	-	-
2.2.7.2.1.01.05	Compensação Previdenciária	-	-
	Parcelamento de Débitos Previdenciários	-	-
2.2.7.2.1.02.00	PROVISÕES PARA BENEFÍCIOS A CONCEDER	-	-
2.2.7.2.1.02.01	Aposentadorias e Pensões	-	-
2.2.7.2.1.02.02	Contribuições do Ente	-	-
2.2.7.2.1.02.03	Contribuições do Ativo	-	-
2.2.7.2.1.02.04	Compensação Previdenciária	-	-
	Parcelamento de Débitos Previdenciários	-	-
	PLANO PREVIDENCIÁRIO	(25.381.795,75)	(43.599.967,31)
2.2.7.2.1.03.00	PROVISÕES PARA BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	(12.086.157,48)	(15.416.181,19)
2.2.7.2.1.03.01	Aposentadorias e Pensões	(12.431.265,26)	(16.039.168,43)
2.2.7.2.1.03.02	Contribuições do Ente	-	-
2.2.7.2.1.03.03	Contribuições do Inativo	63.321,52	35.702,49
2.2.7.2.1.03.04	Contribuições do Pensionista	-	-
2.2.7.2.1.03.05	Compensação Previdenciária	281.786,26	587.284,75
	Parcelamento de Débitos Previdenciários	-	-
2.2.7.2.1.04.00	PROVISÕES PARA BENEFÍCIOS A CONCEDER	(44.801.757,78)	(59.689.905,63)
2.2.7.2.1.04.01	Aposentadorias e Pensões	(76.993.131,33)	(113.855.531,46)
2.2.7.2.1.04.02	Contribuições do Ente	18.699.968,45	31.697.862,90
2.2.7.2.1.04.03	Contribuições do Ativo	11.240.418,20	19.051.197,14
2.2.7.2.1.04.04	Compensação Previdenciária	2.250.986,90	3.416.565,79
	Parcelamento de Débitos Previdenciários	-	-
2.2.7.2.1.05.00	PLANO DE AMORTIZAÇÃO	31.506.119,51	31.506.119,51
2.2.7.2.1.05.98	Outros Créditos	31.506.119,51	31.506.119,51
2.2.7.2.1.07.00	PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTE PLANO	-	-
2.2.7.2.1.07.01	Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário	-	-
RESULTADO ATUARIAL			
Déficit Atuarial			(12.562.887,17)


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br
Observação: Data Focal desta Reavaliação Atuarial: 31/12/2019.
5.7. BALANÇO ATUARIAL
Balanço Atuarial (Plano de Custeio de Equilíbrio)

ATIVO		PASSIVO	
Recursos Garantidores	31.037.080,14	Valor Presente Atuarial dos Benefícios Concedidos	(16.039.168,43)
Valor Presente Atuarial das Contribuições	63.081.700,61	Aposentadorias	(14.848.055,00)
Sobre Salários	63.045.998,12	Pensões	(1.191.113,43)
Geração Atual	63.045.998,12	Auxílios	-
Servidor	23.667.467,69	Valor Presente Atuarial dos Benefícios a Conceder	(113.855.531,46)
Ente	39.378.530,43	Geração Atual	
Geração Futuras	-	Aposentadorias	(103.198.849,00)
Servidor	-	Programadas	(103.198.849,00)
Ente	-	Por Invalidez	-
Sobre Benefícios	35.702,49	Pensões	(10.656.682,46)
Geração Atual	35.702,49	Servidores	(10.656.682,46)
Geração Futura	-	Aposentados	-
Compensação Previdenciária	3.874.514,44	Auxílios	-
Sobre Benefícios a Conceder	3.287.229,69	Gerações Futuras	
Sobre Benefícios Concedidos	587.284,75	Aposentadorias	-
Parcelamentos	-	Programadas	-
Déficit Atuarial	31.901.404,70	Por Invalidez	-
		Pensões	-
		Servidores	-
		Aposentados	-
		Auxílios	-
TOTAL:	129.894.699,89	TOTAL:	(129.894.699,89)

5.8. EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS

Plano Previdenciário / Capitalizado - Benefícios Concedidos (Plano de Custeio de Equilíbrio)

Mês	2.2.7.2.1.03.00	2.2.7.2.1.03.01	2.2.7.2.1.03.02	2.2.7.2.1.03.03	2.2.7.2.1.03.04	2.2.7.2.1.03.05	2.2.7.2.1.03.06
	PMBC	VABF – Concedidos	VACF – Ente Público	VACF – Serv. Inativo	VACF – Pensionista	Compensação Previdenciária	Parcelamento de Débitos
0	(16.662.155,67)	(16.039.168,43)	-	35.702,49	-	587.284,75	-
1	(16.809.300,72)	(16.180.699,81)	-	35.942,02	-	592.658,89	-
2	(16.956.445,77)	(16.322.231,19)	-	36.181,55	-	598.033,03	-
3	(17.103.590,83)	(16.463.762,57)	-	36.421,09	-	603.407,17	-
4	(17.250.735,88)	(16.605.293,95)	-	36.660,62	-	608.781,31	-
5	(17.397.880,93)	(16.746.825,33)	-	36.900,15	-	614.155,45	-
6	(17.545.025,98)	(16.888.356,71)	-	37.139,68	-	619.529,60	-
7	(17.692.171,03)	(17.029.888,08)	-	37.379,21	-	624.903,74	-
8	(17.839.316,08)	(17.171.419,46)	-	37.618,74	-	630.277,88	-
9	(17.986.461,14)	(17.312.950,84)	-	37.858,28	-	635.652,02	-
10	(18.133.606,19)	(17.454.482,22)	-	38.097,81	-	641.026,16	-
11	(18.280.751,24)	(17.596.013,60)	-	38.337,34	-	646.400,30	-
12	(18.427.896,29)	(17.737.544,98)	-	38.576,87	-	651.774,44	-

Plano Previdenciário / Capitalizado - Benefícios a Conceder (Plano de Custeio de Equilíbrio)

Mês	2.2.7.2.1.04.00	2.2.7.2.1.04.01	2.2.7.2.1.04.02	2.2.7.2.1.04.03	2.2.7.2.1.04.04	2.2.7.2.1.04.05	2.2.7.2.1.05.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS, AMORTIZADAS PELO PLANO DE AMORTIZAÇÃO
	PMBAC	VABF – A Conceder	VACF – Ente Público	VACF – Servidores Ativos	Compensação Previdenciária	Parcelamento de Débitos	Plano de Amortização		
0	(180.188.759,27)	(113.855.531,46)	39.378.530,43	23.667.467,69	3.287.229,69	-	31.901.404,70	(196.850.914,94)	(164.949.510,24)
1	(187.204.824,86)	(118.327.436,71)	41.665.358,50	23.780.926,41	3.431.103,25	-	31.901.404,70	(204.014.125,59)	(172.112.720,89)
2	(194.220.890,46)	(122.799.341,96)	43.952.186,57	23.894.385,12	3.574.976,81	-	31.901.404,70	(211.177.336,23)	(179.275.931,53)
3	(201.236.956,05)	(127.271.247,22)	46.239.014,64	24.007.843,84	3.718.850,36	-	31.901.404,70	(218.340.546,88)	(186.439.142,18)
4	(208.253.021,65)	(131.743.152,47)	48.525.842,71	24.121.302,55	3.862.723,92	-	31.901.404,70	(225.503.757,52)	(193.602.352,82)
5	(215.269.087,24)	(136.215.057,72)	50.812.670,78	24.234.761,27	4.006.597,48	-	31.901.404,70	(232.666.968,17)	(200.765.563,47)
6	(222.285.152,84)	(140.686.962,97)	53.099.498,85	24.348.219,98	4.150.471,04	-	31.901.404,70	(239.830.178,82)	(207.928.774,12)
7	(229.301.218,43)	(145.158.868,22)	55.386.326,92	24.461.678,70	4.294.344,59	-	31.901.404,70	(246.993.389,46)	(215.091.984,76)
8	(236.317.284,02)	(149.630.773,47)	57.673.154,99	24.575.137,41	4.438.218,15	-	31.901.404,70	(254.156.600,11)	(222.255.195,41)
9	(243.333.349,62)	(154.102.678,73)	59.959.983,06	24.688.596,13	4.582.091,71	-	31.901.404,70	(261.319.810,75)	(229.418.406,05)
10	(250.349.415,21)	(158.574.583,98)	62.246.811,13	24.802.054,84	4.725.965,27	-	31.901.404,70	(268.483.021,40)	(236.581.616,70)
11	(257.365.480,81)	(163.046.489,23)	64.533.639,20	24.915.513,56	4.869.838,82	-	31.901.404,70	(275.646.232,04)	(243.744.827,34)
12	(264.381.546,40)	(167.518.394,48)	66.820.467,27	25.028.972,27	5.013.712,38	-	31.901.404,70	(282.809.442,69)	(250.908.037,99)



Plano Previdenciário / Capitalizado - Benefícios Concedidos (Plano de Custeio Vigente)

Mês	2.2.7.2.1.03.00	2.2.7.2.1.03.01	2.2.7.2.1.03.02	2.2.7.2.1.03.03	2.2.7.2.1.03.04	2.2.7.2.1.03.05	2.2.7.2.1.03.06
	PMBC	VABF – Concedidos	VACF – Ente Público	VACF – Serv. Inativo	VACF – Pensionista	Compensação Previdenciária	Parcelamento de Débitos
0	(16.662.155,67)	(16.039.168,43)	-	35.702,49	-	587.284,75	-
1	(16.809.300,72)	(16.180.699,81)	-	35.942,02	-	592.658,89	-
2	(16.956.445,77)	(16.322.231,19)	-	36.181,55	-	598.033,03	-
3	(17.103.590,83)	(16.463.762,57)	-	36.421,09	-	603.407,17	-
4	(17.250.735,88)	(16.605.293,95)	-	36.660,62	-	608.781,31	-
5	(17.397.880,93)	(16.746.825,33)	-	36.900,15	-	614.155,45	-
6	(17.545.025,98)	(16.888.356,71)	-	37.139,68	-	619.529,60	-
7	(17.692.171,03)	(17.029.888,08)	-	37.379,21	-	624.903,74	-
8	(17.839.316,08)	(17.171.419,46)	-	37.618,74	-	630.277,88	-
9	(17.986.461,14)	(17.312.950,84)	-	37.858,28	-	635.652,02	-
10	(18.133.606,19)	(17.454.482,22)	-	38.097,81	-	641.026,16	-
11	(18.280.751,24)	(17.596.013,60)	-	38.337,34	-	646.400,30	-
12	(18.427.896,29)	(17.737.544,98)	-	38.576,87	-	651.774,44	-



Plano Previdenciário / Capitalizado - Benefícios a Conceder (Plano de Custeio Vigente)

Mês	2.2.7.2.1.04.00	2.2.7.2.1.04.01	2.2.7.2.1.04.02	2.2.7.2.1.04.03	2.2.7.2.1.04.04	2.2.7.2.1.04.05	2.2.7.2.1.05.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS, AMORTIZADAS PELO PLANO DE AMORTIZAÇÃO
	PMBAC	VABF – A Conceder	VACF – Ente Público	VACF – Servidores Ativos	Compensação Previdenciária	Parcelamento de Débitos	Plano de Amortização		
0	(180.188.759,27)	(113.855.531,46)	39.378.530,43	23.667.467,69	3.287.229,69	-	31.901.404,70	(196.850.914,94)	(164.949.510,24)
1	(187.204.824,86)	(118.327.436,71)	41.665.358,50	23.780.926,41	3.431.103,25	-	31.901.404,70	(204.014.125,59)	(172.112.720,89)
2	(194.220.890,46)	(122.799.341,96)	43.952.186,57	23.894.385,12	3.574.976,81	-	31.901.404,70	(211.177.336,23)	(179.275.931,53)
3	(201.236.956,05)	(127.271.247,22)	46.239.014,64	24.007.843,84	3.718.850,36	-	31.901.404,70	(218.340.546,88)	(186.439.142,18)
4	(208.253.021,65)	(131.743.152,47)	48.525.842,71	24.121.302,55	3.862.723,92	-	31.901.404,70	(225.503.757,52)	(193.602.352,82)
5	(215.269.087,24)	(136.215.057,72)	50.812.670,78	24.234.761,27	4.006.597,48	-	31.901.404,70	(232.666.968,17)	(200.765.563,47)
6	(222.285.152,84)	(140.686.962,97)	53.099.498,85	24.348.219,98	4.150.471,04	-	31.901.404,70	(239.830.178,82)	(207.928.774,12)
7	(229.301.218,43)	(145.158.868,22)	55.386.326,92	24.461.678,70	4.294.344,59	-	31.901.404,70	(246.993.389,46)	(215.091.984,76)
8	(236.317.284,02)	(149.630.773,47)	57.673.154,99	24.575.137,41	4.438.218,15	-	31.901.404,70	(254.156.600,11)	(222.255.195,41)
9	(243.333.349,62)	(154.102.678,73)	59.959.983,06	24.688.596,13	4.582.091,71	-	31.901.404,70	(261.319.810,75)	(229.418.406,05)
10	(250.349.415,21)	(158.574.583,98)	62.246.811,13	24.802.054,84	4.725.965,27	-	31.901.404,70	(268.483.021,40)	(236.581.616,70)
11	(257.365.480,81)	(163.046.489,23)	64.533.639,20	24.915.513,56	4.869.838,82	-	31.901.404,70	(275.646.232,04)	(243.744.827,34)
12	(264.381.546,40)	(167.518.394,48)	66.820.467,27	25.028.972,27	5.013.712,38	-	31.901.404,70	(282.809.442,69)	(250.908.037,99)



6 – COMPARATIVO ATUARIAL DOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS

6.1. COMPORTAMENTO DEMOGRÁFICO

Segurado	2017	2018	2019	2020
Servidores Ativos	362	346	350	433
Servidores Inativos	23	29	32	36
Pensionistas	6	6	6	7
TOTAL	391	381	388	476

Movimentação Demográfica

Servidores Ativos	Movimentação	QTDE	%
Nos ultimos 4 anos	Aumento	71	19,6%
Com relação ano anterior	Aumento	83	23,7%

Servidores Inativos e Pensionistas	Movimentação	QTDE	%
Nos ultimos 4 anos	Aumento	14	48,3%
Com relação ano anterior	Aumento	5	13,2%

IMPACTO SOBRE O CUSTO

Nos últimos quatro anos, tivemos um aumento considerável de Servidores Ativos, equivalente a 18,2% da massa de Segurados. Apesar de ser uma vantagem em termos de aumento de contribuintes para o RPPS, o aumento dos Inativos e Pensionistas causou maior impacto, reduzindo a proporção entre os Beneficiários e Contribuintes. A quatro anos atrás, essa proporção era de 12,5 Servidores Ativos para cada Beneficiário. Atualmente, essa proporção caiu para 10,1.


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

6.2. COMPORTAMENTO SÓCIO - ECONÔMICO

(MÉDIA)	2017	2018	2019	2020
---------	------	------	------	------

Servidores Ativos

Idade	40,3	40,7	41,2	40,1
Remuneração	2469,6	2629,7	2767,8	2875,2
Idade de Aposentadoria	57,5	58,5	59,6	57,2

Servidores Inativos

Idade	62,4	62,0	62,3	63,2
Benefício	2.296,7	2.343,0	2.489,7	2.728,7
Tempo de Aposentadoria	5,9	5,5	5,9	5,9

Pensionistas

Idade	42,0	43,0	44,0	39,9
Benefício	1.091,1	1.156,9	1.178,4	1.271,2
Tempo de Pensão	6,8	8,8	9,8	8,4

IMPACTO SOBRE O CUSTO

Com relação a média de idade dos Segurados, temos dois impactos sobre o Equilíbrio Financeiro e Atuarial do RPPS. Houve uma redução na média de idade entre os Servidores Ativos, o que representa um fator excelente, devido à redução da média de idade da massa significar um aumento no tempo de contribuição, reduzindo assim os custos do plano. Outra é que estamos falando de uma massa jovem, com menos de 41 anos de idade.

Entre os Inativos e Pensionistas, há uma situação desfavorável com relação à média de idade. É uma média de idade relativamente jovem para uma população de Beneficiários, significando que essa massa permanecerá recebendo seu benefício por mais tempo, elevando assim, as Reservas Matemáticas do Fundo Previdenciário, aumentando o custo do plano a longo prazo.

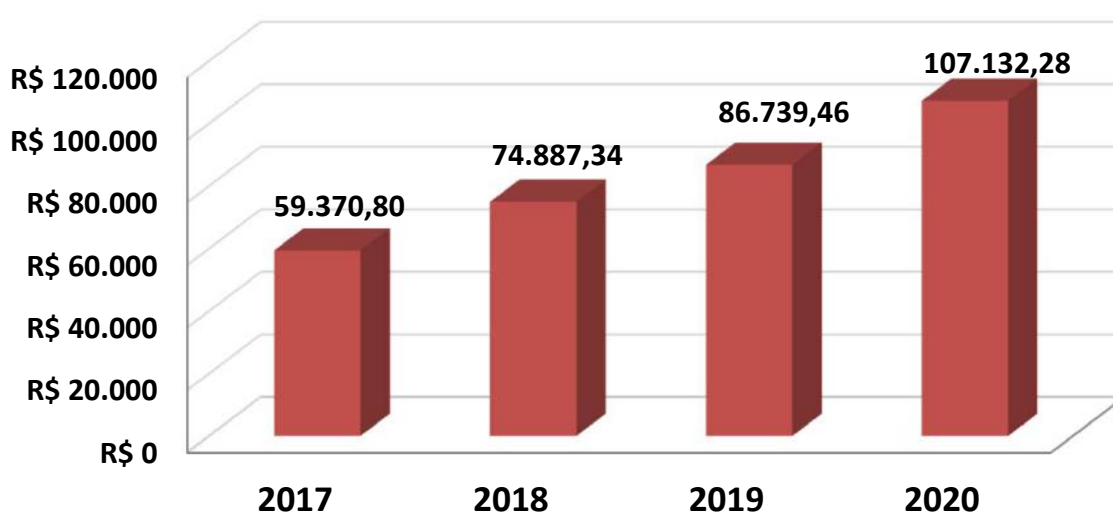

ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

6.3. COMPORTAMENTO ESTATÍSTICO

Segurado	2017	2018	2019	2020
Servidores Ativos (%)	92,6%	90,8%	90,2%	91,0%
Inativos e Pensionistas (%)	7,4%	9,2%	9,8%	9,0%
Proporção de Servidores Ativos por Beneficiário	12,5	9,9	9,2	10,1
Folha Mensal de Remuneração	894.630,12	909.873,23	968.726,98	1.244.976,32
Folha Mensal de Benefícios	59.370,80	74.887,34	86.739,46	107.132,28
Mulheres (%)	66,6%	65,0%	64,6%	65,1%
Casados (%)	89,5%	66,8%	64,9%	72,1%
Servidores Ativos até 40 anos (%)	55,8%	54,0%	54,0%	57,3%

Folha Mensal de Benefícios




ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

6.4. COMPORTAMENTO ENTRE AS RECEITAS E DESPESAS DO RPPS

Segurado	2017	2018	2019	2020
ATIVOS DO PLANO	17.628.349,76	21.115.513,98	25.381.795,75	31.037.080,14
Ativos Líquidos	17.628.349,76	21.115.513,98	25.381.795,75	31.037.080,14
Créditos á Receber	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA MATEMÁTICA	(64.739.518,28)	(57.155.216,42)	(59.420.688,42)	(66.812.999,28)
(+) Benefícios Concedido	(8.154.065,04)	(10.737.690,76)	(12.367.943,74)	(16.003.465,94)
(+) Benefícios a Conceder	(56.585.453,24)	(46.417.525,66)	(47.052.744,68)	(50.809.533,34)
DÉFICIT/SUPERÁVIT ATUARIAL	(47.111.168,52)	(36.039.702,44)	(34.038.892,67)	(35.775.919,14)
(+) Compensação a Receber	8.151.364,38	2.509.270,49	2.575.630,46	3.939.182,49
(-) Compensação a Pagar	(985,61)	-	(42.857,30)	(64.668,05)
DÉFICIT/SUPERÁVIT ATUARIAL (Com Comprev.)	(38.960.789,75)	(33.530.431,95)	(31.506.119,51)	(31.901.404,70)

Movimentação

Ativos do Plano	Movimentação	QTDE	%
Nos ultimos 4 anos	Aumento	13.408.730,38	76,1%
Com relação ano anterior	Aumento	5.655.284,39	22,3%

Reserva Matemática	Movimentação	QTDE	%
Nos ultimos 4 anos	Redução	-2.073.481,00	3,2%
Com relação ano anterior	Redução	-7.392.310,86	12,4%


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

6.5. COMPORTAMENTO DAS ALÍQUOTAS PURAS DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL

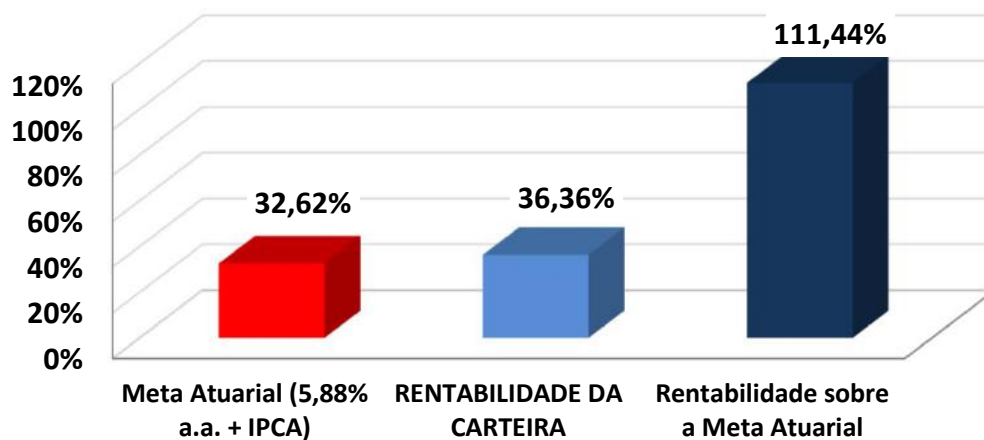
Custos	2017	2018	2019	2020
Custo Normal + Taxa ADM	27,94%	29,06%	29,30%	29,30%
Custo Suplementar	2,30%	2,90%	3,30%	3,70%
Custo Mensal	30,24%	31,96%	32,60%	33,00%

Custo Ente Público	19,24%	20,96%	21,60%	22,00%
Custo Segurado	11,00%	11,00%	11,00%	11,00%
Custo Mensal	30,24%	31,96%	32,60%	33,00%

6.6. META ATUARIAL

Custos	2017	2018	2019	ACUMULADO
Meta Atuarial (5,88% a.a. + IPCA)	9,11%	9,95%	10,55%	32,62%
RENTABILIDADE DA CARTEIRA	11,83%	9,14%	11,72%	36,36%
Rentabilidade sobre a Meta Atuarial	129,86%	91,86%	111,09%	111,44%

Cumprimento da Meta Atuarial





7 – ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

O artigo 70, II, da Portaria MF 464/2018, estabelece que o Relatório da Avaliação Atuarial deverá descrever as Hipóteses Atuariais adotadas e os fundamentos de sua utilização e, se for o caso, a Análise de Sensibilidade do resultado à alteração das principais hipóteses utilizadas na realização do Cálculo Atuarial.

O artigo 2º, IV, da Instrução Normativa nº 08/2018, reforça a necessidade de Análise de Sensibilidade, para melhor identificação e compreensão da situação financeira e atuarial do RPPS.

7.1. TÁBUAS BIOMÉTRICAS (Mortalidade)

7.1.1. Tábuas Biométricas Segregadas por Sexo

Uma das alterações obrigatórias, a partir da Avaliação Atuarial do exercício de 2020 é a utilização de Tábuas Biométricas (de Mortalidade), segregadas por sexo, conforme obriga o artigo 21, I, a, da Portaria MF 464/2018.

Enquanto nos anos anteriores, utilizávamos Tábuas de Mortalidade, que estimavam a expectativa de vida da massa para ambos os sexos, a partir de agora, a Avaliação Atuarial estimará a expectativa de vida, segregada por sexo.

Assim, as Tábuas Biométricas utilizadas nesta Reavaliação Atuarial, estimam a seguinte expectativa de vida, segregada por sexo:


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br
VARIAÇÃO DA EXPECTATIVA DE VIDA - Tábua Biométrica por Sexo

TÁBUA BIOMÉTRICA (Mortalidade)	Expectativa de Vida ao nascer	Expectativa de Vida aos 60 anos de idade
IBGE 2018 - Masculino	72,8	20,6
IBGE 2018 - Feminino	79,9	24,3
IBGE - Ambos os Sexos	76,3	22,6

A segregação de Tábuas Biométricas por sexo, elevaram a expectativa de vida das mulheres em 3,6 anos. Essa elevação representará um aumento das Provisões Matemáticas (DESPESAS) devido as mulheres representarem 65,1% da massa de Segurados.

Assim, as Tábuas Biométricas utilizadas nesta Reavaliação Atuarial, demonstram a seguinte variação do Custo Normal e do Déficit Atuarial:

VARIAÇÃO DAS PROVISÕES POR TÁBUA BIOMÉTRICA - Segregada por Sexo

HIPÓTESE	CUSTO NORMAL	Provisão Matemática Benefícios Concedidos	Provisão Matemática Benefícios a Conceder	Déficit Atuarial
IBGE 2018 - Masculino e IBGE 2018 - Feminino	29,30%	(15.416.181,19)	(47.522.303,65)	(31.901.404,70)
IBGE 2018 Ambos	28,55%	(14.988.363,14)	(46.338.950,15)	(30.290.233,15)

As Tábuas Biométricas utilizadas nesta Reavaliação Atuarial foram as do IBGE - 2018 (M e F).

Caso a Portaria MF 464/2018, permitisse a utilização de uma Tábua Biométrica para Ambos os Sexos, teríamos um Custo Normal e um Déficit Atuarial menor.

7.1.2. Alteração da Expectativa de Vida

Outro impacto bastante significativo é a escolha da Tábua de Mortalidade. Quanto menor a Expectativa de vida estimada, menor o valor das Provisões Matemáticas (DESPESA) e consequentemente menor o Custo Normal e o Déficit Atuarial.


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br
VARIAÇÃO DA EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER - Tábua Biométrica

TÁBUA BIOMÉTRICA (Mortalidade)	MASCULINO	FEMININO	AMBOS
IBGE - 2018	72,8	79,9	76,3
IBGE - 2017	72,5	79,6	76,1
IBGE - 2016	72,2	79,4	75,8
IBGE - 2010	69,7	77,3	73,5

Assim, as Tábuas Biométricas acima, demonstram a seguinte variação do Custo Normal e do Déficit Atuarial:

VARIAÇÃO DAS PROVISÕES POR TÁBUA BIOMÉTRICA - Expectativa de Vida

TÁBUA BIOMÉTRICA	CUSTO NORMAL	Provisão Matemática Benefícios Concedidos	Provisão Matemática Benefícios a Conceder	Déficit Atuarial
IBGE 2018 - Masculino e IBGE 2018 - Feminino	29,30%	(15.416.181,19)	(47.522.303,65)	(31.901.404,70)
IBGE 2017 - Masculino e IBGE 2017 - Feminino	29,27%	(15.373.120,86)	(47.343.996,78)	(31.680.037,50)
IBGE 2016 - Masculino e IBGE 2016 - Feminino	29,25%	(15.333.192,42)	(47.171.460,90)	(31.467.573,18)
IBGE 2010 - Masculino e IBGE 2010 - Feminino	29,09%	(14.987.217,64)	(45.641.893,33)	(29.592.030,83)

As Tábuas Biométricas utilizadas nesta Reavaliação Atuarial foram as do IBGE - 2018 (M e F).

7.2. TAXA REAL DE CRESCIMENTO DAS REMUNERAÇÕES

Conforme explicitado na página 24, desta Reavaliação Atuarial, a Taxa Real de crescimento das Remunerações deverá ser, no mínimo, de 1,00% a.a.

Caso seja elevada a Taxa Real de Crescimento das Remunerações isso representará um impacto de aumento das Provisões Matemáticas de Benefício a Conceder, pressionando o Déficit Atuarial.


ATUARIAL
 CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

Projetando um crescimento maior do reajuste das Remunerações, automaticamente estaremos estimando Benefícios Futuros maiores, o que exigirá um aumento do Plano de Custeio, para fazer frente a elevação dos compromissos futuros.

VARIAÇÃO DAS PROVISÕES POR TAXA DE CRESCIMENTO DAS REMUNERAÇÕES

TAXA DE CRESCIMENTO DAS REMUNERAÇÕES	CUSTO NORMAL	Provisão Matemática Benefícios Concedidos	Provisão Matemática Benefícios a Conceder	Déficit Atuarial
1,08%	29,30%	(15.416.181,19)	(47.522.303,65)	(31.901.404,70)
1,25%	30,26%	(15.416.181,19)	(49.656.313,04)	(34.035.414,09)
1,50%	31,80%	(15.416.181,19)	(53.064.651,86)	(37.443.752,91)
1,75%	33,48%	(15.416.181,19)	(56.783.518,20)	(41.162.619,25)

A Taxa Real de Crescimento das Remunerações desta Reavaliação Atuarial é de 1,08%.

7.3. TAXA REAL DE CRESCIMENTO DOS BENEFÍCIOS

Caso seja elevada a Taxa Real de Crescimento dos Benefícios isso representará um impacto de aumento das Provisões Matemáticas de Benefício Concedido, pressionando o Déficit Atuarial.

Projetando um crescimento maior dos Benefícios, automaticamente estaremos estimando reajustes cada vez maiores dos Benefícios, o que exigirá um aumento do Plano de Custeio, para fazer frente a elevação dos compromissos atuais e futuros.


ATUARIAL
 CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br
VARIAÇÃO DAS PROVISÕES POR TAXA DE CRESCIMENTO DOS BENEFÍCIOS

TAXA DE CRESCIMENTO DOS BENEFÍCIOS	CUSTO NORMAL	Provisão Matemática Benefícios Concedidos	Provisão Matemática Benefícios a Conceder	Déficit Atuarial
1,00%	29,30%	(15.416.181,19)	(47.522.303,65)	(31.901.404,70)
0,00%	26,38%	(14.023.349,69)	(42.244.174,38)	(25.230.443,93)
0,50%	27,76%	(14.692.925,05)	(44.742.107,37)	(28.397.952,28)
1,50%	30,98%	(16.198.804,88)	(50.597.807,56)	(35.759.532,30)

A Taxa Real de Crescimento dos Benefícios desta Reavaliação Atuarial é de 1,00%.

7.4. TAXA DE JUROS REAL (META ATUARIAL)

Conforme explicitado na página 20, desta Reavaliação Atuarial, a Taxa de Juros Real (Meta Atuarial) deverá seguir um parâmetro encontrado, através do cálculo da Duração do Passivo do Fluxo Atuarial. Assim, para o RPPS definir a Taxa de Juros Atuarial, maior do que aquela definida pela Duração do Passivo, como 6,00% a.a. por exemplo, como a grande maioria vinha definindo tradicionalmente, o RPPS deverá atender as exigências descritas na Portaria MF 464/2018.

De todas as Hipóteses e Premissas Financeiras, Econômicas e Atuariais, essa é a que causa maior impacto de oscilação das Provisões Matemáticas Previdenciárias. A Taxa de Juros Real, juntamente com as contribuições, auxiliam o RPPS a constituir Patrimônio (fazer caixa), para fazer frente aos compromissos atuais e futuros do Plano de Benefícios. Por isso, quanto menor a Taxa de Juros Real, maior deverá ser a alíquota de contribuição.


ATUARIAL
 CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

O Artigo 27, Parágrafo único da Portaria MF 464/2018, exige que, a análise de sensibilidade do resultado atuarial, quanto a variação da Taxa Real de Juros Atuarial deverá incluir sua demonstração à Taxa de Juros de 0% (zero por cento).

VARIAÇÃO DAS PROVISÕES POR TAXA REAL DE JUROS ATUARIAL

TAXA DE JUROS REAL ATUARIAL	CUSTO NORMAL	Provisão Matemática Benefícios Concedidos	Provisão Matemática Benefícios a Conceder	Déficit Atuarial
5,88%	29,30%	(15.416.181,19)	(47.522.303,65)	(31.901.404,70)
6,00%	28,62%	(15.245.767,88)	(46.192.256,11)	(30.400.943,85)
5,85%	29,47%	(15.459.327,52)	(47.868.068,63)	(32.290.316,01)
5,80%	29,75%	(15.531.728,08)	(48.431.871,29)	(32.926.519,23)
5,75%	30,04%	(15.604.747,13)	(49.025.002,72)	(33.592.669,71)
0,00%	72,47%	(23.497.856,57)	(136.190.459,59)	(128.651.236,02)

A Taxa de Juros Real desta Reavaliação Atuarial é de 5,88%.

7.5. COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

O artigo 36 da Portaria MF 464/2018, estabelece que a compensação previdenciária, em relação aos Benefícios Concedidos, sejam estimados com base na relação percentual verificada entre o valor compensado (pró-rata), apurado no Sistema COMPREV e o valor do pagamento dos Benefícios do RPPS, de forma individual ou agregada.


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

Até a data focal desta Reavaliação Atuarial, o TAPURAH-PREVI vem recebendo compensação previdenciária, referente a 5 Beneficiário(s), totalizando uma receita mensal de R\$ 3489,77 de compensação. Levando em consideração a expectativa de vida destes Beneficiário(s), o RPPS deverá receber o equivalente a R\$ 587.284,75 de compensação previdenciária destes Beneficiários.

VARIAÇÃO DAS PROVISÕES POR COMPENSAÇÃO Á RECEBER - Benefício Concedido

Limite da Comprev BC, sobre VABF - PMBC	CUSTO NORMAL	Provisão Matemática Benefícios Concedidos	Provisão Matemática Benefícios a Conceder	Déficit Atuarial
3,66%	29,30%	(15.416.181,19)	(47.522.303,65)	(31.901.404,70)
0,00%	29,30%	(16.003.465,94)	(47.522.303,65)	(32.488.689,45)

O valor estimado de Compensação Previdenciária a Receber, dos Benefícios Concedidos, representam 3,66% do VABF de PMBC.

7.6. TAXA DE ROTATIVIDADE

Conforme explicitado na página 28, desta Reavaliação Atuarial, a Taxa de Rotatividade estimada, deverá ser de no máximo 1%. Essa informação, reflete a rotatividade entre os novos servidores e os que pedem exoneração, antes de atingir a idade de aposentadoria. Geralmente, a utilização dessa premissa causa redução das Provisões Matemáticas Previdenciárias.

VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS POR TAXA DE ROTATIVIDADE

TAXA DE ROTATIVIDADE	CUSTO NORMAL	Provisão Matemática Benefícios Concedidos	Provisão Matemática Benefícios a Conceder	Déficit Atuarial
1,00%	29,30%	(15.416.181,19)	(47.522.303,65)	(31.901.404,70)
0,00%	32,82%	(15.416.181,19)	(55.351.962,35)	(39.731.063,40)
0,50%	30,96%	(15.416.181,19)	(51.227.802,67)	(35.606.903,72)

A Taxa de Rotatividade desta Reavaliação Atuarial é de 1,00%.



8 – PARECER ATUARIAL

8.1. CARACTERÍSTICAS DO PLANO

A Reforma Previdenciária, através da Emenda Constitucional nº 103/2019, no que diz respeito à alteração da regras de aposentadoria (inclusão de idade mínima), prazos mínimos de permanência no funcionalismo e de permanência no cargo, novas regras de cálculo dos proventos e alteração de alíquotas e formato de contribuição, trarão fôlego para todo e qualquer Plano de Benefícios, pois, permitirá um prazo maior de capitalização devido a postergação do pagamento de benefícios. Como a **DATA FOCAL DESTA REAVALIAÇÃO ATUARIAL é em 31/12/2019**, as características do Plano foram mantidas, conforme as bases normativas citadas nas páginas 10 e 11 deste Relatório da Reavaliação Atuarial.

8.2. BASE ATUARIAL

O Atuário, ao fixar a base atuarial, tanto o método atuarial de Custo, quanto às hipóteses atuariais, tem o objetivo de manter o Custo Mensal do Plano, quando se compara este à folha remuneratória envolvida, com pouca variação.

É claro que isto depende de uma série de fatores que, individualmente, produzem um impacto sobre o Custo Mensal de maneiras bem diferentes entre si, mas, quando combinados, é que nos informarão o comportamento real do Custo Mensal.



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

Quaisquer desvios detectados na Reavaliação atuarial seguinte devem ser analisados, de forma a sabermos se tal desvio é significativo e qual foi o impacto produzido por ele sobre o Custo do Plano.

A Reserva Matemática de Benefícios Concedidos, referente aos benefícios de prestações continuadas, contribui para a formação do percentual do Custo Especial (Suplementar).

8.3. RESULTADOS OBTIDOS

Os resultados Atuariais obtidos indicam um Custo Normal, considerando a compensação Previdenciária, equivalente a 27,30%, sobre a Folha de Remuneração de Contribuição dos Servidores Ativos de R\$ 1.244.976,32, além de um Déficit Atuarial de R\$ (31.901.404,70).

8.4. COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Significa a divisão da Responsabilidade Atuarial em duas partes. Uma relativa ao período de tempo de serviço em que o Servidor estava sob o RGPS – Regime Geral de Previdência Social (INSS) ou outros RPPS – Regimes Próprios de Previdência Social e a outra parcela relativa ao contribuição período de serviço sob o Regime de Previdência Municipal. Esta proporção, entre o tempo de para os outros Regimes e o tempo total de contribuição até a data de aposentadoria, foi estimada para os Servidores Ativos considerando-se o tempo de contribuição efetivamente realizado, informado pelo Município.



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

Devido ao fato de a Compensação Previdenciária ser baseada na Lei nº. 9.796 de 05 de Maio de 1999, onde é apresentada a forma pela qual será feita tal compensação, a estimativa desse valor, no que diz respeito aos Servidores em Inatividade, não deve ser incluída nestes cálculos, pois aguardamos os valores individuais oficiais, ou seja, os valores calculados pelo regime sob o qual o servidor contribuiu. Assim que o Fundo inicie o pagamento de aposentadorias e pensões, deverá entrar com o processo de Compensação Previdenciária.

8.5. CONTRIBUIÇÃO DOS INATIVOS E PENSIONISTAS

Os aposentados e os pensionistas contribuirão com 11% (onze por cento), incidentes sobre o valor da parcela dos proventos de aposentadorias e pensões concedidas de acordo com os critérios estabelecidos no art. 40, da Constituição Federal e nos arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 e no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47 de 5 de Julho de 2005 que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.

8.6. DURAÇÃO DO PASSIVO

Conforme o artigo 2º da I.N. SPREV 002/2018, a Duração do Passivo do Fluxo Atuarial do é de **23 anos**.


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

8.7. ATIVOS GARANTIDORES

Os Ativos Garantidores estão posicionados em 31/12/2019, definidos da seguinte forma:

ATIVOS GARANTIDORES

SEGMENTO	Valores (R\$)		
Aplicações em Segmento de Renda Fixa	29.720.355,55		
Aplicações em Segmento de Renda Variável	1.293.163,19		
Aplicações em Segmento Imobiliário	0,00		
Aplicações em Enquadramento	0,00		
Títulos e Valores não Sujeito a Enquadramento	0,00		
Demais Bens, Direitos e Ativos	23.561,40		
TOTAL (1)	31.037.080,14		
CRÉDITOS E PARCELAMENTOS	Saldo Atual	Nº Parcelas a receber	Valor das Parcelas
Créditos de parcelamento (1)	0,00	0	0,00
Créditos de parcelamento (2)	0,00	0	0,00
Créditos de parcelamento (3)	0,00	0	0,00
Créditos de parcelamento (4)	0,00	0	0,00
Créditos de parcelamento (5)	0,00	0	0,00
Créditos de parcelamento (6)	0,00	0	0,00
Créditos de parcelamento (7)	0,00	0	0,00
Créditos de parcelamento (8)	0,00	0	0,00
Créditos de parcelamento (9)	0,00	0	0,00
Créditos de parcelamento (10)	0,00	0	0,00
Créditos de parcelamento (11)	0,00	0	0,00
Outros Créditos á receber	0,00	0	0,00
TOTAL - Créditos e Parcelamentos (2)	0,00		
TOTAL (3) = (1) + (2)	31.037.080,14		

103



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

8.8. META ATUARIAL

A Taxa de Juros Parâmetro, será definida através de ato normativo da Secretaria de Previdência (Portaria SPREV nº 17/2019) que divulgará, anualmente, até 31 de maio de cada exercício, a tabela com a apuração da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média.

Assim, a Taxa de Juros Parâmetro do , baseado na Duração do Passivo (calculado sobre o Fluxo Atuarial do exercício anterior) é de 5,88%, acrescido de um índice inflacionário (IPCA – Índice de Preço ao Consumidor Amplo).

RENTABILIDADE NO ANO DE 2019

Durante o ano de 2019, a carteira de Investimento do RPPS, apresentou uma variabilidade muito grande ao longo do ano, com o objetivo de cumprir a Meta Atuarial. Essa variabilidade é devido à carteira de Investimento possuir uma enorme distribuição em fundos de investimento, cujo parâmetro de rentabilidade são subíndices Anbima.

Devido o controle da inflação e da boa performance da carteira, o RPPS conseguiu cumprir a Meta Atuarial sem maiores problemas.


ATUARIAL
 CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br
RENTABILIDADE E META ATUARIAL DOS ULTIMOS 3 ANOS

	Rentabilidade da carteira	Meta Atuarial (5,88% a.a. + IPCA)	Rentabilidade sobre a Meta Atuarial
2017	11,83%	9,11%	129,86%
2018	9,14%	9,95%	91,86%
2019	11,72%	10,55%	111,09%
ACUMULADO	36,36%	32,62%	111,44%

Analisando os últimos três anos, a carteira de investimentos apresentou as rentabilidades 11,83%, 9,14% e 11,72% respectivamente.

Nos últimos três anos, isso representa uma rentabilidade acumulada de 36,36%

No mesmo período, a inflação medida pelo IPCA, índice adotado pela Política Anual de Investimentos, apresentou uma alta acumulada de 11,41%.

Dessa forma, a carteira de investimentos cumpriu nos últimos três anos, 111,44% da Meta Atuarial acumulada, representando um ganho real nos últimos três anos de 3,73%.


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

8.9. BASE DE DADOS E DEMAIS INFORMAÇÕES

Tratamento com a Base de Dados - Servidores Ativos

DESCRIÇÃO	DADOS INCONSISTENTES OU INCOMPLETOS	QTDE DE DADOS PADRONIZADOS	PREMISSA UTILIZADA
Identificação do Segurado	Nenhuma	0	Nenhuma
Sexo	Nenhuma	0	Nenhuma
Estado Civil	Nenhuma	0	Nenhuma
Data de Nascimento	Nenhuma	0	Nenhuma
Data de Ingresso no ENTE	Nenhuma	0	Nenhuma
Identificação do Cargo Atual	Nenhuma	0	Nenhuma
Base de Cálculo (Remuner. d Contribuição)	Nenhuma	0	Nenhuma
Tempo de Contribuição para o RGPS	Não Foi informado para essa Reavaliação Atuarial, o TEMPO ANTERIOR DE CONTRIBUIÇÃO AO RPPS de 15% dos Servidores Ativos	65	Os Servidores ativos que não possuem Tempo Anterior de Contribuição ao RPPS, consideramos uma idade mínima de ingresso no mercado de trabalho aos 25 anos.
Tempo de Contribuição para outros RPPS	Não Foi informado para essa Reavaliação Atuarial, o TEMPO ANTERIOR DE CONTRIBUIÇÃO AO RPPS de 15% dos Servidores Ativos	65	Os Servidores ativos que não possuem Tempo Anterior de Contribuição ao RPPS, consideramos uma idade mínima de ingresso no mercado de trabalho aos 25 anos.
Data de Nascimento do Cônjuge	Nenhuma		Nenhuma
Número de Dependentes	Nenhuma	0	Nenhuma


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br
Tratamento com a Base de Dados - Servidores Inativos

DESCRIÇÃO	DADOS INCONSISTENTES OU INCOMPLETOS	QTDE DE DADOS PADRONIZADOS	PREMISSA UTILIZADA
Identificação do Aposentado	Nenhuma	0	Nenhuma
Sexo	Nenhuma	0	Nenhuma
Estado Civil	Nenhuma	0	Nenhuma
Data de Nascimento	Nenhuma	0	Nenhuma
Data de Nascimento do Cônjuge	Nenhuma	0	Nenhuma
Valor do Benefício	Nenhuma	0	Nenhuma
Condição Aposentado (Válido ou Inválido)	Nenhuma	0	Nenhuma
Tempo de Contribuição para o RPPS	Nenhuma	0	Nenhuma
Tempo Contribuição para outros Regimes	Nenhuma	0	Nenhuma
Valor Mensal Compensação Previdenciária	Nenhuma	0	Nenhuma
Número de Dependentes	Nenhuma	0	Nenhuma



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

Tratamento com a Base de Dados - Pensionistas

DESCRIÇÃO	DADOS INCONSISTENTES OU INCOMPLETOS	QTDE DE DADOS PADRONIZADOS	PREMISSA UTILIZADA
Identificação do Pensionista	Nenhuma	0	Nenhuma
Número de Pensionistas	Nenhuma	0	Nenhuma
Sexo do Pensionista principal	Nenhuma	0	Nenhuma
Data de Nascimento	Nenhuma	0	Nenhuma
Valor do Benefício	Nenhuma	0	Nenhuma
Condição Pensionista (Válido ou Inválido)	Nenhuma	0	Nenhuma
Duração da Benefício (Válido ou Inválido)	Nenhuma	0	Nenhuma

Observação: Os dados estão posicionados em 31/12/2019 .

8.10. ESTATÍSTICAS DOS SEGURADOS

	QUANTIDADE		REMUNERAÇÃO MÉDIA		IDADE MÉDIA		APOSENTADORIA		Quantidade Total de Segurados	Valor Total da Folha Anual
	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino		
ATIVOS	282	151	6.181,18	6.596,93	40,1	40,2	55,1	60,9	433	1.244.956,86
Professores	80	10	3.653,68	3.725,65	41,7	39,9	54,3	57,7	90	329.551,13
Não Professores	202	141	2.527,50	2.871,28	39,5	40,2	55,5	61,2	343	915.405,73
APOSENTADOS	27	9	2.741,91	2.689,13	61,6	67,8			36	61.204,67
Tempo de Contribuição	11	1	4.463,60	2.992,51	58,5	63,0			12	15.062,98
Idade	8	1	1.576,82	998,00	66,0	68,0			9	13.612,57
Compulsória	0	1	-	998,00	0,0	74,0			1	998,00
Invalidez	8	6	1.539,69	3.202,27	61,6	67,5			14	31.531,12
PENSIONISTAS	3	4	1.223,06	1.307,32	50,0	32,3			7	8.898,45
TOTAL	312	164							476	1.315.059,98
	476									



O estudo estatístico reflete o status da população abrangida pelo plano, onde analisados por diversos “focos” podem indicar o possível desvio do plano quanto a seu Déficit, sendo que neste estudo atuarial foi encontrado:

- Na Distribuição por Faixa Etária a massa de 57,3% dos participantes está abaixo dos 40 anos, o que significa que teremos um tempo de contribuição razoavelmente significativo. Por consequência não se eleva o valor médio de contribuição, fator primordial para os custos normal e suplementar;
- Na Distribuição por Sexo a população de participantes masculinos representando 34,9%, indica que teremos um tempo menos significativo de capitalização dos recursos em vista das premissas regulamentares, onde sua idade de aposentadoria e tempo de contribuição é 05 anos a mais que a do participante do sexo feminino;
- Na Distribuição por Faixa de Remuneração, 66,5% da população recebe atualmente até 03 salários mínimos, o que representa um volume financeiro muito baixo de capitalização dos recursos, porém atenuante em caso de riscos financeiros diretamente ligados aos custos do plano;
- Na **Distribuição por Responsabilidade Atuarial** ficou indicada a representatividade das reservas com relação ao tempo de contribuição para



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

cada participante, onde quem está mais próximo do requerimento do benefício possui um Passivo Atuarial maior para ser amortizado, o que implica diretamente no Custo Suplementar do plano.

8.11. Déficit Atuarial

A finalidade do Equilíbrio Financeiro e Atuarial é manter o equilíbrio entre as RECEITAS e as DESPESAS, de forma que sejam custeados todos os benefícios atuais e a longo prazo, não permitindo que o fundo previdenciário entre em insolvência financeira.

Conforme o Art. 1º, § 2º da Portaria MF 464/2018, o ente federativo deverá garantir diretamente a totalidade dos riscos cobertos no plano de benefícios, preservando o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, sendo responsável, nos termos da Lei nº 9.717, de 1998, pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do respectivo regime próprio, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários.

Nesse caso, o Cálculo Atuarial realizado sobre o plano previdenciário, **não transfere os riscos e pagamento de benefícios** para outros planos previdenciários ou para uma Seguradora. Todos os benefícios deverão ser custeados **exclusivamente pelo próprio RPPS**.



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

A Reavaliação Atuarial demonstrou que as contribuições dos Servidores e do Ente Municipal, consideradas de “compromisso normal” (**Custo Normal**), são insuficientes para manter o Equilíbrio Financeiro e Atuarial ao longo dos anos, apontado uma diferença negativa entre suas **RECEITAS E DESPESAS** futuras. Quando isso ocorre, chamamos essa diferença negativa de **DÉFICIT ATUARIAL**.

Conforme demonstrado na página 62 deste Relatório de Reavaliação Atuarial, o Déficit Atuarial do Plano de Custeio de Equilíbrio é de R\$ (31.901.404,70).

Sendo assim, estipulam-se mais uma alíquota tratada pela legislação de “compromisso especial” (**Custo Suplementar ou Custo Especial**), onde sua finalidade é reajustar o desequilíbrio entre uma **DESPESA** maior do que a **RECEITAS**.

O art. 6º, I da I.N. SPREV nº 007/2018, informa que o plano de amortização poderá ter um prazo máximo de 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir do primeiro plano de amortização implementado pelo Ente Federativo após a publicação desta Instrução Normativa.



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

8.12. Plano de Amortização - Cenário Indicado

Em virtude do déficit atuarial acentuado do RPPS, faz-se necessário um plano de financiamento deste mesmo déficit num prazo não superior a 35 (trinta e cinco) anos. Um Déficit Atuarial dessa magnitude deixaria o município inviável economicamente, em virtude de outros compromissos como Educação, Saúde e Infraestrutura.

Assim, Equacionamos o Déficit Atuarial do Plano de Custeio de Equilíbrio de R\$ (31.901.404,70), da seguinte forma:


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

Tabela de Financiamento do Déficit Atuarial proposto - Cenário 1
Sem aplicação de LDA e prazo de 35 anos

PERÍODO	ANO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	C.S. *	FOLHA SALARIAL
0		(31.901.404,70)					
1	2020	(33.178.373,69)	(1.276.968,99)	1.875.802,60	598.833,61	3,70%	16.184.692,16
2	2021	(34.425.183,80)	(1.246.810,11)	1.950.888,37	704.078,26	4,30%	16.359.486,84
3	2022	(35.072.928,05)	(647.744,26)	2.024.200,81	1.376.456,55	8,32%	16.536.169,29
4	2023	(35.052.305,17)	20.622,88	2.062.288,17	2.082.911,05	12,46%	16.714.759,92
5	2024	(35.000.110,53)	52.194,64	2.061.075,54	2.113.270,18	12,51%	16.895.279,33
6	2025	(34.914.045,22)	86.065,31	2.058.006,50	2.144.071,81	12,55%	17.077.748,35
7	2026	(34.791.668,70)	122.376,52	2.052.945,86	2.175.322,38	12,60%	17.262.188,03
8	2027	(34.630.390,38)	161.278,32	2.045.750,12	2.207.028,44	12,65%	17.448.619,66
9	2028	(34.427.460,70)	202.929,67	2.036.266,95	2.239.196,63	12,70%	17.637.064,75
10	2029	(34.179.961,72)	247.498,99	2.024.334,69	2.271.833,67	12,74%	17.827.545,05
11	2030	(33.884.797,05)	295.164,67	2.009.781,75	2.304.946,42	12,79%	18.020.082,54
12	2031	(33.538.681,32)	346.115,72	1.992.426,07	2.338.541,79	12,84%	18.214.699,43
13	2032	(33.138.128,96)	400.552,37	1.972.074,46	2.372.626,83	12,89%	18.411.418,18
14	2033	(32.679.442,27)	458.686,68	1.948.521,98	2.407.208,67	12,93%	18.610.261,50
15	2034	(32.158.698,93)	520.743,34	1.921.551,21	2.442.294,55	12,98%	18.811.252,32
16	2035	(31.571.738,61)	586.960,32	1.890.931,50	2.477.891,81	13,03%	19.014.413,85
17	2036	(30.914.148,92)	657.589,70	1.856.418,23	2.514.007,93	13,08%	19.219.769,52
18	2037	(30.181.250,43)	732.898,48	1.817.751,96	2.550.650,44	13,13%	19.427.343,03
19	2038	(29.368.080,93)	813.169,51	1.774.657,53	2.587.827,03	13,18%	19.637.158,33
20	2039	(28.469.378,60)	898.702,33	1.726.843,16	2.625.545,49	13,23%	19.849.239,64
21	2040	(27.479.564,36)	989.814,24	1.673.999,46	2.663.813,70	13,28%	20.063.611,43
22	2041	(26.392.723,06)	1.086.841,30	1.615.798,38	2.702.639,68	13,33%	20.280.298,43
23	2042	(25.202.583,60)	1.190.139,46	1.551.892,12	2.742.031,57	13,38%	20.499.325,66
24	2043	(23.902.497,91)	1.300.085,69	1.481.911,92	2.781.997,61	13,43%	20.720.718,37
25	2044	(22.485.418,62)	1.417.079,29	1.405.466,88	2.822.546,16	13,48%	20.944.502,13
26	2045	(20.943.875,51)	1.541.543,11	1.322.142,62	2.863.685,73	13,53%	21.170.702,76
27	2046	(19.269.950,48)	1.673.925,04	1.231.499,88	2.905.424,92	13,58%	21.399.346,35
28	2047	(17.455.251,10)	1.814.699,38	1.133.073,09	2.947.772,47	13,63%	21.630.459,29
29	2048	(15.490.882,62)	1.964.368,48	1.026.368,76	2.990.737,25	13,68%	21.864.068,25
30	2049	(13.367.418,26)	2.123.464,35	910.863,90	3.034.328,25	13,73%	22.100.200,18
31	2050	(11.074.867,84)	2.292.550,42	786.004,19	3.078.554,61	13,78%	22.338.882,35
32	2051	(8.602.644,49)	2.472.223,36	651.202,23	3.123.425,59	13,83%	22.580.142,27
33	2052	(5.939.529,41)	2.663.115,07	505.835,50	3.168.950,57	13,88%	22.824.007,81
34	2053	(3.073.634,65)	2.865.894,77	349.244,33	3.215.139,10	13,94%	23.070.507,10
35	2054	7.636,47	3.081.271,12	180.729,72	3.262.000,83	13,99%	23.319.668,57

* Custo Suplementar



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

8.13. PLANO DE CUSTEIO

As premissas e requisitos para a elegibilidade de requerimento dos benefícios previdenciários estabelece o prazo para capitalização dos recursos para concessão dos referidos benefícios;

Como já citado nesta Reavaliação Atuarial, consideramos a hipótese de crescimento salarial de 1,08% ao ano, até a data de aposentadoria estimada do servidor, o que também implica em um aumento das contribuições e, por consequência, aumento do passivo atuarial.

8.13.1. CUSTO NORMAL E CUSTO ADMINISTRATIVO

O Custo Normal Total encontrado nesta Reavaliação Atuarial, para fazer frente aos compromissos previdenciários do Plano de Benefícios é de 27,30%.

O **Art. 48, I, da Portaria MF 464/2018**, menciona que o Plano de Custeio proposto na Avaliação Atuarial deverá cobrir, além dos custos de todos os benefícios do RPPS, contemplar também, os recursos para o financiamento do custo administrativo.

Sendo assim, acrescentamos mais 2,00% referente á Taxa de Administração, alterando o Custo Normal Total de 27,30% para 29,30% .



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

8.13.2. CUSTO NORMAL E LEGISLAÇÃO

Conforme consta na Lei Municipal nº 125, de 30/08/2018 o Custo Normal dos Servidores Ativos e também dos Aposentados e Pensionistas, cujos proventos ultrapassem o Teto de Benefícios do RGPS, será de 11,00%.

Conforme o artigo 2º da Lei 9.717/98, a alíquota de contribuição mínima (Custo Normal) do Ente Federativo, não poderá ser inferior à alíquota de contribuição dos Segurados, vinculados ao seu respectivo RPPS.

***Art. 2º** A Contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores, não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição.*

Assim, definimos que a alíquota referente às contribuições (Custo Normal) dos Servidores será de 11,00% e a alíquota de contribuição (Custo Normal) do Ente deverá ser no mínimo **de 11,00% podendo variar até o limite de 22,00%, mais a Taxa de Administração.**

8.13.3. DÉFICIT ATUARIAL E PLANO DE AMORTIZAÇÃO

Com relação ao Déficit Atuarial de Equilíbrio de R\$ (31.901.404,70), conforme explicitado nesta Reavaliação Atuarial foi proposto um Plano de Amortização, num prazo máximo de 35 anos, conforme permitido pelo art. 6º, I da L.N. SPREV nº 007/2018, com alíquotas crescentes, cuja alíquota para o exercício de 2020 será de 3,70%".



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

Esse percentual apurado no “Plano de Custeio” implica sobre a folha salarial do município, daqueles que são elegíveis ao plano em 33,00% de Custo Mensal, sendo rateado entre segurados e ente público.

8.13.4. DISTRIBUIÇÃO DO PLANO DE CUSTEIO ENTRE O ENTE E SEGURADOS

Então, a viabilidade de manutenção do plano será uma alíquota de Custo Mensal de 33,00%, equivalente a 29,30% de Custo Normal, já incluída a taxa de administração, e, 3,70% de Custo Suplementar Equacionado sobre a folha Salarial dos Servidores Ativos

O Custo Mensal de 33,00%, será rateado entre o Ente Federativo e o Segurado, sendo 11,00% de Custo Normal para os Servidores Ativos e 18,30% de Custo Normal para o Ente, já incluso a Taxa de Administração. O Custo Suplementar de 3,70% deverá ser custeado integralmente pelo Ente.

Esse percentual deverá incidir inclusive sobre o 13º salário, ou Abono Anual, considerando a compensação financeira prevista na Lei nº 9.796/99, sendo que o custo suplementar será alterado, se necessário, nos demais exercícios de acordo com o planejamento exposto neste relatório, fato em que ocorrerá o Equilíbrio Financeiro e Atuarial do mesmo modo.



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

Este relatório está de acordo com as exigências feitas pela SPREV - Secretaria de Previdência Social do Ministério da Economia, através da Portaria MF 464/2018 e suas Instruções Normativas. A metodologia de cálculo para os custos estão descritos em Nota Técnica Atuarial, bem como o preenchimento do DRAA, que será efetuado via website.

É o parecer.



Igor França Garcia
Atuário MIBA/RJ 1.659

Certificação de Especialista em Investimento - CEA
Consultor de Investimentos credenciado pela CVM



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE **TAPURAH - MT**

PROJEÇÃO ***ATUARIAL***

Ano-Calendário

2.020

Data-base

31/12/2019

Atuário responsável:

Igor França Garcia

MIBA/RJ 1.659

03 de junho de 2020

119



9 – PROJEÇÃO ATUARIAL

9.1. PROJEÇÃO ATUARIAL - GERAÇÃO ATUAL (MASSA FECHADA)

Tendo como objetivo uma projeção financeira e atuarial do Sistema Previdenciário do RPPS do município viemos complementar a Reavaliação Atuarial deste mesmo plano, com a **Projeção Atuarial**, de acordo com o anexo I, item XII, nº. 1, letra g da Portaria 7796 de 28/08/2000.

Esta projeção consiste em um fluxo de receitas e despesas ao longo do tempo, aqui estimado em 75 (setenta e cinco) anos, prazo este determinado também pela Portaria supracitada.

Os administradores do Plano devem acompanhar constantemente a evolução do Regime Próprio de Previdência através da Reavaliação Atuarial e Projeção Atuarial, para que se possa manter o equilíbrio técnico do mesmo.

O relatório demonstra a evolução da massa de servidores em atividade, bem como os inativos, a partir da massa de servidores estudados na Reavaliação Atuarial.

Com base nos dados fornecidos pelo município, podemos, através desse relatório, demonstrar a projeção financeira do Fundo Previdenciário ao longo do tempo.

A base de dados utilizada é a mesma utilizada para elaboração da Reavaliação atuarial.

Para tanto não foi considerado um percentual de contribuição dos inativos sobre o valor de



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

cada benefício.

A Projeção Atuarial reflete o comportamento do Ativo Líquido do plano, ou Fundo Previdenciário, dentro do prazo estabelecido de 75 (setenta e cinco anos) de 2017 a 2092.

Os principais parâmetros e hipóteses, adotados para esse estudo, foram definidos na Reavaliação Atuarial do Regime Próprio e por estatísticas realizadas sobre a massa de servidores na data daquela Reavaliação.

Para definição dos custos com Auxílios e com Administração, considerou-se que o valor arrecadado será gasto com o pagamento das despesas em cada exercício, o Fluxo Financeiro reflete a entrada e saída de valores para demonstração.

A população de estudo foi definida a partir dos parâmetros iniciais, do número de aposentadorias e através de cálculos atuariais que definiram o número de falecimentos dos servidores, tanto na atividade como na fase de concessão de benefícios.

A população estudada é de 433 Servidores Ativos, 36 Servidores Inativos e 7 Pensionistas.

Efetuada os cálculos, considerando contribuições futuras dos servidores ativos e inativos, e da parte patronal para os ativos, como receitas, despesas administrativas como despesas e, a previsão de Compensação Previdenciária como receita direta a partir de primeiro ano de



existência do plano.

Pode-se verificar através dos gráficos e da Projeção Atuarial em anexo, que, somente no ano 2040, as Despesas com Benefícios e despesas administrativas devem ser maiores que as Receitas com Contribuições e rentabilidade sobre o patrimônio, com isso, as reservas matemáticas do fundo previdenciário passam a ser consumidas em função dos Benefícios futuros, exterminando totalmente o patrimônio líquido em 2052.

Considerando que não utilizamos a hipótese de entrada de novos servidores no serviço público municipal, hipótese difícil de ser definida sem uma estatística local, fazendo com que a folha de pagamento dos servidores seja decrescente ao longo do tempo, diminuindo, portanto, o nível de contribuição futura.

Partindo da observação do comportamento do patrimônio, o futuro do Regime não corre risco de insolvência, pois é certo que a entrada de novos servidores é certa, pois a Prefeitura terá que manter seu quadro de servidores em número suficiente para que a prestação de serviços municipais não seja interrompida.

Ressaltamos ainda que o processo no acompanhamento de ocorrências de concessão de quaisquer benefícios, identificando o servidor com seus dados cadastrais e motivos e condições da concessão, bem como novos servidores que venham a serem efetivados no serviço público municipal.



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

Os resultados aqui apresentados somente se verificarão e serão válidos se efetivamente ocorrer na prática às hipóteses formuladas e se as contribuições forem realizadas conforme indicado na Reavaliação Atuarial de 2020.

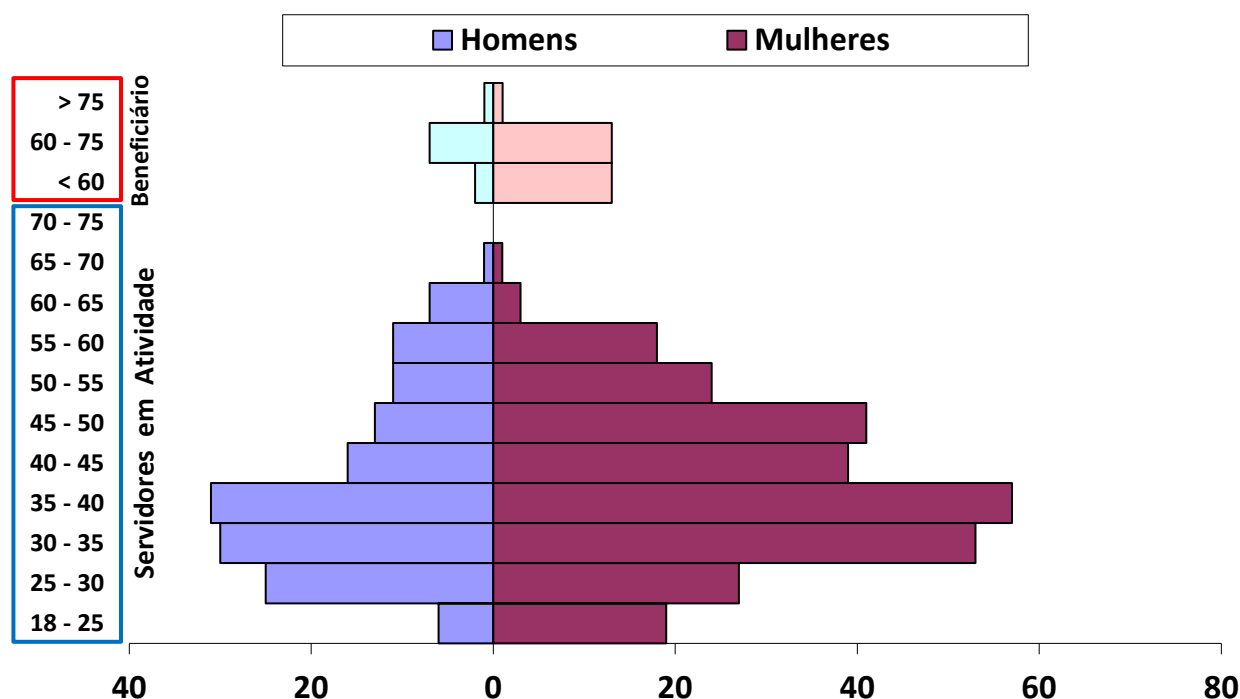
9.1.1. PIRÂMIDE ETÁRIA

Abaixo, inserimos gráficos da pirâmide etária do RPPS de TAPURAH - MT.

Como o estudo dessa Projeção Atuarial não leva em consideração **novos entrados** (Servidores Ativos oriundos de concurso), vemos que ocorrerá um aumento maciço do número de Inativos e Pensionistas. Chamamos a atenção também, da quantidade de Servidoras Ativos, que aposentam mais cedo e a quantidade de Servidores do sexo Feminino, possuem uma expectativa de vida maior do que os Servidores do sexo Masculino.



PIRÂMIDE ETÁRIA - GERAÇÃO ATUAL



Nota-se um desequilíbrio entre Homens e Mulheres, tendo o RPPS uma grande quantidade de mulheres.

Separámos os Servidores Ativos dos **Inativos e Pensionistas**, preenchendo os Beneficiários com as cores Azul Claro e Rosa, para facilitar a leitura.

Pirâmide Etária em 2020.


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

Parâmetros e Hipóteses Utilizadas

Tábuas Biométricas

Mortalidade: IBGE 2018 - Masculino e IBGE 2018 - Feminino
Entrada em Invalidez: ALVARO VINDAS
Mortalidade de Inválidos: IAPB-57

Patrimônio Inicial	R\$	31.037.080,14
---------------------------	-----	---------------

Contribuintes	Plano de Equilíbrio % de Contribuição	Plano Vigente % de Contribuição
Ente Federativo (Patronal)	18,30%	18,30%
Especial ou Suplementar	3,70%	3,30%
Despesas Administrativas	2,00%	2,00%
Servidores Ativos	11,00%	11,00%
Aposentados e Pensionistas *	11,00%	11,00%

**Cujos proventos ultrapassam o Teto do RGPS.*

Massa de Servidores	Folha Salarial (R\$)	Nº de Servidores	Salário Médio
Ativos	1.244.976,32	433	2.875,23
Aposentados por Tempo de Contribuição	15.062,98	4	3.765,75
Aposentados por Idade	13.612,57	9	1.512,51
Aposentados Compulsórios	998,00	1	998,00
Aposentados por Invalidez	31.531,12	14	2.252,22
Pensionistas	8.898,45	7	1.271,21
Total	1.315.079,44	468	

Outras Hipóteses

Utilizado

Taxa de Juros Atuarial 5,88%
 Taxa de Inflação 100,00%
 Crescimento Salarial Anual 1,08%
 Crescimento Real de Benefício 1,00%
 Taxa de Rotatividade Não Utilizada



RECEITAS PROJETADAS DE EQUILÍBRIO (Geração Atual)								DESPESAS PROJETADAS DE EQUILÍBRIO (Geração Atual)						1 de 4
Ano	Total Serv. Ativos	Contribuição Servidores (R\$)	Contribuição Patronal (R\$)	Contribuição Custo Suplementar	Rentabilidade 5,88% a.a.	Compensação, Créditos e Parcelamentos	TOTAL RECEITA	Total Inativos e Pensionistas	Despesa Inativos	Despesa Pensionistas	Despesa Auxílios e Salários	DESPESAS ADM.	TOTAL DESPESA	PATRIMÔNIO
2020	414	1.697.154	2.823.448	598.834	1.979.109	114.396	7.212.940	62	2.034.344	126.842	-	451.415	2.612.602	35.637.417,95
2021	409	1.684.873	2.803.016	704.078	2.241.500	114.396	7.547.862	67	2.337.333	133.907	-	351.797	2.823.037	40.362.243,44
2022	405	1.679.300	2.793.745	1.376.457	2.543.526	114.396	8.507.423	71	2.576.687	136.440	-	355.765	3.068.893	45.800.774,05
2023	395	1.652.875	2.749.783	2.082.911	2.875.034	114.396	9.474.999	81	3.006.945	139.061	-	359.590	3.505.597	51.770.177,04
2024	389	1.640.556	2.729.289	2.113.270	3.208.177	114.396	9.805.689	86	3.310.924	132.487	-	363.443	3.806.854	57.769.011,88
2025	382	1.619.585	2.694.401	2.144.072	3.536.464	114.396	10.108.918	93	3.694.996	135.376	-	367.151	4.197.523	63.680.406,63
2026	374	1.597.821	2.658.192	2.175.322	3.858.997	114.396	10.404.728	100	4.087.564	138.301	-	371.077	4.596.942	69.488.192,30
2027	362	1.565.486	2.604.399	2.207.028	4.168.036	114.396	10.659.344	111	4.578.232	141.276	-	375.030	5.094.539	75.052.997,68
2028	352	1.540.774	2.563.287	2.239.197	4.467.968	114.396	10.925.622	121	5.001.436	144.335	-	379.024	5.524.795	80.453.824,12
2029	343	1.514.746	2.519.986	2.271.834	4.757.848	114.396	11.178.809	129	5.438.146	137.802	-	383.056	5.959.004	85.673.629,29
2030	332	1.475.415	2.454.555	2.304.946	5.028.647	114.396	11.377.959	139	5.996.383	118.426	-	386.927	6.501.736	90.549.852,32
2031	323	1.444.812	2.403.641	2.338.542	5.283.938	114.396	11.585.329	148	6.476.339	121.461	-	390.554	6.988.354	95.146.827,15
2032	311	1.396.512	2.323.288	2.372.627	5.510.509	114.396	11.717.332	160	7.118.265	124.593	-	394.649	7.637.507	99.226.652,77
2033	295	1.346.876	2.240.712	2.407.209	5.705.674	114.396	11.814.867	176	7.774.241	127.564	-	398.768	8.300.573	102.740.946,09
2034	279	1.281.874	2.132.573	2.442.295	5.856.835	114.396	11.827.972	192	8.572.067	131.054	-	402.923	9.106.044	105.462.874,96
2035	257	1.195.868	1.989.489	2.477.892	5.947.893	114.396	11.725.538	213	9.544.255	134.483	-	407.130	10.085.869	107.102.543,75
2036	236	1.112.798	1.851.291	2.514.008	5.978.131	114.396	11.570.624	232	10.476.931	138.214	-	411.005	11.026.150	107.647.017,35
2037	216	1.019.165	1.695.520	2.550.650	5.935.762	114.396	11.315.493	251	11.521.316	142.474	-	414.630	12.078.419	106.884.090,77
2038	202	977.691	1.626.522	2.587.827	5.853.996	114.396	11.160.432	264	12.067.729	146.455	-	418.578	12.632.763	105.411.759,89

.....



RECEITAS PROJETADAS DE EQUILÍBRIO (Geração Atual)								DESPESAS PROJETADAS DE EQUILÍBRIO (Geração Atual)						2 de 4
Ano	Total Serv. Ativos	Contribuição Servidores (R\$)	Contribuição Patronal (R\$)	Contribuição Custo Suplementar	Rentabilidade 5,88% a.a.	Compensação, Créditos e Parcelamentos	TOTAL RECEITA	Total Inativos e Pensionistas	Despesa Inativos	Despesa Pensionistas	Despesa Auxílios e Salários	DESPESAS ADM.	TOTAL DESPESA	PATRIMÔNIO
2039	176	874.076	1.454.144	2.625.545	5.685.229	114.396	10.753.390	290	13.219.813	150.494	-	422.046	13.792.353	102.372.796,40
2040	153	768.528	1.278.551	2.663.814	5.424.875	114.396	10.250.163	311	14.356.571	155.398	-	426.329	14.938.298	97.684.661,78
2041	136	686.415	1.141.945	2.702.640	5.084.457	114.396	9.729.853	326	15.269.605	160.117	-	429.972	15.859.694	91.554.820,98
2042	119	609.778	1.014.450	2.742.032	4.667.728	114.396	9.148.383	338	16.101.301	117.653	-	433.397	16.652.352	84.050.852,41
2043	108	559.361	930.573	2.781.998	4.188.529	114.396	8.574.856	346	16.645.039	123.402	-	435.248	17.203.688	75.422.020,15
2044	98	514.104	855.282	2.822.546	3.642.358	114.396	7.948.686	354	17.217.415	128.992	-	437.071	17.783.478	65.587.228,04
2045	81	407.901	678.599	2.863.686	2.986.371	114.396	7.050.952	369	18.307.178	115.599	-	440.402	18.863.179	53.775.001,95
2046	65	323.997	539.013	2.905.425	2.227.736	114.396	6.110.566	383	19.206.613	121.932	-	442.619	19.771.165	40.114.403,14
2047	52	273.947	455.749	2.947.772	1.404.639	114.396	5.196.503	390	19.445.583	126.779	-	445.479	20.017.842	25.293.064,50
2048	38	191.805	319.094	2.990.737	477.518	114.396	4.093.550	399	20.212.818	133.964	-	441.256	20.788.038	8.598.576,78
2049	26	134.314	223.449	3.034.328	-	114.396	3.506.486	403	20.543.100	136.615	-	441.809	21.121.524	(9.016.460,87)
2050	19	95.197	158.372	3.078.555	-	114.396	3.446.519	396	20.327.818	138.493	-	438.015	20.904.326	(26.474.267,54)
2051	12	58.817	97.850	3.123.426	-	114.396	3.394.489	398	20.646.290	112.926	-	426.635	21.185.851	(44.265.629,52)
2052	7	37.956	63.145	3.168.951	-	114.396	3.384.447	395	20.608.767	118.148	-	425.878	21.152.794	(62.033.976,10)
2053	1	2.714	4.515	3.215.139	-	114.396	3.336.764	392	20.658.452	122.890	-	421.439	21.202.782	(79.899.993,65)
2054	1	2.743	4.564	3.262.001	-	114.396	3.383.704	383	20.215.095	124.964	-	416.120	20.756.180	(97.272.469,49)
2055	1	2.773	4.613	-	-	-	7.386	375	20.052.037	129.050	-	407.300	20.588.388	(117.853.470,98)
2056	1	2.803	4.663	-	-	-	7.466	366	19.685.755	134.377	-	404.126	20.224.258	(138.070.262,52)
2057	1	2.833	4.713	-	-	-	7.547	360	19.500.304	140.795	-	396.912	20.038.011	(158.100.726,87)

.....



RECEITAS PROJETADAS DE EQUILÍBRIO (Geração Atual)								DESPESAS PROJETADAS DE EQUILÍBRIO (Geração Atual)						3 de 4
Ano	Total Serv. Ativos	Contribuição Servidores (R\$)	Contribuição Patronal (R\$)	Contribuição Custo Suplementar	Rentabilidade 5,88% a.a.	Compensação, Créditos e Parcelamentos	TOTAL RECEITA	Total Inativos e Pensionistas	Despesa Inativos	Despesa Pensionistas	Despesa Auxílios e Salários	DESPESAS ADM.	TOTAL DESPESA	PATRIMÔNIO
2058	-	-	-	-	-	-	-	348	18.946.519	141.663	-	393.337	19.481.520	(177.582.246,53)
2059	-	-	-	-	-	-	-	337	18.468.090	144.575	-	381.764	18.994.429	(196.576.675,21)
2060	-	-	-	-	-	-	-	326	18.051.401	148.078	-	372.253	18.571.732	(215.148.407,58)
2061	-	-	-	-	-	-	-	313	17.393.089	151.945	-	363.990	17.909.024	(233.057.431,22)
2062	-	-	-	-	-	-	-	299	16.815.584	153.345	-	350.901	17.319.829	(250.377.260,27)
2063	-	-	-	-	-	-	-	288	16.348.914	157.884	-	339.379	16.846.177	(267.223.437,03)
2064	-	-	-	-	-	-	-	274	15.644.257	159.462	-	330.136	16.133.855	(283.357.292,10)
2065	-	-	-	-	-	-	-	259	15.056.078	160.861	-	316.074	15.533.014	(298.890.306,13)
2066	-	-	-	-	-	-	-	249	14.744.227	167.338	-	304.339	15.215.904	(314.106.210,03)
2067	-	-	-	-	-	-	-	229	13.575.299	166.046	-	298.231	14.039.576	(328.145.786,42)
2068	-	-	-	-	-	-	-	217	12.906.903	170.676	-	274.827	13.352.406	(341.498.192,65)
2069	-	-	-	-	-	-	-	201	12.036.093	171.829	-	261.552	12.469.473	(353.967.665,93)
2070	-	-	-	-	-	-	-	180	10.883.702	169.982	-	244.158	11.297.842	(365.265.508,00)
2071	-	-	-	-	-	-	-	167	10.193.476	174.601	-	221.074	10.589.151	(375.854.659,02)
2072	-	-	-	-	-	-	-	143	8.815.151	170.528	-	207.362	9.193.041	(385.047.699,96)
2073	-	-	-	-	-	-	-	127	7.904.874	171.698	-	179.714	8.256.285	(393.303.985,20)
2074	-	-	-	-	-	-	-	109	6.850.601	171.407	-	161.531	7.183.539	(400.487.524,18)
2075	-	-	-	-	-	-	-	94	5.965.130	173.096	-	140.440	6.278.666	(406.766.190,31)
2076	-	-	-	-	-	-	-	76	4.870.871	171.074	-	122.765	5.164.709	(411.930.899,37)

.....



RECEITAS PROJETADAS DE EQUILÍBRIO (Geração Atual)								DESPESAS PROJETADAS DE EQUILÍBRIO (Geração Atual)						4 de 4
Ano	Total Serv. Ativos	Contribuição Servidores (R\$)	Contribuição Patronal (R\$)	Contribuição Custo Suplementar	Rentabilidade 5,88% a.a.	Compensação, Créditos e Parcelamentos	TOTAL RECEITA	Total Inativos e Pensionistas	Despesa Inativos	Despesa Pensionistas	Despesa Auxílios e Salários	DESPESAS ADM.	TOTAL DESPESA	PATRIMÔNIO
2077	-	-	-	-	-	-	-	59	3.819.491	168.966	-	100.839	4.089.296	(416.020.195,74)
2078	-	-	-	-	-	-	-	50	3.268.499	170.451	-	79.769	3.518.719	(419.538.914,40)
2079	-	-	-	-	-	-	-	43	2.837.610	176.328	-	68.779	3.082.717	(422.621.631,40)
2080	-	-	-	-	-	-	-	29	1.933.958	138.966	-	60.279	2.133.203	(424.754.834,01)
2081	-	-	-	-	-	-	-	25	1.682.803	147.643	-	41.458	1.871.905	(426.626.738,63)
2082	-	-	-	-	-	-	-	20	1.358.909	156.605	-	36.609	1.552.123	(428.178.862,12)
2083	-	-	-	-	-	-	-	13	891.916	165.039	-	30.310	1.087.265	(429.266.127,39)
2084	-	-	-	-	-	-	-	9	623.314	176.542	-	21.139	820.995	(430.087.122,14)
2085	-	-	-	-	-	-	-	5	349.768	3.415	-	15.997	369.180	(430.456.302,32)
2086	-	-	-	-	-	-	-	3	211.830	2.136	-	7.064	221.030	(430.677.331,84)
2087	-	-	-	-	-	-	-	1	71.283	734	-	4.279	76.296	(430.753.628,25)
2088	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.440	1.440	(430.755.068,59)
2089	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(430.755.068,59)
2090	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(430.755.068,59)
2091	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(430.755.068,59)
2092	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(430.755.068,59)
2093	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(430.755.068,59)
2094	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(430.755.068,59)
2095	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(430.755.068,59)



RECEITAS PROJETADAS VIGENTES (Geração Atual)								DESPESAS PROJETADAS VIGENTES (Geração Atual)						1 de 4
Ano	Total Serv. Ativos	Contribuição Servidores (R\$)	Contribuição Patronal (R\$)	Contribuição Custo Suplementar	Rentabilidade 5,88% a.a.	Compensação, Créditos e Parcelamentos	TOTAL RECEITA	Total Inativos e Pensionistas	Despesa Inativos	Despesa Pensionistas	Despesa Auxílios e Salários	DESPESAS ADM.	TOTAL DESPESA	PATRIMÔNIO
2020	414	1.697.154	2.823.448	598.834	1.979.109	114.396	7.212.940	62	2.034.344	126.842	-	451.415	2.612.602	35.637.417,95
2021	409	1.684.873	2.803.016	703.458	2.241.463	114.396	7.547.206	67	2.337.333	133.907	-	351.797	2.823.037	40.361.586,64
2022	405	1.679.300	2.793.745	876.417	2.514.085	114.396	7.977.943	71	2.576.687	136.440	-	355.765	3.068.893	45.270.636,73
2023	395	1.652.875	2.749.783	1.053.030	2.783.305	114.396	8.353.389	81	3.006.945	139.061	-	359.590	3.505.597	50.118.429,45
2024	389	1.640.556	2.729.289	1.233.355	3.059.315	114.396	8.776.912	86	3.310.924	132.487	-	363.443	3.806.854	55.088.487,74
2025	382	1.619.585	2.694.401	1.588.231	3.346.166	114.396	9.362.778	93	3.694.996	135.376	-	367.151	4.197.523	60.253.743,00
2026	374	1.597.821	2.658.192	1.950.627	3.644.297	114.396	9.965.333	100	4.087.564	138.301	-	371.077	4.596.942	65.622.133,64
2027	362	1.565.486	2.604.399	2.320.666	3.947.393	114.396	10.552.340	111	4.578.232	141.276	-	375.030	5.094.539	71.079.934,65
2028	352	1.540.774	2.563.287	2.874.842	4.271.728	114.396	11.365.027	121	5.001.436	144.335	-	379.024	5.524.795	76.920.165,84
2029	343	1.514.746	2.519.986	3.440.716	4.618.799	114.396	12.208.643	129	5.438.146	137.802	-	383.056	5.959.004	83.169.804,71
2030	332	1.475.415	2.454.555	4.018.478	4.982.178	114.396	13.045.022	139	5.996.383	118.426	-	386.927	6.501.736	89.713.090,53
2031	323	1.444.812	2.403.641	4.451.673	5.358.988	114.396	13.773.510	148	6.476.339	121.461	-	390.554	6.988.354	96.498.246,60
2032	311	1.396.512	2.323.288	4.499.751	5.715.048	114.396	14.048.994	160	7.118.265	124.593	-	394.649	7.637.507	102.909.734,33
2033	295	1.346.876	2.240.712	4.548.348	6.048.138	114.396	14.298.470	176	7.774.241	127.564	-	398.768	8.300.573	108.907.631,09
2034	279	1.281.874	2.132.573	4.597.470	6.346.161	114.396	14.472.473	192	8.572.067	131.054	-	402.923	9.106.044	114.274.060,87
2035	257	1.195.868	1.989.489	4.647.123	6.593.542	114.396	14.540.417	213	9.544.255	134.483	-	407.130	10.085.869	118.728.609,11
2036	236	1.112.798	1.851.291	4.697.312	6.790.121	114.396	14.565.918	232	10.476.931	138.214	-	411.005	11.026.150	122.268.377,34
2037	216	1.019.165	1.695.520	4.748.043	6.924.704	114.396	14.501.827	251	11.521.316	142.474	-	414.630	12.078.419	124.691.785,60
2038	202	977.691	1.626.522	4.799.321	7.031.125	114.396	14.549.055	264	12.067.729	146.455	-	418.578	12.632.763	126.608.077,50

.....



RECEITAS PROJETADAS VIGENTES (Geração Atual)								DESPESAS PROJETADAS VIGENTES (Geração Atual)						2 de 4
Ano	Total Serv. Ativos	Contribuição Servidores (R\$)	Contribuição Patronal (R\$)	Contribuição Custo Suplementar	Rentabilidade 5,88% a.a.	Compensação, Créditos e Parcelamentos	TOTAL RECEITA	Total Inativos e Pensionistas	Despesa Inativos	Despesa Pensionistas	Despesa Auxílios e Salários	DESPESAS ADM.	TOTAL DESPESA	PATRIMÔNIO
2039	176	874.076	1.454.144	4.851.154	7.062.438	114.396	14.356.207	290	13.219.813	150.494	-	422.046	13.792.353	127.171.931,96
2040	153	768.528	1.278.551	4.903.547	7.014.761	114.396	14.079.782	311	14.356.571	155.398	-	426.329	14.938.298	126.313.415,75
2041	136	686.415	1.141.945	4.956.505	6.900.355	114.396	13.799.616	326	15.269.605	160.117	-	429.972	15.859.694	124.253.338,21
2042	119	609.778	1.014.450	5.010.035	6.723.759	114.396	13.472.418	338	16.101.301	117.653	-	433.397	16.652.352	121.073.404,69
2043	108	559.361	930.573	5.064.144	6.499.646	114.396	13.168.118	346	16.645.039	123.402	-	435.248	17.203.688	117.037.834,64
2044	98	514.104	855.282	5.118.836	6.224.390	114.396	12.827.008	354	17.217.415	128.992	-	437.071	17.783.478	112.081.364,44
2045	81	407.901	678.599	5.174.120	5.856.080	114.396	12.231.095	369	18.307.178	115.599	-	440.402	18.863.179	105.449.281,12
2046	65	323.997	539.013	5.230.000	5.402.869	114.396	11.610.274	383	19.206.613	121.932	-	442.619	19.771.165	97.288.390,29
2047	52	273.947	455.749	5.286.484	4.903.986	114.396	11.034.562	390	19.445.583	126.779	-	445.479	20.017.842	88.305.110,12
2048	38	191.805	319.094	-	4.006.771	114.396	4.632.066	399	20.212.818	133.964	-	441.256	20.788.038	72.149.138,09
2049	26	134.314	223.449	-	3.028.187	114.396	3.500.345	403	20.543.100	136.615	-	441.809	21.121.524	54.527.958,79
2050	19	95.197	158.372	-	1.998.706	114.396	2.366.671	396	20.327.818	138.493	-	438.015	20.904.326	35.990.303,44
2051	12	58.817	97.850	-	886.440	114.396	1.157.503	398	20.646.290	112.926	-	426.635	21.185.851	15.961.956,21
2052	7	37.956	63.145	-	-	114.396	215.496	395	20.608.767	118.148	-	425.878	21.152.794	(4.975.340,93)
2053	1	2.714	4.515	-	-	114.396	121.625	392	20.658.452	122.890	-	421.439	21.202.782	(26.056.497,58)
2054	1	2.743	4.564	-	-	114.396	121.703	383	20.215.095	124.964	-	416.120	20.756.180	(46.690.974,26)
2055	1	2.773	4.613	-	-	-	7.386	375	20.052.037	129.050	-	407.300	20.588.388	(67.271.975,75)
2056	1	2.803	4.663	-	-	-	7.466	366	19.685.755	134.377	-	404.126	20.224.258	(87.488.767,29)
2057	1	2.833	4.713	-	-	-	7.547	360	19.500.304	140.795	-	396.912	20.038.011	(107.519.231,64)

.....



RECEITAS PROJETADAS VIGENTES (Geração Atual)								DESPESAS PROJETADAS VIGENTES (Geração Atual)						3 de 4
Ano	Total Serv. Ativos	Contribuição Servidores (R\$)	Contribuição Patronal (R\$)	Contribuição Custo Suplementar	Rentabilidade 5,88% a.a.	Compensação, Créditos e Parcelamentos	TOTAL RECEITA	Total Inativos e Pensionistas	Despesa Inativos	Despesa Pensionistas	Despesa Auxílios e Salários	DESPESAS ADM.	TOTAL DESPESA	PATRIMÔNIO
2058	-	-	-	-	-	-	-	348	18.946.519	141.663	-	393.337	19.481.520	(127.000.751,30)
2059	-	-	-	-	-	-	-	337	18.468.090	144.575	-	381.764	18.994.429	(145.995.179,98)
2060	-	-	-	-	-	-	-	326	18.051.401	148.078	-	372.253	18.571.732	(164.566.912,35)
2061	-	-	-	-	-	-	-	313	17.393.089	151.945	-	363.990	17.909.024	(182.475.935,99)
2062	-	-	-	-	-	-	-	299	16.815.584	153.345	-	350.901	17.319.829	(199.795.765,04)
2063	-	-	-	-	-	-	-	288	16.348.914	157.884	-	339.379	16.846.177	(216.641.941,80)
2064	-	-	-	-	-	-	-	274	15.644.257	159.462	-	330.136	16.133.855	(232.775.796,87)
2065	-	-	-	-	-	-	-	259	15.056.078	160.861	-	316.074	15.533.014	(248.308.810,90)
2066	-	-	-	-	-	-	-	249	14.744.227	167.338	-	304.339	15.215.904	(263.524.714,80)
2067	-	-	-	-	-	-	-	229	13.575.299	166.046	-	298.231	14.039.576	(277.564.291,19)
2068	-	-	-	-	-	-	-	217	12.906.903	170.676	-	274.827	13.352.406	(290.916.697,42)
2069	-	-	-	-	-	-	-	201	12.036.093	171.829	-	261.552	12.469.473	(303.386.170,70)
2070	-	-	-	-	-	-	-	180	10.883.702	169.982	-	244.158	11.297.842	(314.684.012,77)
2071	-	-	-	-	-	-	-	167	10.193.476	174.601	-	221.074	10.589.151	(325.273.163,79)
2072	-	-	-	-	-	-	-	143	8.815.151	170.528	-	207.362	9.193.041	(334.466.204,73)
2073	-	-	-	-	-	-	-	127	7.904.874	171.698	-	179.714	8.256.285	(342.722.489,96)
2074	-	-	-	-	-	-	-	109	6.850.601	171.407	-	161.531	7.183.539	(349.906.028,95)
2075	-	-	-	-	-	-	-	94	5.965.130	173.096	-	140.440	6.278.666	(356.184.695,08)
2076	-	-	-	-	-	-	-	76	4.870.871	171.074	-	122.765	5.164.709	(361.349.404,14)

.....



RECEITAS PROJETADAS VIGENTES (Geração Atual)								DESPESAS PROJETADAS VIGENTES (Geração Atual)						4 de 4
Ano	Total Serv. Ativos	Contribuição Servidores (R\$)	Contribuição Patronal (R\$)	Contribuição Custo Suplementar	Rentabilidade 5,88% a.a.	Compensação, Créditos e Parcelamentos	TOTAL RECEITA	Total Inativos e Pensionistas	Despesa Inativos	Despesa Pensionistas	Despesa Auxílios e Salários	DESPESAS ADM.	TOTAL DESPESA	PATRIMÔNIO
2077	-	-	-	-	-	-	-	59	3.819.491	168.966	-	100.839	4.089.296	(365.438.700,51)
2078	-	-	-	-	-	-	-	50	3.268.499	170.451	-	79.769	3.518.719	(368.957.419,17)
2079	-	-	-	-	-	-	-	43	2.837.610	176.328	-	68.779	3.082.717	(372.040.136,17)
2080	-	-	-	-	-	-	-	29	1.933.958	138.966	-	60.279	2.133.203	(374.173.338,78)
2081	-	-	-	-	-	-	-	25	1.682.803	147.643	-	41.458	1.871.905	(376.045.243,39)
2082	-	-	-	-	-	-	-	20	1.358.909	156.605	-	36.609	1.552.123	(377.597.366,88)
2083	-	-	-	-	-	-	-	13	891.916	165.039	-	30.310	1.087.265	(378.684.632,16)
2084	-	-	-	-	-	-	-	9	623.314	176.542	-	21.139	820.995	(379.505.626,91)
2085	-	-	-	-	-	-	-	5	349.768	3.415	-	15.997	369.180	(379.874.807,09)
2086	-	-	-	-	-	-	-	3	211.830	2.136	-	7.064	221.030	(380.095.836,60)
2087	-	-	-	-	-	-	-	1	71.283	734	-	4.279	76.296	(380.172.133,01)
2088	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.440	1.440	(380.173.573,36)
2089	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(380.173.573,36)
2090	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(380.173.573,36)
2091	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(380.173.573,36)
2092	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(380.173.573,36)
2093	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(380.173.573,36)
2094	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(380.173.573,36)
2095	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(380.173.573,36)


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

9.2. PROJEÇÃO ATUARIAL - GERAÇÃO ATUAL e GERAÇÃO FUTURA (REPOSIÇÃO DA MASSA)

Visando uma melhor observação da projeção financeira e atuarial do RPPS, elaboramos a Projeção Atuarial, considerando a possibilidade de **NOVOS ENTRADOS**.

A diferença entre as duas Projeções Atuariais é que a primeira leva em consideração somente a Geração Atuarial, sem a possibilidade de repormos o Servidor Ativo que venha falecer ou que atinja a idade de aposentadoria, desconsiderando a existência de concurso público.

Já a Projeção Atuarial com reposição da massa, abre a hipótese de **NOVOS ENTRADOS**, mas não advindos de concurso público. Para cada Servidor Ativo que se aposente estaremos repondo um Servidor neste estudo, com a mesma idade de Admissão no Ente Atual (do Servidor Ativo que venha falecer ou que atinja a idade de aposentadoria) e recebendo a média de remuneração da massa de Servidores, projetada no ano da reposição.

Considerando a hipótese de reposição de massa, sem aumentar a quantidade de Servidores Ativos, conforme determina a Portaria MF 464/2018, a diferença entre o Fluxo Financeiro entre as duas Projeção será:

Fluxo de Caixa - PROJEÇÃO ATUARIAL VIGENTE

	PROJEÇÃO ATUARIAL (Geração Atual)	PROJEÇÃO ATUARIAL (Geração Atual + Futura)
Fluxo Financeiro negativo *	2040	2048
Insolvência Financeira **	2052	2068

*Despesas maiores que as Receitas.

** Fim do Patrimônio Líquido do RPPS.



RECEITAS PROJETADAS EQUILÍBRIO (Geração Atual + Geração Futura)								DESPESAS PROJETADAS EQUILÍBRIO (Geração Atual + Geração Futura)					1 de 4	
Ano	Total Serv. Ativos	Contribuição Servidores (R\$)	Contribuição Patronal (R\$)	Contribuição Custo Suplementar	Rentabilidade 5,88% a.a.	Compensação, Créditos e Parcelamentos	TOTAL RECEITA	Total Inativos e Pensionistas	Despesa Inativos	Despesa Pensionistas	Despesa Auxílios e Salários	DESPESAS ADM.	TOTAL DESPESA	PATRIMÔNIO
2020	433	1.780.258	2.961.702	598.834	1.992.090	114.396	7.447.279	62	2.034.661	127.116	-	451.415	2.613.192	35.871.167,18
2021	433	1.799.407	2.993.559	704.078	2.272.250	114.396	7.883.690	67	2.337.700	134.285	-	366.919	2.838.904	40.915.953,38
2022	433	1.818.738	3.025.718	1.376.457	2.596.643	114.396	8.931.951	71	2.577.142	136.927	-	376.605	3.090.674	46.757.230,32
2023	433	1.838.244	3.058.170	2.082.911	2.958.738	114.396	10.052.459	81	3.007.533	139.776	-	384.961	3.532.270	53.277.419,57
2024	433	1.857.929	3.090.918	2.113.270	3.328.763	114.396	10.505.275	86	3.311.752	133.393	-	397.172	3.842.317	59.940.377,77
2025	433	1.882.121	3.131.165	2.144.072	3.702.796	114.396	10.974.550	93	3.696.067	136.632	-	406.708	4.239.407	66.675.520,80
2026	433	1.902.197	3.164.564	2.175.322	4.079.794	114.396	11.436.274	100	4.088.910	139.973	-	418.858	4.647.741	73.464.053,59
2027	433	1.922.467	3.198.286	2.207.028	4.454.228	114.396	11.896.406	111	4.579.825	143.799	-	430.432	5.154.056	80.206.403,50
2028	433	1.942.849	3.232.194	2.239.197	4.829.862	114.396	12.358.498	121	5.003.270	147.247	-	444.012	5.594.529	86.970.372,22
2029	433	1.963.536	3.266.609	2.271.834	5.206.727	114.396	12.823.101	129	5.440.169	140.544	-	456.256	6.036.969	93.756.504,55
2030	433	1.984.279	3.301.119	2.304.946	5.578.462	114.396	13.283.202	139	5.998.641	122.173	-	468.621	6.589.434	100.450.272,17
2031	433	2.005.252	3.336.009	2.338.542	5.948.013	114.396	13.742.211	148	6.478.862	125.737	-	483.194	7.087.793	107.104.689,79
2032	433	2.026.459	3.371.291	2.372.627	6.305.876	114.396	14.190.649	161	7.121.044	128.951	-	496.683	7.746.678	113.548.660,23
2033	433	2.047.778	3.406.757	2.407.209	6.650.359	114.396	14.626.498	176	7.777.430	132.576	-	513.447	8.423.453	119.751.705,29
2034	433	2.069.270	3.442.512	2.442.295	6.972.319	114.396	15.040.790	192	8.575.554	137.254	-	530.523	9.243.331	125.549.164,89
2035	433	2.090.856	3.478.424	2.477.892	7.260.077	114.396	15.421.645	213	9.548.108	141.444	-	550.487	10.240.038	130.730.771,43
2036	433	2.112.696	3.514.758	2.514.008	7.513.813	114.396	15.769.670	232	10.481.245	145.510	-	573.947	11.200.702	135.299.740,16
2037	433	2.134.628	3.551.245	2.550.650	7.724.978	114.396	16.075.899	251	11.526.164	150.649	-	596.662	12.273.475	139.102.163,32
2038	433	2.156.721	3.587.999	2.587.827	7.920.326	114.396	16.367.268	264	12.072.779	155.262	-	621.651	12.849.691	142.619.739,67

.....



RECEITAS PROJETADAS EQUILÍBRIO (Geração Atual + Geração Futura)								DESPESAS PROJETADAS EQUILÍBRIO (Geração Atual + Geração Futura)					2 de 4	
Ano	Total Serv. Ativos	Contribuição Servidores (R\$)	Contribuição Patronal (R\$)	Contribuição Custo Suplementar	Rentabilidade 5,88% a.a.	Compensação, Créditos e Parcelamentos	TOTAL RECEITA	Total Inativos e Pensionistas	Despesa Inativos	Despesa Pensionistas	Despesa Auxílios e Salários	DESPESAS ADM.	TOTAL DESPESA	PATRIMÔNIO
2039	433	2.178.979	3.625.028	2.625.545	8.063.926	114.396	16.607.875	290	13.225.292	160.097	-	636.692	14.022.081	145.205.533,03
2040	433	2.201.364	3.662.269	2.663.814	8.152.922	114.396	16.794.764	311	14.362.416	165.934	-	663.886	15.192.236	146.808.061,42
2041	433	2.223.885	3.699.737	2.702.640	8.197.350	114.396	16.938.008	326	15.275.718	171.469	-	690.815	16.138.003	147.608.066,74
2042	433	2.246.571	3.737.477	2.742.032	8.202.464	114.396	17.042.940	338	16.107.677	129.887	-	713.287	16.950.850	147.700.156,02
2043	433	2.269.413	3.775.477	2.781.998	8.180.255	114.396	17.121.539	346	16.651.788	136.442	-	733.219	17.521.448	147.300.246,37
2044	433	2.292.457	3.813.815	2.822.546	8.127.796	114.396	17.171.011	355	17.224.500	142.745	-	748.385	18.115.630	146.355.627,04
2045	433	2.315.698	3.852.480	2.863.686	8.014.040	114.396	17.160.300	369	18.314.468	130.068	-	764.155	19.208.691	144.307.235,51
2046	433	2.339.015	3.891.270	2.905.425	7.844.841	114.396	17.094.946	383	19.214.289	137.468	-	789.927	20.141.684	141.260.497,96
2047	433	2.361.500	3.928.678	2.947.772	7.628.715	114.396	16.981.062	403	19.881.171	179.306	-	812.311	20.872.787	137.368.772,32
2048	433	2.390.659	3.977.188	2.990.737	7.359.984	114.396	16.832.964	412	20.652.948	188.437	-	830.573	21.671.958	132.529.778,26
2049	433	2.410.303	4.009.868	3.034.328	7.058.293	114.396	16.627.188	418	21.018.069	190.117	-	851.493	22.059.679	127.097.287,35
2050	433	2.436.212	4.052.971	3.078.555	6.748.369	114.396	16.430.503	414	20.952.604	196.239	-	862.401	22.011.244	121.516.546,66
2051	433	2.448.725	4.073.788	3.123.426	6.390.566	114.396	16.150.900	422	21.512.708	215.160	-	865.925	22.593.792	115.073.654,35
2052	433	2.480.757	4.127.077	3.168.951	6.006.512	114.396	15.897.692	425	21.672.752	260.731	-	879.780	22.813.263	108.158.083,16
2053	433	2.514.153	4.182.636	3.215.139	5.576.647	114.396	15.602.971	434	22.145.297	308.454	-	889.716	23.343.468	100.417.586,96
2054	433	2.536.302	4.219.485	3.262.001	5.131.641	114.396	15.263.825	434	22.020.642	350.121	-	906.194	23.276.957	92.404.455,59
2055	433	2.558.529	4.256.461	-	4.441.296	-	11.256.286	439	22.386.109	392.527	-	908.561	23.687.197	79.973.544,76
2056	433	2.577.692	4.288.343	-	3.702.950	-	10.568.985	441	22.496.349	447.134	-	920.760	23.864.243	66.678.286,59
2057	433	2.601.493	4.327.939	-	2.920.193	-	9.849.625	440	22.515.520	501.518	-	927.541	23.944.579	52.583.332,87

.....



RECEITAS PROJETADAS EQUILÍBRIO (Geração Atual + Geração Futura)								DESPESAS PROJETADAS EQUILÍBRIO (Geração Atual + Geração Futura)					3 de 4	
Ano	Total Serv. Ativos	Contribuição Servidores (R\$)	Contribuição Patronal (R\$)	Contribuição Custo Suplementar	Rentabilidade 5,88% a.a.	Compensação, Créditos e Parcelamentos	TOTAL RECEITA	Total Inativos e Pensionistas	Despesa Inativos	Despesa Pensionistas	Despesa Auxílios e Salários	DESPESAS ADM.	TOTAL DESPESA	PATRIMÔNIO
2058	433	2.628.077	4.372.165	-	2.106.268	-	9.106.510	435	22.279.337	550.015	-	933.340	23.762.692	37.927.151,81
2059	433	2.651.524	4.411.171	-	1.258.049	-	8.320.745	430	22.061.110	598.920	-	934.419	23.594.449	22.653.447,00
2060	433	2.671.607	4.444.582	-	351.845	-	7.468.034	431	22.151.826	698.759	-	935.296	23.785.881	6.335.600,12
2061	433	2.704.846	4.499.881	-	-	-	7.204.727	426	21.753.845	790.777	-	942.758	23.487.381	(9.947.053,66)
2062	433	2.737.729	4.554.585	-	-	-	7.292.314	424	21.616.160	883.430	-	942.683	23.442.272	(26.097.011,73)
2063	433	2.767.073	4.603.403	-	-	-	7.370.476	430	21.846.554	980.360	-	947.761	23.774.674	(42.501.210,27)
2064	433	2.799.018	4.656.547	-	-	-	7.455.565	431	21.741.422	1.070.034	-	959.642	23.771.099	(58.816.743,94)
2065	433	2.836.771	4.719.355	-	-	-	7.556.125	425	21.463.174	1.160.303	-	965.141	23.588.618	(74.849.237,00)
2066	433	2.868.376	4.771.934	-	-	-	7.640.310	428	21.687.623	1.263.840	-	968.246	23.919.709	(91.128.635,86)
2067	433	2.899.530	4.823.764	-	-	-	7.723.294	418	20.926.873	1.361.554	-	980.552	23.268.979	(106.674.320,93)
2068	433	2.935.725	4.883.979	-	-	-	7.819.703	427	21.160.290	1.465.584	-	972.956	23.598.829	(122.453.446,55)
2069	433	2.976.995	4.952.637	-	-	-	7.929.632	430	21.065.951	1.567.665	-	986.286	23.619.902	(138.143.716,34)
2070	433	3.002.362	4.994.839	-	-	-	7.997.202	425	20.626.630	1.666.191	-	993.944	23.286.765	(153.433.279,90)
2071	433	3.036.606	5.051.808	-	-	-	8.088.414	426	20.550.201	1.786.902	-	991.740	23.328.844	(168.673.710,11)
2072	433	3.082.098	5.127.491	-	-	-	8.209.589	423	20.068.296	1.874.636	-	998.852	22.941.783	(183.405.904,34)
2073	433	3.137.209	5.219.175	-	-	-	8.356.384	426	19.866.222	2.005.841	-	999.240	22.871.303	(197.920.823,39)
2074	433	3.189.036	5.305.396	-	-	-	8.494.432	428	19.649.900	2.140.171	-	1.007.843	22.797.914	(212.224.304,93)
2075	433	3.230.822	5.374.913	-	-	-	8.605.734	422	19.119.354	2.292.261	-	1.015.626	22.427.241	(226.045.811,77)
2076	433	3.248.964	5.405.095	-	-	-	8.654.060	423	19.020.754	2.473.268	-	1.015.654	22.509.677	(239.901.428,87)

.....



RECEITAS PROJETADAS EQUILÍBRIO (Geração Atual + Geração Futura)								DESPESAS PROJETADAS EQUILÍBRIO (Geração Atual + Geração Futura)					4 de 4	
Ano	Total Serv. Ativos	Contribuição Servidores (R\$)	Contribuição Patronal (R\$)	Contribuição Custo Suplementar	Rentabilidade 5,88% a.a.	Compensação, Créditos e Parcelamentos	TOTAL RECEITA	Total Inativos e Pensionistas	Despesa Inativos	Despesa Pensionistas	Despesa Auxílios e Salários	DESPESAS ADM.	TOTAL DESPESA	PATRIMÔNIO
2077	433	3.279.871	5.456.513	-	-	-	8.736.384	416	18.466.030	2.648.582	-	1.020.601	22.135.213	(253.300.257,43)
2078	433	3.321.897	5.526.428	-	-	-	8.848.324	423	18.636.883	2.818.037	-	1.018.632	22.473.552	(266.925.485,50)
2079	433	3.343.358	5.562.132	-	-	-	8.905.489	426	18.783.120	3.008.197	-	1.033.080	22.824.397	(280.844.393,19)
2080	433	3.342.378	5.560.501	-	-	-	8.902.878	431	19.060.007	3.206.629	-	1.043.710	23.310.345	(295.251.860,27)
2081	433	3.384.878	5.631.207	-	-	-	9.016.085	436	19.223.614	3.400.688	-	1.053.038	23.677.340	(309.913.115,02)
2082	433	3.419.867	5.689.414	-	-	-	9.109.281	436	19.216.862	3.602.155	-	1.067.918	23.886.935	(324.690.769,55)
2083	433	3.458.202	5.753.190	-	-	-	9.211.392	439	19.247.860	3.788.891	-	1.078.174	24.114.925	(339.594.302,57)
2084	433	3.505.425	5.831.753	-	-	-	9.337.178	448	19.592.140	3.973.807	-	1.089.499	24.655.446	(354.912.570,43)
2085	433	3.549.012	5.904.265	-	-	-	9.453.277	451	19.684.932	3.989.350	-	1.108.669	24.782.950	(370.242.243,71)
2086	433	3.587.402	5.968.133	-	-	-	9.555.535	464	20.343.578	4.191.265	-	1.118.761	25.653.604	(386.340.312,93)
2087	433	3.611.099	6.007.556	-	-	-	9.618.655	469	20.733.518	4.405.903	-	1.142.952	26.282.373	(403.004.030,61)
2088	433	3.656.543	6.083.158	-	-	-	9.739.701	479	21.224.130	4.612.793	-	1.159.352	26.996.275	(420.260.604,78)
2089	433	3.702.899	6.160.277	-	-	-	9.863.176	483	21.415.980	4.826.516	-	1.181.564	27.424.060	(437.821.488,01)
2090	433	3.733.004	6.210.362	-	-	-	9.943.366	489	21.806.739	5.045.146	-	1.198.104	28.049.989	(455.928.110,72)
2091	433	3.781.286	6.290.685	-	-	-	10.071.970	494	22.067.847	5.247.298	-	1.215.766	28.530.911	(474.387.050,95)
2092	433	3.832.806	6.376.395	-	-	-	10.209.201	500	22.431.437	5.461.418	-	1.233.809	29.126.664	(493.304.514,56)
2093	433	3.874.682	6.446.062	-	-	-	10.320.743	501	22.442.569	5.679.320	-	1.254.731	29.376.620	(512.360.391,17)
2094	433	3.931.367	6.540.366	-	-	-	10.471.733	503	22.513.780	5.891.103	-	1.266.925	29.671.808	(531.560.466,60)
2095	433	3.969.376	6.603.598	-	-	-	10.572.974	503	22.554.617	6.125.581	-	1.282.892	29.963.089	(550.950.581,71)



RECEITAS PROJETADAS VIGENTES (Geração Atual + Geração Futura)								DESPESAS PROJETADAS VIGENTES (Geração Atual + Geração Futura)					1 de 4	
Ano	Total Serv. Ativos	Contribuição Servidores (R\$)	Contribuição Patronal (R\$)	Contribuição Custo Suplementar	Rentabilidade 5,88% a.a.	Compensação, Créditos e Parcelamentos	TOTAL RECEITA	Total Inativos e Pensionistas	Despesa Inativos	Despesa Pensionistas	Despesa Auxílios e Salários	DESPESAS ADM.	TOTAL DESPESA	PATRIMÔNIO
2020	433	1.780.258	2.961.702	598.834	1.992.090	114.396	7.447.279	62	2.034.661	127.116	-	451.415	2.613.192	35.871.167,18
2021	433	1.799.407	2.993.559	703.458	2.272.213	114.396	7.883.034	67	2.337.700	134.285	-	366.919	2.838.904	40.915.296,57
2022	433	1.818.738	3.025.718	876.417	2.567.202	114.396	8.402.470	71	2.577.142	136.927	-	376.605	3.090.674	46.227.092,99
2023	433	1.838.244	3.058.170	1.053.030	2.867.009	114.396	8.930.849	81	3.007.533	139.776	-	384.961	3.532.270	51.625.671,98
2024	433	1.857.929	3.090.918	1.233.355	3.179.901	114.396	9.476.498	86	3.311.752	133.393	-	397.172	3.842.317	57.259.853,63
2025	433	1.882.121	3.131.165	1.588.231	3.512.498	114.396	10.228.411	93	3.696.067	136.632	-	406.708	4.239.407	63.248.857,17
2026	433	1.902.197	3.164.564	1.950.627	3.865.095	114.396	10.996.879	100	4.088.910	139.973	-	418.858	4.647.741	69.597.994,92
2027	433	1.922.467	3.198.286	2.320.666	4.233.586	114.396	11.789.401	111	4.579.825	143.799	-	430.432	5.154.056	76.233.340,48
2028	433	1.942.849	3.232.194	2.874.842	4.633.622	114.396	12.797.902	121	5.003.270	147.247	-	444.012	5.594.529	83.436.713,94
2029	433	1.963.536	3.266.609	3.440.716	5.067.678	114.396	13.852.935	129	5.440.169	140.544	-	456.256	6.036.969	91.252.679,97
2030	433	1.984.279	3.301.119	4.018.478	5.531.993	114.396	14.950.265	139	5.998.641	122.173	-	468.621	6.589.434	99.613.510,37
2031	433	2.005.252	3.336.009	4.451.673	6.023.063	114.396	15.930.392	148	6.478.862	125.737	-	483.194	7.087.793	108.456.109,24
2032	433	2.026.459	3.371.291	4.499.751	6.510.414	114.396	16.522.311	161	7.121.044	128.951	-	496.683	7.746.678	117.231.741,80
2033	433	2.047.778	3.406.757	4.548.348	6.992.823	114.396	17.110.102	176	7.777.430	132.576	-	513.447	8.423.453	125.918.390,28
2034	433	2.069.270	3.442.512	4.597.470	7.461.644	114.396	17.685.291	192	8.575.554	137.254	-	530.523	9.243.331	134.360.350,80
2035	433	2.090.856	3.478.424	4.647.123	7.905.725	114.396	18.236.524	213	9.548.108	141.444	-	550.487	10.240.038	142.356.836,78
2036	433	2.112.696	3.514.758	4.697.312	8.325.803	114.396	18.764.965	232	10.481.245	145.510	-	573.947	11.200.702	149.921.100,16
2037	433	2.134.628	3.551.245	4.748.043	8.713.921	114.396	19.262.233	251	11.526.164	150.649	-	596.662	12.273.475	156.909.858,15
2038	433	2.156.721	3.587.999	4.799.321	9.097.454	114.396	19.755.890	264	12.072.779	155.262	-	621.651	12.849.691	163.816.057,29

.....



RECEITAS PROJETADAS VIGENTES (Geração Atual + Geração Futura)								DESPESAS PROJETADAS VIGENTES (Geração Atual + Geração Futura)					2 de 4	
Ano	Total Serv. Ativos	Contribuição Servidores (R\$)	Contribuição Patronal (R\$)	Contribuição Custo Suplementar	Rentabilidade 5,88% a.a.	Compensação, Créditos e Parcelamentos	TOTAL RECEITA	Total Inativos e Pensionistas	Despesa Inativos	Despesa Pensionistas	Despesa Auxílios e Salários	DESPESAS ADM.	TOTAL DESPESA	PATRIMÔNIO
2039	433	2.178.979	3.625.028	4.851.154	9.441.136	114.396	20.210.693	290	13.225.292	160.097	-	636.692	14.022.081	170.004.668,60
2040	433	2.201.364	3.662.269	4.903.547	9.742.808	114.396	20.624.382	311	14.362.416	165.934	-	663.886	15.192.236	175.436.815,39
2041	433	2.223.885	3.699.737	4.956.505	10.013.248	114.396	21.007.771	326	15.275.718	171.469	-	690.815	16.138.003	180.306.583,97
2042	433	2.246.571	3.737.477	5.010.035	10.258.496	114.396	21.366.975	338	16.107.677	129.887	-	713.287	16.950.850	184.722.708,29
2043	433	2.269.413	3.775.477	5.064.144	10.491.372	114.396	21.714.801	346	16.651.788	136.442	-	733.219	17.521.448	188.916.060,86
2044	433	2.292.457	3.813.815	5.118.836	10.709.828	114.396	22.049.333	355	17.224.500	142.745	-	748.385	18.115.630	192.849.763,44
2045	433	2.315.698	3.852.480	5.174.120	10.883.749	114.396	22.340.442	369	18.314.468	130.068	-	764.155	19.208.691	195.981.514,68
2046	433	2.339.015	3.891.270	5.230.000	11.019.973	114.396	22.594.654	383	19.214.289	137.468	-	789.927	20.141.684	198.434.485,11
2047	433	2.361.500	3.928.678	5.286.484	11.128.062	114.396	22.819.120	403	19.881.171	179.306	-	812.311	20.872.787	200.380.817,95
2048	433	2.390.659	3.977.188	-	10.889.237	114.396	17.371.479	412	20.652.948	188.437	-	830.573	21.671.958	196.080.339,57
2049	433	2.410.303	4.009.868	-	10.616.647	114.396	17.151.214	418	21.018.069	190.117	-	851.493	22.059.679	191.171.874,91
2050	433	2.436.212	4.052.971	-	10.334.936	114.396	16.938.515	414	20.952.604	196.239	-	862.401	22.011.244	186.099.146,35
2051	433	2.448.725	4.073.788	-	10.004.365	114.396	16.641.274	422	21.512.708	215.160	-	865.925	22.593.792	180.146.627,89
2052	433	2.480.757	4.127.077	-	9.646.469	114.396	16.368.698	425	21.672.752	260.731	-	879.780	22.813.263	173.702.062,68
2053	433	2.514.153	4.182.636	-	9.241.583	114.396	16.052.768	434	22.145.297	308.454	-	889.716	23.343.468	166.411.363,20
2054	433	2.536.302	4.219.485	-	8.820.270	114.396	15.690.453	434	22.020.642	350.121	-	906.194	23.276.957	158.824.859,39
2055	433	2.558.529	4.256.461	-	8.346.816	-	15.161.806	439	22.386.109	392.527	-	908.561	23.687.197	150.299.468,31
2056	433	2.577.692	4.288.343	-	7.838.114	-	14.704.149	441	22.496.349	447.134	-	920.760	23.864.243	141.139.374,43
2057	433	2.601.493	4.327.939	-	7.298.505	-	14.227.937	440	22.515.520	501.518	-	927.541	23.944.579	131.422.732,68

.....



RECEITAS PROJETADAS VIGENTES (Geração Atual + Geração Futura)								DESPESAS PROJETADAS VIGENTES (Geração Atual + Geração Futura)					3 de 4	
Ano	Total Serv. Ativos	Contribuição Servidores (R\$)	Contribuição Patronal (R\$)	Contribuição Custo Suplementar	Rentabilidade 5,88% a.a.	Compensação, Créditos e Parcelamentos	TOTAL RECEITA	Total Inativos e Pensionistas	Despesa Inativos	Despesa Pensionistas	Despesa Auxílios e Salários	DESPESAS ADM.	TOTAL DESPESA	PATRIMÔNIO
2058	433	2.628.077	4.372.165	-	6.742.025	-	13.742.267	435	22.279.337	550.015	-	933.340	23.762.692	121.402.308,33
2059	433	2.651.524	4.411.171	-	6.166.389	-	13.229.084	430	22.061.110	598.920	-	934.419	23.594.449	111.036.942,72
2060	433	2.671.607	4.444.582	-	5.548.794	-	12.664.984	431	22.151.826	698.759	-	935.296	23.785.881	99.916.045,39
2061	433	2.704.846	4.499.881	-	4.917.643	-	12.122.371	426	21.753.845	790.777	-	942.758	23.487.381	88.551.035,04
2062	433	2.737.729	4.554.585	-	4.257.183	-	11.549.498	424	21.616.160	883.430	-	942.683	23.442.272	76.658.260,29
2063	433	2.767.073	4.603.403	-	3.542.939	-	10.913.414	430	21.846.554	980.360	-	947.761	23.774.674	63.797.000,59
2064	433	2.799.018	4.656.547	-	2.791.910	-	10.247.475	431	21.741.422	1.070.034	-	959.642	23.771.099	50.273.377,17
2065	433	2.836.771	4.719.355	-	2.013.364	-	9.569.489	425	21.463.174	1.160.303	-	965.141	23.588.618	36.254.248,10
2066	433	2.868.376	4.771.934	-	1.174.521	-	8.814.831	428	21.687.623	1.263.840	-	968.246	23.919.709	21.149.370,37
2067	433	2.899.530	4.823.764	-	329.497	-	8.052.790	418	20.926.873	1.361.554	-	980.552	23.268.979	5.933.182,00
2068	433	2.935.725	4.883.979	-	-	-	7.819.703	427	21.160.290	1.465.584	-	972.956	23.598.829	(9.845.943,63)
2069	433	2.976.995	4.952.637	-	-	-	7.929.632	430	21.065.951	1.567.665	-	986.286	23.619.902	(25.536.213,42)
2070	433	3.002.362	4.994.839	-	-	-	7.997.202	425	20.626.630	1.666.191	-	993.944	23.286.765	(40.825.776,97)
2071	433	3.036.606	5.051.808	-	-	-	8.088.414	426	20.550.201	1.786.902	-	991.740	23.328.844	(56.066.207,18)
2072	433	3.082.098	5.127.491	-	-	-	8.209.589	423	20.068.296	1.874.636	-	998.852	22.941.783	(70.798.401,41)
2073	433	3.137.209	5.219.175	-	-	-	8.356.384	426	19.866.222	2.005.841	-	999.240	22.871.303	(85.313.320,46)
2074	433	3.189.036	5.305.396	-	-	-	8.494.432	428	19.649.900	2.140.171	-	1.007.843	22.797.914	(99.616.802,00)
2075	433	3.230.822	5.374.913	-	-	-	8.605.734	422	19.119.354	2.292.261	-	1.015.626	22.427.241	(113.438.308,84)
2076	433	3.248.964	5.405.095	-	-	-	8.654.060	423	19.020.754	2.473.268	-	1.015.654	22.509.677	(127.293.925,94)

.....



RECEITAS PROJETADAS VIGENTES (Geração Atual + Geração Futura)								DESPESAS PROJETADAS VIGENTES (Geração Atual + Geração Futura)					4 de 4	
Ano	Total Serv. Ativos	Contribuição Servidores (R\$)	Contribuição Patronal (R\$)	Contribuição Custo Suplementar	Rentabilidade 5,88% a.a.	Compensação, Créditos e Parcelamentos	TOTAL RECEITA	Total Inativos e Pensionistas	Despesa Inativos	Despesa Pensionistas	Despesa Auxílios e Salários	DESPESAS ADM.	TOTAL DESPESA	PATRIMÔNIO
2077	433	3.279.871	5.456.513	-	-	-	8.736.384	416	18.466.030	2.648.582	-	1.020.601	22.135.213	(140.692.754,50)
2078	433	3.321.897	5.526.428	-	-	-	8.848.324	423	18.636.883	2.818.037	-	1.018.632	22.473.552	(154.317.982,57)
2079	433	3.343.358	5.562.132	-	-	-	8.905.489	426	18.783.120	3.008.197	-	1.033.080	22.824.397	(168.236.890,26)
2080	433	3.342.378	5.560.501	-	-	-	8.902.878	431	19.060.007	3.206.629	-	1.043.710	23.310.345	(182.644.357,34)
2081	433	3.384.878	5.631.207	-	-	-	9.016.085	436	19.223.614	3.400.688	-	1.053.038	23.677.340	(197.305.612,09)
2082	433	3.419.867	5.689.414	-	-	-	9.109.281	436	19.216.862	3.602.155	-	1.067.918	23.886.935	(212.083.266,62)
2083	433	3.458.202	5.753.190	-	-	-	9.211.392	439	19.247.860	3.788.891	-	1.078.174	24.114.925	(226.986.799,64)
2084	433	3.505.425	5.831.753	-	-	-	9.337.178	448	19.592.140	3.973.807	-	1.089.499	24.655.446	(242.305.067,50)
2085	433	3.549.012	5.904.265	-	-	-	9.453.277	451	19.684.932	3.989.350	-	1.108.669	24.782.950	(257.634.740,78)
2086	433	3.587.402	5.968.133	-	-	-	9.555.535	464	20.343.578	4.191.265	-	1.118.761	25.653.604	(273.732.810,00)
2087	433	3.611.099	6.007.556	-	-	-	9.618.655	469	20.733.518	4.405.903	-	1.142.952	26.282.373	(290.396.527,69)
2088	433	3.656.543	6.083.158	-	-	-	9.739.701	479	21.224.130	4.612.793	-	1.159.352	26.996.275	(307.653.101,85)
2089	433	3.702.899	6.160.277	-	-	-	9.863.176	483	21.415.980	4.826.516	-	1.181.564	27.424.060	(325.213.985,08)
2090	433	3.733.004	6.210.362	-	-	-	9.943.366	489	21.806.739	5.045.146	-	1.198.104	28.049.989	(343.320.607,79)
2091	433	3.781.286	6.290.685	-	-	-	10.071.970	494	22.067.847	5.247.298	-	1.215.766	28.530.911	(361.779.548,02)
2092	433	3.832.806	6.376.395	-	-	-	10.209.201	500	22.431.437	5.461.418	-	1.233.809	29.126.664	(380.697.011,63)
2093	433	3.874.682	6.446.062	-	-	-	10.320.743	501	22.442.569	5.679.320	-	1.254.731	29.376.620	(399.752.888,24)
2094	433	3.931.367	6.540.366	-	-	-	10.471.733	503	22.513.780	5.891.103	-	1.266.925	29.671.808	(418.952.963,68)
2095	433	3.969.376	6.603.598	-	-	-	10.572.974	503	22.554.617	6.125.581	-	1.282.892	29.963.089	(438.343.078,78)



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

DURATION

PARA ESTUDO DE ALM

(Asset Liability Management)



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

10 – DURATION PARA ESTUDO DE ALM (Asset Liability Management)

A busca de títulos de renda fixa com adequada relação retorno-risco, com vencimentos que coincidam com os pagamentos futuros dos benefícios, representa um dos grandes desafios da gestão da carteira de investimentos.

A tarefa mais árdua para um administrador de um **Plano de Benefício Definido (BD)**, que é o caso dos RPPS é a gestão de seus ativos. Sabemos bem que retornos abaixo do esperado, no longo prazo, irão significar aumento de contribuição da parte patronal, já que o benefício está previamente definido.

Para atender a essas necessidades consultores, atuários e profissionais de investimentos desenvolveram uma série de estudos, que culminou no modelo hoje denominado por muitos de "Asset Liability Management" (ALM).

O modelo de **ALM** busca um casamento entre os ativos e os passivos futuros. O casamento de fluxos de caixa futuro, no intuito de obter investimentos que acompanhem o fluxo projetado para o passivo. Para tanto, os atuários projetam as contribuições e os pagamentos de benefícios esperados para os próximos anos. Como essa tarefa não é simples, o aconselhável é que **NÃO SE ASSUMA UM CRESCIMENTO POPULACIONAL**, onde não consideramos a entrada de novos servidores, conforme explicitado na introdução deste estudo.

Assim, a necessidade de caixa para os próximos anos, para o RPPS, está explicitado abaixo:

144



ATUARIAL

CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

FLUXO DE CAIXA DA PROJEÇÃO ATUARIAL - VIGENTE

PERÍODO	ANO	GERAÇÃO ATUAL		GERAÇÃO ATUAL e FUTURA	
		SITUAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	SITUAÇÃO DO PATRIMÔNIO	SITUAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	SITUAÇÃO DO PATRIMÔNIO
1	2020	4.600.337,81	35.637.417,95	4.834.087,04	35.871.167,18
2	2021	4.724.168,69	40.361.586,64	5.044.129,39	40.915.296,57
3	2022	4.909.050,09	45.270.636,73	5.311.796,42	46.227.092,99
4	2023	4.847.792,72	50.118.429,45	5.398.578,98	51.625.671,98
5	2024	4.970.058,29	55.088.487,74	5.634.181,66	57.259.853,63
6	2025	5.165.255,26	60.253.743,00	5.989.003,54	63.248.857,17
7	2026	5.368.390,64	65.622.133,64	6.349.137,75	69.597.994,92
8	2027	5.457.801,01	71.079.934,65	6.635.345,56	76.233.340,48
9	2028	5.840.231,19	76.920.165,84	7.203.373,46	83.436.713,94
10	2029	6.249.638,87	83.169.804,71	7.815.966,04	91.252.679,97
11	2030	6.543.285,81	89.713.090,53	8.360.830,40	99.613.510,37
12	2031	6.785.156,07	96.498.246,60	8.842.598,86	108.456.109,24
13	2032	6.411.487,74	102.909.734,33	8.775.632,56	117.231.741,80
14	2033	5.997.896,75	108.907.631,09	8.686.648,48	125.918.390,28
15	2034	5.366.429,78	114.274.060,87	8.441.960,53	134.360.350,80
16	2035	4.454.548,23	118.728.609,11	7.996.485,98	142.356.836,78
17	2036	3.539.768,24	122.268.377,34	7.564.263,37	149.921.100,16
18	2037	2.423.408,25	124.691.785,60	6.988.757,99	156.909.858,15
19	2038	1.916.291,91	126.608.077,50	6.906.199,14	163.816.057,29
20	2039	563.854,46	127.171.931,96	6.188.611,31	170.004.668,60
21	2040	(858.516,21)	126.313.415,75	5.432.146,79	175.436.815,39
22	2041	(2.060.077,54)	124.253.338,21	4.869.768,58	180.306.583,97
23	2042	(3.179.933,52)	121.073.404,69	4.416.124,32	184.722.708,29
24	2043	(4.035.570,05)	117.037.834,64	4.193.352,57	188.916.060,86
25	2044	(4.956.470,20)	112.081.364,44	3.933.702,58	192.849.763,44
26	2045	(6.632.083,32)	105.449.281,12	3.131.751,24	195.981.514,68
27	2046	(8.160.890,83)	97.288.390,29	2.452.970,43	198.434.485,11
28	2047	(8.983.280,17)	88.305.110,12	1.946.332,84	200.380.817,95
29	2048	(16.155.972,03)	72.149.138,09	(4.300.478,38)	196.080.339,57
30	2049	(17.621.179,29)	54.527.958,79	(4.908.464,66)	191.171.874,91
31	2050	(18.537.655,36)	35.990.303,44	(5.072.728,56)	186.099.146,35
32	2051	(20.028.347,23)	15.961.956,21	(5.952.518,46)	180.146.627,89
33	2052	(20.937.297,14)	(4.975.340,93)	(6.444.565,21)	173.702.062,68
34	2053	(21.081.156,65)	(26.056.497,58)	(7.290.699,48)	166.411.363,20
35	2054	(20.634.476,68)	(46.690.974,26)	(7.586.503,80)	158.824.859,39



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

Podemos observar que, com o passar do tempo a “sobra” de caixa tende a diminuir, principalmente devido o “fechamento da população”. Obviamente, os Servidores que se encontram contribuindo hoje, no futuro passarão a receber seu benefício, invertendo o fluxo de caixa do fundo previdenciário.

No intuito de elevar a segurança dos investimentos do RPPS, conforme exige a Resolução CMN 3.922/2010, levaremos em consideração, algumas probabilidades de risco para os próximos 35 anos como:

- 1 - Atrasos de repasses mensais do Ente Público ;**
- 2 - Não cumprimento da Meta Atuarial todos os anos ; e**
- 3 - Desconsideramos a existência da compensação previdenciária**

Utilizar a Projeção Atuarial pura para a elaboração de um estudo de **ALM** eleva o risco de erro na estimativa da data de fluxo de caixa negativo, devido a Projeção Atuarial levar em consideração que o Ente Público irá honrar com seus compromissos mensais ao longo dos 75 anos em estudo. A probabilidade do “Ente Público” deixar de cumprir com sua obrigação, de fazer o repasse mensal dos recursos financeiros de contribuição ao RPPS em algum momento, deve ser levada em consideração.

Assim, elaboramos um estudo das Despesas para a **DURATION** do Fluxo de caixa, para auxiliar na elaboração de um estudo de ALM mais conservador, levando em consideração a realidade financeira do RPPS como:


ATUARIAL
 CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br
HIPÓTESES DE RISCO ADOTADAS PARA A DURATION DO FLUXO DE CAIXA

Descrição	Hipóteses de Risco (Adotada)
ATRASO DE REPASSE	Como o Ente Público NÃO POSSUI HISTÓRICO de atraso do repasse mensal, utilizamos como padrão, a probabilidade do Ente Público deixar de cumprir com suas obrigações, em pelo menos “1 mês” a cada ano, ao longo dos próximos 35 anos.
RENTABILIDADE DA CARTEIRA	Levamos em consideração nesse estudo, que o RPPS não cumprirá a Meta Atuarial todo ano (nos próximos 35 anos), sempre rentabilizando 1% abaixo da Meta estabelecida pelo Cálculo Atuarial.
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	Também não é levado em consideração, os valores de compensação previdenciária a pagar e a receber pelo RPPS.

Assim, apresentamos uma Projeção das Despesas para esse RPPS, para auxiliar na elaboração de um Estudo de **ALM** – “Asset Liability Management”, buscando a elaboração eficiente de sua carteira de investimento ao longo dos anos e o seu fluxo de pagamento de Benefícios.



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

COMPORTAMENTO DA DURAÇÃO DO PASSIVO CONSIDERANDO RISCOS

O “**Comportamento do passivo**” mostra a **RECEITA PROVÁVEL** e a **RECEITA DE RISCO** que o RPPS obterá nos próximos anos, levando em consideração as hipóteses de risco adotadas.

Caso o Ente Público honre com seus compromissos e o RPPS cumpra a Meta Atuarial, a receita que o RPPS obterá é o que chamamos nesse estudo de **RECEITA DE RISCO**.

Risco, porque estamos levando em consideração que teremos o repasse dos recursos financeiros tidos como certo pelo Ente Público todos os meses e porque estamos considerando que em todos os anos, o RPPS cumprirá a Meta Atuarial.

No Gráfico abaixo, apresentamos essa **RECEITA DE RISCO** nas **colunas amarelas**.

Caso as hipóteses mencionadas se confirmem, teremos uma receita menor do que as previstas pela Projeção Atuarial, apresentadas como **RECEITA PROVÁVEL** (com o risco do não repasse e de não cumprir a Meta Atuarial) sendo as **colunas azuis**.

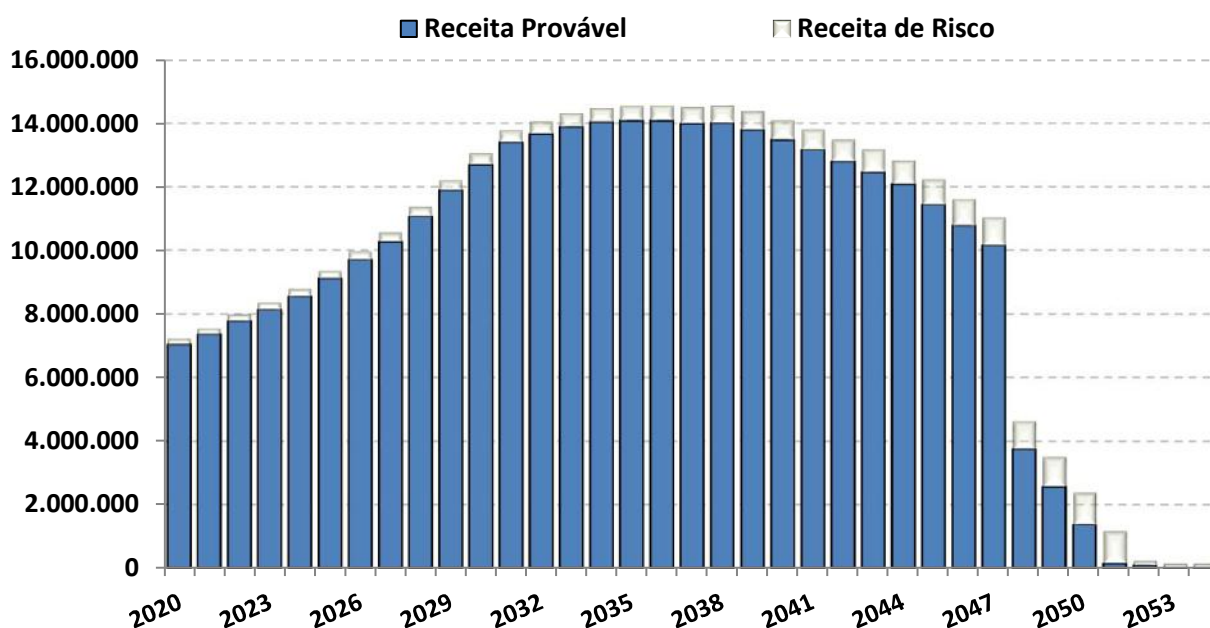


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

Receita Provável e Receita de Riscos - VIGENTE

(Receita provável x Receita de risco)



O “**Comportamento do passivo**”, levando em consideração as hipóteses de risco, demonstra que nos próximos 35 anos, o RPPS terá insolvência financeira (**PATRIMÔNIO NEGATIVO**) no ano de 2051.

Já o fluxo financeiro entre **RECEITAS e DESPESAS**, mostra que o RPPS, passará a consumir os recursos poupados, a partir do ano de 2039. As DESPESAS passarão a ser maiores que as RECEITAS, obrigado o RPPS a consumir recursos aplicados, para pagamento de Benefícios.



ATUARIAL

CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

FLUXO DE CAIXA - DURAÇÃO DO PASSIVO COM RISCOS - VIGENTE

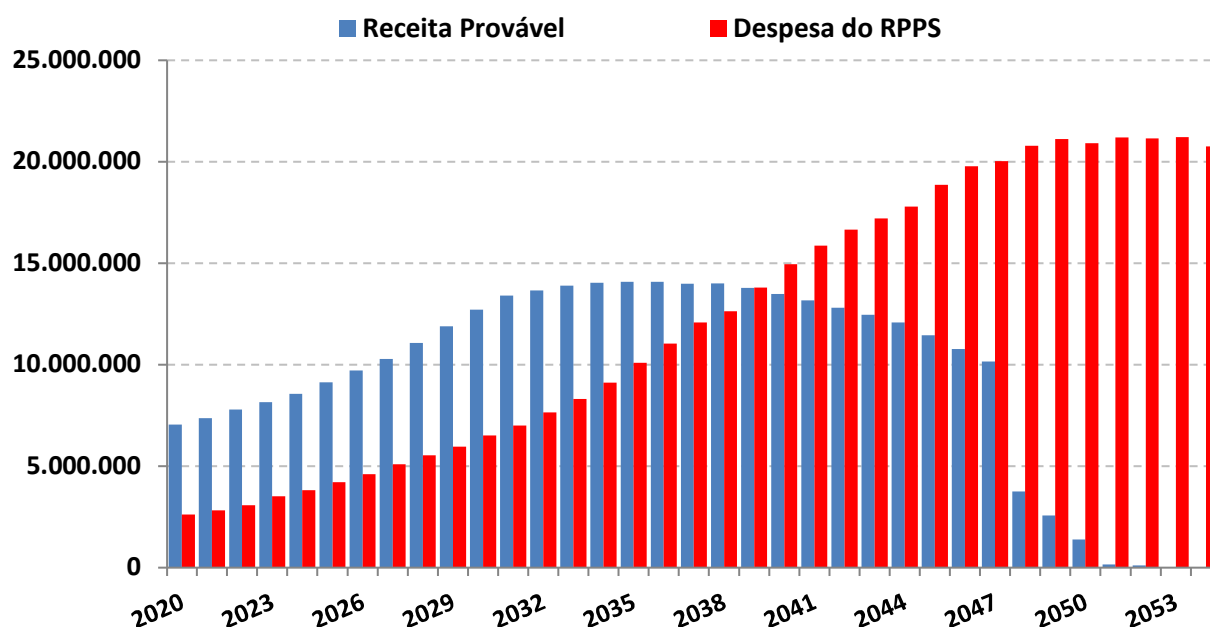
PERÍODO	ANO	GERAÇÃO ATUAL		GERAÇÃO ATUAL e FUTURA	
		SITUAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	SITUAÇÃO DO PATRIMÔNIO	SITUAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	SITUAÇÃO DO PATRIMÔNIO
1	2020	4.425.011,02	35.462.091,16	4.656.416,51	35.693.496,65
2	2021	4.537.771,28	39.999.862,44	4.854.364,01	40.547.860,66
3	2022	4.710.018,39	44.709.880,84	5.108.496,38	45.656.357,03
4	2023	4.635.933,24	49.345.814,08	5.180.904,79	50.837.261,83
5	2024	4.744.179,61	54.089.993,69	5.401.243,78	56.238.505,61
6	2025	4.922.928,93	59.012.922,62	5.737.929,20	61.976.434,81
7	2026	5.108.592,28	64.121.514,90	6.078.897,00	68.055.331,81
8	2027	5.179.720,47	69.301.235,37	6.344.725,00	74.400.056,82
9	2028	5.540.628,84	74.841.864,21	6.889.221,99	81.289.278,80
10	2029	5.927.162,49	80.769.026,70	7.476.767,57	88.766.046,37
11	2030	6.196.839,69	86.965.866,38	7.994.984,70	96.761.031,07
12	2031	6.414.615,35	93.380.481,73	8.450.063,29	105.211.094,36
13	2032	6.020.012,35	99.400.494,08	8.358.908,74	113.570.003,10
14	2033	5.584.287,93	104.984.782,01	8.244.305,51	121.814.308,61
15	2034	4.929.813,87	109.914.595,88	7.972.481,56	129.786.790,17
16	2035	3.994.159,19	113.908.755,07	7.498.267,13	137.285.057,30
17	2036	3.054.119,70	116.962.874,77	7.035.601,91	144.320.659,21
18	2037	1.911.307,14	118.874.181,91	6.427.855,54	150.748.514,75
19	2038	1.374.705,98	120.248.887,89	6.311.149,64	157.059.664,39
20	2039	(7.203,31)	120.241.684,58	5.557.396,35	162.617.060,74
21	2040	(1.460.730,18)	118.780.954,39	4.762.630,35	167.379.691,09
22	2041	(2.695.946,63)	116.085.007,77	4.159.688,68	171.539.379,77
23	2042	(3.851.597,14)	112.233.410,63	3.663.085,15	175.202.464,91
24	2043	(4.745.878,48)	107.487.532,15	3.394.817,61	178.597.282,52
25	2044	(5.707.847,49)	101.779.684,66	3.086.984,75	181.684.267,27
26	2045	(7.425.231,74)	94.354.452,93	2.234.005,60	183.918.272,88
27	2046	(8.998.901,72)	85.355.551,21	1.501.188,11	185.419.460,98
28	2047	(9.869.752,63)	75.485.798,58	937.353,51	186.356.814,49
29	2048	(17.036.279,16)	58.449.519,42	(5.313.634,76)	181.043.179,74
30	2049	(18.551.627,07)	39.897.892,35	(5.981.748,64)	175.061.431,10
31	2050	(19.521.710,26)	20.376.182,10	(6.209.852,34)	168.851.578,76
32	2051	(21.030.749,96)	(654.567,87)	(7.156.858,01)	161.694.720,75
33	2052	(21.052.703,88)	(21.707.271,75)	(7.720.623,30)	153.974.097,45
34	2053	(21.195.624,67)	(42.902.896,42)	(8.642.731,65)	145.331.365,80
35	2054	(20.748.945,48)	(63.651.841,90)	(9.018.660,14)	136.312.705,66



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

Fluxo de Caixa - Duração do Passivo com Riscos (Geração Atual)



O estudo acima, não leva em consideração, a entrada de novos Servidores Ativos, portanto, a Receita provável nesse estudo é temporária para os próximos 35 anos.

A Análise entre Receitas e Despesas deste estudo, foi realizada em cima dos dados fornecidos para a realização do Cálculo Atuarial, posicionado em 31/12/2019.

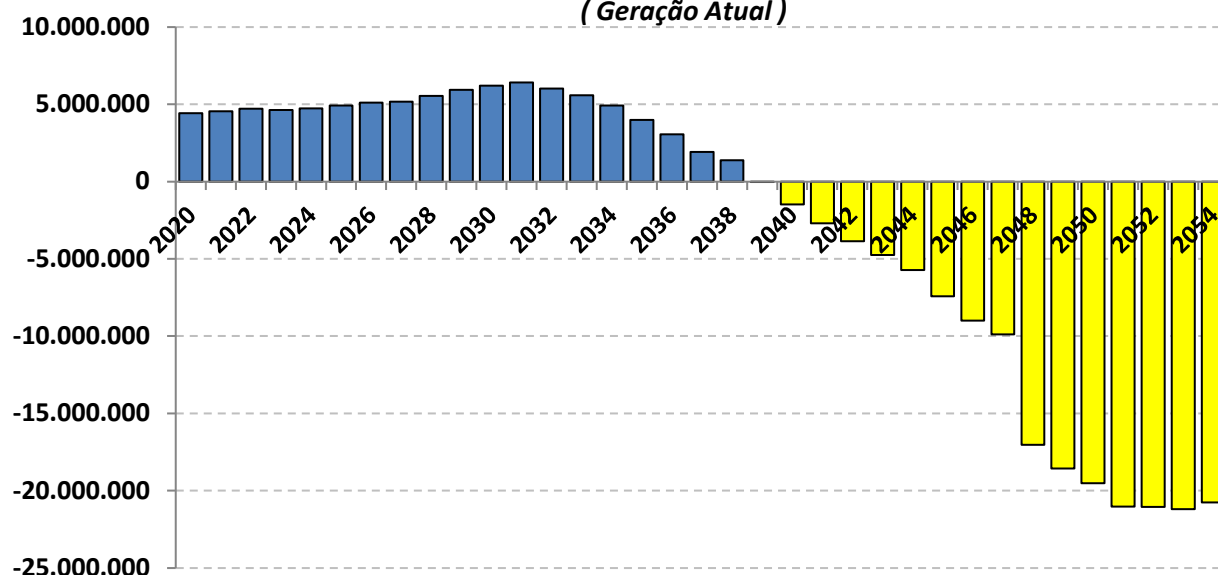


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

Duração do Passivo com Riscos - VIGENTE

*Instante em que o RPPS passará a consumir os recursos poupados -
(Geração Atual)*



As probabilidades de riscos indicam que a partir do ano de 2039 as receitas com Contribuições serão inferiores as Despesas com Benefícios, o que irá fazer com que os Beneficiários passem a consumir as reservas capitalizadas do fundo previdenciário **(Lembrando que esse cenário não leva em consideração a entrada de novos servidores).**

Realizando o mesmo estudo de Duração do Passivo com Riscos, mas incluindo a Geração Futura, a reposição de massa (NOVOS ENTRADOS), postergará o instante em que as Despesas passarão a ser maiores do que as Receitas em 9 anos, postergando a necessidade do RPPS de consumir os recursos para o ano de 2048.

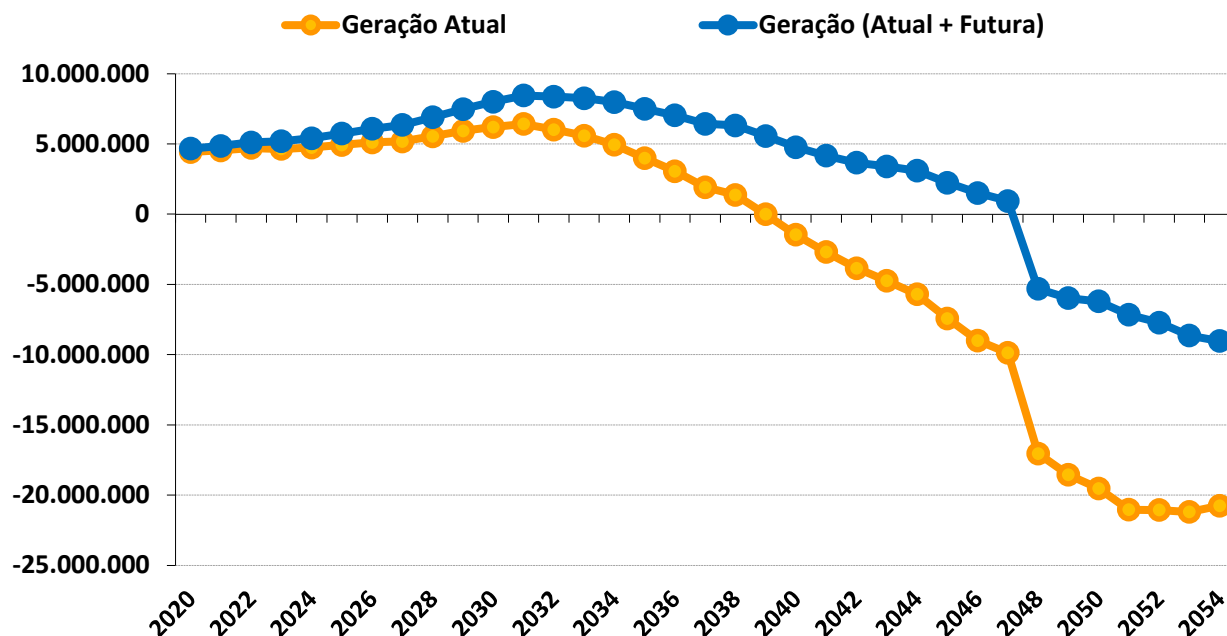


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

Duração do Passivo com Riscos - VIGENTE

Instante em que o RPPS passará a consumir os recursos poupados



Duração do Passivo com riscos - VIGENTE

	GERAÇÃO ATUAL	GERAÇÃO ATUAL + FUTURA
Fluxo Financeiro negativo *	2039	2048
Insolvência Financeira **	2051	2054

* Despesas maiores que as Receitas (Início do consumo de recursos poupados).

** Fim do Patrimônio Líquido do RPPS.

Este estudo de **Comportamento da Duração do Passivo**, considerando os riscos **mencionados**, tem o objetivo de fornecer informações para o RPPS, na elaboração da Política Anual de Investimentos – PAI e/ou, de Estudo de ALM.



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

Com base nessas análises, o gestor do RPPS poderá definir seus objetivos de aplicação financeira, visando à rentabilidade dos fundos de investimento e principalmente sua data de vencimento em conformidade com a necessidade de caixa do fundo previdenciário.

O gerenciamento de ativos e passivos - **ALM** – será uma ferramenta de suma importância, pois irá mensurar com mais segurança, a exposição do patrimônio do instituto aos riscos do mercado financeiro, tornando mais consistentes os objetivos estabelecidos pelos gestores e conselheiros da administração dos Regimes Próprios de Previdência Social.



Igor França Garcia

Atuário MIBA/RJ 1.659

Certificação de Especialista em Investimento - CEA

Consultor de Investimentos credenciado pela CVM



11 – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

O desequilíbrio fiscal ou os gastos superiores às receitas predominaram na administração pública no Brasil até recentemente. As consequências para a economia são bastante negativas, e, em alguns casos, têm impacto sobre mais de uma geração. Inflação descontrolada até o lançamento do Real, a convivência com taxas de juros muito altas, o endividamento Público também expressivo, a carga tributária excessivamente alta, foi o que se verificou nas administrações públicas anteriores.

A **Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF** (Lei Complementar nº 101/2000), Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II, Título VI da Constituição Federal (art. 163), pretendendo fortalecer o processo orçamentário como peça de planejamento, prevenindo desequilíbrios indesejáveis.

A **Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO** é uma lei anual, prevista na Constituição de 88, que orienta as leis orçamentárias anuais e traz parâmetros orientadores para a elaboração e execução orçamentária, tais como superávit primário, dotações que não podem ser contingenciadas, execução de despesas caso a lei orçamentária não seja sancionada até 31 de dezembro, fiscalização de obras pelo TCU ou TCE's, créditos adicionais (alteração na Lei Orçamentária) e transferências de recursos para estados, municípios e entidades privadas.



ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

A LDO tem a finalidade de orientar a elaboração dos orçamentos fiscal e da seguridade social e de investimento das empresas estatais. Busca sintonizar a Lei Orçamentária Anual - LOA com as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, estabelecidas no PPA. De acordo com o parágrafo 2º do art. 165 da CF, a LDO:

- Compreenderá as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas
- de capital para o exercício financeiro subsequente;
- Orientará a elaboração da LOA;
- Disporá sobre as alterações na legislação tributária; e
- Estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

RREO - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - LRF Art 53, § 1º, inciso II
PLANO PREVIDENCIÁRIO - GERAÇÃO ATUAL - (Plano de Custeio Equilíbrio)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a - b)	Valor (d) = Saldo Financeiro do exercício anterior + (c)
2019				31.037.080,14
2020	7.212.940,03	2.612.602,22	4.600.337,81	35.637.417,95
2021	7.547.862,32	2.823.036,83	4.724.825,49	40.362.243,44
2022	8.507.423,28	3.068.892,67	5.438.530,61	45.800.774,05
2023	9.474.999,50	3.505.596,51	5.969.402,99	51.770.177,04
2024	9.805.688,61	3.806.853,77	5.998.834,83	57.769.011,88
2025	10.108.917,77	4.197.523,01	5.911.394,76	63.680.406,63
2026	10.404.727,64	4.596.941,97	5.807.785,67	69.488.192,30
2027	10.659.344,21	5.094.538,83	5.564.805,37	75.052.997,68
2028	10.925.621,82	5.524.795,38	5.400.826,44	80.453.824,12
2029	11.178.808,97	5.959.003,80	5.219.805,17	85.673.629,29
2030	11.377.959,18	6.501.736,15	4.876.223,03	90.549.852,32
2031	11.585.328,67	6.988.353,84	4.596.974,83	95.146.827,15
2032	11.717.332,25	7.637.506,63	4.079.825,62	99.226.652,77
2033	11.814.866,53	8.300.573,21	3.514.293,33	102.740.946,09
2034	11.827.972,48	9.106.043,61	2.721.928,86	105.462.874,96
2035	11.725.537,54	10.085.868,75	1.639.668,79	107.102.543,75
2036	11.570.623,57	11.026.149,98	544.473,59	107.647.017,35
2037	11.315.492,59	12.078.419,16	(762.926,57)	106.884.090,77
2038	11.160.432,25	12.632.763,13	(1.472.330,89)	105.411.759,89
2039	10.753.389,55	13.792.353,04	(3.038.963,49)	102.372.796,40
2040	10.250.163,16	14.938.297,77	(4.688.134,61)	97.684.661,78
2041	9.729.852,79	15.859.693,59	(6.129.840,80)	91.554.820,98
2042	9.148.383,06	16.652.351,63	(7.503.968,57)	84.050.852,41
2043	8.574.856,02	17.203.688,29	(8.628.832,27)	75.422.020,15
2044	7.948.685,84	17.783.477,95	(9.834.792,11)	65.587.228,04
2045	7.050.952,46	18.863.178,55	(11.812.226,09)	53.775.001,95
2046	6.110.565,82	19.771.164,63	(13.660.598,80)	40.114.403,14
2047	5.196.503,40	20.017.842,05	(14.821.338,65)	25.293.064,50
2048	4.093.550,06	20.788.037,78	(16.694.487,72)	8.598.576,78
2049	3.506.486,50	21.121.524,14	(17.615.037,65)	(9.016.460,87)
2050	3.446.519,32	20.904.326,00	(17.457.806,68)	(26.474.267,54)
2051	3.394.488,56	21.185.850,54	(17.791.361,98)	(44.265.629,52)
2052	3.384.447,03	21.152.793,60	(17.768.346,57)	(62.033.976,10)
2053	3.336.764,11	21.202.781,66	(17.866.017,55)	(79.899.993,65)
2054	3.383.703,92	20.756.179,76	(17.372.475,84)	(97.272.469,49)
2055	7.386,28	20.588.387,77	(20.581.001,49)	(117.853.470,98)
2056	7.466,05	20.224.257,58	(20.216.791,54)	(138.070.262,52)

Continua na próxima página

157


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br
Continuação (...)
PLANO PREVIDENCIÁRIO - GERAÇÃO ATUAL - (Plano de Custeio Equilíbrio)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIARIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a - b)	Valor (d) = Saldo Financeiro do exercício anterior + (c)
2057	7.546,68	20.038.011,04	(20.030.464,36)	(158.100.726,87)
2058	-	19.481.519,66	(19.481.519,66)	(177.582.246,53)
2059	-	18.994.428,67	(18.994.428,67)	(196.576.675,21)
2060	-	18.571.732,38	(18.571.732,38)	(215.148.407,58)
2061	-	17.909.023,63	(17.909.023,63)	(233.057.431,22)
2062	-	17.319.829,05	(17.319.829,05)	(250.377.260,27)
2063	-	16.846.176,76	(16.846.176,76)	(267.223.437,03)
2064	-	16.133.855,07	(16.133.855,07)	(283.357.292,10)
2065	-	15.533.014,03	(15.533.014,03)	(298.890.306,13)
2066	-	15.215.903,91	(15.215.903,91)	(314.106.210,03)
2067	-	14.039.576,39	(14.039.576,39)	(328.145.786,42)
2068	-	13.352.406,23	(13.352.406,23)	(341.498.192,65)
2069	-	12.469.473,28	(12.469.473,28)	(353.967.665,93)
2070	-	11.297.842,07	(11.297.842,07)	(365.265.508,00)
2071	-	10.589.151,02	(10.589.151,02)	(375.854.659,02)
2072	-	9.193.040,95	(9.193.040,95)	(385.047.699,96)
2073	-	8.256.285,23	(8.256.285,23)	(393.303.985,20)
2074	-	7.183.538,99	(7.183.538,99)	(400.487.524,18)
2075	-	6.278.666,13	(6.278.666,13)	(406.766.190,31)
2076	-	5.164.709,07	(5.164.709,07)	(411.930.899,37)
2077	-	4.089.296,37	(4.089.296,37)	(416.020.195,74)
2078	-	3.518.718,66	(3.518.718,66)	(419.538.914,40)
2079	-	3.082.717,00	(3.082.717,00)	(422.621.631,40)
2080	-	2.133.202,61	(2.133.202,61)	(424.754.834,01)
2081	-	1.871.904,61	(1.871.904,61)	(426.626.738,63)
2082	-	1.552.123,49	(1.552.123,49)	(428.178.862,12)
2083	-	1.087.265,27	(1.087.265,27)	(429.266.127,39)
2084	-	820.994,76	(820.994,76)	(430.087.122,14)
2085	-	369.180,18	(369.180,18)	(430.456.302,32)
2086	-	221.029,51	(221.029,51)	(430.677.331,84)
2087	-	76.296,41	(76.296,41)	(430.753.628,25)
2088	-	1.440,34	(1.440,34)	(430.755.068,59)
2089	-	-	-	(430.755.068,59)
2090	-	-	-	(430.755.068,59)
2091	-	-	-	(430.755.068,59)
2092	-	-	-	(430.755.068,59)
2093	-	-	-	(430.755.068,59)
2094	-	-	-	(430.755.068,59)
2095	-	-	-	(430.755.068,59)

158

Igor França Garcia | Atuário MIBA/RJ 1.659 | Certificação de Especialista em Investimento - CEA

Consultor de Investimentos Credenciado pela CVM

 (65) 9242.8876 | www.atuarialconsultoria.com.br | (SKYPE) igor frança garcia | (65) 3621.8267

Av. José Monteiro de Figueiredo, Nº 212 - Edifício Goiabeiras Executive Center, Sala 401

Bairro: Duque de Caixas - Cuiabá - MT CEP - 78043-300



ATUARIAL

CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

RREO - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - LRF Art 53, § 1º, inciso II

PLANO PREVIDENCIÁRIO - GERAÇÃO ATUAL e FUTURA - (Plano de Custeio Equilíbrio)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a - b)	Valor (d) = Saldo Financeiro do exercício anterior + (c)
2019				31.037.080,14
2020	7.212.940,03	2.612.602,22	4.600.337,81	35.637.417,95
2021	7.547.862,32	2.823.036,83	4.724.825,49	40.362.243,44
2022	8.507.423,28	3.068.892,67	5.438.530,61	45.800.774,05
2023	9.474.999,50	3.505.596,51	5.969.402,99	51.770.177,04
2024	9.805.688,61	3.806.853,77	5.998.834,83	57.769.011,88
2025	10.108.917,77	4.197.523,01	5.911.394,76	63.680.406,63
2026	10.404.727,64	4.596.941,97	5.807.785,67	69.488.192,30
2027	10.659.344,21	5.094.538,83	5.564.805,37	75.052.997,68
2028	10.925.621,82	5.524.795,38	5.400.826,44	80.453.824,12
2029	11.178.808,97	5.959.003,80	5.219.805,17	85.673.629,29
2030	11.377.959,18	6.501.736,15	4.876.223,03	90.549.852,32
2031	11.585.328,67	6.988.353,84	4.596.974,83	95.146.827,15
2032	11.717.332,25	7.637.506,63	4.079.825,62	99.226.652,77
2033	11.814.866,53	8.300.573,21	3.514.293,33	102.740.946,09
2034	11.827.972,48	9.106.043,61	2.721.928,86	105.462.874,96
2035	11.725.537,54	10.085.868,75	1.639.668,79	107.102.543,75
2036	11.570.623,57	11.026.149,98	544.473,59	107.647.017,35
2037	11.315.492,59	12.078.419,16	(762.926,57)	106.884.090,77
2038	11.160.432,25	12.632.763,13	(1.472.330,89)	105.411.759,89
2039	10.753.389,55	13.792.353,04	(3.038.963,49)	102.372.796,40
2040	10.250.163,16	14.938.297,77	(4.688.134,61)	97.684.661,78
2041	9.729.852,79	15.859.693,59	(6.129.840,80)	91.554.820,98
2042	9.148.383,06	16.652.351,63	(7.503.968,57)	84.050.852,41
2043	8.574.856,02	17.203.688,29	(8.628.832,27)	75.422.020,15
2044	7.948.685,84	17.783.477,95	(9.834.792,11)	65.587.228,04
2045	7.050.952,46	18.863.178,55	(11.812.226,09)	53.775.001,95
2046	6.110.565,82	19.771.164,63	(13.660.598,80)	40.114.403,14
2047	5.196.503,40	20.017.842,05	(14.821.338,65)	25.293.064,50
2048	4.093.550,06	20.788.037,78	(16.694.487,72)	8.598.576,78
2049	3.506.486,50	21.121.524,14	(17.615.037,65)	(9.016.460,87)
2050	3.446.519,32	20.904.326,00	(17.457.806,68)	(26.474.267,54)
2051	3.394.488,56	21.185.850,54	(17.791.361,98)	(44.265.629,52)
2052	3.384.447,03	21.152.793,60	(17.768.346,57)	(62.033.976,10)
2053	3.336.764,11	21.202.781,66	(17.866.017,55)	(79.899.993,65)
2054	3.383.703,92	20.756.179,76	(17.372.475,84)	(97.272.469,49)
2055	7.386,28	20.588.387,77	(20.581.001,49)	(117.853.470,98)
2056	7.466,05	20.224.257,58	(20.216.791,54)	(138.070.262,52)

Continua na próxima página

159



ATUARIAL

CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br
Continuação (...)
PLANO PREVIDENCIÁRIO - GERAÇÃO ATUAL e FUTURA - (Plano de Custeio Equilíbrio)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a - b)	Valor (d) = Saldo Financeiro do exercício anterior + (c)
2057	7.546,68	20.038.011,04	(20.030.464,36)	(158.100.726,87)
2058	-	19.481.519,66	(19.481.519,66)	(177.582.246,53)
2059	-	18.994.428,67	(18.994.428,67)	(196.576.675,21)
2060	-	18.571.732,38	(18.571.732,38)	(215.148.407,58)
2061	-	17.909.023,63	(17.909.023,63)	(233.057.431,22)
2062	-	17.319.829,05	(17.319.829,05)	(250.377.260,27)
2063	-	16.846.176,76	(16.846.176,76)	(267.223.437,03)
2064	-	16.133.855,07	(16.133.855,07)	(283.357.292,10)
2065	-	15.533.014,03	(15.533.014,03)	(298.890.306,13)
2066	-	15.215.903,91	(15.215.903,91)	(314.106.210,03)
2067	-	14.039.576,39	(14.039.576,39)	(328.145.786,42)
2068	-	13.352.406,23	(13.352.406,23)	(341.498.192,65)
2069	-	12.469.473,28	(12.469.473,28)	(353.967.665,93)
2070	-	11.297.842,07	(11.297.842,07)	(365.265.508,00)
2071	-	10.589.151,02	(10.589.151,02)	(375.854.659,02)
2072	-	9.193.040,95	(9.193.040,95)	(385.047.699,96)
2073	-	8.256.285,23	(8.256.285,23)	(393.303.985,20)
2074	-	7.183.538,99	(7.183.538,99)	(400.487.524,18)
2075	-	6.278.666,13	(6.278.666,13)	(406.766.190,31)
2076	-	5.164.709,07	(5.164.709,07)	(411.930.899,37)
2077	-	4.089.296,37	(4.089.296,37)	(416.020.195,74)
2078	-	3.518.718,66	(3.518.718,66)	(419.538.914,40)
2079	-	3.082.717,00	(3.082.717,00)	(422.621.631,40)
2080	-	2.133.202,61	(2.133.202,61)	(424.754.834,01)
2081	-	1.871.904,61	(1.871.904,61)	(426.626.738,63)
2082	-	1.552.123,49	(1.552.123,49)	(428.178.862,12)
2083	-	1.087.265,27	(1.087.265,27)	(429.266.127,39)
2084	-	820.994,76	(820.994,76)	(430.087.122,14)
2085	-	369.180,18	(369.180,18)	(430.456.302,32)
2086	-	221.029,51	(221.029,51)	(430.677.331,84)
2087	-	76.296,41	(76.296,41)	(430.753.628,25)
2088	-	1.440,34	(1.440,34)	(430.755.068,59)
2089	-	-	-	(430.755.068,59)
2090	-	-	-	(430.755.068,59)
2091	-	-	-	(430.755.068,59)
2092	-	-	-	(430.755.068,59)
2093	-	-	-	(430.755.068,59)
2094	-	-	-	(430.755.068,59)
2095	-	-	-	(430.755.068,59)

160

Igor França Garcia | Atuário MIBA/RJ 1.659 | Certificação de Especialista em Investimento - CEA

Consultor de Investimentos Credenciado pela CVM

 (65) 9242.8876 | www.atuarialconsultoria.com.br | (SKYPE) igor frança garcia | (65) 3621.8267

Av. José Monteiro de Figueiredo, Nº 212 - Edifício Goiabeiras Executive Center, Sala 401

Bairro: Duque de Caixas - Cuiabá - MT CEP - 78043-300


ATUARIAL
CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

RREO - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - LRF Art 53, § 1º, inciso II
PLANO PREVIDENCIÁRIO - GERAÇÃO ATUAL - (Plano de Custeio Vigente)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a - b)	Valor (d) = Saldo Financeiro do exercício anterior + (c)
2019				31.037.080,14
2020	7.212.940,03	2.612.602,22	4.600.337,81	35.637.417,95
2021	7.547.205,51	2.823.036,83	4.724.168,69	40.361.586,64
2022	7.977.942,75	3.068.892,67	4.909.050,09	45.270.636,73
2023	8.353.389,23	3.505.596,51	4.847.792,72	50.118.429,45
2024	8.776.912,06	3.806.853,77	4.970.058,29	55.088.487,74
2025	9.362.778,27	4.197.523,01	5.165.255,26	60.253.743,00
2026	9.965.332,61	4.596.941,97	5.368.390,64	65.622.133,64
2027	10.552.339,84	5.094.538,83	5.457.801,01	71.079.934,65
2028	11.365.026,57	5.524.795,38	5.840.231,19	76.920.165,84
2029	12.208.642,67	5.959.003,80	6.249.638,87	83.169.804,71
2030	13.045.021,96	6.501.736,15	6.543.285,81	89.713.090,53
2031	13.773.509,91	6.988.353,84	6.785.156,07	96.498.246,60
2032	14.048.994,37	7.637.506,63	6.411.487,74	102.909.734,33
2033	14.298.469,96	8.300.573,21	5.997.896,75	108.907.631,09
2034	14.472.473,40	9.106.043,61	5.366.429,78	114.274.060,87
2035	14.540.416,98	10.085.868,75	4.454.548,23	118.728.609,11
2036	14.565.918,22	11.026.149,98	3.539.768,24	122.268.377,34
2037	14.501.827,42	12.078.419,16	2.423.408,25	124.691.785,60
2038	14.549.055,04	12.632.763,13	1.916.291,91	126.608.077,50
2039	14.356.207,50	13.792.353,04	563.854,46	127.171.931,96
2040	14.079.781,56	14.938.297,77	(858.516,21)	126.313.415,75
2041	13.799.616,05	15.859.693,59	(2.060.077,54)	124.253.338,21
2042	13.472.418,11	16.652.351,63	(3.179.933,52)	121.073.404,69
2043	13.168.118,24	17.203.688,29	(4.035.570,05)	117.037.834,64
2044	12.827.007,75	17.783.477,95	(4.956.470,20)	112.081.364,44
2045	12.231.095,22	18.863.178,55	(6.632.083,32)	105.449.281,12
2046	11.610.273,80	19.771.164,63	(8.160.890,83)	97.288.390,29
2047	11.034.561,88	20.017.842,05	(8.983.280,17)	88.305.110,12
2048	4.632.065,75	20.788.037,78	(16.155.972,03)	72.149.138,09
2049	3.500.344,85	21.121.524,14	(17.621.179,29)	54.527.958,79
2050	2.366.670,65	20.904.326,00	(18.537.655,36)	35.990.303,44
2051	1.157.503,31	21.185.850,54	(20.028.347,23)	15.961.956,21
2052	215.496,46	21.152.793,60	(20.937.297,14)	(4.975.340,93)
2053	121.625,01	21.202.781,66	(21.081.156,65)	(26.056.497,58)
2054	121.703,09	20.756.179,76	(20.634.476,68)	(46.690.974,26)
2055	7.386,28	20.588.387,77	(20.581.001,49)	(67.271.975,75)
2056	7.466,05	20.224.257,58	(20.216.791,54)	(87.488.767,29)

Continua na próxima página

161



ATUARIAL

CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br
Continuação (...)
PLANO PREVIDENCIÁRIO - GERAÇÃO ATUAL - (Plano de Custeio Vigente)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a - b)	Valor (d) = Saldo Financeiro do exercício anterior + (c)
2057	7.546,68	20.038.011,04	(20.030.464,36)	(107.519.231,64)
2058	-	19.481.519,66	(19.481.519,66)	(127.000.751,30)
2059	-	18.994.428,67	(18.994.428,67)	(145.995.179,98)
2060	-	18.571.732,38	(18.571.732,38)	(164.566.912,35)
2061	-	17.909.023,63	(17.909.023,63)	(182.475.935,99)
2062	-	17.319.829,05	(17.319.829,05)	(199.795.765,04)
2063	-	16.846.176,76	(16.846.176,76)	(216.641.941,80)
2064	-	16.133.855,07	(16.133.855,07)	(232.775.796,87)
2065	-	15.533.014,03	(15.533.014,03)	(248.308.810,90)
2066	-	15.215.903,91	(15.215.903,91)	(263.524.714,80)
2067	-	14.039.576,39	(14.039.576,39)	(277.564.291,19)
2068	-	13.352.406,23	(13.352.406,23)	(290.916.697,42)
2069	-	12.469.473,28	(12.469.473,28)	(303.386.170,70)
2070	-	11.297.842,07	(11.297.842,07)	(314.684.012,77)
2071	-	10.589.151,02	(10.589.151,02)	(325.273.163,79)
2072	-	9.193.040,95	(9.193.040,95)	(334.466.204,73)
2073	-	8.256.285,23	(8.256.285,23)	(342.722.489,96)
2074	-	7.183.538,99	(7.183.538,99)	(349.906.028,95)
2075	-	6.278.666,13	(6.278.666,13)	(356.184.695,08)
2076	-	5.164.709,07	(5.164.709,07)	(361.349.404,14)
2077	-	4.089.296,37	(4.089.296,37)	(365.438.700,51)
2078	-	3.518.718,66	(3.518.718,66)	(368.957.419,17)
2079	-	3.082.717,00	(3.082.717,00)	(372.040.136,17)
2080	-	2.133.202,61	(2.133.202,61)	(374.173.338,78)
2081	-	1.871.904,61	(1.871.904,61)	(376.045.243,39)
2082	-	1.552.123,49	(1.552.123,49)	(377.597.366,88)
2083	-	1.087.265,27	(1.087.265,27)	(378.684.632,16)
2084	-	820.994,76	(820.994,76)	(379.505.626,91)
2085	-	369.180,18	(369.180,18)	(379.874.807,09)
2086	-	221.029,51	(221.029,51)	(380.095.836,60)
2087	-	76.296,41	(76.296,41)	(380.172.133,01)
2088	-	1.440,34	(1.440,34)	(380.173.573,36)
2089	-	-	-	(380.173.573,36)
2090	-	-	-	(380.173.573,36)
2091	-	-	-	(380.173.573,36)
2092	-	-	-	(380.173.573,36)
2093	-	-	-	(380.173.573,36)
2094	-	-	-	(380.173.573,36)
2095	-	-	-	(380.173.573,36)

162

Igor França Garcia | Atuário MIBA/RJ 1.659 | Certificação de Especialista em Investimento - CEA

Consultor de Investimentos Credenciado pela CVM

 (65) 9242.8876 | www.atuarialconsultoria.com.br | (SKYPE) igor frança garcia | (65) 3621.8267

Av. José Monteiro de Figueiredo, Nº 212 - Edifício Goiabeiras Executive Center, Sala 401

Bairro: Duque de Caixas - Cuiabá - MT CEP - 78043-300



ATUARIAL

CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br

RREO - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - LRF Art 53, § 1º, inciso II

PLANO PREVIDENCIÁRIO - GERAÇÃO ATUAL e FUTURA - (Plano de Custeio Vigente)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a - b)	Valor (d) = Saldo Financeiro do exercício anterior + (c)
2019				31.037.080,14
2020	7.447.279,47	2.613.192,43	4.834.087,04	35.871.167,18
2021	7.883.033,69	2.838.904,30	5.044.129,39	40.915.296,57
2022	8.402.470,27	3.090.673,85	5.311.796,42	46.227.092,99
2023	8.930.848,67	3.532.269,69	5.398.578,98	51.625.671,98
2024	9.476.498,47	3.842.316,81	5.634.181,66	57.259.853,63
2025	10.228.410,54	4.239.407,00	5.989.003,54	63.248.857,17
2026	10.996.878,58	4.647.740,83	6.349.137,75	69.597.994,92
2027	11.789.401,16	5.154.055,60	6.635.345,56	76.233.340,48
2028	12.797.902,34	5.594.528,88	7.203.373,46	83.436.713,94
2029	13.852.934,83	6.036.968,79	7.815.966,04	91.252.679,97
2030	14.950.264,79	6.589.434,39	8.360.830,40	99.613.510,37
2031	15.930.392,29	7.087.793,42	8.842.598,86	108.456.109,24
2032	16.522.310,99	7.746.678,42	8.775.632,56	117.231.741,80
2033	17.110.101,90	8.423.453,42	8.686.648,48	125.918.390,28
2034	17.685.291,37	9.243.330,85	8.441.960,53	134.360.350,80
2035	18.236.524,45	10.240.038,47	7.996.485,98	142.356.836,78
2036	18.764.964,97	11.200.701,59	7.564.263,37	149.921.100,16
2037	19.262.233,39	12.273.475,40	6.988.757,99	156.909.858,15
2038	19.755.890,48	12.849.691,34	6.906.199,14	163.816.057,29
2039	20.210.692,62	14.022.081,31	6.188.611,31	170.004.668,60
2040	20.624.382,44	15.192.235,66	5.432.146,79	175.436.815,39
2041	21.007.771,09	16.138.002,50	4.869.768,58	180.306.583,97
2042	21.366.974,80	16.950.850,49	4.416.124,32	184.722.708,29
2043	21.714.800,75	17.521.448,18	4.193.352,57	188.916.060,86
2044	22.049.332,88	18.115.630,30	3.933.702,58	192.849.763,44
2045	22.340.442,35	19.208.691,11	3.131.751,24	195.981.514,68
2046	22.594.654,04	20.141.683,61	2.452.970,43	198.434.485,11
2047	22.819.120,08	20.872.787,24	1.946.332,84	200.380.817,95
2048	17.371.479,48	21.671.957,86	(4.300.478,38)	196.080.339,57
2049	17.151.214,35	22.059.679,01	(4.908.464,66)	191.171.874,91
2050	16.938.515,09	22.011.243,65	(5.072.728,56)	186.099.146,35
2051	16.641.273,92	22.593.792,38	(5.952.518,46)	180.146.627,89
2052	16.368.697,89	22.813.263,10	(6.444.565,21)	173.702.062,68
2053	16.052.768,15	23.343.467,63	(7.290.699,48)	166.411.363,20
2054	15.690.452,93	23.276.956,74	(7.586.503,80)	158.824.859,39
2055	15.161.805,90	23.687.196,99	(8.525.391,09)	150.299.468,31
2056	14.704.148,82	23.864.242,69	(9.160.093,87)	141.139.374,43

Continua na próxima página

163



ATUARIAL

CONSULTORIA

www.atuarialconsultoria.com.br
Continuação (...)
PLANO PREVIDENCIÁRIO - GERAÇÃO ATUAL e FUTURA - (Plano de Custeio Vigente)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a - b)	Valor (d) = Saldo Financeiro do exercício anterior + (c)
2057	14.227.937,27	23.944.579,03	(9.716.641,76)	131.422.732,68
2058	13.742.267,16	23.762.691,51	(10.020.424,35)	121.402.308,33
2059	13.229.083,82	23.594.449,43	(10.365.365,61)	111.036.942,72
2060	12.664.983,60	23.785.880,93	(11.120.897,33)	99.916.045,39
2061	12.122.370,82	23.487.381,17	(11.365.010,35)	88.551.035,04
2062	11.549.497,71	23.442.272,45	(11.892.774,75)	76.658.260,29
2063	10.913.414,43	23.774.674,14	(12.861.259,71)	63.797.000,59
2064	10.247.475,13	23.771.098,54	(13.523.623,42)	50.273.377,17
2065	9.569.489,38	23.588.618,46	(14.019.129,08)	36.254.248,10
2066	8.814.831,08	23.919.708,80	(15.104.877,72)	21.149.370,37
2067	8.052.790,46	23.268.978,83	(15.216.188,37)	5.933.182,00
2068	7.819.703,44	23.598.829,06	(15.779.125,62)	(9.845.943,63)
2069	7.929.631,96	23.619.901,75	(15.690.269,79)	(25.536.213,42)
2070	7.997.201,71	23.286.765,26	(15.289.563,55)	(40.825.776,97)
2071	8.088.413,64	23.328.843,86	(15.240.430,22)	(56.066.207,18)
2072	8.209.589,22	22.941.783,45	(14.732.194,23)	(70.798.401,41)
2073	8.356.384,17	22.871.303,22	(14.514.919,05)	(85.313.320,46)
2074	8.494.432,00	22.797.913,54	(14.303.481,54)	(99.616.802,00)
2075	8.605.734,44	22.427.241,28	(13.821.506,84)	(113.438.308,84)
2076	8.654.059,64	22.509.676,74	(13.855.617,10)	(127.293.925,94)
2077	8.736.384,48	22.135.213,04	(13.398.828,56)	(140.692.754,50)
2078	8.848.324,40	22.473.552,47	(13.625.228,07)	(154.317.982,57)
2079	8.905.489,33	22.824.397,02	(13.918.907,69)	(168.236.890,26)
2080	8.902.878,31	23.310.345,39	(14.407.467,08)	(182.644.357,34)
2081	9.016.085,30	23.677.340,05	(14.661.254,75)	(197.305.612,09)
2082	9.109.280,84	23.886.935,38	(14.777.654,53)	(212.083.266,62)
2083	9.211.391,76	24.114.924,78	(14.903.533,02)	(226.986.799,64)
2084	9.337.178,28	24.655.446,15	(15.318.267,86)	(242.305.067,50)
2085	9.453.277,21	24.782.950,49	(15.329.673,28)	(257.634.740,78)
2086	9.555.534,61	25.653.603,82	(16.098.069,22)	(273.732.810,00)
2087	9.618.655,22	26.282.372,91	(16.663.717,69)	(290.396.527,69)
2088	9.739.700,60	26.996.274,76	(17.256.574,16)	(307.653.101,85)
2089	9.863.176,47	27.424.059,70	(17.560.883,23)	(325.213.985,08)
2090	9.943.366,36	28.049.989,07	(18.106.622,72)	(343.320.607,79)
2091	10.071.970,28	28.530.910,50	(18.458.940,23)	(361.779.548,02)
2092	10.209.200,74	29.126.664,35	(18.917.463,61)	(380.697.011,63)
2093	10.320.743,28	29.376.619,89	(19.055.876,61)	(399.752.888,24)
2094	10.471.732,88	29.671.808,32	(19.200.075,43)	(418.952.963,68)
2095	10.572.974,22	29.963.089,33	(19.390.115,10)	(438.343.078,78)

164

Igor França Garcia | Atuário MIBA/RJ 1.659 | Certificação de Especialista em Investimento - CEA

Consultor de Investimentos Credenciado pela CVM

 (65) 9242.8876 | www.atuarialconsultoria.com.br | (SKYPE) igorfrancagarcia | (65) 3621.8267

Av. José Monteiro de Figueiredo, Nº 212 - Edifício Goiabeiras Executive Center, Sala 401

Bairro: Duque de Caixas - Cuiabá - MT CEP - 78043-300



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

E-mail: tapurahprevi@hotmail.com; previdencia@tapurah.mt.gov.br

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE TAPURAH-PREVI

RPPS: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em atendimento às exigências de envio de documentos/informações ao Sistema APLIC, atesto a veracidade das informações encaminhadas nas tabelas RPPS_CONTRIB_PREVID_DEVIDO e RPPS_CONTRIB_PREVID_PAGO, as quais demonstram as seguinte situação de contribuição previdenciárias de órgãos vinculados ao RPPS no exercício de Fevereiro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS							
Comp.	Segurado Patronal Déficit Atuarial	Valor Devido Ref. Fevereiro/2020	Valor Pago Ref. janeiro/2020	Data dos Pagamentos	Multas e Juros Devidos	Multas e Juros Pagos	Saldo Devedor R\$
Janeiro	Segurado	R\$ 138.387,28	R\$ 130.487,01	13/02/2020	-	-	-
	Patronal	R\$ 230.229,70	R\$ 214.240,36	13/02/2020	-	-	-
	Déficit Atuarial	R\$ 46.549,17	R\$ 41.993,77	13/02/2020	-	-	-
	Total	R\$ 415.166,15	R\$ 386.721,14				-

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPURAH – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS							
Comp.	Segurado Patronal Déficit Atuarial	Valor Devido Ref. fevereiro/2020	Valor Pago Ref. fevereiro/2020	Data dos Pagamentos	Multas e Juros Devidos	Multas e Juros Pagos	Saldo Devedor R\$
Fevereiro	Segurado	R\$ 3.285,98	R\$ 3.285,98	26/02/2020	-	-	-
	Patronal	R\$ 5.466,74	R\$ 5.466,74	26/02/2020	-	-	-
	Déficit Atuarial	R\$ 1.105,29	R\$ 1.105,29	26/02/2020	-	-	-
	Total	R\$ 9.172,78	R\$ 9.172,78		-	-	-

Solange Aparecida Alves de Souza

CPF 571.296.901-78

Diretora Executiva

Tapurah-Previ

Matricula 2300



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

E-mail: tapurahprevi@hotmail.com; previdencia@tapurah.mt.gov.br

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE TAPURAH-PREVI

RPPS: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em atendimento às exigências de envio de documentos/informações ao Sistema APLIC, atesto a veracidade das informações encaminhadas nas tabelas RPPS_CONTRIB_PREVID_DEVIDO e RPPS_CONTRIB_PREVID_PAGO, as quais demonstram as seguinte situação de contribuição previdenciárias de órgãos vinculados ao RPPS no exercício de Fevereiro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS							
Comp.	Segurado Patronal Déficit Atuarial	Valor Devido Ref. Fevereiro/2020	Valor Pago Ref. janeiro/2020	Data dos Pagamentos	Multas e Juros Devidos	Multas e Juros Pagos	Saldo Devedor R\$
Janeiro	Segurado	R\$ 138.387,28	R\$ 130.487,01	13/02/2020	-	-	-
	Patronal	R\$ 230.229,70	R\$ 214.240,36	13/02/2020	-	-	-
	Déficit Atuarial	R\$ 46.549,17	R\$ 41.993,77	13/02/2020	-	-	-
	Total	R\$ 415.166,15	R\$ 386.721,14				-

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPURAH – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS							
Comp.	Segurado Patronal Déficit Atuarial	Valor Devido Ref. fevereiro/2020	Valor Pago Ref. fevereiro/2020	Data dos Pagamentos	Multas e Juros Devidos	Multas e Juros Pagos	Saldo Devedor R\$
Fevereiro	Segurado	R\$ 3.285,98	R\$ 3.285,98	26/02/2020	-	-	-
	Patronal	R\$ 5.466,74	R\$ 5.466,74	26/02/2020	-	-	-
	Déficit Atuarial	R\$ 1.105,29	R\$ 1.105,29	26/02/2020	-	-	-
	Total	R\$ 9.172,78	R\$ 9.172,78		-	-	-

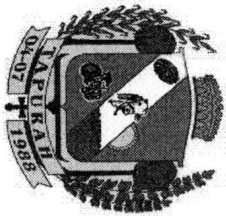
Solange Aparecida Alves de Souza

CPF 571.296.901-78

Diretora Executiva

Tapurah-Previ

Matricula 2300



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

E-mail: tapurahprevi@hotmail.com; previdencia@tapurah.mt.gov.br

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

TAPURAH-PREVI

RPPS: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em atendimento às exigências de envio de documentos/informações ao Sistema APLIC, atesto a veracidade das informações encaminhadas nas tabelas RPPS_CONTRIB_PREVID_DEVIDO e RPPS_CONTRIB_PREVID_PAGO, as quais demonstram a seguinte situação de contribuição previdenciárias de órgãos vinculados ao RPPS no exercício de Março de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS						
Comp.	Segurado Patronal Déficit Atuarial	Valor Devido Ref. Março/2020	Valor Pago Ref. fevereiro/2020	Data dos Pagamentos	Multas e Juros Devidos	Multas e Juros Pagos
Fevereiro	Segurado	R\$ 139.258,38	R\$ 138.387,28	22/03/2020	-	-
	Patronal	R\$ 231.679,44	R\$ 230.229,70	22/03/2020	-	-
	Déficit Atuarial	R\$ 46.842,29	R\$ 46.549,17	22/03/2020	-	-
Total		R\$ 417.780,11	R\$ 415.166,15			-

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPURAH – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS						
Comp.	Segurado Patronal Déficit Atuarial	Valor Devido Ref. março/2020	Valor Pago Ref. março/2020	Data dos Pagamentos	Multas e Juros Devidos	Multas e Juros Pagos
Março	Segurado	R\$ 3.330,86	R\$ 3.330,86	26/03/2020	-	-
	Patronal	R\$ 5.541,38	R\$ 5.541,38	26/03/2020	-	-
	Déficit Atuarial	R\$ 1.120,39	R\$ 1.120,39	26/03/2020	-	-
Total		R\$ 9.992,63	R\$ 9.992,63		-	-


Solange Aparecida Alves de Souza
CPF 571.296.901-78
Diretora Executiva
Tapurah-Previ
Matrícula 2300



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

E-mail: tapurahprevi@hotmail.com; previdencia@tapurah.mt.gov.br

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

TAPURAH-PREVI

RPPS: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

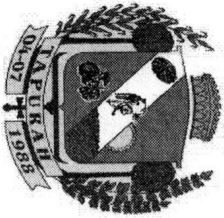
Em atendimento às exigências de envio de documentos/informações ao Sistema APLIC, atesto a veracidade das informações encaminhadas nas tabelas RPPS_CONTRIB_PREVID_DEVIDO e RPPS_CONTRIB_PREVID_PAGO, as quais demonstram as seguinte situação de contribuição previdenciárias de órgãos vinculados ao RPPS no exercício de Abril de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS					
Comp.	Segurado Patronal Déficit Atuarial	Valor Devido Ref. abril/2020	Valor Pago Ref. março/2020	Data dos Pagamentos	Multas e Juros Devidos
Março	Segurado	R\$ 174.489,69	R\$ 139.258,38	22/04/2020	-
	Patronal	R\$ 230.241,57	R\$ 231.679,44	22/04/2020	-
	Déficit Atuarial	R\$ 46.551,22	R\$ 46.842,29	22/04/2020	-
	Total	R\$ 451.282,48	R\$ 417.780,11		-

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPURAH – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS					
Comp.	Segurado Patronal Déficit Atuarial	Valor Devido Ref. abril/2020	Valor Pago Ref. abril/2020	Data dos Pagamentos	Multas e Juros Devidos
Abril	Segurado	R\$ 4.175,00	R\$ 4.175,00	28/04/2020	-
	Patronal	R\$ 5.457,35	R\$ 5.457,35	28/04/2020	-
	Déficit Atuarial	R\$ 1.103,39	R\$ 1.103,39	28/04/2020	-
	Total	R\$ 10.735,74	R\$ 10.735,74		-

Solange Aparecida Alves de Souza

CPF 571.296.901-78
Diretora Executiva
Tapurah-Previ
Matricula 2300



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

E-mail: tapurahprevi@hotmail.com; previdencia@tapurah.mt.gov.br

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

TAPURAH-PREVI

RPPS: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em atendimento às exigências de envio de documentos/informações ao Sistema APLIC, atesto a veracidade das informações encaminhadas nas tabelas RPPS_CONTRIB_PREVID_DEVIDO e RPPS_CONTRIB_PREVID_PAGO, as quais demonstram as seguinte situação de contribuição previdenciárias de órgãos vinculados ao RPPS no exercício de Maio de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS					
Comp.	Segurado Patronal Déficit Atuarial	Valor Devido Ref. maio/2020	Valor Pago Ref. abril/2020	Data dos Pagamentos	Multas e Juros Devidos
Maio	Segurado	R\$ 176.686,66	R\$ 174.489,69	16/06/2020	-
	Patronal	R\$ 231.220,66	R\$ 230.241,57	16/06/2020	-
	Déficit Atuarial	R\$ 46.749,53	R\$ 46.551,22	16/06/2020	-
Total		R\$ 454.656,85	R\$ 417.780,11		-

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPURAH – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS					
Comp.	Segurado Patronal Déficit Atuarial	Valor Devido Ref. maio/2020	Valor Pago Ref. maio/2020	Data dos Pagamentos	Multas e Juros Devidos
Maio	Segurado	R\$ 4.257,21	R\$ 4.257,21	29/05/2020	-
	Patronal	R\$ 5.564,79	R\$ 5.564,79	29/05/2020	-
	Déficit Atuarial	R\$ 1.125,12	R\$ 1.125,12	29/05/2020	-
Total		R\$ 10.947,12	R\$ 10.947,12		-


Solange Aparecida Alves de Souza
CPF 571.296.901-78
Diretora Executiva
Tapurah-Previ
Matrícula 2300



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

E-mail: tapurahprevi@hotmail.com; previdencia@tapurah.mt.gov.br

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE TAPURAH-PREVI

RPPS: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em atendimento às exigências de envio de documentos/informações ao Sistema APLIC, atesto a veracidade das informações encaminhadas nas tabelas RPPS_CONTRIB_PREVID_DEVIDO e RPPS_CONTRIB_PREVID_PAGO, as quais demonstram as seguinte situação de contribuição previdenciárias de órgãos vinculados ao RPPS no exercício de Junho de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS							
Comp.	Segurado Patronal Déficit Atuarial	Valor Devido Ref. junho/2020	Valor Pago Ref. maio/2020	Data dos Pagamentos	Multas e Juros Devidos	Multas e Juros Pagos	Saldo Devedor R\$
Junho	Segurado	R\$ 175.836,20	R\$ 176.686,66	16/07/2020	-	-	-
	Patronal	R\$ 229.845,61	R\$ 231.220,66	16/07/2020	-	-	-
	Déficit Atuarial	R\$ 46.471,51	R\$ 46.749,53	16/07/2020	-	-	-
	Total	R\$ 452.153,32	R\$ 454.656,85				-

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPURAH – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS							
Comp.	Segurado Patronal Déficit Atuarial	Valor Devido Ref. junho/2020	Valor Pago Ref. junho/2020	Data dos Pagamentos	Multas e Juros Devidos	Multas e Juros Pagos	Saldo Devedor R\$
Junho	Segurado	R\$ 4.183,57	R\$ 4.183,57	26/06/2020	-	-	-
	Patronal	R\$ 5.468,55	R\$ 5.468,55	26/06/2020	-	-	-
	Déficit Atuarial	R\$ 1.105,66	R\$ 1.105,66	26/06/2020	-	-	-
	Total	R\$ 10.757,78	R\$ 10.757,78		-	-	-

Solange Aparecida Alves de Souza

CPF 571.296.901-78

Diretora Executiva

Tapurah-Previ

Matricula 2300



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

E-mail: tapurahprevi@hotmail.com; previdencia@tapurah.mt.gov.br

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE TAPURAH-PREVI

RPPS: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em atendimento às exigências de envio de documentos/informações ao Sistema APLIC, atesto a veracidade das informações encaminhadas nas tabelas RPPS_CONTRIB_PREVID_DEVIDO e RPPS_CONTRIB_PREVID_PAGO, as quais demonstram as seguinte situação de contribuição previdenciárias de órgãos vinculados ao RPPS no exercício de Julho de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS							
Comp.	Segurado Patronal Déficit Atuarial	Valor Devido Ref. julho/2020	Valor Pago Ref. junho/2020	Data dos Pagamentos	Multas e Juros Devidos	Multas e Juros Pagos	Saldo Devedor R\$
Julho	Segurado	R\$ 175.838,07	R\$ 175.836,20	16/07/2020	-	-	-
	Patronal	R\$ 229.848,01	R\$ 229.845,61	16/07/2020	-	-	-
	Déficit Atuarial	R\$ 46.472,00	R\$ 46.471,51	16/07/2020	-	-	-
	Total	R\$ 452.158,08	R\$ 452.153,32				-

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPURAH – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS							
Comp.	Segurado Patronal Déficit Atuarial	Valor Devido Ref. julho/2020	Valor Pago Ref. julho/2020	Data dos Pagamentos	Multas e Juros Devidos	Multas e Juros Pagos	Saldo Devedor R\$
Julho	Segurado	R\$ 4.152,27	R\$ 4.152,27	29/07/2020	-	-	-
	Patronal	R\$ 5.424,62	R\$ 5.424,62	29/07/2020	-	-	-
	Déficit Atuarial	R\$ 1.097,40	R\$ 1.097,40	29/07/2020	-	-	-
	Total	R\$ 10.674,29	R\$ 10.674,29		-	-	-

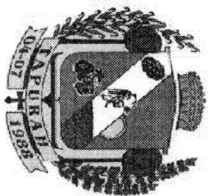
Solange Aparecida Alves de Souza

CPF 571.296.901-78

Diretora Executiva

Tapurah-Previ

Matricula 2300



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

E-mail: tapurahprevi@hotmail.com; previdencia@tapurah.mt.gov.br

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE TAPURAH-PREVI

RPPS: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em atendimento às exigências de envio de documentos/informações ao Sistema APLIC, atesto a veracidade das informações encaminhadas nas tabelas RPPS_CONTRIB_PREVID_DEVIDO e RPPS_CONTRIB_PREVID_PAGO, as quais demonstram a seguinte situação de contribuição previdenciárias de órgãos vinculados ao RPPS no exercício de Agosto de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS

Comp.	Segurado Patronal Déficit Atuarial	Valor Devido Ref. agosto/2020	Valor Pago Ref. julho/2020	Data dos Pagamentos	Multas e Juros Devidos	Multas e Juros Pagos	Saldo Devedor R\$
Agosto	Segurado	R\$ 176.607,86	R\$ 175.838,07	18/08/2020	-	-	-
	Patronal	R\$ 230.854,33	R\$ 229.848,01	18/08/2020	-	-	-
	Déficit Atuarial	R\$ 46.675,46	R\$ 46.472,00	18/08/2020	-	-	-
	Total	R\$ 454.137,65	R\$ 452.158,08				-

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPURAH – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS

Comp.	Segurado Patronal Déficit Atuarial	Valor Devido Ref. agosto/2020	Valor Pago Ref. agosto/2020	Data dos Pagamentos	Multas e Juros Devidos	Multas e Juros Pagos	Saldo Devedor R\$
Agosto	Segurado	R\$ 4.001,72	R\$ 4.001,72	27/08/2020	-	-	-
	Patronal	R\$ 5.230,87	R\$ 5.230,87	27/08/2020	-	-	-
	Déficit Atuarial	R\$ 1.057,79	R\$ 1.057,79	27/08/2020	-	-	-
	Total	R\$ 10.290,38	R\$ 10.290,38		-	-	-

SOLANGE APARECIDA
ALVES DE
SOUZA57129690178

Solange Aparecida Alves de Souza

CPF 571.296.901-78

Diretora Executiva
Tapurah-Previ
Matrícula 2300



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

E-mail: tapurahprevi@hotmail.com; previdencia@tapurah.mt.gov.br

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE TAPURAH-PREVI

RPPS: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em atendimento às exigências de envio de documentos/informações ao Sistema APLIC, atesto a veracidade das informações encaminhadas nas tabelas RPPS_CONTRIB_PREVID_DEVIDO e RPPS_CONTRIB_PREVID_PAGO, as quais demonstram as seguinte situação de contribuição previdenciárias de órgãos vinculados ao RPPS no exercício de Setembro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS							
Comp.	Segurado Patronal Déficit Atuarial	Valor Devido Ref. setembro/2020	Valor Pago Ref. agosto/2020	Data dos Pagamentos	Multas e Juros Devidos	Multas e Juros Pagos	Saldo Devedor R\$
Setembro	Segurado	R\$ 176.257,09	R\$ 176.607,86	15/09/2020	-	-	-
	Patronal	R\$ 230.395,79	R\$ 230.854,33	15/09/2020	-	-	-
	Déficit Atuarial	R\$ 46.582,75	R\$ 46.675,46	15/09/2020	-	-	-
	Total	R\$ 453.235,63	R\$ 454.137,65				-

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPURAH – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS							
Comp.	Segurado Patronal Déficit Atuarial	Valor Devido Ref. setembro/2020	Valor Pago Ref. setembro/2020	Data dos Pagamentos	Multas e Juros Devidos	Multas e Juros Pagos	Saldo Devedor R\$
Setembro	Segurado	R\$ 4.183,57	R\$ 4.183,57	28/09/2020	-	-	-
	Patronal	R\$ 5.468,55	R\$ 5.468,55	28/09/2020	-	-	-
	Déficit Atuarial	R\$ 1.105,66	R\$ 1.105,66	28/09/2020	-	-	-
	Total	R\$ 10.757,78	R\$ 10.757,78		-	-	-

Solange Aparecida Alves de Souza

CPF 571.296.901-78

Diretora Executiva

Tapurah-Previ

Matrícula 2300



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

E-mail: tapurahprevi@hotmail.com; previdencia@tapurah.mt.gov.br

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE TAPURAH-PREVI

RPPS: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em atendimento às exigências de envio de documentos/informações ao Sistema APLIC, atesto a veracidade das informações encaminhadas nas tabelas RPPS_CONTRIB_PREVID_DEVIDO e RPPS_CONTRIB_PREVID_PAGO, as quais demonstram as seguinte situação de contribuição previdenciárias de órgãos vinculados ao RPPS no exercício de Outubro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS							
Comp.	Segurado Patronal Déficit Atuarial	Valor Devido Ref. outubro/2020	Valor Pago Ref. setembro/2020	Data dos Pagamentos	Multas e Juros Devidos	Multas e Juros Pagos	Saldo Devedor R\$
Outubro	Segurado	R\$ 174.390,43	R\$ 176.257,09	19/10/2020	-	-	-
	Patronal	R\$ 227.955,77	R\$ 230.395,79	19/10/2020	-	-	-
	Déficit Atuarial	R\$ 46.089,42	R\$ 46.582,75	19/10/2020	-	-	-
	Total	R\$ 448.435,62	R\$ 453.235,63				-

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPURAH – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS							
Comp.	Segurado Patronal Déficit Atuarial	Valor Devido Ref. outubro/2020	Valor Pago Ref. outubro/2020	Data dos Pagamentos	Multas e Juros Devidos	Multas e Juros Pagos	Saldo Devedor R\$
Outubro	Segurado	R\$ 4.183,57	R\$ 4.183,57	28/10/2020	-	-	-
	Patronal	R\$ 5.468,55	R\$ 5.468,55	28/10/2020	-	-	-
	Déficit Atuarial	R\$ 1.105,66	R\$ 1.105,66	28/10/2020	-	-	-
	Total	R\$ 10.757,78	R\$ 10.757,78		-	-	-

Solange Aparecida Alves de Souza

CPF 571.296.901-78

Diretora Executiva

Tapurah-Previ

Matricula 2300



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

E-mail: tapurahprevi@hotmail.com; previdencia@tapurah.mt.gov.br

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE TAPURAH-PREVI

RPPS: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em atendimento às exigências de envio de documentos/informações ao Sistema APLIC, atesto a veracidade das informações encaminhadas nas tabelas RPPS_CONTRIB_PREVID_DEVIDO e RPPS_CONTRIB_PREVID_PAGO, as quais demonstram as seguinte situação de contribuição previdenciárias de órgãos vinculados ao RPPS no exercício de Novembro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS							
Comp.	Segurado Patronal Déficit Atuarial	Valor Devido Ref. novembro/2020	Valor Pago Ref. outubro/2020	Data dos Pagamentos	Multas e Juros Devidos	Multas e Juros Pagos	Saldo Devedor R\$
Novembro	Segurado	R\$ 174.406,51	R\$ 174.390,43	09/11/2020	-	-	-
	Patronal	R\$ 227.976,78	R\$ 227.955,77	09/11/2020	-	-	-
	Déficit Atuarial	R\$ 46.093,66	R\$ 46.089,42	09/11/2020	-	-	-
	Total	R\$ 448, 476.95	R\$ 448.435,62				-

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPURAH – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS							
Comp.	Segurado Patronal Déficit Atuarial	Valor Devido Ref. novembro/2020	Valor Pago Ref. novembro/2020	Data dos Pagamentos	Multas e Juros Devidos	Multas e Juros Pagos	Saldo Devedor R\$
Novembro	Segurado	R\$ 4.183,57	R\$ 4.183,57	27/11/2020	-	-	-
	Patronal	R\$ 5.468,55	R\$ 5.468,55	27/11/2020	-	-	-
	Déficit Atuarial	R\$ 1.105,66	R\$ 1.105,66	27/11/2020	-	-	-
	Total	R\$ 10.757,78	R\$ 10.757,78		-	-	-

Solange Aparecida Alves de Souza

CPF 571.296.901-78

Diretora Executiva

Tapurah-Previ

Matricula 2300



Tapurah-Previ

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah-MT

E-mail: tapurahprevi@hotmail.com; previdencia@tapurah.mt.gov.br

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE TAPURAH-PREVI

RPPS: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH-MT
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em atendimento às exigências de envio de documentos/informações ao Sistema APLIC, atesto a veracidade das informações encaminhadas nas tabelas RPPS_CONTRIB_PREVID_DEVIDO e RPPS_CONTRIB_PREVID_PAGO, as quais demonstram as seguinte situação de contribuição previdenciárias de órgãos vinculados ao RPPS no exercício de Dezembro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS							
Comp.	Segurado Patronal Déficit Atuarial	Valor devido Ref. Novembro/2020	Data dos Pagamentos	Valor Devido Ref. Dezembro/2020	Data dos Pagamentos	Multas e Juros Pagos	Saldo Devedor R\$
Dezembro	Segurado	R\$ 174.406,51	08/12/2020	R\$ 173.874,06	31/12/2020	-	-
	Patronal	R\$ 227.976,78	08/12/2020	R\$ 227.281,79	31/12/2020	-	-
	Déficit Atuarial	R\$ 46.093,66	08/12/2020	R\$ 45.953,51	31/12/2020	-	-
	Total	R\$ 448.476,95		R\$ 447.109,36			-

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPURAH – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS							
Comp.	Segurado Patronal Déficit Atuarial	Valor Devido Ref. Dezembro/2020	Valor Pago Ref. Dezembro/2020	Data dos Pagamentos	Multas e Juros Devidos	Multas e Juros Pagos	Saldo Devedor R\$
Dezembro	Segurado		R\$ 4.135,93	23/12/2020	-	-	-
	Patronal		R\$ 5.406,29	23/12/2020	-	-	-
	Déficit Atuarial		R\$ 1.093,07	23/12/2020	-	-	-
	Total		R\$ 10.635,29		-	-	-

Solange Aparecida Alves de Souza

CPF 571.296.901-78

Diretora Executiva

Tapurah-Previ

Matricula 2300



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

UCCI - UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

Instituída pela Lei nº 702/2007, de 21/11/2007 e Regulamentada pelo Decreto nº 083/2008, de 17/07/2008.

PARECER SOBRE AS CONTAS DE GESTÃO DO FUNDO
MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DE TAPURAH/MT – TAPURAH-PREVI

REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2020

Unidade Gestora: 1114362 – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Tapurah - MT

Período de Avaliação: 01/01/2020 a 31/12/2020

Diretora: Solange Aparecida Alves de Souza

Prefeito Municipal: Iraldo Ebertz

TAPURAH
FEVEREIRO DE 2021

AV. RIO DE JANEIRO, 125 - PAÇO MUNICIPAL - CENTRO
CEP: 78.573-000 TAPURAH – MT TELEFAX: (066) 3547-3600
Site: www.tapurah.mt.gov.br e-mail: controle.interno@tapurah.mt.gov.br



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

UCCI - UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

Instituída pela Lei nº 702/2007, de 21/11/2007 e Regulamentada pelo Decreto nº 083/2008, de 17/07/2008.

1.0 – APRESENTAÇÃO.

A Unidade de Coordenação de Controle Interno – UCCI do Município de Tapurah, Estado de Mato Grosso, em atendimento ao disposto nos arts. 31 e 74 da Constituição Federal do Brasil que confere atribuições e competências ao Sistema de Controle Interno, em especial, a atribuição de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional prevista no art. 74, IV; ao art. 59 da Lei Complementar 101/2000; ao art. 8º e 9º da Lei Complementar nº 269/2007 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso; aos Arts 161, 162 e 163 da Resolução nº 14/2007 - Regimento Interno do Tribunal de Contas de Mato Grosso e à Resolução Normativa TCE/MT nº 033/2012 - TP, vem apresentar o **Parecer Técnico da Unidade de Coordenação de Controle Interno referente às Contas de Gestão do Exercício 2020** do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Tapurah/MT – TAPURAH PREVI.

2.0 - INTRODUÇÃO.

O presente Parecer Consolidado de Auditoria anual é atribuição própria da Controladoria Interna do Município de Tapurah/MT conforme previsto no § 2º, do art. 5º, da Lei Municipal n.º 702/2007, de 21/11/2007, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Município de Tapurah, “*in verbis*”:

Art. 5º. Entendem-se por Órgãos Setoriais do Sistema de Controle Interno as diversas unidades da estrutura organizacional do Município no Exercício das atividades de controle interno, inerentes às suas funções finalísticas ou de caráter administrativo.

...omissis...

III - Na qualidade de unidade orçamentária, a Câmara de Vereadores passa a ser considerada como órgão setorial do Sistema de Controle Interno e, como tal, subordina-se à observância das normas e procedimentos de controle, a serem por ela expedida conforme padronização e orientação técnica da Unidade de Coordenação do Controle Interno – UCCI, objetivando a integração contábil com o Poder Executivo.

Assim, através de análises dos documentos, interpretação dos balancetes, diligências, amostragem de procedimentos e a exposição de motivos promoveram algumas recomendações aos gestores responsáveis objetivando o aprimoramento dos atos de gestão e do Sistema de Controle Interno.

AV. RIO DE JANEIRO, 125 - PAÇO MUNICIPAL - CENTRO
CEP: 78.573-000 TAPURAH – MT TELEFAX: (066) 3547-3600
Site: www.tapurah.mt.gov.br e-mail: controle.interno@tapurah.mt.gov.br



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

UCCI - UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

Instituída pela Lei nº 702/2007, de 21/11/2007 e Regulamentada pelo Decreto nº 083/2008, de 17/07/2008.

O Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Tapurah – MT é regido pela Lei Complementar Municipal nº. 041 de 21 de setembro de 2012 com alteração nas Leis Complementares nº 055/2013, 099/2016, 108/2017, 125/2018, 151/2020 e 152/2020.

3.0 - GESTOR E DEMAIS RESPONSÁVEIS:

As contas do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Tapurah/MT no exercício em exame estiveram sob o governo do Senhor Iraldo Ebertz, Prefeito Municipal e da Sra. Solange Aparecida Alves de Souza, Diretora Executiva cujos dados pessoais são os seguintes:

PREFEITO		
Nome/Período:	Iraldo Ebertz	01/01/2020 à 31/12/2020
CI/RG-CPF/MF:	27528812/SSP/PR	345.812.359-87
Endereço:	Avenida Roraima, Jardim Juliana – Tapurah – MT	
Fone/Cel/Email:	(66) 3547-3600	gabinetetapurah@gmail.com

DIRETOR EXECUTIVO		
Nome/Período:	Solange Aparecida Alves de Souza	01/01/2020 à 31/12/2020
CI/RG-CPF/MF:	0802999-7/SSP/MT	571.296.901-78
Endereço:	Rua dos Cedros, 707, Cristo Rei – Tapurah – MT	
Fone/Cel/Email:	(66) 3547-3627 / 99650-3236	tapurahprevi@hotmail.com

GESTOR DE INVESTIMENTOS		
Nome/Período:	Juscilaine Galiego de Lima	01/01/2020 à 31/12/2020
CI/RG-CPF/MF:	375628423/SSP/SP	328.054.328-27
Endereço:	Av. Paraná, 564, Centro – Tapurah - MT	
Fone/Cel/Email:	(66) 3547-3627	tapurahprevi@hotmail.com

CONTADOR		
Nome/Período:	Valeria Valentini	01/01/2020 à 31/12/2020



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

UCCI - UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

Instituída pela Lei nº 702/2007, de 21/11/2007 e Regulamentada pelo Decreto nº 083/2008, de 17/07/2008.

CI/RG-CPF/MF:	19354320/SSP/MT	022.068.311-55
Endereço:	Rua das Acácias, 1567, Bairro Cristo Rei – Tapurah/MT	
Fone/Cel/Email:	(65) 9985-0098	valeriavalentini@gmail.com

RESPONSÁVEL PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO		
Nome/Período:	Paulo Gawski	01/01/2020 à 31/12/2020
Cargo Efetivo:	Controlador Interno	
CI/RG-CPF/MF:	3028147308, SSP/RS	486.749.820-34
Endereço:	Rua Goiás, 196 – Bairro Jardim Juliana– Tapurah – MT	
Fone/Cel/Email:	(66) 9985-5273	controle.interno@tapurah.mt.gov.br

RESPONSÁVEL PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO		
Nome/Período:	Claudio Benício da Silva Brito	01/01/2020 à 31/12/2020
Cargo Efetivo:	Auditor de Controle Interno	
CI/RG-CPF/MF:	1057472-7/SSP/MT	700.517.631-68
Endereço:	Av. Mato Grosso, 180, Centro – Tapurah – MT	
Fone/Cel/Email:	(65) 98111-9977	benicio.auditortapurah@gmail.com

RESPONSÁVEL PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO		
Nome/Período:	João Marcos Soares Nunes	01/01/2020 à 31/12/2020
Cargo Efetivo:	Auditor de Controle Interno	
CI/RG-CPF/MF:	2365678-6/SSP/MT	045.691.221-59
Endereço:	Av. Mato Grosso, 180, Centro – Tapurah – MT	
Fone/Cel/Email:	(65) 99943-1723	jmsoares1@hotmail.com

RESPONSÁVEL PELO APLIC		
Nome/Período:	Solange Aparecida Alves de Souza	01/01/2020 à 31/12/2020
Cargo Efetivo:	Diretora Executiva	
CI/RG-CPF/MF:	08029997/SSP/MT	571.296.901-78
Endereço:	Rua dos Cedros, 707, Cristo Rei – Tapurah-MT	
Fone/Cel/Email:	(66) 3547-3627 / 99650-3236	tapurahprevi@hotmail.com

AV. RIO DE JANEIRO, 125

- PAÇO MUNICIPAL

- CENTRO

CEP: 78.573-000

TAPURAH – MT TELEFAX: (066) 3547-3600

Site: www.tapurah.mt.gov.br e-mail: controle.interno@tapurah.mt.gov.br



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

UCCI - UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

Instituída pela Lei nº 702/2007, de 21/11/2007 e Regulamentada pelo Decreto nº 083/2008, de 17/07/2008.

4.0 - RESULTADO DA ANÁLISE DOS ATOS DE GESTÃO:

No exercício de 2020 emitimos 02 (dois) relatórios Semestrais Circunstanciados ao Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah/MT – Tapurah-Previ, onde abordamos sobre os assuntos descritos no ITEM 4.1 a seguir:

4.1 - RELATÓRIOS:

I) ORÇAMENTO E ALTERAÇÕES:

- Lei Orçamentária Anual;
- Créditos Suplementares;
- Mapa dos Créditos Adicionais;
- Resumo das Alterações Orçamentárias;
- Despesa;

II) ANÁLISE DO BALANCETE:

- Resultado da Arrecadação Orçamentária;
- Economia Orçamentária;
- Resultado da Execução;
- Balancete Financeiro;
- Movimentação de Bens Patrimoniais: Bens Móveis e Imóveis;

III) DISPONIBILIDADES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS:

- Registro do Saldo do Ativo Financeiro no Encerramento do Período;
- Registro de Movimentação de Investimentos;

IV) RECEITAS:

- Receita de Contribuição Previdenciária;
- Receita Patrimonial;
- Outras Receitas Correntes;
- Receitas de Contribuição Intra - Orçamentária;

V) DESPESAS:

- Despesa Realizada;
- Despesa Acumulada;



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

UCCI - UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

Instituída pela Lei nº 702/2007, de 21/11/2007 e Regulamentada pelo Decreto nº 083/2008, de 17/07/2008.

VI) CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS:

- Prefeitura Municipal;
- Câmara Municipal de Vereadores;

VII) TAXA ADMINISTRATIVA:

- Conceito;
- Limite da Taxa Administrativa;
- Despesas com Benefícios;
- Despesas com Contribuição Social – PASEP;

VIII) BENEFÍCIOS:

- Aposentadoria;
- Aposentadoria por Invalidez;
- Pensão por Morte.

4.2 - RECEITA:

4.2.1 – As receitas estimadas do Regime Próprio de previdência social do Município de Tapurah são classificadas em quatro grupos:

I) Receita de Contribuição Previdenciária: Receita de contribuições diretamente arrecadada pelo RPPS.

II) Receita Patrimonial: Receitas decorrentes de remuneração da carteira de investimento dos RPPS.

III) Outras Receitas Correntes: Receitas decorrentes de arrecadação tais como multas, juros, indenizações, restituições, aplicações financeiras entre outras.

IV) Receitas Contribuição Intra-Orçamentária: Receitas de Contribuições Patronais recebidas pela unidade gestora do RPPS, no âmbito do Ente Público.

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A RECEITA ARRECADADA				
RECEITAS	PREVISTA	EXECUTADA	DIFERENÇA	%
RECEITAS CORRENTES	2.124.100,00	2.384.087,96	259.987,96	12,2399%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	2.118.100,00	2.231.654,35	113.554,35	5,3611%
RECEITA PATRIMONIAL	00,00	6.510,83	6.510,83	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.000,00	145.922,78	139.922,78	2.332,0463%



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

UCCI - UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

Instituída pela Lei nº 702/2007, de 21/11/2007 e Regulamentada pelo Decreto nº 083/2008, de 17/07/2008.

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.124.100,00	3.684.026,74	298.226,74	8,8081%
RECEITA CONTRIBUIÇÃO INTRA-ORÇAMENTÁRIA				
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	3.385.800,00	3.684.026,74	298.226,74	8,8081%
TOTAL	5.509.900,00	6.068.114,70	558.214,70	10,1311%

(Fonte: anexo 10 da lei 4.320)

No final do exercício de 2020 o comportamento da Receita do Regime Próprio de Previdência de Tapurah-MT apresentou as seguintes informações:

✓ A Receita para o exercício de 2020 foi estimada em R\$ 5.509.900,00 (cinco milhões quinhentos e nove mil e novecentos reais) e a Execução até 31/12/2020 foi de R\$ 6.068.114,70 (seis milhões sessenta e oito mil cento e quatorze reais e setenta centavos). Com atingimento de 10,1311% a maior do que a arrecadação prevista. Ou seja, o resultado da arrecadação executada em relação à prevista foi superavitário em R\$ 558.214,70 (quinhentos e cinquenta e oito mil duzentos e quatorze reais e setenta centavos).

4.3 - DESPESA:

A Despesa para o exercício de 2020 foi fixada em **R\$ 5.509.900,00** (cinco milhões quinhentos e nove mil e novecentos reais) e a Execução até 31/12/2020 R\$ **2.043.312,89** (dois milhões quarenta e três mil trezentos e doze reais oitenta e nove centavos), valor este em que maior contratação de dispêndios deu-se em Pessoal e Encargos Sociais, e que foi distribuído da seguinte forma:

Acumulada até 12/2020:

DESPESAS	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	ANULADO
TOTAL	2.043.312,89	2.043.312,89	2.043.312,89	263.197,57

(Fonte: anexo IPC07 Balanço Orçamentário) (Fonte: Demonstrativo das Despesas por Categoria Econômica)

4.4 - RESULTADO ENTRE RECEITA E DESPESAS:

Tomando por base o valor total da receita estimada para o exercício de 2020 no valor de **R\$ 5.509.900,00** (cinco milhões quinhentos e nove mil novecentos reais) e multiplicando pela média mensal, no final do exercício de 2020 a receita deveria fechar sua execução no mesmo valor. No entanto sua execução foi no valor total de **R\$ 6.068.114,70** (seis milhões sessenta e oito mil cento e quatorze reais setenta centavos).

AV. RIO DE JANEIRO, 125 - PAÇO MUNICIPAL - CENTRO
 CEP: 78.573-000 TAPURAH – MT TELEFAX: (066) 3547-3600
 Site: www.tapurah.mt.gov.br e-mail: controle.interno@tapurah.mt.gov.br



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

UCCI - UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

Instituída pela Lei nº 702/2007, de 21/11/2007 e Regulamentada pelo Decreto nº 083/2008, de 17/07/2008.

Ou seja, o resultado da arrecadação foi superavitário em **R\$ 558.214,70** (quinhentos e cinquenta e oito mil duzentos e quatorze reais setenta centavos).

Do comparativo entre Receita e Despesa resultou um **superávit no valor de R\$ 5.509.900,00 – R\$ 2.043.312,89 = R\$ 3.466.587,11.**

O Regime Próprio de Previdência Municipal – RPPS (TAPURAH-PREVI) encerrou o exercício de 2020 com R\$ 6.623,88 de saldo **em Conta Movimento**; em **Aplicação Financeira** um saldo no valor total de R\$ 36.737.037,93 e; em bens móveis e imóveis com um valor de R\$ 10.231,24, ou seja, totalizando o valor de **R\$ 36.753.893,05.**

4.5 - INVESTIMENTOS FINANCEIROS:

4.5.1 - Registro do saldo do ativo financeiro no encerramento do período:

DEMONSTRATIVO DOS SALDOS

No dia 31 de Dezembro de 2020 foi realizada a conferência dos saldos bancários e de caixa, sendo totalizada para o próximo mês a quantia de R\$ 36.743.661,81 TRINTA E SEIS MILHOES, SETECENTOS E QUARENTA E TRES MIL, SEISCENTOS E SESSENTA E UM REAIS E OITENTA E UM CENTAVOS conforme demonstrados na relação abaixo discriminada.

Data do Demonstrativo: 31/12/2020

Código	Descrição	Número Conta	Tipo	Saldo
0.1.00.000000 - Recursos Ordinários				
074 TAPURAH-PREVI RESERVA DE BENEFICIOS		23.000-6	Aplic.Fin.	2.347.212,27
			Total da Fonte:	2.347.212,27
0.1.50.000000 - Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)				
074 TAPURAH-PREVI RESERVA DE BENEFICIOS		23.000-6	Aplic.Fin.	7.188.257,06
077 TAPURAH-PREVI PGTO DE BENEFICIOS		12.059-6	Movimento	(3.878,94)
081 C.E.F. - RESERVA DE BENEFICIOS		3-0	Aplic.Fin.	13.172.693,96
082 SICREDI - RESERVA DE BENEFICIOS		75.002-6	Aplic.Fin.	9.250.199,66
083 TAPURAH-PREVI PGTO DE BENEFICIOS		12.059-6	Aplic.Fin.	83.898,41
084 002.23.000-6 BB ACOES IBOV ATV		002.23000-6	Aplic.Fin.	67.178,93
085 006.2300-6 BB ACOES GOVERNANCA		006.23.000-6	Aplic.Fin.	626.294,38
086 007.23000-6 BB MULTIMERCADO		007.23.000-6	Aplic.Fin.	1.014.307,49
088 027.75002-6 SICREDI FIA IBOVESPA		022.75.002-6	Aplic.Fin.	708.096,83
090 COMPENSAÇÃO FINANCEIRA CREDITO		16569-7	Aplic.Fin.	172.027,89
			Total da Fonte:	32.279.075,67
0.1.53.000000 - Recursos da Taxa de Administração				
073 TAPURAH-PREVI SOBRA DA TX ADM		23001-4	Aplic.Fin.	490.428,54
074 TAPURAH-PREVI RESERVA DE BENEFICIOS		23.000-6	Aplic.Fin.	1.263.983,67
075 TAPURAH-PREVI DESP. ADMINISTRATIVAS		8.298-8	Aplic.Fin.	11.390,94
077 TAPURAH-PREVI PGTO DE BENEFICIOS		12.059-6	Movimento	4.000,00
078 TAPURAH-PREVI DESP. ADMINISTRATIVAS		8.298-8	Movimento	6.502,82
081 C.E.F. - RESERVA DE BENEFICIOS		3-0	Aplic.Fin.	225.881,33
082 SICREDI - RESERVA DE BENEFICIOS		75.002-6	Aplic.Fin.	111.693,19
083 TAPURAH-PREVI PGTO DE BENEFICIOS		12.059-6	Aplic.Fin.	3.493,38
			Total da Fonte:	2.117.373,87
				0,00
				0,00
Contas	6.623,88	Aplicação Financeira:	36.737.037,93	Caixa:
Movimento:	0,00		0	0,00
				36.743.661,81
				36.743.661,81

AV. RIO DE JANEIRO, 125

PAÇO MUNICIPAL

CENTRO

CEP: 78.573-000

TAPURAH – MT TELEFAX: (066) 3547-3600

Site: www.tapurah.mt.gov.br e-mail: controle.interno@tapurah.mt.gov.br



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

UCCI - UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

Instituída pela Lei nº 702/2007, de 21/11/2007 e Regulamentada pelo Decreto nº 083/2008, de 17/07/2008.

ANO MÊS DE DEZEMBRO - EXERCÍCIO DE 2020				ANEXO XXVIII DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS CONTAS BANCÁRIAS		
BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	DENOMINAÇÃO	DISPONÍVEL	SALDO APLIC.FINANCEIRA	CONCILIADO
001	4009-6	23001-4	073 - TAPURAH-PREVI SOBRA DA TX ADM	0,00	490.428,54	490.428,54
001	4009-6	8.298-8	075 - TAPURAH-PREVI DESP. ADMINISTRATIVAS	0,00	11.390,94	11.390,94
001	4009-6	8.298-8	076 - TAPURAH-PREVI DESP. ADMINISTRATIVAS	6.502,82	0,00	21.157,80
748	0810	75.002-6	082 - SICREDI - RESERVA DE BENEFÍCIOS	0,00	9.361.892,85	9.361.892,85
001	40096	002.23000-6	084 - 002.23.000-6 BB ACOES BOV ATV	0,00	67.178,93	67.178,93
001	40096	007.23.000-6	086 - 007.23000-6 BB MULTIMERCADO	0,00	1.014.307,49	1.014.307,49
001	40096	16569-7	090 - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA CREDITO	0,00	172.027,89	172.027,89
TOTAL GERAL:				6.623,88	36.737.037,93	36.758.316,79

Fonte: Anexo XXVIII – Demonstrativo Analítico das Contas Bancárias

4.5.2 – Registro da Movimentação dos Investimentos no Período:

De acordo com o Relatório de Investimentos, o Tapurah-Previ apresentou uma rentabilidade acumulada de 11,72% a.a., enquanto o indicador de desempenho CDI obteve um rendimento de 5,95% acumulado a.a., ou seja, uma carteira que alcançou até o momento uma rentabilidade de 197,13% sobre o índice de referência do mercado.

A carteira de investimentos do TAPURAH-PREVI apresenta-se com uma rentabilidade acumulada de 11,72% a.a., enquanto a Meta Atuarial acumulada é de 10,54%, ou seja, foi superavitária em 1,18% superando a meta atuarial proposta.

Demonstramos a composição da carteira:

Fundos de Investimento em Renda Fixa

60,11% em Fundos de Investimentos Referenciado 100% em Títulos Públicos Federais; (permitido ao RPPS aplicar até 100% do patrimônio líquido, conforme o art. 7, inciso I, alínea b, da Resolução CMN nº 3.922/10, alterada pela Resolução CMN nº 4.695/2018) representando um total aplicado de R\$ 22.095.854,04, conforme os fundos de investimentos relacionados abaixo:

Fundo de Investimento	Valor	(%) RPPS
CAIXA BRASIL IMA - B TÍTULOS PÚBLICOS	R\$ 785.180,18	2,14%
CAIXA BRASIL IMA - B 5 TÍTULO PÚBLICO	R\$ 3.238.822,69	8,81%
CAIXA FI BRASIL IDKA IPCA 2 A	R\$ 1.665.929,77	4,53%

AV. RIO DE JANEIRO, 125 - PAÇO MUNICIPAL - CENTRO

CEP: 78.573-000 TAPURAH – MT TELEFAX: (066) 3547-3600

Site: www.tapurah.mt.gov.br e-mail: controle.interno@tapurah.mt.gov.br



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

UCCI - UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

Instituída pela Lei nº 702/2007, de 21/11/2007 e Regulamentada pelo Decreto nº 083/2008, de 17/07/2008.

CAIXA FI BRASIL IRF - M 1 TP RF	R\$ 4.105.975,08	11,17%
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS	R\$ 3.602.667,57	9,80%
BB PREVIDENCIÁRIO RF IMA - B TP	R\$ 1.503.150,29	4,09%
BB PREVIDENCIÁRIO RF IMA - B5+	R\$ 1.156.841,38	3,15%
BB PREVIDENCIÁRIO RF IRF - M TP	R\$ 8.321,02	0,02%
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS IPCA III	R\$ 266.274,06	0,72%
BB PREVID RF IMA GERAL EX-C TP FI	R\$ 190.270,53	0,52%
BB PREVIDENCIÁRIO IMA B 5 FIC FI	R\$ 1.867.844,01	5,08%
BB PREVIDENCIÁRIO RF IDKA 2	R\$ 2.083.846,34	5,67%
BB PREVIDENCIÁRIO RF IRF - M 1 TP	R\$ 1.620.731,12	4,41%

23,99% em Fundos de Investimento referenciados em índices; (permitido ao RPPS aplicar até 60% do patrimônio líquido nesse segmento e 20% por cada fundo de investimento do patrimônio líquido, conforme o art. 7, inciso III, alínea a, da Resolução CMN nº 3.922/10, alterada pela Resolução CMN nº 4.695/2018) representando um total aplicado de R\$ 8.817.320,35, conforme os fundos de investimentos relacionados abaixo:

Fundo de Investimento	Valor Aplicado	(%) RPPS
SICREDI FIC INSTITUCIONAL RF IMA - B LP	R\$ 2.566.928,98	6,98%
SICREDI FI INSTITUCIONAL RF IRF - M LP	R\$ 3.487.905,93	9,49%
SICREDI FI INSTITUCIONAL RF IRF - M 1 LP	R\$ 2.762.485,44	7,52%

9,27% em Fundos de Renda Fixa ou Fundos em indicadores de Renda Fixa; (permitido ao RPPS aplicar até 40% do patrimônio líquido nesse segmento e 20% por cada fundo de investimento do patrimônio líquido, conforme o art. 7, inciso IV, alínea a, da Resolução CMN nº 3.922/10, alterada pela Resolução CMN nº 4.695/2018) representando um total aplicado de R\$ 3.407.985,91, conforme os fundos de investimentos relacionados abaixo:

Fundo de Investimento	Valor	(%) RPPS
SICREDI FIC FI RF LP TAXA SELIC	R\$ 544.572,50	1,48%
BB PREVIDENCIÁRIO RF IMA - B	R\$ 1.121.573,41	3,05%
BB PREVIDENCIÁRIO RF PERFIL FIC FI	R\$ 1.741.840,00	4,74%

Fundos de Investimento em Renda Variável



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

UCCI - UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

Instituída pela Lei nº 702/2007, de 21/11/2007 e Regulamentada pelo Decreto nº 083/2008, de 17/07/2008.

2,11% em Fundos classificados como em Índices de Renda Variável; (permitido ao RPPS aplicar até 30% do patrimônio líquido nesse segmento e 20% por cada fundo de investimento do patrimônio líquido, conforme o art. 8, inciso I, alínea a, parágrafo único, da Resolução CMN nº 3.922/10, alterada pela Resolução CMN nº 4.695/2018) representando um total aplicado de R\$ 775.275,76, conforme os fundos de investimentos relacionados abaixo:

Fundo de Investimento	Valor	(%) RPPS
SICREDI SCHRODERS IBOVESPA FI AÇÕES	R\$ 708.096,83	1,93%
BB AÇÕES IBOVESPA ATIVO FIC FI	R\$ 67.178,93	0,18%

1,70% em Fundos Referenciado em índices de Mercado de Renda Variável ações; (permitido ao RPPS aplicar até 30% do patrimônio líquido nesse segmento e 20% por cada fundo de investimento do patrimônio líquido, conforme o art. 8, inciso I, alínea b da Resolução CMN nº 3.922/10, alterada pela Resolução CMN nº 4.695/2018) representando um total aplicado de R\$ 626.294,38, conforme os fundos de investimentos relacionados abaixo:

Fundo de Investimento	Valor	(%) RPPS
BB PREVIDENC. AÇÕES GOVERNANÇA PREV	R\$ 626.294,38	1,70%

2,76% em Fundos Multimercados, sem Alavancagem; (permitido ao RPPS aplicar até 10% do patrimônio líquido, conforme o art. 8, inciso III, da Resolução CMN nº 3.922/10, alterada pela Resolução CMN nº 4.695/2018) representando um total aplicado de R\$ 1.014.307,49, conforme os fundos de investimentos relacionados abaixo:

Fundo de Investimento	Valor	(%) RPPS
BB PREVIDENCIÁRIO MULTIMERCADO	R\$1.014.307,49	2,76%

Fonte: Relatório das Informações sobre política de investimentos –Tapurah-Previ- consultoria atuarial

Variação dos Investimentos

Com relação ao exercício anterior, houve um crescimento de 18,45%, equivalente a R\$ 5.723.519,19, sendo R\$ 1.698.754,30 referente a rentabilidade alcançada no exercício e R\$ 4.024.764,89 referente ao saldo da movimentação financeira, podendo ser visualizado no demonstrativo dos investimentos, peça integrante do Balanço.



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

UCCI - UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

Instituída pela Lei nº 702/2007, de 21/11/2007 e Regulamentada pelo Decreto nº 083/2008, de 17/07/2008.

4.5.3 – Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP:



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA
Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social

CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA - CRP

Ente Federativo: Tapurah UF: MT
CNPJ Principal: 24.772.253/0001-41

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E NA PORTARIA Nº 204, DE 10 DE JULHO DE 2008, QUE O MUNICÍPIO ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

Os órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime Próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art 7º da lei nº 9.717, de 1998:

- Realização de transferências voluntárias de recursos pela união;
- Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;
- Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os órgãos e entidades do município

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua autenticidade e validade no endereço: <http://www.previdencia.gov.br>, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi exigido.



N.º 989763 -
181581

EMITIDO EM 14/12/2019
VÁLIDO ATÉ 11/06/2020

Fonte: SITE CADPREV



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA
Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social

CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA - CRP

Ente Federativo: Tapurah UF: MT
CNPJ Principal: 24.772.253/0001-41

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E NA PORTARIA Nº 204, DE 10 DE JULHO DE 2008, QUE O MUNICÍPIO ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

Os órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime Próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art 7º da lei nº 9.717, de 1998:

- Realização de transferências voluntárias de recursos pela união;
- Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;
- Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os órgãos e entidades do município

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua autenticidade e validade no endereço: <http://www.previdencia.gov.br>, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

Este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi EXIGIDO.



N.º 989763 -
191573

EMITIDO EM 09/12/2020
VÁLIDO ATÉ 07/06/2021



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

UCCI - UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

Instituída pela Lei nº 702/2007, de 21/11/2007 e Regulamentada pelo Decreto nº 083/2008, de 17/07/2008.

5.0 – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS:

A data base de recolhimento das contribuições previdenciárias junto ao Tapurah-Previ, é o dia trinta de cada mês. A Prefeitura Municipal e a Câmara Municipal efetuaram os pagamentos das contribuições financeiras no prazo previsto.

Apresentamos as contribuições arrecadadas no mês e acumulada no período.

DESCRIÇÃO	PREFEITURA	CÂMARA	RPPS	SERVIDOR INATIVO
CONTRIBUIÇÃO SEGURADOS	R\$ 521.005,79	R\$ 8.319,50	R\$ 1.828,92	R\$ 1.021,36
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	R\$ 681.037,48	R\$ 10.874,84	R\$ 2.390,69	
CONTRIBUIÇÃO DEFICIT ATUARIAL	R\$ 137.696,43	R\$ 2.198,73	R\$ 483,35	
TOTAL	R\$ 1.339.739,70	R\$ 21.393,07	R\$ 4.702,96	R\$ 1.021,36
ACUMULADA ATÉ 12/2019				
CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS	R\$ 2.163.734,62	R\$ 51.477,81	R\$ 11.473,08	R\$ 4.968,84
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	R\$ 2.977.866,41	R\$ 70.796,39	R\$ 15.759,47	
CONTRIBUIÇÃO DEFICIT ATUARIAL	R\$ 602.082,05	R\$ 14.314,19	R\$ 3.208,23	R\$ 4.968,84
	R\$ 4.369.577,84	R\$ 104.422,36	R\$ 23.167,90	R\$ -

Fonte: Relatório comparativo da receita orçada com arrecadada.

6.0 – TAXA ADMINISTRATIVA:

A previsão de limites à taxa de administração é trazida pelo inciso VIII do art. 6º da Lei nº 9.717/98, preceito de cumprimento obrigatório para os Regimes Próprios de Previdência Social que pretendam constituir fundos integrados de bens, direitos e ativos, com finalidade previdenciária.

Esse preceito é assimilado pela Portaria nº 4.992/99 em seu art. 17, inciso VIII, cujos parâmetros gerais de aplicação são fixados em seu § 3º:

***Art. 17.** Fica facultada à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a constituição de fundos integrados de bens, direitos e ativos, com finalidade previdenciária, desde que observados os critérios de que trata o artigo 2º desta Portaria e, adicionalmente, os seguintes preceitos: [...]*

***VIII** – estabelecimento de limites para a taxa de administração, conforme estabelecido no § 3º deste artigo; [...]*

***§ 3º.** A taxa de administração prevista no inciso VIII deste artigo, a ser utilizada na cobertura das despesas administrativas do regime próprio de previdência social, será de até dois pontos percentuais do*

AV. RIO DE JANEIRO, 125 - PAÇO MUNICIPAL - CENTRO

CEP: 78.573-000 TAPURAH – MT TELEFAX: (066) 3547-3600

Site: www.tapurah.mt.gov.br e-mail: controle.interno@tapurah.mt.gov.br



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

UCCI - UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

Instituída pela Lei nº 702/2007, de 21/11/2007 e Regulamentada pelo Decreto nº 083/2008, de 17/07/2008.

valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao regime próprio de previdência social, relativamente ao exercício financeiro anterior. (Alterado pela Portaria nº 1.348, de 19/07/2005).

Em sua redação original o § 3º do art. 17 da Portaria nº 4.992/99 tinha como base para o cálculo da taxa de administração o valor total da remuneração dos servidores e dos militares, incluindo os valores dos proventos e pensões dos segurados vinculados ao regime próprio de previdência social somente a partir da redação dada pela Portaria nº 1.317, de 19/09/2003, publicada no D. O. U., de 19/09/2003, não são computadas as despesas decorrentes exclusivamente do resultado das aplicações de recursos em ativos financeiros, na forma preceituada pelo § 4º do art. 17 da Portaria nº 4.992/99, acrescentado pela Portaria nº 1.317, de 17/09/2003:

§ 4º. Na verificação do atendimento do limite definido no parágrafo anterior, não serão computadas as despesas decorrentes exclusivamente do resultado das aplicações de recursos em ativos financeiros de que trata o inciso IV deste artigo.

A Taxa de Administração figura assim como uma exceção na destinação dos recursos previdenciários, primordialmente destinados ao custeio dos benefícios. Desde que observado o limite de dois pontos percentuais do valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao regime próprio de previdência social, relativamente ao exercício financeiro anterior.

Ao final do exercício financeiro, o Regime Próprio, por deliberação da instância coletiva de decisão, poderá constituir reservas com eventuais sobras do custeio administrativo, cujos recursos somente serão utilizados para os fins a que se destina a taxa de administração, sendo que o montante não poderá ultrapassar a totalidade das efetivas despesas administrativas do exercício anterior, nos termos do § 8º do art. 17 da Portaria nº 4.992/99, acrescido pela Portaria nº 1.348, de 19/07/2005, publicada no D. O. U de 21/07/2005 *in verbis*:

§ 8º Desde que observado o limite previsto no § 3º, ao final do exercício financeiro, o regime próprio de previdência social, por deliberação da instância coletiva de decisão, poderá constituir reservas com eventuais sobras do custeio administrativo, cujos recursos somente serão utilizados para os fins a que se destina a taxa de administração, sendo que o montante não poderá ultrapassar a totalidade das efetivas despesas administrativas do exercício anterior.



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

UCCI - UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

Instituída pela Lei nº 702/2007, de 21/11/2007 e Regulamentada pelo Decreto nº 083/2008, de 17/07/2008.

Classificam-se como despesas administrativas: despesas com folha de pagamento, contribuições previdenciárias (órgão), PASEP calculado sobre as contribuições, despesas com manutenção, (luz, água, telefone, material de consumo e manutenção de bens móveis e imóveis), aquisição de equipamentos, assessorias técnicas, diárias e demais despesas de cunho administrativo, excluindo da despesa com encargos pessoa jurídica as despesas com aplicações financeiras.

As normas Constitucionais, Lei Orgânica Leis nº 9.717/1998 e nº 10.887/2004, redefiniram o marco institucional dos Regimes Próprios, submete-se à elevada apreciação deste Poder Legislativo Municipal o Projeto de Lei Complementar.

A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia publicou alterações na taxa de administração para o custeio da organização e do funcionamento do órgão ou entidade gestora dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). A Confederação Nacional de Municípios (CNM) alerta os gestores com regime próprio sobre as mudanças previstas na Portaria 19.451/2020, pois as adequações devem ser implementadas até **31 de dezembro de 2021**, A Portaria do MPS 19.451/2020 dispõe sobre a alteração da taxa de administração, delimita em seu art. 4º a data limite para os entes federativos adotarem as adequações que deverão ser implementados até 31 de dezembro de 2021.

No art. 1º da portaria 19.451/2020 está se alterando a redação do art. 15 da Portaria 402/2008 do MPS, no qual dispõe expressamente na alínea "d" que esta alteração deverá constar em lei do ente federativo (ou seja precisa passar por aprovação na Câmara), e a alínea "e" reforça mais uma vez que as limitações de gastos com as despesas custeadas coma taxa de administração e os percentuais anuais máximos seguirão conforme definido em lei, e serão balizados conforme a classificação do RPPS publicado no ISP-RPPS.

Os percentuais anuais máximos da limitação dos gastos com as despesas devem considerar o somatório da remuneração de contribuição dos servidores ativos, apurado no exercício financeiro anterior. Sobre isso, a Confederação destaca que as mudanças no cálculo da taxa de administração poderão favorecer a gestão dos RPPS. Os percentuais passam a valer de acordo com o porte de cada regime estabelecido pelo Indicador de Situação Previdenciária (ISP) e podem ser majorados em 20%, desde que a

AV. RIO DE JANEIRO, 125 - PAÇO MUNICIPAL - CENTRO

CEP: 78.573-000 TAPURAH – MT TELEFAX: (066) 3547-3600

Site: www.tapurah.mt.gov.br e-mail: controle.interno@tapurah.mt.gov.br



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

UCCI - UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

Instituída pela Lei nº 702/2007, de 21/11/2007 e Regulamentada pelo Decreto nº 083/2008, de 17/07/2008.

receita decorrente desse aumento seja aplicada na obtenção e manutenção de certificação institucional no âmbito do Pró-Gestão. São eles:

- * 2% Estados e o Distrito Federal;
- * 2,4% Municípios de grande porte;
- * 3% Municípios de médio porte; e
- * 3,6% Município de pequeno porte.

Considerando que o Município de Tapurah foi classificado como de pequeno porte a taxa de administração poderá ser de até 3,6%, conforme classificação do ISP-RPPS:

INDICADOR DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PREVIDENCIÁRIA								
IDENTIFICAÇÃO DO RPPS				DADOS DA COMISSÃO DO PRÓ-GESTÃO RPPS				CÁLCULO
ENTE FEDERATIVO - UF	UF	REGIÃO	GRUPO	SUBGRUPO - RPPS MUNICIPAIS POR ESTRUTURA DE MATURIDADE DA MASSA	DATA RECEBIMENTO PELA SPREV DO TERMO DE ADESAO AO PRÓ-GESTÃO -RPPS TERMO DE ADESAO	DATA DO TERMO DE ADESAO DO PRÓ-GESTÃO-RPPS	DATA DA CERTIFICAÇÃO OBTIDA NO PRÓ-GESTÃO RPPS	NÍVEL DA CERTIFICAÇÃO OBTIDA
TAPURAH - MT	MT	CO	PEQUENO PORTE	MENOR MATURIDADE	-	-	-	-
								C

Considerando ainda que a portaria do MPS nº 19.451/2020 no parágrafo único do art. 4º prevê que estas adequações devem ser implementadas até 31 de dezembro de 2021, conforme pode-se observar:



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

UCCI - UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

Instituída pela Lei nº 702/2007, de 21/11/2007 e Regulamentada pelo Decreto nº 083/2008, de 17/07/2008.

Art. 4º Os entes federativos deverão adotar os procedimentos administrativos, atuariais, legais e orçamentários necessários para cumprimento do disposto nesta Portaria e aplicação dos novos limites e base de cálculo da Taxa de Administração, fixados no inciso II do caput do art. 15 da Portaria MPS nº 402, de 2008, que serão aplicados a partir do primeiro dia do exercício subsequente a sua aprovação.

Parágrafo único. As adequações de que trata o caput deverão ser implementadas até 31 de dezembro de 2021

O Ente Federativo até o momento não realizou a alteração da alíquota que continua sendo de 2%.

6.1 - Limite da Taxa Administrativa:

6.1.1 – Folha de Pagamento do Exercício Anterior:

ÓRGÃO	VALOR
PREFEITURA MUNICIPAL	R\$ 19.326.354,97
CÂMARA MUNICIPAL	R\$ 414.692,35
TAPURAH-PREVI	R\$ 1.495.024,80
BASE DE CÁLCULO	R\$ 21.236.072,12
TAXA ADMINISTRATIVA AA. 2%	R\$ 424.721,44
SOBRA DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO	R\$ 425.171,19
TOTAL TAXA ADMINISTRATIVA	R\$ 849.892,63
TAXA ADMINISTRATIVA AM. 2%	R\$ 70.824,38

A Taxa administrativa mensal para o exercício de 2020 é de R\$ 70.824,38.

6.2 - UTILIZAÇÃO MENSAL DA TAXA:

TAPURAH PREVI				
TAXA ADMINISTRATIVA PARA O EXERCÍCIO DE 2020				
TOTAL GERAL BRUTO DA FOLHA DE PAGAMENTO				
MÊS	PREFEITURA	CAMARA	PREVIDENCIA	TOTAL
jan/19	R\$ 1.430.191,10	R\$ 28.503,08	R\$ 106.094,71	R\$ 1.564.788,89
fev/19	R\$ 1.348.139,87	R\$ 29.335,21	R\$ 110.389,96	R\$ 1.487.865,04
mar/19	R\$ 1.446.346,33	R\$ 31.157,52	R\$ 110.419,63	R\$ 1.587.923,48
abr/19	R\$ 1.438.921,40	R\$ 31.734,40	R\$ 110.419,63	R\$ 1.581.075,43
mai/19	R\$ 1.485.348,24	R\$ 32.262,44	R\$ 116.257,70	R\$ 1.633.868,38

AV. RIO DE JANEIRO, 125

PAÇO MUNICIPAL

CENTRO

CEP: 78.573-000

TAPURAH – MT TELEFAX: (066) 3547-3600

Site: www.tapurah.mt.gov.br e-mail: controle.interno@tapurah.mt.gov.br



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

UCCI - UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

Instituída pela Lei nº 702/2007, de 21/11/2007 e Regulamentada pelo Decreto nº 083/2008, de 17/07/2008.

jun/19	R\$ 1.442.570,54	R\$ 32.265,41	R\$ 114.875,50	R\$ 1.589.711,45
jul/19	R\$ 1.536.031,44	R\$ 29.057,14	R\$ 116.651,34	R\$ 1.681.739,92
ago/19	R\$ 1.508.597,20	R\$ 32.173,12	R\$ 115.571,34	R\$ 1.656.341,66
set/19	R\$ 1.459.661,11	R\$ 35.999,00	R\$ 116.269,94	R\$ 1.611.930,05
out/19	R\$ 1.458.067,16	R\$ 33.291,81	R\$ 116.569,34	R\$ 1.607.928,31
nov/19	R\$ 1.475.615,98	R\$ 32.076,45	R\$ 122.080,46	R\$ 1.629.772,89
dez/19	R\$ 1.967.124,07	R\$ 32.511,69	R\$ 124.772,08	R\$ 2.124.407,84
13º Sal.	R\$ 1.329.740,53	R\$ 34.325,08	R\$ 114.653,17	R\$ 1.478.718,78
TOTAL	R\$ 19.326.354,97	R\$ 414.692,35	R\$ 1.495.024,80	R\$ 21.236.072,12
a) TAXA ADMINISTRATIVA AUTORIZADA EM 2020 (21.236.072,12 * 2%)				R\$ 424.721,44
c) SOBRA DE CUSTEIO EXERCICIO DE 2019				R\$ -
d) SOBRA DE CUSTEIO ACUMULADA EXERCICIOS ANTERIORES				R\$ 425.171,19
e) TAXA ADMINISTRATIVA AUTORIZADA EXERCICIO DE 2020(a+c+d)				R\$ 849.892,63

6.2.1 – Despesas com Taxa de Administração:

Demonstrativo das Despesas por Categoria Econômica Período de 1/01/2020 até 31/12/2020

Movimento Orçamentário e Restos		Valor	%
Tipo de Despesa			
Órgão: 09 - FUNDO MUNIC PREVID SOCIAL SERVIDORES-TAPURAH-PREVI			
319011000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
	Total do Elemento:	174.608,10	050
		174.608,10	050
319113000000 OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS		18.967,70	005
	Total do Elemento:	18.967,70	005
339030000000 MATERIAL DE CONSUMO		893,50	000
		1.065,00	000
	Total do Elemento:	1.958,50	001
339036000000 SERVICOS DE CONSULTORIA		9.779,39	003
	Total do Elemento:	9.779,39	003
339036000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA		500,00	000
	Total do Elemento:	500,00	000
339039000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA		40.823,48	012
		1.176,03	000
		39.007,48	011
		335,12	000
		742,00	000
	Total do Elemento:	82.084,11	024
339047000000 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS		60.681,14	017
	Total do Elemento:	60.681,14	017
449052000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		649,00	000
	Total do Elemento:	649,00	000
	Total do Órgão:	349.227,94	100
	Total da Despesa:	349.227,94	100,00%

6.3 - Despesas com Contribuição Social- PASEP:

DEMONSTRATIVO - CÁLCULO APROPRIAÇÃO PASEP (LEI 9.715/98)

Empenho: 1/2020 Tipo: Estimativa Data: 02/01/2020 Sequência: 1
 Dotação: 10 09.001.09.272.0234.2098-339047000000
 Elemento: 47 PASEP
 SubElemento: 01 PASEP
 Credor: 180 PASEP
 Histórico: VALOR QUE SE EMPENHA REFERENTE AS OBRIGACOES COM O PASEP SOBRE AS CONTRIBUICOES

AV. RIO DE JANEIRO, 125 - PAÇO MUNICIPAL - CENTRO

CEP: 78.573-000 TAPURAH – MT TELEFAX: (066) 3547-3600

Site: www.tapurah.mt.gov.br e-mail: controle.interno@tapurah.mt.gov.br



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

UCCI - UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

Instituída pela Lei nº 702/2007, de 21/11/2007 e Regulamentada pelo Decreto nº 083/2008, de 17/07/2008.

DO EXERCÍCIO DE 2020.

Data	Histórico	Valor
02/01/2020	Empenho	40.000,00
14/02/2020	Em Liquidação de Empenho - Parcela 1	118,69
14/02/2020	Liquidação de Empenho - Parcela 1	118,69
14/02/2020	Pagamento de Empenho - Parcela 1	118,69
09/03/2020	Em Liquidação de Empenho - Parcela 2	4.178,48
09/03/2020	Liquidação de Empenho - Parcela 2	4.178,48
09/03/2020	Pagamento de Empenho - Parcela 2	4.178,48
08/04/2020	Em Liquidação de Empenho - Parcela 3	4.369,57
08/04/2020	Liquidação de Empenho - Parcela 3	4.369,57
08/04/2020	Pagamento de Empenho - Parcela 3	4.369,57
13/05/2020	Em Liquidação de Empenho - Parcela 4	4.321,95
13/05/2020	Liquidação de Empenho - Parcela 4	4.321,95
13/05/2020	Pagamento de Empenho - Parcela 4	4.321,95
08/06/2020	Em Liquidação de Empenho - Parcela 5	4.746,86
08/06/2020	Liquidação de Empenho - Parcela 5	4.746,86
08/06/2020	Pagamento de Empenho - Parcela 5	4.746,86
17/07/2020	Em Liquidação de Empenho - Parcela 6	4.757,81
17/07/2020	Liquidação de Empenho - Parcela 6	4.757,81
20/07/2020	Pagamento de Empenho - Parcela 6	4.757,81
04/08/2020	Em Liquidação de Empenho - Parcela 7	4.790,96
04/08/2020	Liquidação de Empenho - Parcela 7	4.790,96
04/08/2020	Pagamento de Empenho - Parcela 7	4.790,96
09/09/2020	Em Liquidação de Empenho - Parcela 8	4.682,90
09/09/2020	Liquidação de Empenho - Parcela 8	4.682,90
09/09/2020	Pagamento de Empenho - Parcela 8	4.682,90
07/10/2020	Em Liquidação de Empenho - Parcela 9	4.708,11
07/10/2020	Liquidação de Empenho - Parcela 9	4.708,11
07/10/2020	Pagamento de Empenho - Parcela 9	4.708,11
11/11/2020	Em Liquidação de Empenho - Parcela 10	3.324,67
11/11/2020	Liquidação de Empenho - Parcela 10	3.324,67
11/11/2020	Pagamento de Empenho - Parcela 10	3.324,67

Valor Empenhado:

40.000,00

Total Em Liquidação:

40.000,00

Total Liquidado:

40.000,00

Total Pago:

40.000,00

Total Alunado

Emp.:

0,00

Total Anulado Em

Liq.:

0,00

Total Anulado

Liq.:

0,00

Total Anulado

Pag.:

0,00

Saldo Empenhado:

40.000,00

Saldo Em

Liquidação:

40.000,00

Saldo Liquidado:

40.000,00

Saldo Pago:

40.000,00

Saldo a Em Liquidar:

0,00

Saldo a Liquidar:

0,00

Saldo a Pagar:

0,00

Empenho: 27/2020

Tipo: Global

Data: 03/02/2020

Sequência: 27

Dotação: 26

09.001.09.272.0234.2097-339047000000

Elemento: 47

PASEP

SubElemento: 01

PASEP

Credor: 180

PASEP

Histórico:

VALOR QUE SE EMPENHA REFERENTE AO PAGAMENTO DO PASEP SOBRE OS RENDIMENTOS BANCARIOS COMPETENCIA 01/2020.

Data Histórico

03/02/2020 Empenho

Valor

42,95

14/02/2020 Em Liquidação de Empenho - Parcela 1

42,95

14/02/2020 Liquidação de Empenho - Parcela 1

42,95

14/02/2020 Pagamento de Empenho - Parcela 1

42,95

Valor Empenhado:

42,95

Total Em Liquidação:

42,95

Total Liquidado:

42,95

Total Pago:

42,95

AV. RIO DE JANEIRO, 125

PAÇO MUNICIPAL

CENTRO

CEP: 78.573-000

TAPURAH - MT

TELEFAX: (066) 3547-3600

Site: www.tapurah.mt.gov.br e-mail: controle.interno@tapurah.mt.gov.br



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

UCCI - UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

Instituída pela Lei nº 702/2007, de 21/11/2007 e Regulamentada pelo Decreto nº 083/2008, de 17/07/2008.

Total Alunado	Total Anulado Em	Total Anulado	Total Anulado
Emp.:	Liq.:	Liq.:	Pag.:
0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Empenhado:	Saldo Em	Saldo Liquidado:	Saldo Pago:
42,95	Liquidação:	42,95	42,95
	42,95		
	Saldo a Em Liquidar:	Saldo a Liquidar:	Saldo a Pagar:
	0,00	0,00	0,00

Empenho: 38/2020 **Tipo:** Global **Data:** 09/03/2020 **Sequência:** 38
Dotação: 26 09.001.09.272.0234.2097-339047000000
Elemento: 47 PASEP
SubElemento: 01 PASEP
Credor: 180 PASEP
Histórico: VALOR QUE SE EMPENHA REFERENTE AO PAGAMENTO DO PASEP SOBRE OS RENDIMENTOS BANCARIOS COMPETENCIA 02/2020.

Data	Histórico	Valor
09/03/2020	Empenho	22,15
09/03/2020	Em Liquidação de Empenho - Parcela 1	22,15
09/03/2020	Liquidação de Empenho - Parcela 1	22,15
09/03/2020	Pagamento de Empenho - Parcela 1	22,15

Valor Empenhado:	Total Em Liquidação:	Total Liquidado:	Total Pago:
22,15	22,15	22,15	22,15
Total Alunado	Total Anulado Em	Total Anulado	Total Anulado
Emp.:	Liq.:	Liq.:	Pag.:
0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Empenhado:	Saldo Em	Saldo Liquidado:	Saldo Pago:
22,15	Liquidação:	22,15	22,15
	22,15		
	Saldo a Em Liquidar:	Saldo a Liquidar:	Saldo a Pagar:
	0,00	0,00	0,00

Empenho: 106/2020 **Tipo:** Estimativa **Data:** 03/11/2020 **Sequência:** 106
Dotação: 10 09.001.09.272.0234.2098-339047000000
Elemento: 47 PASEP
SubElemento: 01 PASEP
Credor: 180 PASEP
Histórico: VALOR QUE SE EMPENHA REFERENTE AS OBRIGACOES COM O PASEP SOBRE AS CONTRIBUICOES DO EXERCICIO DE 2020.

Data	Histórico	Valor
03/11/2020	Empenho	1.374,75
11/11/2020	Em Liquidação de Empenho - Parcela 1	1.374,75
11/11/2020	Liquidação de Empenho - Parcela 1	1.374,75
11/11/2020	Pagamento de Empenho - Parcela 1	1.374,75

Valor Empenhado:	Total Em Liquidação:	Total Liquidado:	Total Pago:
1.374,75	1.374,75	1.374,75	1.374,75
Total Alunado	Total Anulado Em	Total Anulado	Total Anulado
Emp.:	Liq.:	Liq.:	Pag.:
0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Empenhado:	Saldo Em	Saldo Liquidado:	Saldo Pago:
1.374,75	Liquidação:	1.374,75	1.374,75
	1.374,75		
	Saldo a Em Liquidar:	Saldo a Liquidar:	Saldo a Pagar:
	0,00	0,00	0,00

Empenho: 132/2020 **Tipo:** Estimativa **Data:** 11/12/2020 **Sequência:** 132

AV. RIO DE JANEIRO, 125 - PAÇO MUNICIPAL - CENTRO
 CEP: 78.573-000 TAPURAH – MT TELEFAX: (066) 3547-3600
 Site: www.tapurah.mt.gov.br e-mail: controle.interno@tapurah.mt.gov.br



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

CCCI - UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

Instituída pela Lei nº 702/2007, de 21/11/2007 e Regulamentada pelo Decreto nº 083/2008, de 17/07/2008.

Dotação: 10 09.001.09.272.0234.2098-339047000000
Elemento: 47 PASEP
SubElemento: 01 PASEP
Credor: 180 PASEP
Histórico: VALOR QUE SE EMPENHA REFERENTE AS OBRIGACOES COM O PASEP SOBRE AS CONTRIBUICOES DO EXERCICIO DE 2020.

Data	Histórico	Valor
11/12/2020	Empenho	4.651,41
11/12/2020	Em Liquidação de Empenho - Parcela 1	4.651,41
11/12/2020	Liquidação de Empenho - Parcela 1	4.651,41
11/12/2020	Pagamento de Empenho - Parcela 1	4.651,41

Valor Empenhado: 4.651,41	Total Em Liquidação: 4.651,41	Total Liquidado: 4.651,41	Total Pago: 4.651,41
Total Alunado Emp.: 0,00	Total Anulado Em Liq.: 0,00	Total Anulado Liq.: 0,00	Total Anulado Pag.: 0,00
Saldo Empenhado: 4.651,41	Saldo Em Liquidação: 4.651,41	Saldo Liquidado: 4.651,41	Saldo Pago: 4.651,41
	Saldo a Em Liquidar: 0,00	Saldo a Liquidar: 0,00	Saldo a Pagar: 0,00

Empenho: 136/2020 **Tipo:** Estimativa **Data:** 31/12/2020 **Sequência:** 136
Dotação: 10 09.001.09.272.0234.2098-339047000000
Elemento: 47 PASEP
SubElemento: 01 PASEP
Credor: 180 PASEP
Histórico: VALOR QUE SE EMPENHA REFERENTE AS OBRIGACOES COM O PASEP SOBRE AS CONTRIBUICOES DO EXERCICIO DE 2020.

Data	Histórico	Valor
31/12/2020	Empenho	14.654,98
31/12/2020	Em Liquidação de Empenho - Parcela 1	14.654,98
31/12/2020	Liquidação de Empenho - Parcela 1	14.654,98
31/12/2020	Pagamento de Empenho - Parcela 1	14.654,98

Valor Empenhado: 14.654,98	Total Em Liquidação: 14.654,98	Total Liquidado: 14.654,98	Total Pago: 14.654,98
Total Alunado Emp.: 0,00	Total Anulado Em Liq.: 0,00	Total Anulado Liq.: 0,00	Total Anulado Pag.: 0,00
Saldo Empenhado: 14.654,98	Saldo Em Liquidação: 14.654,98	Saldo Liquidado: 14.654,98	Saldo Pago: 14.654,98
	Saldo a Em Liquidar: 0,00	Saldo a Liquidar: 0,00	Saldo a Pagar: 0,00

FONTE: Ágili - Extrato de Empenho

Conforme demonstramos, a apropriação a favor do PASEP atende a Legislação (art.2º inciso III da lei 9.715/98) que estabelece o mínimo de 1%:

Art. 2º A Contribuição para o PIS/PASEP será apurada mensalmente:



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

UCCI - UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

Instituída pela Lei nº 702/2007, de 21/11/2007 e Regulamentada pelo Decreto nº 083/2008, de 17/07/2008.

I - pelas pessoas jurídicas de direito privado e as que lhes são equiparadas pela legislação do imposto de renda, inclusive as empresas públicas e as sociedades de economia mista e suas subsidiárias, com base no faturamento do mês;
~~*II - pelas entidades sem fins lucrativos definidas como empregadoras pela legislação trabalhista e as fundações, com base na folha de salários; (Revogado pela Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001)*~~
III - pelas pessoas jurídicas de direito público interno, com base no valor mensal das receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas.

O TAPURAH-PREVI empenhou estimativamente as despesas com PASEP, sendo que o seu recolhimento é calculado mensalmente e abatido do saldo do empenho.

6.3.1 – Despesas com Benefícios:

<u>COMPETENCIA</u>	<u>APOSENTADORIA</u>	<u>PENSÃO</u>	<u>BENEFÍCIOS TEMPORARIOS</u>
jan/20	R\$ 107.573,58	R\$ 9.278,72	R\$ 52.908,12
fev/20	R\$ 109.490,08	R\$ 9.278,72	R\$ 57.196,87
mar/20	R\$ 115.530,07	R\$ 9.278,72	R\$ 54.027,25
abr/20	R\$ 115.530,07	R\$ 9.284,72	
mai/20	R\$ 115.530,07	R\$ 9.284,72	
jun/20	R\$ 115.530,07	R\$ 9.284,72	
jul/20	R\$ 115.530,07	R\$ 9.284,72	
ago/20	R\$ 115.530,07	R\$ 9.284,72	
set/20	R\$ 123.849,12	R\$ 9.284,72	
out/20	R\$ 132.518,59	R\$ 9.284,72	
nov/20	R\$ 131.368,13	R\$ 9.284,72	
dez/20	R\$ 131.368,13	R\$ 9.284,72	
13º SALÁRIO	R\$ 119.159,54	R\$ 9.284,72	
TOTAL	R\$ 1.548.507,59	R\$ 120.683,36	R\$ 164.132,24

Fonte: Extrato de empenhos

O Ente Federativo (Prefeitura Municipal de Tapurah) foi notificado por meio do Ofício do FMPS nº 047 de 13/11/2020, encaminhado cópia para o Gabinete do Prefeito e Controladoria, o Ofício Circular nº 2/2020/GCI/JBC, emitido em 22/06/2020, sugerindo aos Gestores dos Regimes Próprios de Previdência Social, que se faça um levantamento dos valores pagos a título de benefícios temporários (auxílio doença, salário maternidade, salário família e auxílio reclusão) durante o período 13/11/2019 a 31/07/2020, e solicitem o seu ressarcimento junto aos entes vinculados ao RPPS, com o devido registro contábil dos valores a receber.

Tendo em vista que a Emenda Constitucional nº 103/2019 estabeleceu que os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) somente poderão custear os benefícios

AV. RIO DE JANEIRO, 125 - PAÇO MUNICIPAL - CENTRO
 CEP: 78.573-000 TAPURAH – MT TELEFAX: (066) 3547-3600
 Site: www.tapurah.mt.gov.br e-mail: controle.interno@tapurah.mt.gov.br



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

UCCI - UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

Instituída pela Lei nº 702/2007, de 21/11/2007 e Regulamentada pelo Decreto nº 083/2008, de 17/07/2008.

previdenciários de aposentadoria e de pensão por morte, sendo vedado qualquer pagamento decorrente de afastamentos por incapacidade e salário maternidade os quais ficarão a cargo do ente federativo, conforme previsto no art. 9º, §§ 2º e 3º, se trata de norma de eficácia plena e aplicabilidade imediata.

O Ente Federativo (Prefeitura Municipal de Tapurah) efetuou a devolução em 14/12/2020 os respectivos valores referente ao período de 13/11/2019 a 31/03/2020.

6.4 - LICITAÇÕES, DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES:

Durante o exercício de 2020 constatamos que o Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah – TAPURA-PREVI fez uso de compras através da modalidade de Adesão de Ata de Registro de Preço nº 083/2019, oriunda do Pregão Presencial nº 051/2019, do município de Castanheira/MT.

Contrato nº: 007/2020

Empresa: AGILI_SOFTWARES PARA ÁREA PUBLICA LTDA

Objeto: Registro de preço futura e eventual contratação de empresa especializada em aplicativos de informática para migração, implantação, treinamento, hospedagem dos dados e dos aplicativos de manutenção legal e corretiva dos aplicativos implantados e serviços de suporte técnico.

Valor: R\$ 31.200,00 (trinta e um mil e duzentos reais).

Vigência: 01/05/2020 a 30/04/2021.

Fonte de Recurso: 001.09.272.0234.2098.339039000000

6.5 - CONTRATOS:

Durante o exercício de 2020 constatamos que o Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah – TAPURA-PREVI firmou os seguintes contratos, nos quais não identificamos irregularidades.



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

UCCI - UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

Instituída pela Lei nº 702/2007, de 21/11/2007 e Regulamentada pelo Decreto nº 083/2008, de 17/07/2008.

N.º DO CONTRATO	CREDOR	OBJETO	VIGENCIA	LICITAÇÃO
001/2020	LB CONTABILIDADE EIRELI-ME	Prestação de Serviço em assessoria na área previdenciária.	02/01/2020 a 31/12/2020	
002/2020	LB CONTABILIDADE EIRELI-ME	Prestação de Serviço em assessoria contábil, orçamentária, financeira e patrimonial.	02/01/2020 a 31/12/2020	
003/2020	ATOS- Consultoria Pública e Empresarial	Assessoria, consultoria e treinamento na remessa das informações do sistema APLIC.	02/01/2020 a 31/12/2020	
004/2020	IF CONSULTORIA ATUARIAL EIRELI	Prestação de serviços de reavaliação atuarial do Tapurah-Previ.	02/01/2020 a 31/12/2020	
005/2020	IF CONSULTORIA ATUARIAL EIRELI	Prestação de serviços de Assistência e Assessoria Econômica no acompanhamento da carteira de investimentos do Fundo Municipal de Previdência - Tapurah-Previ.	02/01/2020 a 31/12/2020	
006/2020 aditivo	MPX BRASIL SOLUÇÕES WEB EIRELI	Serviços, Criação, Manutenção, Hospedagem, Suporte Técnico e Locação de sistema Administrador do Website, http://www.previtapurah.com.br e Ouvidoria Online.	01/02/2020 a 31/12/2020	

6.6 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS:

Durante o exercício de 2020 constatamos que os Encargos Previdenciários do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah – TAPURA-PREVI foram retidos na folha de pagamento dos servidores temporários e automaticamente lançados como receita de contribuição de servidor temporariamente afastado.

6.7 - DÍVIDA ATIVA:

Não detectamos nenhuma irregularidade e constatamos que durante o primeiro semestre do exercício de 2020 não existe nenhum valor inscrito em Dívida Ativa.

6.8 - RESTOS A PAGAR:

Não detectamos nenhuma irregularidade em relação ao lançamento e baixa de despesas em restos a pagar do exercício de 2020 e de nossos achados de auditoria resultou na seguinte conclusão:

AV. RIO DE JANEIRO, 125 - PAÇO MUNICIPAL - CENTRO
 CEP: 78.573-000 TAPURAH – MT TELEFAX: (066) 3547-3600
 Site: www.tapurah.mt.gov.br e-mail: controle.interno@tapurah.mt.gov.br



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

UCCI - UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

Instituída pela Lei nº 702/2007, de 21/11/2007 e Regulamentada pelo Decreto nº 083/2008, de 17/07/2008.

Não houve cancelamento de restos a pagar realizados durante o exercício de 2020.

6.9 - BENS MÓVEIS E IMÓVEIS:

Todos os bens móveis em nome do Fundo Municipal de Previdência de Tapurah – TAPURAH-PREVI estão devidamente registrados, emplaquetados e cada qual com seu valor atribuído que é feito através de uso de software específico para tal fim.

Não constatamos nenhuma irregularidade e de nossos achados de auditoria resultou na seguinte conclusão:

- ✓ Que foram realizadas aquisições de bens patrimoniais durante o ano do exercício de 2020;
- ✓ Que não foi realizada a baixa de bens no decorrer do ano de 2020;
- ✓ Não houve alienação de bens sem licitação. (art. 17, I, II e § 6º, da L. 8.666/93);

6.10 - OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA:

O Fundo Municipal de Previdência de Tapurah – TAPURAH-PREVI durante o primeiro semestre do exercício de 2020 não executou nenhuma obra ou serviço de engenharia.

7.0 - LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO – R. N. TCE/MT 12/2012:

O Poder Legislativo aprovou e o Poder Executivo sancionou a Lei Municipal nº 1.016/2014 – Lei de Acesso a Informação para dar cumprimento e observar às determinações do Egrégio Tribunal de Contas de Mato Grosso e da Lei Federal nº 12.527/2011, de 18/11/2014.

No âmbito do Poder Executivo Municipal, as informações estão sendo publicadas no site www.tapurah.mt.gov.br e www.tapurahprevi.com.br em cumprimento as determinações do Decreto n. 7.185/2010, que regulamenta o art. 48 da LRF *verbis*:

Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das



ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

UCCI - UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

Instituída pela Lei nº 702/2007, de 21/11/2007 e Regulamentada pelo Decreto nº 083/2008, de 17/07/2008.

unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

7.1 - Portal Transparência:

As publicações do Fundo Municipal de Previdência Municipal de Tapurah, estão sendo realizadas dentro do Portal Transparência da Prefeitura Municipal de Tapurah dentro de um link específico e em destaque conforme pode ser comprovado na imagem a seguir e ao acessar os links <http://www.tapurah.mt.gov.br/transparencia.asp> e www.tapurahprevi.com.br.



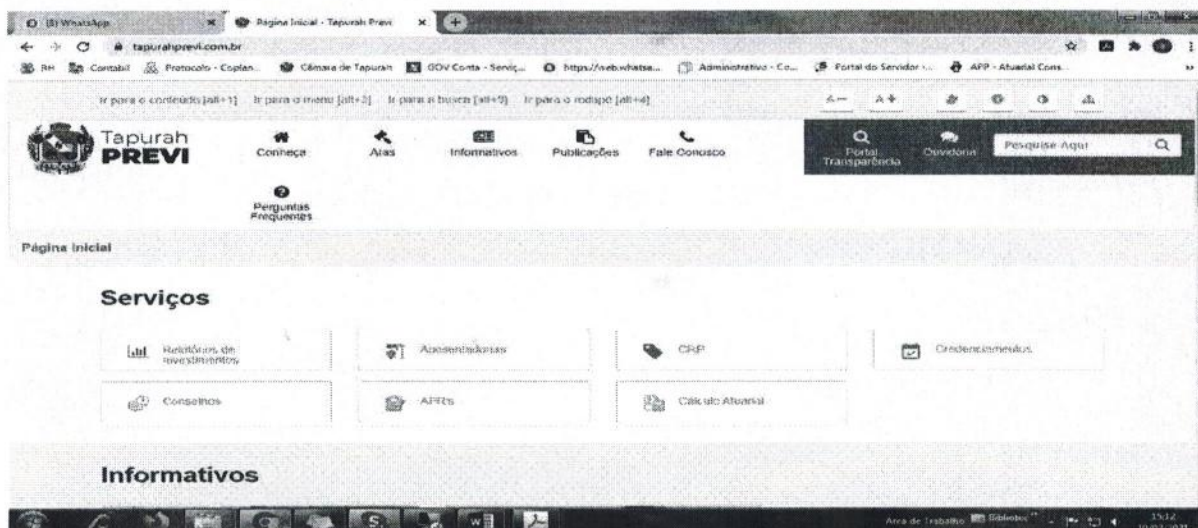


ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

UCCI - UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

Instituída pela Lei nº 702/2007, de 21/11/2007 e Regulamentada pelo Decreto nº 083/2008, de 17/07/2008.



8.0 - PRESTAÇÃO DE CONTAS:

As informações das remessas do APLIC referente aos meses de janeiro a dezembro de 2020, em sua maioria, estão dentro do prazo estabelecido, conforme demonstrado na tabela extraída do site do Tribunal de Contas de Mato Grosso:

CONSULTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS											
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH											
Gerado em 11/02/2021 às 09:14:13											
Origem	Prestação de Contas	Data Legal	Prorog. Geral	Prorog. Espec.	Data de Envio	Situação	Qtde. Dias Atraso	Multa Constatada (UPF)	Atualização da Multa (UPF)	Total Multas (UPF)	A Cobrar (UPF)
APUC	Pedidos De Planejamento de 2020	15/01/2020	20/01/2020		15/01/2020	Enviado no prazo	0	0	0	0	0
PROCESSO FISICO	Recadastro Anual De Jurisdicionado de 2020	31/01/2020			22/01/2020	Enviado no prazo	0	0	0	0	0
APUC	Carga Inicial de 2020	29/02/2020	30/04/2020		09/06/2020	Enviado atrasado	40	6	4	10	10
APUC	Contabilidade Pública – Competência de Janeiro de 2020	15/03/2020	15/05/2020		16/06/2020	Enviado atrasado	32	6	3,2	9,2	9,2
APUC	Contabilidade Pública – Competência de Fevereiro de 2020	31/03/2020	27/05/2020		19/06/2020	Enviado atrasado	23	6	2,3	8,3	8,3
APUC	Folha de Pagamento – Competência de Janeiro de 2020	31/03/2020	20/05/2020		16/06/2020	Enviado atrasado	27	6	2,7	8,7	8,7
APUC	Contratos e Convênios – Competência de Janeiro de 2020	31/03/2020	20/05/2020		16/06/2020	Enviado atrasado	27	6	2,7	8,7	8,7
APUC	Patrimônio e Administrativo – Competência de Janeiro de 2020	31/03/2020	20/05/2020		16/06/2020	Enviado atrasado	27	6	2,7	8,7	8,7
APUC	Contabilidade Pública – Competência de Março de 2020	30/04/2020	05/06/2020		20/06/2020	Enviado atrasado	15	6	1,5	7,5	7,5
APUC	Folha de Pagamento – Competência de Fevereiro de 2020	30/04/2020	05/06/2020		19/06/2020	Enviado atrasado	14	6	1,4	7,4	7,4



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

UCCI - UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

Instituída pela Lei nº 702/2007, de 21/11/2007 e Regulamentada pelo Decreto nº 083/2008, de 17/07/2008.

CONSULTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS											
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TAPURAH											
Gerado em 19/02/2021 às 09:14:13											
Origem	Prestação de Contas	Data Legal	Prorog. Geral	Prorog. Espec.	Data de Envio	Situação	Qtd. Dias Atraso	Multa Constatada (UPF)	Atualização da Multa (UPF)	Total Multas (UPF)	A Cobrar (UPF)
APUC	Contratos e Convênios – Competência de Fevereiro de 2020	30/04/2020	05/06/2020		19/06/2020	Enviado atrasado	14	6	14	7,4	7,4
APUC	Patrimônio e Administrativo – Competência de Fevereiro de 2020	30/04/2020	05/06/2020		19/06/2020	Enviado atrasado	14	6	14	7,4	7,4
APUC	Adesão à Ata De Registro De Preço De Adesão à ata de registro de preço(carona) ou participação em prego presencial de Outros Órgãos	19/05/2020				Não Enviado	274	0,5	0	0,5	0,5
APUC	Contabilidade Pública – Competência de Abril de 2020	31/05/2020	19/06/2020		24/06/2020	Enviado atrasado	5	6	0,5	6,5	6,5
APUC	Folha de Pagamento – Competência de Março de 2020	31/05/2020	15/06/2020		20/06/2020	Enviado atrasado	5	6	0,5	6,5	6,5
APUC	Contratos e Convênios – Competência de Março de 2020	31/05/2020	15/06/2020		20/06/2020	Enviado atrasado	5	6	0,5	6,5	6,5
APUC	Patrimônio e Administrativo – Competência de Março de 2020	31/05/2020	15/06/2020		20/06/2020	Enviado atrasado	5	6	0,5	6,5	6,5
APUC	Contabilidade Pública – Competência de Maio de 2020	30/06/2020	06/07/2020		06/07/2020	Enviado no prazo	0	0	0	0	0
APUC	Folha de Pagamento – Competência de Abril de 2020	30/06/2020			24/06/2020	Enviado no prazo	0	0	0	0	0
APUC	Contratos e Convênios – Competência de Abril de 2020	30/06/2020			24/06/2020	Enviado no prazo	0	0	0	0	0
APUC	Patrimônio e Administrativo – Competência de Abril de 2020	30/06/2020			24/06/2020	Enviado no prazo	0	0	0	0	0
APUC	Contabilidade Pública – Competência de Junho de 2020	31/07/2020			31/07/2020	Enviado no prazo	0	0	0	0	0
APUC	Folha de Pagamento – Competência de Maio de 2020	31/07/2020			06/07/2020	Enviado no prazo	0	0	0	0	0
APUC	Contratos e Convênios – Competência de Maio de 2020	31/07/2020			06/07/2020	Enviado no prazo	0	0	0	0	0
APUC	Patrimônio e Administrativo – Competência de Maio de 2020	31/07/2020			06/07/2020	Enviado no prazo	0	0	0	0	0
APUC	Contabilidade Pública – Competência de Julho de 2020	31/08/2020			31/08/2020	Enviado no prazo	0	0	0	0	0
APUC	Folha de Pagamento – Competência de Junho de 2020	31/08/2020			31/07/2020	Enviado no prazo	0	0	0	0	0
APUC	Contratos e Convênios – Competência de Junho de 2020	31/08/2020			31/07/2020	Enviado no prazo	0	0	0	0	0
APUC	Patrimônio e Administrativo – Competência de Junho de 2020	31/08/2020			31/07/2020	Enviado no prazo	0	0	0	0	0
APUC	Contabilidade Pública – Competência de Agosto de 2020	30/09/2020			30/09/2020	Enviado no prazo	0	0	0	0	0
APUC	Folha de Pagamento – Competência de Julho de 2020	30/09/2020			31/08/2020	Enviado no prazo	0	0	0	0	0
APUC	Contratos e Convênios – Competência de Julho de 2020	30/09/2020			31/08/2020	Enviado no prazo	0	0	0	0	0
APUC	Patrimônio e Administrativo – Competência de Julho de 2020	30/09/2020			31/08/2020	Enviado no prazo	0	0	0	0	0
APUC	Contabilidade Pública – Competência de Setembro de 2020	31/10/2020			02/11/2020	Enviado atrasado	2	6	0,2	6,2	6,2
APUC	Folha de Pagamento – Competência de Agosto de 2020	31/10/2020			30/09/2020	Enviado no prazo	0	0	0	0	0
APUC	Contratos e Convênios – Competência de Agosto de 2020	31/10/2020			30/09/2020	Enviado no prazo	0	0	0	0	0
APUC	Patrimônio e Administrativo – Competência de Agosto de 2020	31/10/2020			30/09/2020	Enviado no prazo	0	0	0	0	0
APUC	Contabilidade Pública – Competência de Outubro de 2020	30/11/2020			30/11/2020	Enviado no prazo	0	0	0	0	0
APUC	Folha de Pagamento – Competência de Setembro de 2020	30/11/2020			02/11/2020	Enviado no prazo	0	0	0	0	0
APUC	Contratos e Convênios – Competência de Setembro de 2020	30/11/2020			02/11/2020	Enviado no prazo	0	0	0	0	0
APUC	Patrimônio e Administrativo – Competência de Setembro de 2020	30/11/2020			02/11/2020	Enviado no prazo	0	0	0	0	0
APUC	Contabilidade Pública – Competência de Novembro de 2020	31/12/2020			27/12/2020	Enviado no prazo	0	0	0	0	0
APUC	Folha de Pagamento – Competência de Outubro de 2020	31/12/2020			30/11/2020	Enviado no prazo	0	0	0	0	0
APUC	Contratos e Convênios – Competência de Outubro de 2020	31/12/2020			30/11/2020	Enviado no prazo	0	0	0	0	0
APUC	Patrimônio e Administrativo – Competência de Outubro de 2020	31/12/2020			30/11/2020	Enviado no prazo	0	0	0	0	0
Total										116	

A responsável cadastrada para o envio de documentos e informações ao TCE/MT (APLIC, Informes Mensais e Imediatos) para o exercício de 2020 foi uma única pessoa conforme abaixo identificada:

AV. RIO DE JANEIRO, 125 - PAÇO MUNICIPAL - CENTRO
 CEP: 78.573-000 TAPURAH – MT TELEFAX: (066) 3547-3600
 Site: www.tapurah.mt.gov.br e-mail: controle.interno@tapurah.mt.gov.br



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

UCCI - UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

Instituída pela Lei nº 702/2007, de 21/11/2007 e Regulamentada pelo Decreto nº 083/2008, de 17/07/2008.

8.1 - Documento/Informação: - Informes Mensais do APLIC/Balancetes Mensais: - Informes Imediatos de Licitação: - Informes do Geo-Obras: - Informes Imediatos de Concurso: - Informes Quadrimestrais (Admissão de Pessoal): - Informes Quadrimestrais (Extratos Bancários):

Responsável:

NOME: Solange Aparecida Alves de Souza

PERIODO: 01/01/2020 a 31/12/2020

RG: 0802999-7, SSP-MT

CPF: 571.296.901-78

ENDEREÇO: Rua dos Cedros, 707 – Cristo Rei

FONE: (66) 3547-3627/1507

E-MAIL: solange_souzaigor@hotmail.com

✓ O RPPS durante o exercício de 2020 não executou nenhuma obra, portanto não houve a necessidade de prestar informações através do Sistema Geo-Obras.

✓ Não houve realização de **Concurso** neste período, portanto nenhuma informação foi necessária gerar por parte de RPPS.

✓ Não houve **Admissão de Pessoal** neste período, portanto nenhuma informação foi necessária gerar por parte de RPPS.

9.0 - SISTEMA DE CONTROLE INTERNO:

O Sistema de Controle Interno do Município foi instituído pela Lei Municipal nº 702/2007, de 21 de Novembro de 2007, a qual foi regulamentada pelo Decreto nº 083/2008, de 17 de Julho de 2008, cumprindo assim o disposto no art. 2º da Resolução 01/2007 do Tribunal de Contas do Estado.

Para bem realizar atividade de controle interno no município de Tapurah, quantitativa e qualitativamente, faz-se necessário atualização e alteração da Lei Municipal nº 702/2007, de 21 de Novembro de 2007, a qual foi regulamentada pelo Decreto nº 083/2008, de 17 de Julho de 2008, com intuito dotar a Unidade de Controle Interno as

AV. RIO DE JANEIRO, 125 - PAÇO MUNICIPAL - CENTRO

CEP: 78.573-000 TAPURAH – MT TELEFAX: (066) 3547-3600

Site: www.tapurah.mt.gov.br e-mail: controle.interno@tapurah.mt.gov.br



ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

UCCI - UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

Instituída pela Lei nº 702/2007, de 21/11/2007 e Regulamentada pelo Decreto nº 083/2008, de 17/07/2008.

condições de desempenhar as atribuições inerentes específica do Sistema de Controle Interno conforme as Resoluções Normativas n.º 33/2012 – TP e n.º 26/2014 – TP, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Durante o exercício de 2020 a Unidade de Coordenação de Controle Interno emitiu 06 (seis) Pareceres referentes a aposentadorias à Previdência Municipal versando sobre os seguintes temas: pensão por morte, por idade e por tempo de contribuição

9.1 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIO:

- I) **Processo do TAPURAH-PREVI Nº 2020.06.000000001 de Benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, de 27/01/2020, da Sra. **Domingas Gonzala Ortiz** ocupante do cargo efetivo de Professora 30 horas, Classe B, Nível 04, portadora da Cédula de Identidade sob nº 000424215/SSP/MS e inscrita no CPF sob nº 294 .065.441-72, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Lazer e Cultura da Prefeitura Municipal de Tapurah - MT e segurada do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah - TAPURA-PREVI em seu próprio favor .
- II) **Processo do TAPURAH-PREVI Nº 2020.06.000000002 de Benefício Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, de 01/03/2020, da servidora pública municipal Sra. **Luzia Aparecida Fernandes Dal Ponte Escher** ocupante do cargo efetivo de Professora 30 horas, Classe B, Nível 07, portadora da Cédula de Identidade sob nº 1728510-0/SSP/MT e inscrita no CPF sob nº 517.413.429-53, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Lazer e Cultura da Prefeitura Municipal de Tapurah - MT e segurada do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah - TAPURA-PREVI em seu próprio favor.
- III) **Processo do TAPURAH-PREVI Nº 2020.06.000000003 de Benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, de 03/09/2020, da servidora pública municipal Sra. **Ilaide Gohlke Arens** ocupante do cargo efetivo de Professora 30 horas - Pedagogia, Classe B, Nível 09, portadora da Cédula de Identidade sob nº 6051633482/SSP/RS e inscrita no CPF sob nº 633.896.730-



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

UCCI - UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

Instituída pela Lei nº 702/2007, de 21/11/2007 e Regulamentada pelo Decreto nº 083/2008, de 17/07/2008.

91, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Lazer e Cultura da Prefeitura Municipal de Tapurah – MT e segurada do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah – TAPURA-PREVI em seu próprio favor.

IV) Processo do TAPURAH-PREVI Nº 2020.06.000000004 de Benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, de 01/10/2020, requerido pela servidora pública municipal Sra. **Salete Terezinha Sette** ocupante do cargo efetivo de Apoio Administrativo, Classe “C”, Nível 10, portadora da Cédula de Identidade de RG n.º 579.831/SSP/MT, inscrita no CPF sob n.º 411.857.221-49, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Lazer e Cultura da Prefeitura Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso e segurada do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah – TAPURA-PREVI, em seu próprio favor.

V) Processo do TAPURAH-PREVI Nº 2020.07.000000001 de Benefício de Aposentadoria Por Invalidez, de 19/09/2020, do servidor público municipal Sr. **Waldir Ernega** que originalmente tinha sido empossado no cargo efetivo de PROFESSOR LICENCIATURA PELA (PEDAGOGIA) e por força da Lei Complementar Municipal nº 126/2018 e Portaria nº 202/2018 o servidor foi enquadrado no cargo efetivo de Professor 30 Horas, Classe B, Nível 03, portador da Cédula de Identidade sob nº 0835193-7, SSP/MT, inscrito no CPF sob nº 640.108.721-87 e Matrícula Funcional nº 1438.1, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Lazer e Cultura da Prefeitura Municipal de Tapurah – MT e segurado do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah – TAPURA-PREVI em seu próprio favor.

VI) Processo do TAPURAH-PREVI Nº 20208.10.000000001 de Benefício de Aposentadoria Por Idade, de 01/11/2020, do(a) servidor(a) público(a) municipal Sr(a). **Sebastião do Livramento de Almeida** portador(a) da Cédula de Identidade sob nº 224.589 SSP/MT e inscrita no CPF sob nº 346.246.271-72, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, 40 Horas, Classe “E”, Nível “01”, lotada na Secretaria Municipal de INFRAESTRUTURA, Meio Ambiente e Serviços Públicos, da Prefeitura Municipal de Tapurah – MT e segurada do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah – TAPURA-PREVI em seu próprio favor.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

UCCI - UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

Instituída pela Lei nº 702/2007, de 21/11/2007 e Regulamentada pelo Decreto nº 083/2008, de 17/07/2008.

10.0 – CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES DO TCE/MT:

10.1 – DETERMINAÇÃO DAS CONTAS ANUAIS DE 2019:

Como no exercício de 2019 não houve recomendações por parte o TCE/MT e nem por parte da Controladoria Interna do Município, não há procedimentos a serem avaliados.

11.0 – CUMPRIMENTO DOS CRONOGRAMAS ESTABELECIDOS PELO TCE/MT:

11.1 – LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO – RESOLUÇÃO NORMATIVA TCE/MT 12/2012:

O Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah está vinculado ao mesmo cronograma estabelecido para a prefeitura municipal através do Decreto nº 050/2012, de 02/05/2012;

✓ O cronograma foi enviado ao TCE/MT até 30/06/12 por meio do Aplic pela Prefeitura Municipal;

✓ O cronograma foi disponibilizado em Portal Eletrônico de amplo acesso, neste caso no site da Prefeitura www.tapurah.mt.gov.br;

✓ A Diretora Executiva do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah deu cumprimento das ações estabelecidas para os exercícios de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019.

12.0 – CONCLUSÃO:

CONSIDERANDO que durante o exercício de 2020 o Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah – MT/TAPURAH-PREVI não foi objeto de Notificação Recomendatória;



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

UCCI - UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

Instituída pela Lei nº 702/2007, de 21/11/2007 e Regulamentada pelo Decreto nº 083/2008, de 17/07/2008.

CONSIDERANDO que a execução orçamentária e contábil, no que diz respeito às contas do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah/TAPURAH-PREVI durante o exercício de 2020, representa, adequadamente, em seus valores, a posição em 31 de dezembro de 2020, de acordo com os demonstrativos orçamentários e demais documentos contábeis levantados.

CONSIDERANDO que, de acordo com o Relatório da Carteira de Investimentos, o Tapurah-Previ apresentou uma rentabilidade acumulada de 5,15% a.a., enquanto o indicador de desempenho CDI obteve um rendimento de 2,75% acumulado a.a., ou seja, uma carteira que alcançou até o momento uma rentabilidade de 187,18% sobre o índice de referência do mercado.

CONSIDERANDO que, a **carteira de investimentos do TAPURAH-PREVI apresenta-se com** uma rentabilidade acumulada de 10,40% a.a., enquanto a Meta Atuarial acumulada é de 10,64%, ou seja, foi superavitária em 2,40% superando a meta atuarial proposta.

CONSIDERANDO que, no exercício de 2019, a Previdência Municipal de Tapurah, de Acordo com o Extrato Externo dos Regimes Previdenciários, cumpriu com todos os requisitos fixados pelo Ministério da Previdência Social, para a emissão da CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária e em todo o exercício de 2020 não ficou sem a CRP. Emitimos nosso Parecer Técnico opinando pela aprovação das Contas do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah – MT, (TAPURAH-PREVI) referente ao exercício de 2020, com ressalva em relação ao descumprimento de prazos de envio das cargas via sistema Aplic.

Gabinete da Unidade de Coordenação de Controle Interno do Município de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte um.

PAULO
GAWSKI:
4867498203
4

Assinado digitalmente por PAULO
GAWSKI:48674982034
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria
da Receita Federal do Brasil - RFB,
OU=RFB e-CPF A3, OU=VALID, OU=AR
VARZEA GRANDE CERTIFICADORA,
OU=21684498000129, CN=PAULO
GAWSKI:48674982034
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de
assinatura aqui
Data: 2021.02.11 14:34:54-04'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.1